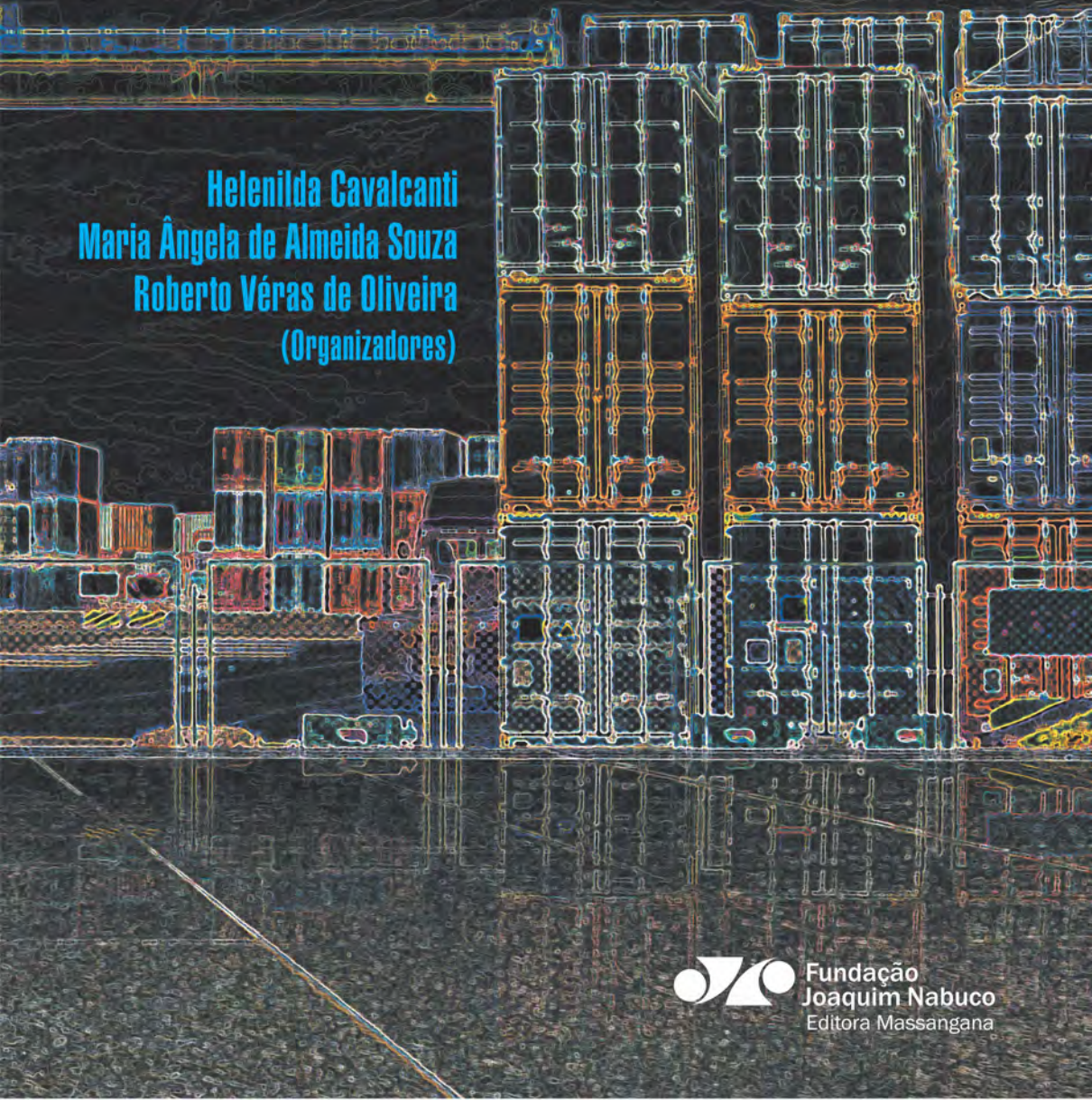
SUAPE

DESENVOLVIMENTO EM QUESTÃO

Impactos do Complexo Industrial Portuário de Suape (CIPS): migração, trabalho, condições de moradia, identidade e novas territorialidades

Helenilda Cavalcanti
Maria Ângela de Almeida Souza
Roberto Véras de Oliveira
(Organizadores)



Fundação Joaquim Nabuco
Editora Massangana

SUAPE

DESENVOLVIMENTO EM QUESTÃO

Impactos do Complexo Industrial Portuário de Suape (CIPS):
migração, trabalho, condições de moradia, identidade e novas territorialidades

CONSELHO EDITORIAL

PRESIDENTE
Luiz Otavio Cavalcanti

COORDENADOR GERAL DA EDITORA MASSANGANA
Antônio Magalhães

Juliano Mendonça Domingues da Silva
Liliane Maria Jamir e Silva
Luis Reis
Marcia Basto
Maria do Bom Parto Ferreira Burlamaqui Proa (Maria Ferreira)
Rita de Cássia Barbosa de Araújo

SUAPE
DESENVOLVIMENTO EM QUESTÃO

Impactos do Complexo Industrial Portuário de Suape (CIPS): migração, trabalho, condições de moradia, identidade e novas territorialidades

Helenilda Cavalcanti
Maria Ângela de Almeida Souza
Roberto Véras de Oliveira
(Organizadores)

Fundação Joaquim Nabuco
Editora Massangana

ISBN 978-85-7019-675-0

© 2018 Dos Organizadores

Reservados todos os direitos desta edição.
Reprodução proibida, mesmo parcialmente, sem autorização
da Editora Massangana da Fundação Joaquim Nabuco.

Fundação Joaquim Nabuco | www.fundaj.gov.br
Av. 17 de Agosto, 2187 – Ed. Paulo Guerra – Casa Forte
Recife, PE – CEP 52061-540 | Telefone (81) 3073.6363
Editora Massangana | Telefone (81) 3073.6321

Ministro da Educação | Governo Federal do Brasil
José Mendonça Bezerra Filho

Presidente da Fundação Joaquim Nabuco
Luiz Otavio Cavalcanti

Coordenador Geral da Editora Massangana
Antônio Magalhães

Chefe de Divisão de Serviços Editoriais
Antonio Laurentino

Projeto Gráfico
Aline Maya | Tikinet

Capa
Antonio Laurentino

Editoração Eletrônica
Robson Santos | Tikinet

Revisão
Estagiárias: Izabela J. S. Silva e Lizzie Campos
Camila Leite | Tikinet

Foi feito depósito legal. Impresso no Brasil.

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Fundação Joaquim Nabuco - Biblioteca)

C377S Cavalcanti, Helenilda; Souza, Maria Ângela de Almeida; Oliveira, Roberto Veras (Org.)
Suape desenvolvimento em questão impactos do Complexo Industrial Portuário de Suape (CIPS): migração, trabalho, condições de moradia, identidade e novas territorialidades./Heleinlda Cavalcanti; Maria Ângela de Almeida Souza e Roberto Veras de Oliveira. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Editora Massangana, 2018.

372 p. : il

ISBN 978-85-7019-675-0

1.Complexo Industrial Portuário de Suape. 2 Desenvolvimento Econômico. 3. Impactos Sociais. 4. Pernambuco. I. Título

CDU 627.2 (813.4): 338.984

SUMÁRIO

Agradecimentos 7

Apresentação 11

Resumo 17

Abstract 18

Introdução 21
Helenilda Cavalcanti, Maria Ângela de Almeida Souza e Roberto Véras de Oliveira

Complexo Industrial Portuário de Suape: concepção e marcos históricos 31
Helenilda Cavalcanti, José Henrique Artigas de Godoy e Danielle de Melo Rocha

Território Estratégico de Suape: caracterização e governança 53
Helenilda Cavalcanti, José Henrique Artigas de Godoy e Danielle de Melo Rocha

Complexo Industrial Portuário de Suape: impactos migratórios 87
Wilson Fusco, Helenilda Cavalcanti, Maria Rejane Lyra

Complexo Industrial Portuário de Suape: impactos nas relações de trabalho 111
Roberto Véras de Oliveira

Complexo Industrial Portuário de Suape: impactos nas condições de moradia 119
Maria Ângela de Almeida Souza

Habitabilidade e ambiente: condições socioambientais da habitação no Território Estratégico de Suape em Pernambuco **157**
Antônio Jucá

Violência e sociabilidade no Território Estratégico de Suape **181**
Márcio de Abreu França

A identidade com o cotidiano do lugar ou associada ao lugar na perspectiva migratória **201**
Helenilda Cavalcanti, Breno Bittencourt Santos e Danielle Rocha

Bem-estar e qualidade de vida: uma análise a partir de indicadores de bem-estar subjetivo **245**
Breno Bittencourt Santos

Considerações finais do estudo **299**
Helenilda Cavalcanti, Maria Ângela de Almeida Souza e Roberto Véras de Oliveira

Metodologia do estudo **313**
Helenilda Cavalcanti, Wilson Fusco, Maria Ângela de Almeida Souza, Maria Rejane de Britto Lyra, Danielle de Melo Rocha e Breno Bittencourt Santos

Referências bibliográficas **337**

AGRADECIMENTOS

Uma das qualidades que devemos apreciar na vida é a gratidão. Agradecer, com o sentimento verdadeiro, fortalece os vínculos de amizade que ficam na memória. Durante um percurso de quase três anos, compartilhamos ideias, conhecimentos e tecemos em várias mãos um trabalho que está sendo entregue ao público cuja autoria é coletiva. Finalizá-lo nos preenche de gratidão às pessoas e às instituições que colaboraram para que esse produto chegasse ao seu intento.

Primeiramente, gostaríamos de expressar os nossos agradecimentos às instituições que financiaram e àquelas que integraram esta pesquisa: à Fundação Joaquim Nabuco, vinculada ao Ministério da Educação (Fundaj/MEC); ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), cujos recursos financeiros foram aportados mediante o Observatório Pernambuco de Políticas Públicas e Práticas Socioambientais (Observatório PE) da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), e à Universidade Federal da Paraíba (UFPB), representada pelos seus gestores e pesquisadores do Laboratório de Estudos e Pesquisas sobre Trabalho e Políticas Públicas (Laept). A todas essas instituições, somos gratos pelo apoio, entusiasmo e demonstração de credibilidade neste trabalho, e por oferecerem, além de seus espaços físicos para a realização da pesquisa, recursos institucionais e financeiros. Esses recursos foram indispensáveis para a contratação de empresas[1] e profissionais

1 O Instituto Vargas, empresa contratada pela Fundaj mediante licitação para prestar serviços de coleta e digitação de dados primários a partir de questionários estruturados; e a VAASTU Arquitetura e Urbanismo Ltda, contratada pelo Observatório PE, mediante recursos do CNPq [Processo no. 484965/2012-3), para a montagem de um banco de dados georreferenciado para a pesquisa realizada nos municípios onde foram feitas as pesquisas de campo: Cabo de Santo Agostinho e Ipojuca.

especializados[2] para a execução da pesquisa de sondagem e de campo, como também para o financiamento das viagens dos pesquisadores e dos estudantes para as áreas de estudo, a promoção e a realização de encontros e *workshops*[3] com a equipe e convidados externos.

---

2 Foram contratados pelo Observatório PE, mediante recursos do CNPq, profissionais especializados para a elaboração do material necessário à pesquisa da sondagem dos domicílios com migrantes: base cartográfica individual para cada pesquisador de campo (em meio digital, imagem satélite, com identificação das quadras, numeração das edificações); instalação de *software* em 13 *tablets* a serem utilizados na pesquisa de campo, além de programação dos questionários nos *tablets* e capacitação dos pesquisadores para a utilização dos *tablets* na pesquisa de campo; modelagem do banco de dados da pesquisa da sondagem; auditoria diária do armazenamento de dados em servidor *on-line*; compilação e sistematização da pesquisa a partir do banco de dados, além de demógrafo para cálculo da amostra da pesquisa em suas duas etapas: a etapa da "sondagem" dos migrantes, para a identificação de sua residência, incluindo a tabulação dos dados finais da pesquisa para calcular a amostra da etapa 2; e a etapa da "pesquisa com migrantes", mediante a aplicação de questionários; além de acompanhamento da pesquisa de campo na primeira etapa (sondagem), para o controle de sua consistência, e a validação dos dados das pesquisas de campo.

3 Dentre os encontros, *workshops* realizados podem ser mencionados: Fundaj: O Seminário *Nordestes Emergentes,* que esteve sob a organização do antropólogo visual Milton Guran e da antropóloga Ciema Mello, Coordenadora do Museu do Homem do Nordeste da Fundação Joaquim Nabuco, no qual destacamos o trabalho de pesquisa sobre Suape. Nessa ocasião, foi dado início à pesquisa de campo qualitativa sobre os Impactos de Suape com a presença da fotógrafa Paula Sampaio, que realizou importantes registros para esta pesquisa. Fevereiro/março de 2013; GT 02: *Ciudades Latinoamericanas en el nuevo milênio Coordinadores/as* GT: Manuel Ángel Rodríguez (*Coordinador* principal), Rodrigo Salcedo, Andrea Bahamondes, Eduardo Antonio Velásquez Carrera, com o trabalho fruto inicial da pesquisa *Identidades e territorialidades: acertos e desacertos do Complexo Industrial Portuário de Suape – Pernambuco,* em Santiago do Chile, 2013; Suape Global. 2 de setembro de 2013; O Plano Estratégico de Suape, Suape Sustentável, Fundação Joaquim Nabuco, Sala Gilberto Osório, 07 de fevereiro de 2013. XV Encontro da Associação de Programas de Pós Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional. Sessão Livre. O Complexo Industrial Portuário de Suape, os desafios do "novo desenvolvimento". Para onde vamos? Recife, Mar Hotel, 21 a 24 de maio de 2013; *Treinamento Teórico e Metodológico dos* Principais Conceitos dos Projetos de Pesquisa *Impactos do Complexo Industrial Portuário de Suape (CIPS): migração, trabalho, condições de moradia, identidade e novas territorialidades e O novo desenvolvimentismo no Brasil visto a partir de suas implicações sociais no Nordeste,* realizado nos dias *17 e 18 de fevereiro de 2014,* na Fundação Joaquim Nabuco, Sala Gilberto Osório, Rua Dois Irmãos, 92, Apipucos, com pesquisadores *experts*; Oficina de Trabalho para a Construção de um Plano Executivo da Pesquisa, 2013/2014. FUNDAJ/OBSERVATÓRIO/PE E LAEPT/UFPB, Sala Gilberto Osório, outubro de 2014; Oficina de Planejamento da Pesquisa de Campo com o Instituto Vargas. Pesquisa *Impactos do Complexo Industrial Portuário de Suape (CIPS): migração, trabalho, condições de moradia, identidade e novas territorialidades, 21 de janeiro de 2014;* Semana da Ciência e Tecnologia. *Roda de Discussão. Tema:* "Quem sofre os impactos das mudanças provocadas pelo Complexo Portuário de Suape:"; Aplicação de técnicas de Sensoriamento Remoto na análise das mudanças socioespaciais dos municípios de Cabo de Santo Agostinho e Ipojuca, advindas do Complexo Industrial Portuário de Suape (CIPS), em Pernambuco – Brasil XIV Colóquio Ibérico de Geografia. Departamento de Geografia, Universidade do Minho, 11-14 de novembro de 2014. Twane. M. C. Xavier; Helenilda W. V. Cavalcanti; Neison C. F. Freire; A. J. Lopes Junior; Observatório/UFPE: Seminário II – Desenvolvimento Urbano e Regional: transformações na ordem urbana e no processo de planejamento da RMR. Recife, Universidade Federal de Pernambuco, UFPE, Pós-Graduação em Desenvolvimento Urbano, 17 a 21 de agosto de 2015. Organizadores Profa.: Maria Ângela de Almeida Souza. Colaboradores: Prof. Dr. Fabiano de Rocha Diniz e Danielle de Melo Rocha. LAEPT: a) 24 a 26 de abril de 2013: realização do Seminário "Trabalho, territórios produtivos e uma nova agenda do desenvolvimento", organizado pelo LAEPT, com a participação da equipe da Fundaj; *Evolução da População Território Estratégico de Suape.* José Artigas de Godoy, SBPC, julho de 2013.b) 26 a 28 de novembro de 2014: realização do I Seminário Regional da ABET - Trabalho e desenvolvimento "caminhos do desenvolvimento e suas implicações sociais e ambientais", organizado pela Associação

Somos também profundamente gratos aos pesquisadores Daniele de Mello Rocha, Maria Rejane Lyra, Wilson Fusco, Breno Bittencourt Santos, pelo empenho, dedicação e contribuição, particularmente em diversos momentos cruciais da pesquisa; aos bolsistas do Pibic/CNPq/Fundaj, Jéssica Veruska Braga de Miranda, Benjamim Borges, Djanystela de Lione Albino, e muito especialmente à Twane Maria Correia Xavier, por sua dedicação e colaboração em várias atividades da pesquisa, além do seu plano de trabalho do Pibic. Também agradecemos aos estudantes de Pibic das instituições parceiras: Pibic/UFPE – Annelize Dias Lima Viana, Alexandra Oliveira Luna, Luana Isis do Nascimento, Heraldo Martins da Silva Neto, Natasha Freire França e Giuliana Feitosa Fernandes Lobo Nogueira; e Pibic/UFPB – Maria Romarta Ferreira da Silva, Inã Cândido de Medeiro, Amanda Felix de Lima Souza, Michele Alexandra Fachini, Hector Ferreira Gonçalves Scuratto Abdal; aos estudantes de doutorado e mestrado da UFPB e UFPE, Valtemira Mendes Vasconcelos, doutoranda em Geografia, Márcio Abreu, doutorando em Sociologia, Eugênio Vital Pereira Neto, doutorando em Sociologia, Victor de Oliveira Rodrigues, doutorando em Sociologia, João Paulo Costa Rolim Pereira, mestrando em Sociologia, Ana Aldivonir Delfino Lopes, mestranda em Sociologia, e Debhora Fernanda Custódio Bento, mestranda em Sociologia, pela sua contribuição nas discussões dos trabalhos em seminários e reuniões de trabalho.

Agradecimento particular fazemos à arquiteta urbanista Norah Neves, representante da Secretaria de Planejamento do governo do Estado de Pernambuco durante a gestão do governo de Eduardo Campos, inicialmente, vinculada à pesquisa com uma considerada posição estratégica para a realização de importantes articulações com o Governo do Estado e algumas de suas secretarias.

Ainda em destaque, nossos agradecimentos aos representantes de Suape Global, Suape Sustentável, Condepe/Fidem, à Secretaria do Trabalho e Ação Social do Estado de Pernambuco do governo de Eduardo Campos, à Secretaria de Planejamento do Governo do Estado, às prefeituras do Cabo de Santo Agostinho, Ipojuca e suas secretarias, à ONG Mulheres do Cabo, ao Fórum

Brasileira de Estudos do Trabalho (ABET), Laboratório de Estudos e Pesquisas em Políticas Públicas e Trabalho (LAEPT/UFPB), Incubadora de Empreendimentos Solidários (INCUBES/UFPB), Grupo de Pesquisa Trabalho, Desenvolvimento e Políticas Públicas (TDEPP/UFCG), Grupo de Estudos Trabalho Estado e Sociedade (GETES/UFRN) e Fundação Joaquim Nabuco(Fundaj); c) 27/02/2015: defesa de dissertação de Ana Aldivonir Delfino Lopes ("A dinâmica da cooperação e da regulação do trabalho no Estaleiro Atlântico Sul S.A"), no PPGA/UFPB, sob a orientação de Marcia Costa; d) 29/05/2015: IV Seminário de Pesquisa do Laept "O Novo Desenvolvimentismo em Questão?".

Socioambiental de Suape, ao Sindicato dos Trabalhadores Rurais e ao Sindicato dos Trabalhadores de Suape, pelo acesso às entrevistas com os gestores e o acesso a documentos importantes.

Destacamos nossos agradecimentos às professoras doutoras Matilde Melo, da PUC de São Paulo, e Lívia Miranda, da Universidade Federal de Campina Grande, por suas valiosas sugestões para o aprofundamento das questões relacionadas aos dados qualitativos da pesquisa; à pesquisadora doutora Maria do Socorro Araújo, pela leitura atenta deste documento; ao pesquisador doutor Morvan de Melo Moreira, por suas fundamentais sugestões particularmente relacionadas à migração e à construção do nosso questionário, como ainda pela sua participação ativa nos nossos seminários de estudo e *workshops*; à pesquisadora e economista Magda Caldas Neto, por sua dedicação e acompanhamento dos trabalhos da pesquisa de campo.

Dirigimos também nossos agradecimentos aos pesquisadores de campo que coletaram os nossos dados da pesquisa, às nossas secretárias Jucedi Leite e Jaqueline Mendes, aos técnicos em análise computacional Ricardo Zimmerle da Nóbrega e Jorge Medeiros, pelo apoio inicial à pesquisa.

Por fim, porém não em menor grau de importância, nossa gratidão à equipe de estudantes de graduação e de pós-graduação, bem como aos demais pesquisadores das instituições parceiras da pesquisa que, no rico convívio profissional, dividiram suas incertezas relativas à natureza de conhecer e escrever sobre o social.

Helenilda Cavalcanti

APRESENTAÇÃO

Este livro incorpora experiências de pesquisa e reflexões de caráter interdisciplinar, com o propósito de apresentar os resultados de um estudo que se atém aos impactos do Complexo Industrial Portuário de Suape (CIPS), o qual trata dos seguintes temas: migração, trabalho, condições de moradia, identidade e novas territorialidades, realizado no período de 2013 a 2015. A investigação resultou de uma cooperação bem construída entre pesquisadores e professores de diversas áreas do conhecimento da Fundação Joaquim Nabuco (Fundaj), Universidade Federal de Pernambuco/Observatório Pernambuco de Políticas Públicas e Práticas Socioambientais (Observatório PE/UFPE), Universidade Federal da Paraíba/Laboratório de Estudos e Pesquisas sobre Trabalho e Políticas Públicas (Laept/UFPB), como ainda de alunos de graduação e de programas de pós-graduação dos programas de mestrado e doutorado em geografia, sociologia, desenvolvimento urbano e economia, que desenvolvem temas afins sobre a problemática urbana e o desenvolvimento, incluídos na rede interna e externa da pesquisa.

A importância do projeto para a Fundaj deve-se ao fato de ele enquadrar-se no interesse estratégico do Plano Nacional de Educação (PNE) do Ministério da Educação (MEC), ao qual a Fundação Joaquim Nabuco está atrelada. Convocada para inserir-se no referido PNE 2011/2020, (MINISTÉRIO DE EDUCAÇÃO, FUNDAÇÃO JOAQUIM NABUCO, 2011/2020, p. 8), a Fundaj passou a focar a maior parte de suas ações no desenvolvimento do PNE mesmo, de modo a

> colaborar efetivamente para um país com mais educação, inclusivo e preocupado com a sustentabilidade do ambiente, principalmente no Nordeste, onde se tem aplicado nos últimos anos um volume signi-

> ficativo de recursos para o desenvolvimento de projetos de grande porte, de largo impacto social e cultural (...) (MINISTÉRIO DE EDUCAÇÃO, FUNDAÇÃO JOAQUIM NABUCO, p. 8).

O propósito de ajustarem-se os objetivos deste projeto às metas do PNE 2011/2020 e ao Plano de Ação da Fundação Joaquim Nabuco não implica afastá-los de um outro propósito não menos importante da Fundaj, que está em buscar priorizar as mudanças substantivas em curso no Nordeste. Assim, o projeto também encontra respaldo em outros componentes da missão institucional, que são os

> de produzir, acumular e difundir conhecimentos; pesquisar, preservar e difundir a memória coletiva da sociedade brasileira; promover atividades científicas, culturais, educativas e de ensino, visando à compreensão e ao desenvolvimento da sociedade brasileira, prioritariamente a do Nordeste do País (*Op. cit.* p. 8).

Dentre as diretrizes das metas do PNE e as ações da Fundaj, a de número III tem relação direta com os objetivos desta pesquisa, qual seja:

> III. Relacionar a inserção territorial da Fundação às transformações sociais, econômicas, culturais e políticas, que impactam nas formas de a Região Nordeste se articular com o País e com o mundo, priorizando, preferencialmente, os eixos de desenvolvimento da Bacia do São Francisco, da Transposição, do Complexo Industrial Portuário de Suape[1], do Porto de Pecém, da Transnordestina e das áreas onde foram implantados novos campi, oriundas do processo de Interiorização das Universidades Públicas (*Op. cit*, p. 9).

Quanto ao Observatório Pernambuco de Políticas Públicas e Práticas Socioambientais, órgão parceiro desta pesquisa e da pesquisa precedente,[2] foi

1 Grifo nosso.

2 A Fundação Joaquim Nabuco e o Observatório Pernambuco de Políticas Públicas e Práticas Socioambientais/UFPE realizaram, conjuntamente, a pesquisa *Tipologia e Caracterização Socioeconômica dos Assentamentos Precários: Região Metropolitana do Recife (RMR), no período de 2009-10.* A pesquisa estava

criado em 1998, pela cooperação construída pela Universidade Federal de Pernambuco, mediante o Departamento de Geografia, onde se encontra sediado, e por ativistas sociais da Organização Não Governamental FASE (Solidariedade e Educação), com o objetivo de aproximar a produção acadêmica das necessidades da ação social. Incorporou, posteriormente, por convênios de cooperação, os programas de pós-graduação em Desenvolvimento Urbano/Departamento de Arquitetura e Urbanismo (2002) e em Serviço Social/Departamento de Serviço Social (2009), ambos da UFPE. Em 2000, vinculou-se a uma ampla rede nacional – Observatório das Metrópoles, coordenada pelo Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional da Universidade Federal do Rio de Janeiro (IPPUR/UFRJ), que articula pesquisadores em 15 aglomerações metropolitanas do país. Pesquisas, capacitações, consultorias, seminários e fóruns realizados pelo Observatório PE visam manter características acadêmicas de rigor científico, respondendo a uma demanda oriunda da sociedade civil organizada. Dessa forma, sua ação respalda aqueles que, em diversos fóruns consultivos ou deliberativos, juntamente com os movimentos sociais, procuram entender e influenciar as políticas públicas urbanas que visem à efetiva superação das práticas de exclusão que até hoje as caracterizam.

Por sua vez, o Laboratório de Políticas Públicas e Trabalho (Laept), cadastrado no CNPq e sediado no Departamento de Ciências Sociais (DCS) e no Programa de Pós-Graduação em Sociologia (PPGS), ambos vinculados ao Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes (CCHLA), da Universidade Federal da Paraíba (UFPB), também vem somar com suas contribuições essa parceria institucional para a pesquisa. O Laept reúne, além de professores e alunos de graduação e de pós-graduação do DCS e do PPGS, professores-pesquisadores lotados em outros departamentos e programas de pós-graduação da UFPB. Atua a partir da articulação de dois eixos temáticos: Trabalho e Políticas Públicas. Dentre a identificação de áreas de interesse, temas, questões de pesquisa, com vista à consolidação de um projeto comum, o Laept tem priorizado um tema de relevância e reemergente no país e na América Latina, que é a *questão do desenvolvimento*. A partir dessa premissa, foi desenvolvido

---

enquadrada no projeto mais amplo Tipologia e Caracterização Socioeconômica dos Assentamentos Precários nas Regiões Metropolitanas Brasileiras, que esteve sob a responsabilidade da Coordenação de Estudos Setoriais Urbanos (CESURB), vinculada à Diretoria de Estudos Regionais e Urbanos (DIRUR) do Instituto de Pesquisas Aplicadas (IPEA). Resultaram do estudo três livros e um artigo de 50 páginas cuja responsabilidade de publicação ficou a cargo do IPEA.

pelo Laept um *Projeto Integrado de Pesquisa,* também de interesse da Fundaj e do Observatório PE/UFPE, o qual reflete um esforço de investigação do Laept sob uma abordagem centrada:

- nas implicações e possibilidades *sociais* trazidas com a emergência de uma nova agenda desenvolvimentista (assim como quanto às suas relações com as dimensões *políticas, econômicas* e *culturais*);
- no recorte territorial centrado no *Nordeste* (assim como nas conexões nacionais e internacionais estabelecidas a partir desse espaço regional);
- na prioridade para uma abordagem das novas dinâmicas sociais trazidas com as obras do *PAC e outras ações de cunho desenvolvimentista* (implicações e possibilidades);

Esse Projeto Integrado do Laept estrutura-se a partir de diversos *Projetos Específicos,* com recortes temático e empírico próprios, todos, entretanto, reportados ao eixo temático comum da *nova questão do desenvolvimento* e mutuamente articulados com a pesquisa sobre os *Impactos do Complexo Industrial Portuário de Suape (CIPS),* apresentada por este livro.

É nesse contexto que as considerações e interconexões serão realizadas na análise desta pesquisa sobre Suape, por meio do uso de diversas disciplinas (o urbanismo, a geografia, a sociologia, a demografia, a economia, a psicologia social), cuja síntese foi objeto de reflexões coletivas e sistematizadas pelos pesquisadores envolvidos. Optamos pelo diálogo entre os dados quantitativos e qualitativos, extraído de diversas abordagens metodológicas e interdisciplinares, cujo propósito foi deixar emergirem os diferentes saberes e competências na condução do estudo apresentado ao longo dos capítulos que compõem este estudo (FAZENDA, Ivani, 1999); (FAZENDA, Ivani, 1991); (JAPIASSU, Hilton, 1976), cujo conteúdo sumário é apresentado no capítulo introdutório.

A união de esforços para desenvolver uma proveitosa parceria entre a Fundaj, o Observatório PE/UFPE e o Laept/UFPB para a realização deste trabalho foi consolidada com o convênio de cooperação técnico-científico firmado no ano de 2013. O intuito é promover a pesquisa, os estudos e o intercâmbio de conhecimento sobre temas afins, visando incentivar e criar subprojetos novos, compartilhando recursos que servem tanto para os pesquisadores e professores como para o desenvolvimento de alunos de graduação e pós-graduação por meio de Bolsas de Iniciação Científica e de bolsas de pesquisa,

respectivamente. Nessa parceria, foi feito um esforço para ampliarmos a rede de pesquisa na esfera internacional, com instituições de diversos países que estudam a questão de cidades/porto e o desenvolvimento, visando ao aumento do intercâmbio de pesquisadores e ao compartilhamento do financiamento de projetos, em cumprimento à missão de cada instituição.

Dentre as condições que favoreceram o sucesso da parceria entre a Fundaj, o Observatório PE/UFPE e o Laept/UFPB destacam-se: a garantia de um encontro institucional de propriedade intelectual para desenvolver um projeto da amplitude que se buscava; a manutenção de um bom relacionamento e confiança entre os parceiros, dentro de uma perspectiva de benefícios mútuos, com canais abertos de comunicação; o equilíbrio de divisão de responsabilidades e tarefas em que cada um faz a sua parte para atingir o objetivo comum e o seu em particular.

Em alguns momentos, conforme a *expertise* ou as situações de dificuldades pessoais na vida de um ou outro membro ou coordenação da pesquisa, a liderança dos trabalhos foi alternada com outro pesquisador sênior, com domínio sobre determinado tema ou método. Desse cotidiano compartilhado de trabalho, na junção da ciência com quem faz ciência, no diálogo entre o objeto da pesquisa e o percurso da execução das atividades, ocorreram desafios que mobilizaram práticas que incentivaram valores como a solidariedade, o bom relacionamento interpessoal, a criatividade, a autonomia, elementos que facilitam o conhecimento e fortalecem a construção essencial do ser. O argumento que reforça essa questão, embora utilizado por Latour (2012, p.14) para falar da sociologia enquanto ciência, é que ambos, atores e cientistas, estão intrigados por questões relativas à identidade, à participação, ao coletivo e ao desafio da rede interpessoal, que é o lugar em que a vida nos coloca.

Helenilda Cavalcanti, Maria Ângela de Almeida Souza,
Roberto Véras de Oliveira

Coordenadores

RESUMO

Este livro tem como objetivo apresentar os resultados de um estudo que se atém aos impactos do Complexo Industrial Portuário de Suape (CIPS) sobre o território de sua influência, e trata dos seguintes temas: migração, novas territorialidades, trabalho, condições de moradia, violência, identidade e bem-estar social, realizado no período de 2013 a 2015. O estudo analisa, de modo mais aprofundado, os impactos do CIPS nos dois municípios sobre os quais exerceram influência direta: Cabo de Santo Agostinho e Ipojuca, na perspectiva de dois eixos temáticos: de um lado, os processos migratórios no contexto do acelerado crescimento econômico ocorrido no Território Estratégico de Suape (TES), no período de 2005 a 2010; e, de outro, as relações de trabalho e as condições de moradia na Região, que rebatem sobre as identidades dos migrantes, o bem-estar social, as formas de violência e as novas territorialidades, que naquele território foram sendo instituídas ao longo desse processo. Para esse propósito, construímos uma metodologia de caráter quantitativo e qualitativo composta por um sistema de coleta de informações formado por três principais etapas: uma pesquisa qualitativa de observação antropológica (2013); uma pesquisa de "sondagem" dos domicílios com pelo menos um migrante (2014), aplicada a uma amostra de 5.000 domicílios urbanos nos municípios da área de influência direta do CIPS, tendo como base de dados para a definição da amostra o Censo Demográfico de 2010; e uma pesquisa de campo amostral nos domicílios urbanos com migrantes (2014), tendo como referência esses domicílios identificados pela "sondagem", da qual foi extraída uma amostra de 804 domicílios assim distribuídos: 385 domicílios com migrantes para o Cabo de Santo Agostinho e 419 para o município de Ipojuca. A investigação foi o fruto

de uma cooperação bem edificada entre pesquisadores e professores de diversas áreas do conhecimento da Fundação Joaquim Nabuco, Universidade Federal de Pernambuco/ Observatório de Políticas Públicas e Práticas Socioambientais, Universidade Federal da Paraíba/ Laboratório de Estudos e Pesquisas sobre Trabalho e Políticas Públicas, como ainda de alunos de graduação e de programas de pós-graduação dos programas de mestrado e doutorado em geografia, sociologia e economia, que desenvolvem temas afins sobre a problemática urbana e o desenvolvimento, incluídos nas redes interna e externa da pesquisa.
Palavras-Chave: Complexo Industrial Portuário de Suape, impactos sociais, desenvolvimento.

ABSTRACT

This research report presents the study results of social impacts caused by the Suape Industrial Port Complex, over its area of influence. Done between 2013 and 2015, the investigation encompassed the following subjects: migration, new territorialities, labor and housing standards, violence, social identity and social welfare. This constitute an in-depth analysis of two municipalities directly influenced by the Suape Industrial Port Complex, i.e. Cabo de Santo Agostinho and Ipojuca. This happened under two main thematic lines. Firstly, the study of the migration process done in the context of an accelerated economic growth of the so-called Strategic Territory of Suape from 2005 to 2010. Secondly, the study of labor relationships associated alongside with housing conditions in that region, which frames the identity of the migrants with the lack of social welfare and all sorts of violent events. These set of factors formed new territorialities in the Suape region.

With these purposes in mind, the research method used qualitative and quantitative technics, such as data collection in three main stages. 1) An anthropological observation (done in 2013). 2) An exploratory research on dwellers where reside at least one migrant (done in 2014, applies for a sample of 5,000 urban dwellers in Cabo de Santo Agostino and Ipojuca, using the National Census 2010 for the sample definition). 3) A field survey of urban dwellers of migrants (done in 2014), taking the previously identified dwellers from the exploratory research as guideline. From this, 804 migrants' dwellers surveyed 385 dwellers occurred in Cabo de Santo Agostinho and 419 dwellers were in Ipojuca.

This investigation is a result of a successful cooperation among researchers from various disciplinary areas of knowledge and institutions. These researchers come from the Joaquim Nabuco Foundation, Federal University of Pernambuco/Observatory of Public Policies and Social-Environmental Practices, and Federal University of Paraíba/Laboratory of Research and Study on Labor and Public Policies. This research also relied on the work of undergraduate students and those engaged in master's and Ph.D. graduate programs in Geography, Sociology, and Economics, who were developing studies about urban and development issues, involved in internal and external networks of these programs.

Keywords: the Suape Industrial Port Complex, social impacts of development

INTRODUÇÃO

Helenilda Cavalcanti, Maria Ângela de Almeida Souza e
Roberto Véras de Oliveira

A cabeça pensa a partir de onde os pés pisam, e todo o ponto de vista é a vista de um ponto. Isso é inescapável. Cabe analisar política e eticamente o tipo de interesse, a quem serve o projeto de "desenvolvimento" que Pernambuco e o Brasil têm em mente. Como entra o povo nisso tudo? Até quando ele continuará invisível?

Reflexão a partir de Leonardo Boff (2012)

Esta pesquisa foi realizada pela Fundaj, Obervatório PE/UFPE e Laept/UFPB durante o período do primeiro semestre de 2013 ao primeiro semestre de 2015, na qual procuramos concentrar esforços na análise do alcance dos impactos do Complexo Industrial Portuário de Suape (CIPS) em diversos aspectos dos processos que se desenvolvem no território de sua influência, o Território Estratégico de Suape (TES), com detalhe para aquele em que essa influência se estabelece de modo mais direto, a Área de Influência Direta (AID), que corresponde aos municípios de Cabo de Santo Agostinho e Ipojuca, situados ao sul da Região Metropolitana do Recife (RMR). Nesta introdução, apresentamos a fundamentação do nosso ponto de partida, as questões e as variáveis focadas, bem como a metodologia utilizada, considerando a ampliação do escopo inicial do trabalho com a incorporação de novos pesquisadores,

com seus respectivos temas e enfoques, como ainda uma breve descrição dos capítulos que fazem parte deste documento.

Sabemos que o desenvolvimento produz impactos, deslocamentos, mudanças, e coloca em foco questões de ordem política, social e cultural de uma sociedade e da própria escolha do desenvolvimento a seguir. No recorte territorial de Suape e na irradiação de seus impactos, subjaz o discurso desenvolvimentista capitaneado pelo Governo Federal, iniciado ainda no final do primeiro mandato do governo Lula, tendo como símbolo maior o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), lançado em janeiro de 2007. O PAC estabeleceu como prioridade a realização de investimentos de grande porte orientados para a construção e a requalificação da infraestrutura. O PAC foi também a alavanca da campanha do primeiro mandato de Dilma Rousseff, dando continuidade e realce ao discurso desenvolvimentista do segundo mandato de Lula e indicando a necessidade de ampliação e aprofundamento das ações até então executadas (VÉRAS, Roberto, *et al.*, 2013). Esse ponto de vista defendia que seria possível conciliar crescimento econômico com sustentabilidade e equidade social. Pernambuco, na mesma esteira dessa concepção de um "novo-desenvolvimentismo"[1] defendia, nas duas gestões do governo de Eduardo Campos (2007 – 2010; 2010 – 2013), a ideia da "construção de um novo tempo e da necessidade de corrigir distorções sociais"[2]. Nesse caso particular, os adeptos da inspiração do CIPS propõem oferecer uma mudança na matriz econômica e social de Pernambuco, alterando também as relações entre os atores envolvidos, com o objetivo de ampliar a expansão econômica em Pernambuco e no Nordeste do Brasil, sobretudo porque o Estado apresentava-se marcado por dificuldades impostas pelo contexto mais competitivo da globalização, sem conseguir alcançar um dinamismo que o elevasse a patamares superiores de crescimento. A situação relativamente longa do período de estagnação econômica em Pernambuco aspirava, então, por mudanças quanto ao papel do Estado como

1 O novo-desenvolvimentismo tem diversas origens, dentre as quais a visão de Keynes e de economistas keynesianos contemporâneos, como Paul Davidson e Joseph Stiglitz, de complementaridade entre Estado e mercado e a visão cepalina neo-estruturalista que afirma que a industrialização latino-americana não foi suficiente para resolver os problemas de desigualdades sociais na região. Defende a adoção de uma estratégia de "transformação produtiva com equidade social" que permita compatibilizar um crescimento econômico sustentável com uma melhor distribuição de renda. Ver SICSÚ, João; PAULA, Luiz Fernando de; e MICHEL, Renaut. Por que um novo-desenvolvimentismo? Jornal dos Economistas n°. 186, Janeiro de 2005, p. 3-5.

2 Discurso de posse de Eduardo Campos, proferido na Assembleia Legislativa de Pernambuco em janeiro de 2017. http://www.diariodepernambuco.com.br/app/noticia/politica/2014/08/13/interna_politica,522471/veja-do-discurso-de-posse-de-eduardo-campos-feito

indutor de atividades econômicas. Assim, o CIPS surge no contexto como um novo mecanismo para ativar, coordenar e estimular a ampliação da estrutura econômica do Estado, na perspectiva de atrair investimentos externos por meio de grandes projetos estruturadores com vista a obter maior competitividade.

A estratégia para ampliar a competitividade do Complexo ancorou-se em quatro pilares: altos investimentos em infraestrutura, modernização das plantas industriais a partir de novos paradigmas tecnológicos, qualificação de mão de obra e políticas de fomento e de mitigação de impactos dirigidas à criação e ao incremento de um Território Produtivo[3] capaz de aproveitar as oportunidades abertas ao novo desenvolvimento.

É com os olhos voltados para esse contexto que a pesquisa enfoca como campo empírico as questões sociais acarretadas por uma intervenção desenvolvimentista, sob a perspectiva de dois eixos temáticos especificados em seus objetivos: (1) os processos migratórios, no contexto do acelerado crescimento econômico ocorrido no Território Estratégico de Suape (TES)[4] no período de 2005 a 2010, e (2) as relações de trabalho e as condições de moradia na Região, que rebatem sobre as identidades dos migrantes e as novas territorialidades que naquele território foram sendo instituídas ao longo desse processo.

Os dois eixos temáticos citados encontram-se imbricados, uma vez que o crescimento econômico impulsionado pelos investimentos no Território Estratégico de Suape (TES), observado no período, induziu a um aumento vertiginoso de população migrante, atraída pelas oportunidades de trabalho direto ou indireto na região, com a pressão sobre a oferta de moradia no contexto de escassez de habitação na região. Como consequência, os diferentes grupos sociais que aí foram gestados, sobretudo migrantes do sexo masculino de outras regiões do estado e do Brasil e também estrangeiros, juntamente com a população local, passaram a estabelecer relações identitárias conflituosas no processo de reconstituição do lugar do cotidiano e aceder a novas relações sociais e de poder no Território, no sentido de formação de

3 Chamamos de *Território Produtivo* um processo altamente seletivo que acompanha um movimento do global para o local e do local para o global, em espaço escolhido, com a presença forte de intervenção público-privada, novas tecnologias e relações de trabalho, e de trabalho mais especializado, aceleração das transações, mercado funcionando 24 horas e presença de novos atores e produtos.

4 O Território Estratégico de Suape é composto por oito municípios da Região Metropolitana do Recife: Jaboatão dos Guararapes, Moreno, Escada, Ribeirão, Rio Formoso, Sirinhaém, Cabo de Santo Agostinho e Ipojuca.

novas territorialidades,[5] novas formas de ocupar e viver, com rebatimento na questão da violência e na qualidade de vida.

Encontramos na literatura vários aspectos que serão utilizados como suporte para nossos argumentos acerca dos impactos do CIPS sobre as variáveis selecionadas no estudo, todas perpassadas pela questão da territorialidade. Com base na literatura, podemos dizer que o Estado pode ser considerado como um grande agente desterritorializador, na medida em que imprime a divisão da terra, do solo, pela organização administrativa, fundiária, residencial, ou pelo seu interesse em construir, como é o caso de um Território Produtivo como o de Suape. Em geral, o Estado fixa os indivíduos na terra, mas de forma arbitrária (DELEUZE e GUATTARI, 1987); (FOUCAULT, 1979). Sabemos que o Estado é territorial, subdivide não a população mas o território, e substitui a organização espontânea por uma organização geográfica (RAFFESTIN, C. O. 1993). O Estado também pode ter um papel re-territorializador fundamental na medida em que atua para controlar fluxos de várias ordens, como ocorre no Território Estratégico de Suape. O que nos importa, como orienta Haesbaert (2007), é perceber as diferenças entre um movimento "territorializador" e outro "desterritorializador" e situar os sentidos profundamente distintos entre um e outro movimento. Não podemos perder de vista, também, que no Território, principalmente quando falamos em migração, existe uma perspectiva cultural, que possui em si outros movimentos importantes para serem observados no que diz respeito à autonomia, ou não, dos indivíduos ou grupo, isto é, o indivíduo tem autonomia, escolha, para fixar-se, ou não, em um determinado território? De maneira igualmente importante, vale acrescentar que o poder do laço, vínculo a um lugar, que é o espaço revestido de valores não somente materiais, mas também éticos, espirituais, simbólicos e afetivos (BONNEMAISON e CAMBRÈZY, 1995), é um dado importante na territorialidade, na construção de um lugar que possa ser chamado de lar (CUBA, Lee; COLLEGE, Wellesley; HUMMON, David M.; CROSS COLLEGE, Holy, 1993); (GALLO, Priscila Marchiori Dal ; MARANDOLA JR, Eduardo. 2008); (MCMILLAN e CHAVIS. I*n*: GARCÍA, I., GIULIANI, F., & WIESENFELD, E. 2009). Igualmente, o movimento de sociabilidade no território, por meio do trabalho da

5 Territorialidade é a tentativa, por parte de indivíduo ou grupo, de afetar, influenciar ou controlar pessoas, fenômenos e relações, ao delimitar e assegurar seu controle sobre certa área geográfica. Ver DIAS, Leila Christina e FERRARI, Maristela (orgs.). Territorialidades Humanas e Redes Sociais - 2ª edição. Editora Insular, 2013.

vizinhança eleva os aspectos de qualidade do lugar, de confiança e bem-estar do território, bairro, comunidade e/ou sociedade. A violência retrai e expulsa, como também o movimento de desenraizamento (WEIL, 1949) causa sofrimento.

Canclini (1995, 1997) fala da relação do território, lugar, com a identidade. Na migração, por exemplo, a desvinculação do local de moradia e de trabalho torna policêntrica a mancha urbana. Ocorre uma redefinição do senso de pertencimento da identidade, que deixa as lealdades locais e nacionais pelas "comunidades transnacionais ou desterritorizadas". A desterritorialização é vista, então, como o enfraquecimento das lealdades locais e nacionais em prol das comunidades transnacionais ou "comunidades desterritorializadas", gerando o que Cancline (1997) chama de culturas híbridas.

Haesbaert (2007) também fala da multiterritorialidade. Nesse caso, os indivíduos não podem viver sem território, a sociedade e o espaço não podem ser dissociados. A multiterritorialidade pode ser a exacerbação das possibilidades. O caso mais extremo é dos trabalhadores denominados "trecheiros", em Suape, trazidos pelas empresas, que, depois de um tempo nessa lida, não sabem mais qual é o seu lugar. De um modo geral, a experiência de diferentes territórios nos ajuda a reconstruir constantemente o nosso território. Haesbaert também enfatiza que toda relação de poder espacialmente mediada, a exemplo dos territórios dos diferentes tipos de migrantes, de moradores, mediados pelas classes sociais, pelo trabalho, é também produtora de identidade, pois controla, distingue, separa e, ao separar, de algum modo nomeia e classifica os indivíduos e os grupos sociais. E vice-versa: todo processo de identificação social é também uma relação política, acionada como estratégia em momentos de conflito e/ou negociação (HAESBAERT, 2007, p.89). A identidade é igualmente captada pela percepção das diferenças, significa também demarcar fronteiras. Nós e eles (a alteridade) não são simples distinções gramaticais, mas evidentes indicadores de posições de sujeitos fortemente marcadas pelas relações de poder (TADEU DA SILVA. 2011, p.83).

Na questão do trabalho, motivação para a migração no TES, a atenção se concentra especialmente nas dimensões social e política nela implicadas. A partir da atual experiência de Suape, é possível falarmos na instituição de novos parâmetros para as relações de trabalho que indiquem um horizonte de superação do seu caráter predominantemente precário, ainda mais em uma região do país tida como historicamente periférica? Ou, ao contrário, trata-se de novas formas de reprodução dessa condição? A análise terá como contexto o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), esse, por sua vez, tendo-se

tornado o mais destacado instrumento da nova política de desenvolvimento do Governo Federal no último mandato de Lula (2007 a 2010) e no atual mandato de Dilma (2011-2014). Para dar suporte a essas questões, recorreremos aos autores da crítica cepalina (João Manuel Cardoso de Mello, Sergio Silva, Wilson Cano e Luis Gonzaga de Mello Belluzo), que partiam de uma releitura de Keynes e de Marx e postularam várias possibilidades de desenvolvimento para um capitalismo tardio e específico como o brasileiro. Esses autores destacaram novamente que não haveria um único modelo de desenvolvimento a ser seguido, não haveria uma fórmula, uma teoria. O desenvolvimento deveria ser fundado nas perspectivas particulares de cada ambiente social e econômico, de acordo com as circunstâncias históricas e estruturais (VÉRAS, Roberto *et al.*, 2013).

Ao longo deste estudo, essas explicações vão sendo dialogadas com os dados juntamente às distintas formações e visões dos pesquisadores que integram a pesquisa, para embasamento das problemáticas detectadas. Para tal intento, construímos uma metodologia que pudesse dar conta das múltiplas faces dos aspectos quantitativos e qualitativos relacionados aos objetivos da pesquisa, composta por um sistema de coleta de informações que consta das seguintes etapas: uma pesquisa de levantamento bibliográfico, material midiático e documental; uma pesquisa qualitativa e observação antropológica, para as análises preliminares sobre os impactos mais gerais do CIPS, que contribuíram para orientar as atividades da pesquisa de campo e para a realização de análises qualitativas; uma pesquisa de dados secundários, que incluíram levantamento estatístico, sistematização e análise de dados sobre as dimensões econômica e social, a partir de diversas fontes oficiais (IBGE, IPEA, Ministérios, Governo do Estado); uma pesquisa de "sondagem" dos migrantes, aplicada a uma amostra de 5.000 domicílios urbanos para a identificação dos domicílios com migrantes nos municípios do Cabo de Santo Agostinho e Ipojuca – área de influência direta CIPS -, tendo como base de dados, para a definição da amostra, o Censo Demográfico de 2010; uma pesquisa de campo amostral nos domicílios urbanos com migrantes, tendo como referência os domicílios com migrantes identificados pela "sondagem", da qual foi extraída uma amostra de 804 domicílios assim distribuídos: 385 domicílios com migrantes para o Cabo de Santo Agostinho e 419 para o município de Ipojuca.

As questões gerais que explicitam os objetivos da pesquisa que compõem o arcabouço do questionário tiveram a finalidade de captar quais as atividades produtivas dos migrantes, como eles habitam e ocupam os espaços e como alteram as configurações espaciais e socioculturais dos dois municípios; como

são formadas as novas identidades e as novas territorialidades no TES e qual o grau de qualidade de vida e satisfação dessa população. Embora o tema geral da pesquisa suscite questionamentos específicos nas áreas de conhecimento que o compreende, o cerne da questão está em apreender os ganhos e as perdas de um projeto de intervenção de inspiração desenvolvimentista, que aliou à sua estratégia a consolidação de um complexo produtivo construído e articulado ao longo de várias gestões governamentais, tanto estaduais como federais.

Este trabalho foi estruturado em onze capítulos, incluindo este primeiro capítulo introdutório, que se sequencia pelos demais capítulos assim distribuídos:

No capítulo II, apresentamos a concepção da implantação do Porto de Suape e do complexo industrial portuário, fazendo uma descrição dos episódios históricos que acompanharam a discussão do planejamento do território de Suape como potencial para a organização da dinâmica de acumulação do capital e do poder político, econômico e social gestado no Estado de Pernambuco para a criação do CIPS.

No capítulo III, são apresentadas as características da localização do Território Estratégico de Suape (TES), no qual foi montado o cenário do Complexo Industrial Portuário de Suape (CIPS) e a sua relação com a Região Metropolitana do Recife (RMR), e damos ênfase às relações que mobilizaram esforços para uma governança compartilhada do Território, no sentido de o Porto de Suape superar a tendência de ser apenas um dispositivo de circulação de mercadorias, apartado da vida e da gestão pública das cidades e do seu entorno. Nessas considerações, levamos em conta a posição do CIPS em relação à capital do Estado e sua projeção no cenário regional e nacional.

No capítulo IV, analisamos a temática da migração – eixo transversal do estudo. Consideramos a migração como um importante fenômeno social demonstrado pela força de atração que o lugar/território exerce para quem migra, com rebatimento em todas as demais variáveis selecionadas. Nesse sentido, a migração no TES, espacial e temporal, particularmente uma migração laboral, configura-se como um fenômeno social que atravessa as situações observadas e converte-se em um dos indicadores importantes para a análise das transformações ocorridas nessa região.

No capítulo V, a atenção se concentra na problemática do trabalho, quanto às dimensões social e política nela implicadas, especialmente dos migrantes atraídos pelas oportunidades de emprego geradas pelos empreendimentos industriais e de serviços instalados na região, ou seja, é analisada a nova problemática do trabalho em Suape, do ponto de vista das condições, conflitos e negociações que ali se têm detectado.

No capítulo VI, tratamos dos impactos dos processos migratórios sobre as condições de moradia, dando ênfase aos municípios situados na Área de Influência Direta do CIPS – Cabo de Santo Agostinho e Ipojuca. Destacamos o aumento da demanda por novas moradias nesses municípios, abordamos as estratégias adotadas para a provisão de moradias em face desse aumento de demanda e caracterizamos as condições de moradia dos migrantes (2014) com base na pesquisa de campo, buscando contextualizá-las nas condições gerais das moradias nesses municípios, retratadas pelo Censo Demográfico de 2010.

No capítulo VII, analisamos, de modo mais amplo, a questão da habitabilidade no Território Estratégico de Suape a partir da problemática do saneamento básico e de suas implicações no meio ambiente.

No capítulo VIII, no tema violência, apresentamos o perfil da violência urbana no Território Estratégico de Suape (TES), apoiamo-nos, para isso, em dados sobre criminalidade violenta e nos dados sobre percepção produzidos pela pesquisa de campo. Nosso objetivo foi apreender a violência urbana não só enquanto conjunto de crimes violentos, mas também como fenômeno social abrangente, o que envolve a ocorrência de fatos criminosos e a repercussão desses na sociedade, considerando a influência que os altos índices de criminalidade provocam na sociabilidade.

No capítulo IX, tratamos a identidade e analisamos as experiências e as mudanças ocorridas no sentimento da identidade dos migrantes do Cabo de Santo Agostinho e Ipojuca, relacionadas com o cotidiano do lugar ou associadas ao lugar. Com base nos dados da pesquisa, destacamos categorias definidoras do sentimento de vivência no lugar, as quais dão ênfase ao sentimento de pertencimento ao lugar. Destacamos os elementos de atração desses dois municípios e as diferenças internas das respostas dos dois municípios.

No capítulo X, consideramos que, para além das desigualdades socioeconômicas, existem também, ou como consequência delas, as desigualdades relacionadas com o bem-estar subjetivo, que podem igualmente interferir na qualidade de vida dos indivíduos e/ou grupos populacionais, muitas vezes expressas por meio do sentimento de pertencimento ao lugar, assim como pelo nível de felicidade e percepção de segurança quanto ao lugar, ou pela indicação qualitativa do sentimento de identidades, sejam elas culturais ou étnicas, no contexto de uma situação de migração

No capítulo XI, conclusivo, analisamos o conjunto geral das variáveis, de modo a permitir o levantamento de sugestões no âmbito das políticas públicas para o enfrentamento dos grupos vulneráveis identificados pela pesquisa,

salientando o papel dos setores públicos e privados para essa finalidade. Ainda como fechamento, retornamos à discussão sobre a experiência de Suape no atendimento ao que se apregoa como novo desenvolvimento, ideia segundo a qual é possível compatibilizar o crescimento econômico sustentável com uma melhor distribuição de renda. Para finalizar, são feitas algumas considerações sobre a crise econômica e de confiança no país, expondo qual deverá ser o papel do Estado para manter as novas demandas criadas para Suape. Nesse balanço geral, fazemos considerações sobre os que ganham e os que perdem no Território de Suape com o processo de desenvolvimento ali instaurado.

COMPLEXO INDUSTRIAL PORTUÁRIO DE SUAPE: CONCEPÇÃO E MARCOS HISTÓRICOS

Helenilda Cavalcanti, José Henrique Artigas de Godoy e Danielle de Melo Rocha

Episódios históricos acompanham a discussão do planejamento do Território de Suape como potencial para a organização da dinâmica de acumulação do capital e do poder político, econômico e social gestado no Estado de Pernambuco para a criação do CIPS. As características naturais do espaço geográfico oferecidas por Suape já assinalavam a diferenciação desse ambiente como reserva de significados, cujo destino seria atribuído à sua paisagem a determinação da criação de um território produtivo.[1]

1 Suape veio do nome de um ancoradouro existente na orla do Cabo, que ficava separado do mar por um cordão dos recifes de arenito. Em sua extremidade norte, desembocavam três rios importantes – o Massangana, o Tatuoca e o Ipojuca. Uma muralha de aproximadamente 800 metros permitia o acesso de pequenas embarcações quando somente os índios viviam ali. O atual rio Massangana era chamado de Suape – que, em tupi, significa caminho incerto, devido à própria trajetória incerta desse rio. Ver: KATER, Maria das Graças L.; BARROS, Maria de Lourdes Osório de. O processo de transferência dos agricultores situados na área de Suape, pertencentes à Cooperativa de Tiriri. In: Encontro Nacional de Geografia Agrária, 6, 1985, Garanhuns, PE. *Anais.* Recife: Fundaj, Ed. Massangana, 1985; LINS, Rachel Caldas. O Cabo e as revoluções pernambucanas. *Ciência e Trópico* Recife, v. 9, n. 1, p. 67-95, jan./jun. 1981; MOTTA, Roberto. O povoado de Suape: economia, sociedade e atitudes. Recife, *Revista*

Este capítulo será subdividido em dois itens: no primeiro, trataremos da concepção do nascimento do Porto de Suape e de como Suape se torna um dos personagens da centralidade do discurso desenvolvimentista construído a partir de diversas narrativas. No segundo momento, traçaremos os marcos históricos da evolução do Complexo Industrial Portuário de Suape (CIPS), a partir de uma periodização em 3 fases: concepção/início e estagnação (1960 a 2004), em que se acompanha a evolução do Complexo de Suape desde a concepção inicial; aceleração econômica (2005 a 2012), em que se apresenta o CIPS no contexto da concentração dos investimentos, e desmobilização/ crise (a partir de 2012).

A Concepção do Porto de Suape

Como dado histórico, é importante lembrar que os alicerces do sistema portuário no Brasil e por extensão, o Porto de Suape, remontam a 1808, com a Carta Régia promulgada durante a regência do príncipe D. João, "permitindo a abertura dos portos às nações amigas"[2]. Nessa tendência, em 1869, o país passa a fazer parte do cenário do comércio internacional com a publicação da Lei das Concessões, que permite o financiamento privado de obras de expansão nos principais portos nacionais pelo Decreto de nº. 1.746, de 13 de outubro de 1869, que:

> Autorisa o Governo a contractar a construcção, nos differentes portos do Imperio, de dócas e armazens para carga, descarga, guarda e conservação das mercadorias de importação e exportação.[3]

Pernambucana de Desenvolvimento, v. 6, n. 2, p. 209-247, jul./dez. 1979. Assim, a denominação do nome Suape, de origem tupi, apresenta significado e qualificação ao nome, traduzido por *caminho incerto*, que, de certa forma, antevê uma incerteza ao futuro do Território. Futuro conduzido pela ousadia em defesa de um grande projeto de desenvolvimento por meio do "uso legítimo da força", que transforma os espaços, a paisagem, muda o curso dos rios e remove populações nativas para confins, "encarnado ou não no direito" (SANTOS, Milton. *A Natureza do Espaço: técnica e tempo, razão e emoção.* São Paulo, Edusp, 2002). De modo que só o tempo, mestre na observação do acúmulo de grandes contradições, como um oráculo, será capaz de responder à suposição dessa disposição. Mesmo porque não existe um só caminho para o desenvolvimento.

2 https://pt-br.facebook.com/ibemrs/posts/779101118844236 Consulta em 7 de abril de 2015.

3 http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-1746-13-outubro-1869-552569-publicacaooriginal-69884-pl.html consulta 7 de abril, 10h47.

Figura 2.1. Carta Régia do príncipe D. João.

Fonte: Imagem: Decreto de Abertura dos Portos às Nações Amigas. 28.01.1808. Autor: Príncipe regente Dom João, Conde da Ponte. Localização atual: Arquivo Nacional do Brasil - Biblioteca Nacional do Brasil. Instituto Brasileiro de Estudos Monárquicos do Rio Grande do Sul. Sem data. Foto do Memorial da História do Brasil. https://pt-br.facebook.com/ibemrs/posts/779101118844236 consulta em 7 de abril de 2015. In: HTTP://goo.gl/gUq4Jp

Na década de 1930, com o governo de Getúlio Vargas, no Governo Constitucional, posteriormente chamado de Estado Novo, a gestão dos portos brasileiros passa do âmbito privado para as mãos do Estado, na condição de financiador e operador dos ativos e regulador do sistema portuário, com vista à sua modernização. O auge desse processo ocorre com a criação e a ampliação da empresa Portos do Brasil S/A (Portobrás).

A Portobrás explorava os portos por intermédio de empresas subsidiárias – Companhias Docas –, que assumia o papel de fiscalizar as concessões estaduais e até mesmo dos terminais privativos de empresas estatais e privadas (CURCINO, 2007). Nesse particular, a Portobrás não acompanhava a dinâmica das exigências do capital. O papel dessa empresa era explorar o cais comercial, fiscalizar e atuar ao mesmo tempo como órgão operador, fiscalizador, controlador, constituindo-se em uma autoridade nacional portuária, com o objetivo de administrar os trinta e cinco portos comerciais do país.

Fenômenos políticos e econômicos acompanharam os processos sociais da sociedade brasileira que influenciaram na abertura das economias ditas periféricas e contribuíram para mudanças acentuadas no papel do Estado como indutor do desenvolvimento (LIMA; SICSÚ; PADILHA, 2007, p.526). Para o país adap-

tar-se às novas exigências do capitalismo global e no propósito de modernizar o Brasil e torná-lo mais competitivo, o governo brasileiro, tendo como presidente Fernando Collor de Mello, extingue a Portobrás e edita, em 1993, um novo instrumento legal conhecido como Lei de Modernização dos Portos (8.630/93), em cujo cerne do problema está a falta de clareza das competências. Com isso, ocorre uma redefinição dos papéis da autoridade portuária, do operador portuário e da própria função do Estado na gestão e na regulação do sistema portuário. Nesse processo, o Governo utiliza instrumentos como Decretos e Resoluções, a fim de aperfeiçoar o marco institucional e o equilíbrio econômico financeiro dos contratos, buscando a eficiência e a competitividade dos portos.

Como limitações decorrentes da Lei, podem ser citadas: a dificuldade de um acordo entre empresários e trabalhadores sindicalizados, tendo como mote da discussão a uniformização da remuneração dos trabalhadores portuários e avulsos; a resistência das Cias das Docas e concessionárias para assumir suas funções de autoridades portuárias e administradoras do patrimônio público; a falta de clareza quanto às competências dos órgãos federais, municipais e estaduais em seus processos decisórios (NASCIMENTO, 2005,p. 3).

Posteriormente, para dar conta desse novo papel dos sistemas de transportes portuários, o Ministério dos Transportes fica responsável pela formulação de políticas para o transporte aquaviário como um todo, e cria a Agência Nacional de Transportes Aquaviários (ANTAG), instituída pela Lei nº 10.233/2001, com a finalidade de implantar, em sua esfera de atuação, as políticas formuladas por esse Ministério e pelo Conselho Nacional de Integração de Políticas de Transporte ligado ao Ministério dos Transportes (CONIT), segundo os princípios e as diretrizes estabelecidos na sua lei de criação.

Em 2007, é criada, por medida provisória, e referendada pela Lei nº 11.518/2007 (PLANALTO, ato 2011-2014/2013/Lei/L12815)[4] a Secretaria Especial de Portos (SEP), vinculada diretamente à Presidência da República, hoje, Secretaria dos Portos. Essa mudança retirou o sistema portuário de um patamar baixo, quando era apenas um setor do Ministério dos Transportes, e foi-lhe dado um novo *status,* com uma concepção estratégica e desenvolvimentista (ARAÚJO, 2013, p.p 9,10). São atribuições e competências desse setor: formular políticas e diretrizes para o desenvolvimento de setor portuá-

4 <http://www.planalto.gov.br/civil_03/_ato2011-2014/2013/Lei/L12815.htm> Consulta em 7 de maio de 2015,14h19.

rio no Brasil e executar programas e projetos de apoio ao desenvolvimento da infraestrutura portuária, com investimentos orçamentários, inclusive para atender ao Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), recomendado pelo Governo de Luís Inácio Lula da Silva (PT).

A Secretaria dos Portos passa, então, a ter como atribuição específica participar do planejamento estratégico e da aprovação dos planos de concessões e outorgas, visando obter uma melhor eficiência do transporte aquaviário de cargas e de passageiros do país como um todo.

Em 2012, é editada a Medida Provisória 595 – MP dos Portos –, com a intenção de aumentar a eficiência dos portos brasileiros e, principalmente, estabelecer novas regras para as concessões de portos. Tal medida, sob a pressão do Governo Federal no Congresso Nacional, após o acolhimento de 137 emendas, transformou-se na Lei nº 12.815/2013.

Hoje, o Sistema Portuário é composto por 37 portos públicos, entre marítimos e fluviais, e mais de 40 terminais privativos. Desse total, 18 são delegados, concedidos, ou têm sua operação autorizada à administração por parte dos governos estaduais e municipais. Existem ainda 42 terminais de uso privativo e três complexos portuários que operam concedidos à iniciativa privada. Esse sistema é responsável por mais de 90% da movimentação de carga realizada com o mercado internacional, como também participa, de forma efetiva, da intermodalidade da movimentação de carga em seu interior (BRASIL, Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República; INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (IPEA), 2010, p.2). É importante acrescentarmos que o Brasil possui um território costeiro de mais de 8.000 km de extensão, o que lhe confere importante destaque geopolítico e estratégico.

À medida que as transformações na sociedade e na economia foram ocorrendo, grandes mudanças aconteceram nos territórios, devido aos impactos das atividades portuárias. Assim, passou-se de uma "escala de abordagem tradicional da 'cidade portuária' para a dos 'espaços portuários', mais vastos, e que constituem autênticas plataformas logísticas de transportes e de comércio internacional" (SOUSA, J. Figueira, 1999, *In*: ALVES, José Luis, *op. cit.* 2011). Nessa expansão, Harvey (2002) constata que o transporte marítimo sofreu uma verdadeira revolução, traduzida concretamente pelo aumento da capacidade dos navios, por ganhos em velocidade e por uma diminuição significativa do custo do frete, de forma a contribuir para o encurtamento relativo das distâncias para as pessoas, as mercadorias e as informações.

O Porto de Suape, objeto da pesquisa, nasceu e, sobretudo, se consolidou nesse contexto de grandes transformações da realidade caracterizadas pelo período técnico-científico informacional, pela globalização da economia e pela mudança do modo fordista de produção para o modelo de "acumulação flexível" (HARVEY, 2002).

A Empresa Suape, instituição pública vinculada ao Governo de Pernambuco, foi criada pela Lei Estadual nº 7.763, de 1978, com a finalidade de conduzir o processo de implantação de um Complexo Industrial Portuário, acompanhar o desenvolvimento das obras e gerenciar a exploração das atividades portuárias. A concepção do Complexo Industrial Portuário de Suape (CIPS) originou-se do moderno conceito de integração porto-indústria já existente, na época, no Porto de Marseille-Fos, na França, e de Kashima, no Japão. A ideia era ter um porto com uma retroárea para a instalação de empreendimentos industriais e operações de logística. Situado no litoral sul de Pernambuco, inserido nos municípios de Ipojuca e Cabo de Santo Agostinho, o Complexo possui uma área de 13.500 hectares predominantemente ocupada por vegetação remanescente da Floresta Atlântica, canaviais oriundos dos engenhos desapropriados e manguezais e mananciais. O Plano Diretor do CIPS (Lei nº /2001) define cinco zonas: Preservação Ecológica (59%), Industrial (22%), Industrial-Portuária (14%), Central de Serviços (3%) e Preservação Cultural (2%).

A Figura 2.2, a seguir, apresenta a localização dos trinta e sete portos brasileiros, fluviais e marítimos, administrados pelo poder público federal, estadual ou municipal, e, em destaque, o Porto de Suape.

Convém refletir sobre como ocorreram as inflexões e as evoluções que marcaram a criação do Porto de Suape, a conjuntura por meio da qual houve, e ainda há, expectativa sobre a capacidade de o Território continuar a irradiar conexões locais, estaduais, nacionais e internacionais importantes para o crescimento de Pernambuco e do Nordeste.

De fato, o texto da placa inaugural do Porto de Suape apresenta-se revestido de caráter visionário:

> Suape não será apenas um porto.
> Suape vem de ontem, quando Dom João VI abriu suas portas às nações amigas. Suape é hoje nossa opção pelos caminhos do mar e será o nosso amanhã.

Daí por que não interessa a Pernambuco quem o veja só pelo instante presente ou pelo instante a chegar.
O tempo a quem todos devem interessar é o tempo social e histórico. Aqui se desenrolarão novas lutas, com outros objetivos, totalmente apoiados nos ambientes das futuras fábricas, com pranchetas e máquinas nos navios que atracarão trazendo desenvolvimento. É Pernambuco que afirma sua vocação histórica, da dimensão do futuro às conquistas do passado. Suape é isso.

Figura 2.2. Localização dos Trinta e Sete Portos Brasileiros.

Fonte::http://www.codeba.com.br/eficiente/sites/portalcodeba/pt-br/site.php/secao=-sistemaportuariobrasileiro, consulta em 7 de abril de 2015. Vale salientar que "porto" é uma instituição pública. Os portos privados têm como denominação terminais portuários, sendo eles responsáveis por toda a discussão política atual sobre a concessão para a sua administração.

Suape torna-se, assim, um dos personagens da centralidade do discurso desenvolvimentista construído a partir de diversas narrativas, dentre as quais tem destaque a do padre dominicano Louis-Joseph Lebret, em meados do século XX. Esse padre empreendeu um grande esforço para reunir e coordenar um quadro de pesquisadores para analisar e propor a construção de um porto em Suape, que não apenas atendesse às necessidades da região, mas que fosse capaz de gerar sua própria demanda, ao atrair novos investimentos industriais. Essa proposta foi encaminhada à Comissão de Desenvolvimento de Pernambuco (CODEPE) (SUAPE/GOVERNO PERNAMBUCO, 2012) para análise (GODOY, 2014). A proposta sugeria o empenho na mobilização de esforços políticos, econômicos, educacionais e técnicos para atender ao plano de expansão econômico-industrial planejado para Pernambuco e o Nordeste.

O futuro de Pernambuco deveria partir, então, da ideia de um polo industrial portuário localizado no município do Cabo de Santo Agostinho, em cuja história está presente um importante conjunto de agroindústrias (FELIPE, 1962, p. 149-191), no qual se destacam: a Usina Bom Jesus S/A, fundada pelo coronel Augusto Otaviano de Sousa, em 1881; a Usina Santo Inácio S/A, fundada em 1888; a Usina Maria das Mercês, fundada pela família Cisneiros S/A, em 1891. A Usina das Mercês é composta por um aglomerado de agroindústria mesclado pelos engenhos Utinga de Cima, Barra, Pavão, Sebastopol, Buranhém, Tapugi de Cima, Tapugi de Baixo e Vila Real, no município do Cabo, e Utinga de Baixo, Caraçu e Amazonas, no município de Ipojuca. A empresa possuía, na época, uma extensa rede ferroviária e as instalações necessárias a uma grande produção de açúcar, além das usinas José Rufino S/A, fundada em 1906, e Sibéria (data de fundação não encontrada).

A partir dessas indústrias sucroalcooleiras, outras indústrias apareceram, constituindo nesse município e adjacências um importante Parque Industrial do Estado (*Op. Cit.* 185-187), composto pelas indústrias: S/A Pernambuco *Power Factory*, fundado por Herman Lundgren, em 1890; Contonifício José Rufino S/A, fundada por José Bezerra Cavalcanti Filho e sua genitora, D. Hercília Bezerra Cavalcanti, em 1926; Editora Joaquim Nabuco S/A, em novembro de 1957; Destilaria Central Presidente Vargas, fundada em 1940, realização do governo ditatorial de Getúlio Vargas, afora pequenas indústrias de cerâmica, como a Cerâmica Industrial, fundada em 1922; a Fábrica São João, fundada em 1935, voltada para a produção de vinho de jenipapo e vinagre; a Serraria Santo Agostinho, fundada em 1959; as colônias de pesca das praias de Gaibu, Suape, Paiva e Tapuama. Posteriormente, no final de 1960, é criado pelo Decreto de

nº 532, em 29 de setembro de 1960, o Distrito Industrial de Pernambuco, no município do Cabo. Com a desapropriação de terras de usinas para a consolidação da Companhia Pernambucana de Borracha Sintética (COPERBO), outras indústrias são instaladas, como a Companhia de Cervejaria Brahma, filial do Nordeste, a Sesmel de Recife S/A, a L. Queiroz do Nordeste e a Plastibrás.

Fotos Antigas do Cabo de Santo Agostinho

Figura 2.3. Rua Vigário João Batista (1928) Cabo de Santo Agostinho.

Figura 2.4. Estação Ferroviária do Cabo de Santo Agostinho.

Fonte: http://casadamemoriadocabo.blogspot.com.br/2008_12_01_archive.html

Figura 2.5. Praia de Gaibu, Calheitas – Cabo de Santo Agostinho.

Fonte: www.pulsarimagens.com.br/details.php?tombo=02FBU703

Figuras 2.6 e 2.7. Coperbo (Companhia Pernambucana de Borracha Sintética) Cabo de Santo Agostinho.

Fonte: Cabo de Santo Agostinho: marcosalmeidalocutor.wordpress.com

Embora o município do Cabo de Santo Agostinho já apresentasse condições socioeconômicas para abrigar o Complexo Industrial Portuário de Suape, inclusive por sua localização mais próxima à capital, as condições ambientais para a implantação do Porto eram mais adequadas no município vizinho, Ipojuca, separado do primeiro pelo rio Tatuoca, como pode ser observado na Figura 2.8, que revela a situação geográfica do local em 1970/1971, antes da implantação do CIPS. O CIPS é implantado, portanto, nos dois municípios, sendo que 64% dos empreendimentos ficam situados no Cabo e 36% em Ipojuca. Ainda que essa porção seja menor, é, porém, mais rentável do ponto de vista da arrecadação de impostos, composta pelo porto e pela zona industrial. Esse "desequilíbrio" gera alguns conflitos entre os entes federativos, o que será abordado posteriormente.

Não muito diferente do Cabo de Santo Agostinho, no município de Ipojuca encontram-se, também, traços dos engenhos de açúcar de Pernambuco que foram cenários da história social, econômica e cultural do estado (MELO, 2004; ANDRADE, 1989, p.11). Em destaque, o engenho São João Salgado, fundado por Cosme Dias da Fonseca em 1615, hoje usina Salgado. Essa usina, fundada em 1892, é proprietária de uma área de 15.500 ha, com 4.000 ha de terras mecanizáveis, e incorporou às suas terras os engenhos: Água Fria, Boacica, Cachoeira, Caetés, Califórnia, Camela, Canto, Currais, Dourado, Garagem, Guerra, Jenipapo, Mercês, Monte Ouro, Pindorama, Piabas, Pindoba, Saco, Salgado, Santa Rosa, São Paulo e Todos os Santos.

Figura 2.8. Municípios do Cabo de Santo Agostinho e Ipojuca antes da implantação do CIPS.

Fonte: Trecho da Carta da SUDENE. São Agostinho e Ponta do Gamboa, escala 1.25.000. Fotografia aérea escala 1:3000 de 1970/1971. Ver também, ROCHA, 2000.

Fotos Antigas de Ipojuca

Figura 2.9. Paisagem com fragmento da zona rural do município de Ipojuca, do local onde se situa o Neck vulcânico.

Fonte: Iba Mendes. www.ibamendes.com

Portanto, a ideia de Lebret estava alicerçada na herança da terra como mais-valia, em que latifúndios, maquinarias e trabalhadores/as confrontaram durante séculos o fruto da produção mal repartida. Sobejava aí uma experiência de "saber fazer"[5], que dava visibilidade à produção econômica do estado e permitia, assim, alentar a fundamentação da instalação do Complexo Industrial Portuário de Suape, na esperança de se formar uma articulação desse território com a Região Metropolitana, o interior de Pernambuco, os estados nordestinos e outros portos brasileiros

Esse plano amplo foi aperfeiçoado ao longo dos anos posteriores e passou a fazer parte da configuração mais geral do nexo da reorganização do capital global internacional para atender ao desenvolvimento local, tendo como um dos focos a instalação de complexos portuários industriais e a ocupação de áreas potencialmente estratégicas. Nesse desenho, as áreas das cidades com infraestrutura passaram a ter uma atração para o mercado por oferecer serviços e logísticas que beneficiam a relação entre o porto, as cidades e o mercado regional, nacional e global. Além disso, os contornos gerais da globalização, com uma maior abertura para as economias periféricas, selecionaram nichos de desenvolvimento para atuar como incentivo à economia, do ponto de vista fiscal, financeiro e tecnológico.

Salientemos que a relação de portos, indústrias e cidades no mundo atual de capital globalizado é estratégica para o controle do capital, sobrepondo-se ao mundo do trabalho e sob a divisão internacional do trabalho (SANTANA, 2005, p 2). Essas relações são reordenadas e controladas pelo capital, como também o são os espaços urbanos. Nesse contexto, as novas mediações centrais da dominação do capital sobre o trabalho atuam sobre a realidade da vida social, mercantilizando-a. Os mercados são desregulamentados em função de exigências específicas, privatizam-se serviços públicos, e as relações entre capital e trabalho tornam-se vulneráveis e extremamente competitivas.

---

5 DE CERTEAU, Michel. A Invenção do cotidiano. Artes de fazer vol. 1. Petrópolis, Rio de Janeiro, Editora Vozes, 1998. Michel De Certeau defende que as práticas do cotidiano, o "saber fazer", desenvolvidas pelos sujeitos sociais em virtude dos processos de socialização e dos saberes que nesses processos se tecem, possam ser analisadas como mecanismos reais de transformação social, inclusive, de emancipação. De Certeau sugere que o pesquisador/a deveria afastar-se do pensamento mecanicista que 'normaliza' e aliena o cotidiano, quando percebido como uma "compulsão à repetição". Nesse aspecto, o autor sugere uma aproximação e compreensão da realidade mais complexa dos atores sociais. No caso, do aproveitamento de experiências e artes de fazer para uma nova reconfiguração da sua inserção no mundo moderno do trabalho.

> Na reestruturação do sistema portuário mundial, a qual não se descola da atual "reestruturação do capital," se desenham duas estratégias de modernização portuária: uma voltada para tornar o porto apenas um dispositivo tecnológico de circulação de mercadorias, logo apartado da vida e da gestão pública da cidade, e outra, voltada para fazer da cidade o espaço central da relação entre o porto e o mercado (regional, nacional e global), constituindo-se o porto um instrumento do desenvolvimento local (SANTANA, 2005, *op.cit.*, 2005, p.2).

Essa última opção, a de transformar o território de Suape em uma grande aliança com o mercado global, regional e local para alavancar o desenvolvimento, foi escolhida pelo Estado ao investir esforços na implantação do Complexo Industrial de Suape, alicerçado em estudos de viabilidade do empreendimento.

Os Marcos Históricos da Evolução do CIPS

São apresentados, a seguir, os principais elementos da evolução do CIPS, a partir de uma periodização em 3 fases: concepção/início e estagnação (1960 a 2004), em que se acompanha a evolução do Complexo de Suape desde a concepção inicial (Quadro 2.1); aceleração econômica (2005 a 2012), em que se apresenta o CIPS no contexto da concentração dos investimentos (Quadro 2.2), e desmobilização/crise (a partir de 2012), em que se apresenta o CIPS na fase de início de crise econômica e política do país e da Petrobrás (Quadro 2.3).

Quadro 2.1. Evolução do Complexo Industrial Portuário de Suape (1960-2004).

ANOS	ACONTECIMENTOS E DISCURSOS
Década 1990	Em 1991, o Cais de Múltiplos Usos começa a operar e o Porto de Suape é incluído como um dos 11 portos prioritários do Brasil, para os quais se direcionaram recursos públicos federais de investimentos em infraestrutura portuária. Suape deixou de ser apenas um porto industrial para se tornar um porto concentrador de carga de uso público. Os contêineres começaram a realizar sua movimentação nesse cais. Em 1996, Suape foi incluído no Programa Brasil em Ação, do governo do presidente FHC, contando com apoio financeiro para a implantação da primeira etapa do seu porto interno. Em 1999, a construção do porto interno foi concluída, com 925 m novos de cais acessados por uma abertura de linha de arrecifes, com 300 m de largura e 15,5 m de profundidade.
Década 1980	Em 1983, o Porto de Suape começou a operar com a movimentação de álcool para a Petrobrás, que utilizou o recém-inaugurado Píer de Granéis Líquidos (o PGL – 1). Para realizar o armazenamento de combustível, a Petrobrás instalou 4 tanques na área portuária, de 5m3 cada um. Em 1984, foi construído o molhe, em pedra, para a proteção do porto interno, aberto no cordão dos arrecifes. Em 1986, após um incêndio em um navio de combustível no Porto do Recife, terminal que atendia ao Estado desde 1916, o então governador Roberto Magalhães ordenou que as empresas de combustíveis fossem transferidas para Suape, o que acelerou o projeto de transferência. As empresas BR Distribuidora, Texaco, Shell e Esso formaram em Suape um "*Pull* de Derivados de Petróleo". No mesmo ano, a necessidade de desembarque de outros tipos de cargas propiciou a construção do Cais de Múltiplos Usos (CMU), que favorecia a movimentação de contêineres e granéis sólidos.
Década 1980	Em 1991, o Cais de Múltiplos Usos começa a operar e o Porto de Suape é incluído como um dos 11 portos prioritários do Brasil, para os quais se direcionaram recursos públicos federais de investimentos em infraestrutura portuária. Suape deixou de ser apenas um porto industrial para se tornar um porto concentrador de carga de uso público. Os contêineres começaram a realizar sua movimentação nesse cais. Em 1996, Suape foi incluído no Programa Brasil em Ação, do governo do presidente FHC, contando com apoio financeiro para a implantação da primeira etapa do seu porto interno. Em 1999, a construção do porto interno foi concluída, com 925 m novos de cais acessados por uma abertura de linha de arrecifes, com 300 m de largura e 15,5 m de profundidade.

Quadro 2.2. Aceleração econômica CIPS (2005-2012).

ANOS	ACONTECIMENTOS E DISCURSOS Implantação dos Investimentos Estruturadores
De 2005 a 2010	Em 2005, é lançada a Pedra Fundamental da Refinaria General José Ignácio Abreu e Lima. Após 50 anos de lutas, a Refinaria chega a Pernambuco, no governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva. De 2007 a 2010, já estavam em movimento investimentos da ordem de U$17,7 bilhões, em especial para a implantação dos empreendimentos estruturadores que geraram, aproximadamente, 15 mil novos empregos diretos e outros 45 mil na fase de construção. O CIPS vive, nesse momento, sua melhor fase, consolidando-se com a instalação de empresas estruturadoras. A propaganda é a de ser "*o maior e o melhor polo de investimentos do Brasil*". A partir de 2007, ocorre um verdadeiro *boom* no Complexo de Suape, com o estímulo dos governos de Luíz Inácio da Silva e de Eduardo Campos. Suape passou rapidamente a concentrar investimentos públicos e privados de grande porte, com destaque para aqueles vinculados ao Programa de Aceleração do Crescimento (PAC). A despeito da crise mundial iniciada em 2008, o CIPS torna-se um gigantesco canteiro de obras. O então presidente, Lula, afirma, em outubro de 2008, que a crise econômica mundial seria controlável, uma "marolinha" para o Brasil. Desde as primeiras evidências da crise imobiliária dos EUA e 4 anos depois da quebra do banco americano *Lehman Brothers*, inicia-se um processo agudo de crise com desemprego e com regressão social aguda em países como Espanha, Grécia e Portugal. O Brasil vivia um momento de crescimento acelerado. Em 2009, o Complexo contribuiu decisivamente para o crescimento do PIB no Estado, cujo aumento foi de 3,4%, e gerou mais de 46,7 mil novos empregos, tendo mais de 100 empresas instaladas e outras 35 em fase de instalação (Empresa Suape, 2009). A quantidade de empresas que desejam se instalar em PE configuram o momento de maior confiança do empresariado nos últimos dez anos (CONDEPE/FIDEM, 2009). Os investimentos públicos nesse período (2009) atingem R$ 700 milhões e até o final de 2010 deverão atingir R$1,4 bilhão (SUAPE/GOVERNO DE PERNAMBUCO, 2010). Novos cais, píeres e estradas estão sendo construídos para dar suporte a essa expansão. Suape torna-se uma rota de negócios importantes para investimentos imobiliários.
De 2010 a 2012	Em 2012, o governo de Dilma Rousseff faz um alerta de que a crise econômica internacional se torna aguda, cuja gravidade e consequências irremediáveis foram reafirmadas para a sociedade e empresários pelo então ministro da Fazenda, Guido Mantega. A falência de outros bancos americanos expõe a fragilidade do mercado. As relações interbancárias mundiais alastraram o problema por toda a Europa, desestabilizando a economia de alguns países. No Brasil, para combater as consequências da crise, o governo aplicou uma política fiscal e monetária expansionista que incentivou o consumo com a diminuição de impostos e a expansão do crédito com a redução de empréstimos compulsórios, além de estimular a produção nacional. Essas medidas facilitaram a proteção da economia brasileira para que ela voltasse a crescer em ritmo favorável. A política expansionista arrefeceu aparentemente os efeitos da crise e a economia cresceu fortemente, em 2010, expandindo-se 7,5%. O CIPS possui mais de 100 empresas em operação e outras 50 em implantação. Dentre as empresas em instalação, há o estaleiro Promar, investimento de R$ 300 milhões e com mais de 60% das obras executadas, a Impsa-Hydro (turbinas hidrelétricas); Petroquímica Suape (unidades de POY, PET e PTA); Refinaria Abreu e Lima; Cristal PET (preforma plástica), além da Cia. Brasileira de Materiais de Construção (cimento) e da LM do Brasil (fabricação de pás para turbinas eólicas), as duas últimas com obras iniciadas em 2012. Outra grande novidade anunciada foi o início da implantação do Centro Empresarial na Zona Central de Serviços (ZCS). A nova área abrigará, dentre outros serviços, hotéis, bancos, centros educacionais e de saúde, e a nova sede do Centro Administrativo de Suape.

Quadro 2.3. Situação atual do CIPS – desaceleração e crise (2013-2015).

ANOS	ACONTECIMENTOS E DISCURSOS
2013	Após três anos crescendo cerca de dois pontos percentuais acima do país, resultado das obras de implantação dos grandes investimentos estruturadores que aportaram no Estado, Pernambuco começa a desacelerar o seu ritmo, voltando a se aproximar da curva de crescimento do Brasil. O grande desafio é garantir a operação plena desses empreendimentos visando à retomada do crescimento do PIB acima da média brasileira, com efeito sobre o aumento da renda dos trabalhadores. A crise econômica que afeta a Zona do Euro, desde 2008, continua tendo desdobramentos na economia. Países como os EUA caminham para superar a crise, porém em ritmo bem mais lento do que o verificado nas recessões anteriores. A China também aponta para uma desaceleração do seu crescimento, diminuindo o patamar histórico de 10% ao ano, desde o início da década de 1990, para uma média de 7,5%, projetada até 2025. Dentre as principais tendências para os próximos anos, estão: a baixa demanda por *commodities* e a fuga de capitais para os EUA, o que pode impactar a economia dos países emergentes. A baixa capacidade de investimento do Brasil (média de apenas 18% do PIB) é o principal entrave para o crescimento, segundo os analistas econômicos, porque os projetos econômicos precisam de investimentos em infraestrutura. Com os gastos públicos superiores à arrecadação e com a falta de investimentos em infraestrutura, o país se vê diante de um gigantesco desafio. Na economia, o aumento da inflação, do dólar, dos déficits público e externo são os sinais de alerta. Espera-se que o Brasil fique atento aos impactos do agravamento da crise europeia, à desaceleração da China e ao esgotamento do modelo de incentivo ao consumo.
2014 e 2015	A crise acompanha o governo do segundo mandato da presidente Dilma Rousseff. Há sinais de tensão, desgaste e quebra de confiança envolvendo empresas brasileiras, como o superfaturamento das empresas da Petrobrás. Vários segmentos sociais insatisfeitos vão às ruas e tornam-se atores no cenário político brasileiro, cuja permanência pode continuar ao longo de 2015. Várias empresas começam a sentir os efeitos da crise iniciando-se com as demissões de trabalhadores da construção civil com a finalização das obras estruturadoras de Suape. A estimativa prevê a demissão de 37.000 trabalhadores em 2015, segundo os meios de comunicação local e entrevista com representante do Suape Global. O maior desafio é manter o dinamismo das empresas, garantir a operação plena dos grandes investimentos realizados e a segurança dos empregos em Suape, que foram implantados para fazer mudanças relevantes na estrutura produtiva estadual.

Fonte: Governo do Estado de Pernambuco. Secretaria de Planejamento e Gestão. Agência, CONDEPE-FIDEN. Território Estratégico de Suape. Diretrizes para uma Ocupação Sustentável. Versão Final. Recife, outubro de 2008, p.p., 16 a 21. / SILVA, Maria Romarta Ferreira da. "Localizar, Catalogar e Analisar Pronunciamentos do Governo do Estado de Pernambuco sobre o Tema Trabalho em Suape". Bolsista PIBIC. Orientador: Dr. Prof. Roberto Véras. UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA PRÓ-REITORIA DE PÓS- GRADUAÇÃO E PESQUISA LABORATÓRIO DE ESTUDOS E PESQUISAS SOBRE TRABALHO E POLÍTICAS PÚBLICAS- LAEPT. João Pessoa, julho de 2014.
Ver também: >http://www.suape.pe.gov.br/institutional/historic.php<
>http://www.jb.com.br/economia/noticias/2012/02/15/brasil-foi-muito-afetado-pela-crise-economica-mas-reagiu-fortemente< >http://cartamaior.com.br/?/Coluna/A-crise-mundial-e-o-papel-do--Brasil/27513<
>http://www.suape.pe.gov.br/news/matLer.php?id=144<
>http://www.gestaohoje.com.br/blog_gh/index.php/2013/12/04/agenda-tgi-2014-o-que-esperar--do-brasil-de-pernambuco-e-do-recife-em-2014/<
>http://www.afcp.com.br/?p=15286<
>http://g1.globo.com/pernambuco/noticia/2014/06/com-fim-de-obras-demissoes-em-suape-sao--discutidas-em-forum.html<
>http://outraspalavras.net/blog/2014/06/26/pernambuco-as-promessas-nao-cumpridas-de-suape/<
>http://fsindical.org.br/imprensa/complexo-de-suape-vai-demitir-67-mil-operarios/<

Como resumo dos aportes de "investimentos realizados em Suape" (GODOY, 2014) com recursos públicos a partir de informações oficiais, entre 1995 e 1998, no primeiro mandato de FHC, revela-se que foram investidos recursos públicos da ordem de R$ 155 milhões. Entre 1999 e 2002, em seu segundo

mandato, os recursos foram reduzidos, atingindo R$ 136 milhões. No primeiro governo do presidente Lula, ainda marcado pelo privilégio do equilíbrio macroeconômico e do ajuste fiscal, os recursos investidos entre 2003 e 2006 foram mantidos no mesmo nível, atingindo a importância de R$ 147,6 milhões. Já no segundo governo de Lula, sob a promessa de uma nova *plataforma desenvolvimentista,* Suape vivenciou um enorme aumento dos investimentos públicos, de 2007 a 2010, após os aportes do PAC e a decisão de construção da refinaria e da petroquímica da Petrobrás no Complexo, quando foi investido R$ 1.462 bilhão, cerca de dez vezes mais que nos períodos anteriores, saltando de uma média anual de R$ 12,1 milhões, entre 1995 e 2006, para R$ 487 milhões, de 2007 a 2010 (GODOY, *op.cit.*, 2014; SUAPE. GOVERNO DE PERNAMBUCO, 2010, p.11).

No segundo mandato da presidente Dilma Rousseff (PT), os investimentos passaram a ser mais restritos, em consequência da crise econômica e financeira global e dos problemas de governança. O governo estadual lamenta que os projetos relevantes para o Estado e que dependem de verba do Governo Central estejam minguando, "andando para trás"[6]. Uma das obras que sofre de carência de recursos é a dragagem do canal externo de Suape, obra orçada em R$ 340 milhões e paralisada desde maio de 2013, após ter atingido 90% de sua execução. Segundo o governo estadual de Pernambuco, essa obra é fundamental para a operação da Refinaria Abreu e Lima, cuja primeira metade estava prevista para funcionar em novembro de 2014 (JCONLINE, 2014).[7] Além da dragagem, as licitações de dois terminais, o de Múltiplos Usos e o segundo para a movimentação de contêineres (Tecon 2), também foram afetadas. Os dois terminais somam R$ 790 milhões em aportes públicos.[8] De modo geral, o BNDES tem sido o principal financiador dos maiores empreendimentos empresariais de Suape, respondendo por uma participação de 71% dos investimentos no Estaleiro Atlântico Sul, 60% na Petroquímica Suape e 49% na Refinaria Abreu e Lima.[9]

---

6 Disponível em: http://jconline.ne10.uol.com.br/canal/politica/pernambuco/noticia/2014/04/16/investimento-federal-parado-em-suape-125178.php Acesso em 15/01 2014.

7 Disponível em: http://jconline.ne10.uol.com.br/canal/politica/pernambuco/noticia/2014/04/16/investimento-federal-parado-em-suape-125178.php Acesso em 15/01 2014

8 Disponível em: http://jconline.ne10.uol.com.br/canal/politica/pernambuco/noticia/2014/04/16/investimento-federal-parado-em-suape-125178.php Acesso 15/01/2014.

9 Dossiê Suape 2011 do Jornal do Commercio, disponível em http://www1.ethos.org.br/EthosWeb/arquivo/0-A-660Suape_PDF.pdf. Acesso em 29/08/2014.

No que se refere aos recursos privados, até 2006 haviam sido instaladas em Suape 81 empresas, o que totaliza investimentos da ordem de US$ 2,2 bilhões. Entre 2007 e 2010, 37 novas empresas foram ali instaladas, envolvendo investimentos de magnitude muito superior: US$ 17 bilhões. Benefícios fiscais oferecidos pelo Estado de Pernambuco, com a redução de 75% nos impostos federais (Sudene) e 50% nos municipais, foram também fortes atrativos para a implantação das indústrias em Suape. Programas estaduais, como o Programa de Desenvolvimento da Indústria Naval, de Mecânica Pesada Associada do Estado de Pernambuco (Prodinpe) e o Programa de Desenvolvimento de Pernambuco (Prodepe), objetivaram estimular a geração de empregos e o incremento da economia regional. [10]

Nos Quadros 2.4, 2.5 e 2.6, estão listados os empreendimentos com as suas atividades correspondentes, segundo a área de ocupação, a situação da obra, os investimentos e a produção prevista para a geração dos empregos diretos e indiretos.

Quadro 2.4. Empreendimentos Instalados ou em Fase de Implantação em Suape.

I Empreendimentos Instalados até 2006							
Empresas		**Atividades**			**Investimentos (us$ x 1.000)**		**Empregos diretos**
QUANTITATIVO GERAL = 81		Terminal de contêineres, terminal de fluidos, polo de alimentos, produtos cerâmicos, cimento etc.			2,18 bilhões		6.600
II Empreendimentos Estruturadores em Fase de Implantação							
Empresa	**Atividades**	**Área (ha)**	**Situação Atual**	**Investimentos (US$ x 1.000) (*)**	**Empregos na Construção (*)**	**Empregos na operação(*)**	
						Diretos	**Indiretos**
Petrobras / PDVSA	Refinaria de petróleo	630,0	Em obras	4.000.000	15.000	1.500	130.000
Petroquímica Suape	Fábrica de PTA	16,0	Em obras	632.000	16.200	500	16.900
Citepe	Fábrica de POY	39,0	A ser iniciada	320.000	6.500	1.000	26.000
Estaleiro Atlântico Sul	Estaleiro	156,0	Em obras	670.000	2.000	5.000	25.000
Subtotal				5.622.000	39.700	8.000	197.900

10 http://www.suape.pe..gov.br Acesso em 10/11/2014.

Quadro 2.5. Empreendimentos Instalados ou em Fase de Implantação em Suape (conclusão).

Empreendimentos Instalados ou em Fase de Implantação em Suape (conclusão)								
Empresa		Atividade	Área (ha)	Situação Atual	Investimento (US$ x1.000) (*)	Empregos Construção (*)	Empregos na Operação Indir.	Diretos
1	Bünge	Moinho de Trigo	15,0	Em obras	70.000	2.000	220	1.000
2	Arcor	Guloseimas	25,5	Concluída	32.000	-------	400	2.000
3	Máquinas Piratininga	Metal -Mecânica	7,0	Em obras	13.000	120	200	800
4	Impsa	Geradores- eólicos	26,5	Em obras	80.000	270	1.500	300
5	Nutrinor	Alimentos	3,0	A ser iniciada	7.700	30	130	100
6	Condor Nordeste	Higiene Pessoal	4,0	Concluída	5.000	--------	150	100
7	Fasal	Metal -Mecânica	6,0	Em obras	4.800	120	50	160
8	Terranor	Materiais Gráficos	3,0	Concluída	4.300	--------	50	100
9	Sapeka	Fraldas descartáveis	40	Concluída	4.500	--------	180	150
10	Enertec	Logística industrial	2,5	A ser iniciada	200	30	120	40
11	Plastipak	Sopradora plástica	6,0	Concluída	6.000	------	55	45
12	Urbano Agroindustrial	Beneficiamento de arroz	2,0	Em obras	14.500	40	32	130
13	Multifarinha do Brasil	Trigo para mistura	2,8	A ser iniciada	1.000	50	100	50
14	Suata II (Ampliação)	Movimentação de Contêineres	2,1	Concluída	2.500	-------	30	100
15	Suata III (Suata Log)	Armazenagem de Contêineres	8,5	A ser iniciada	13.800	100	100	200
16	Arclima	Peças p/ ar-condicionado	2,5	Em obras	2.600	100	100	50
17	22 Medabil	Metalúrgica	15,0	A ser iniciada	40.000	350	250	300
18	UTE Suape II	Usina Térmica 350 MW	50,0	A ser iniciada	300.000	600	120	350
19	Campari	Bebidas	7,2	A ser iniciada	24.000	50	40	30
Subtotal					630.735	3.930	3.877	6.255
Total Geral					6.252.735	43.630	11.877	204.155

Fonte: Governo do Estado de Pernambuco. Secretaria de Planejamento e Gestão. Território Estratégico de Suape. Diretrizes para uma Ocupação Sustentável. Versão Final, outubro de 2008, PP. 18, 19. Secretaria de Desenvolvimento Econômico do Estado de Pernambuco, Maio/2008. (*) Estimado. Tabela com formatação e organização da equipe do estudo.

Quadro 2.6. Empreendimentos em Negociação para Instalação em Suape.

ATIVIDADES	INVESTIMENTOS (US$ X 1.000) (*)
Terminal de açúcar	53.000
Terminal de grãos	60.000
Terminal de minérios	150.000
Siderúrgica	400.000
Terminal de regaseificação	400.000
Centro Logístico de Distribuição de Veículos	16.700
Centro de Distribuição de peças	6.700
Montadoras de automóveis	2.000.000
3 novas Usinas Termelétricas	(2x350MW e 1x700MW) 1.600.000
1 nova Usina Termelétrica	600 MW 1.000.000
Unidade de calcinação de coque de petróleo	150.000
Unidade de produção de tintas marítimas e industriais	30.600
Unidade de produção de ETBE	580.000
Processadora de Celulose	2.500.000
Plantas de gases	400.000
Novo terminal de contêineres	150.000
Moinho de Trigo e indústria de massas	100.000
Indústria de massas	58.000
Unidade produtora de pás para turbinas eólicas	200.000
Total	9.855.000

Fonte: Governo do Estado de Pernambuco. Secretaria de Planejamento e Gestão. Território Estratégico de Suape. Diretrizes para uma Ocupação Sustentável. Versão Final, outubro de 2008, p.p., 18, 19. Secretaria de Desenvolvimento Econômico do Estado de Pernambuco, Maio/2008. (*) Estimado. Tabela com formatação e organização da equipe do estudo.

Uma das preocupações que acompanham os que especulam sobre o futuro do Complexo Industrial Portuário de Suape diz respeito à garantia da continuidade dos empreendimentos ali instalados face à situação de crise política e econômica que o país enfrenta, dentre outros problemas. No histórico acima, analisamos uma sequência de investimentos públicos e privados que foram aplicados na fase de implantação do CIPS, assim como diagnósticos, planejamentos, construção das principais empresas estruturadoras do CIPS. Nessa fase, os indicadores da economia do Estado cresceram de maneira favorável para Pernambuco. Na fase seguinte, que seria a de refinamento e integração da produção, promoção da formação de um corpo técnico especializado e expansão de um mercado de atividades complementares, com investimentos

específicos em atividades estratégicas, parece haver receio de um colapso. Esse temor real poderá pôr em risco a base produtiva do Complexo. Nesta Pesquisa, as variáveis analisadas (migração, habitação, trabalho, identidade e territorialidade) dão sinais de que serão necessárias medidas rápidas para salvaguardar a marca de qualidade da ideação pensada para o Complexo Portuário de Suape e seu Território Estratégico.

Enfim, Suape colaborou para o surgimento de novas atividades, com a redefinição de segmentos tradicionais, a expansão de serviços de apoio à produção e com a expansão do comércio e de serviços pessoais. Foi feito um esforço para garantir a articulação entre a nova base econômica e a existente, para potencializar o impacto do ciclo de desenvolvimento econômico e social daquele momento. Mas, certamente, essa intenção se perdeu no discurso. Resta saber até quando esse esforço pode ser mantido para que Suape não se torne um "elefante branco" maculando um dos cenários mais belos de Pernambuco e as esperanças de quem nele confiava.

TERRITÓRIO ESTRATÉGICO DE SUAPE: CARACTERIZAÇÃO E GOVERNANÇA

Helenilda Cavalcanti, José Henrique Artigas de Godoy e Danielle de Melo Rocha

Neste capítulo, vamos analisar o Território Estratégico de Suape (TES) como uma criação induzida pelo Estado para materializar um Território Produtivo, tendo em vista a consolidação do Complexo Industrial Portuário de Suape (CIPS). A ideia de criar novos investimentos no Estado de Pernambuco, particularmente os que integram a cadeia produtiva mundial de petróleo e gás, identificada pelo Estado com a chegada da Refinaria Abreu e Lima da Petrobrás e demais cadeias relacionadas, como a indústria Naval e Petroquímica (Agência Estadual de Planejamento e Pesquisas de Pernambuco CONDEPE/FIDEM, 2010), levou a um processo de reorganização do espaço nos municípios que compõem o TES. Para isso, foi efetivado um conjunto complexo de forças que mobilizaram diversos agentes sociais, políticos, empresários, intelectuais e lideranças. Faremos, então, uma abordagem sobre o novo modelo de desenvolvimento metropolitano e os arranjos institucionais que levaram à criação de um Planejamento Estratégico para o TES. Discutiremos também a caracterização do TES e os aspectos que dizem respeito à governança do TES para materializar o CIPS.

Posição Geográfica e Caracterização dos Municípios do TES

A indústria de transformação teve um maior peso na estrutura econômica do TES. Isso levou o governo do Estado de Pernambuco, por meio de um Planejamento Estratégico, a desenhar e estabelecer diretrizes para criar um espaço de convergência entre os municípios diretamente envolvidos na consolidação do Complexo Industrial de Suape (CIPS), integrando municípios limítrofes com os municípios da jurisdição do Porto de Suape, composto pelos seguintes municípios: Cabo de Santo Agostinho e Ipojuca, onde está localizada a área de jurisdição de Suape, considerados territórios de influência direta; Jaboatão dos Guararapes e Moreno, localizados em um raio de 40 km, limítrofes ao Porto, denominados de influência indireta; e Escada, Ribeirão, Rio Formoso e Sirinhaém, municípios contíguos aos de influência direta do Porto, cortados em sua vizinhança pelo eixo da rodovia BR-101, e que foram denominados municípios de expansão. Esses últimos não fazem parte da Região Metropolitana do Recife (RMR).

A Figura 3.1 mostra a localização do Complexo Industrial Portuário e o conjunto dos municípios que compõem o Território Estratégico de Suape, como ainda a sua posição geográfica em relação à Região Metropolitana do Recife (RMR) e ao Recife.

Figura 3.1. Localização do TES e características dos municípios do Território Estratégico de Suape (TES).

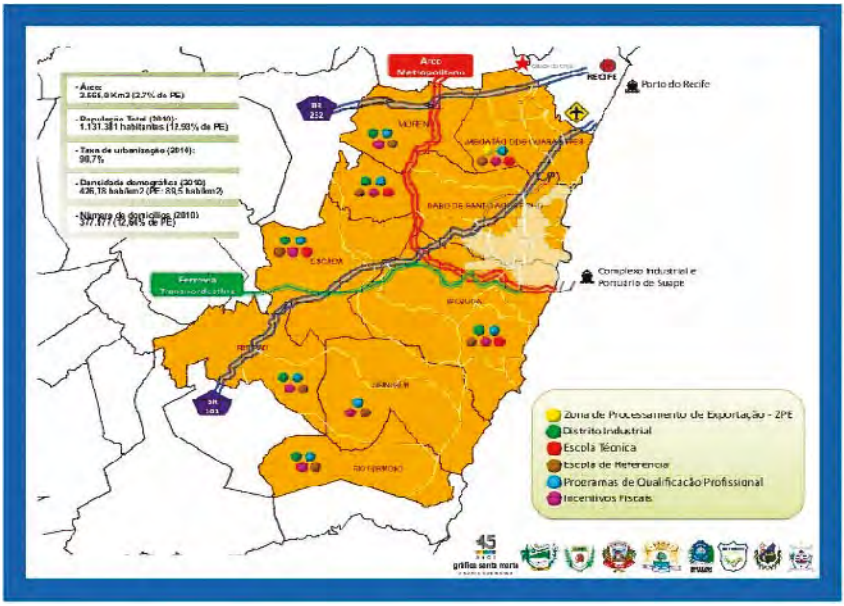
Fonte: Agência CONDEPE/FIDEM, "Plano Território Estratégico de Suape – Diretrizes para uma ocupação sustentável", 2008.

A Região Metropolitana do Recife (RMR) possui cerca de quatro milhões de habitantes (3.914.317), é o maior aglomerado urbano das Regiões Norte e Nordeste, a quinta maior região do país e a terceira mais densamente habitada, superada apenas por São Paulo e pelo Rio de Janeiro. A RMR concentra 65% do PIB de Pernambuco, segundo dados do Censo do IBGE (2010), e apresenta os melhores indicadores sociais e o melhor nível de escolaridade do Estado, bem como as maiores potencialidades e condições efetivas de crescimento do Estado de Pernambuco, principalmente após a implantação do Complexo Industrial Portuário de Suape. A metrópole do Recife, com 1.617.183 habitantes, constitui um espaço privilegiado da região Nordeste, tanto por sua localização em relação ao mercado mundial quanto pela sua centralidade em relação às demais metrópoles do Nordeste – Salvador e Fortaleza –, das quais dista cerca de 800 km. Ela polariza a maior faixa contínua de altas densidades populacionais da região nordestina, que se dispõe ao longo do litoral desde a cidade de Natal até a cidade de Aracaju, e envolve uma rede de mais de 120 cidades, o que a distingue das demais metrópoles nordestinas, inseridas em regiões em que a população se apresenta mais dispersa e os centros urbanos são mais distantes uns dos outros, com exceção do entorno das respectivas regiões metropolitanas (BITOUN *et.al.*, 2015, p.13; BITOUN *et al*, 2010)

De fato, a posição geográfica de Pernambuco, no eixo central do Nordeste brasileiro, é defendida pelas instâncias dos governos estadual e nacional não só por ser estratégica no país, mas por oferecer condições portuárias que podem integrar o estado com os principais portos da América Latina e com outros importantes portos internacionais. A conformação do CIPS foi desenhada por meio de um esforço de planejamento do Governo do Estado, com a participação dos municípios do TES, no qual se pretendia agrupar uma multimodalidade de transportes, muitos deles ainda em fase de iniciação, por meio de rodovias (BR 101, BR 232) *express way* e ferrovias internas. A perspectiva de construção de um Arco Viário Metropolitano para interconectar o CIPS com a capital, a RMR e parte noroeste do Estado, escolas de qualificação profissional e outros, embora seja elemento fundamental da estratégia da integração multimodal, ainda não foi viabilizada, por discordâncias políticas na estratégia de financiamento das intervenções.[1]

1 Discordâncias políticas quanto ao modelo de financiamento entre o Governo Estadual, que previa a execução por meio de Parceria Público-Privada, e o Governo Federal, que discordou da PPP e pretendia utilizar recursos públicos, retardaram o início de implantação do Arco Metropolitano, prevista para

Figura 3.2. Planejamento Multimodal do CIPS.

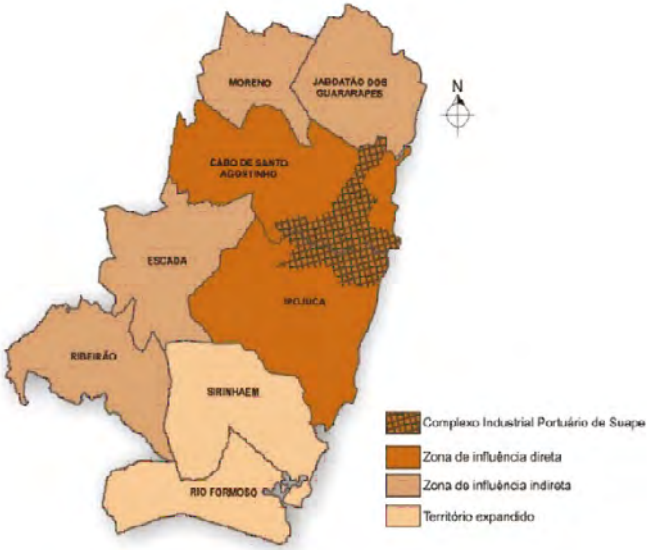


Fonte: Agência CONDEPE/FIDEM, "Plano Território Estratégico de Suape – Diretrizes para uma ocupação sustentável", 2008.

As intervenções previstas foram o fruto de um planejamento detalhado da infraestrutura e logística de apoio ao CIPS, com a intenção de atender à distribuição e à recepção de cargas volumosas, bem como à implantação de uma variedade de outros serviços próprios para o funcionamento de um porto internacional. Como consequência desse crescimento em investimento e infraestrutura, projetou-se um macrozoneamento para orientar, planejar e gerir o crescimento populacional do Território, considerando-se as diferentes situações dos municípios. A Figura 3.2 ilustra esses esforços de planejamento do Governo do Estado e municípios do TES para o CIPS.

iniciar em 2013. Entretanto o Governo Federal anunciou, em 9 de junho, para Pernambuco, um pacote de concessões para a exploração da iniciativa privada por 25 anos, que abrange trechos das BR-232 e BR-101, incluindo melhorias no acesso ao Porto de Suape e a construção do Arco Metropolitano do Recife, em um investimento de R$ 4,2 bilhões. A previsão é de que o leilão para a concessão dos trechos aconteça em 2016. Matéria publicada em 09/06/2015 "Em PE, pacote federal inclui Arco Metropolitano e duplicação da BR-232," disponível em http://g1.globo.com/pernambuco/noticia/2015/06/em--pe-pacote-federal-inclui-arco-metropolitano-e-duplicacao-da-br-232.html, acesso em 06/06/2015.

Figura 3.3. Configuração atual do Território Estratégico de Suape.



Fonte: Secretaria de Planejamento e Gestão/ Agência Condepe/Fidem

Ao considerarmos os municípios integrantes deste Território, podemos afirmar que, do ponto de vista demográfico, eles apresentam categorias distintas e contrastantes, sendo Jaboatão dos Guararapes o mais populoso, com mais de 650 mil habitantes, seguido pelo Cabo de Santo Agostinho, com mais de 160 mil habitantes, e os demais com população que varia entre de 50 mil e 70 mil, conforme os dados do Censo Demográfico de 2010 (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICAS. Censo Demográfico de 2010).

A taxa de urbanização[2] dos municípios do TES que fazem parte da RMR e que estão sob a influência direta do CIPS (ver Tabela 3.1 e Gráfico 3.1) é

2 A despeito de usarmos a taxa de urbanização comumente adotada pelos estudos do IBGE, queremos chamar a atenção para autores, como Eli da Veiga, que criticam duramente o chamado "grau de urbanização" que corresponde à porcentagem das pessoas que residem em sedes de municípios e de distritos, mas que não fazem qualquer consideração sobre as características geográficas dos municípios. O autor dá um exemplo bem contundente: "de nada importa a densidade demográfica, um dos principais indicadores das concentrações populacionais próprias às cidades, que as distingue dos níveis de rarefação que caracterizam o campo. O disparate é de tal ordem, que esse "grau de urbanização", inventado pelo Estado Novo, faz do Pantanal a região mais urbanizada do país. Mais vale essa imagem do que mil palavras". DA VEIGA, José Eli. *O Brasil rural ainda não encontrou seu eixo de desenvolvimento.* São Paulo, Revista Estudos Avançados 15 (43), 2001.

relativamente elevada. As taxas dos municípios do Jaboatão dos Guararapes, 97,82, e do Cabo de Santo Agostinho, 90,68, superam a taxa do estado como um todo, 80,17. Sobressaem, ainda, os municípios de Moreno, 88,54, e Escada, 84,96, que integram também a RMR. Os demais municípios do TES possuem em suas bordas conexões com o rural, apresentam uma taxa de urbanização inferior, se comparada à dos demais municípios do TES e mais próximos da RMR. Figuram na história desses municípios resquícios de um conjunto de engenhos de manufaturas simples, que datam do início da colonização do país – dotado de uma estrutura agrária distinguida pela cultura intensiva da cana-de-açúcar, de grandes latifúndios, e com elevada concentração de renda e baixo desenvolvimento humano, como bem lembram Andrade (1980) e Furtado (1995).

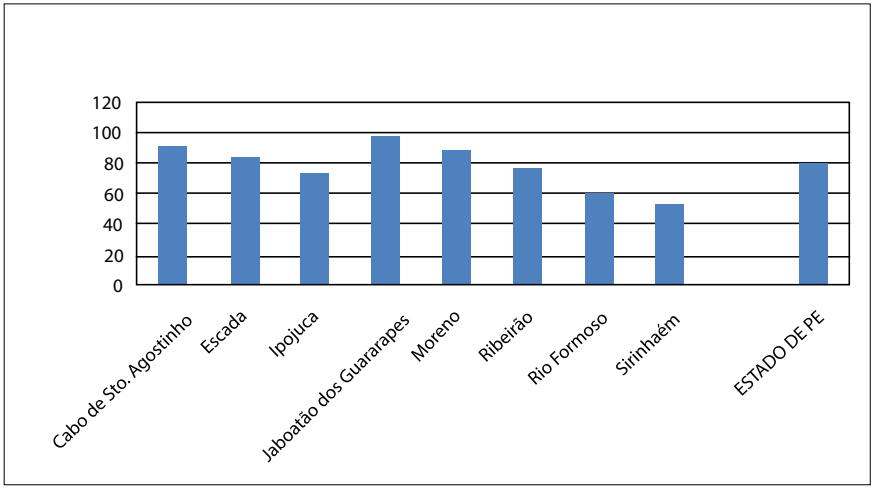
Tabela 3.1. Taxa de urbanização dos Municípios do TES (%).

Municípios	**Taxa de Urbanização**
Cabo de Sto. Agostinho	90,68
Escada	84,96
Ipojuca	74,06
Jaboatão dos Guararapes	97,82
Moreno	88,54
Ribeirão	76,52
Rio Formoso	60,37
Sirinhaém	53,32
Estado de PE	80,17

Fonte: Censo de 2010
Pesquisa Fundaj/Observatório/PE/ Laept/UFPB, 2013.

O município do Jaboatão dos Guararapes destaca-se como o segundo maior do estado e possui uma população e uma infraestrutura muito diversa das outras cidades componentes do TES. É um município muito conurbado à capital, possui grande concentração de atividades econômicas, além de ter-se tornado um importante centro de atração residencial para as populações com rendas mais elevadas em relação aos moradores dos demais municípios do TES, que não dispõem de infraestrutura urbana, comércio e serviços na mesma ordem de grandeza. O dinamismo econômico desse município é naturalmente influenciado pelo CIPS; todavia a sua posição estratégica na Região Metropolitana do Recife eleva as suas condições próprias de dinamismo.

Gráfico 3.1. Taxa de urbanização (%)
Território Estratégico de Suape / Estado de PE (2010)



Fonte: Censo IBGE, 2010. Pesquisa Fundaj/Observatório/PE/ Laept/UFPB, 2013.

Diferentemente, o Cabo de Santo Agostinho é um município de médio porte, com urbanização e industrialização antigas, ainda conectado às atividades tradicionais. Já o município de Ipojuca se caracteriza por ser um município pequeno, com uma história marcada pela predominância da economia rural canavieira, e que mantinha um perfil com menor grau de urbanização e baixo nível de industrialização antes do advento de Suape.

Ambos os municípios tiveram grande impacto com o CIPS, no que diz respeito ao item do crescimento de sua população. Segundo os Censos demográficos do IBGE (Censos Demográficos, 2007, 2008, 2009, 2010 e 2011), em 2000, o município de Ipojuca, por exemplo, contava com 59.281 habitantes, saltando para 80.637 em 2010, apresentando, portanto, um aumento de 36%. Isso indica a ocorrência de um forte fluxo migratório para o município, o que exigiu, em contrapartida, maiores investimentos em infraestrutura e programas sociais, urbanos e ambientais. No mesmo período, o Estado de Pernambuco apresentou um incremento populacional quatro vezes menor, de 9%. Na comparação com as demais cidades componentes do TES, Ipojuca apresenta uma taxa média proporcional de crescimento populacional muito superior.

O município do Cabo de Santo Agostinho também apresentou um incremento populacional bastante acima da média do estado. Segundo o IBGE, sua população cresceu de 152.977 habitantes, em 2000, para 185.025, em 2010,

com uma taxa média de crescimento, no período, de 17%, o que representa o segundo maior incremento dentre os municípios do Território Estratégico.

Esse aumento de população estava associado às novas oportunidades de postos de trabalho formal que se descortinavam para o TES. De acordo com o ritmo das grandes obras em Suape, o número de trabalhadores assalariados em Ipojuca saltou de 17.120, em 2006, para 67.093, em 2011, um incremento de 291,89%, segundo os dados do IBGE. À exceção de Rio Formoso, que teve o número de seus trabalhadores assalariados reduzido quase à metade, de 8.359, em 2006, para 4.321, em 2011, apresentando uma contração de 48,3%, todos os demais municípios do Território Estratégico tiveram uma ampliação do número de seus trabalhadores assalariados no período. Ipojuca teve o maior crescimento nominal e proporcional, e Sirinhaém obteve o menor, de apenas 2,47%. Jaboatão apresentou o segundo maior crescimento nominal, elevando o número de assalariados de 70.161, em 2006, para 97.422, em 2011, com um incremento de 38,8%. Cabo de Santo Agostinho, que aumentou o número de assalariados de 21.532 para 39.353, apresentou o segundo maior acréscimo proporcional, de 82,76% (GODOY, 2014).

O crescimento econômico aferido pelo IBGE (GODOY, 2014; Censos Demográficos, 2007, 2008, 2009, 2010, 2011) destaca o município de Ipojuca com uma taxa média de crescimento econômico anual de 3,12% (2000 a 2010), o que significa mais de três vezes a média do Estado de Pernambuco, que foi de 1,06 no mesmo período. Embora em uma proporção menor que Ipojuca, Cabo de Santo Agostinho também teve, no período, um crescimento econômico acima da média do estado, de 1,92% (GODOY, 2014).

Um dos indicadores econômicos que apresentam maiores disparidades entre os municípios do TES foi o do PIB, aferido pelo IBGE em 2010. Ipojuca atingiu um Produto Interno Bruto Municipal de mais de R$ 9 bilhões, o que reflete diretamente nas atividades de Suape. O município do Cabo de Santo Agostinho também expressou um grande incremento ao atingir um PIB de pouco mais de R$ 3,8 bilhões. Já o PIB de Moreno, inscrito entre os municípios de influência indireta do CIPS, não sediando os principais empreendimentos industriais, atingiu pouco mais de R$ 257 milhões. Notamos, com esse exemplo, uma significativa diferença entre os impactos econômicos causados nos diversos municípios do TES, com uma clara concentração em Ipojuca e, em menor grau, no Cabo de Santo Agostinho (GODOY, 2014).

A participação do PIB dos municípios selecionados no conjunto do PIB do Estado de Pernambuco também ilustra as novas dinâmicas locais. Embora

a população de Ipojuca tivesse, em 2010, uma participação de apenas 0,009% no total do estado, seu PIB representava 9,56% de toda a riqueza produzida em Pernambuco, inferior apenas ao da capital. Se comparada à evolução proporcional do PIB dos municípios do TES de 1999 a 2010, percebe-se um ritmo de crescimento acima daquele verificado no estado, no Nordeste e no país. Chama a atenção o surpreendente incremento do PIB municipal de Ipojuca, que cresceu 864,88% no período, enquanto o de Pernambuco evoluiu 382,59%, o do Nordeste 381,28% e o do país 295,11%. Esses indicadores não deixam dúvida quanto à velocidade e à magnitude dos impactos econômicos de Suape (GODOY, 2014).

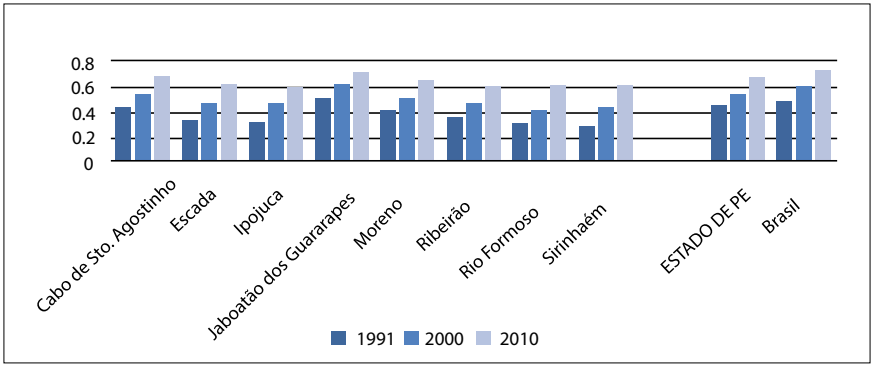
Ainda de posse de alguns dados do Censo Demográfico (Censos Demográficos, 2007, 2008, 2009, 2010, 2011), a partir de uma série histórica de interesse da pesquisa, 2007 a 2010, podem ser visualizadas algumas características das condições da população do Território Estratégico de Suape, e, por meio delas, antecipa-se o impacto relativamente favorável do CIPS sobre o IDHM dos municípios do TES. É importante destacarmos que foi a partir de 2007 que ocorreu um verdadeiro *boom* no Complexo de Suape, que passou rapidamente a concentrar investimentos públicos e privados de grande porte, com destaque para aqueles vinculados ao PAC, o que transformou a área em um gigantesco canteiro de obras.

Tabela 3.2. IDHM dos Municípios do TES (1991, 2000, 2010).

IDHM 2010 – TES por Períodos				
Municípios	**1991**	**2000**	**2010**	**Variação 2000-2010**
Cabo de Sto. Agostinho	0,427	0,547	0,686	0,259
Escada	0,346	0,479	0,632	0,286
Ipojuca	0,332	0,457	0,619	0,287
Jaboatão dos Guararapes	0,520	0,625	0,717	0,197
Moreno	0,419	0,511	0,652	0,233
Ribeirão	0,357	0,456	0,602	0,245
Rio Formoso	0,309	0,42	0,613	0,304
Sirinhaém	0,293	0,436	0,597	0,304
Estado/PE	0,440	0,544	0,673	0,233
Brasil	0,493	0,612	0,727	0,234

Fonte: Censo IBGE, 2010. Pesquisa Fundaj/Observatório/PE/ Laept/UFPB, 2013.

Gráfico 3.2. Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) Território Estratégico de Suape - Estado /PE - Brasil 1991/2000/2010.



Fonte: Censo IBGE, 2010. Pesquisa Fundaj/Observatório/PE/ Laept/UFPB, 2013.

A Tabela 3.2 e o Gráfico 3.2 apresentam características do perfil social, no quesito Índice de Desenvolvimento Humano (IDHM) dos municípios que compõem o TES.

A observação da evolução do IDHM reflete um significativo aumento da renda, da longevidade e da escolarização da população de todo o TES. É importante salientar que essa melhoria dos indicadores ocorreu em todo o país e, especialmente, no Nordeste. Em 1991, dentre os municípios do TES, apenas Jaboatão dos Guararapes apresentou um IDHM "baixo" (de 0,500 a 0,599); os demais mantinham indicadores considerados "muito baixos" (0,000 a 0,499). Em 2000, os indicadores já apresentavam uma melhora sensível, pois, enquanto Jaboatão atingiu um IDHM "médio" (de 0,600 a 0,699), Cabo de Santo Agostinho e Moreno tiveram seus indicadores de desenvolvimento humano em patamares "baixos", e os demais municípios do TES ainda mantinham o padrão de IDHM "muito baixo".

Entre 2000 e 2010, ocorreu novamente um salto positivo nos indicadores de todo o TES. Sirinhaém, que em 1991 tinha o mais baixo IDHM do TES, foi o município que apresentou a maior elevação linear e proporcional do desenvolvimento humano, saindo do patamar "muito baixo" para "baixo." O município de Jaboatão manteve seu padrão superior de desenvolvimento humano em comparação aos demais municípios do TES, embora tenha apresentado o menor crescimento proporcional, elevando sua posição ao patamar de IDHM "alto". Os demais municípios do TES saltaram de um padrão "muito baixo" para "médio", pois apresentaram um intenso crescimento de seu desenvol-

vimento humano, se comparados com os níveis estaduais. Em 1991, apenas Jaboatão tinha um IDHM superior ao da média estadual.

Os municípios de Jaboatão e do Cabo tiveram indicadores superiores aos da média de Pernambuco, o que se manteve em 2010. Não obstante, enquanto os IDHMs da maioria dos demais municípios do TES, em 1991 e 2000, mantinham padrões "muito baixos" e significativamente inferiores aos da média do estado, em 2010, eles revelaram uma aproximação em relação aos indicadores regionais de desenvolvimento humano. Do ponto de vista do crescimento do IDHM, notamos que, à exceção de Jaboatão, que mantinha indicadores permanentemente superiores aos do Estado, todos os outros municípios do TES apresentaram evoluções significativamente superiores àquelas verificadas em Pernambuco.

Especialmente entre 2000 e 2010, quando se refletiram mais intensamente os impactos de Suape, ocorreu uma aceleração no ritmo de aumento dos indicadores de desenvolvimento humano entre as cidades do TES. Se em 1991 havia uma grande distância entre os indicadores médios estaduais de desenvolvimento humano e aqueles verificados nos municípios do entorno de Suape, em 2010 era percebida uma clara aproximação entre esses indicadores.

Importa destacarmos que a elevação significativa dos IDHMs dos municípios do TES não foi suficiente para que qualquer um deles atingisse o patamar médio nacional. O crescimento do IDHM médio no Brasil na última década foi um dos maiores do mundo. Por sua vez, o indicador atribuído ao Estado de Pernambuco foi apenas o 19º do país, com padrão "médio", ainda expressivamente inferior aos da média nacional, elevada em 2010 para o padrão "alto" (GODOY, 2014).

Ao compararmos o aumento proporcional do IDHM dos municípios do TES com a ampliação proporcional do PIB e do PIB *per capita*, notamos que as melhorias nos indicadores de desenvolvimento humano não ocorreram na mesma magnitude e velocidade que o crescimento da riqueza produzida na região. Novamente percebemos que, mesmo em face de melhorias nas condições médias de vida da população local, há uma tendência que tem privilegiado o crescimento econômico. Ipojuca, que concentrou a maior parte do crescimento econômico na região, embora tenha atingido o segundo maior PIB do estado e um dos maiores PIBs *per capita* do país, sequer atingiu o patamar médio do IDHM de Pernambuco, mantendo-se distante da média nacional (GODOY, 2014).

Do mesmo modo, outro dado importante podemos constatar na melhoria do salário médio mensal, com impacto positivo do CIPS nos municípios do TES. Ipojuca destaca-se por exibir a melhor evolução do resultado nesse

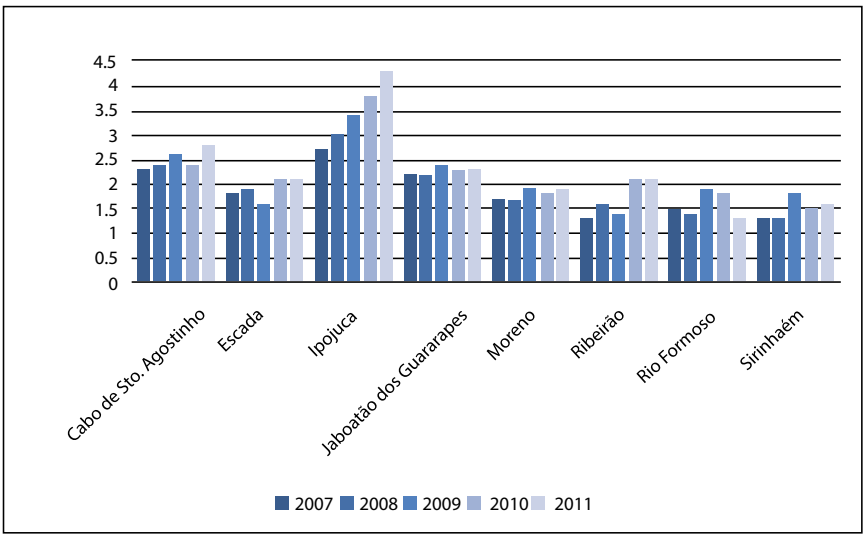
quesito, dentre os municípios do TES, ao apresentar um contraste entre o seu IDHM e o índice de melhoria no salário médio mensal, o que pode revelar uma grande discrepância nos salários no município e na qualificação dos empregos. Vejamos os dados:

Tabela 3.3. Salário Médio Mensal dos Municípios do TES.

Salário Médio Mensal (2007 a 2011)					
Municípios do TES	**2007**	**2008**	**2009**	**2010**	**2011**
Cabo de Sto. Agostinho	2,3	2,4	2,6	2,4	2,8
Escada	1,8	1,9	1,6	2,1	2,1
Ipojuca	2,7	3,0	3,4	3,8	4,3
Jaboatão dos Guararapes	2,2	2,2	2,4	2,3	2,3
Moreno	1,7	1,7	1,9	1,8	1,9
Ribeirão	1,3	1,6	1,4	2,1	2,1
Rio Formoso	1,5	1,4	1,9	1,8	1,3
Sirinhaém	1,3	1,3	1,8	1,5	1,6

Fonte: Pesquisa Fundaj/Observatório/PE/ Laept/UFPB, 2013.

Gráfico 3.3. Salário Médio Mensal Território Estratégico de Suape 2007-2011 (em salários mínimos).



Fonte: Pesquisa Fundaj/Observatório/PE/ Laept/UFPB, 2013.

Os salários médios verificados nos municípios do TES tiveram impactos bastante diversos desde o *boom* do CIPS. De 2007 a 2011, segundo os dados do IBGE, embora Rio Formoso tenha tido uma queda no salário médio de 1,5 para 1,3 salários mínimos, em grande medida em função da redução drástica do número de trabalhadores assalariados, os demais municípios do TES apresentaram crescimento. Os municípios de Escada, Jaboatão, Moreno e Sirinhaém indicaram uma tendência à estabilidade, verificando-se crescimentos discretos, abaixo de 0,3 salários mínimos. Já Ribeirão, Cabo e Ipojuca tiveram elevações lineares e proporcionais significativas, destacando-se, especialmente, o grande aumento do salário médio de Ipojuca, que saltou de 2,7 salários mínimos, em 2007, para 4,3, em 2011. No mesmo período, o salário médio do Cabo de Santo Agostinho evoluiu de 2,3 para 2,8 salários mínimos, enquanto o de Ribeirão subiu de 1,3 para 2,1 salários mínimos.

A verificação das faixas salariais mais incidentes nos municípios do TES indica que a maioria da população recebe, em geral, até dois salários mínimos. Em Ipojuca, 61% da população assalariada recebia, em 2010, menos de dois salários mínimos, indicador semelhante ao de Cabo de Santo Agostinho, que concentrou 57% de sua população com rendimentos nessa mesma faixa. Os dados apresentados são compatíveis com a média estadual de 60% da população com até dois salários mínimos.

A análise conjunta que envolve os indicadores do PIB, do PIB *per capita*, do salário médio, da renda média *per capita* domiciliar e das faixas de remuneração dos assalariados não deixa dúvida de que há uma grande concentração de renda entre aqueles que recebem salários mais elevados, mantendo-se a maioria da população em faixas mais baixas de rendimento. Esse aspecto corrobora o argumento de que, embora tenha ocorrido um intenso crescimento da riqueza produzida na região, como destaca o incrível aumento do PIB, ela não vem sendo redistribuída na mesma proporção, velocidade e magnitude. Percebemos que a maior parte da renda advinda de salários e de outras remunerações se encontra concentrada em uma minoria que recebe maiores rendimentos, enquanto a maior parte da população mantém faixas salariais muito baixas, inferiores às médias do Estado e do país.

Em Ipojuca, segundo os dados do IBGE (Censos Demográficos, 2007, 2008, 2009, 2010, 2011), 31% dos assalariados recebiam, em 2010, até um salário mínimo, e 30%, de um a dois salários, valores significativamente menores que a média salarial do período, que era de 3,8 salários. Os dados do Cabo

de Santo Agostinho são semelhantes: 28% recebiam, em 2010, até um salário mínimo, e 29%, de um a dois salários, embora a média salarial tenha atingido 2,4 salários mínimos no mesmo período.

O acompanhamento da evolução da renda média *per capita* domiciliar, do PIB *per capita* e do crescimento do salário médio, especialmente em Ipojuca, indica haver uma desconexão entre o crescimento da riqueza produzida e seu reflexo local na forma de elevação da renda média. Embora a renda média *per capita* domiciliar se tenha elevado, ela não cresceu na mesma magnitude que o salário médio ou o PIB *per capita*. Isso nos leva a crer que a riqueza não tem sido distribuída com equidade entre o conjunto da população local, mesmo que os indicadores de concentração de renda tenham sido reduzidos, já que a massa salarial total aumentou de forma expressiva, o que ampliou nominalmente o conjunto dos assalariados e daqueles com rendimentos de até dois salários mínimos. Como destacamos, o aumento da massa salarial não se deu de forma equitativa, visto que a maioria da população ainda recebe rendimentos muito baixos em relação ao Estado e ao país, mesmo diante de indicadores de crescimento da riqueza muito superiores àqueles verificados na última década. Os altos salários recebidos por uma pequena parcela da população local incidem positivamente no aumento do salário médio e do PIB *per capita*, enquanto a ampliação da massa salarial daqueles com menores rendimentos tendeu a reduzir os indicadores de desigualdade, sem, contudo, favorecer na mesma proporção os grupos sociais de menor renda.

As informações acima confirmam as oportunidades geradas nos municípios do TES, seja para implantar as atividades vinculadas ao CIPS (indústrias, logísticas e serviços) ou para atrair os empresários e trabalhadores de classe média para investir na mobilidade e na infraestrutura dos municípios do CIPS. Esses dados chamam, igualmente, a atenção para que os gestores fiquem atentos às desigualdades entre os municípios do TES, que são históricas e, certamente, determinantes para o futuro de cada um dos municípios que compreendem esse Território. Esses dados serão aprofundados e confrontados, mais adiante, com os dados da pesquisa de campo.

Arranjos Institucionais: o Planejamento Estratégico do TES na Base do Novo Modelo de Desenvolvimento Metropolitano

Os instrumentos de planejamento para inserir o Projeto Suape e o TES no contexto atual de competição por investimentos entre as cidades se-

guem uma nova lógica. A partir da intensificação de políticas neoliberais e da integração competitiva do Brasil na economia global, em consonância com as recomendações do Consenso de Washington, o Planejamento Estratégico surge como uma cartilha a ser seguida pelas cidades, sobretudo as metrópoles, para as inserirem na rede urbana global (CORRÊA, 1989; SASSEN, 1991). O Planejamento Estratégico, inspirado nas experiências importadas de cidades dos Estados Unidos (Baltimore) e da Europa (Barcelona, Lisboa, Londres), tem orientado os órgãos governamentais a partir de uma visão de empreendedorismo urbano (HARVEY, 1999), que alguns autores criticam por sua homogeneização de soluções baseadas num "pensamento único" e deslocado da nossa realidade, por "ideias fora do lugar" (ARANTES; VAINER; MARICATO, 2000).

Segundo o ideário do Planejamento Estratégico, a cidade torna-se uma mercadoria gerenciada por um gestor "empreendedor", e seus potenciais são divulgados por uma estratégia de *marketing city* para atrair investidores externos a partir da "definição de um projeto de cidade que unifica os diagnósticos, concretiza ações públicas e privadas e estabelece um marco coerente de mobilização e de cooperação dos atores sociais urbanos" (BORJA; CASTELLS, 1996). A busca de "consenso" no processo participativo constitui elemento fundamental para a sua implantação.

Do ponto de vista das políticas públicas governamentais, em Pernambuco, ao mesmo tempo em que se consolidava a visão da necessidade da interiorização do desenvolvimento, inspirada na concepção dos polos produtivos como forma de estimular o desenvolvimento local em cada região do estado, eram elaborados Planos Estratégicos na RMR (Plano Diretor Estratégico Metrópole 2010, FIDEM, 1998) e em alguns dos seus municípios, como o Recife ("Projeto Capital", PCR, Parte III: governança urbana, cidadania e gestão da metrópole do Recife, p. 475, 2000) e o Cabo de Santo Agostinho (Cabo 2010, PMCSA, 1997). Tais Planos revelavam a concepção da cidade e da metrópole ideal, abertas às relações globais da rede de cidades e aptas a ser objeto de "requalificações" em áreas "estratégicas" de grande interesse para o mercado imobiliário, cujas intervenções seriam financiadas por meio de parcerias com agentes privados.[3]

3 No Projeto Capital, a intervenção emblemática é o "Projeto do Complexo Cultural Recife-Olinda", que inclui a polêmica requalificação do Cais José Estelita, com a construção de 12 torres habitacionais e de serviços.

De 2009 a 2011, foi elaborado o Plano Diretor Estratégico de Suape 2030 – PD-2030[4], cuja abrangência territorial inclui a Área de Influência Direta 1 (Cabo de Santo Agostinho e Ipojuca); a Área de Influência Direta 2 (Território Estratégico de Suape e da Região Metropolitana do Recife) e a Área de Influência Indireta (escala regional – PE, AL, PB e RN). O plano, debatido em seminários públicos, foi ousado na tentativa de uma visão interdisciplinar, embora, em grande parte, não tenha extrapolado as abordagens setoriais. O plano também não incorporou a perspectiva de planejamento regional, tomando como referência diversos planos e estudos elaborados anteriormente, dentre os quais o Plano da Agência Condepe/Fidem (2008) e os Estudos de Impactos Socioeconômicos da RNEST e seu Plano de Ação Integrada, contratados pela Petrobras (2009).[5]

A despeito da abrangência do PD-2030, o Decreto Estadual n° 37.160/2011, instrumento legal que mudou o zoneamento do CIPS, limitou essa abrangência a 13.500 ha. Não poderia ser diferente, uma vez que cada município tem seus próprios instrumentos de planejamento, incluindo o Plano Diretor Municipal e a Lei de Uso e Ocupação do Solo. Porém, o ideário desse plano de orientar o ordenamento territorial do TES por um Plano Diretor Regional, compatibilizando os impactos socioespaciais do CIPS e potencializando seus benefícios econômicos, é alvo de debate desde a elaboração do Plano da Agência Condepe/Fidem (2008). A própria delimitação do TES, originalmente concebida com cinco municípios, foi ampliada para oito, incluindo Ribeirão, Sirinhaém e Rio Formoso, por pressão política, sobretudo desse último município, que esperava participar dos programas formatados para o TES, uma vez que, até certo ponto, também recebe a influência do CIPS. O fato é que, na visão da Agência Condepe/Fidem, o TES já extrapolava a RMR (Escada se encontrava entre os municípios definidos inicialmente). Com a inclusão de Ribeirão, Sirinhaém e Rio Formoso, o TES estendeu-se ainda mais para a Zona da Mata Sul, tornando complexas as possibilidades de mecanismos de gestão.

---

4 A Empresa Suape contratou o Consórcio Projetec-Planave e Ceplan Consultoria, que apresentou 13 estudos nos seguintes eixos temáticos: econômico e empresarial; infraestrutura portuária; sistema de transportes; saneamento ambiental; suprimento de utilidades – energia, gás e telemática; segurança; serviços locais complementares; gestão territorial integrada; aspectos ambientais; aspectos sociais; aspectos habitacionais; patrimônio histórico e cultural; e gestão do complexo.

5 A Área de Influência Direta 2, adotada no PD de Suape, é mais ampla do que o TES do Plano da Agência Condepe/Fidem (2008). Existem diferentes delimitações em cada Plano. Os "Estudos Técnicos Relativos aos Impactos Socioeconômicos da Implantação e Operação da Refinaria Abreu e Lima – Rnest" e o "Plano de Ação Integrada", contratados pela Petrobras à consultoria de Engenharia CEPPLA, consideram nove municípios da Área de Influência Indireta (AII) e cinco municípios da Área de Influência Direta (AID).476 Recife: transformações na ordem urbana.

Além dos três eixos temáticos abordados (Organização do Território, Mobilidade e Meio Ambiente e Saneamento Ambiental), que contemplam um Programa de Mobilidade e um Programa Especial de Controle Urbano Ambiental para o TES, o Plano da Agência Condepe/Fidem já apresentava uma proposta de modelo de gestão integrada do Território, ao apontar para a necessidade de instalar um Modelo de Gestão que fizesse cumprir uma Agenda de Desenvolvimento Regional. O desafio era descentralizar o setor industrial e de serviços, com a instalação de empreendimentos fora da área de jurisdição do CIPS, mas sob sua influência. Do ponto de vista de uma ação integrada para os oito municípios do TES, encontra-se em implantação o Programa Especial de Controle Urbano Ambiental, decorrente das diretrizes daquele Plano e coordenado pela Agência, com financiamento do BNDES e contrapartidas do Governo de Pernambuco e dos municípios. Embora de alcance bastante limitado, face ao tamanho dos problemas institucionais e à expansão/densidade de ocupações irregulares, o referido programa tem sido um exercício pedagógico de participação dos diversos atores públicos no enfrentamento de problemas comuns que atravessaram as mudanças de gestão dos prefeitos.[6]

Nos Estudos de Impacto do Rnest (2009), a proposta de planejamento e gestão integrada visava viabilizar as iniciativas em curso entre o poder público e o setor privado, pois apontava para a necessidade de construir mecanismos de cooperação entre os municípios da região, com vista à modelagem de um zoneamento adequado, capaz de dar unidade a parâmetros urbanísticos de ocupação do solo e de edificação, bem como de promover a participação dos setores empresariais inseridos no CIPS. Entretanto as articulações institucionais entre os diversos municípios do TES para consolidar os mecanismos de cooperação, tais como a formação de um consórcio, esbarram em disputas políticas entre os gestores locais e em interesses localizados. Embora a maior parte dos 13.500 ha das terras do CIPS (61%) se localize no município do Cabo de Santo Agostinho, toda a Zona Industrial e Portuária (ZIP) – geradora de maior receita com a arrecadação de impostos – concentra-se no município de Ipojuca, que detém 39% do CIPS. Por sua vez, Jaboatão dos Guararapes

6 Conforme artigo *on-line* do Jornal do Commercio, de 21/01/2013: "Os novos prefeitos dos oito municípios que integram o Território Estratégico de Suape se reúnem com a Agência Condepe/Fidem para definir as estratégias de atuação para 2013 do Programa Especial de Controle Urbano e Ambiental". Disponível em: <www.jc3.uol.com.br>. Acesso em: 12 nov. 2013. Parte III: *governança urbana, cidadania e gestão da metrópole do Recife*, p. 477.

abrigará uma Zona de Processamento de Exportações (ZPE). Essa distribuição territorial gera conflitos entre esses municípios que recebem o impacto direto do CIPS. Todos cobram do Governo Estadual a equalização das oportunidades e dos ônus decorrentes da dinamização econômica do CIPS.

A despeito das divergências políticas, podemos identificar alguns esforços para a construção de um diálogo entre os municípios do TES. O Governo de Pernambuco e a prefeitura de Jaboatão dos Guararapes[7] realizaram, em 2011, o seminário Cooperação Federativa para o Desenvolvimento em Áreas de Grandes Investimentos – Suape[8].

O objetivo do seminário era discutir as possibilidades de cooperação do TES, com debates sobre experiências similares como a do Consórcio de Desenvolvimento do Leste Fluminense (Conleste) e a do Consórcio de Desenvolvimento do Alto Paraopeba (Codap).

No discurso de abertura, o prefeito de Jaboatão dos Guararapes, Elias Gomes, chamou a atenção para a necessidade de uma divisão mais justa da receita gerada pelo CIPS, cujos principais empreendimentos estão concentrados em Ipojuca, enquanto Jaboatão assume, a seu ver, principalmente, os ônus dos impactos do CIPS.[9] Gomes sugeriu a criação de um consórcio que pudesse dividir de forma equânime tanto os bônus como os ônus do CIPS entre os municípios do TES.

Se, por um lado, a relação de cooperação entre os municípios do TES é incipiente e capitaneada pelo Governo de Pernambuco, superpondo-se ao planejamento e à gestão da RMR, por outro lado, a relação entre a Empresa Suape e os municípios onde se situa o CIPS (Cabo de Santo Agostinho e Ipojuca) só tem se estreitado recentemente, quando seus impactos assumiram tal magnitude, com a imensa demanda por habitação e serviços de educação, qua-

---

7 O Plano da Agência Condepe/Fidem (2008) traz "diretrizes para a Ocupação Sustentável do Território Estratégico de Suape", que buscam o equilíbrio entre o desenvolvimento e a conservação ambiental, com foco na melhoria da habitabilidade e da competitividade por meio da qualificação físico-ambiental. O TES era composto por 5 municípios: Cabo de Santo Agostinho, Ipojuca, Jaboatão dos Guararapes, Moreno e Escada.

8 Seminário realizado pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), Agência Condepe/Fidem e Prefeitura de Jaboatão dos Guararapes (Hotel Dorisol, Jaboatão dos Guararapes, 27/10/2011). Recife: transformações na ordem urbana.

9 Segundo Elias Gomes, "Suape é um patrimônio de todos os pernambucanos. Precisamos discutir como serão pactuados os ônus e bônus de Suape. [...] Como fechar essa conta, quando Ipojuca tem uma arrecadação de ICMS *per capita* de R$ 2.300,00 enquanto Jaboatão tem R$ 330,00 e recebe grande parte dos trabalhadores de Suape? Não podemos ficar com todos os ônus". Disponível em: <http://www.jaboatao.pe.gov.br/jaboatao/prefeitura/prefeitura/2011/10/26/NWS,413733,51,546, JABOATAO,2132-ELIAS-GOMES-FAZ-ABERTURA-SEMINARIO-SOBRE-SUAPE.aspx>. Acesso em: 10 dez. 2013.

lificação profissional e saúde, que se tornaram difíceis de ser administrados, isoladamente, apenas por esses municípios.

Com a implantação dos grandes empreendimentos no CIPS, que demandaram enorme contingente de trabalhadores na fase da construção civil, os problemas sociais vêm ocupando espaço mais relevante entre as preocupações dos gestores públicos e privados. Entretanto, se no discurso do projeto político de desenvolvimento centrado em Suape a noção da sustentabilidade tem estado cada vez mais presente nas diretrizes do planejamento territorial, não podemos ignorar que, na prática, a dimensão econômica, associada à supremacia do progresso e do crescimento, sobretudo no contexto de acirramento da competitividade das regiões no mercado global, tem sido a tônica. As ações relacionadas com a dimensão ambiental, restritas à visão de meio natural, têm seu foco, especialmente, na mitigação dos impactos do CIPS sobre a natureza (sobretudo sobre o mar e as matas nativas), na mesma perspectiva em que agora se insere na pauta a dimensão social.

Conforme tal visão de desenvolvimento e de inserção estratégica metropolitana, em 2008 foi criado o Projeto "Suape Global", que visou fomentar em Pernambuco (no CIPS) a implantação de um polo provedor de bens e serviços da indústria de petróleo, gás, *offshore* e naval. A Empresa Suape criou uma diretoria específica para gerenciar o Projeto,[10] como parte da estratégia de consolidação de cadeias produtivas de suporte aos novos *clusters* (automobilístico, TIC, alimentos, eólica, além do metalomecânico). O projeto valoriza a participação que visou à construção de um pacto social presente nas diretrizes da cartilha do planejamento estratégico, que reuniu 185 representantes de entidades governamentais, privadas, acadêmicas e bancos públicos em seis grupos temáticos e no Fórum Suape Global.

Ao longo dos estudos e debates para a elaboração do PD-2030, foi percebida a necessidade de tratar as questões sociais e ambientais a partir de um projeto específico. A constatação dos diversos planos é de que, da mesma forma que as questões de infraestrutura e de mobilidade, se os problemas socioambientais não fossem enfrentados na escala regional, comprometeriam a competitividade do CIPS. Dessa forma, parte-se do princípio de que é preciso qualificar o desenvolvimento, incorporando-se o adjetivo "sustentável" para instrumentalizá-lo com

10 Em entrevista à revista Intermodal, o diretor do Fórum Suape Global, Sérgio Leimig, Parte III: *governança urbana, cidadania e gestão da metrópole do Recife*, ressalta o papel do "Porto de Suape, locomotiva do desenvolvimento do Estado, dotado de uma excelente infraestrutura e um grande diferencial para a atração de novos investimentos". Disponível em: <http://pedesenvolvimento.com/>. Acesso em: 5 dez. 2013.

outras dimensões (ambiental, social, cultural, política), embora apenas o suficiente para não inviabilizar o protagonismo da dimensão econômica. Nesse sentido, com o objetivo de propor e articular ações para a promoção, no âmbito do TES, do "desenvolvimento sustentável" e com "inclusão social", por meio de um "modelo de gestão integrada", o Governo de Pernambuco, por meio da Empresa Suape, contratou uma consultoria[11] para implantar o Projeto Suape Sustentável de forma participativa. O trabalho foi dividido em três componentes, buscando-se a adesão dos atores estratégicos públicos e privados: (*i*) Ações Emergenciais e Prioritárias; (*ii*) Diagnóstico (Leitura Territorial Estratégica – LTE) e Plano de Gestão Integrada (construção do Pacto por Suape Sustentável com a visão de futuro comum); (*iii*) Gestão e Monitoramento. Nesse último, buscou-se a adesão dos atores estratégicos, públicos e privados, para a implantação do Modelo de Gestão e Monitoramento proposto com a institucionalização do fórum e a criação do Instituto Suape Sustentável (organização social) para gerenciar as ações sociais e ambientais.

A criação do Instituto Suape Sustentável é uma das proposições do PD-2030 que visam "liberar" a Empresa Suape para gerenciar as questões relativas ao distrito industrial e portuário, deixando as preocupações com o entorno, como as áreas de interesse histórico e ambiental, a cargo de uma organização social a ser criada. O intuito dos gestores da Empresa Suape é separar essas questões de natureza distinta (competitividade econômica do território x mitigação dos impactos socioambientais), que são tratadas, respectivamente, pelos projetos "Suape Global" e "Suape Sustentável". Os gestores do CIPS esperam, assim, alcançar uma gestão mais focada, pois hoje, na visão do Governo de Pernambuco (Empresa Suape), consome-se muito tempo e energia na relação com as prefeituras para encaminhar ações conjuntas de controle urbano face à pressão sobre as áreas de interesse histórico e ambiental, projetos habitacionais, impactos socioambientais, pressão sobre os serviços de saúde e educação, desequilíbrio entre arrecadação e custos sociais dos municípios e outros.[12]

A preocupação com as áreas ambientais representa especial interesse para a Empresa Suape, pois faz parte da estratégia de atração de empresas que no contex-

11 O Consórcio, formado por duas empresas de consultoria, Diagonal e Ceplan, iniciou, em 2011, o Projeto Suape Sustentável, p. 480. Recife: transformações na ordem urbana.

12 Essas constatações resultam da análise das entrevistas com gestores da Empresa Suape e das Prefeituras do Cabo de Santo Agostinho e Ipojuca, realizadas em 2013, no âmbito da pesquisa em curso citada anteriormente.

to atual defendem a "sustentabilidade social e ambiental" como um atributo indispensável à competitividade, diferenciando-as sob a chancela de "selos" de qualidade e de responsabilidade socioambiental. O novo zoneamento do PD-2030 amplia de 48% para 59% a área de proteção ambiental ("Zona de Preservação Ecológica") no território do CIPS. Como fica evidente nos planos, a preocupação do CIPS com o histórico passivo ambiental tem sido uma bandeira que a Empresa Suape tem carregado, o que a fez aderir, em 2011, ao "Pacto pela Restauração da Mata Atlântica".[13] Tais preocupações buscam responder às severas críticas das quais o CIPS tem sido alvo desde o início de sua implantação por conta de impactos ambientais. Entretanto, se a visão da sustentabilidade passa a ser uma estratégia de *marketing* em tempos em que as empresas se preocupam em formar uma imagem de responsabilidade ambiental e compromisso com o futuro do planeta, a busca por equidade social, um dos pilares do Projeto Suape, é outro desafio a ser assegurado.

Da Governança Metropolitana à "Construção" Institucional do TES

No item anterior, falamos dos arranjos institucionais que deram lugar ao Planejamento Estratégico do TES sob a base de um novo modelo de desenvolvimento metropolitano. Neste item específico sobre governança no TES, revisitaremos alguns dos argumentos já explorados, principalmente o que diz respeito ao "modelo de gestão integrada" defendido pelo Governo de Pernambuco para viabilizar as iniciativas para o desenvolvimento do CIPS, que implicou ações de intervenção e de reorganização dos espaços dos municípios do TES. Entendemos que a governança urbana está associada a um processo de reorganização do espaço, pois "o poder de organizar o espaço se origina em um conjunto complexo de forças mobilizado por diversos agentes sociais. É um espaço conflituoso, ainda mais nos espaços ecológicos de densidade social muito diversificada", havendo, nesse sentido, a necessidade da formação de coalizões e alianças de classes para que se

13 O Pacto é uma iniciativa de caráter coletivo, pois envolve os diversos segmentos da sociedade com vista a ampliar as ações de conservação da biodiversidade, geração de trabalho e renda na cadeia produtiva da restauração, manutenção, valoração e pagamento de serviços ambientais e adequação legal das atividades agropecuárias nos 17 estados do bioma Mata Atlântica. Disponível em: <http://www.pactomataatlantica.org.br/index.aspx?lang=pt-br>. Acesso em: 20 dez. 2013. Parte III: *governança urbana, cidadania e gestão da metrópole do Recife*, p. 481.

configure, como assinala Harvey (1989, p. 171), um modelo de empreendedorismo urbano ou governança empreendedora.

Inserido na perspectiva de um planejamento estratégico, em sua acepção atualmente difundida, a governança urbana é conceituada, de modo genérico, como uma visão estratégica do desenvolvimento urbano e das políticas públicas, o qual busca articular o Estado, as empresas e o Terceiro Setor em torno de objetivos e projetos comuns, tendo por base um território delimitado (PIRES *et al.,* 2011).

Com o emprego dos termos "governo" e "gestão", a lógica que rege os arranjos de governança representa uma repolitização do debate sobre as políticas públicas, numa perspectiva que reconfigura o papel do Estado, que almeja neutralizar as divisões ideológicas. Significa novas formas de governar, de formular e de implementar políticas públicas, nas quais os organismos estatais compartilham responsabilidades e procuram atuar de forma articulada com o setor privado e as entidades da sociedade civil no desenvolvimento de projetos pactuados que têm em vista objetivos comuns. Indica a capacidade de o governo e a sociedade tomarem conjuntamente decisões e estabelecerem compromissos negociados coletivamente mediante procedimentos, regras e instituições, formais e informais, que permitam enfrentar situações e problemas complexos, bem como acomodar interesses diversos ou mesmo conflitantes de atores interdependentes, por meio de arranjos cooperativos e de ações coordenadas (VARGAS, 2012; *In*: PHILIPPI; GALVÃO (orgs.), 2012, pp.721 – 750).

A organização de instâncias de planejamento de territórios estratégicos metropolitanos (como o Grupo Executivo do Território Estratégico de Suape – Diretrizes para Ocupação Sustentável) decorre da experiência de planejamento e gestão metropolitanos da Agência Condepe-Fidem e da decisão governamental de estimular os polos de desenvolvimento.

Nesse arranjo, o Governo do Estado assume a liderança do planejamento metropolitano a partir de investimentos em infraestrutura produtiva e de mobilidade nos polos citados: ao Sul, em torno do CIPS, que se configura como uma nova centralidade do TES; a Oeste, em São Lourenço da Mata, com a implantação da "Cidade da Copa", que abrange a "Arena Pernambuco" e um complexo imobiliário no perfil dos novos bairros planejados; e ao Norte com a expansão do colar metropolitano (em estudo), em torno do município de Goiana, do polo fármaco-químico e da cadeia produtiva da fábrica de veículos da Fiat.

Diniz e Rocha (2015, p.445. *In*: SOUZA, Ângela M. e BITOUN, 2015) ressaltam que, se não nos determos na matriz ideológica dos mecanismos de

implantação-operação dos serviços compartilhados na RMR nem no mérito dos objetivos perseguidos pelos atores envolvidos, podemos observar nos polos de desenvolvimento das regiões Sul e Oeste (como no conjunto da Região Metropolitana) o imperativo de se darem respostas ágeis a demandas emergenciais oriundas de uma dinâmica de desenvolvimento urbano "fora do comum", sob a coordenação do governo estadual, que, em grande parte, assume os custos de um conjunto de grandes investimentos na reestruturação ou na modernização de infraestruturas, equipamentos e serviços públicos. Tais investimentos direcionam-se para o aproveitamento de oportunidades geradas exogenamente (a consolidação do CIPS, impulsionada pelos investimentos federais pós-2007, e a realização de um mega evento, a Copa do Mundo de Futebol da FIFA, em 2014) e terminam por induzir uma centralização das decisões com uma ruptura no processo de discussão e deliberação compartilhado.

Ainda segundo os autores, as principais características do atual arranjo de governança metropolitana apontam os rumos de consolidação de uma metrópole cada vez mais fragmentada institucionalmente, estando elas relacionadas a três aspectos essenciais:

1. os limites de um quadro contratual e institucional frente à operação centralizada da metrópole, o qual se legitima por meio de interesses diversos entre os municípios ou de "um interesse incomum";

2. o nível da compatibilidade entre os municípios é posto em relação com um modelo de planejamento e de gestão administrado sob um desenho de governança "mono-estruturado", ou seja, centralizado no Governo do Estado;

3. o emprego de instrumentos de cooperação sob a lógica da não articulação entre os entes federativos.

Eles concluem que, embora não seja possível deixar de reconhecer os avanços do modelo de governança da RMR face às outras RMs do país, a gestão da metrópole institucional do Recife resulta "incompleta" e "inconsistente", pois necessita superar questões de base e garantir um quadro regulatório que conceda ao âmbito metropolitano uma autonomia mínima no tocante a aspectos políticos, administrativos e financeiros (*Op.cit*, 2015, p.453).

A preocupação com as aglomerações urbanas mal planejadas tem origem na piora da qualidade de vida das cidades do TES. De modo geral, o Estatuto da Cidade – Lei nº 10.257, que regulamenta a política urbana, aprovada em 2001 – atribui aos municípios a obrigação de cumprirem a sua função social, com a garantia da qualidade de vida aos seus moradores e de sustentabilidade à existência da urbe. Maricato, uma das estudiosas das cidades, afirma que "se o Estatuto da Cidade fosse aplicado, o Brasil poderia ser completamente diferente" (MARICATO, 2013). A Lei prevê a garantia do direito à terra urbana, à moradia, ao saneamento ambiental, à infraestrutura urbana, ao transporte e aos serviços públicos, ao trabalho e ao lazer. Prevê, ainda, a gestão democrática na formulação, na execução e no acompanhamento de planos, programas e projetos de desenvolvimento urbano. E, ainda, a cooperação entre governos, iniciativa privada e demais setores da sociedade no processo de urbanização e na oferta de equipamentos comunitários.

O Estatuto da Cidade resultou da luta dos movimentos sociais pela reforma urbana e pela regulamentação dos artigos 182 e 183 da Constituição Federal de 1988. Ele define o Plano Diretor como o principal instrumento de planejamento urbano municipal, sendo sua elaboração obrigatória para os municípios com mais de 20 mil habitantes, a partir de processos em que a participação da sociedade é também exigida. Para instrumentalizar a gestão compartilhada de vários municípios em torno do "interesse comum" apenas este ano, após 10 anos de tramitação, foi aprovado o Estatuto das Metrópoles – Lei Federal nº 3.089/2015 –, que estabelece diretrizes para o planejamento, a gestão e a execução das funções públicas de interesse comum em regiões metropolitanas e em aglomerações urbanas instituídas pelos estados. Ali também são definidos critérios para o apoio da União a ações que envolvam governança interfederativa – compartilhamento de responsabilidades e ações entre distintos entes da Federação –, no campo do desenvolvimento urbano. A exigência de elaboração do Plano de Desenvolvimento Urbano Integrado (PDUI) para as Regiões e Aglomerados, no prazo de três anos, as possibilidades de consórcios públicos, de convênios de cooperação, de contratos de gestão, de parcerias público-privadas interfederativas e de compensação por serviços ambientais são alguns dos instrumentos que poderão favorecer as parcerias em torno do TES.

A Agência Condepe/Fidem iniciou, no mês de junho de 2015, um Ciclo de Debates, em que o tema do primeiro seminário foi o "Estatuto da Metrópole: legitimidade e governança". Na ocasião, foram apresentados alguns resultados do Programa Especial de Controle Urbano e Ambiental do Território Estraté-

gico de Suape, desenvolvido pela Agência com recursos do Banco Nacional de Desenvolvimento Social (BNDES). Os prefeitos de Escada e Moreno receberam os seus Planos Diretores de seus municípios, as Leis do Parcelamento do Uso e Ocupação do Solo e os Códigos de Obras e Posturas; os prefeitos de Ribeirão, Rio Formoso e Sirinhaém receberam a atualização e a revisão dos Planos Diretores de suas cidades; e os prefeitos do Cabo de Santo Agostinho e de Ipojuca assinaram a ordem de serviço que autoriza a revisão dos Planos Diretores desses municípios.[14]

O citado Programa volta-se para o fortalecimento dos municípios do TES por meio de instrumentos de planejamento e controle urbano, e a execução de suas ações responde às diretrizes apontadas no Plano para o TES elaborado pela Agência Condepe/Fidem desde 2008, com vista a mitigar um dos impactos do CIPS mais complicados de gerenciar: o crescimento desordenado dos municípios do seu entorno. Entretanto, se podemos reconhecer o avanço da elaboração/revisão desses novos instrumentos de planejamento elaborados à luz do Estatuto da Cidade (EC), um passo maior deverá ser dado para operacionalizar tais instrumentos que exigem regulamentação específica. A pesquisa realizada pelo Observatório das Metrópoles após 10 anos de promulgação do Estatuto da Cidade, a partir da avaliação qualitativa dos Planos Diretores (PD) dos municípios brasileiros com mais de 20 mil habitantes, conclui que, embora tenha se ampliado a elaboração dos PDs, resultado do esforço de sensibilização e de apoio realizado pelo Ministério das Cidades aos municípios, e se tenha generalizado a incorporação dos instrumentos no EC, nem todos os PDs são efetivamente o resultado de um pacto social para a gestão do território municipal, e muito pouco de concreto foi operacionalizado para o cumprimento da função social e equânime do solo urbano.[15]

Outro grande desafio, que remete à articulação entre as escalas de abordagem do planejamento e gestão, será consolidar um Plano de Desenvolvimento Urbano Integrado para o TES, que integre os Planos Diretores de seus municípios de modo a agregar as possibilidades dos mecanismos de planejamento e gestão (Plano, Conselho, Fundo) do recém-criado Estatuto da Metrópole. A complexidade é maior por ser o TES uma regionalização que se

---

14 Matéria publicada em 09/06/2015 no *site* da Secretaria de Planejamento e Gestão *Primeiro Ciclo de Debates da Condepe/Fidem discute o Estatuto da Metrópole*. Disponível em http://www.seplag.pe.gov.br/web/portal/artigo?codigoNoticia=1506, acesso em 26/06/2015.

15 SANTOS JUNIOR, Orlando A. dos e MONTANDON, Daniel T. (org.). Os Planos Diretores Municipais pós-Estatuto da Cidade: balanço crítico e perspectivas. Rio de Janeiro: Letra Capital, Observatório das Metrópoles, IPPUR/UFRJ, 2011.

superpõe a uma parte da RMR e agregar municípios não metropolitanos. Logo, um Plano de Desenvolvimento Urbano Integrado para o TES terá de considerar as proposições do Plano de Desenvolvimento Urbano Integrado da RMR, revisto a cada dez anos de forma participativa, conforme estabelece o Estatuto das Metrópoles.

Os desafios, então, estão postos para uma governança metropolitana que se estende ao Território Estratégico de Suape. As relações institucionais devem se dar entre os setores públicos em suas várias esferas (exemplos de arranjos de governança interfederativa, de consórcios municipais, de prestações de serviços regionalizados, etc.), entre os setores público e privado (parcerias público-privadas) e, sobretudo, levar a sociedade civil a contribuir para a definição da cidade e da região que se deseja inclusivas, justas e sustentáveis. Os atores não são homogêneos e as lutas sociais permeiam as lutas pelo direito à cidade, assim como os mecanismos de estratégia dos atores hegemônicos e as resistências táticas dos atores excluídos, a que se refere Certeau (1994).

Embora esse arcabouço legal esteja disponível a todos os atores sociais e por meio dele seja possível tornar viáveis ações/lutas em prol da proteção à vida urbana em um TES com melhor qualidade, ele encontra-se longe de ser uma prática democrática de acesso consciente a todos os movimentos sociais. Na verdade, o comando da ocupação no espaço urbano do TES se tem dado segundo os interesses do capital e em detrimento das pessoas, uma vez que há um estreito relacionamento entre a concentração do capital e os processos de construção dos espaços urbanos, como aponta Harvey (2009). O Direito à Cidade está caindo cada vez mais nas mãos de interesses privados ou quase privados, e os movimentos sociais não são suficientemente fortes para convergir para o objetivo de se obter um maior controle sobre os usos do excedente, e muito menos sobre às condicionantes de sua produção (*Op.cit*, 2009).

Portanto, é fundamental resgatar o sentido *lefebvreano* de direito à cidade (LEFBVRE, 1969). O direito aos serviços urbanos é o direito de se apropriar dos valores urbanos, o direito de se transformar ao mesmo tempo em que se constrói e se reconstrói, se planeja e se replaneja a cidade em que se deseja viver. Em Lefebvre, a cidade contém vida, contém classes, contém contradições, assim como as possibilidades de sua própria superação, pois o dinamismo urbano expressa a luta de classes. Mais do que um simples fato demográfico ou ecológico, nela concentram-se os meios de produção e a força de trabalho por meio do capital e do proletariado, da produção e do consumo (LEFEBVRE, 1969).

A cidade capitalista constitui o local por excelência da produção capitalista, pois reúne em um mesmo espaço um capital constante e variável, a força de trabalho concentrada e suas condições de reprodução. Constitui uma síntese que abriga processos internos às unidades produtivas, a concorrência entre elas e os processos externos a elas: o alojamento da força de trabalho e os meios necessários à sua reprodução.

A despeito de vários indicadores para o TES serem favoráveis à sustentação econômica do CIPS, há entraves do ponto de vista de concentração da riqueza e das desigualdades sociais. Existem ainda outros riscos na Agenda de Desenvolvimento para o TES, considerados como entraves à sustentabilidade do CIPS e do TES, que foram identificados pela pesquisa e que serão analisados posteriormente. Nesse aspecto, convém indagar: a quem o CIPS estaria beneficiando?

As Circunstâncias das Transformações do TES na Vida das Pessoas

Para entender o laboratório das transformações econômica, social, política e cultural no TES, particularmente no Cabo de Santo Agostinho e Ipojuca, municípios sob a influência direta de Suape, é preciso capturar as "circunstancialidades" (GEERTZ, Clifford, 1989) dessas transformações na vida das pessoas.

A impressão inicial de quem chega a esse Território é a percepção das imensas transformações no ambiente natural, ainda não descolado da tradição da cultura sucroalcoleira. Um imenso verde do canavial acompanha a paisagem das estradas e dos morros, por onde se atravessam inúmeras terras de antigas usinas com suas capelinhas solitárias, engenhos trapiches[16] e outros engenhos de açúcar, destacando-se um ou outro em funcionamento. A região que compreende, por exemplo, os dois municípios de Cabo de Santo Agostinho e Ipojuca teve a sua economia centrada na atividade da monocultura da cana-de-açúcar, desde os tempos primordiais da Capitania de Pernambuco, época em que esse produto representava a força de crescimento do país (ver capítulo II sobre a história do Território). A paisagem se transfigura por um movimento de terraplanagem que corta morros, elevações, altera o relevo para uma paisagem plana, com a presença de muitos trabalhadores e máqui-

16 Engenho de tipo trapiche, movido por tração animal, geralmente bois, usada nos engenhos de fazer açúcar.

nas escavadeiras, paisagem formada por inúmeros canteiros de obras, o que anuncia novos territórios produtivos (CAVALCANTI e ROCHA, 2013).

Figura: 3.6. Município de Cabo de Santo Agostinho. Movimento das estradas, caminhões e escavadeiras, a poiera e o que resta no cenário em solitário abandono.

Foto: Paula Sampaio

Fonte: Pojeto Nordestes Emergentes/Fundaj/2014

No caso do município do Cabo de Santo Agostinho, já nos anos 1960, o município passou por mudanças na sua estrutura produtiva com a implantação do Distrito Industrial do Cabo. Essas mudanças foram fortalecidas na década de 1970 com a pedra inaugural do Porto de Suape. Quanto a Ipojuca, o processo de transformação do município, no que se refere à alteração do uso da terra, aconteceu de modo um pouco diferente, a mudança do rural para o industrial ocorreu com o Porto de Suape e é mais recente. Localizado por inteiro em terras de duas usinas, a usina Salgado e a usina Ipojuca,[17] o município apresenta características predominantes de ruralidade em relação ao município do Cabo de Santo Agostinho.

Essa alteração do uso da terra foi ainda impulsionada pelo Projeto Costa Dourada em direção a um turismo planejado, com *resorts*, hotéis e pousadas de luxo no contínuo do litoral dos dois municípios. Pelo traçado e desenho da instalação desses empreendimentos, percebemos como eles repelem

17 A usina Ipojuca S/A, que deu nome ao município de Ipojuca, teve suas atividades iniciadas em 1899 e inclui parcelas das terras arredadas da usina Salgado que inclui várias propriedades: Mercês, Guerra, Meio, Boacica, Macaco, Dourado, Saco, Pindoba, Pindobinha, Água Fria, Caeté, Todos os Santos, Santa Rosa, São Carlos, São Paulo, Jenipapo e Cachoeira.

e dificultam a presença de uma população menos eleita para o usufruto das belas praias de águas límpidas dessa costa pernambucana (CAVALCANTI e ROCHA. *Op.cit*, 2013).

Uma imagem-síntese de modernidade cruzada com o tradicional é registrada em uma passagem da estrada: um símbolo de comunicação global surge quase do espaço, em forma de um grande disco prateado que brilha com o reflexo do sol, em que se anuncia como parte do processo de mudança de domínio e de uso do espaço, ainda como aspecto estranho e não incorporado ao tradicional, e que se ancora como uma disposição fantasmagórica e de desencaixe, de surpresas e de paradoxos na paisagem. É um grande *outdoor* do símbolo da Globo, que representa um sol ou grande olho, que tudo vê e controla, sobre um morro coberto de canavial da usina Salgado, no Distrito de Nossa Senhora do Ó, na entrada para Porto de Galinhas. A paisagem é complementada mais abaixo com um outro *outdoor* que vem compor a cena de cima e oferece mais movimento ao contraste. Nela se vê uma mulher em traje de banho, saltando para mergulhar em águas claras e azuis, indicando as praias locais. Só faltava o *"plim" "plim"* e o anúncio *"o melhor de Pernambuco se encontra na Globo Nordeste"*. Na baixada, bem abaixo dos dois *outdoors*, pastando amarrado a uma corda, em pleno contraste, um jumento, símbolo do animal resistente do Nordeste, parece abondonado à própria sorte, enquanto em outra cena uma mulher do campo atravessa os caminhos do canavial em direção ao horizonte verde. Paradoxos tornam-se a marca e a dívida social de um processo novo que acompanha as transformações do lugar (CAVALCANTI e ROCHA. *Op.cit*, 2013).

Figura: 3.7. Ipojuca. Contrastes e paradoxos.

Foto: Paula Sampaio

Fonte: Projeto Nordestes Emergentes/ Fundaj/2014

Esses paradoxos permanecem presentes na própria dificuldade da população se inserir nas atividades e usufruir dos bens produzidos pelos dois municípios. Dificuldade essa que é antiga e histórica, e vem do sistema escravocrata, da monocultura da cana-de-açúcar, da falta de acesso à terra, com repercussão nos indicadores sociais atuais de educação, os quais não podem ser alterados a curto prazo.

Segundo os dados do Censo Demográfico de 2010, o Cabo de Santo Agostinho apresenta um alto percentual de analfabetismo da população de 10 anos ou mais de idade, 12,17%, abaixo da revelada pelo Estado de Pernambuco, 16,74%. Quanto ao percentual de pessoas de 10 anos ou mais de idade sem instrução e com o curso fundamental incompleto, esse percentual é de 53,40%, um pouco abaixo do percentual apresentado pelo estado, 57,82%. Quanto ao município de Ipojuca, o percentual de analfabetismo da população de 10 anos ou mais de idade é de 19,21%, acima do percentual apresentado pelo estado, 16,74%, e mais grave do que a situação do município do Cabo. Ao associar esse dado ao índice de pessoas de 10 anos ou mais de idade sem instrução e com o ensino fundamental incompleto, o percentual é de 64,87%, acima do índice apresentado pelo estado, 57,82%. Tais condições elevam os contrastes sociais. Isso explica por que o município de Ipojuca, apesar de exibir um Produto Interno Bruto (PIB) como o segundo mais alto do Nordeste, em contrapartida, apresenta um dos piores índices sociais do estado, com evidente contraste e desigualdade entre nichos de riqueza e pobreza. Portanto, as ofertas de trabalho nos empreendimentos do Porto de Suape e a ele vinculadas são seletivos, porque exigem dos candidatos nível educacional e qualificação técnica específicas, que a grande maioria da população local, que se ocupa com atividades de subempregos e de base rural, não consegue atender. Apesar da euforia do pleno emprego alardeada pelos gestores e meios de comunicação nos anos anteriores à atual crise, os dados mostram quão longe a população dos dois municípios se encontra ainda distanciada da condição de usufruir plenamente das riquezas produzidas em seus territórios. São frutos de heranças longínquas, em que os donos das terras se acomodaram confortavelmente em situação tão inconfortável (CAVALCANTI e ROCHA. *Op.cit*, 2013).

Nas entrevistas com representantes da sociedade organizada, percebemos também a insatisfação com o uso dos espaços dos municípios, utilizados apenas como suporte para o desenvolvimento do processo de industrialização preconizado e incentivado pelo estado e por setores privados que, associados aos usineiros, rapidamente mudaram as atividades econômicas tradicionais,

em função de novos investimentos mais rentáveis, como *shoppings*, negócios, hotéis e atividades de especulação das terras, por meio de investimentos imobiliários (CAVALCANTI e ROCHA. *Op.cit*, 2013).

No cenário dessa mudança de uso da terra, o ambiente natural com um conjunto de territórios complexos que possibilitam as condições da base física do trabalho humano e os frutos desse trabalho traduzidos em plantações, casas, percursos, marcados em grande parte por atividades com a terra (SANTOS, 1985), são sobrepostas a outras realidades cujos traços da cultura mais tradicional permanecem no subsolo das transformações, embora marginal, resistente, como um celeiro de trocas culturais e econômicas imbricadas entre si, formando uma teia de grande densidade sociológica. Daí a sua condição de laboratório paradigmático das transformações em curso que dão significados ao objeto deste estudo.

Não há dúvida de que os impactos trazidos pelo processo de industrialização de Suape estão expostos no processo de urbanização das duas cidades, já que mudaram o gosto, o perfil da população, a forma de morar, vestir-se, morrer e conviver. Antes, a população possuía características mais tradicionais; agora, vai se urbanizando de modo acelerado, transformada pelo processo de organização social em curso, que se materializa nas várias divisões da cidade.

> *A cidade do Cabo cresceu subindo o morro. Era uma cidade de invasão, cresceu espontaneamente...* (Depoimento do Sr. Ayrton Cardoso, dono do *Shopping* Costa Dourada)

Figura 3.8. Cabo de Santo Agostinho.

Foto: Paula Sampaio

Fonte: Projeto Nordestes Emergentes/Fundaj/2013

> Há um tamanho de dificuldades que está sendo trazido por causa desse progresso. É um progresso ao longo do Cabo, mas sem entrar no Cabo. A gente conhece a história e não consegue fazer com que ela não se repita. É uma periferia que está sendo escondida e disfarçada. São retiradas as condições do cabense com esses novos moradores. A arremediação [sic], além de mais cara, já é feita depois do impacto. A arremediação [sic] é mais cara. As perdas são irremediáveis nas áreas ambientais: mangues, matas! (Depoimento de um técnico que não quis se identificar).

Em Ipojuca, a tendência é a mesma. Na cidade, com mais característica rural do que o Cabo, a população mais pobre subiu os morros de forma desordenada. Nela percebemos também a verticalização nos morros. Outras divisões surgem com os distritos do município que viviam da atividade da cana-de-açúcar e que vão se transformando em áreas de periferia. Outras divisões em Ipojuca aparecem como proposta de bairros mais elitizados, como o lançamento recente do bairro planejado Engenho Trapiche, cujo propósito é expandir a área urbana do município de Ipojuca. Distante três quilômetros do Porto de Suape, esse bairro propõe dirigir suas habitações para acompanhar o desenvolvimento de Suape, tendo o *boom* de Suape gerado uma demanda intensa por residência. Vale mencionar, ainda, as praias do litoral, como Porto de Galinhas, que já tem um núcleo urbano estruturado, e os *resorts* em Muro Alto, para turismo, com seus paredões até a praia, ocupando as pequenas dunas à beira-mar, com vista do Porto de Suape.

Outro bairro planejado, também localizado no Cabo de Santo Agostinho, já se consolida como opção de primeira residência, embora ainda não tenha uma estrutura de serviços. É o bairro planejado do Paiva, com 526 hectares. Muito perto do Recife, perto de áreas nobres como Boa Viagem, Piedade e Candeias, tornou-se uma alternativa para os gerentes das empresas de Suape, que podem ter ao lado salas de negócios para gerenciar as suas empresas, como também para um público de classe média alta que deseja conforto e segurança.

O surgimento desse novo mundo reflete segregações e um modelo de cidades divididas, cujas partes não conversam entre si, mas sim com o mundo de fora, mais global. As diferentes tipologias registradas, os diferentes polos de centralizações e de poder com suas particularidades e formas de ocupação, impõem a necessidade de um novo ordenamento do espaço urbano local que

possa ser integrado à região e às demais áreas metropolitanas. O grande desafio é garantir a mobilidade e o direito à cidade para todos os seus habitantes, com o fortalecimento da diversidade cultural e a busca de padrões sustentáveis para o uso dos recursos naturais disponíveis.

Várias estradas vicinais com direção ao polo industrial também foram reformadas e duplicadas, e ainda há outras em obras. Concentram elas os maiores investimentos em infraestrutura de transporte da história do estado. As cidades de Ipojuca e Cabo de Santo Agostinho concentram o maior número de trabalhadores em alojamentos.

Para termos uma ideia desse movimento de trabalhadores de fora, principalmente no Cabo de Santo Agostinho e em Ipojuca, principais municípios visitados e sob a influência direta do Complexo Industrial de Suape, há informações de que cerca de 1.200 ônibus são utilizados pelas empresas do Complexo para o transporte diário de trabalhadores. Nos horários de entrada e saída de turnos, vem sendo constante a ocorrência de grandes congestionamentos desses ônibus e ainda dos 3 mil automóveis e 6 mil caminhões que circulam diariamente por Suape. Segundo os representantes dos movimentos de pescadores de Cabo de Santo Agostinho, o trajeto, que antes do *boom* de Suape se fazia em torno de 15 minutos, hoje pode durar até duas horas, devido aos congestionamentos de veículos de transporte de trabalhadores e de cargas para o polo industrial portuário de Suape.[18] Uma parcela dos trabalhadores desloca-se diariamente de outros municípios da Região Metropolitana do Recife e até de cidades da Zona da Mata Norte de Pernambuco com destino a Suape. Segundo relatos de trabalhadores, há centenas de ônibus de empresas que realizam o transporte para Suape de operários de Jaboatão, Recife, Olinda, Paulista, Abreu e Lima e até de Igarassu. Há ainda uma expressiva frota de transporte de trabalhadores que interliga o

18 Desde 6 de janeiro de 2014, está proibido o tráfego de ônibus de transporte de trabalhadores de Suape pelas ruas e avenidas da área central do município de Cabo de Santo Agostinho. A medida foi tomada pela Secretaria de Defesa Social e pela Gerência de Trânsito e Transporte da cidade. Os ônibus terão pontos de desembarque distribuídos no entorno do centro da cidade. Segundo Edivaldo Oliveira, gerente de trânsito: "a circulação dos ônibus tem causado grandes transtornos nas ruas que ligam diversos bairros com o Centro do Cabo, além de reclamações da população que precisa trafegar nos ônibus de linhas urbanas e veículos particulares" (Disponível em: http://ne10.uol.com.br/canal/cotidiano/jc-transito/noticia/2013/12/17/onibus-que-transportam-trabalhadores-desuape-sao-proibidos-de-circular-no-cabo-em-2014-460714.php - Acesso em: 21/03/2014). In: GODOY, José Henrique Artigas de. Novo desenvolvimentismo do Nordeste: industrialização, crescimento econômico e equidade no Território Estratégico de Suape/PE. GT12 - Desenvolvimento: caminhos e descaminhos de um debate contemporâneo. 38º Encontro Anual da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais (ANPOCS). Caxambu, MG, 27 a 30 de outubro de 2014.

interior do polo com as cidades circunvizinhas. Foi recentemente inaugurado o sistema VLT (Veículo Leve sobre Trilhos), que interliga o metrô do Recife com a sede de Cabo de Santo Agostinho, assim como está planejado o arco rodoviário em torno do Recife, semelhante ao que foi sugerido por Lebret em 1954.

Segundo uma entrevista concedida pelo "prefeito" de um dos principais alojamentos de trabalhadores de Suape, os três maiores alojamentos de Cabo de Santo Agostinho reúnem, cada um, de 2.500 até 3.500 trabalhadores do sexo masculino. O maior consórcio empregador envolvido nas obras de Suape, responsável pela construção da Refinaria Abreu e Lima, é o Conest, que reúne grandes empreiteiras, como a Odebrecht e a OAS.

Figura 3.9. Chegada dos trabalhadores aos alojamentos.

Foto: Paula Sampaio

Fonte: Projeto Nordestes Emergentes/Fundaj/2013

Não obstante todos os municípios do entorno do TES sofrerem grandes e rápidas transformações, é patente a concentração dos impactos sociais e econômicos de Suape nas cidades de Ipojuca e Cabo de Santo Agostinho, que reúnem os principais empreendimentos estruturadores do Complexo. Houve uma intensa mudança econômica e sociocultural em relação ao passado da região, marcada pela proeminência da economia canavieira e das atividades ligadas ao mundo rural, à agricultura de subsistência e à pesca artesanal. Embora várias políticas de incentivos à atração de investimentos industriais venham sendo mobilizadas para acelerar o crescimento econômico de Suape, as iniciativas de caráter territorial que mitiguem os efeitos perversos desse processo de mudança socioeconômica são ainda incipientes.

COMPLEXO INDUSTRIAL PORTUÁRIO DE SUAPE: IMPACTOS MIGRATÓRIOS

Wilson Fusco, Helenilda Cavalcanti, Maria Rejane Lyra

A escolha da migração como eixo norteador de análise deste estudo justifica-se pelo volume de migrantes que o Território Estratégico de Suape (TES) vem recebendo nos últimos anos, quando da expansão econômica que levou em menos de uma década à implantação de mais de cem empresas e negócios no TES, atraídos pelos recursos públicos e privados, infraestrutura e subsídios públicos localizados no Complexo Industrial Portuário de Suape (CIPS). Essa intervenção transformou esse Território em um polo de desenvolvimento do estado, com repercussão no melhoramento de seus indicadores de desempenho econômico. Essa análise terá como foco os dois municípios de maior influência direta do CIPS, Cabo de Santo Agostinho e Ipojuca, que concentram grande parte dos empreendimentos econômicos e das transformações no Território Estratégico de Suape (TES).

Faremos considerações sobre as questões que compõem a temática *migração* como um importante fenômeno social demonstrado pela força de atração que o lugar exerce para quem migra, com rebatimento em todas as demais variáveis selecionadas para o estudo. Nesse sentido, a migração no TES, espacial e temporal, particularmente uma migração laboral, configura-se como um fenômeno social que atravessa as situações observadas e converte-se em um dos indicadores importantes para a análise das transformações nessa região.

Os fluxos de trabalhadores, na maioria das vezes de outros estados, que são "recrutados" por empresas instaladas no CIPS e se fixam temporariamente (ou não) para servir de mão de obra, vêm contribuindo também para a mudança do perfil migratório da Região Metropolitana do Recife (RMR), em especial nos municípios do Território Estratégico de Suape que fazem parte dessa região.

Considerada, durante muitos anos, como um polo expulsor de população, a RMR, em especial o TES, nos últimos censos demográficos vem apresentando uma maior capacidade de reter e de atrair população por meio da imigração e da imigração de retorno, bem como vem apresentando uma crescente importância dos fluxos migratórios com características sazonais ou temporárias – os deslocamentos pendulares que se dão quase diariamente entre os municípios vizinhos ou próximos.

Tal mudança no comportamento migratório da RMR se deve à recente intensificação da dinâmica econômica que, segundo Araújo (2000), se observa em cidades do Nordeste, ao configurar novas polarizações e territorialidades e desencadear uma nova dinâmica de organização do espaço em que os processos migratórios são significativos.

A abordagem dos processos migratórios encerra inúmeras discussões, como ressaltam Lyra e Vasconcelos (2015):

> (...) a mobilidade espacial de pessoas no Brasil vem sendo rediscutida de várias formas, a partir de noções como circularidade, retorno, contraurbanização e residência base, fazendo aparecer tipos de deslocamentos com destinos, duração e periodicidade diversos, que não necessariamente impliquem em mudança de residência. As estratégias dos migrantes se alteram em função da nova realidade, da flexibilidade produtiva e precariedade do mercado de trabalho (*Op. cit.* p.80; 81).

As autoras acrescentam que

> (...) a pendularidade, assim como outras modalidades de fluxos populacionais, podem ser consideradas como uma face do modo como vêm se desenvolvendo os fluxos de população ao longo do tempo, o que passa a requerer maiores discussões e análises *(Op. cit.* p.90; 91).

Dentre essas modalidades, incluem-se os fluxos com características sazonais ou temporárias que diferem dos fluxos cotidianos no âmbito da pendularidade, pois não ocorrem diariamente. Um exemplo deles pode ser o fluxo de trabalhadores que se deslocam durante um período do ano para trabalhar em cidades de outros estados ou em outras regiões do país que não a de origem.[1]

> De modo geral, a migração e a mudança de residência, muitas vezes, podem não ser mais tão vantajosas. O migrante, ao procurar novas estratégias, altera o modo como se processavam as migrações, quando os movimentos eram de médias e longas distâncias e correspondiam a mudanças definitivas de residência. Como consequência, a pendularidade e outras modalidades de movimentos populacionais podem ser vistas como faces do modo como se transformariam os fluxos populacionais, que podem implicar em permanência de residência no local de origem, ou estabelecimento de residências na origem e no destino, com periodicidade regular de ir e vir, além de outras formas (LYRA e VASCONCELOS, 2015, *op. cit.*, p.90; 91).

A importância dos fluxos populacionais para o CIPS, especialmente a partir do ano de 2010, e a diversidade de movimentos populacionais ali instalados nos levaram a definir alguns aspectos básicos da pesquisa ora apresentada:

- elegemos a migração como um elemento-chave para a análise dos impactos do CIPS, resultando: (1) na definição da realização da pesquisa de campo por meio de aplicação de questionário apenas em casas onde residia pelo menos um migrante, identificadas numa primeira etapa da pesquisa; (2) na análise dos demais impactos do CIPS sobre as relações de trabalho, as condições de moradia e as relações identitárias, a partir da pesquisa em domicílios com migrantes;

- consideramos a pertinência de fornecer, na primeira parte deste capítulo, um quadro geral dos fluxos populacionais para a região, contemplando os movimentos migratórios de data fixa e os movi-

1 Para ter mais informações a respeito desses fluxos, consultar FONTES, Edilza (2003).

mentos pendulares no Território Estratégico de Suape, ressaltando a importância desses processos nos dois municípios de maior influência do CIPS: Cabo de Santo Agostinho e Ipojuca;

- destacamos esses dois municípios de maior influência do complexo industrial portuário para o aprofundamento do estudo mediante pesquisa de campo, apresentada na segunda parte deste capítulo.

Dinâmica Migratória no Território Estratégico de Suape (TES)

Dados censitários sobre os fluxos migratórios de data fixa que compreendem os municípios do Território Estratégico de Suape, bem como o município polo metropolitano do Recife (apresentado como referência), revelam uma diminuição da porcentagem de imigrantes na capital metropolitana entre os períodos intercensitários 1995-2000 e 2005-2010 (5,0%, em 2000, e 4,3%, em 2010). O município de Jaboatão dos Guararapes, limítrofe do Recife, destacou-se como receptor de migrantes no contexto da dinâmica de crescimento do núcleo metropolitano, apesar de ter apresentado, como o Recife, um percentual decrescente na entrada de população nos dois períodos intercensitários (11,5%, em 2000, e 7,6%, em 2010).

Os municípios do Cabo de Santo Agostinho e de Ipojuca, onde se encontra instalado o CIPS, destacam-se pelo crescimento percentual da imigração entre os dois últimos períodos intercensitários. O incremento populacional desses municípios, nos dois últimos censos demográficos, é acompanhado da tendência percentual de queda do número de emigrantes e do crescimento do número de imigrantes, o que se expressa no crescimento do saldo migratório e da taxa migratória (Tabelas 4.1 e 4.2 e Gráfico 4.1).

Ravenstein (1980) e Singer (1980) indicam que dentre os principais motivos da migração se encontram a busca de trabalhos mais bem remunerados e atraentes do que os disponíveis nos locais de origem, bem como a busca por melhores condições de vida. Outra contribuição foi dada por Singer (1976), que atribuiu como fator explicativo para a migração a inserção do movimento migratório no processo mais amplo de transformação da sociedade. Nessa perspectiva, podemos atribuir o crescimento dos fluxos de imigração para os municípios da Área de Influência Direta do CIPS à atração exercida pelas oportunidades de trabalho direto e indireto nos empreendimentos instalados no Complexo Industrial Portuário de Suape.

Tabela 4.1. População de 5 anos ou mais e Número de Migrantes na data fixa. Território Estratégico de Suape (TES), 1995-2000 e 2005-2010.

Municípios do TES	População de 5 anos ou mais		Emigrantes (1)				Imigrantes (2)			
	2000	2010	1995-2000		2005-2010		1995-2000		2005-2010	
			Vol.	%	Vol.	%	Vol.	%	Vol.	%
Recife - Polo Metropolitano	1.304.864	1.441.175	149.116	11,4	132.005	9,2	65.668	5,0	62.308	4,3
Área de Influência Direta do CIPS										
Cabo de Sto Agostinho	137.371	170.992	6.214	4,5	6.494	3,8	9.025	6,6	12.434	7,3
Ipojuca	52.550	73.131	2.796	5,3	2.862	3,9	4.395	8,4	6.093	8,3
Área de Influência Indireta do CIPS										
Jaboatão dos Guararapes	526.115	598.148	20.329	3,9	20.694	3,5	60.281	11,5	45.240	7,6
Moreno	44.508	52.702	1.689	3,8	1.985	3,8	2.828	6,4	2.707	5,1
Escada	51.259	58.539	5.296	10,3	4.468	7,6	2.977	5,8	2.984	5,1
Ribeirão	37.202	40.875	5.667	15,2	4.181	10,2	2.453	6,6	1.803	4,4
Território Expandido do CIPS										
Sirinhaém	29.123	36.539	2.700	9,3	1.957	5,4	1.896	6,5	1.916	5,2
Rio Formoso	18.383	20.283	4.729	25,7	2.817	13,9	1.161	6,3	905	4,5

Fonte: IBGE - Censos Demográficos 2000 e 2010. Base de dados: Observatório das Metrópoles, 2013.
Chamadas: (1) Número de Emigrantes em 2000 ou 2010 são pessoas que em 1995 ou 2005 residiam no município (migração por data fixa). Percentual de Emigrantes (1995-2000) ou (2005-2010) – emigrantes por data fixa – sobre a população de 5 anos ou mais.
(2) Número de Imigrantes em 2000 ou 2010 são pessoas que em 1995 ou 2005 residiam em outro município (migração por data fixa). Percentual de Imigrantes (1995-2000) ou (2005-2010) – imigrantes por data fixa – sobre a população de 5 anos ou mais.

Tabela 4.2. Movimento migratório na data fixa. Território Estratégico de Suape, 1995-2000 e 2005-2010.

Municípios	Saldo Migratório (1)		Taxa Migratória (por mil) (2)	
	1995-2000	2005-2010	1995-2000	2005-2010
Recife - Polo Metropolitano	-83.448	-69.696	-6,4	-4,8
Área de Influência Direta do CIPS				
Cabo de Sto Agostinho	2.810	5.940	2,1	3,5
Ipojuca	1.599	3.231	3,0	4,4

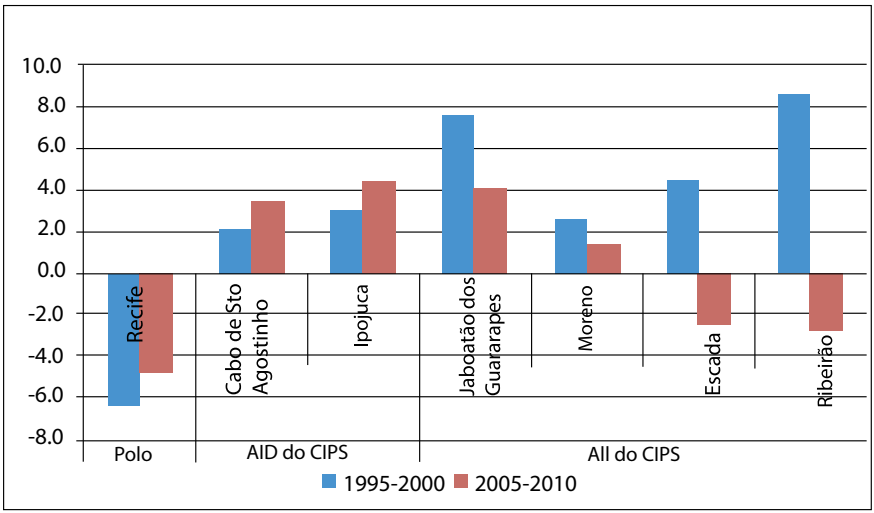
continua...

Tabela 4.2. Continuação

Municípios	Saldo Migratório (1)		Taxa Migratória (por mil) (2)	
	1995-2000	2005-2010	1995-2000	2005-2010
Área de Influência Indireta do CIPS				
Jaboatão dos Guararapes	39.952	24.546	7,6	4,1
Moreno	1.139	721	2,6	1,4
Escada	-2.319	-1.484	4,5	-2,5
Ribeirão	-3.214	-2.379	8,6	-2,8
Território Expandido do CIPS				
Sirinhaém	-804	-40	2,8	-0,1
Rio Formoso	-3.568	-1.912	19,4	-9,4

Fonte: IBGE - Censos Demográficos 2000 e 2010. Base de dados: Observatório das Metrópoles, 2013.
Chamadas: (1) Saldo Migratório: Número de Imigrantes (I) menos o Número de Emigrantes (E) em 2000 ou 2010
(2) Taxa Migratória: Saldo Migratório (Imigrantes (I) menos Emigrantes (E)) sobre população de 5 anos ou mais em 2000 ou 2010 (por mil).

Gráfico 4.1. Área de Influência do CIPS. Taxa Migratória (por mil). 1995-2000 e 2005-2010.



Fonte: IBGE - Censos Demográficos 2000 e 2010. Base de dados: Observatório das Metrópoles, 2013.

A análise dos fluxos intrametropolitanos, intraestaduais e interestaduais, direcionados para os municípios que compreendem o Território Estratégico de Suape,

então considerados "periféricos"[2] em relação ao município-polo metropolitano, destaca os municípios do Cabo de Santo Agostinho e de Ipojuca por apresentarem uma maior representatividade da contribuição migratória quanto aos demais municípios metropolitanos, excetuando o Recife, bem como a outros municípios pernambucanos, exteriores à RMR, e outros estados do Brasil (Tabela 4.3).

Tabela 4.3. Movimento migratório em direção aos municípios da periferia segundo o tipo de migração. Área de Influência do CIPS - 2000 e 2010.

Municípios selecionados da RMR	Anos censitários	Migrantes Intrametropolitanos				Migrantes Intraestaduais		Migrantes Interestaduais		RMR Total	
		Núcleo - Periferia		Periferia -Periferia		Intraestaduais - Periferia		Interestaduais - Periferia			
		N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
Área de Influência Direta do CIPS											
Cabo de Sto Agostinho	2000	1.409	15,6	2.778	30,8	3.470	38,4	1.368	15,2	9.025	100,0
	2010	1.250	10,1	3.064	24,6	3.725	30,0	4.395	35,3	12.434	100,0
Ipojuca	2000	414	9,4	872	19,8	2.190	49,8	919	20,9	4.395	100,0
	2010	910	14,9	1.127	18,5	2.431	39,9	1.624	26,7	6.092	100,0
Área de Influência Inireta do CIPS											
Jaboatão dos Guararapes	2000	28.942	48	8.044	13,3	12.274	20,4	11.020	18,3	60.280	100,0
	2010	21.384	47,3	6.200	13,7	8.122	18,0	9.534	21,1	45.240	100,0
Moreno	2000	626	22,1	1.060	37,5	470	16,6	672	23,8	2.828	100,0
	2010	519	19,2	1.060	39,2	882	32,6	246	9,1	2.707	100,0

Fonte: IBGE - Censos Demográficos 2000 e 2010. Base de dados: Observatório das Metrópoles, 2013.
Nota: Os dados de Escada e Ribeirão não foram disponibilizados porque esses municípios estão fora da RMR.

Como ressaltam Lyra e Vasconcelos (2015), antes do Complexo de Suape predominavam a monocultura da cana-de-açúcar e as atividades turísticas na economia dos municípios do Cabo de Santo Agostinho e, em especial, de Ipojuca. Atualmente, ambos os municípios vêm recebendo inúmeros trabalhadores de municípios pernambucanos, inclusive daqueles situados na

2 A base de dados do Observatório das Metrópoles, em que se pautam as tabelas deste item, estabelece a comparação entre o núcleo metropolitano e os demais municípios então considerados periféricos.

região metropolitana, e de outros estados do país. Dentre esses, destacam-se os estados da Bahia e de São Paulo como os que mais têm fornecido imigrantes para os municípios da Área de Influência Direta do CIPS, conforme revelam os microdados do censo 2010. As Tabelas 4.4a e 4.4b apresentam a contribuição de migrantes para esta região, segundo a sua procedência. No período 2005-2010, o volume de imigrantes envolvidos no movimento de migração da área de influência direta do CIPS era predominantemente os procedentes, na data fixa de 2005, do próprio Estado de Pernambuco: Ipojuca com 73,2%, seguido do Cabo de Santo Agostinho com 64,5%, ambos excluindo os imigrantes que estavam residindo no mesmo município, em 2005. No contexto dos fluxos migratórios oriundos de todos os estados do Brasil, aqueles procedentes dos estados da Bahia e de São Paulo apresentaram os valores mais expressivos.

A Tabela 4.4a revela que o Cabo de Santo Agostinho recebeu 7,8% do fluxo migratório da Bahia e 7,6% dos migrantes procedentes de São Paulo. A percentagem de migrantes que chegaram a Ipojuca procedentes da Bahia foi de 4,2%, enquanto os oriundos do Estado de São Paulo atingiram um patamar próximo ao do Cabo de Santo Agostinho (7,0%).

Tabela 4.4a. Área de Influência Direta do CIPS. Migrantes de data fixa, 2005-2010, segundo as Regiões e Estados de residência anterior em 2005, residentes nos municípios de Cabo Santo Agostinho e Ipojuca em 2010.

Regiões e Estados de residência anterior	Residentes em 2010 na área de influência direta do CIPS					
	Cabo de Santo Agostinho (1)		Ipojuca (1)		Total	
	Volume	%	Volume	%	Volume	%
Região Norte						
Rondônia	8	0,1	0	0	8	0
Acre	12	0,1	0	0	12	0,1
Amazonas	25	0,2	8	0,1	33	0,2
Pará	279	2,2	52	0,8	331	1,8
Subtotal	324	2,6	60	1	384	2
Região Nordeste						
Maranhão	113	0,9	20	0,3	133	0,7
Piauí	139	1,1	26	0,4	165	0,9
Ceará	218	1,7	32	0,5	250	1,3
Rio Grande do Norte	67	0,5	98	1,6	165	0,9

continua...

Tabela 4.4a. Continuação

Regiões e Estados de residência anterior	Residentes em 2010 na área de influência direta do CIPS					
	Cabo de Santo Agostinho (1)		Ipojuca (1)		Total	
	Volume	%	Volume	%	Volume	%
Paraíba	278	2,2	83	1,3	361	1,9
Pernambuco	8177	64,5	4538	73,2	12715	67,4
Alagoas	299	2,4	154	2,5	453	2,4
Sergipe	46	0,4	8	0,1	54	0,3
Bahia	993	7,8	258	4,2	1251	6,6
Subtotal	10330	81,5	5217	84,2	15547	82,4
Região Sudeste						
Minas Gerais	200	1,6	26	0,4	226	1,2
Rio de Janeiro	561	4,4	116	1,9	677	3,6
São Paulo	958	7,6	434	7,0	1392	7,4
Sub-total	1719	13,6	576	9,3	2295	12,2
Região Sul						
Paraná	41	0,3	43	0,7	84	0,4
Santa Catarina	114	0,9	214	3,5	328	1,7
Rio Grande do Sul	36	0,3	0	0	36	0,2
Subtotal	191	1,5	257	4,1	448	2,4
Região Centro-Oeste						
Mato Grosso do Sul	24	0,2	12	0,2	36	0,2
Goiás	65	0,5	51	0,8	116	0,6
Brasília	23	0,2	25	0,4	48	0,3
Subtotal	112	0,9	88	1,4	200	1,1
TOTAL (2)	**12676**	**100,0**	**6198**	**100,0**	**18874**	**100,0**

Fonte: IBGE - Censo Demográfico 2010. Microdados da amostra.
Chamadas: (1) Exclusive os migrantes procedentes dos mesmos municípios de Cabo de Santo Agostinho (4.107) e Ipojuca (1635).
(2) Exclusive os migrantes de data fixa (2005-20100) que não informaram o município de procedência anterior, em 2005: Cabo de Santo Agostinho (924) e Ipojuca (596).

Ao analisarmos, na Tabela 4.4b, a distribuição dos imigrantes que se dirigiram para a área de influência direta do CIPS oriundos dos municípios de residência anterior em 2005, encontramos como destaque os imigrantes procedentes de Jaboatão dos Guararapes para o Cabo de Santo Agostinho (13,6%), e do Recife para Ipojuca (14,7%) e para o Cabo de Santo Agostinho de (9,9%).

Tabela 4.4b. Área de Influência Direta do CIPS. Migrantes de data fixa, 2005-2010, segundo os municípios selecionados de residência anterior em 2005, residentes nos municípios de Cabo de Santo Agostinho e Ipojuca em 2010.

Municípios selecionados de residência anterior	Residentes em 2010 na área de influência direta do CIPS					
	Cabo de Santo Agostinho (1)		Ipojuca (1)		Total	
	Volume	%	Volume	%	Volume	%
Ceará	**218**	**1,7**	**32**	**0,5**	**250**	**1,3**
Fortaleza	93	0,7	32	0,5	125	0,7
Pernambuco	**8177**	**64,5**	**4538**	**73,2**	**12715**	**67,4**
São José da Coroa Grande	16	0,1	104	1,7	120	0,6
Tamandaré	11	0,1	125	2,0	136	0,7
Goiana	67	0,5	72	1,2	139	0,7
Chã Grande	158	1,2	0	0,0	158	0,8
Paulista	109	0,9	111	1,8	220	1,2
Ribeirão	191	1,5	102	1,6	293	1,6
Vitória de Santo Antão	218	1,7	87	1,4	305	1,6
Barreiros	143	1,1	167	2,7	310	1,6
Rio Formoso	189	1,5	128	2,1	317	1,7
Sirinhaém	154	1,2	487	7,9	641	3,4
Escada	700	5,5	402	6,5	1102	5,8
Jaboatão dos Guararapes	1719	13,6	371	6,0	2090	11,1
Recife	1250	9,9	910	14,7	2160	11,4
Bahia	**993**	**7,8**	**258**	**4,2**	**1251**	**6,6**
Camaçari	148	1,2	16	0,3	164	0,9
Salvador	369	2,9	73	1,2	442	2,3
Rio de Janeiro	**561**	**4,4**	**116**	**1,9**	**677**	**3,6**
Duque de Caxias	205	1,6		0,0	205	1,1
Rio de Janeiro	150	1,2	16	0,3	166	0,9
São Paulo	**958**	**7,6**	**434**	**7,0**	**1392**	**7,4**
Guarulhos	89	0,7	5	0,1	94	0,5
São Paulo	346	2,7	214	3,5	560	3,0
Santa Catarina	**114**	**0,9**	**214**	**3,5**	**328**	**1,7**
Itajaí	26	0,2	159	2,6	185	1,0
TOTAL (2)	**12676**	**100,0**	**6198**	**100,0**	**18874**	**100,0**

Fonte: IBGE - Censo Demográfico 2010. Microdados da amostra.
Chamadas: (1) Exclusive os migrantes procedentes dos mesmos municípios de Cabo de Santo Agostinho (4.107) e Ipojuca (1635).
(2) Exclusive os migrantes de data fixa (2005-20100) que não informaram o município de procedência anterior, em 2005: Cabo de Santo Agostinho (924) e Ipojuca (596).

O município do Jaboatão dos Guararapes, inserido na dinâmica de expansão do núcleo metropolitano, recebe, por sua vez, sua maior contribuição migratória do município-núcleo – o Recife. Contudo, ressaltamos o crescimento, na última década, da contribuição migratória de outros estados do país, o que sugere que

> (...) tal crescimento de importância relativa pode ser atribuído à localização do município no trajeto entre o Recife e o Complexo de Suape, especialmente por este município oferecer mais serviços e infraestrutura que os municípios do Cabo de Santo Agostinho e Ipojuca, uma vez que também se insere na dinâmica do núcleo metropolitano. É nele onde os imigrantes com maior poder aquisitivo, originados de fora do estado de Pernambuco e que trabalham em Suape, vêm se instalando para morar (LYRA e VASCONCELOS, 2015, *op. cit.,* p.89).

O impacto do processo de migração na estrutura etária da população pode ser ressaltado por meio do perfil do maior envelhecimento da população do Recife, em contraposição aos municípios localizados em áreas de dinamismo econômico do TES, como Cabo de Santo Agostinho e Ipojuca, que se caracterizam pelas populações mais rejuvenescidas.

Ao lado desse processo migratório, outros deslocamentos populacionais se tornaram significativos na região do CIPS, por meio do movimento de ir e vir de trabalhadores, o que não implica mudanças permanentes de residência, porém indica um movimento de regularidade cotidiana, o que acentua a importância dos impactos sobre as vias de acesso ao CIPS e aos municípios do TES e do uso dos transportes.

Os fluxos pendulares diários para a região de influência direta do CIPS, motivados pelo trabalho, envolviam 28,1 mil trabalhadores, em 2010, para os municípios do Cabo de Santo Agostinho e Ipojuca, sendo que 14,3 mil trabalhadores tinham como destino o município do Cabo de Santo Agostinho, e 13,8 mil, o município de Ipojuca (Tabela 4.5).

Tabela 4.5. Território Estratégico de Suape. Movimento pendular de pessoas que trabalham no Território Estratégico de Suape e residem nos municípios das Regiões de Desenvolvimento de Pernambuco (RD-PE), 2010.

Municípios de residência, segundo RD-PE	Percentagem das pessoas segundo o Município onde trabalham									
	Jaboatão dos Guararapes	Área de Influência Direta do CIPS		Área de Influência Indireta do CIPS					Total	
		Cabo de Sto Agostinho	Ipojuca	Escada	Moreno	Ribeirão	Rio Formoso	Sirinhaém		
RD Mata Norte	**0,4**	**0,3**	**0,3**	**5,3**	**0,0**	**0,0**	**0,0**	**0,0**	**234**	**0,4**
RD Metropolitno										
Abreu e lima	2,0	1,7	0,3	0,0	2,5	0,0	0,0	0,0	823	1,4
Araçoiaba	0,0	0,1	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	19	0,0
Cabo Sto Agostinho	14,8		41,9	27,6	3,9	1,0	0,0	3,8	9900	17,0
Camaragibe	4,3	2,0	0,7	0,0	0,7	0,0	0,0	0,0	1476	2,5
Igarassu	1,1	1,0	0,2	0,0	0,9	1,4	0,0	0,0	467	0,8
Ipojuca	0,2	2,8		1,2	0,0	0,0	0,0	32,2	675	1,2
Ilha de Itamaracá	0,1	0,2	0,1	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	50	0,1
Itapissuma	0,1	0,1	0,1	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	68	0,1
Jaboatão dos Guararapes	0,0	40,4	21,0	12,2	30,7	10,8	0,0	2,7	9197	15,8
Moreno	5,3	2,8	1,0	1,6		0,0	0,0	0,0	1916	3,3
Olinda	8,6	5,0	1,9	1,1	3,5	2,6	0,0	0,0	3244	5,6
Recife	52,4	25,3	18,7	7,3	25,7	6,1	0,0	6,3	20055	34,4
Ribeirão	0,0	0,8	0,0	11,6	0,0		21,4	0,0	467	0,8
Rio Formoso	0,0	0,1	1,3	0,0	0,0	0,1		19,1	325	0,6
Paulista	7,3	4,4	2,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	2786	4,8
São Lourenço da Mata	2,2	1,7	0,3	0,0	4,2	0,0	0,0	0,0	894	1,5
Subtotal	**98,4**	**88,4**	**89,5**	**62,6**	**72,1**	**22,0**	**21,4**	**64,1**	**52362**	**89,9**
RD Mata Sul	**1,0**	**11,1**	**10**	**30,8**	**27,9**	**75,8**	**78,6**	**35,5**	**5580**	**9,6**
Escada	0,4	8,7	3,4		0,0	13,4	0,0	0,0	1952	3,3
Sirinhaém	0,0	0,9	5,6	0,0	0,0	0,0	14,5		1071	1,8
RD do Agreste Central	**0,2**	**0,3**	**0,1**	**1,4**	**0,0**	**2,3**	**0,0**	**0,0**	**122**	**0,2**
RD do Agreste Setentrional	**0,0**	**0,0**	**0,1**	**0,0**	**0,0**	**0,0**	**0,0**	**0,5**	**12**	**0,0**
Soma % s/ município onde trabalha	**100,0**	**100,0**	**100,0**	**100,0**	**100,0**	**100,0**	**100,0**	**100,0**	**100,0**	
TOTAL PE	**25617**	**14292**	**13854**	**837**	**981**	**887**	**1177**	**665**	**58310**	**100,0**
% s/ total PE	**43,9**	**24,5**	**23,8**	**1,4**	**1,7**	**1,5**	**2,0**	**1,1**	**100,0**	

Fonte. IBGE - Censo Demográfico 2010. Microdados da amostra. CONDEPE/FIDEM. Relação de municípios por Região de Desenvolvimento de Pernambuco.

Destaca-se a contribuição dos municípios do núcleo metropolitano, em que o Recife aparece com um deslocamento pendular de cerca de 4 mil trabalhadores (25,3%), e Jaboatão dos Guararapes com cerca de 6 mil trabalhadores (40,4%) em direção ao município do Cabo de Santo Agostinho. Por sua vez, o fluxo de trabalhadores com destino ao município de Ipojuca reunia 13,6 mil trabalhadores no momento do Censo de 2010. Temos ainda, além da contribuição do Recife (18,7%) e de Jaboatão dos Guararapes (21,0%), ambos apresentando cerca de 3 mil trabalhadores, respectivamente, a contribuição do município vizinho do Cabo de Santo Agostinho, cujo deslocamento pendular em direção a Ipojuca era de 6 mil trabalhadores (Tabela 4.5).

A expressividade do movimento migratório, bem como do movimento regular dos deslocamentos populacionais de ir e vir, tornam evidente a perda de posição relativa do município-polo, Recife, em relação à sua Região Metropolitana, o que aponta para uma nova polarização na metrópole devido à implantação do Complexo Industrial Portuário de Suape.

4.2. Características sócio demográficas dos migrantes na Área de Influência Direta do CIPS

A migração no TES, espacial e temporal, particularmente uma migração em torno do trabalho, é uma variável-chave que atravessa todas as demais temáticas deste estudo: habitabilidade, trabalho, violência, identidade e qualidade de vida, pensadas na perspectiva de analisar os impactos do polo de desenvolvimento do Complexo Industrial Portuário de Suape (CIPS). Para a análise do processo migratório nos municípios de influência direta do CIPS, faremos uma caracterização do perfil dos imigrantes segundo o seu *status* migratório: (quem são? quantos são?), a procedência, o tempo de residência, o responsável pelo domicílio, o estado conjugal do responsável por sexo, a ocupação do responsável, o nível de instrução, a faixa etária do responsável pelo domicílio e a penduralidade. Cabe destacar que consideramos migrante o indivíduo que tenha residido em outro município em algum momento de sua vida, além do de sua residência atual.

A partir de uma pesquisa de "sondagem" (ver Anexo II deste trabalho), extraímos uma amostra de 804 domicílios para a análise da pesquisa, assim distribuídos: 385 domicílios com migrantes para o Cabo de Santo Agostinho e 419 para o município de Ipojuca. Adotamos como critério de seleção da amostra a condição de presença de pelo menos um migrante residente no domicílio. Esse critério

justifica-se pela necessidade de termos domicílios compostos por pessoas migrantes que representa a intenção da pesquisa, ou seja, analisar os impactos nos municípios de influência direta do CIPS, tendo como referência-chave a migração.

Iniciaremos a análise dos dados da pesquisa com a observação da distribuição da população com 5 anos ou mais residente nos domicílios pesquisados, segundo o *status* migratório e o município da área de influência direta do CIPS (Tabela 4.6).

Encontramos nos 804 domicílios estudados um total de 2.578 pessoas de 5 anos ou mais, sendo que 61,4% estão classificadas na categoria de migrantes, enquanto 38,6% nasceram nos municípios e não moraram em outro lugar. Na Tabela 4.6, verificamos ainda que em ambos os municípios há uma predominância de população migrante em relação aos não migrantes. No Cabo de Santo Agostinho, encontramos um acréscimo de 21,0 % em favor da população migrante, enquanto no município de Ipojuca esse acréscimo foi de 22,4%.

Tabela 4-6. Cabo de Santo Agostinho e Ipojuca. Distribuição da população com 5 anos ou mais segundo *status* migratório por município de residência em área urbana, 2014.

***Status* Migratório**	**Área de Influência Direta de Suape**					
	Cabo de Santo Agostinho		**Ipojuca**		**Total**	
	N	%	N	%	N	%
Não Migrante	476	39,5	519	37,8	995	38,6
Migrante	730	60,5	853	62,2	1583	61,4
Total	1206	100,0	1372	100,0	2578	100,0

Fonte: Pesquisa Fundaj, Observatório/UFPE/Laept/UFPB, 2014

Observamos na Tabela 4.7 a distribuição dos migrantes por faixas de Tempo de Residência na área de influência direta do CIPS, o que possibilita uma avaliação da migração em períodos menores de tempo e permite uma análise mais detalhada dos movimentos. A variável Tempo de Residência dá ensejo estudar os diferenciais[3] entre os migrantes recentes e antigos atribuídos ao processo de adaptação dos mesmos, como também possibilita observar mudanças, com o passar do tempo, nas características demográficas, econômi-

3 O termo diferencial foi utilizado para referir comparações entre subconjuntos da população migrante.

cas e sociais dos migrantes. Ao analisarmos a estrutura da população migrante pesquisada por faixas de Tempo de Residência no município de Cabo de Santo Agostinho e de Ipojuca, verificamos que, de modo geral, os dois municípios se aproximam. A pesquisa aponta para uma concentração no maior tempo de residência para os migrantes com mais de 7 anos de permanência no local de destino. No intervalo de tempo relativamente curto de 0 a 3 anos de permanência no local de destino, destacamos uma participação mais acentuada no Cabo de Santo Agostinho, com 14,7%, seguida de Ipojuca, com 13,6%, o que demonstra o afluxo migratório para a região do CIPS (Tabela 4.7).

Tabela 4.7. Cabo de Santo Agostinho e Ipojuca. Distribuição da população migrante segundo Faixas de Tempo de residência, por município de residência, 2014.

Tempo de residência	Município de residência			
	Cabo de Santo Agostinho		Ipojuca	
	N	%	N	%
De 0 até 3 anos	107	14,7	116	13,6
Mais que 3 até 7 anos	94	12,9	131	15,4
Mais que 7 anos	529	72,5	606	71,0
Total	730	100,0	853	100,0

Fonte: Pesquisa Fundaj, Observatório/UFPE/Laept/UFPB, 2014

Na Tabela 4.8, apresentamos a distribuição da população amostrada com 10 anos ou mais de residência em cada município, segundo a relação dos membros da unidade domiciliar com o responsável pelo domicílio e o *status* migratório. Todo domicílio tem, obrigatoriamente, um responsável que pode ou não ter cônjuge, filhos e outros conviventes.

Os dados da Tabela 4.8 demonstram a predominância do migrante como responsável pelo domicílio em ambos os municípios, sendo que o Cabo de Santo Agostinho registra um percentual maior, 43,3%, enquanto em Ipojuca esse percentual é de 36,9%. Por sua vez, o número de pessoas que acompanham os responsáveis pelo domicílio não revela grande variação entre os dois municípios. Contudo, a relação de filhos/enteados com o responsável pelo domicílio é maior em Ipojuca, 26,1%. No Cabo de Santo Agostinho, encontramos um percentual de cônjuge, 24,0%, superior ao de Ipojuca, 17,7%. Essa diferença para mais no quantitativo de presença de cônjuge nos domicílios do Cabo de Santo

Agostinho e de filhos/enteados para Ipojuca pode indicar uma carga maior para os responsáveis pelos domicílios em Ipojuca. Essa situação é reforçada quando consideramos que a carga de membros da família sobre o chefe dos migrantes é de 1,3% para o Cabo de Santo Agostinho e 1,7% para Ipojuca. Esse dado pode indicar que as famílias chegaram mais numerosas ao destino e expressar o momento de instalação dos migrantes, a fase de enquadramento na sociedade de destino, em geral amparados por estruturas de acolhimento. Quando calculamos o tamanho médio da unidade doméstica, avaliado pelo total de pessoas dividido pelo número de responsáveis pelo domicílio, verificamos um valor de 2,3 pessoas por domicílio no Cabo e 2,7 pessoas em Ipojuca. Dentre os domicílios de não migrantes, a prevalência no arranjo domiciliar é de filhos/enteados. Esse tipo de distribuição é esperado em função da dinâmica migratória clássica, ou seja, o indivíduo migra só ou com seu cônjuge, para depois constituir ou ampliar a família. Uma vez no local de destino, tanto o cônjuge como os filhos (eventualmente) têm maior probabilidade de ser naturais do lugar onde o migrante decidiu viver. Poucos foram os domicílios amostrados em que todos os membros vieram de outro município, ou seja, todos são migrantes.

Tabela 4.8. Cabo de Santo Agostinho e Ipojuca. Distribuição percentual da população com 10 anos ou mais segundo posição no domicílio e status migratório por município de residência. 2014.

Posição no domicílio		**Cabo de S. Agostinho**		**Ipojuca**	
		Não Migrante	**Migrante**	**Não Migrante**	**Migrante**
Responsável		14,5	43,3	20,0	36,8
Cônjuge		18,1	24,0	20,2	17,7
Filho/enteado		46,4	19,6	37,2	26,1
Outros		21,0	13,2	22,5	19,3
Total %		**100,0**	**100,0**	**100,0**	**100,0**
Total N		476	730	519	853
Tamanho Médio da família (1)		6,9	2,3	5,0	2,7
Carga sobre o Chefe	Todos os membros (2)	5,9	1,3	4,0	1,7
	Outros membros da família (3)	1,4	0,3	1,1	0,5

Fonte: Pesquisa Fundaj, Observatório/UFPE/Laept/UFPB, 2014
Chamadas: (1) Total de pessoas dividido pelo número de responsáveis pelo domicílio.
(2) Carga sobre o chefe de "todos os membros" corresponde à soma de cônjuges, filhos/enteados e outros membros da família dividido pelo chefe.
(3) Carga sobre o chefe de "outros membros da família" é a divisão de "outros membros da família" em relação ao responsável pelo domicílio.

A Tabela 4.9 apresenta a distribuição da população segundo grandes faixas etárias por município de residência. Segundo Jannuzzi (2001), *a razão de dependência,*[4] ou *carga de dependência de crianças e idosos* constitui um indicador importante para a análise do perfil etário de uma população. Essa razão de dependência é calculada pelo quociente entre a população dependente (número de crianças de até 14 anos somados ao número de idosos acima de 65 anos) e a população potencialmente ativa (pessoas entre 15 e 65 anos), expressa em termos de 100 habitantes. A população em idade de trabalhar é conceituada de forma distinta em diversos países, porém, em termos gerais, a faixa etária compreendida entre 15 e 64 anos é considerada como aquela constitutiva da *população em idade produtiva* ou *população potencialmente ativa*, que representa a idade de trabalhar. Os grupos que estão fora desse limite são compostos por pessoas muito jovens e idosas que, em termos do processo econômico, são consideradas como componentes da "população dependente", ressalvando-se os idosos que participam com a sua aposentadoria.

Tabela 4.9. Cabo de Santo Agostinho e Ipojuca. Distribuição da população segundo faixa etária por município de residência, 2014.

Faixa Etária (em anos)	Município de residência	
	Cabo de Santo Agostinho	Ipojuca
0 a 14	15,2	19,9
15 a 64	72,8	70,9
65 e mais	12,0	9,2
Total %	100,0	100,0
Total N	1263	1459
Razão de Dependência (1)	37,4	41,0

Fonte: Pesquisa Fundaj, Observatório/UFPE/Laept/UFPB, 2014
Chamada: (1) Razão de Dependência = (número de crianças de até 14 anos + número de idosos de 65 anos ou mais)/(número de pessoas de 15 a 64 anos)* 100

No caso da Tabela 4.9, essa relação de dependência em Ipojuca manteve-se relativamente alta, acima de 40%, enquanto no Cabo de Santo Agostinho essa razão decresceu para 37,4%. Isso quer dizer que o município de Ipojuca se mostrou expressivo quanto ao volume de menores de 15 anos e de pessoas

4 Jannuzzi, Paulo de M. (2001) denomina esse indicador de *carga de dependência* ou *carga de dependência de crianças e idosos* dada pela fórmula: (número de crianças de até 14 anos + número de idosos acima de 65 anos)/(número de pessoas entre 15 e 65 anos) x 100.

mais idosas com menores possibilidades de contribuir em termos de trabalho para a unidade doméstica.

Quanto à faixa etária produtiva de 15 a 64 anos, observamos que existe uma diferença entre o município do Cabo de Santo Agostinho, que apresenta o percentual de 72,8% para essa faixa, e Ipojuca, que exibe 70,9%. Essa diferença de percentual expressa uma maior possibilidade de acesso aos recursos disponíveis por parte dos residentes do município do Cabo.

Os dados da Tabela 4.10 representam a distribuição dos responsáveis pelo domicílio em cada município, segundo o sexo e o *status* migratório. O registro do morador como responsável se deu pela indicação da pessoa respondente, sem interferência do entrevistador/a. Nesse caso, cabe salientar a maioria de não migrantes do sexo masculino como responsável, ao passo que, entre os migrantes, a participação feminina nessa posição se amplia, chegando a ser levemente superior à masculina em Ipojuca.

Tabela 4.10. Cabo de Santo Agostinho e Ipojuca. Distribuição percentual dos responsáveis pelo domicílio segundo o sexo e o *status* migratório por município de residência, 2014.

Sexo	Cabo de S. Agostinho			Ipojuca		
	Não Migrante	Migrante	Total	Não Migrante	Migrante	Total
Masculino	65,2	58,5	59,7	53,8	48,4	49,6
Feminino	34,8	41,5	40,3	46,2	51,6	50,4
Total %	100	100	100	100	100	100
Total N	69	316	385	104	314	418

Fonte: Pesquisa Fundaj, Observatório/UFPE/Laept/UFPB, 2014

Outro aspecto a ser destacado é que, em cerca de 80% dos casos nos quais o homem é o responsável, existe a presença de cônjuge, ao passo que, em mais de 50% dos domicílios onde a mulher é responsável, ela não conta com a presença do cônjuge (Tabela 4.11). Esse fato pode indicar uma maior vulnerabilidade dos domicílios com a mulher na posição de responsável.

Estudos apontam[5] que uma família constituída por casal e filhos tem como oferecer suporte aos seus dependentes. Assim, os domicílios com pre-

5 SCARPELLINI, Marister e YOSHINAGA CARLOS, Viviani. Monoparentalidade Feminina e Vulnerabilidade Social: a realidade de mulheres chefes de família no município de Apucarana. In: *Anais*

sença de mulher como responsável ou que só tenham um adulto do sexo feminino e nenhum adulto do sexo masculino tendem a ser mais vulneráveis e a estar mais expostos ao risco social do que aqueles domicílios em que exista a presença de um casal no domicílio.

Tabela 4.11. Municípios de Cabo de Santo Agostinho e Ipojuca. Responsáveis pelo Domicílio do sexo feminino e do sexo masculino, segundo Estado Conjugal, 2014.

Municípios	O estado conjugal				Total
	Solteiro(a)	Casado(a)/ Unido(a)	Separado(a), Divorciado(a)	Viúvo(a)	
Chefe de domicílio do sexo feminino					
Cabo de Santo Agostinho	**15,5**	**44,5**	**12,9**	**27,1**	**100,0**
Pessoa responsável	1,0	99,0	0,0	0,0	100,0
Cônjuge de sexo diferente	7,5	74,6	5,8	12,1	100,0
Ipojuca	**23,2**	**46,0**	**10,4**	**20,4**	**100,0**
Pessoa responsável	1,3	98,7	0,0	0,0	100,0
Cônjuge de sexo diferente	13,8	68,6	6,0	11,7	100,0
Chefe de domicílio do sexo masculino					
Cabo de Santo Agostinho	**8,7**	**84,3**	**4,8**	**2,2**	**100,0**
Pessoa responsável	3,1	96,9	0,0	...	100,0
Cônjuge de sexo diferente	7,5	87,1	3,7	1,7	100,0
Ipojuca	**17,3**	**76,9**	**1,9**	**3,8**	**100,0**
Pessoa responsável	1,0	99,0	0,0	0,0	100,0
Cônjuge de sexo diferente	12,1	83,9	1,3	2,6	100,0

Fonte: Pesquisa Fundaj, Observatório/UFPE/Laept/UFPB, 2014

Esse dado de mulheres responsáveis pelo domicílio, segundo o estado conjugal, sem dúvida, marca uma diferença aguda em termos da situação de vulnera-

II Simpósio Gênero e Políticas Públicas ISSN2177-8248. Universidade Estadual de Londrina, 18 e 19 de agosto de 2011. GT3- Gênero e Família – Coordenadora Cássia Maria Carloto; LIMA, Rosa Maria Cortês; SOUZA, Maria Ângela de Almeida e LYRA, Maria Rejane.Unidades Domésticas no Contexto da Dinâmica Demográfica e da Organização Social do Território da Metrópole do Recife. *In*: SOUZA, Maria Ângela de Almeida e BITOUN, Jan. *Recife: Transformações na Ordem Urbana.* Rio de Janeiro, Letra Capital Editora, 2015. PINTO, Rosa Maria Ferreira *et al. Condição Feminina de Mulheres Chefes de Família em Situação de Vulnerabilidade Social.Serv. Soc. Soc.* [online]. 2011, n.105, pp. 167-179. ISSN 0101-6628. http://dx.doi.org/10.1590/S0101-66282011000100001

bilidade social para os domicílios declarados como tendo como responsável uma pessoa do sexo feminino, nos municípios do Cabo de Santo Agostinho e Ipojuca, sendo o último representado por uma maior predominância dessa condição. Mas essa questão teria de ser aprofundada com a análise de outras variáveis, como renda e número de filhos, para que tal afirmação tivesse mais fundamento. Contudo, no estudo de Lima; Souza e Lyra (2015, p.217.), foram analisados os tipos de unidades domésticas, destacando-se os municípios do Cabo de Santo Agostinho e Ipojuca. As autoras verificaram uma incidência de 45% de mulheres sem cônjuge, com filhos, com e sem parentes, no município de Ipojuca, enquanto no Cabo de Santo Agostinho a condição de vulnerabilidade social dessas unidades domésticas é de 16,6%. Portanto, uma diferença bem significativa de 28,4%, dado que nos permite afirmar a condição de uma maior vulnerabilidade dos domicílios chefiados por mulheres em Ipojuca.

Na Tabela 4.12, apresentamos a proporção de pessoas com 10 anos ou mais em função do *status* migratório e a população ocupada. Como era de se esperar, os migrantes estão em proporção maior entre aqueles que tinham uma ocupação no período de referência (último mês antes da pesquisa de campo). Esse resultado era esperado em razão do tipo de fluxo migratório observado nos dois municípios, ou seja, em sua maioria são pessoas que decidiram migrar para tentar uma inserção no mercado de trabalho local, e muitos conseguiram essa inserção.

Tabela 4.12. Cabo de Santo Agostinho e Ipojuca. Distribuição percentual da população com 10 anos ou mais segundo status ocupacional e o *status* migratório por município de residência, 2014.

População ocupada	**Cabo de Santo Agostinho**		**Ipojuca**	
	Não Migrante	**Migrante**	**Não Migrante**	**Migrante**
Sim	37,1	43,6	38,6	43,7
Não	62,9	56,4	61,4	56,3
Total %	100	100	100	100
Total N	**447**	**706**	**471**	**804**

Fonte: Pesquisa Fundaj, Observatório/UFPE/Laept/UFPB, 2014

O nível de instrução dos responsáveis pelo domicílio por município de residência está disposto na Tabela 4.13. O que nos chama a atenção é o percentual alto para a ausência de instrução dos responsáveis pelo domicílio nos dois municípios que compõem a área de influência direta do CIPS. Não foram

encontrados diferenciais significativos entre a população pesquisada de migrantes e não migrantes para a categoria dos sem instrução.

É no nível de instrução fundamental e nível médio que encontramos a maior concentração da população pesquisada, como ainda foram apresentados os maiores diferenciais entre os migrantes e os não migrantes da amostra pesquisada nos dois municípios. Para a população dos não migrantes de Ipojuca, o percentual do nível do ensino fundamental foi de 49,5%, enquanto no Cabo de Santo Agostinho esse percentual foi de 37,9%; portanto, um diferencial de 11,6% em favor de Ipojuca. De forma contrária, verificamos que os não migrantes do Cabo de Santo Agostinho revelaram uma situação melhor na posição do nível médio de instrução, 37,9%, enquanto em Ipojuca essa situação foi de 25,7%.

De modo geral, os responsáveis pelos domicílios estão concentrados na faixa do nível de instrução fundamental, seguido do nível médio. Há uma presença baixa dos responsáveis com formação de nível de instrução superior, e relativamente muito baixa com formação de nível técnico.

Trata-se, portanto, de uma população adulta ainda muito vulnerável e aquém das condições necessárias para atender às demandas originárias do desenvolvimento do lugar, ou seja, às novas exigências do mercado de trabalho da Região. Isso justifica a busca dos gestores e empreendedores por pessoas de outras regiões para ocuparem as vagas oferecidas. Significa, ainda, que os municípios precisam enfrentar alguns desafios históricos no caminho do cumprimento do 2º Objetivo do Milênio, que é "garantir educação básica de qualidade para todos."

Tabela 4.13. Cabo de Santo Agostinho e Ipojuca. Distribuição dos responsáveis pelo domicílio segundo o nível de instrução por município de residência, 2014.

Nível de instrução	Município de residência					
	Cabo de Santo Agostinho			Ipojuca		
	Não Migrante	Migrante	Total	Não Migrante	Migrante	Total
Nenhum	15,2	14,7	14,8	14,9	14,2	14,6
Fundamental	37,9	40,4	40,0	49,5	42,0	43,7
Médio	37,9	38,2	38,2	25,7	36,6	33,9
Técnico ou tecnológico	3,0	1,6	1,8	2,0	1,6	1,7
Superior	6,1	5,0	5,2	7,9	5,7	6,2
Total %	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Total N	66	319	385	102	317	419

Fonte: Pesquisa Fundaj, Observatório/UFPE/Laept/UFPB, 2014

A Tabela 4.14 apresenta a distribuição dos domicílios segundo as faixas de rendimento domiciliar *per capita* em salário mínimo e o *status* migratório do responsável. De modo geral, o orçamento doméstico pode ser considerado baixo para a população amostrada. A despeito dessa situação de baixo rendimento, destacamos a presença de uma melhor condição, embora com pouca diferença, nos domicílios chefiados por migrantes. Esses domicílios chefiados por migrantes são os únicos que chegam à faixa mais alta da escala nos dois municípios, isto é, às faixas salariais acima de dois salários-mínimos. Esse fator pode contribuir para o questionamento sobre a absorção de migrantes pelo mercado de trabalho local, pois mesmo que eles possuam um nível de escolaridade semelhante ao da população local, conseguem uma inserção laboral e têm uma média de rendimento superior aos naturais. Uma possível explicação para isso é o fato de os empregadores valorizarem a experiência de pessoas que tenham passado por regiões com mercado de trabalho mais dinâmico, como é o caso dos migrantes saídos do Recife, Jaboatão, e mesmo de São Paulo.

Tabela 4.14. Cabo de Santo Agostinho e Ipojuca. Distribuição percentual dos domicílios segundo a faixa de renda domiciliar *per capita* em salário mínimo e o *status* migratório do responsável, por município de residência, 2014.

Faixas de renda *per capita* em SM	**Cabo de Santo Agostinho**			**Ipojuca**		
	Não Migrante	**Migrante**	**Total**	**Não Migrante**	**Migrante**	**Total**
0 até 0,5 SM	30,4	24,8	25,5	35,6	29	30,5
Maior 0,5 até 1 SM	31,9	34,0	33,5	38,5	36,3	36,7
Maior 1 até 2 SM	33,3	29,5	30,2	25	25,8	25,9
Maior 2 até 5 SM	4,3	9,8	9,0	1,0	8,3	6,5
Maior 5 SM ou mais	0,0	1,9	1,5	0,0	0,6	0,5
Total %	100,0	100,0	100,0	100	100	100,0
Total N	**69**	**315**	**388**	**104**	**314**	**417**

Fontes: Pesquisa direta Fundaj, Observatório/UFPE, Laept/UFPB, 2014
Chamadas: (1) salário mínimo utilizado: R$720,00 a partir de 1 de janeiro de 2014

A Tabela 4.15 diz respeito à proporção de migrantes entrevistados em Ipojuca segundo a UF de nascimento. Nela podemos verificar que 86,35% dos migrantes são naturais de outros municípios do Estado de Pernambuco. Os baianos e os paulistas estavam representados por 2,71% e os alagoanos por 2,59%. Assim, é possível concluir que Ipojuca exerce uma maior atração para

os migrantes de mais curta distância que o Cabo de Santo Agostinho, ainda que esse tipo de migração seja predominante nos dois municípios.

Tabela 4.15. Cabo de Santo Agostinho e Ipojuca. Distribuição da população de imigrantes segundo a UF de nascimento, 2014.

UF de nascimento	Município de residência			
	Cabo de Santo Agostinho		Ipojuca	
	N	%	N	%
Pernambuco	549	75,4	734	86,4
São Paulo	31	4,3	23	2,7
Alagoas	27	3,7	22	2,6
Bahia	24	3,3	23	2,7
Paraíba	20	2,8	4	0,5
Maranhão	17	2,3	5	0,6
Demais UFs	60	8,2	39	4,5
Total	728	100	850	100

Fonte: Pesquisa Fundaj, Observatório/UFPE/Laept/UFPB, 2014

É provável que a presença relativamente maior da migração interestadual para o Cabo de Santo Agostinho tenha como razão a melhor infraestrutura urbana e de comércio desse município, se comparado com o município vizinho, Ipojuca. Além disso, a proximidade do Recife, centro da unidade organizacional, social e cultural da RMR, é um dado que deve ser levado em consideração na escolha do migrante para se fixar, além da atração da oportunidade de trabalho.

Conclusão

Os municípios de Cabo de Santo Agostinho e de Ipojuca, ambos tradicionalmente considerados com baixa dinâmica migratória ao longo de décadas, particularmente em termos de atração de imigrantes, passaram a atrair população nos últimos anos em virtude da expansão do CIPS. A baixa dinâmica migratória na região durante décadas se deveu ao fato de a economia de ambos os municípios estar atrelada às atividades econômicas constituídas por empresas que não inovavam internamente ou inovavam pouco, e que, desse modo,

promoviam atividades laborais empobrecidas, apresentando situações pouco vantajosas para o emprego. O interesse pela região ficou bastante evidente quando foi criado um ambiente econômico competitivo em diversos ramos da indústria, dos serviços e do comércio. Os imigrantes nos municípios do Cabo de Santo Agostinho e Ipojuca, segundo o tempo de residência, vêm confirmar que a mobilidade migratória mais recente para ambos os municípios está relacionada com o período de maior dinamismo no CIPS, ou seja, os anos de 2007 a 2010. Nesse momento, o CIPS vive sua melhor fase, consolidando-se com a instalação de empresas estruturadoras: Estaleiro Atlântico Sul, Petroquímica Suape, Bünge, Petrobras / PDVSA, Refinaria de Petróleo. A propaganda é ser "*o maior e o melhor polo de investimentos do Brasil*". A partir de 2007, ocorreu um verdadeiro *boom* no Complexo de Suape.[6] Esses impactos do CIPS serão aprofundados nos capítulos que seguem, quando trataremos dos temas: moradia, saneamento, trabalho, violência, identidade e bem-estar social nos dois municípios pesquisados.

6 Ver Capítulo II e III deste estudo.

COMPLEXO INDUSTRIAL PORTUÁRIO DE SUAPE: IMPACTOS NAS RELAÇÕES DE TRABALHO

Roberto Véras de Oliveira

No que se refere ao lugar do *trabalho* no novo discurso desenvolvimentista que ganhou força no Brasil, sobretudo em Pernambuco e Suape, pelo menos entre 2006 e 2014, ao que tudo indica, fixou-se em dois pontos principais: na capacidade de geração de empregos por parte dos novos empreendimentos e no imenso e crescente desafio de qualificar e incorporar novas levas de trabalhadores (principalmente pernambucanos) enquanto mão de obra apta a ocupar postos de trabalho bem mais exigentes do que os que caracterizaram historicamente o padrão de emprego na zona canavieira pernambucana, na região metropolitana de Recife e mesmo na região Nordeste, de modo geral. Em reportagem da *Revista Exame* (2010), ao evidenciar o descompasso entre o crescimento econômico, que então se verificava, e a disponibilidade de mão de obra qualificada, Marcelo Odebrecht, presidente do grupo que leva seu nome, comentou: "a falta de gente qualificada é uma de nossas piores fraquezas, pois impede que o país cresça por vários anos seguidos". Órgãos de mídia, em tom sensacionalista, passaram a falar em "apagão de mão de obra". Estudo de Moutinho *et al* (2011), diante da carência de trabalhadores qualificados então verifica-

da para os diversos novos segmentos produtivos em Suape, evidenciou o desafio de converter trabalhadores com baixa escolaridade em operários qualificados. Também Monteiro (2011) comentou que as elevadas exigências de qualificação profissional contrastavam com o perfil da mão de obra disponível na região.

Essa questão se tornou, assim, um decisivo desafio da política de desenvolvimento no Brasil, no Nordeste e em Pernambuco, ao se situar entre, de um lado, as *demandas empresariais* (para que seja disponibilizada uma mão de obra que atenda às suas necessidades de qualificação e em quantidade suficiente para que os salários possam ser mantidos em padrões *competitivos*) e, de outro, as *demandas dos trabalhadores* (para que passem a ser criadas – especialmente para os pernambucanos – oportunidades de uma melhor inserção no mercado de trabalho).

A partir de 2007, com a primeira edição do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) e, em 2010, com sua segunda edição, o Complexo Industrial Portuário de Suape se constituiu em um dos maiores polos de investimentos do país, e a região passou a se caracterizar como grande ofertante de postos de trabalho formais, especialmente no segmento da construção civil. Entre fevereiro de 2003 e de 2013, a taxa de desocupação da RMR caiu de 12,1% para 6,5%. No mesmo período, os *empregados com carteira de trabalho assinada no setor privado* passaram de 35,0% para 47,1% do total, e os *empregados sem carteira de trabalho assinada no setor privado*, de 15,1% para 10,0%, um claro sinal de melhora no perfil da ocupação da região, mesmo se consideramos que essa passou a receber significativos fluxos migratórios, invertendo-se a direção histórica dos mesmos. Quanto ao *rendimento médio real habitual da população ocupada*, para o mesmo período, também cresceu, passando de R$ 1.057,25 para R$ 1.376,00, embora sempre se mantenha em patamares mais baixos, quando comparado ao conjunto das RMs pesquisadas (passou de R$ 1.555,33 para R$ 1.849,50, no mesmo intervalo) (IBGE/PME, 2003 a 2013).

No período que se refere à construção das plantas da Refinaria Abreu e Lima e da Petroquímica Suape, cujo pico ocorreu entre os anos 2009 e 2013, o segmento da construção civil alcançou o patamar de 50 mil trabalhadores. Nesse contexto, em termos de distribuição da população ocupada, o setor da Construção Civil na RMR ganhou crescente participação com estoques de ocupação cada vez maiores, pois passou de 5,7%, em fevereiro de 2005, para 7,6%, em fevereiro de 2007, e 7,8%, em fevereiro de 2013. Entre fevereiro de 2005 e de 2013, os *empregados com carteira de trabalho assinada no setor privado* tiveram um aumento expressivo, pois passaram de 24,7% para 42,5% do total

de ocupados no setor, respectivamente, enquanto os *empregados sem carteira de trabalho assinada no setor privado* passaram de 24,9% para 13,5%, e os "por conta própria" de 43,9% para 37,2% (IBGE/PME, 2005, 2007 e 2013).

Para o município de Ipojuca, que, ao lado de Cabo de Santo Agostinho, constitui a base onde se situa o perímetro do Complexo Suape, a Tabela 5.1 mostra a evolução da dinâmica do emprego formal na Construção Civil, de janeiro de 2006 a março de 2013. Destaquemos a elevação do nível de contratação em 2009 (o que coincidiu com o início das obras de terraplanagem da Refinaria e da Petroquímica), assim como em 2010 (quando começaram as obras de construção das duas plantas industriais).[1] Mas o grande salto no nível de contratação ocorreu a partir de 2011, quando as referidas obras ganharam ritmo. Sobressai, ainda, a rotatividade no emprego, que atingiu em 2012 as impressionantes marcas de 36.992 admissões e 29.451 demissões.[2]

Tabela 5.1. Estoques de emprego, admissões e demissões na Indústria da Construção Civil no município de Ipojuca, entre janeiro de 2003 e março de 2013.

Período (Jan a Dez)	Estoque Inicial	Admissões (A)	Demissões (D)	Saldo (D – A)	Estoque Final
2006	6.948	2.117	1.899	218	7.166
2007	7.166	2.219	2.114	105	7.271
2008	7.271	5.174	3.538	1.636	8.907
2009	8.907	7.791	6.760	1.031	9.938
2010	9.938	25.270	10.719	14.551	24.489
2011	24.489	36.992	29.451	7.541	32.030
2012	32.030	28.613	25.322	3.291	35.321
2013*	35.321	4.920	3.659	1.261	36.582

**De jan a mar de 2013*
Fonte: MTE/CAGED

1 Para a construção da planta da Refinaria Abreu e Lima, a Petrobras firmou contratos com cinco consórcios, no valor global de R$ 8,9 bilhões: Camargo Corrêa (CNEC) (R$ 3,4 bilhões); Conest-UHDT, formado pelas empresas Odebrecht e OAS (R$ 3,19 bilhões); RNEST - Conest, constituído pela Odebrecht e OAS (R$ 1,48 bilhão); Conduto – Egesa (R$ 649 milhões); Construcap – Progen (R$ 120 milhões) (Revista Grandes Construções, 2010).

2 Isso provavelmente se deve a causas diversas, dentre as quais podemos considerar que essa é uma característica do setor (contratações por empreitadas e alto grau de subcontratação). Trata-se de uma estratégia empresarial recorrente na gestão do emprego no Brasil, com o fim de rebaixar o salário. Pode ser um recurso usado pelos trabalhadores, em condições de demanda de mão de obra aquecida, com o propósito de barganhar melhores salários e condições de trabalho. Nesse caso em particular, avaliamos que tal questão merece uma análise mais detida, ao mesmo tempo em que admitimos que o primeiro elemento tem tido um peso mais decisivo.

Ainda sobre o perfil do emprego formal na Construção Civil em Ipojuca, entre janeiro de 2008 e de 2013, destacamos, pelo elevado volume de contrações, baixo nível salarial e extraordinária rotatividade no emprego, o segmento de *serventes de obras,* com 17.612 admissões, 10.428 desligamentos, 7.184 de saldo, com salário médio de admissão de R$ 637,05. Mas, de outra parte, evidencia-se também a elevada e diversificada demanda por ocupações com maiores exigências de qualificação profissional, tais como: instalador de tubulações, montador de estruturas metálicas, soldador, dentre outros (MTE/CAGED, 2003 a 2013).

Conforme observou o estudo da Condep/Fidem (2014) ao se referir ao ciclo de novos investimentos em Pernambuco, com destaque para Suape e com um foco nos seus impactos sobre a Região Metropolotina de Recife, "esse processo, que também modificou a composição da força de trabalho, aumentando o assalariamento, gerou, consequentemente, novos movimentos residência-trabalho, redimensionando o fenômeno na RMR". Tal estudo detecta um caráter "pendular" na dinâmica de mobilidade para o trabalho nessa região:

> Determinado, sobretudo, pela redistribuição espacial da oferta de empregos gerada pelo processo de urbanização e industrialização, esse movimento favoreceu a dualidade das regiões metropolitanas – com cidades que exercem influência sobre a região – e também às chamadas "cidades-dormitório", que recebem boa parte de seus habitantes somente para o repouso. Ao não encontrar trabalho em seu lugar de residência, o trabalhador é atraído para as maiores cidades vizinhas, onde existem maiores interações espaciais, oferecendo mais opções que suas cidades. Esses deslocamentos pendulares aumentam a cada dia, devido ao surgimento e à consolidação de novos polos secundários de atração populacional. A inclusão de novas áreas residenciais, a busca por emprego ou serviços e a oferta de transportes mais eficientes em alguns locais das metrópoles favorecem a consolidação desse fenômeno.

De outra parte, constituíram-se aqueles que se deslocaram para o Território Estratégico de Suape, com destaque para Ipojuca e Cabo de Santo Agostinho, com o propósito de lá obter trabalho e fixar residência. A importância da presença dos migrantes nessa região, como desdobramento dos novos investimentos produtivos realizados no Complexo Suape, pôde ser constatada nesta pesquisa, que teve na aplicação de um *survey* o seu prin-

cipal instrumento, conforme descreve e analisa este estudo, especialmente no capítulo destinado ao tema Migração. No presente capítulo, o propósito principal foi analisar o perfil ocupacional dos segmentos oriundos dos processos migratórios, do ponto de vista dos impactos dos novos investimentos em Suape e região.

Dentre os entrevistados dos municípios de Cabo de Santo Agostinho e Ipojuca, de conformidade com o que mostra a Tabela 5.2, 41,5% se disseram ocupados, tendo exercido ocupação remunerada no último mês. Daqui por diante, o foco recairá sobre o segmento dos ocupados, de modo a traçar um perfil básico a partir de frequências simples e alguns cruzamentos.

Tabela 5.2. Cabo de Santo Agostinho e Ipojuca. Participação dos ocupados entre os entrevistados (ocupação remunerada exercida no último mês), 2014.

Condição do Entrevistado	**N**	**%**
Ocupado	1007	41,5
Não Ocupado	1421	58,5
Total	2428	100,00

Fonte: Pesquisa Fundaj, Observatório/UFPE/Laept/UFPB/CIPS, 2014

Chama a atenção na Tabela 5.3 o fato de quase 36% dos ocupados terem exercido uma atividade remunerada no segmento industrial, o que confirma o peso da indústria na composição do emprego na região. Por outro lado, o segmento de "trabalhadores agropecuários, florestais e da pesca" tornou-se residual, mesmo com a amostra incluindo o município de Ipojuca, tradicional produtor de cana-de-açúcar.

Tabela 5.3. Cabo de Santo Agostinho e Ipojuca. Distribuição dos ocupados por tipo de ocupação (uso da classificação CBO), 2014.

Tipos de Ocupação	**N**	**%**
Membros das forças armadas, policiais e bombeiros militares	19	1,89
Membros superiores do poder público, dirigentes de organizações de interesse público e de empresas, gerentes	28	2,78
Profissionais das ciências e das artes	82	8,14
Técnicos de nível médio	53	5,26
Trabalhadores de serviços administrativos	73	7,25

continua...

Tabela 5.3. Continuação

Tipos de Ocupação	**N**	**%**
Trabalhadores dos serviços, vendedores do comércio em lojas e mercados	254	25,22
Trabalhadores agropecuários, florestais e da pesca	10	0,99
Trabalhadores da produção de bens e serviços industriais	362	35,95
Trabalhadores em serviços de reparação e manutenção	126	12,51
Total	1007	100,00

Fonte: Pesquisa Fundaj, Observatório/UFPE/Laept/UFPB/CIPS, 2014

Outro indicador importante dos impactos sobre o mercado de trabalho, trazidos com os novos investimentos no âmbito do Complexo Suape nos últimos anos, refere-se ao significativo percentual de trabalhadores com carteira assinada (entre permanentes e temporários), o que totaliza na ocasião algo como 65,3% (ver Tabela 5.4). Para termos uma base de comparação, nesse mesmo ano, segundo os dados da Pesquisa Mensal de Emprego do IBGE, havia, na Região Metropolitana de Recife, 51% da população ocupada na condição de trabalhador com carteira assinada. Na média das Regiões Metropolitanas de São Paulo, Rio de Janeiro, Porto Alegre, Belo Horizonte, Recife e Salvador, esse percentual alcançou no mesmo ano pouco mais de 55%.

Tabela 5.4. Cabo de Santo Agostinho e Ipojuca. Situação do ocupado. 2014.

Situação do Ocupado	**N**	**%**
Empregado com carteira assinada, com vínculo permanente	496	49,3
Empregado com carteira assinada, com vínculo temporário	161	16,0
Empregado sem carteira assinada	60	6,0
Servidor público com vínculo estatutário	44	4,4
Conta própria	236	23,4
Empregador	6	0,6
Outros	4	0,4
Total	1007	100,0

Fonte: Pesquisa Fundaj, Observatório/UFPE/Laept/UFPB/CIPS, 2014

O grau de formalidade no emprego em uma região com a marca do trabalho informal pode ser também observado pelo elevado percentual de aderência à Previdência Social. Segundo mostra a Tabela 5.5, entre os entrevistados ocupados se encontravam 76,4%.

Tabela 5.5. Cabo de Santo Agostinho e Ipojuca. Ocupados que contribuem para a Previdência Social, 2014.

Posição do Ocupado	**N**	**%**
Sim	769	76,4
Não	185	18,4
Não sei	42	4,2
Não se aplica	11	1,1
Total	1007	100,0

Fonte: Pesquisa Fundaj, Observatório/UFPE/Laept/UFPB/CIPS, 2014

Consideremos, por outro lado, que a mão de obra que acorreu para preencher os novos postos de trabalho, em sua grande maioria, se ocupou em atividades que aferiram rendas inferiores a dois salários mínimos: 66,8%, e apenas 3,0% dos respondentes disseram aferir renda no patamar de 5 ou mais salários mínimos, conforme Tabela 5.6.

Tabela 5.6. Cabo de Santo Agostinho e Ipojuca. Faixas de Renda dos Ocupados (em Salários Mínimos), 2014.

Faixas de Renda em salário mínimo	**N**	**%**
0 a <0,5	95	9,5
0,5 a <1	63	6,3
1 a < 2	508	51,0
2 a < 5	300	30,1
5 ou mais	30	3,0
Total	996	100,0

Fonte: Pesquisa Fundaj, Observatório/UFPE/Laept/UFPB/CIPS, 2014

Para reforçar tal perfil, os respondentes ocupados, também em sua grande maioria, jamais frequentaram um curso profissionalizante: 68,9% (Tabela 5.7), embora possamos notar que pouco mais de 20% buscou fazê-lo no intervalo de tempo aqui considerado como de concentração dos novos investimentos, em resposta a iniciativas especialmente tomadas na esfera pública com vista a melhorar a inserção da população local e migrante no mercado de trabalho em expansão.

Consideremos, ainda, que esses novos contingentes de trabalhadores, embora submetidos a empregos com baixa remuneração e baixa qualificação profissional, não deixaram de atuar coletivamente em favor de seus direitos, como foram exemplos os ciclos de greves dos trabalhadores da construção civil, ocorridos nos

anos de 2011 e 2012 (ver a respeito Véras de Oliveira, 2013). Não obstante a ausência de uma organização sindical capaz de captar, sistematizar e expressar os interesses e as demandas coletivas dos trabalhadores, eles se mobilizaram e obtiveram conquistas relacionadas a salário, vale-refeição, horas extras, condições de alojamento, abono de dias parados, reconhecimento e estabilidade para comissões de trabalhadores, dentre outras. No que se refere aos nossos entrevistados, mais de 30% se disseram sindicalizados (ver a Tabela 5.8). Trata-se de uma taxa de sindicalização bem mais elevada do que a média nacional, que, segundo a PNAD, se manteve ao longo dos anos 2000, para todos os ocupados, na faixa dos 17%.

Tabela 5.7. Cabo de Santo Agostinho e Ipojuca. Período em que o ocupado realizou curso profissionalizante (mais importante), 2014.

Situação do Ocupado	**N**	**%**
Nunca fez	694	68,9
Está fazendo atualmente	25	2,5
Fez entre 2007 e 2013	204	20,3
Antes de 2007	84	8,3
Total	1007	100,0

Fonte: Pesquisa Fundaj, Observatório/UFPE/Laept/UFPB/CIPS, 2014

Tabela 5.8. Cabo de Santo Agostinho e Ipojuca. Sindicalizados entre os ocupados, 2014.

Posição do Ocupado	**N**	**%**
Sim	305	30,3
Não	702	69,7
Total	1007	100,0

Fonte: Pesquisa Fundaj, Observatório/UFPE/Laept/UFPB/CIPS, 2014

No que se refere ao tema do trabalho, a questão que fica como desafio diz respeito à capacidade de os trabalhadores e suas representações sindicais se afirmarem como protagonistas na construção de um novo padrão de relações de trabalho, bem como de uma perspectiva de desenvolvimento que venha a ter, nos elementos da *equidade social* e da *sustentabilidade ambiental*, aspectos tão estratégicos como o da *eficiência econômica*. Isso implicará tensionar e levar ao limite os termos atuais do padrão de desenvolvimento embalado na nova edição, em Pernambuco e no Brasil, da agenda e do discurso desenvolvimentistas.

COMPLEXO INDUSTRIAL PORTUÁRIO DE SUAPE: IMPACTOS NAS CONDIÇÕES DE MORADIA

Maria Ângela de Almeida Souza

A dinamização do Complexo Industrial Portuário de Suape (CIPS), a partir de meados dos anos 2000, ocasionou mudanças significativas na região sul da metrópole do Recife, especialmente nos municípios de Cabo de Santo Agostinho e Ipojuca, onde se encontra implantado o complexo. O crescimento do número de empregos gerados pelos empreendimentos, seja para as obras de sua construção e implantação (entre meados de 2000 e meados de 2010) ou para o seu funcionamento, vem repercutindo no aumento do fluxo populacional direcionado para a região, atraído pelas oportunidades de emprego, direto ou indireto aí geradas.[1] As demandas decorrentes do aumento populacional se expressam na ampliação da necessidade de diversos bens e serviços urbanos, dentre os quais se encontra a habitação.

Realizada entre os anos de 2013 e 2015, esta pesquisa identifica e registra impactos significativos na demanda e nas formas de provisão de moradias na

1 Dados fornecidos pela Empresa Suape, em 2010, estimam cerca de 50 mil empregos diretos e 150 mil empregos indiretos no período de pico das obras de construção e instalação dos empreendimentos do CIPS, ocorrido na primeira metade da década de 2010.

região de Suape, ao identificar os processos relacionados com o aumento do afluxo de trabalhadores no período de construção e implantação dos empreendimentos, bem como relacionados com o início do processo de desmobilização desses trabalhadores e, portanto, com a diminuição dos migrantes. A pesquisa de campo, realizada na primeira metade do ano de 2014, por meio de questionários aplicados a residentes nos domicílios onde habita pelo menos um migrante, caracteriza a localização e as condições de moradia desses migrantes.

A abordagem da questão da moradia no CIPS, no âmbito deste livro, busca relacioná-la com os demais eixos temáticos da pesquisa – contextualização do CIPS, processo migratório, condições de trabalho e relações identitárias. Parte do entendimento dos vários aspectos inerentes à habitação:

1. Ao se constituir o núcleo de consumo da família, a habitação está estreitamente relacionada às condições de renda, expressando, como tal, as possibilidades de acesso dos habitantes aos bens e serviços inerentes e complementares à moradia, bem como o acesso aos bens de consumo domésticos e outros bens e serviços necessários à vida atual (equipamentos e serviços de comunicação, dentre outros);

2. Por se constituir um bem imóvel, que se apropria de uma parcela do território em seu processo de produção, a habitação se torna o elemento espacial de maior expressividade na expansão urbana, pois requer a análise da questão habitacional no contexto da dinâmica urbana e do crescimento populacional, intensificado, no caso da região de Suape, pela migração;

3. Ao possuir a condição de bem imóvel durável, a habitação distingui-se por suas características construtivas e de uso, integra-se a outros objetos (bens e serviços) que lhe são complementares – a terra, os serviços de infraestrutura básica (água, esgoto, energia, limpeza urbana) –, bem como àqueles que unem a moradia a outros serviços essenciais (transporte, educação, saúde, abastecimento, etc). A análise da questão da habitação não se limita, portanto, à unidade habitacional, mas abrange também aspectos da vida coletiva, que afetam a qualidade do entorno da moradia; e

Por representar o lar, a habitação é o lugar onde o indivíduo vivencia a sua privacidade, mas é, também, o lugar de socialização da família, o que

propicia o fortalecimento dos vínculos da família com o lugar. Nesse aspecto, a habitação se torna um elemento importante nas relações identitárias de seus moradores.

Este capítulo estrutura-se em três partes, na perspetiva de caracterizar o impacto do CIPS nas condições habitacionais de sua região:

1. Destaca o aumento da demanda por moradias, decorrente do aumento do afluxo populacional para a região de Suape;

2. Analisa as mudanças nas estratégias de provisão de moradias, prioritariamente nos municípios que integram a região de Suape, e, por fim,

3. Analisa as condições de moradia dos migrantes na área de influência direta do CIPS, ao apresentar a sua localização no território e caracterizar seu padrão de consumo relacionado à moradia e às condições de seu imóvel de residência, a partir dos dados obtidos na pesquisa de campo.

O Crescimento da Demanda por Moradias

Dados recentes do Censo de 2010 evidenciam que Ipojuca foi o município que, na década de 2000, apresentou o crescimento populacional mais acelerado (3,1 % aa) no contexto do Território Estratégico de Suape (TES), seguido por Sirinhaém (2 % aa) e Cabo de Santo Agostinho (1,9 % aa) (Tabela 6.1). A análise comparativa dos municípios compreendidos no TES destaca o crescimento da população urbana dos municípios litorâneos de Ipojuca, Rio Formoso e Sirinhaém a uma taxa acima de 4% ao ano, o que sugere a fixação de migrantes na região.

Nesses mesmos municípios, como também no Cabo de Santo Agostinho, a taxa de crescimento de domicílios supera em quase 2 % ao ano a taxa de crescimento populacional, o que indica uma dinâmica de produção de moradias nesses municípios, especialmente no Cabo de Santo Agostinho e em Ipojuca, cujos valores absolutos representam um acréscimo na década de 15 mil (48,5%) e 7,4 mil (78,1%) novas moradias, respectivamente.

A espacialização desses indicadores nos distritos dos municípios da área de influência direta do CIPS revela o impacto do afluxo populacional atraído pelos empreendimentos implantados no Complexo Suape. O Gráfico 6.1 demonstra que a região litorânea de ambos os municípios – os Distritos de Santo

Agostinho (Cabo de Santo Agostinho) e de Nossa Senhora do Ó (Ipojuca), atinge taxas de crescimento populacional de 10,8% aa e 4,9% aa, e taxas de crescimento domiciliar de 8,7 e 6,7 % aa, respectivamente.

Tabela 6.1. Território Estratégico de Suape. População residente e domicílios total e urbanos e taxa de crescimento médio geométrico na década (% ao ano), 2000 e 2010

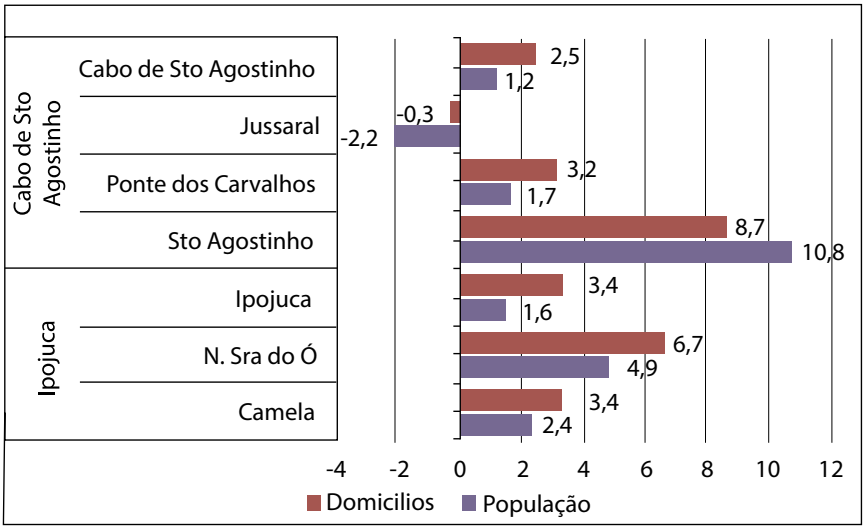
Área de Influência (AI)	Municípios	Total do Município				Área Urbana			
		2010		Tx cresc. 2000-10		2010		Tx cresc. 2000-10	
		População	Domicílios	População	Domicílios	População	Domicílios	População	Domicílios
ÁI Direta	Cabo de Sto Agostinho	185.025	53402	1,9	3,7	167.783	48828	2,2	4,0
	Ipojuca	80.637	22016	3,1	5,1	59.719	16830	4,0	5,9
ÁI Indireta	Jaboatão dos Guararapes	581556	197047	1,0	2,7	630595	193024	1,0	2,7
	Moreno	49205	16453	1,4	3,1	50197	14721	2,7	4,2
	Escada	57341	18124	1,0	2,9	53964	15727	1,7	3,4
	Ribeirão	41449	11942	0,7	2,2	34003	9551	1,4	2,9
	Rio Formoso	20764	5479	0,6	2,3	13373	3513	4,8	6,5
	Sirinhaém	33046	10011	2,0	4,0	21484	5610	4,6	6,7
POLO	Recife	1422905	470754	0,8	2,3	1537704	470754	0,8	2,3

Fontes: IBGE - Censos Demográficos de 2000 e 2010

A expressividade do saldo migratório e do percentual de imigrantes nos dois municípios - Cabo de Santo Agostinho e Ipojuca –, já registrados pelo Censo Demográfico de 2010, confirma a importância desses municípios no contexto do TES como aqueles de maior impacto migratório, apesar de o momento de realização do Censo ainda não retratar a intensidade desse fluxo, cujo auge se dá nos anos 2012 e 2013. O Censo de 2010 também registra um número bastante significativo de trabalhadores que compõem o fluxo pendular para trabalhar nos municípios do Cabo de Santo Agostinho (17 mil pessoas) e de Ipojuca (16 mil pessoas), o que representa, respectivamente, 10% e 20% da população desses municípios. Tal condição aproxima esses

municípios do Recife, cuja centralidade no contexto metropolitano justifica a magnitude do fluxo pendular de 260 mil pessoas (17% de sua população) que se deslocam diariamente para trabalhar neste município-polo. Situado a 40,2 km do centro do polo metropolitano, o Porto de Suape é o destino diário de vários ônibus fretados pelas empresas encarregadas da construção e instalação dos empreendimentos industriais e portuários (Tabela 6.2).

Gráfico 6.1. Taxa de crescimento anual de população e domicílios (2000 – 2010)



Fonte: Censo Demográfico 2010

Tabela 6.2. Território Estratégico de Suape. Saldo migratório, Percentual de imigrantes na data-fixa 1995-2000 e 2005-2010 e Fluxo pendular para trabalhar no município, 2010.

Área de Influência (AI)	Municípios	Fluxo Migratório				Fluxo pendular p/ trabalhar no município (2010)		Distância das sedes para o Recife (km)
		População Residente (2010)		Saldo Migratório (1)	% de Imigrantes (2)			
		Total	Total c/ 5 anos e +	2005-2010	2005-2010	Abs.	%	
ÁI Direta	Cabo de Sto Agostinho	185.025	170.992	5.940	7,3	17.676	9,6	37,0
	Ipojuca	80.637	73.131	3.231	8,3	16.435	20,4	52,8

continua...

Tabela 6.2. Continuação

Área de Influência (AI)	Municípios	Fluxo Migratório				Fluxo pendular p/ trabalhar no município (2010)		Distância das sedes para o Recife (km)
		População Residente (2010)		Saldo Migratório (1)	% de Imigrantes (2)			
		Total	Total c/ 5 anos e +	2005-2010	2005-2010	Abs.	%	
ÁI Indireta	Jaboatão dos Guararapes	644620	598.148	24.546	7,6	27.571	4,3	18,8
	Moreno	56696	52.702	721	5,1	1.131	2,0	30,0
	Escada	63517	58.539	-1.484	5,1	1.236	1,9	71,5
	Ribeirão	44439	40.875	-2.379	4,4	1.220	2,7	86,3
	Rio Formoso	22151	20.283	-1.912	4,5	1.484	6,7	93,9
	Sirinhaém	40296	36.539	-40	5,2	1.015	2,5	78,4
POLO	Recife	1537704	1.441.175	-69.696	4,3	261.917	17,0	-

Fonte: Lyra e Vasconcelos (2015, p. 82, 83 e 94), com base em: IBGE - Censo Demográfico de 2000/ Base de dados: Observatório das Metrópoles, 2013
Chamadas: (1) Saldo Migratório: Número de Imigrantes (I) menos o Número de Emigrantes (E) em 2005 e 2010; (2) Percentual de Imigrantes (1995-2000) e (2005-2010) - migrantes por data fixa - sobre a população de 5 anos ou mais; (3) Percentual de pessoas do fluxo pendular sobre a população urbana do município.

Os deslocamentos populacionais com destino ao Complexo Suape se diferenciam devido às distintas temporalidades dos empregos ali gerados: a fase de construção e instalação dos empreendimentos do CIPS é temporária e envolve um contingente de trabalhadores muito maior que a fase de funcionamento desses empreendimentos, cujos trabalhos possuem caráter permanente. Tal situação gera, por sua vez, formas de acesso temporário ao trabalho e, também, à moradia. A fixação de migrantes no Território Estratégico de Suape se dá na perspectiva de sua permanência na região, bem como em função da capacidade dos municípios de fornecerem bens e serviços compatíveis com o padrão de consumo desses migrantes. A diversidade de modalidades de moradia que surgem na região, devido ao afluxo de migrantes e trabalhadores temporários de Suape, caracteriza mudanças significativas nas formas de provisão de moradias que têm o Complexo Suape como motivo central.

As estratégias de provisão de moradias

As formas de provisão de moradias no Território Estratégico de Suape decorrem dos seguintes fatores:

1. Os migrantes de longa distância que vêm ocupar postos de gerência e de serviços especializados, com renda domiciliar mensal mais elevada, se localizam, predominantemente, nos municípios do Recife e do Jaboatão dos Guararapes, em função da oferta de bens e serviços compatíveis com os níveis de consumo desses migrantes, que, por sua vez, têm acesso ao trabalho no CIPS via transporte particular ou fretado e alimentam diariamente o movimento pendular;[2]

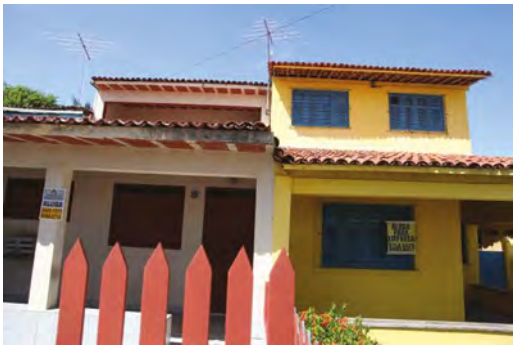
2. Os migrantes de longa distância trazidos pelas empresas que trabalham no Complexo Suape, chamados trecheiros, residem temporariamente em instalações construídas pelas empresas que atuam no CIPS, ou em pousadas ou alojamentos adaptados de casas particulares, localizadas, especialmente nas praias do litoral sul – Gaibu, Enseada dos Corais, e outras (Cabo de Santo Agostinho), e em Nossa Senhora do Ó (Ipojuca), devido à proximidade do Complexo Suape, o que ocasiona alguns impactos na região, especialmente no âmbito do estoque imobiliário.

O processo instalado vem provocando modificações na tipologia dos imóveis, que multiplicam quartos para alugar aos trabalhadores (Figura 6.1). A pressão por moradia tem provocado uma valorização do estoque existente e um aumento nos preços de venda e de aluguéis dos imóveis, o que amplia a dificuldade, de um lado, do acesso da população local ao mercado imobiliário formal, e, de outro lado, da aquisição de terras por parte do poder público para promover programas habitacionais de atendimento à demanda habitacional.

3. Os migrantes que chegam por conta própria, em busca de oportunidades de emprego e de moradias em caráter permanente, ocupam, na maioria, subempregos, o que lhes confere uma limitada condição de consumo e, como tal, de provisão de moradia. Eles se localizam, na sua maioria, no entorno do CIPS – municípios de Cabo de Santo Agostinho e Ipojuca – e passam a se somar aos moradores locais, algumas vezes passando a conviver com famílias já estabelecidas (Figura 6.2).

2 A dinâmica de expansão urbano-metropolitana desses municípios, polarizada pelo Recife, dificulta a visualização desse processo por meio de dados censitários, sendo apenas possível por meio de informações coletadas nas empresas que atuam no Complexo Suape.

Figura 6.1. Cabo de Santo Agostinho. Imóvel ampliado para alugar a empresas e servir de alojamento aos trabalhadores do CIPS, em Gaibu.



Fonte: Pesquisa de campo. Fundaj/ Observatório PE-UFPE/ Laept-UFPB, 2014.

Figura 6.2. Cabo de Santo Agostinho. Casa com migrante com anúncio de aluguéis de casa.

Fonte: Pesquisa de campo. Fundaj/ Observatório PE-UFPE/ Laept-UFPB, 2014.

É importante ressaltarmos que o Censo 2010, realizado em momento anterior ao do grande afluxo de trabalhadores empregados na construção e na instalação de grandes empreendimentos do CIPS, já registrava que cerca de 10% das famílias dos municípios do Cabo de Santo Agostinho e de Ipojuca eram conviventes (Tabela 6.3).

Tabela 6.3. Território Estratégico de Suape. Famílias residentes conviventes nas unidades domésticas, 2010.

Área de Influência (AI)	Municípios	Famílias nas unidades domésticas (1)	Famílias Conviventes (2)	
			Abs.	%
ÁI Direta	Cabo de Sto Agostinho	53.341	5150	9,7
	Ipojuca	22.250	2423	10,9
ÁI Indireta	Jaboatão dos Guararapes	190.508	16397	8,6
	Moreno	16.322	1270	7,8
	Escada	18.024	2017	11,2
	Ribeirão	11.865	1154	9,7
	Rio Formoso	5.765	589	10,2
	Sirinhaém	10.470	1307	12,5
POLO	Recife	453.020	44.126	9,7

Fontes: IBGE - Censo Demográfico 2010 e Base de dados do Observatório das Metrópoles, 2013. Chamadas: (1) - Total de famílias nas unidades domésticas com duas ou mais pessoas com parentesco; (2) São as famílias secundárias, terciárias, etc., que convivem em um mesmo domicílio.

O aumento da demanda por moradias tem provocado mudanças nas condições de provisão habitacional, que se expressam de modo diferenciado segundo os distintos promotores.

A expansão da produção informal de moradias no TES

O levantamento realizado na Região Metropolitana da Recife, no final de 2011, constatou a expansão da ocupação informal de terrenos, na última década, especialmente nos municípios que se localizam ao sul do núcleo metropolitano.[3] Tal crescimento ocorreu nas bordas da malha urbana por meio da expansão da áreas pobres já existentes ou pela consolidação de novas áreas.

3 Pesquisa realizada pelo Observatório Pernambuco de Políticas Públicas e Práticas Sociocupacionais da UFPE (Observatório PE) no segundo semestre de 2011, para a atualização do Sistema de Informações Geográficas dos Assentamentos Populares da Região Metropolitana do Recife (SIGAP-RMR), sob a

No contexto do TES, os municípios que mais se destacam, não apenas pelo número de novos assentamentos de baixa renda surgidos na última década, mas na representatividade que esses assumem no contexto dos municípios, são: Jaboatão dos Guararapes, onde o número dos assentamentos de baixa renda triplicou na última década (de 65 para 199), expandindo-se na direção oeste e sul do município; e Cabo de Santo Agostinho, onde as novas áreas pobres representam um acréscimo de 130% às anteriormente cadastradas em 1998 (de 16 para 37), conforme demonstram a Tabela 6.4 e a Figura 6.3.

Tabela 6.4. Expansão das áreas pobres da RMR (2002-2011).

Área de Influência (AI)	Municípios	Número de Áreas Pobres (2002)	Número de Áreas Pobres Identificadas (2011)			TOTAL das Áreas Pobres da RMR (2011)
			Abs.	% s/ Áreas de 2002	% s/ total de 2011	
AI Direta	Cabo	16	21	131,3	56,8	37
	Ipojuca	11	8	72,7	42,1	19
AI Indireta	Jaboatão dos Guararapes	65	134	206,2	67,3	199
	Moreno	16	17	106,3	51,5	33
Sub-Total		108	180	166,7	62,5	288

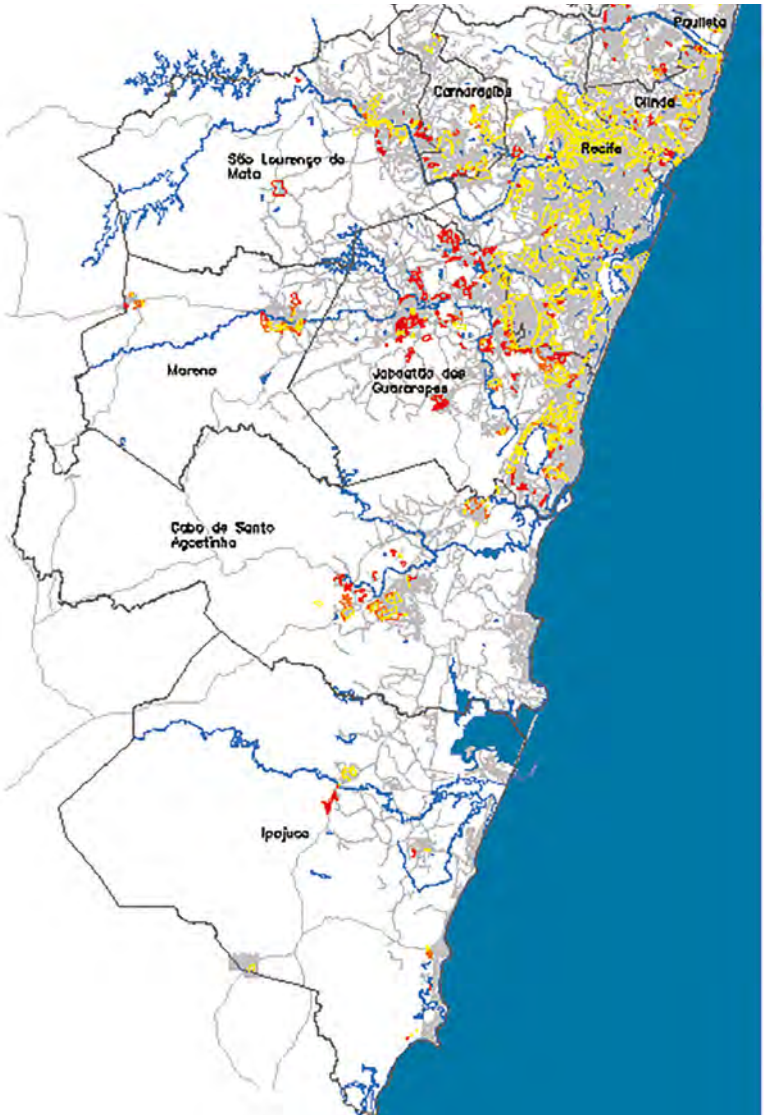
Fonte: Observatório PE/UFPE, 2011.

Nas novas áreas pobres cadastradas, em 2011, nos municípios do Cabo de Santo Agostinho e de Ipojuca, foi aplicado um questionário adicional, com o objetivo de investigar possíveis impactos causados pelo Complexo Industrial Portuário de SUAPE no crescimento e expansão desses assentamentos.[4]

coordenação da Profa. Maria Angela de Almeida Souza. A pesquisa teve inicio com a utilização de imagens de satélite (*Google Earth*) para a identificação de possíveis novas áreas pobres, tendo como referência o último cadastro e mapeamento de 1998/2002. Em segunda etapa, foi realizada uma pesquisa de campo em cada um dos assentamentos identificados, com a aplicação de fichas técnicas, questionários e entrevistas (SOUZA, 2012).

4 Na pesquisa de campo (2011), foram pesquisadas 19 áreas, tendo sido entrevistados 69 moradores no Cabo de Santo Agostinho. Em Ipojuca, foram pesquisadas 8 áreas e entrevistados 26 moradores. Em ambos os municípios, foram entrevistados moradores antigos, capazes de descrever o processo de sur-

Figura 6.3. Destaques da expansão das áreas pobres dos municípios do sul da metrópole do Recife.



Fonte: SOUZA, 2012 (Pesquisa realizada no Observatório PE/UFPE, 2011).

gimento e expansão das áreas, e moradores recentes, com possíveis novos interesses frente às novas demandas (SOUZA, 2012).

Três questões foram indagadas a um total de 95 moradores nos dois municípios, cujas respostas nos fornecem indícios das expectativas dessas famílias residentes:

- Sobre a prioridade de escolha do local para se estabelecer e edificar sua moradia, 22,1% dos entrevistados responderam que o motivo da escolha se devia às oportunidades de emprego geradas na região; 21,1% consideraram que o baixo custo da moradia compensava a escolha do local; porém, 43,2% ressaltaram que a presença de família no município representou o principal motivo de sua escolha para estabelecer moradia no local.
- Sobre as **vantagens que o Complexo Suape traz para a região**, o **emprego** se constituiu na maior vantagem do Complexo para 86,3% dos entrevistados; 9,5% consideraram que as **oportunidades de estabelecer negócios** também era uma vantagem considerável, bem como as oportunidades de emprego geradas na região; 5,3% responderam que os **empreendimentos traziam crescimento e desenvolvimento para a região**, e vale destacar que 3,2% responderam que Suape **não trazia nenhuma vantagem** para a região, além dos 4,2% que **não souberam** responder sobre o assunto.
- Sobre as **desvantagens que o Complexo Suape traz para a região**, 52,6% dos entrevistados disseram que Suape **não traz nenhuma desvantagem,** enquanto 11,6% destacaram o **aumento da violência e da prostituição** como a maior desvantagem; 6,3% dos entrevistados citaram a **agressão ao meio ambiente** como desvantagem para a região, especialmente pela interferência na atividade pesqueira; 4,2% consideraram o **aumento dos problemas de transporte e de trânsito** e 6,3% **não souberam** responder sobre o assunto.

As oportunidades de emprego e a presença da família no município destacam-se como um atrativo para a expansão informal das áreas pobres nos municípios pesquisados. Contudo, apesar do destaque conferido a Suape pelas oportunidades de emprego geradas, nenhum dos entrevistados trabalhava ou conhecia alguém que trabalhasse nos empreendimentos do complexo. Por outro lado, o atrativo exercido pelas famílias de certo modo explica o percentual elevado de famílias conviventes nesses municípios, conforme foi apontado pela Tabela 6.3.

A intervenção do poder público no setor habitacional do TES

A atuação do poder público no setor habitacional do Território Estratégico de Suape verifica-se por meio das instâncias estadual, mediante a Secretaria Estadual das Cidades (SECID) e Companhia Estadual de Habitação e Obras (CEHAB), órgão executor da política setorial de habitação, e diretamente por meio das gestões municipais. Na área desapropriada para a instalação do CIPS,[5] que mede 13,5 mil hectares de terra, o governo do Estado assume diretamente as ações no setor habitacional.

Em 2006, três assentamentos localizados em áreas consideradas estratégicas do CIPS – **Vila Claudete, Vila Suape** e **Engenho Massangana –** foram objeto de um ato do Governo do Estado que, em 27 de dezembro de 2006, autorizou por Decreto a doação, com encargos, de parte das terras do CIPS onde se localizam esses assentamentos à Companhia Estadual de Habitação Popular (CEHAB), ficando tal doação condicionada à implantação e à manutenção do Projeto Morador.[6] Esse projeto sofreu ajustes na gestão estadual que se inicia em janeiro de 2007 e passou a contemplar, além dos três assentamentos de que trata a Lei, a comunidade do **Engenho Tiriri**, que inclui o povoado de **Cepovo**, o que totaliza o atendimento a 1.991 famílias.

A incompatibilidade entre o uso habitacional dessas comunidades e os demais usos – industrial, logístico e portuário – implantados do complexo, motivou controvérsias sobre as intervenções a serem adotadas. Segundo a Empresa Suape, em 2010, aproximadamente 25.000 moradores que habitavam em 27 engenhos na área destinada ao CIPS (Figura 6.4) seriam retirados nos próximos dez anos. Já no ano de 2013, segundo informações colhidas na SECID, as intervenções habitacionais do governo estadual no Território de Suape compreendiam no âmbito do projeto **Pró Moradia**:

- a **urbanização de oito assentamentos habitacionais** na perspectiva de sua consolidação – **Vila Claudete (antiga), Massangana I e II**

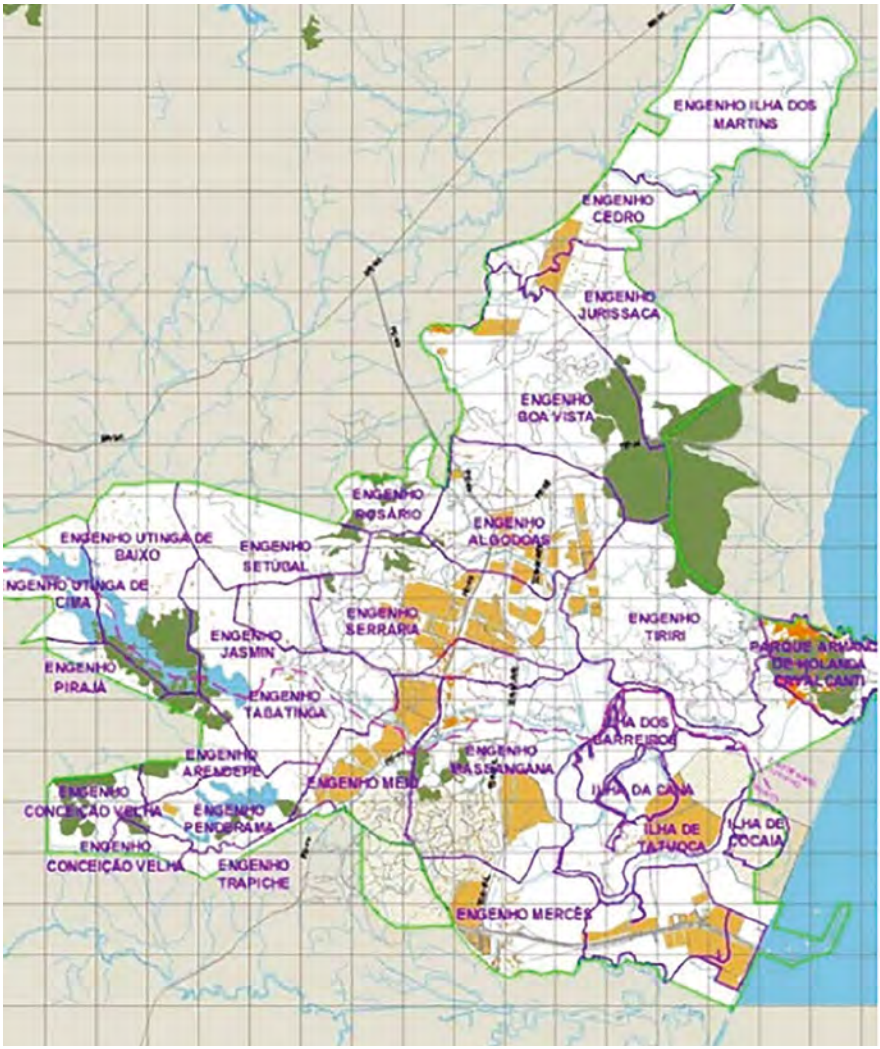
5 O território do CIPS corresponde à área de implantação desapropriada pelo Governo de Pernambuco para a implantação do complexo, cuja gestão é conduzida pela Empresa *SUAPE (Suape Complexo Industrial Portuário)* – empresa pública vinculada à Secretaria de Desenvolvimento Econômico do Estado de Pernambuco e que administra o porto, criada pela Lei Estadual nº 7.763 de 1978.

6 O Projeto Morador é desenvolvido pela CEHAB e visa à regularização fundiária de assentamentos de baixa renda – Vila Suape, Vila Claudete e Engenho Massangana –, situados na área do Complexo Industrial Portuário de Suape.

(Dois Irmãos), Nova Tatuoca, Cepovo, Vila Suape, Vila Nazaré e Gaibu –, o que envolve 123,18ha e 3.906 moradias, por meio do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC 2).

- a **implantação de novo loteamento** com 2.620 unidades habitacionais próximo à **Vila Claudete,** por meio do *Programa Minha Casa Minha Vida.*

Figura 6.4. Comunidades dentro de Suape.



Fonte: Consórcio Planave S.A & Projetec, 2010, *apud* Medeiros *et all*, 2014., p. 73.

Localizada na periferia oeste do perímetro do CIPS, próximo ao centro urbano do Cabo de Santo Agostinho, a **Vila Claudete** é o assentamento, dentre os demais, que menos interfere na rede de circulação interna que interliga os polos industriais. Ao contrário, o **Engenho Massangana** que envolve as localidades **Engenho Massangana I e II Dois Irmãos**, bem como o **Engenho Tiriri**, que abrange as localidades **Nova Tatuoca** e **Cepovo**, criam problemas operacionais para o CIPS, devido ao conflito do uso habitacional com os usos industrial, logístico e portuário do CIPS nas proximidades, o que levou à previsão, em 2010, de reassentar as famílias residentes, conforme citamos acima, embora, posteriormente, essas comunidades tenham sido inseridas no projeto de urbanização no âmbito do Pro-Moradia (Figura 6.5).

Figura 6.5. Assentamentos habitacionais localizados no Território de Suape.

Em termos físico-urbanísticos, a Vila Suape se apresenta mais bem estruturada, as famílias residentes apresentam um nível de estruturação mais elevado, expresso pelo nível de escolaridade e de renda dos chefes de família. A Vila Nazaré insere-se nas proximidades de uma área de preservação histórica, onde se localiza a Igreja de Nossa Senhora de Nazaré, e as ruínas do antigo Convento Carmelita (séc. XVII) e do Forte Castelo do Mar (sec. XVIII). A localidade de

Gaibu, situada no litoral, sofreu um processo intenso de construção e reforma de imóveis para abrigar migrantes, o que ampliou sem controle sua densidade construtiva e a degradação das condições ambientais e de infraestrutura urbana.

Segundo moradores de algumas dessas comunidades (CAVALCANTI,H; ROCHA, 2013),[7] eles sofreram muitas pressões para sair da Ilha, como a dificuldade de receber visitas de parentes e amigos, que eram obrigados, por medida de segurança, a se identificar e a recorrer a autorizações para ter acesso à Ilha. Essas situações retiraram a força da população para lutar pela sua permanência no local. A solução que restou foi esperarem que o novo espaço pensado pela Empresa Suape, para o remanejamento da população, a Tatuoca II ou Nova Tatuoca, ainda em construção, apresentasse condições de habitabilidade para esses habitantes que foram reassentados e estão atualmente espalhados por diferentes lugares (CAVALCANTI, H; ROCHA, 2013). Muitos reagiram a sair de suas moradias:

> *Não tenho defesas. (...) Acho que é uma injustiça sair daqui. Nascido e criado aqui, agora querem tirar a gente.* (Depoimento de um jovem 22 anos, em Tatuoca. Estudou até a sexta série)

Outro depoimento de um morador de Tatuoca:

> *Tudo que sou tá ligado a Tatuoca! Pra nós, nativos, SUAPE não trouxe benefício. Tiraram muito da nossa sobrevivência. Vivo da pesca e de outro giro das frutas que comercializo. Aqui muitas empresas desmataram, não deram satisfação à gente. E a gente manteve a terra. (...)* (Depoimento de um morador de Tatuoca. Pela situação de tensão, é melhor não ser identificado)

A doação de um novo terreno simboliza o desenraizamento e o disfarce da troca comercial "desigual". Diante de situações de sobrevivência, não se pode recusar "a ajuda" que mitiga a miséria, embora o benefício vindo de um poder maior, representado por um domínio, fica ainda mais poderoso pelo ato e prestígio de doar, o que induz a uma sutil desestruturação cultural (CAVALCANTI, H; ROCHA, *op. cit.,* 2013).

---

7 Informações colhidas dos moradores por meio de entrevistas realizadas no âmbito da pesquisa Nordestes Emergentes. *Uma "Expedição Fotográfica" no "Admirável Mundo Novo": O Complexo Industrial Portuário de Suape*, realizada em 2013 pelas pesquisadoras Helenilda Cavalcanti e Danielle Rocha.

> *As comunidades foram compradas e os moradores estão sendo expulsos: Algodoais, Tiriri. Lá, moradores eram posseiros antes do Projeto Suape. Eles foram retirados de lá, os móveis deles cobertos ao relento. (...) As famílias estão com a mão na cabeça e não sabem o que fazer.* (Depoimento do Centro das Mulheres do Cabo)

A maior resistência foi, sem dúvida, a de ter de deixar a terra em que nasceram. A terra representa um bem muito valorizado no território de Suape. E o povo de Tatuoca sabe disso. As indenizações não cobrem a sua frustração quanto a essa perda, e o prejuízo de se sentirem cerceados na liberdade de ir e vir, de circularem pelos lugares que antes representavam parte da história da vida de cada um (CAVALCANTI, H; ROCHA*, op. cit., 2013).*

Além das intervenções previstas para o território do CIPS, o governo estadual atuou na urbanização de alguns assentamentos precários nos municípios de influência direta do complexo Suape: Charnequinha (Cabo de Santo Agostinho) e Camela (Ipojuca), por meio do PAC I. A atuação dos governos municipais do Cabo de Santo Agostinho e de Ipojuca foi, de certo modo, insuficiente para o atendimento de uma demanda habitacional crescente, apesar das ações implantadas de urbanização, por meio do PAC II, e da construção de núcleos habitacionais no âmbito do *Programa Minha Casa Minha Vida*, concentrados na região de Ponte dos Carvalhos (Cabo de Santo Agostinho).

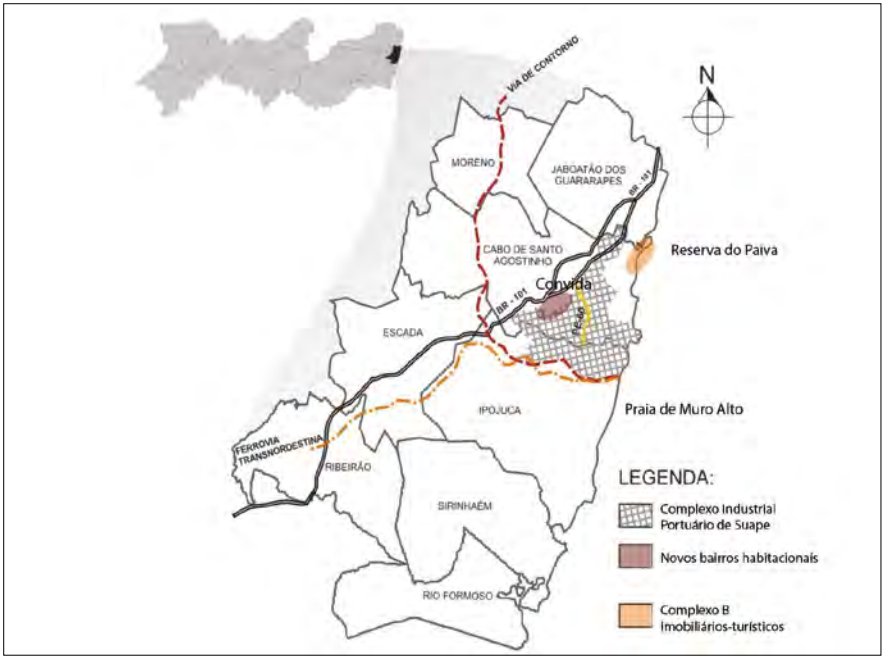
Os investimentos privados no setor habitacional do TES

Os investimentos do setor privado na região de Suape envolvem a implantação de empreendimentos logísticos, de loteamentos específicos para o alojamento de trabalhadores e, também, de loteamentos habitacionais de padrão alto, médio/alto e médio, dotados de serviços correspondentes ao padrão de consumo da população que se pretende atender, especialmente no que se refere a equipamentos de educação, saúde, lazer e abastecimento (comércio), capazes de atrair trabalhadores de um padrão de renda mais elevado para a região.

Os empreendimentos imobiliário-turísticos, por exemplo, implantados no litoral de Ipojuca (Praia de Muro Alto) – condhoteis, condomínios fechados, etc. – destinados inicialmente à segunda residência de estrangeiros, foram adquiridos predominantemente por investidores locais após a crise internacional de 2008, constituindo, atualmente, um estoque potencial de

primeira residência para os trabalhadores de maior renda do Complexo Suape (Figura 6.6).

Figura 6.6. Empreendimentos de primeira e segunda residência promovidos pelo setor privado no entorno do CIPS



Fonte: Secretaria de Planejamento e Gestão/ Agência CONDEPE/ FIDEM, 2008, com ilustrações adaptadas pela autora.

Nesse mesmo contexto da crise de 2008, a Reserva do Paiva,[8] um mega empreendimento predominantemente residencial localizado no litoral do mesmo município, inicialmente destinado para segundas residências vinculadas ao turismo internacional, volta-se para o mercado interno e alimenta, inclusive, a perspectiva de abrigar empregados de Suape com elevado padrão socioeconômico. Implantado no final da década de 2000, pelos empreendedores Odebrecht Empreendimentos, Grupo Cornélio Brennand e Grupo Ricar-

8 A Zona Especial de Turismo, Lazer e Moradia Reserva do Paiva (ZETLM), criada pela Lei nº 2.387/2007, complementa o Plano Diretor do Cabo de Santo Agostinho (Lei nº 2.360/2006) e modifica o Loteamento existente Praia do Paiva (CABO DE SANTO AGOSTINHO, 2012).

do Brennand, com o apoio dos governos estadual e municipal, esse empreendimento ocupa 526 hectares em 8,5 km de extensão de praia. Iniciou com condomínios de 66 casas de alto padrão e lançou, em 2012, novos edifícios de apartamentos tipo *flat* e um centro empresarial (Figuras 6.6 e 6.7)[9].

Figura 6.7. Reserva do Paiva. Trecho do condomínio de casas.

Fonte: Arquivos da Odebrecht Empreendimentos.

O projeto "Convida Suape – Cidade Planejada", lançado em 2012 pelas empresas Moura Dubeux e Cone S. A., visa oferecer uma nova "cidade para Suape" (GUARDA, Adriana. JC, 2012) para abrigar uma população estimada de 100 mil habitantes, um investimento orçado em torno de R$ 6,5 milhões de reais destinado à construção de 25 mil unidades habitacionais e infraestrutura de serviços (Figuras 6.6 e 6.8). Estima-se que os futuros moradores dessa cidade planejada aumentarão em mais da metade a população atual do município do Cabo de Santo Agostinho (cerca de 180.000 habitantes conforme o IBGE, 2010), prevendo-se um perfil social de classe média (com faixa de renda familiar de 3 a 9 salários mínimos ou mais), o que mudará o atual perfil socioeconômico da população daquele município (Tabela 6.5).

9 O "Terraço Laguna", com 224 apartamentos (de 115m² de área construída), e o "Vila dos Corais", com 132 apartamentos (de 250 a 500m² de área construída). A oferta de unidades comerciais e de serviços resultou do reestudo dos atributos iniciais do empreendimento e incorpora o "novo mundo empresarial", que abrange 1.118 salas e 40 lojas. (http://www.orealizacoes.com.br/residenciais/terraco-laguna)

Figura 6.8. Convida. Empreendimento imobiliário planejado para o município de Cabo de santo Agostinho.

Fonte: Arquivos Moura Dubeux.

Tabela 6.5. Território estratégico de Suape. Domicílios particulares permanentes urbanos segundo classes de rendimento nominal mensal domiciliar *per capita* (em salário mínimo (1)), por situação de domicílio, 2010.

Municípios por áreas de influência do CIPS		Domicílios particulares permanentes urbanos				
		Sem rendimento e até 2 salários mínimos (2)	Mais de 2 a 5 sal. Mín.	Acima de 5 salários-mínimos	%	Total
AI Direta	Cabo de Sto Agostinho	62,5	29,2	8,3	100,0	48.828
	Ipojuca	64,5	27,9	7,6	100,0	16.830
AI Indireta	Jaboatão dos Guararapes	58,7	27,9	13,4	100,0	193.024
	Moreno	73,4	21,6	5,0	100,0	14.721
	Escada	73,3	22,4	4,3	100,0	15.727
	Ribeirão	72,9	21,4	5,7	100,0	9.551
	Rio Formoso	69,7	23,7	6,6	100,0	3.513
	Sirinhaém	68,7	25,5	5,8	100,0	5.610
POLO	Recife	47,3	26,2	26,5	100,0	470.754

Fonte: IBGE - Censo Demográfico 2010
Chamadas: (1) Salário mínimo utilizado: R$ 510,00.
(2) Inclusive as pessoas sem declaração de rendimento nominal mensal e as pessoas que recebiam somente benefícios.

Já o município do Recife, seguido do município do Jaboatão dos Guararapes, localizados no núcleo metropolitano e regidos por uma dinâmica de expansão que se desenvolve a partir do município-polo, possuem renda domiciliar mensal *per capita* na área urbana bem acima daquela apresentada pelos municípios do TES, e oferecem bens, equipamentos e serviços urbanos compatíveis com esses níveis de renda, razão pela qual atraem os migrantes com nível de consumo mais elevado.

A Caracterização das Moradias dos Migrantes

A pesquisa de campo realizada nos municípios do Cabo de Santo Agostinho e de Ipojuca fornece, em suas duas fases, elementos para caracterizar as condições habitacionais dos migrantes. A primeira fase realizou uma sondagem em 3.255 domicílios, o que possibilitou uma visão geral da espacialidade de 1.098 domicílios com pelo menos um migrante nos dois municípios pesquisados, conforme apresenta o primeiro subitem a seguir. Os dois subitens subsequentes apresentam a caracterização das condições habitacionais desses migrantes, expressas, respectivamente, nas condições de acesso à moradia formalizada e aos bens de consumo complementares à vida urbana atual, bem como pelas características do imóvel edificado e suas condições de acesso aos serviços de infraestrutura básica. Tais informações foram obtidas dos questionários aplicados numa amostra de 805 domicílios com migrantes, na segunda fase da pesquisa de campo, sendo possível identificar aqueles migrantes com 5 anos ou menos de residência (2009-2014), considerando-se a possibilidade de esses terem sido atraídos pelo processo de dinamização recente do complexo Suape, que se intensifica a partir do final da década de 2000.

A espacialização das moradias com migrantes

A sondagem dos migrantes, realizada na primeira fase da pesquisa de campo no ano de 2014, contemplou 3.255 domicílios (1.356 no Cabo de Santo Agostinho e 1.899 em Ipojuca),[10] constatando migrantes em um terço (33,7%) dos domicílios pesquisados. Tal proporção se apresenta maior no município do Cabo de Santo Agostinho (53,0%) do que em Ipojuca (20,0%), conforme apresenta a Tabela 6.6.

10 Ver item II.2 do Anexo II que apresenta a metodologia da pesquisa de campo quantitativa.

Tabela 6.6. Resultado da Sondagem na Área de Influência Direta de Suape segundo os bairros e os Municípios de Cabo de Santo Agostinho e Ipojuca, 2014.

Município	Localidades	Número de domicílios pesquisados		
		Total	Com Migrantes	% Domicílios com Migrantes sobre domicílios pesquisados
Cabo de Santo Agostinho	Cohab	170	102	60,0
	Enseada dos Corais	53	39	73,6
	Gaibu	208	128	61,5
	Centro	92	42	45,7
	Malaquias	64	36	56,3
	Bom Conselho	12	7	58,3
	Engenho Ilha	34	16	47,1
	Ponte dos Carvalhos	144	70	48,6
	Pontezinha	54	24	44,4
	Garapu	88	60	68,2
	Rosário	34	20	58,8
	Santo Inácio	59	39	66,1
	Charneca	130	62	47,7
	Charnequinha	42	16	38,1
	Vila Social	41	28	68,3
	Total Cabo de Sto. Agostinho	1356	719	53,0
Ipojuca	Ipojuca - Sede	445	74	16,6
	Camela - Sede	633	160	25,3
	Camela - Litoral	33	3	9,1
	N. Sra. Do Ó - Sede	629	86	13,7
	N. Sra. Do Ó - Litoral	159	56	35,2
	Total Ipojuca	1899	379	20,0
TOTAL		3255	1098	33,7

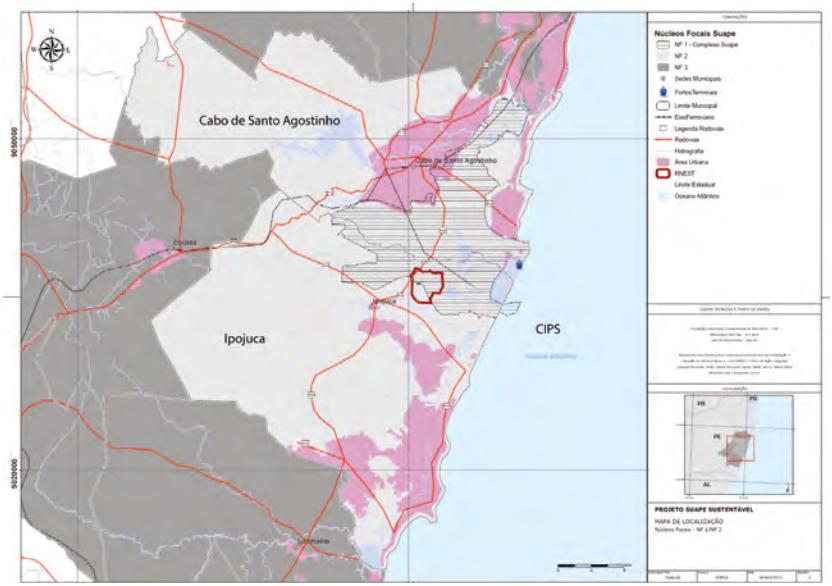
Fonte: Pesquisa direta Observatório – PE, Fundaj/ Laept/UFPB, 2014.

É importante ressaltarmos que a sondagem considera os migrantes em qualquer etapa migratória, o que a distingue da pesquisa do Censo Demográfico, que contempla, apenas, os migrantes de última etapa. O Censo de 2010, por exemplo, constata que cerca de ¼ do total de domicílios urbanos (26,4%), de ambos os municípios, possuem migrantes chegados entre 2005-2010, sendo que essa proporção é maior no município de Ipojuca (35,3%) do que no Cabo de Santo Agostinho (23,3%), concentrados nos distritos litorâneos e próximos ao CIPS – Santo Agostinho (Cabo de Santo Agostinho) e Nossa Senhora do Ó e Camela (Ipojuca) – cuja proporção de domicílios com migrantes é superior a 40% do total de domicílios urbanos.[11]

11 Esses dados foram referência para o cálculo da amostra dos domicílios urbanos a serem pesquisados, conforme detalha o Anexo II deste trabalho.

No Cabo de Santo Agostinho, destacam-se, no litoral, a praia de Enseada dos Corais (73,6%) e, entre os bairros mais centrais da sede do município Vila Social (68,3%), Garapu (68,2%) e Santo Inácio (66,1%), todos apresentando migrantes residentes em mais de 2/3 dos domicílios urbanos pesquisados. No município de Ipojuca, a região de maior concentração de migrantes é o litoral de N. Sra. do Ó (35,2%). A Figura 6.9 apresenta esquematicamente a concentração dos domicílios com migrantes entre os domicílios pesquisados.

Figura 6.9. Localização esquemática da concentração de migrantes nas residências pesquisadas, segundo localidades dos municípios do Cabo de Santo Agostinho e Ipojuca.



Fonte: Pesquisa direta – "Sondagem dos migrantes" - Observatório PE/UFPE; Fundaj; Laept/UFPB, 2014.

O padrão de consumo dos residentes nas moradias com migrantes

As informações obtidas nos questionários da segunda fase da pesquisa de campo demonstram que os domicílios com chefes migrantes que chegaram nos últimos cinco anos anteriores à pesquisa (2009-2014) representam 16% dos domicílios pesquisados (15% no Cabo de Santo Agostinho e 17% em Ipojuca). Esses domicílios apresentam características indicadoras das condições de moradia

dos migrantes recentes, as quais os distinguem do conjunto dos domicílios pesquisados, bem como dos domicílios urbanos recenseados em 2010.[12]

Na Tabela 6.7, constatamos que, no conjunto dos domicílios pesquisados, onde reside pelo menos um migrante, aqueles chefiados por migrantes recentes apresentam maior renda média domiciliar, sendo apenas superados pelo estoque dos domicílios urbanos recenseados em 2010. Um pouco mais de 1/3 desses domicílios urbanos, em ambos os municípios analisados, apresentam renda média domiciliar acima de 2 salários mínimos (37,5 no Cabo de Santo Agostinho e 35,5 em Ipojuca).[13]Com esse mesmo patamar de renda, os domicílios pesquisados chefiados por migrantes residentes a partir de 2009 atingem 19% no Cabo de Santo Agostinho e 24,6% em Ipojuca, enquanto o conjunto dos domicílios pesquisados em 2014 apresentam o menor percentual de domicílios com menor renda média domiciliar acima de 2 salários-mínimos (10,6% no Cabo de Santo Agostinho e 7,0% em Ipojuca).

Tabela 6.7. Território Estratégico de Suape. Faixas de renda domiciliar per capita em salário mínimo dos domicílios pesquisados (2014) e dos domicílios urbanos dos municípios (2010).

Faixas de renda		Cabo de Santo Agostinho			Ipojuca		
		Domicílios pesquisados (2014) (1)		Domicílios urbanos do município (2010) (2)	Domicílios pesquisados (2014) (1)		Domicílios urbanos do município (2010) (2)
		Total	Com migrantes com até 5 anos de residência		Total	Com migrantes com até 5 anos de residência	
0 até 0,5 SM	%	25,5	19,0	11,1	30,5	23,2	12,0
Maior 0,5 até 1 SM	%	33,5	27,6	22,2	36,7	20,3	23,7
Maior 1 até 2 SM	%	30,2	34,5	29,1	25,9	31,9	28,7
Maior 2 até 5 SM	%	9,0	17,2	29,2	6,5	23,2	27,9
Maior 5 SM ou mais	%	1,5	1,7	8,3	0,5	1,4	7,6
Total	Abs.	388	58	48.828	417	69	16.830

Fonte: (1) Pesquisa direta Fundaj, Observatório/UFPE, Laept/UFPB, 2014/ (2) Censo Demográfico de 2010.
Chamadas: (1) salário mínimo utilizado: R$720,00 a partir de 1 de janeiro de 2014.

12 Adotamos os dados de domicílios do Censo de 2010 como parâmetro para a comparação dos dados obtidos nos questionários da pesquisa realizada em 2014, considerando que as características habitacionais analisadas não sofreram mudanças significativas no período.

13 É importante lembrar que para o cálculo da amostra da pesquisa de campo foram retirados os domicílios urbanos do bairro do Paiva que, apesar de ainda pouco ocupados, abrigam uma população de alta renda, bem como o de Jussaral, predominantemente rural, ambos no município do Cabo de Santo Agostinho.

Partindo-se do pressuposto de que as condições de renda definem a capacidade de consumo que se expressa nas condições habitacionais, seria de esperar que os indicadores que qualificam as condições de moradia apresentassem seus melhores resultados para o conjunto dos domicílios recenseados. Contudo, tal situação não ocorre quando analisamos grande parte dos indicadores, conforme apresentamos a seguir:

1. As **condições de ocupação do domicílio** indicam as formas de aquisição do uso do imóvel, bem como as suas condições de formalização. No caso em análise, constatamos que o aluguel predomina (82,5%) entre os domicílios chefiados pelos migrantes recentes, que se fixaram nos municípios analisados a partir de 2009, o que pode ser justificado pelo curto período de permanência no município de destino, e, ainda, pelo caráter temporário de alguns desses migrantes (Tabela 6.8). Mais da metade desses domicílios alugados não apresentam contrato de locação (53%), o que caracteriza um aspecto da vulnerabilidade nas condições habitacionais no conjunto dos domicílios com migrantes.

Tabela 6.8. Área de Influência Direta do CIPS. Moradias segundo a condição de ocupação do domicílio urbano, 2014.

Condição de ocupação do domicílio		Cabo de Santo Agostinho			Ipojuca		
		Domicílios pesquisados (2014) (1)		Domicílios urbanos do município (2010) (2)(a)	Domicílios pesquisados (2014) (1)		Domicílios urbanos do município (2010) (2)(a)
		Total	Com migrantes com até 5 anos de residência		Total	Total Com migrantes com até 5 anos de residência	
De propriedade de algum membro do domicílio	%	66,8	18,4	75,4	65,7	15,4	67,8
Possui título de propriedade	%	61,9	18,4	74,9	58,5	15,4	67,6
Não possui título de propriedade	%	4,9	-	0,5	7,2	-	0,2
Não respondeu	%	-	-	-	-	-	-
Alugada	%	25,8	78,9	19,5	28,8	84,6	26,5
Possui um contrato escrito de aluguel	%	12,6	39,5	...	11,3	38,5	...

continua...

Tabela 6.8. Continuação

Não possui um contrato escrito de aluguel	%	13,1	39,5	...	17,5	46,2	...
Não declarado	%	-	-	...	-	-	...
Cedida	%	7,2	2,6	4,8	5,0	-	5,3
Pelo empregador	%	0,5	-	0,9	0,2	-	1,2
Por relação de parentesco	%	6,2	-	-	4,3	-	-
De outra forma	%	0,5	2,6	3,9	0,5	-	4,1
Outro	%	0,3	-	0,3	0,5	-	0,4
Total	Abs.	388	38	48.828	417	65	16.830

Fonte: (1) Pesquisa direta Fundaj, Observatório/UFPE, Laept/UFPB, 2014/ (2) Censo Demográfico de 2010.
Chamadas: (a) As especificações da formalização do aluguel dos domicílios não constam dos dados censitários.

Tal situação é mais evidente entre os migrantes recentes de Ipojuca, que apresentam maior vulnerabilidade não apenas pelo percentual mais elevado de domicílios alugados (84,6% em Ipojuca e 78,9% no Cabo de Santo Agostinho) como também pela maior proporção de aluguéis desses imóveis sem formalização por meio de contrato escrito (46,2% em Ipojuca e 39,5% no Cabo de Santo Agostinho).

Os domicílios onde os residentes possuem a propriedade dos imóveis, na maioria formalizada por meio de título de propriedade, representam ¾ dos domicílios recenseados no Cabo de Santo Agostinho e cerca de 2/3 desses domicílios em Ipojuca. Mantém-se esse percentual em torno de 66% para os domicílios pesquisados, em ambos os domicílios.

2. A **densidade domiciliar** – mensurada pelo percentual de pessoas por dormitório – constitui um outro indicador de vulnerabilidade se a densidade for excessiva, ou seja, acima de três pessoas por dormitório, especialmente porque o dormitório pode ser qualquer cômodo da casa, excluídos o(s) banheiro(s) e mais um cômodo destinado à cozinha, independentemente do seu tamanho, conforme a definição do IBGE (2003).

Os dados da pesquisa realizada em 2014, apresentados na Tabela 6.9, nos mostram que a densidade domiciliar é mais elevada entre os domicílios chefiados por migrantes recentes (7,8%), considerando-se os dois municípios analisados, o que pode ser um indicador de maior número de famílias conviventes.

Nesse contexto, Ipojuca destaca-se com maiores percentuais de domicílios com densidade excessiva nos domicílios chefiados por migrantes recentes (9,2%) que o Cabo de Santo Agostinho (5,9%). Os domicílios recenseados em 2010 nesses município apresentam, no conjunto dos municípios, um percentual de 6,3%, mais próximo ao dos migrantes recentes, distanciando-se significativamente do conjunto dos domicílios pesquisados (1,5 %).

Tabela 6.9. Área de Influência Direta do CIPS. Faixas de densidade domiciliar (a). 2014.

Faixas de densidade domiciliar		Cabo de Santo Agostinho			Ipojuca		
		Domicílios pesquisados (2014) (1)		Domicílios totais do município (2010) (3)	Domicílios pesquisados (2014) (2)		Domicílios totais do município (2010) (3)
		Total	Com migrantes com até 5 anos de residência		Total	Com migrantes com até 5 anos de residência	
Até 3 pessoas por dormitório	%	99,0	94,1	94,1	98,1	90,8	92,7
Mais de 3 pessoas por dormitório	%	1,0	5,9	5,9	1,9	9,2	7,3
Total	Abs.	388	38	53.325	417	65	22.030

Fonte: (1) Pesquisa direta Fundaj, Observatório/UFPE, Laept/UFPB, 2014/ (2) Censo Demográfico de 2010.
Chamada: (a) Número de pessoas do domicílio dividido pelo número de dormitórios.

O elevado percentual de domicílios com densidade domiciliar adequada alinha-se com os resultados dos estudos desenvolvidos pelo IBGE, que constatam que, nas duas últimas décadas, ocorreu uma melhoria, em todo o país, do bem-estar dos moradores no que se refere a esse indicador de densidade de moradores por dormitório nos domicílios (Jornal do Brasil, 17.10.2012).

3. As **condições de trabalho no domicílio** são expressas por meio de dois aspectos: o primeiro refere-se ao apoio ao trabalho doméstico mediante a contratação de empregada doméstica mensalista. Nesse caso, não há ocorrência entre os domicílios chefiados por migrantes recentes, embora no conjunto dos domicílios pesquisados, onde reside pelo menos um migrante, alguns deles mais consolidados, as ocorrências sejam irrelevantes, chegando a 2% dos domicílios no Cabo de Santo Agostinho. O segundo aspecto refere-se à utilização de cômodos do domicílio para uma atividade

produtiva. Nesse aspecto, os domicílios pesquisados no município de Ipojuca destacam-se, especialmente aqueles chefiados por migrantes recentes, em que 15,4% possuem locais para atividades não residenciais, sendo a maioria delas não declarada (Tabela 6.10).

Tabela 6.10. Área de Influência Direta do CIPS. Existência de locais destinados a atividades não residenciais e Tipo de atividade, 2014.

Condições de trabalho no domicílios				Domicílios pesquisados no Cabo de Santo Agostinho (2014)		Domicílios pesquisados em Ipojuca (2014)	
				Total	Com migrantes com até 5 anos de residência	Total	Com migrantes com até 5 anos de residência
Empregada mensalista	Não possui		%	97,9	100,0	99,3	100,0
	Possui		%	2,1	0,0	0,7	0,0
	Total		Abs.	388	38	417	65
Locais destinados a atividades não residenciais	Não possui		%	88,7	94,7	87,1	84,6
	Posui		%	11,3	5,3	12,9	15,4
	Tipo de atividade	Comercial (pequeno comércio)	%	8,2	2,6	10,3	9,2
		De serviços	%	2,6	-	2,6	-
		Mecânica autônomo	%	0,3	-	-	-
		Salão de manicure	%	0,3	-	-	-
		Outros	%	0,5	2,6	-	6,2
		Não declarados		88,1	94,7	87,1	84,6
	Total		Abs.	388	38	417	65

Fonte: Pesquisa direta Fundaj, Observatório/UFPE, Laept/UFPB, 2014

O menor percentual de domicílios com locais destinados a atividades não residenciais encontra-se entre os domicílios chefiados por migrantes recentes no Cabo de Santo Agostinho (5,3%), o que sugere um percentual maior desses migrantes inseridos em atividades remuneradas externas ao seu ambiente de moradia.

4. As **condições de acesso a bens e equipamentos de consumo** constitui um indicador do padrão de conforto nos locais de moradia. Nesse aspecto, constatamos que o conjunto dos domicílios pesquisados, inclusive aqueles chefiados por migrantes recentes, possuem melhores condições de conforto que o conjunto geral dos domicílios recenseados em 2010 no que se refere aos bens de consumo doméstico, em ambos os municípios, considerando-se os equipamentos contemplados pelo Censo 2010 – geladeira ou freezers, máquina de lavar e televisores a cores (Tabelas 6.11 A e B).

Todos os domicílios pesquisados no Cabo de Santo Agostinho possuem geladeira ou freezer em condições de uso, o que revela a capacidade da família de estocar alimentos perecíveis em condições adequadas, condicionando o cotidiano dessas famílias (Tabela 6.10 A). Embora não extensivo a todos os domicílios pesquisados, o percentual daqueles que possuem geladeira ou freezer em Ipojuca é, também, mais elevado do que o do conjunto dos domicílios recenseados do município, que apresentam a vulnerabilidade das famílias residentes em 8,2% de domicílios que não possuem capacidade de estoque de alimentos perecíveis (Tabela 6.11 B).

Cerca de 1/3 dos domicílios pesquisados, em ambos os municípios analisados, não possuem máquina de lavar roupa, e dos domicílios pesquisados no Cabo de Santo Agostinho e em Ipojuca, apenas 1,3% e 2,6% desses domicílios, respectivamente, não possuem televisor a cores. No estoque dos domicílios desses municípios analisados, tal proporção é bem mais elevada: os domicílios que não possuem máquina de lavar, no Cabo de Santo Agostinho e em Ipojuca, representam, respectivamente, 73,2% e 84%; e aqueles que não possuem televisores a cores são, respectivamente, 3,9% e 6,9%.

O acesso a telefone celular predomina entre os domicílios pesquisados, em ambos os municípios, inclusive naqueles chefiados por migrantes recentes (cerca de 90%). Já os domicílios recenseados que possuem esse bem chegam a representar 72% do estoque de domicílios do Cabo de Santo Agostinho e 80% do estoque de Ipojuca. Como seria de esperar, as redes de telefone fixo são bem mais reduzidas entre os domicílios pesquisados, especialmente aqueles com migrantes recentes como chefes de domicílios, cujo percentual no Cabo de Santo Agostinho é de 13,2%, e em Ipojuca é de 7,7%. Já entre os domicílios recenseados, a proporção dos que possuem redes de telefonia fixa atinge cerca de 90% dos domicílios.

Tabela 6.11 A. Área de Influência Direta de Suape. Moradias segundo condição de domínio e de formalização do domicílio. Cabo de Santo Agostinho, 2014.

Bens de consumo		Domicílios pesquisados (2014) (1)								Domicílios totais do Município (2010) (2)	
		Totais				Com migrantes com até 5 anos de residência					
		% dos que não possuem	% dos que possuem			% dos que não possuem	% dos que possuem			% dos que não possuem	% dos que possuem
			Total	1 bem	2 ou + bens		Total	1 bem	2 ou + bens		
Bens de consumo doméstico	Geladeira / freezer	-	100,0	92,8	7,2	0,0	100,0	100,0	0,0	4,8	95,2
	Máquina de lavar roupa	32,7	67,3	65,5	1,8	36,8	63,2	63,2	0,0	73,2	26,8
	Ar condicionado	83,8	16,2	12,6	3,6	92,1	7,9	7,9	0,0	-	-
	Chuveiro elétrico	81,4	18,6	16,8	1,8	97,4	2,6	2,6	0,0	-	-
	Aquecedor de água	99,2	0,8	0,8	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	-	-
	Televisor a cores	1,3	98,7	62,4	36,3	0,0	100,0	78,9	21,1	3,9	96,1
	Vídeo/DVD	21,4	78,6	69,3	9,3	10,5	89,5	84,2	5,3	-	-
Equipamentos e redes de comunicação	Linha telefônica instalada	75,0	25,0	25,0	0,0	86,8	13,2	13,2	0,0	7,2	92,8
	Telefone celular	7,7	92,3	22,9	69,3	7,9	92,1	28,9	63,2	28,1	71,9
	Computador	51,5	48,5	35,8	12,6	57,9	42,1	36,8	5,3	74,7	25,3
	Conexão à internet	57,0	43,0	41,2	1,8	65,8	34,2	34,2	0,0	80,1	19,9
	Conexão à TV a cabo/por satélite	77,6	22,4	21,9	0,5	89,5	10,5	10,5	0,0	-	-
Bens de locomoção	Bicicleta	76,5	23,5	18,6	4,9	89,5	10,5	10,5	0,0	-	-
	Carro, caminhonete	71,1	28,9	28,9	0,0	81,6	18,4	18,4	0,0	81,0	19,0
	Moto, Motonete	87,1	12,9	12,9	0,0	84,2	15,8	13,2	2,6	90,7	9,3
Total de Domicílios Pesquisados (Abs.)		388	388	388	388	38	38	38	38	53.325	53.325

Fonte: (1) Pesquisa direta Fundaj, Observatório/UFPE, Laept/UFPB, 2014/ (2) Censo Demográfico de 2010.

Tabela 6.11 B. Área de Influência Direta de Suape. Moradias segundo condição de domínio e de formalização do domicílio. Ipojuca, 2014.

Bens de consumo		Domicílios pesquisados (2014) (1)								Domicílios totais do Município (2010) (2)	
		Totais				Com migrantes com até 5 anos de residência					
		% dos que não possuem	% dos que possuem			% dos que não possuem	% dos que possuem			% dos que não possuem	% dos que possuem
			Total	1 bem	2 ou + bens		Total	1 bem	2 ou + bens		
Bens de consumo doméstico	Geladeira / freezer	0,7	99,3	93,8	5,5	1,5	98,5	89,2	9,2	8,2	91,8
	Máquina de lavar roupa	32,6	67,4	67,1	0,2	43,1	56,9	56,9	0,0	84,0	16,0
	Ar-condicionado	86,8	13,2	11,5	1,7	92,3	7,7	4,6	3,1	-	-
	Chuveiro elétrico	91,8	8,2	7,4	0,7	89,2	10,8	9,2	1,5	-	-
	Aquecedor de água	100,0	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	Televisor a cores	2,6	97,4	67,6	29,7	3,1	96,9	81,5	15,4	6,9	93,1
	Vídeo/DVD	28,1	71,9	64,5	7,4	24,6	75,4	69,2	6,2	-	-
Equipamentos e redes de comunicação	Linha telefônica instalada	79,4	20,6	20,6	0,0	92,3	7,7	7,7	-	11,1	88,9
	Telefone celular	8,2	91,8	25,2	66,7	10,8	89,2	32,3	56,9	19,9	80,1
	Computador	57,8	42,2	36,2	6,0	73,8	26,2	21,5	4,6	83,7	16,3
	Conexão à internet	63,3	36,7	35,7	1,0	80,0	20,0	20,0	-	88,2	11,8
	Conexão à TV a cabo/ por satélite	70,5	29,5	28,5	1,0	75,4	24,6	24,6	-	-	-
Bens de locomoção	Bicicleta	71,0	29,0	22,8	6,2	78,5	21,5	12,3	9,2	-	-
	Carro, caminhonete	68,8	31,2	-	-	76,9	23,1	23,1	0,0	84,2	15,8
	Moto, Motonete	77,0	23,0	-	-	56,9	43,1	38,5	4,6	90,2	9,8
Total de Domicílios Pesquisados (Abs.)		417	417	417	417	65	65	65	65	22.030	22.030

Fonte: Pesquisa direta Fundaj, Observatório/UFPE, Laept/UFPB, 2014

O acesso ao computador, bem como à rede de *internet*, indica a inclusão digital do indivíduo ou da família, uma vez que aumenta a capacidade dos indivíduos de responderem às demandas do estudo e do acesso ao trabalho. Na pesquisa realizada, constatamos que o conjunto de domicílios pesquisados, que possuem pelo menos um migrante, apresenta maiores percentuais entre aqueles que possuem computador (48,5% no Cabo de Santo Agostinho e 42,2% em Ipojuca). Esse percentual reduz-se, para os domicílios chefiados por migrantes recentes (42,1% no Cabo de Santo Agostinho e 26,2% em Ipojuca) e se reduz, ainda mais, para os domicílios recenseados em 2010 (25% no Cabo de Santo Agostinho e 12% em Ipojuca). O acesso à rede de *internet* mantém proporções semelhantes para o conjunto dos domicílios pesquisados (43% no Cabo de Santo Agostinho e 37% em Ipojuca), reduzindo-se para aqueles chefiados por migrantes recentes (34% no Cabo de Santo Agostinho e 20% em Ipojuca) e reduzindo-se ainda mais para os domicílios recenseados (20% no Cabo de Santo Agostinho e 12% em Ipojuca).

Quanto aos bens de locomoção, constatamos que quase 30,1% dos domicílios pesquisados, onde residem pelo menos um migrante, em ambos os municípios, possuem carro ou caminhonete (28,9% no Cabo de Santo Agostinho e 31,2% em Ipojuca), enquanto nos domicílios recenseados em 2010 esse percentual se reduz de modo expressivo para 18,1% (19% no Cabo de Santo Agostinho e 15,8% em Ipojuca). Os domicílios chefiados por migrantes recentes destacam-se com a ocorrência, em 33% deles, de moto ou motoneta. Somente em Ipojuca esse percentual atinge 43,1%. O percentual de domicílios em que os moradores possuem bicicleta é de 26,3% entre os domicílios pesquisados e 17,5% entre aqueles chefiados por migrantes.

Características dos imóveis onde residem migrantes

Indicadores relacionados com os imóveis residenciais, tais como os aspectos construtivos da edificação, as condições de provisão de serviços de infraestrutura básica e, ainda, as condições do entorno do imóvel, sua localização e distância dos meios de transporte, se somam para caracterizar as condições de moradia, o que complementa um quadro geral do padrão de consumo dos moradores.

5. O **material construtivo** predominante – no piso e nas paredes – indica o padrão construtivo dos imóveis de residência. Segundo os dados da Tabela 6.12, constatamos que os domicílios pesquisados em Ipojuca apresentam um padrão construtivo mais elevado. O piso cerâmico ou de ladrilho hidráulico predomina no conjunto dos domicílios pesquisados (77,2% em Ipojuca e 60,5% no Cabo de Santo Agostinho). Cerca de 95% dos domicílios pesquisados, incluindo aqueles chefiados por migrantes recentes, são de alvenaria com reboco. No estoque de domicílios dos municípios recenseados em 2010, esse percentual fica pouco mais de 80%.

6. A existência e a disponibilidade de infraestrutura básica indicam os domicílios que não apresentam condições desejáveis de habitabilidade, requerendo políticas de melhoria que contemplem as habitações em si ou a área onde elas se situam.

Observamos na Tabela 6.13 que o fornecimento de **energia elétrica** é, praticamente, extensivo a todos os domicílios, em ambos os municípios. Já no **abastecimento d'água**, observa-se uma redução da cobertura dos serviços no município de Ipojuca, especialmente no conjunto dos domicílios pesquisados (95,2%) e entre os domicílios urbanos (89,6%).

O problema do esgotamento sanitário apresenta-se como o mais grave entre os serviços de infraestrutura básica. Os domicílios urbanos dos municípios apresentam uma carência desses serviços em quase metade dos domicílios (48,3% dos domicílios no Cabo de Santo Agostinho e 40,4% dos domicílios em Ipojuca). Os domicílios pesquisados apresentam melhores condições de consumo, pois dispõem desses serviços em 88% dos domicílios, enquanto os domicílios chefiados por migrantes recentes dispõem desses serviços em 97,4% (no Cabo de Santo Agostinho) e 84,6% em Ipojuca. É importante ressaltarmos que a falta de água encanada ou de esgotamento sanitário nos domicílios expressa uma condição de alta vulnerabilidade na habitação, pois compromete as condições de higiene e de saúde dos habitantes.

Tabela 6.13. Área de influência direta do CIPS. Existência e Disponibilidade de Infraestrutura dos domicílios urbanos, 2014.

Existência e disponibilidade de infraestrutura		Cabo de Santo Agostinho			Ipojuca		
		Domicílios pesquisados (2014) (1)		Domicílios urbanos do município (2010) (2)	Domicílios pesquisados (2014) (1)		Domicílios urbanos do município (2010) (2)
		Total	Com migrantes com até 5 anos de residência		Total	Com migrantes com até 5 anos de residência	
Domicílios que dispõem de Rede de Energia Elétrica [(a)]							
Não	%	0,5	0,0	0,1	0,2	0,0	0,3
Sim	%	99,5	100,0	99,9	99,8	100,0	99,7
Total	Abs.	388	38	48.882	417	65	16.830
Domicílios que dispõem de Rede de Água [(b)]							
Não	%	0,8	0,0	2,7	4,8	1,5	10,4
Sim	%	99,2	100,0	97,3	95,2	98,5	89,6
Total	Abs.	388	38	48.882	417	65	16.830
Domicílios que dispõem de Rede de Esgoto [(c)]							
Não	%	11,6	2,6	48,3	11,8	15,4	40,4
Sim	%	88,4	97,4	51,7	88,2	84,6	59,6
Total	Abs.	388	38	48.882	417	65	16.830
Domicílios que dispõem de Coleta de Lixo [(d)]							
Não	%	0,3	0,0	3,2	1,0	0,0	2,6
Sim	%	99,7	100,0	96,8	99,0	100,0	97,4
Total	Abs.	388	38	48.882	417	65	16.830
Frequência da Coleta de Lixo							
Nenhuma	%	0,3	-	-	1,0	-	-
Uma	%	0,3	-	-		-	-
Duas	%	7,7	-	-	7,2	-	-
Três ou mais	%	91,8	100,0	-	91,8	100,0	-
Total	Abs.	388	38	-	417	65	-

Fonte: (1) Pesquisa direta Fundaj, Observatório/UFPE, Laept/UFPB, 2014/ (2) Censo Demográfico de 2010
Chamadas: (a) Existência de rede de energia elétrica e não tinham rede de energia elétrica.
(b) Sim: Rede geral; Poço ou nascente na propriedade. Não: Poço ou nascente fora da propriedade; carro-pipa ou água da chuva; Rio; açude ou igarapé; poço ou nascente na aldeia; poço ou nascente fora da aldeia e outra.
(c) Sim: Rede geral de esgoto ou pluvial e Fossa séptica. Não: Fossa rudimentar; vala; Rio; lago ou mar; outro tipo; não tinham.
(d) Sim: Coletado: coletado por serviço de limpeza e em caçamba de serviço de limpeza. Não: Queimado e/ou enterrado na propriedade; jogado em terreno baldio ou logradouro; jogado em rio; lago ou mar e outro destino.

Os serviços de coleta de lixo são quase extensivos a todos os domicílios, o que abrange mais dos 97% deles, e predominam os domicílios com uma frequência de três mais coletas de lixo.

7. A **caracterização do entorno das moradias** constitui outro indicador relevante do padrão habitacional. Que características esses domicílios apresentam? Observamos, na Tabela 6.14, que os domicílios chefiados por migrantes recentes apresentam as piores condições de inadequação na maioria dos itens analisados: predomina entre aqueles os que não têm meio-fio (47,4% no Cabo de Santo Agostinho e 60% em Ipojuca), galeria com bueiro ou boca de lobo (63,2% no Cabo de Santo Agostinho e 80% em Ipojuca), sem arborização (83,1% em Ipojuca), sem iluminação pública (13,2% no Cabo de Santo Agostinho), com entorno descampado (15,8% no Cabo de Santo Agostinho).

Tabela 6.14. Área de influência direta do CIPS. Moradias com condições precárias do entorno, 2014.

Caracterização da inadequação do entorno das moradias			Cabo de Santo Agostinho			Ipojuca		
			Domicílios pesquisados (2014) (1)		Domicílios totais do município (2010) (2)	Domicílios pesquisados (2014) (1)		Domicílios totais do município (2010) (2)
			Total	Com migrantes com até 5 anos de residência		Total	Com migrantes com até 5 anos de residência	
Moradias Inadequadas	Sem calçadas	%	24,0	23,7	44,0	13,7	12,3	33,2
	Sem meio-fio	%	41,8	47,4	38,0	37,6	60,0	18,8
	Sem galeria com bueiro/ Boca de lobo	%	53,9	63,2	67,0	78,7	80,0	62,7
	Com esgoto a céu aberto	%	84,0	21,1	27,5	84,4	9,2	37,5
	Sem arborização	%	66,8	60,5	68,1	82,7	83,1	63,3
	Sem pavimentação no entorno	%	14,9	18,4	38,1	14,1	21,5	15,9
	Sem iluminação pública no entorno	%	10,1	13,2	4,9	2,4	4,6	3,8
	Sem urbanização no entorno	%	11,6	7,9	-	27,6	26,2	-
	Entorno descampado	%	8,0	15,8	-	1,7	-	-
Total de domicílios pesquisados		Abs.	388	38	23,7	417	65	65

Fonte: (1) Pesquisa direta Fundaj, Observatório/UFPE, Laept/UFPB, 2014/ (2) Censo Demográfico de 2010.

8. O **tempo de caminhada até o serviço de transporte público** consiste no último dos indicadores analisados.
   Segundo os dados da Tabela 6.15, os domicílios pesquisados com pelo menos um migrante possuem uma melhor localização no município do Cabo de Santo Agostinho. Em cerca de 80% deles os residentes percorrem apenas 10 minutos para alcançar um serviço público de transporte. Já em Ipojuca, esse percentual se reduz para cerca de 70%. Os domicílios chefiados por migrantes recentes localizam-se em melhores condições, sendo extensivo a todos o tempo médio de 15 minutos para alcançar um serviço público de transporte.

Tabela 6.15. Área de influência direta de Suape. Moradias que declararam o de tempo que se precisa para caminhar até um serviço de transporte público, 2014.

Tempo de caminhada até o serviço de transporte público		Domicílios pesquisados no Cabo de Santo Agostinho (2014)		Domicílios pesquisados em Ipojuca (2014)	
		Total	Com migrantes com até 5 anos de residência	Total	Com migrantes com até 5 anos de residência
Até 5	51,0	42,1	48,0	49,2	51,0
Maior 5 a 10	29,6	39,5	23,7	24,6	29,6
Maior 10 a 15	10,3	18,4	16,3	26,2	10,3
Maior 15 a 20	7,2	-	10,8	-	7,2
Maior 20	1,8	-	1,2	-	1,8
Total	388	38	417	65	388

Fonte: Pesquisa direta Fundaj, Observatório/UFPE, Laept/UFPB, 2014

Considerações Finais

O problema da moradia no entorno do Complexo Industrial Portuário de Suape evidencia três questões centrais que se expressam de modo diferenciado entre os municípios que se inserem na área de influência direta desse complexo – Cabo de Santo Agostinho e Ipojuca:

1. o aumento da demanda por novas moradias;

2. o interesse de grupos privados em adquirirem terras para investimentos no território;

3. e a baixa capacidade do poder público para enfrentar os problemas habitacionais.

Essas questões foram abordadas ao longo do texto. Buscamos caracterizar os impactos do CIPS, e a caracterização dos imóveis pesquisados forneceu um quadro analítico a partir do qual pudemos identificar o padrão de consumo dos residentes, expresso nos domicílios.

HABITABILIDADE E AMBIENTE: CONDIÇÕES SOCIOAMBIENTAIS DA HABITAÇÃO NO TERRITÓRIO ESTRATÉGICO DE SUAPE EM PERNAMBUCO

Antônio Jucá

O objetivo central deste capítulo é verificar os efeitos do ambiente urbano sobre as condições de moradia – a habitabilidade, ou seja, a qualidade habitacional, focalizando o saneamento no Território Estratégico de Suape (TES), no período mais recente de rápido crescimento desde 2007.

Como objetivo secundário, procuramos definir cenários esperados segundo a identificação de padrões urbanos para fins de moradia (isto é, formas sociais típicas de ocupação residencial do solo urbano), bem como os efeitos da reprodução desses padrões sobre a sociedade, o meio ambiente urbano e os territórios adjacentes, a partir da observação dos processos de urbanização, o que se esclarece visualmente neste livro.

Referencial Teórico-Metodológico

Os questionamentos desta pesquisa indagam sobre o futuro da habitabilidade de um território em rápida transformação, fruto de um modelo de

crescimento industrial capitalista induzido por administrações públicas, cujas especificidades são definidas pela história em andamento do Projeto Industrial Portuário de Suape.

Antes de tecermos essa contextualização, precisamos lembrar que a natureza da questão da habitabilidade transcende o universo social, pois envolve o ambiente e sua abordagem por conceitos como sustentabilidade e resiliência. Isso denota que essa investigação deve ir para além de disciplinas específicas associadas à questão habitacional (política social de habitação, urbanismo, arquitetura e construção), buscando uma articulação destas com aquelas que tratam do ecossistema urbano habitacional, articulação essa que se substancia na disciplina *ecologia urbana*.

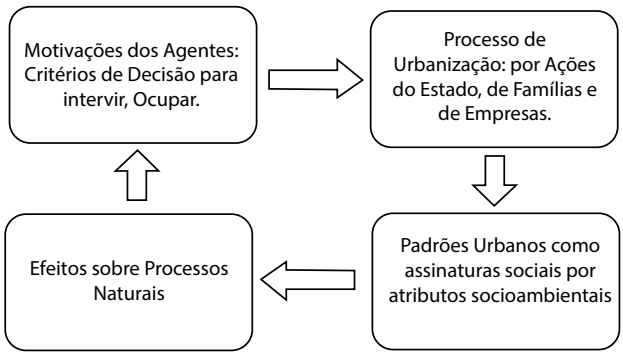
Apoiados na literatura internacional recente sobre a análise de sistemas urbanos (ALBERTI, 2008 BELLEN, 2006; BREUSTE, 2011; BRIDGEWATER, 2011; COBLENG, 2011; FORMAN, 2008), concebidos como acoplamentos de processos sociais, ambientais e ecológicos, desenvolvemos um macroconceito (norteados pela teoria da complexidade segundo Edgar Morin) que busca reunir os elementos de uma dinâmica recursiva, cíclica ou recorrente para orientar a análise dos processos definidores da habitabilidade. Tal construção conceitual concebe a urbanização segundo um circuito recursivo geral que envolve sociedade e natureza, o que, em síntese, é apresentado no modelo da Figura 7.1.

A aplicação dessa concepção do processo recorrente de urbanização à produção socioambiental do *habitat* urbano, mais especificamente da habitação urbana, gerou o desenvolvimento de um fluxo de ações protagonizadas por agentes e instituições, o que será apresentado nas duas páginas seguintes. A própria terminologia utilizada nessas sínteses refere-se e pode abrir "janelas" para discursos explicativos extensos, podendo alguns ser explicitados na análise como a importante acepção de *falhas de mercado*; contudo, aqui o foco analítico está nos Padrões Urbanos Formais e Informais a serem identificados.

Como procedimentos metodológicos, a análise dos dados e das informações teve a intenção de associar os Padrões Urbanos à Função Urbana Residencial, o que exige a prévia definição dos indicadores socioambientais. Seguindo a orientação do macroconceito da Figura 7.1, tais indicadores deveriam contemplar as motivações dos agentes da urbanização, ou o que os leva a ocupar ou investir em certas áreas; os processos de ocupação por suas características; o que dessas

resulta em padrões urbanos como unidades físicas, como conjunto de quadras urbanas, e os efeitos socioambientais dos padrões urbanos identificados.

Figura 7.1. Circuito da Urbanização no Ecossistema Urbano



Fonte: Elaboração do autor.

No contexto do tratamento dessas instâncias da análise, destacamos as preferências ou atributos de localização para as famílias e os empreendimentos imobiliários *versus* os controles estatais de comando e controle. O consequente bem-estar social está associado à qualidade do ambiente e à sua sustentabilidade, em suas implicações sobre a saúde humana, o que se associa à salubridade do ambiente urbano e às relações entre dinâmica ecológica positiva (que se substancia na maior biodiversidade) e um desenvolvimento urbano virtuoso. Tudo isso tanto se associa à construção de novos espaços urbanos sobre *padrões socioambientais adequados* como à *requalificação socioambiental* dos espaços urbanos já existentes.

Consideramos importante identificar o papel dos *agentes principais* na produção da cidade (o Estado, os agentes imobiliários e as famílias) *versus* a carência de infraestrutura e a demanda por moradias prontas. Essa demanda é muito restrita em termos quantitativos, quando se avalia as populações urbanas como um todo. Assim, as escolhas de localização das moradias são condicionadas pelos agentes imobiliários, pelo Estado e pelas dificuldades de acesso à terra urbana para a grande maioria da população. Sabemos que a maioria da população não faz parte da demanda formal por moradias prontas sem a subvenção do Estado. Tal fato, juntamente com a ausência de controle urbano estatal eficaz e a carência de políticas de acesso adequado à terra urbana, explica as ocupações em áreas impróprias ou de risco.

Com esse esboço conceitual como referência para o trabalho, partimos para reconhecer *in loco* o Território em foco com a sua população. Além disso, dados estatísticos foram utilizados para a caracterização, tanto demográfica quanto física desse território, objeto de análise deste estudo. Complementamos esse reconhecimento com uma caracterização de padrões urbanos e com indicadores da dinâmica de tais padrões por imagens de satélite e visitas *in loco*.

Análise das informações

As informações censitárias utilizadas sobre a realidade socioambiental urbana do Território Estratégico de Suape (TES) envolvem o Complexo Industrial Portuário de Suape, parte significativa dos municípios de Cabo do Santo Agostinho e Ipojuca, assim como uma pequena parte do município de Jaboatão dos Guararapes, em Pernambuco. Os dois primeiros municípios constituem a Zona de Influência Direta do referido complexo. Os municípios de Jaboatão dos Guararapes, Moreno, Escada e Ribeirão compõem a Zona de Influência Indireta do mesmo, e os municípios de Sirinhaém e Rio Formoso constituem o Território de Expansão.

A unidade de pesquisa empregada foi quadra urbana, ou seja, uma série de lotes limitados por ruas, ou limitados por ruas e barreiras naturais ou artificiais, muros, rios, córregos, áreas desocupadas, ou não urbanizadas. Entretanto, a observação das cidades pesquisadas revelou ser comum a existência de quadras definidas por casas ou edifícios e não por lotes, que são, por sua vez, limitados por ruas e travessas (ou seja, acessos para pessoas e pequenos veículos como bicicletas e carroças), além das barreiras naturais e artificiais, áreas desocupadas e vazios urbanos.

Definimos a formalidade urbana como a conformação a leis e normas urbanas de loteamento, o que dá origem, por exclusão, à qualificação de ocupações como "aglomerados subnormais" para aquelas que não se ajustam às normas urbanas (ver IBGE, 2013, disponível no site http://www.ibge.gov.br/busca).

A formalidade urbana de ocupações reúne, entretanto, dimensões que vão além da conformidade a normas físicas, como ainda o direito de propriedade. Sendo assim, ocorrem os loteamentos irregulares (que não atendem inteiramente às exigências legais). Ademais, os loteamentos clandestinos po-

dem parecer normais por seu traçado regular com quadras limitadas por lotes e ruas de acessos, embora irregulares do ponto de vista da formalização da propriedade e do processo de legalização urbanística. Verificamos, então, que o IBGE contemplou essa acepção em sua definição "*aglomerados subnormais*" (IBGE, 2010 – Censo 2010 Aglomerados subnormais).

Quanto a essa conceituação do IBGE, ao considerar as áreas invadidas, os loteamentos irregulares e clandestinos *regularizados* em período recente como "*aglomerados subnormais*", revelou uma resistência à legitimação de tais ocupações, além do próprio termo *subnormal* já caracterizar uma discriminação em um processo muito comum de acesso à terra urbana no Brasil, protagonizado, em alguns casos, não apenas pela população pobre, o que se evidencia, por exemplo, na ocupação do Parque Nacional Armando Holanda, no Cabo, ou em Goiânia (GO). A informalidade é o termo mais adequado para caracterizar tais processos, assim sendo caracterizadas tais ocupações como *aglomerados informais*. Ademais, buscamos a identificação dessas ocupações com atributos físicos consubstanciados em padrões urbanos, sabendo que isso nem sempre é possível, desde que não é, por vezes, aceitável distinguir desse modo alguns loteamentos legais daqueles irregulares e clandestinos.

As informações sociais relativas aos *aglomerados subnormais* têm aplicação direta neste capítulo que busca a identificação de padrões urbanos socioambientais. Com o devido cuidado, esses dados têm importância auxiliar na identificação das *assinaturas sociais* nos espaços urbanos. A acepção processual acima definida aponta para a observação dos processos de mudança social e física nos espaços urbanos formais (quadras definidas por lotes) e informais (quadras formadas por edificações), que ocupam áreas impróprias (encostas ou alagados), ou mesmo áreas adequadas à ocupação. Pressupomos que a identificação de padrões urbanos por meio de atributos físicos e sociais permite uma cobertura universal dos casos.

As informações oficiais sobre os aglomerados formais ou informais urbanizados, relativamente ao esgotamento sanitário, são importantes do ponto de vista ambiental, contudo questionáveis, especialmente porque trata como solução sanitária adequada a opção de coleta dos esgotos urbanos – na *rede (de águas) pluvial*, quando as redes pluviais (como foram concebidas e construídas) não são a solução adequada para receber esgotos, assim como as estações de tratamento, para tal volume adicional de esgotos diluídos. Há casos raros de sistemas de união universal na coleta de águas pluviais e es-

gotos no país, e a passagem generalizada a essa união não seguiu, em geral, a adaptação necessária, o que revela a ponta do *iceberg* de nossa insalubridade.

Análise quantitativa

As informações apresentadas a seguir estabelecem a correspondência entre os dados demográficos e os ambientais a partir de bases censitárias. O levantamento censitário recente do IBGE, em 2010, sobre as Características do Entorno dos Domicílios, é particularmente relevante para se estabelecer a relação entre dados demográficos, habitacionais e ambientais. Contudo, mesmo por dados mais agregados, essas Características do Entorno dos Domicílios serviram a uma abordagem geral de cada município em questão. Vemos na Tabela 7.1, abaixo, que cerca de noventa e um por cento (91%) da população do Território Estratégico de Suape (TES) ocupa domicílios compreendidos nas classes de rendimento *per capita – Abaixo de Dois salários-mínimos*, somados a àqueles *Sem Rendimento*. Assim, os padrões urbanos estão aí, dominantemente compreendidos, o que denota, portanto, uma presença marcante de alguns padrões urbanos. Os municípios do Cabo de Santo Agostinho e Jaboatão dos Guararapes divergem dos dados de distribuição dos demais municípios do Território Estratégico e de Pernambuco, ao apresentarem também padrões urbanos mais diversificados, como evidenciam adiante as imagens de satélite. Ademais, as taxas de urbanização (crescimento da população urbana) são muito significativas na década 2000 a 2010 em todos os municípios do TES (Figura 7.2).

Os dados do Censo 2010 sobre as Características do Entorno dos Domicílios por Classes de Rendimento e Municípios aparecem sistematizados na Tabela 7.3 e na Figura 7.4.

Quanto ao saneamento, a frequência de esgotos a céu aberto observados nas ruas é alta, enquanto a incidência de lixo acumulado nas mesmas é menos frequente. A carência de arborização é a maior das carências reveladas nesses dados, o que leva à formação de ilhas de calor, ao desconforto térmico, à redução da biodiversidade e denota igualmente uma maior impermeabilidade do solo, com efeitos negativos sobre a drenagem e a recarga de aquíferos.

Quanto às vias públicas, a carência de pavimentação é alta, especialmente nas calçadas para os domicílios compreendidos na classe de renda *per capita* de até dois salários- mínimos. A pavimentação implica menos lixiviação por erosão para os cursos d'água, mas por outro lado, maior velocidade no escoa-

mento e mais impermeabilidade do solo. Os elementos de drenagem das redes pluviais estão ainda menos presentes, como indica a inexistência de bueiros e bocas de lobo. Muitas ruas são construídas sem galerias para as águas pluviais.

Como os dados sobre as Características do Entorno dos Domicílios Urbanos existem apenas para 2010, quaisquer prospecções futuras sobre elas terão de ser por *proxies*. Ao supormos que o crescimento populacional corresponda à reprodução dos padrões urbanos, as taxas de crescimento de população funcionam como proxy da evolução dessa reprodução (ver Figura 7.2). Desse modo, as projeções de crescimento da população associadas à identificação de padrões urbanos com seus atributos ambientais foram consideradas como a forma encontrada para se avaliarem as condições ambientais no passado recente.

A sistematização da evolução do crescimento populacional nos municípios que compõem o Território Estratégico de Suape nas últimas décadas mostra que a *taxa de urbanização* (aqui definida como o crescimento absoluto da população urbana) é alta nesses municípios.

Como ocorreu o afluxo de trabalhadores para a região, sobretudo para a construção, indústria e serviços (inclusive os informais), é esperada uma reprodução dos padrões urbanos populares como a principal marca da urbanização, à exceção de alguns empreendimentos imobiliários.

Tabela 7.1. Moradores por classes de rendimento mensal domiciliar no Território Estratégico de Suape, 2010.

Local	Moradores em domicílios particulares permanentes							
	Total	Classes de rendimento nominal mensal domiciliar per capita (salário mínimo) (1)						
		Sem rendimento (2)	Até 1/4	Mais de 1/4 e 1/2	Mais de 1/2 a 1	Mais de 1 a 2	Com rendimento de 2 sm e menos	Mais de 2 sm
Pernambuco	6.101.331	255.176	1.308.560	1.596.985	1.566.150	771.852	5.243.547	602 608
Território Estratégico de Suape	708.252	34.855	125.245	190.001	192.637	100.156	608.039	65 358
Cabo de Santo Agostinho	101.327	5.377	15.627	27.459	30.508	15.938	89.532	6 418
Ipojuca	37.590	1.576	9.003	13.059	10.238	2.936	35.236	778
Escada	42.242	2.907	9.148	12.857	11.202	4.420	37.627	1 708

continua...

Tabela 7.1. Continuação

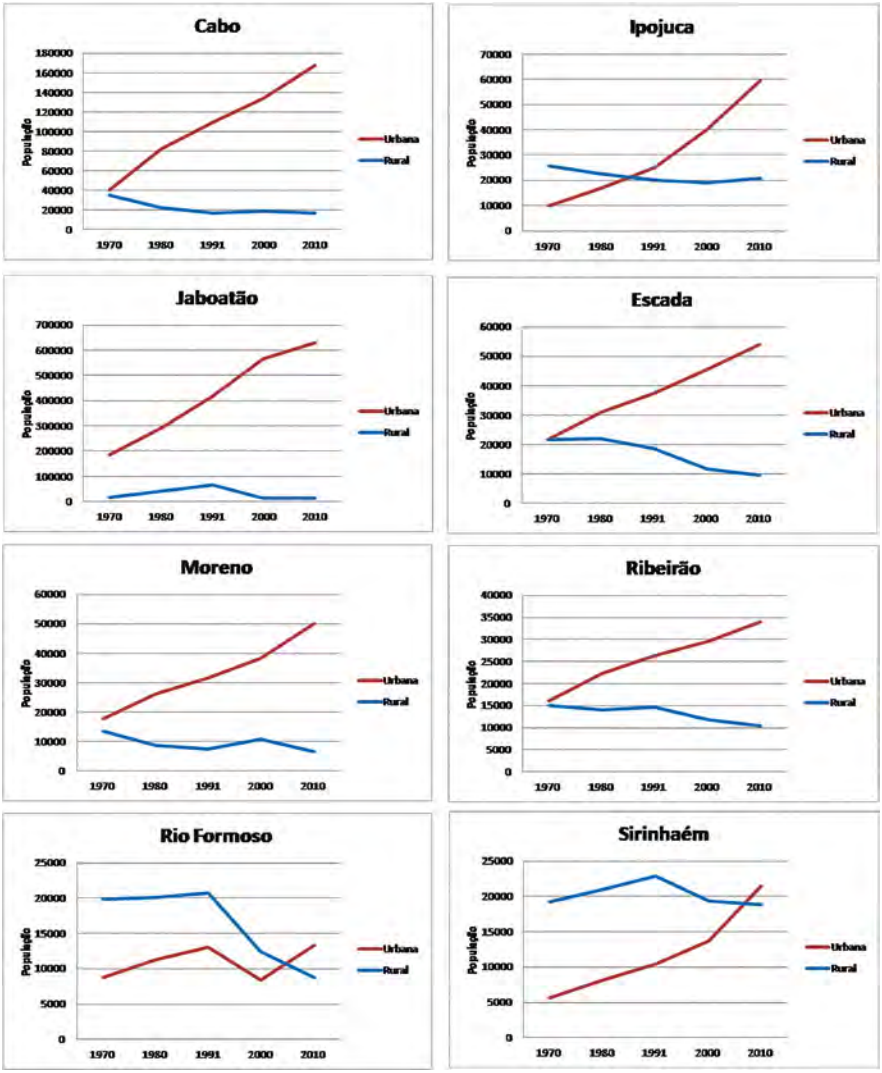
Local	Moradores em domicílios particulares permanentes							
	Total	Classes de rendimento nominal mensal domiciliar per capita (salário mínimo) (1)						
		Sem rendimento (2)	Até 1/4	Mais de 1/4 e 1/2	Mais de 1/2 a 1	Mais de 1 a 2	Com rendimento de 2 sm e menos	Mais de 2 sm
Jaboatão dos Guararapes	418.875	19.265	61.843	102 351	114.400	67.690	346.284	53 326
Moreno	40.920	2.019	10.847	12.501	10.452	3.855	37.655	1 246
Ribeirão	33.928	2.326	9.389	10.931	7.686	2.611	30.617	985
Rio Formoso	11.916	500	3.273	3.599	3.054	1.132	11.058	358
Sirinhaém	21.454	885	6.115	7.244	5.097	1.574	20.030	539
Pernambuco	100,0%	4,2%	21,4%	26,2%	25,7%	12,7%	85,9%	9,9%
Território Estratégico de Suape	100,0%	4,9%	17,7%	26,8%	27,2%	14,1%	85,9%	9,2%
Cabo de Santo Agostinho	100,0%	5,3%	15,4%	27,1%	30,1%	15,7%	88,4%	6,3%
Ipojuca	100,0%	4,2%	24,0%	34,7%	27,2%	7,8%	93,7%	2,1%
Escada	100,0%	6,9%	21,7%	30,4%	26,5%	10,5%	89,1%	4,0%
Jaboatão dos Guararapes	100,0%	4,6%	14,8%	24,4%	27,3%	16,2%	82,7%	12,7%
Moreno	100,0%	4,9%	26,5%	30,5%	25,5%	9,4%	92,0%	3,0%
Ribeirão	100,0%	6,9%	27,7%	32,2%	22,7%	7,7%	90,2%	2,9%
Rio Formoso	100,0%	4,2%	27,5%	30,2%	25,6%	9,5%	92,8%	3,0%
Sirinhaém	**100,0%**	**4,1%**	**28,5%**	**33,8%**	**23,8%**	**7,3%**	**93,4%**	**2,5%**

Fonte: IBGE, Resultados do Universo do Censo Demográfico 2010.
Nota: 1 - Não constam do universo da pesquisa as áreas sem ordenamento urbano regular, nas quais não foi possível identificar face de quadra.
2 - Exclusive o rendimento das pessoas cuja condição no domicílio era: pensionista, empregado(a) doméstico(a) ou parente do empregado(a) doméstico(a).
(1) Salário mínimo utilizado: R$ 510,00. (2) Inclusive os domicílios com rendimento mensal domiciliar per capita somente em
(3) Domicílios em quadras-face onde foi possível fazer a associação das características do entorno.

A dificuldade consiste em definir uma evolução temporal das novas ocupações nesse território, especialmente nos últimos anos, para aferir os impactos da dinâmica recente do Complexo Industrial Portuário de Suape sobre a habitabilidade e o meio ambiente. Contudo, encontramos imagens datadas especialmente desde 2007 que, por um lado, revelam os padrões urbanos e,

por outro, como eles estão se dispondo no Território. A reprodução desses padrões vem ocorrendo desde o Recife e Jaboatão, onde identificamos os mesmos padrões de ocupação e hierarquias de disposição de tais padrões, em função da proximidade de corredores de transporte e do acesso ao mercado, aos serviços e ao lazer das praias.

Figura 7.2. Evolução da Taxa de Urbanização nos Municípios do TES, 1970 a 2010.



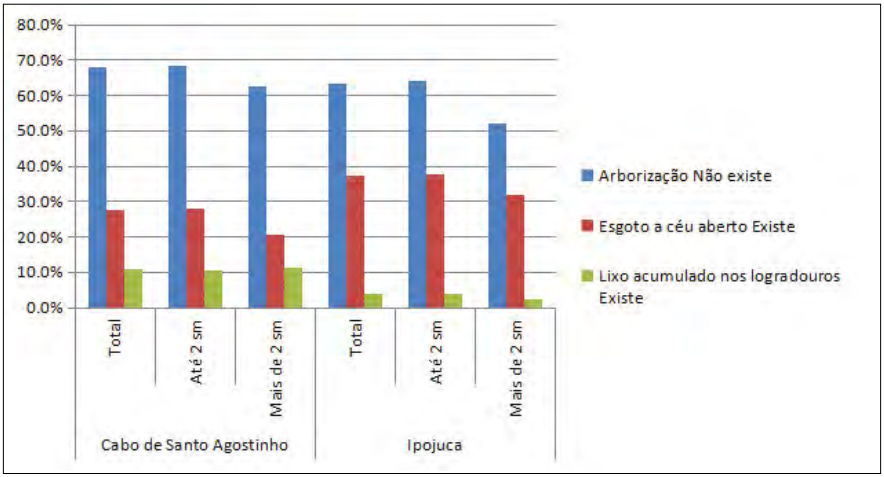
Fonte: IBGE, Censos Demográficos, 1970 a 2010.

Tabela 7.3. Domicílios particulares permanentes por classes de rendimento nominal mensal domiciliar *per capita*, segundo as Características do Entorno no Território Estratégico de Suape, 2010.

Território Estratégico de Suape	Município	Classes de rendimento mensal domiciliar per capita (salário mínimo) (1)	Domicílios	Drenagem/Lixiviação/Permeabilidade				Infraestrutura Urbana Verde	Saneamento	
				Pavimentação	Calçada	Meio-fio/ guia	Bueiro/boca de lobo	Arborização	Esgoto a céu aberto	Lixo acumulado nos logradouros
				Não existe	Não existe	Não existe	Não existe	Não existe	Existe	Existe
Zona de Influência Direta	Cabo de Santo Agostinho	Total	100,0%	38,1%	44,0%	38,0%	67,0%	68,1%	27,5%	10,7%
		Até 2 sm	92,0%	35,9%	41,9%	35,7%	62,6%	63,1%	25,8%	9,8%
		Mais de 2 sm	8,0%	2,2%	2,1%	2,3%	4,3%	5,0%	1,7%	0,9%
	Ipojuca	Total	100,0%	15,9%	33,2%	18,8%	62,7%	63,3%	37,5%	3,9%
		Até 2 sm	94,1%	14,7%	31,5%	17,7%	58,6%	60,3%	35,6%	3,8%
		Mais de 2 sm	5,9%	1,1%	1,6%	1,1%	4,1%	3,0%	1,9%	0,1%
Zona de Influência Indireta	Jaboatão dos Guararapes	Total	100,0%	48,3%	53,7%	48,4%	76,1%	78,9%	31,1%	6,4%
		Até 2 sm	84,7%	43,3%	50,6%	44,2%	67,7%	69,3%	29,7%	6,1%
		Mais de 2 sm	15,3%	4,9%	3,2%	4,3%	8,4%	9,5%	1,3%	0,3%
	Moreno	Total	100,0%	37,4%	70,1%	38,2%	70,3%	82,0%	37,1%	3,7%
		Até 2 sm	96,2%	36,9%	68,2%	37,8%	68,3%	79,2%	36,5%	3,6%
		Mais de 2 sm	3,8%	0,5%	1,9%	0,5%	2,0%	2,8%	0,6%	0,1%
	Escada	Total	100,0%	29,5%	73,3%	31,5%	82,1%	76,5%	31,5%	10,8%
		Até 2 sm	97,2%	29,2%	72,1%	31,2%	80,2%	74,5%	31,2%	10,7%
		Mais de 2 sm	2,8%	0,3%	1,2%	0,3%	1,8%	1,9%	0,3%	0,1%
	Ribeirão	Total	100,0%	22,7%	44,6%	21,7%	66,3%	81,0%	7,7%	1,4%
		Até 2 sm	96,1%	22,4%	43,9%	21,4%	64,1%	78,1%	7,6%	1,4%
		Mais de 2 sm	3,9%	0,3%	0,7%	0,3%	2,2%	2,8%	0,1%	0,1%
Território de Expansão	Serinhaém	Total	100,0%	38,6%	92,7%	47,1%	90,4%	70,8%	27,8%	9,1%
		Até 2 sm	96,4%	37,5%	89,8%	45,7%	87,2%	68,4%	27,4%	8,8%
		Mais de 2 sm	3,6%	1,2%	2,9%	1,4%	3,2%	2,4%	0,4%	0,3%
	Rio Formoso	Total	100,0%	33,3%	64,2%	39,4%	70,8%	28,2%	42,1%	15,8%
		Até 2 sm	95,7%	32,9%	62,6%	38,8%	68,1%	27,0%	40,2%	15,7%
		Mais de 2 sm	4,3%	0,3%	1,7%	0,6%	2,7%	1,1%	1,9%	0,1%

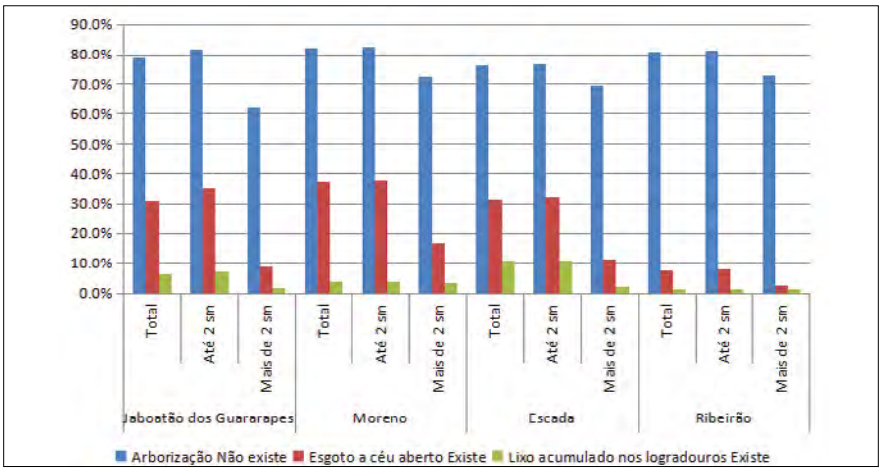
Fonte: IBGE, 2010.

Figura 7.3. Algumas Características do Entorno de Domicílios no Cabo de Santo Agostinho e Ipojuca, 2010.



Fonte: IBGE, 2010.

Figura 7.4. Algumas Características do Entorno de Domicílios em Municípios da TES, 2010.



Fonte: IBGE, 2010.

Análise qualitativa

Nesta seção, quando observamos imagens de satélite, identificamos não só padrões urbanos formais e informais, mas também: graus de (ir)regularidade, que se associam ao tamanho dos lotes, das edificações e das áreas verdes

privadas (que servem como *proxy* de renda familiar); a arborização pública e privada; a impermeabilidade do solo; a ocupação de áreas de encosta e alagáveis; o acesso aos principais corredores de transporte.

Os atributos de ocupação acima referidos podem ser verificados em tempos e locais diversos, o que revela que os modelos formais de urbanização também são questionáveis em função de variáveis socioambientais, como o destino dos esgotos, quando lançados nos cursos d ãgua (que são os principais corredores ecológicos) ou quando definem ocupações contínuas e sem limites.

Esse processo formal de expansão centro-periferia, observado no Recife, não é linear, mas guarda algumas regularidades, como: as áreas com melhor acessibilidade ao transporte, comércio e lazer são mais valorizadas, contém quadras com lotes maiores, outrora mais arborizadas. Elas foram as primeiras a ser pavimentadas e, em grande parte, foram construídas em aterros de mangues ou áreas alagáveis. Tal processo se reproduz com o isolamento ou a eliminação de grandes áreas de vegetação. A reprodução disso continua com a fragmentação das áreas de matas.

Em Maracaípe-Ipojuca, indo das casas em lotes maiores na beira-mar para oeste, encontramos casebres que avançam sobre o mangue (Figura 7.5 e 7.6), e o mesmo em Porto de Galinhas. Em Gaibu, ricos, classe média e pobres avançam sobre o Parque Armando Holanda e sobre sua vegetação. Em toda parte, a *densificação* construtiva das quadras vai ceifando a vegetação das antigas glebas e antigos quintais. A arborização pública é inexistente ou escassa. Os córregos e os rios drenam os esgotos urbanos.

Figura 7.5. Maracaípe: detalhe do Mangue (Mun. Ipojuca), em 2006.

Fonte: Google Earth, 2013.

Figuras 7.6. Maracaípe: detalhe do Mangue (Mun. Ipojuca), 2011.

Fonte: Google Earth, 2013.

Um voo sobre a cidade do Cabo de Santo Agostinho (Figura 7.7) revela que as ocupações formais estão mais próximas das vias principais de acesso, e as informais subiram os morros e ocuparam também as várzeas suburbanas ao sul, o que resultou em uma grande área de ocupação informal "urbanizada".

Figura 7.7. Cidade do Cabo de Santo Agostinho e Entorno, 2013.

Polígono vermelho – perímetro aproximado de padrões urbanos informais, segundo o mapeamento dos Aglomerados Subnormais do IBGE. Fonte: Google Earth, 2013; IBGE, Censo 2010.

A densidade demográfica das áreas com padrões urbanos informais é, em geral, maior (em se tratando de casas), em face das dificuldades de acesso à terra e, por isso, os "lotes" são, em geral, menores. Como muito dessas cidades são cercadas por grandes propriedades rurais, as barreiras legais concorrem ainda mais para uma maior densidade com modesta verticalização.

Áreas urbanas isoladas se desenvolvem do formal ao informal, ao emularem grosseiramente o alinhamento de vias até a definição de quadras e conservarem algum alinhamento viário nas invasões, embora o acesso às casas no interior dessas quadras informais apenas se dê por *travessas* (ou acessos de pedestres, como são assim chamados). Muitas ruas cortam perpendicularmente as curvas de nível nos morros, o que gera problemas de drenagem.

Ainda sobre o Cabo, observamos a transição de uma área plana a uma de encosta, junto a um córrego onde ainda havia uma vegetação rarefeita. Em geral, há uma parca arborização, tanto em espaços públicos quanto nos lotes privados. Observamos ainda a vegetação nas ocupações nas demais áreas urbanas distritais dos municípios do Cabo de Santo Agostinho e Ipojuca (urbanização da Praia do Paiva, Praia de Gaibu, Vila de Suape, Praia de Maracaípe e outros vilarejos). Analisamos ainda a futura ocupação projetada (a cidade planejada Convida, a ser construída como expansão ao sul da cidade do Cabo).

Fugindo do padrão regional de ocupação de morros, a ocupação das encostas em Ipojuca apresenta não apenas vias que seguem as curvas de nível, mas, por vezes, as residências são locadas com um comprimento maior que bordeja essas curvas. Essa estratégia de ocupação em encosta permite mais vegetação, as contenções diminuem em altura. Apesar da redução do número de lotes por via, há uma diminuição do comprimento linear das redes. O resultado qualitativo urbano ambiental é bem mais satisfatório, com a redução do risco de deslizamento de encostas. A ocupação das colinas da cidade de Ipojuca diferencia-se, qualitativamente, para melhor.

Quanto ao Parque Armando Holanda e seu entorno analisado por fotos aéreas em datas com um intervalo de 41 anos, revelaram a pressão da urbanização da Praia de Gaibu (Figura 7.8) sobre as fronteiras do Parque. Há também a ocupação por casas de tamanhos diversos dentro do Parque. A rarefação da vegetação e a insalubridade, com problemas de esgotos e coleta de lixo, são os efeitos desse processo.

Figura 7.8. Invasão na Praia de Gaibu (no polígono em vermelho).

Fonte: Google Earth, 2013

Resultados

Identificação de Padrões Urbanos como Assinaturas Sociais

A Utilização do *Google Earth*, um programa acessível a todos, tornou possível fazermos um exame das áreas urbanas do TES em diversas datas, o que foi suficiente para definir um leque de padrões urbanos residenciais. Em face da dimensão de Jaboatão dos Guararapes, realizamos uma seleção aleatória de áreas para exame, além daquelas já mapeadas como *aglomerados subnormais* pelo IBGE. Além disso, fizeram-se visitas a uma série delas em Jaboatão.

As diferenças entre tais Padrões se revelaram, primeiro, por atributos físicos de percepção direta, ou seja, tamanho dos lotes, tipos e tamanho das moradias, ordem ou desordem das vias, proximidade de corredores de transporte e serviços ou áreas de lazer como praias que definem um maior valor por metro quadrado para os terrenos, obedecendo a um gradiente centro-periferia e que servem, inclusive, como *proxy* para a renda familiar. A cor (mais ou menos) verde informou sobre a maior ou menor presença de áreas verdes, embora não nos tenha sido possível estimar com precisão o tamanho agregado das áreas de vegetação em lotes privados, em glebas e nas vias públicas, e compará-los com

os padrões identificados. Todavia, lotes menores e a verticalidade de edificações normalmente implicam menores áreas verdes nos bairros.

Tendo em vista os atributos urbanos diretamente perceptíveis, com a comparação das imagens de satélite, a análise das fotos dos locais e a visita a alguns sítios, definimos os Padrões Urbanos Residenciais apresentados no Quadro 7.1 abaixo e descritos a seguir como os Padrões Urbanos Residenciais no TES.

O *ranking* em Área Verde apresentado no Quadro 7.1 acima é uma estimativa justificada na descrição dos Padrões a seguir. Esse instrumento de observação, o *Google Earth*, embora não disponha ainda de medida de áreas, revela, entretanto, os desmatamentos e as invasões de matas e mangues, sobre áreas as periféricas, quando comparamos a evolução temporal de fotos de um mesmo lugar.

Foi-nos possível verificar também a ocupação de áreas de encosta e em margens de cursos d'água. A distância dos principais corredores de transporte, como já dissemos, que em geral cria gradientes de valor do uso do solo, é concomitante com a renda dos residentes e se associa a uma tipologia de ocupação, o que configura as assinaturas sociais dos lugares.

Padrões Urbanos Residenciais no Território Estratégico de Suape

Padrão Urbano Residencial 1 – Bairros Planejados de Média e Alta Renda

Quadro 7.1. Padrões Urbanos Residenciais no Território Estratégico de Suape.

Padrão Urbano	Descrição Padrão Urbano	Agente da Produção	Classe de Renda	Ranking em Área Verde
1	Bairros Planejados (CONVIDA)	Construtoras	Alta e Média	1
2	Loteamentos de classe alta (casas)	Construtoras	Alta	2
3	Ocupaçãodesordenada não consolidada	Autoconstrução	Baixa	3
4	Loteamentos populares	Empreiteiros e Autoconstrução	Média e Baixa	4
5	Conjuntos Habitacionais de Casas Populares	Agentes Privados e Públicos	Média e Baixa	5
6	Loteamentos de classe alta e média (edifícios e casas)	Construtoras	Alta e Média	6
7	Ocupação desordenada consolidada	Autoconstrução	Baixa	7
8	Conjuntos Habitacionais Populares (Edifícios)	Agentes Privados e Públicos	Média e Baixa	8

Fonte: Pesquisa direta do autor.

Tal tipo de ocupação constitui um novo padrão urbano, que é protagonizado no Cabo por agentes imobiliários e construtoras, para famílias de renda acima de 5 salários mínimos (acima de 3 salários mínimos no caso da cidade

projetada Convida, no Cabo de Santo Agostinho, como o resultado de uma negociação com a prefeitura local). Caracterizam-se por: propor mais áreas verdes privadas e públicas em relação à área total do loteamento, e minimizam com isso as áreas impermeáveis; reduzir o sistema viário e da infraestrutura necessária (com vias que formam alças e um sistema de vias para pedestres, relativamente independente); abrigar a clientela da produção imobiliária privada formal; permitir um acesso próximo aos principais corredores de transporte.

A qualidade ambiental resultante deverá ser nitidamente superior às formas de ocupação convencionais, formais ou informais, embora o processo de implantação (com a terraplanagem) implique um grande impacto ambiental, com a eliminação da vegetação e o consequente assoreamento dos cursos d'água.

Padrão Urbano Residencial 2 – Loteamentos de Classe Alta (Casas)

Esse Padrão se constitui por quadras convencionais em quadriláteros com lotes regulares, que contêm, por sua vez, casas de padrão superior. Algumas casas residenciais são transformadas em endereços comerciais ou em edificações verticais. Tais quadras caracterizam-se por: conter lotes maiores, onde as áreas verdes privadas são mais generosas e há menor impermeabilização do solo; a ocupar mais frequentemente áreas planas; ter acesso, em geral, mais próximo aos principais corredores de transporte.

Padrão Urbano Residencial 3 – Loteamentos de classe média e alta contendo edifícios de apartamentos e casas

São quadras em quadriláteros convencionais em lotes regulares, com edifícios de apartamentos em ruas geralmente pavimentadas, com rede de drenagem, acesso à rede de abastecimento d'água (além de contarem com poços artesianos e coleta regular de lixo doméstico). Em tais quadras existem ainda casas residenciais, muitas delas transformadas em endereços comerciais e em edifícios comerciais. O Padrão Urbano Residencial 3 caracteriza-se ainda por: conter lotes grandes e médios (proxy de renda média e alta); abrigar uma clientela da produção imobiliária privada formal; reunir edificações maiores em altura; possuir áreas verdes privadas escassas e fragmentadas; ter arborização pública também escassa; a pavimentação, a calçada e a rede de drenagem estão mais presentes; haver uma alta impermeabilização do solo, um tipo de ocupação mais frequente em áreas planas e costeiras, por vezes, ribeirinhas, com um acesso mais próximo aos principais corredores de transporte.

Padrão Urbano Residencial 4 - Ocupações Desordenadas não Consolidadas

Essas áreas informais de ocupações irregulares não consolidadas contêm sistemas de vias desordenadas, inicialmente com domicílios precários que são objeto de melhoramentos, assim como conjuntos urbanos com suas "urbanizações", o que os transforma em Ocupações Desordenadas Consolidadas – Padrão Urbano Residencial 7. De início, tais ocupações não definem lotes regulares, mas, quando isso ocorre na regularização das áreas, eles são geralmente exíguos, ou totalmente ocupados, impermeabilizando totalmente os "lotes" e eliminando as áreas verdes. Tais áreas não abrigam a clientela da produção imobiliária privada formal, mas reúnem moradias construídas com material precário. As áreas verdes são remanescentes e situam-se em locais de difícil ocupação, ou estão em áreas urbanas limítrofes, como à margem de reservas florestais. Os acessos a essas ocupações não são urbanizados e, em geral, contam apenas com o serviço de eletrificação. Tal tipo de ocupação é mais frequente em áreas marginais das cidades, em encostas e áreas alagáveis e, por isso, têm, em geral, acesso mais distante aos principais corredores de transporte.

Na Figura 7.9, observamos a passagem de um Loteamento Popular a uma Ocupação Desordenada Não Consolidada. Ambas as áreas estão compreendidas dentro de uma área considerada aglomerado subnormal pelo IBGE, denominada Salinas.

Figura 7.9. Padrão Urbano Residencial 4. Porto de Galinhas (aglomerado informal de Salinas), Ipojuca, 2011.

Fonte: Google Earth, 2013.

Padrão Urbano Residencial 5 – Loteamentos Populares

Esse Padrão Urbano é composto por quadras convencionais, com lotes regulares ocupados por casas ou por pequenos edifícios em altura.

Figura 7.10. Padrão Urbano Residencial 5: Loteamento Popular na Cidade de N. S. do Ó, Ipojuca, 2010.

Fonte: Google Earth, 2013.

Tal Padrão caracteriza-se ainda por: conter lotes médios e pequenos; abrigar a faixa inferior da clientela da produção imobiliária privada formal ou pequenos empreiteiros; dispor de áreas verdes privadas nos quintais; constituir um tipo de ocupação que é mais frequente em áreas planas e pode envolver loteamentos irregulares do ponto de vista fundiário.

Padrão Urbano Residencial 6 – Conjuntos Habitacionais de Casas Populares

Os Conjuntos Habitacionais de Casas Populares definem um padrão urbano residencial próprio, resultante de políticas habitacionais de interesse social.

Esse Padrão caracteriza-se por: conter lotes pequenos; não abrigar a clientela da produção imobiliária privada formal; possuir as áreas verdes privadas escassas; ter a arborização pública escassa. Esse tipo ocupação é mais frequente em áreas planas. Por vezes, confunde-se com os Loteamentos Populares, mas, em geral, há uma maior exiguidade ou a não existência de quintais, o que os distingue, e apresentam, assim, pouca área verde privada.

Figura 7.11. Padrão Urbano Residencial 6: Conjunto Habitacional em Moreno, 2006.

Fonte: Google Earth, 2013.

Padrão Urbano Residencial 7 – Ocupação Desordenada Consolidada

Trata-se de áreas informais de disposição irregular, onde se observam muitas travessas ou caminhos de pedestres e de pequenos veículos de acesso a casas de alvenaria de tijolos. Com a consolidação, tais áreas apresentam pequenos edifícios comerciais, além de moradias de uso misto, aumento da área construída, da área impermeável e diminuição da área de vegetação nos interstícios das áreas e entorno. Caracterizam-se ainda por não definirem lotes ou quadras, embora isso ocorra no processo de regularização fundiária. Os lotes são, muitas vezes, pequenos e limitados pelas próprias moradias. Tais áreas não abrigam a clientela da produção imobiliária privada formal, as áreas verdes privadas são remanescentes de áreas de difícil ocupação, ou estão em áreas urbanas limítrofes de reservas florestais, a arborização pública é escassa. Esse tipo de ocupação é frequente em encostas e alagados e tem, em geral, acesso mais distante aos principais corredores de transporte.

Figura 7.12. Padrão Urbano Residencial 7: Ocupação Desordenada Consolidada na Cidade de Escada, 2006.

Fonte: Google Earth, 2013.

Padrão Urbano Residencial 8 – Conjuntos Habitacionais Populares de Edifícios

Esse Padrão de Conjuntos Habitacionais com Edifícios (de apartamento de 3 a 4 pavimentos, sem elevador) compreende empreendimentos advindos de agências estatais ou de construtoras privadas mediante políticas de habitação.

Outras características desse padrão: constituem glebas condominiais cuja manutenção pode não estar a cargo de condomínios de moradores, mas sim da agência estatal responsável pelo empreendimento. Esses conjuntos abrigam a demanda de renda inferior da produção imobiliária privada formal, reune edificações de menor altura, muitas sofre processo de informatização por ampliações irregulares nas edificações ou invasões em áreas externas ou próximas a esses conjuntos, principalmente em áreas urbanas periféricas. As áreas verdes dos conjuntos são muitas vezes escassas e fragmentadas, as vias são em geral pavimentadas, a impermeabilização não é habitualmente um problema, embora o solo esteja muitas vezes desprotegido e sujeito a erosão. Essas ocupações são mais frequentes em áreas planas ou planeadas, os acessos podem ou não ser próximos aos principais corredores de transporte.

Figura 7.13. Padrão Urbano Residencial 8: Conjunto Habitacional de Edifícios, Muribeca, Jaboatão, 2009.

Fonte: *Google Earth*, 2013.

Conclusões

Os efeitos do crescimento urbano sobre o ambiente e as condições de moradia – a habitabilidade, focalizando o saneamento no Território Estratégico de Suape (TES), no período mais recente de rápido crescimento desde 2007 ou 2005 – não foram favoráveis. Isso por uma série de fatores, quais sejam: a maior parte dos padrões urbanos pelos quais se deu esse crescimento é carente do serviço de coleta e tratamento de esgotos, cujas soluções individuais são inadequadas ou insuficientes, e as coletivas de pequena escala são inexistentes; quanto aos resíduos sólidos, os serviços de coleta e tratamento são precários e inadequados com a permanência de vários lixões; a arborização pública e privada é escassa; ainda existe a devastação de matas e mangues, a impermeabilização e a contaminação do solo continuam. Em anexo deste capítulo, são apresentadas tabelas complementares sobre o saneamento do TES.

Caso as formas de ocupação e a qualidade ambiental das áreas já existentes não se transformem radicalmente acima das taxas de urbanização, o cenário esperado é de agravamento das condições ambientais de habitabilidade. Isso segundo a identificação dos padrões urbanos de moradia (ou seja, as formas típicas de ocupação residencial do solo urbano) e a reprodução desses padrões sobre a sociedade no meio ambiente urbano e em áreas adjacentes, resultantes da urbanização, o que indica a continuidade de um processo de degradação, especialmente pela poluição dos recursos hídricos e pelo desmatamento.

Anexos

Tabela A1. Coleta e Destino do Lixo Urbano nos Municípios da TES.

Coleta do Lixo Urbano e Destino do Coletado	PE	Cabo	Ipojuca	Jaboatão	Moreno	Escada	Ribeirão	Rio Formoso	Serinhaém
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Coletado (A + B)	81,6	92,3	84,1	94,0	78,4	76,5	80,1	60,3	75,0
A –Coletado por serviço de limpeza	74,8	87,5	69,2	86,5	72,4	51,1	72,7	47,0	64,4
B – Coletado em caçamba de serviço de limpeza	6,8	4,8	14,9	7,5	6,0	25,3	7,4	13,3	10,6
Outro destino	18,4	7,7	15,9	6,0	21,6	23,5	19,9	39,7	25,0
Destino do Lixo Urbano Coletado	–	AS	–	AS	AS	AS	LX	LX	LX

Legenda: AS - Aterro Sanitário; LX – Lixão. Fonte: IBGE, 2010; ITEP, 2012.

Tabela A2. Domicílios segundo a existência de banheiro ou sanitário e esgotamento sanitário, 2010.

Existência de banheiro ou sanitário e esgotamento sanitário	Total	Tinham banheiro ou sanitário e esgotamento sanitário "adequado"	Não tinham banheiro ou sanitário e esgotamento sanitário "adequado"
Pernambuco	2.546.872	1.402.768	1.144.104
	100%	55%	45%
Cabo de Santo Agostinho	53.402	27.168	26.234
	100%	51%	49%
Ipojuca	22.016	11.300	10.716
	100%	51%	49%
Escada	18.124	6.974	11.150
	100%	38%	62%
Jaboatão dos Guararapes	197.047	92.107	104.940
	100%	47%	53%
Moreno	16.453	8.664	7.789
	100%	53%	47%
Ribeirão	11.942	7.979	3.963
	100%	67%	33%
Rio Formoso	5.479	1.901	3.578
	100%	35%	65%
Sirinhaém	10.011	3.437	6.574
	100%	34%	66%

Nota: 1 - A categoria *Tinham sanitário* inclui banheiro de uso comum a mais de um domicílio; 2 - Dados do Universo. Fonte: IBGE - Censo Demográfico, 2010.

Tabela A3. Domicílios particulares permanentes em aglomerados subnormais, por tipo de esgotamento sanitário, 2010.

Tipo de esgotamento sanitário	Brasil, Unidade da Federação e Município			
	Brasil	Pernambuco	Cabo de Santo Agostinho - PE	Ipojuca - PE
Total	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%
Rede geral de esgoto ou pluvial	56,3%	29,2%	35,9%	4,6%
Fossa séptica	10,9%	16,1%	18,7%	22,3%
Formas "adequadas"	67,3%	45,3%	54,6%	26,9%
Fossa rudimentar	15,9%	36,6%	29,5%	64,9%
Vala	6,2%	7,0%	10,3%	1,0%
Rio, lago ou mar	7,9%	8,4%	4,2%	2,7%
Outro tipo	1,7%	1,3%	0,6%	2,1%
Não tinham banheiro ou sanitário	1,0%	1,3%	0,8%	2,3%

Fonte: IBGE - Censo Demográfico

Tabela A4. Evolução da Coleta e do Tratamento de Esgotos no TES e no Recife.

Nome do município	Ano de referência	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010
Cabo de Santo Agostinho	Índice de coleta de esgoto %	28,58	0,59	12,75	5,83	3,23	2,82	0,67	0,64	4,91	2,98
	Índice de esgoto tratado referido à água consumida %	2,64	0,59	9,56	5,83	3,23	2,82	0,67	0,64	4,91	2,98
Jaboatão dos Guararapes	Índice de coleta de esgoto %	62,29	29,05	16,4	16,29	31,36	32,42	14,42	12,88	12,53	10,36
	Índice de esgoto tratado referido à água consumida %	48,63	29,05	10,72	16,29	31,36	32,42	14,42	12,88	12,53	10,36
Moreno	Índice de coleta de esgoto %	---	---	---	---	---	9,26	11,56	11,91	15,31	14,77
	Índice de esgoto tratado referido à água consumida %	---	---	---	---	---	9,26	11,56	11,91	15,31	14,77
Rio Formoso	Índice de coleta de esgoto %	---	---	34,5	33,93	36,24	34,83	31,9	34,13	47,36	42,07
	Índice de esgoto tratado referido à água consumida %	---	---	34,5	33,93	36,24	34,83	31,9	34,13	47,36	42,07
Recife	Índice de coleta de esgoto %	49,15	58,01	71,9	72,72	74,51	75,32	67,55	64,32	64,21	62,54
	Índice de esgoto tratado referido à água consumida %	37,91	46,4	50,33	58,17	74,51	75,32	67,55	64,32	64,21	62,54

Fonte: SNIS.

VIOLÊNCIA E SOCIABILIDADE NO TERRITÓRIO ESTRATÉGICO DE SUAPE

Márcio de Abreu França

O objetivo deste capítulo é apresentar o perfil da violência urbana no Território Estratégico de Suape (TES), apoiando-se, para isso, em dados sobre a criminalidade violenta e em dados sobre percepção produzidos pela pesquisa *Impactos do Complexo Industrial Portuário de Suape (CIPS): migração, condições de moradia, identidade e novas territorialidades*. Nosso objetivo é apreender a violência urbana não só enquanto conjunto de crimes violentos, mas também como fenômeno social abrangente, que envolve a ocorrência de fatos criminosos e a repercussão desses na sociedade, ao considerar a influência que altos índices de criminalidade têm na sociabilidade.

O perfil da criminalidade aqui esboçado privilegiou a incidência de homicídios como um indicador do grau de violência urbana no TES. Há duas razões fundamentais para privilegiarmos esse indicador: 1) dados sobre homicídios são menos afetados pelo problema do sub-registro criminal, geralmente observado para outros crimes (por exemplo, roubo ou estupro); 2) além disso, a agressão letal contra a pessoa atinge aquele direito mais fundamental do ser humano, que é o direito à vida, sendo, portanto, um tipo de delito com alto impacto na sociabilidade cotidiana. Apesar desse adendo, não iremos ignorar

os dados disponíveis sobre crimes contra o patrimônio, o que nos ajudará a ampliar o olhar sobre a criminalidade no TES.[1]

Ao abordar os dados sobre homicídios no Brasil, há duas fontes de informações principais a se considerar. Ou se recorre ao banco de dados policial (geralmente compilado pela polícia civil e gerido pelas secretarias estaduais de segurança pública), ou se recorre ao banco de dados sobre mortalidade (SIM – Sistema de Informação sobre Mortalidade, condensado no DATASUS). Para o perfil da criminalidade no TES, demos preferência ao banco de dados do DATASUS por 3 motivos principais: 1) a abrangência metodológica nacional (o que possibilita análises comparativas entre os diferentes territórios do país – até o nível municipal); 2) a amplitude longitudinal (os dados ali condensados datam de 1980 – alguns casos desde 1979, o que permite uma abordagem de maior profundidade histórica); e 3) sua maior disponibilidade (está totalmente acessível *online* e seus dados permitem manipular filtros geográficos, de faixa etária, sexo, escolaridade, cor/raça, estado civil e ano do óbito). Em contrapartida, os dados do DATASUS não fornecem informações a respeito do agressor, da motivação do crime e do contexto detalhado da ocorrência (período do dia em que ocorreu o crime, informações detalhadas sobre a forma da agressão e o tipo detalhado de arma – quando utilizada), e nisso consiste seu limite e o do perfil aqui proposto. Entre os anos 1980 e 1995, a variável utilizada foi o número bruto de óbitos, por local de ocorrência do óbito classificados como Grande Grupo E55 (Homicídios e lesões provocadas intencionalmente por outras pessoas) da CID-9. Entre 1996 e 2013, utilizamos o número bruto de óbitos por local de ocorrência do óbito, classificados como Categorias X85 a Y09 (Agressões) da CID-10.[2]

---

1 Os crimes patrimoniais são designados pela sigla CVP (Crimes Violentos Contra o Patrimônio). A Secretaria de Defesa Social de Pernambuco (SDS) classifica como CVP as seguintes categorias de crime: extorsão mediante sequestro, roubo a agência bancária, roubo a ônibus, roubo a transeunte, roubo em estabelecimento comercial ou de serviços, roubo em residência, roubo de automóvel, roubo de moto, roubo a carro-forte e Outros CVP's. Os dados sobre crimes contra o patrimônio utilizados neste trabalho foram extraídos dos *Anuários da Criminalidade* (2011, 2012 e 2013), disponibilizados pela Secretaria Estadual de Defesa Social, para Pernambuco; e, para dados nacionais, o *Anuário Brasileiro de Segurança Pública* (1ª à 8ª edição), disponibilizado pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública. Ambas as publicações estão disponíveis *online* em www.sds.pe.gov.br e www.forumseguranca.org.br.

2 No cálculo da Taxa de Homicídio utilizando dados do DATASUS, podemos levar em conta o número de óbitos: a) pelo local de residência da vítima, ou b) pelo local de ocorrência do óbito. Optamos pela segunda perspectiva em razão de o TES ser uma área de elevada incidência de migrantes. Nesse caso, adotar a segunda perspectiva impede, a princípio, que um homicídio de migrante ocorrido em qualquer município do TES seja ignorado caso sua residência seja declarada em outro município fora do TES.

Este capítulo divide-se em duas partes. Na primeira, trataremos do perfil propriamente dito, privilegiamos os dados quantitativos sobre homicídios e, em menor escala, dados sobre crimes patrimoniais no TES. A segunda parte traça uma breve análise sobre a percepção da violência e da sociabilidade no TES, subsidiada pelos dados da pesquisa de campo com migrantes no Cabo de Santo Agostinho e Ipojuca.

Perfil da criminalidade violenta no TES: dados preliminares

Em 2013, o último ano disponível no DATASUS, a taxa bruta de homicídios no TES foi de 43,5 homicídios para cada grupo de 100 mil habitantes (Tabela 8.1). Como comparativo, citamos a taxa brasileira para 2013, que foi de 28,25 homicídios para cada grupo de 100.000 habitantes, enquanto a de Pernambuco ficou em 33,89 por grupo de 100.000 habitantes. Considerando que, para a ONU, taxas de homicídio maiores que 10 indicam a incidência endêmica de criminalidade letal em um dado território, podemos concluir que a taxa de homicídio média no TES deve ser considerada bastante alta.

Tabela 8.1. Taxa de Homicídio no TES, por município (2013).

Município	**2013**
Cabo de Santo Agostinho	72,4
Escada	39,1
Ipojuca	46,6
Jaboatão dos Guararapes	39,8
Moreno	30,1
Ribeirão	32,5
Rio Formoso	47,9
Sirinhaém	39,5
Media TES	*43,5*

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do DATASUS.

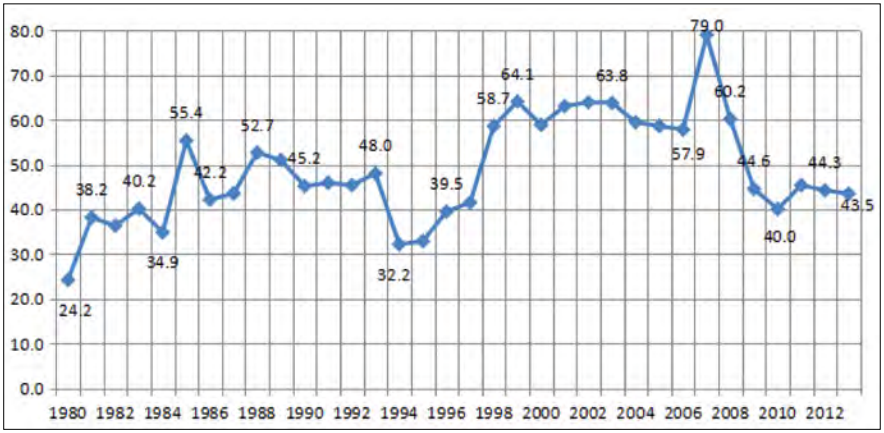
Em geral, para outras cidades, não há grandes variações entre as taxas calculadas a partir de uma ou outra perspectiva, mas notamos, em exploração preliminar dos dados relativos ao TES, uma grande variância no município de Cabo de Santo Agostinho em relação às duas perspectivas (quantidade de óbitos por residência da vítima e quantidade de óbitos por local de ocorrência do óbito). Não iremos explorar as razões dessa disparidade neste livro, mas é possível que tal discrepância seja justamente um indício importante da presença de homicídios que têm migrantes como vítimas.

Ademais, percebemos, na Tabela 8.1, que a média do TES traz embutida alguma disparidade na incidência intraterritorial de homicídios. Enquanto em Moreno a taxa ficou em 30,1/100.000, o Cabo de Santo Agostinho registrou uma taxa bruta de 72,4/100.000. Mais importante é perceber que todos os oito municípios que compõem o TES possuem taxas acima da media nacional para o mesmo ano, e apenas Moreno e Ribeirão apresentaram taxas abaixo da media estadual. Trata-se, como se vê, de um território bastante propenso à violência.

Embora os dados relativos a 2013 sejam eloquentes, a incidência de homicídios já foi maior no TES. Em 1980 era de 24,2, chegando ao pico histórico de 79/100.000 no ano de 2007, até iniciar uma trajetória de queda entre 2008 e 2010, com uma leve alta em 2011 e nova tendência de queda no período 2011-2013 (Gráfico 8.1).

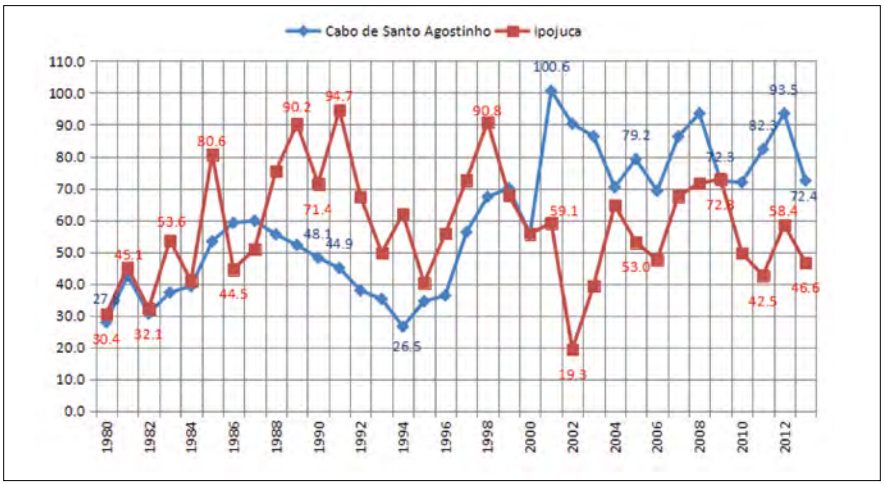
Ao observarmos o Gráfico 8.2, percebemos que o Cabo de Santo Agostinho e Ipojuca compartilham de um ponto de partida semelhante na série histórica de homicídios do DATASUS, no intervalo entre 1980-1982. No entanto, embora esses municípios permaneçam com uma tendência de altas taxas de homicídios, a linha de Ipojuca é mais inconstante do que a do Cabo de Santo Agostinho, com um maior grau de variância de um ano a outro. Até o ano de 2000, Ipojuca apresenta taxas de homicídios maiores que o Cabo, quando há uma inversão que promove este último a município mais violento do TES.

Gráfico 8.1. Evolução da taxa bruta de homicídios no TES (1980-2013).



Fonte: Elaboração própria a partir de dados do DATASUS.

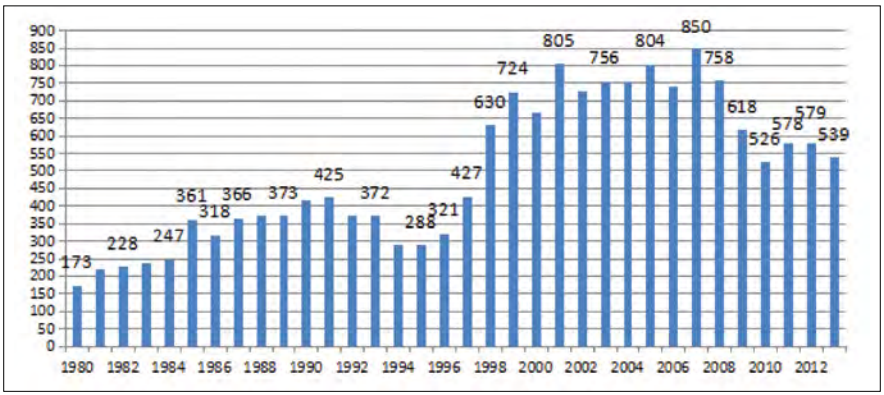
Gráfico 8.2. Evolução da taxa bruta de homicídios em Ipojuca e Cabo de Santo Agostinho, 1980-2013.



Fonte: Elaboração própria a partir de dados do DATASUS.

Outro dado importante diz respeito ao número bruto de vítimas anuais de homicídios nos municípios do TES: entre 1980 e 2013, 16.862 pessoas foram vitimadas por agressões letais. A distribuição anual desse montante, conforme mostra o Gráfico 8.3, indica algumas tendências de forte incremento (1995-2007), alternando para curtos períodos de forte queda (2007-2010) e de alguma estabilidade (2011-2013).

Gráfico 8.3. Evolução do número bruto de vítimas de homicídios no TES, 1980-2013.



Fonte: Elaboração própria a partir de dados do DATASUS

A criminalidade violenta letal no TES também se expressa na variação percentual do quantitativo de vítimas de homicídios entre 1980 e 2013, em comparação com a variação da população no mesmo período. Observamos na Tabela 8.2 que, em 1980, 175 pessoas foram vitimadas letalmente no TES, ao passo que, em 2013, esse número foi de 539, o que representa uma variação de 208% no montante anual de vítimas de homicídios nesse período, ou seja, produziu-se, em 2013, quase três vezes mais cadáveres em razão de agressões letais do que em 1980. No mesmo período, a população local passou de aproximadamente 658 mil habitantes para mais de 1,1 milhão de pessoas, o que representa um acréscimo de 81,8% ao número de habitantes. Já a taxa de homicídios varia proporcionalmente ao crescimento populacional: nos dois anos de referência, passa de 24,2/100.000 habitantes, em 1980, para 43,5/100.000 habitantes, em 2013 (variação de quase 80%). O aumento bruto das vítimas anuais de homicídios pode estar balizado proporcionalmente pelo crescimento populacional, mas em termos de desgaste na opinião pública (especialmente em razão da propagação pelos meios de comunicação e pelas conversas do cotidiano) seu efeito é devastador, uma vez que se pula de uma proporção de 0,5 assassinato por dia, em 1980, para 1,5 assassinato por dia, em 2013 (três vezes mais).

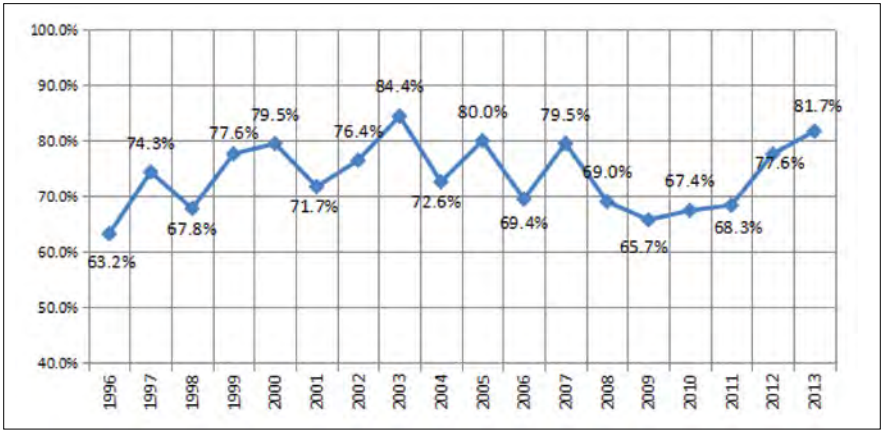
Tabela 8.2. Variação do total de vítimas anuais de homicídios, taxa de homicídios e população no TES (1980-2013).

Dados TES	**1980**	**2013**	**Var. (%)**
Vítimas anuais de homicídios	175	539	208,0
Taxa anual de homicídios	24,2	43,5	79,6
População	658.898	1.198.138	81,8

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do DATASUS

O Gráfico 8.4 apresenta dados relativos à media anual de participação da arma de fogo na produção dos homicídios nos municípios do TES. Nota-se uma distribuição não linear dos dados em torno da série histórica, sendo que, em 2013, 81,7% dos homicídios no TES foram executados com o uso de arma de fogo, valor acima da média para o período no TES (73,7% entre 1996 e 2013).

Gráfico 8.4. Evolução da proporção de mortes por agressão com o uso de arma de fogo no TES, 1996-2013.



Fonte: Elaboração própria a partir de dados do DATASUS.

Apesar da redução da taxa de homicídios no TES entre 2011 e 2013, a participação da arma de fogo aumentou no mesmo período. Vale ressaltar que a grande participação da arma de fogo na produção de homicídios no Brasil é um dado alarmante e generalizado em praticamente todos os grandes centros urbanos.[3]

É amplamente discutido, na literatura nacional, o impacto da arma de fogo na produção dos homicídios no Brasil, e isso sob três aspectos; o primeiro diz respeito ao baixo controle estatal sobre a circulação dessas armas, o que incrementa o mercado ilegal e, consequentemente, o desvio de armas legalmente registradas; o segundo aspecto destaca a característica dos mercados de drogas ilegais nos centros urbanos nacionais, marcados pela lógica territorial-militar das "bocas", o que exige a competição entre grupos rivais pela corrida armamentista que garantirá, em tese, a posse dos pontos de venda de drogas no varejo[4];

3 Entre 1980 e 2010, por exemplo, houve um aumento de 346,5% no número anual de homicídios causados por armas de fogo no Brasil. Cf. WAISELFISZ, Julio Jacobo (coord.). *Mapa da violência 2013.* Mortes matadas por armas de fogo. Ver também: CEBELA (Centro Brasileiro de Estudos Latino-Americanos), FLACSO, 2013. Disponível em: http://mapadaviolencia.org.br/

4 MISSE, Michel. O Movimento: A constituição e reprodução das redes do mercado informal ilegal de drogas a varejo no Rio de Janeiro e seus efeitos de violência. In: _____. *Crime e Violência no Brasil Contemporâneo*: estudos de sociologia do crime e da violência urbana. 2ª tiragem. Rio de Janeiro, Lumen Juris, 2011; LEEDS, Elizabeth. Cocaína e poderes paralelos na periferia urbana brasileira: ameaças à democratização em nível local. In: ZALUAR, Alba & ALVITO, Marcos (orgs.). *Um Século de Favela.* 5ª ed. Rio de Janeiro, FGV, 2006; GRILLO, Carolina Christoph. O "morro" e a "pista": um estudo comparado de dinâmicas do comércio ilegal de drogas. *Dilemas* — Revista de estudos de conflito e controle social, Nº 1, pp. 127-148, 2008.

o terceiro aspecto enfatiza o lado subjetivo da posse de armas em um contexto de marcante dominação de um *ethos guerreiro*, o que inclui o culto da masculinidade e da virilidade. Resta evidente que a maior circulação de armas de fogo num dado território se torna um fator de grande importância para a análise das curvas de homicídios em razão da maior letalidade desse tipo de objeto em relação às armas brancas; porém, de um ponto de vista sociológico, tal vetor *estrutural* se torna parte fundamental da explicação quando ligado a um fator intersubjetivo capaz de conferir *sentidos de uso* a determinados objetos – no caso aqui, a "disposição para matar",[5] e seu aparente entranhamento a uma cultura de recurso à força física para a resolução de conflitos privados em nosso país.

Quanto ao primeiro aspecto, é importante ainda destacarmos que é fato já notório o crescimento da participação das armas de fogo na distribuição dos homicídios entre 1980 e 2012 no país.[6] Parte da explicação desse crescimento, segundo alguns analistas, é o ainda insuficiente controle público sobre a circulação de armas no território brasileiro.[7] O mais recente investimento em controle estatal sobre circulação de armas de fogo é a Lei 10.826, de dezembro de 2003, que consiste no Estatuto do Desarmamento. Com ele, a Polícia Federal torna-se a única instituição capaz de emitir licenças de porte e posse e emitir registro de armas, tirando dos estados tal prerrogativa – que, na prática, não funcionava (Cf. DREYFUS, Pablo, *et al., op cit.*). Devemos ressaltar, ainda, como fator preponderante para a alimentação do comércio ilegal de armas de fogo, o fato de que há excedente não desprezível de armas em território nacional, especialmente no Rio de Janeiro, resultante da desmilitarização provocada pelo fim da ditadura militar,[8] o que alimenta a circulação das armas

5 Cf. ZALUAR, Alba. *A Máquina e a Revolta*: as organizações populares e o significado da pobreza. 2ª ed. São Paulo, Brasiliense, [1985]2000, p. 143.

6 Cf. WAISELFISZ, Julio Jacobo (coord.). *op. cit.*

7 Cf. RIVERO, Patrícia S. O Mercado Ilegal de Armas de Fogo na Cidade do Rio de Janeiro: preço e simbologia das armas de fogo no crime. In: FERNANDES, Rubem César (coord.), Brasil: as armas e as vítimas. Rio de Janeiro, 7Letras, 2005; KARPA, Aaron. *O Excedente de Armas Leves na América do Sul*: um livro, 2011. Disponível em: http://www.smallarmssurvey.org/fileadmin/docs/F-Working-papers/SAS-WP7-Surplus-Arms-in-South-America-POR.pdf; DREYFUS, Pablo, et al. *Estoques e Distribuição de Armas de Fogo no Brasil*, 2010. Disponível em: http://www.vivario.org.br/publique/media/Estoques_e_Distribui%C3%A7%C3%A3o.pdf.

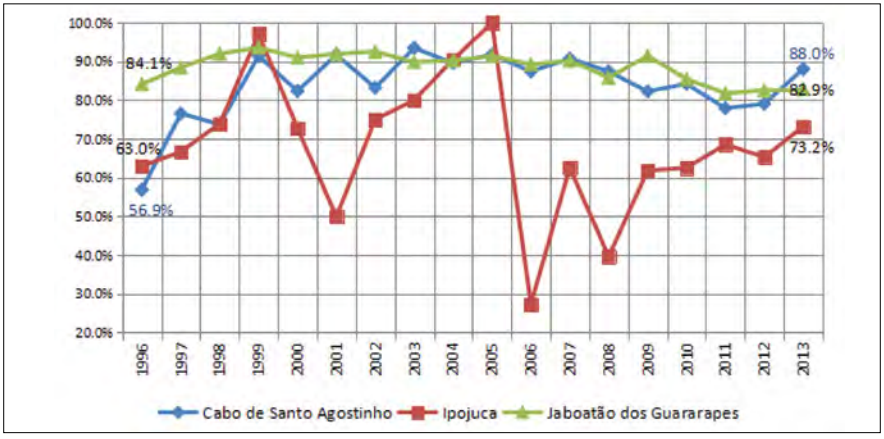
8 KARPA, 2011, *op. cit.* É importante mencionarmos, nesse contexto, que 81% dentre as 91.450 armas acauteladas no crime pela polícia no município do Rio de Janeiro no período de 1951 a 2003 foram fabricadas no Brasil. Cf. RIVERO, *op cit.*

para fins criminosos – seja o desvio pela via da corrupção policial, seja pela comercialização em mercados ilegais, seja pela via do roubo de armas legalizadas.

Jaboatão dos Guararapes é o município do TES onde a arma de fogo está mais presente na configuração dos homicídios (média de 88,6% no período 1996-2013), seguido por Cabo de Santo Agostinho (média de 83,8% no mesmo período). Curiosamente, o município de Ipojuca, desde 2010 a maior economia do TES, e o terceiro em termos populacionais, é apenas o sexto nesse quesito (média de 68,3% no período de 1996-2013). Jaboatão praticamente mantém uma distribuição linear no período, enquanto o Cabo de Santo Agostinho passa de 56,9%, em 1996, para 88%, em 2013, e Ipojuca, de 63% para 73,2% (Gráfico 8.5).

Uma hipótese a ser testada para essa discrepância intraterritorial pode ser a maior taxa de urbanização dos municípios de Jaboatão e Cabo, bem como sua maior proximidade da capital estadual, o que favoreceria as ligações com mercados mais robustos de mercadorias ilícitas (incluindo aí drogas e armas ilegais). Ipojuca, por sua vez, embora inserido recentemente no epicentro de alguns dos grandes investimentos públicos e privados ligados ao desenvolvimento econômico do TES, ainda possuiria mais territórios com características econômicas e de relações interpessoais menos urbanizadas, o que favoreceria as agressões de tipo mais passional do que mercantil (como as agressões "pela honra", ou ligadas à violência doméstica, essas menos dependentes da arma de fogo para se concretizarem).

Gráfico 8.5. Evolução da proporção de homicídios com o uso de arma de fogo em Cabo, Ipojuca e Jaboatão, 1996-2013.



Fonte: Elaboração própria a partir de dados do DATASUS

Dados contabilizados pela SDS/Infopol(PE) dão algum subsídio a essa hipótese, embora não de forma conclusiva. Os 47 CVLI (Crimes Violentos Letais Intencionais – que incluem homicídio, latrocínio e lesão corporal seguida de morte) registrados no município de Ipojuca, em 2013, foram assim classificados: 14 por "atividades criminais", 12 por "conflitos na comunidade", 7 por "conflito afetivo ou familiar", 4 por "crimes contra o patrimônio resultante em morte", 1 por "outra motivação" e 9 "em investigação". Percebemos, por esses números, que os crimes letais ligados àquelas motivações teoricamente não econômicas ("conflitos na comunidade" e "conflitos afetivo-familiar") somaram 40,4% dos CVLI do município, enquanto os crimes letais ligados a motivações teoricamente econômicas ("atividades criminais" e "crimes contra o patrimônio resultante em morte") somaram, juntos, 38,3%. Isso nos ajuda a entender que, como geralmente são crimes não premeditados, os crimes aqui chamados não econômicos, ao ocorrerem no calor do momento, geralmente não estão relacionados a uma competição armamentista por maior poder dissuasório sobre o adversário, o que dispensa o uso da arma de fogo para se concretizar. Como comparação, dados do mesmo ano para o Cabo de Santo Agostinho mostram uma relação inversa: dos 135 CVLI registrados naquele ano, 40,7% estavam relacionados a motivações de fundo econômico ("atividade criminal", 47; "crime contra o patrimônio resultante em morte", 8,e 30,4% relacionados a motivações não econômicas ("conflito na comunidade", 30; "conflito afetivo ou familiar", 11).[9]

---

9 *Estatísticas da Criminalidade Violenta em Pernambuco – 2013.* Recife: Agência Estadual de Planejamento e Pesquisas de Pernambuco (CONDEPE/FIDEM), 2014. Disponível em: www.sds.pe.gov.br. Não conseguimos coletar uma quantidade significativa de dados sobre motivação criminal para compormos uma série histórica relevante, como a proporcionada pelo DATASUS. A obrigatoriedade da classificação dos CVLI pela motivação está regulamentada pela Portaria nº 357/Gab/SDS, de 08 de março de 2010. As categorias englobam: *I. Atividades Criminais* - Homicídios vinculados a outras atividades criminais e desvios sociais (entorpecentes/drogas, acerto de contas, queima de arquivo, disputa de gangues, rixa/galera, grupo de extermínio, pistolagem, interesse financeiro, envolvimento com corrupção/tráfico de influências, crime organizado); *II. Conflitos na Comunidade* - Homicídios vinculados a conflitos, disputas ou situações de intolerância entre vítimas e autores, no âmbito da esfera pública (comunitária) das relações sociais (vingança pessoal, rixa, discussão entre vizinhos, discussão por embriaguez, discussão de trânsito, discussão em outras circunstâncias, conflito agrário, político, religioso, racismo, homofobia); *III. Conflitos Afetivos ou Familiares* - Homicídios vinculados a conflitos no âmbito da esfera privada das relações sociais. Caracterizam-se pela presença de laços afetivos ou familiares entre vítimas e autores (passional, briga intra-familiar); *IV. Crimes contra o Patrimônio Resultantes em Morte* - Mortes violentas intencionais motivadas pelo cometimento de crimes violentos contra o patrimônio – CVP (roubo, extorsão mediante sequestro, sequestro por engano); *V. Excludente de Ilicitude* - Mortes violentas intencionais que poderão ser consideradas excludente de ilicitude por Juiz (enfrentamento com a polícia, reação de um cidadão a um delito); *VI. Outras Motivações* (bala perdida, engano, crime sexual, seita satânica ou ritual satânico, enfrentamento com criminoso, outros); *VII. A Definir* - Caso de morte violenta intencional em que o policial responsável pela sua investigação não definiu ainda nenhuma das categorias de motivação elencadas nos itens anteriores como hipótese mais provável do crime.

No caso dos CVP's (Crimes Violentos Contra o Patrimônio), o TES representou 14,76% do total desse tipo de crime ocorrido em Pernambuco em 2013, com 7.706 crimes violentos contra o patrimônio registrados. Em 2007 haviam sido registrados 8.540 CVP's no TES, o que representava 12,27% do total estadual. Conclui-se que, apesar da queda em termos brutos (-9,77%), o TES reduziu seus CVP's em ritmo mais lento que o estado de Pernambuco (Tabela 8.3).

A Tabela 8.4 a seguir indica que, embora possua taxa de CVP mais baixa que a media estadual, e apesar da queda em termos brutos, houve aumento no TES dos CVP's em termos relativos ao crescimento populacional, registrando aumento da taxa de CVP entre 2007 e 2013 (13,06%, passando de 436,4 para cada grupo de 100.000 habitantes em 2007 para 496,4/100.000 habitantes em 2013), enquanto que a taxa estadual reduziu-se em 29,74%. Isso pode indicar que fatores de inibição aos CVP's (como as políticas públicas de segurança) estejam incidindo de forma diferenciada no território pernambucano, e/ou que fatores catalisadores dos CVP's (como dinamização da atividade econômica e aumento da circulação de riquezas) possam estar se alastrando pelo TES.

Tabela 8.3. Total de CVP no TES, Recife e Pernambuco (2007, 2011-2013).

Município	**2007**	**2011**	**2012**	**2013**	**Var. 2007-2013**
	Número de Ocorrências				
Cabo de Santo Agostinho	1.599	1.260	1.223	1.518	-5,07%
Escada	252	247	271	375	48,81%
Ipojuca	243	308	384	435	79,01%
Jaboatão dos Guararapes	6.061	5.827	5.195	4.751	-21,61%
Moreno	199	211	208	288	44,72%
Ribeirão	132	85	130	166	25,76%
Rio Formoso	26	33	54	63	142,31%
Sirinhaém	28	49	61	110	292,86%
Total TES	8.540	8.020	7.526	7.706	-9,77%
Recife	35.804	26.141	23.039	20.433	-42,93%
Pernambuco	69.595	57.236	52.615	52.204	-24,99%

Fonte: Elaboração própria a partir de dados da SDS/Infopol(PE).

Tabela 8.4. Taxa de CVP no TES, Recife e Pernambuco (2007, 2011-2013).

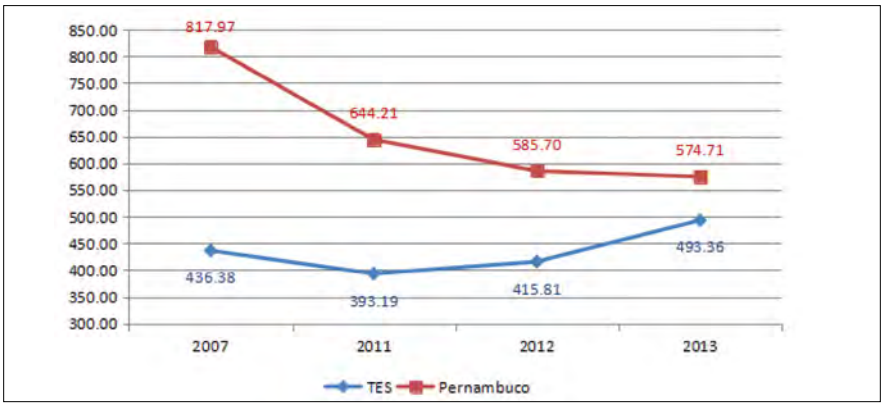
Município	2007	2011	2012	2013	Var. 2007-2013
	Taxa CVP				
Cabo de Santo Agostinho	916,07	668,83	636,93	775,63	-15,33%
Escada	409,38	385,13	418,23	572,83	39,93%
Ipojuca	331,61	371,81	449,56	493,9	48,94%
Jaboatão dos Guararapes	970,49	895,33	790,04	715,11	-26,31%
Moreno	366,35	366,85	356,51	486,61	32,83%
Ribeirão	303,46	190,03	288,61	365,97	20,60%
Rio Formoso	119,78	148,17	240,92	279,28	133,16%
Sirinhaém	73,86	119,38	145,69	257,55	248,70%
Total TES	436,375	393,1913	415,8113	493,36	13,06%
Recife	2.385,61	1.688,88	1.477,04	1.299,91	-45,51%
Pernambuco	817,97	644,21	585,7	574,71	-29,74%

Fonte: Elaboração própria a partir de dados da SDS/Infopol(PE).

O Gráfico 8.6 permite-nos visualizar essa tendência, ao ratificar a queda contígua, porém mais acentuada em Pernambuco, entre 2007 e 2011, bem como a tendência oposta entre 2011-2013: redução da taxa em Pernambuco e aumento no TES.

As diferentes curvas de criminalidade que envolvem os dois tipos de crime aqui tratados (Crimes contra a vida – homicídios, e Crimes patrimoniais – CVP) possuem lógicas estruturais distintas. Os crimes contra a vida são majoritariamente crimes de proximidade, em que vítima e agressor possuem algum laço de proximidade, quando não de familiaridade (este último em menor proporção). Já os crimes patrimoniais envolvem majoritariamente desconhecidos, conforme ratifica parte da literatura sobre criminalidade e violência (GOTTFREDSON, Michael R. & HIRSCHI, Travis, 1990). É bastante plausível pensar que o desenvolvimento econômico, a par com o aumento da circulação de riqueza no TES, conforma as condições necessárias (embora não suficientes) para o aumento dos crimes patrimoniais, somando-se a elas o rápido incremento da população de migrantes ("estranhos") nesse território.

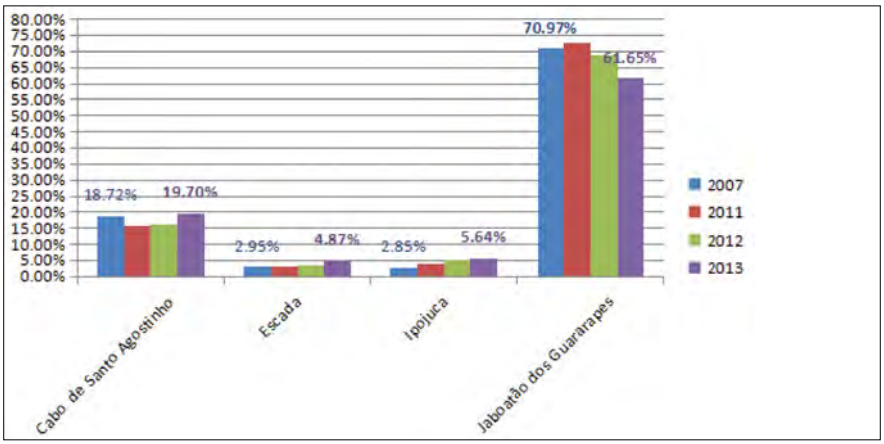
Gráfico 8.6. Evolução da Taxa de CVP no TES e em Pernambuco (2007, 2011-2013).



Fonte: Elaboração própria a partir de dados da SDS/Infopol(PE).

É possível, ainda, a partir do Gráfico 8.7, percebermos uma disparidade intrarregional na proporção da distribuição de CVP's no TES. Em 2007, por exemplo, Jaboatão dos Guararapes respondia por 71% de todos os CVPs no TES, enquanto em 2013 essa proporção se reduziu a 62%. No mesmo período, Escada (de 2,95% para 4,87%) e Ipojuca (de 2,85% para 5,64%) foram os municípios que mais ampliaram sua participação na distribuição de CVPs no território, ao passo que o Cabo de Santo Agostinho oscilou pouco (passando de 18,72% para 19,70%), o que sugere uma desconcentração intraterritorial na ocorrência de CVPs no TES.

Gráfico 8.7. Participação na distribuição de CVPs no TES, por municípios selecionados (2007, 2011-2013).



Fonte: Elaboração própria a partir de dados da SDS/Infopol(PE)

Efeitos da violência na sociabilidade no TES

Partindo do pressuposto de que a violência urbana não é apenas um somatório de atos juridicamente tipificados como "crimes", mas uma representação social constituinte de modos de justificação de ações cotidianas,[10] passaremos agora a analisar os resultados da pesquisa sobre a percepção entre os migrantes no Cabo de Santo Agostinho e Ipojuca. Com isso, teremos alguns indicadores para pensar nos efeitos da violência na sociabilidade cotidiana no TES.

A Tabela 8.5 indica que quase 88% da população pesquisada possui algum medo da violência/criminalidade no seu dia a dia, sendo que esse patamar é invariável nos dois municípios estudados. Os que sentem muito medo somam 36,9% no Cabo, e 38,8% em Ipojuca.

Tabela 8.5. No dia a dia, como define o seu medo da violência/criminalidade.

Município	Nenhum medo	Tenho medo	Tenho muito medo	Não se aplica	Não sabe	Não respondeu	TOTAL
Cabo de Santo Agostinho	49	193	143	1	2	0	388
	12,60%	49,70%	36,90%	0,30%	0,50%	0,00%	100,00%
Ipojuca	50	203	162	0	0	2	417
	12,00%	48,70%	38,80%	0,00%	0,00%	0,50%	100,00%
TOTAL	99	396	305	1	2	2	805
	12,30%	49,20%	37,90%	0,10%	0,20%	0,20%	100,00%

Fonte: Pesquisa Fundaj/Observatório-PE/LAEPT, 2015.

O efeito do medo nas práticas cotidianas é bastante ressaltado na literatura quando se trata de analisar os efeitos da violência nos padrões de sociabilidade local.[11] Em geral, o tom dessas análises ressalta o dado de que, na ação

10 PORTO, Maria Stela. *Violência e representações sociais*, In: LIMA, Renato Sérgio de, RATTON, José Luiz & AZEVEDO, Rodrigo Ghiringheli de. *Crime, Polícia e Justiça no Brasil*. São Paulo, Contexto, 2014; PORTO, Maria Stela Grossi. Violência e meios de comunicação de massa na sociedade contemporânea. *Sociologias* [online]. n.8, pp. 152-171, 2002.

11 CALDEIRA, Tereza Pires do Rio. *Cidade de Muros*. Crime, segregação e cidadania em São Paulo. Tradução de Frank de Oliveira e Henrique Monteiro. São Paulo, Ed. 34/Edusp, 2000; GLASSNER, Barry. *Cultura do Medo*. Tradução de Laura Knapp. São Paulo, Francis, 2003; SOUZA, Marcelo Lopes de. *Fobópole*: o medo generalizado e a militarização da questão urbana. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil,

social cotidiana, indivíduos agem contextualmente de acordo com a percepção do mundo que os rodeia, incluindo aí os riscos e perigos que podem detectar, sejam "reais", sejam "imaginados". Dessa forma, embora um fenômeno global, a ascensão do medo da violência adquire feições particulares no Brasil em razão de sua secular desigualdade social, ao empurrar aqueles que são identificados com práticas criminais (real ou imaginariamente) a um patamar de exclusão simbólica que distorce os meios pelos quais tais indivíduos podem obter reconhecimento social.[12]

A Tabela 8.6 traz os dados referentes à avaliação dos entrevistados sobre segurança, tendo sido pedida a atribuição de uma nota de 0 a 10 a esse quesito. A média para os dois municípios foi de 4,4, sendo 4,8 para o Cabo de Santo Agostinho e 4,0 para Ipojuca. Tais dados, sem dúvida, compõem importante indício de que as altas taxas de criminalidade incomodam parte da população. Ao mesmo tempo, ressaltemos que baixos níveis de aprovação em determinados serviços públicos geralmente estão associados a uma baixa confiança institucional, o que, no caso específico da segurança pública, pode acarretar a opção de vias alternativas de justiça (como nos casos de linchamento, acerto de contas pessoal, e demais formas de resolução privada de conflitos).

Tabela 8.6. Avaliação da sensação de segurança.

Município	**Média**	**N**	**Desvio padrão**	**Mediana**	**Mínimo**	**Máximo**
Cabo de Santo Agostinho	4,78	388	2,665	5,00	0	10
Ipojuca	4,04	417	2,713	4,00	0	10
Total	4,40	805	2,713	5,00	0	10

Fonte: Pesquisa Fundaj/Observatório-PE/LAEPT, 2015.

Percebemos que a questão da segurança é um problema para os entrevistados em razão da baixa nota que lhe foi atribuída em média, apenas mais bem avaliada que os serviços de saúde (Tabela 8.7).

2008; FRANÇA, Marcio Abreu. *Violência, Medo e (Não)Reconhecimento*: a percepção social da pobreza nas classes médias na cidade do Recife. Dissertação (Mestrado), PPGS-UFPE, 2010.

12 Para uma discussão sobre reconhecimento social em um contexto periférico e violento, Cf. FRANÇA, 2010. *Op. cit.*

Tabela 8.7. Avaliação de serviços públicos.

Município		Segurança	Infra-estrutura	Saúde	Educação	Transportes
Cabo de Santo Agostinho	Média	4,78	5,45	3,78	6,26	6,78
	N	388	388	388	388	388
	Desvio-padrão	2,665	2,715	2,679	2,501	2,344
	Mediana	5,00	6,00	4,00	7,00	7,00
Ipojuca	Média	4,04	5,60	4,25	6,31	5,90
	N	417	417	417	417	417
	Desvio-padrão	2,713	2,499	2,808	2,386	2,640
	Mediana	4,00	6,00	5,00	7,00	6,00
Total	Média	4,40	5,53	4,02	6,29	6,32
	N	805	805	805	805	805
	Desvio-padrão	2,713	2,605	2,755	2,441	2,539
	Mediana	5,00	6,00	4,00	7,00	7,00

Fonte: Pesquisa Fundaj/Observatório-PE/LAEPT, 2015.

Na medida que não confiam nas instituições de segurança, as pessoas podem sentir-se impelidas a, num contexto de alta criminalidade, desconfiar das outras pessoas. Aqui colocamos a questão hobbesiana clássica de que, em um contexto de incerteza institucional, apenas a moralidade individual define a justeza de cada proposição, compondo um cenário de guerra de todos contra todos. Sem um terceiro transcendente a alter e ego, papel que nas sociedades modernas cabe ao Estado burocrático e de direito, as relações interpessoais correm o risco de esfacelamento em razão da potencial incapacidade de se produzirem "naturalmente" laços de solidariedade em um contexto de disputa. Seguindo esse argumento, as relações sociais intergrupais estariam tensionadas a partir da pressão exercida pelo medo cotidiano da violência, que impeliria nas pessoas a propensão à suspeição generalizada, minando as possibilidades, próprias dos regimes democráticos, de justificar publicamente as diferenças no acesso simbólico ou material a bens desigualmente distribuídos na sociedade. Assim, não é

outro o papel cumprido pelo ressurgimento do fantasma das "classes perigosas" em todo o mundo, se não o de legitimar políticas do tipo "tolerância zero" ou higienizadoras, que põem em xeque o valor moral de grupos inteiros associados à marginalidade e à criminalidade (CASTEL, Robert, 20008b).

Para 48% dos entrevistados, a maioria das pessoas é digna de confiança, sendo que há uma importante disparidade entre os dois municípios quanto a essa avaliação. No Cabo de Santo Agostinho, quase 60% dos entrevistados concordam com a afirmação supracitada, quando em Ipojuca o mesmo contingente não passa de 38%, sendo, pois, minoria. Não podemos afirmar que tais resultados são o efeito único e exclusivo da questão da violência, mas, sem dúvida, a incidência de criminalidade é um dado relevante para quem busca investigar o nível de confiança interpessoal em um dado território. Essa observação ganha subsídios a partir da aferição da sensação de medo nessas duas localidades, quando 88% dos entrevistados afirmaram sentir algum medo da violência/criminalidade (ver Tabela 8.5).

Tabela 8.8. Avaliação do nível de confiança interpessoal.

	A maioria das pessoas são dignas de confiança			**Total**
	Sim	**não**	**Não respondeu**	
Cabo de Santo Agostinho	228	132	28	388
	58,8%	34,0%	7,2%	100,0%
Ipojuca	158	177	82	417
	37,9%	42,4%	19,7%	100,0%
Total	386	309	110	805
	48,0%	38,4%	13,7%	100,0%

Fonte: Pesquisa Fundaj/Observatório/UFPE/LAEPT, 2015

Considerações finais: análise preliminar da violência no TES

Os dados compilados na primeira parte deste texto mostram a grave incidência de crimes violentos no TES, especialmente homicídios: percebemos um crescimento tanto no número bruto de vítimas como das respectivas taxas de homicídios, no período de 1980 a 2013. As altas taxas de homicídios são observadas tanto no período anterior como no posterior à retomada dos

investimentos maciços no CIPS, o que indica que a violência, embora tenha alcançado patamares inéditos no período posterior ao final da década de 1990, era já uma realidade na região, antes mesmo dos grandes investimentos recentes. Apesar disso, as maiores taxas de homicídios foram registradas na década 2000, média de 59,1 no período 2001-2010; 42,2 entre 1980-1990; 46,7 entre 1991-2000; 44,4 entre 2011-2013.

Uma resposta institucional ao crescimento da criminalidade violenta no estado foi o Pacto Pela Vida, programa de segurança pública lançado pelo Governo de Pernambuco em 2007 que tem como objetivo a redução das taxas de criminalidade violenta, com ênfase na redução dos crimes contra a vida (PERNAMBUCO. GOVERNO DO ESTADO, 151p. Maio de 2007). Conforme demonstram os dados aqui compilados, tal redução, no que tange ao TES, não afetou da mesma maneira todos os municípios: em relação aos CVPs, a queda no número de ocorrências em Jaboatão dos Guararapes não é observada nos demais municípios (exceto Cabo de Santo Agostinho, e em menor magnitude); já em relação aos crimes contra a vida, embora haja uma redução da taxa de homicídios no TES no período 2007-2013, as curvas de Cabo de Santo Agostinho e Ipojuca aqui analisadas deixam claro que a tendência de queda não é homogênea entre todos os municípios, apresentando mais instabilidade do que continuidade.

Ao mesmo tempo, a violência urbana foi alçada ao patamar de um dos principais problemas sociais brasileiros, e o entrave principal ao exercício dos direitos individuais fundamentais (o direito à vida, à propriedade e ao ir e vir). Nessa condição, emerge uma dimensão analítica que diz respeito à caracterização da violência urbana como uma *representação social*, isto é, como algo cuja materialidade depende de um sentido compartilhado – um sentido de moralidade (de certo e errado), de causas (de autores e vítimas potenciais), e de consequências (de entender o que está em jogo, isto é, de direitos que estão em condição de ameaça pela violência, bem como formas de combatê-la).

Como representação social, a percepção da violência atua no sentido de moldar não só visões de mundo compartilhadas, mas as práticas condizentes com essas visões. Ao tratar dos efeitos da violência urbana na sociabilidade, toma-se o viés de enaltecer os laços de solidariedade constituintes de qualquer comunidade humana, bem como dos fatores que nele incidem a ponto de problematizá-los ou reforçá-los. É imprescindível, nesse aspecto, que ressaltemos

o efeito devastador que a violência urbana vem acarretando para os padrões de sociabilidade da sociedade brasileira contemporânea.[13]

É impossível pensarmos, de saída, que em territórios onde há uma alta incidência de criminalidade, especialmente a letal, a violência urbana não logrará nenhuma influência nas relações sociais cotidianas. Mudanças nas rotinas diárias, do lazer, do trabalho, são marcas de contextos urbanos onde grassam altos patamares de criminalidade. Junto a essas prosaicas mudanças, costuma se seguir (ou mesmo fundamentar-se) um discurso-padrão que enaltece os rótulos de periculosidade, e que são seletivamente distribuídos entre os diferentes grupos sociais de uma localidade. As "classes perigosas" emergem então como componentes fundamentais das relações sociais em contextos violentos, e esgarçam os conflitos simbólicos que definem o valor e a posição social de indivíduos e grupos sociais na hierarquia moral de uma comunidade.

Nesse sentido, cabe-nos ratificar que a questão da violência urbana, sua gravidade como problema público, transcende a distribuição de curvas de homicídio ou criminalidade, embora tais aspectos sejam cruciais para sua constituição como problema social. Além do crime, a violência urbana é constituída, pois, pela repercussão coletiva desses atos, que tendem a mitigar os laços de solidariedade que devem moldar as relações sociais em sociedades democráticas, mesmo aquelas relações de conflito. Pois o conflito social, por exemplo, entre classes sociais, emerge em condições nas quais a luta política se encontra aberta e em disputa. A violência, ao trazer para o primeiro plano a dimensão das "classes perigosas", constitui vetor de justificação para a exclusão moral e a invisibilidade política da classe de indivíduos que é associada à criminalidade. Não é apenas o criminoso o alvo do rótulo que o tornará doravante um *outsider (*BECKER, Howard S., 2008). Com base no medo da violência e na sensação de insegurança, a pobreza volta a ser, "justificadamente", o alvo da suspeição e do olhar inquisidor da sociedade mais ampla, que poderá utilizar expedientes antidemocráticos para justificar, via anulação do "outro", o tolhi-

13 Tratar a violência urbana como representação social, e não simplesmente como um conjunto específico de crimes que fazem uso da força física, é a forma de realçar o conteúdo político da criminalidade urbana, no sentido de pensar as relações sociais da *polis* a partir de fenômenos sociais indutores de instabilidade, tensões e conflitos nas relações interpessoais. Cf, por exemplo, CALDEIRA, 2000. *Op. cit.*; FELTRAN, Gabriel. *Crime e periferia*, e PORTO, Maria Stela. *Violência e representações sociais*, ambos em LIMA, Renato Sérgio de, RATTON, José Luiz & AZEVEDO, Rodrigo Ghiringheli de. *Crime, Polícia e Justiça no Brasil.* São Paulo, Contexto, 2014; MACHADO DA SILVA, Luiz Antonio. "Violência urbana", segurança pública e favelas - o caso do Rio de Janeiro atual. *Caderno CRH*, Salvador, v. 23, n. 59, p. 283-300, Maio/Ago. 2010.

mento da liberdade e o estreitamento das possibilidades de conflito e disputa simbólica. As políticas de encarceramento em massa são apenas a parte mais visível desse *iceberg* (WACQUANT, Loïc, 2001; WACQUANT, Loïc, 2008), sem que qualquer solução de longo prazo tenha sido aventada nessa cruzada contra a violência. Esse é um olhar possível e fundamental para entendermos com mais profundidade tudo o que está envolvido na ideia de violência urbana, no Brasil ou no TES.

A IDENTIDADE COM O COTIDIANO DO LUGAR OU ASSOCIADA AO LUGAR NA PERSPECTIVA MIGRATÓRIA

Helenilda Cavalcanti, Danielle Rocha e Breno Bittencourt Santos

Identidade é um conceito subjetivo que se relaciona diretamente aos sentimentos intrínsecos de cada indivíduo. Neste capítulo, estamos propondo usar metodologias e parâmetros para quantificar essas percepções, com o intento de analisar as experiências e as mudanças ocorridas no campo da identidade relacionada com o cotidiano do lugar ou associada ao lugar dos migrantes, nas áreas de maior dinamismo do Complexo Industrial Portuário de Suape (CIPS).

Distintos campos interdisciplinares abordam o estudo das identidades relacionadas com o cotidiano do lugar ou associadas ao lugar (MOREIRA, e HESPANHOL, *p. 48- 60, 2008;* MOREIRA, 2012; DUARTE *et. al. In*: www.scielo.mec.pt/pdf/psi/v19n1-2/v19n1-2a09.pdf; ARAGONÉS, J. *et. al.*, 1992; CUBA, L., e HUMMON, D., 1993, p.p. 111-131; BALTAZAR, A., 2002; CASAKIN, *et. al.*, 1999; BERNARDO, 2013), e alguns deles se concentram no estudo da identidade com o lugar na perspectiva migratória (CUNHA, *et. al.*, 2000; DANTAS, *et. al.*, 2010; CASTELLS, 1999; HAESBAERT, 1999; CAVALCANTI, H. 1999). A nossa abordagem para estudar a identidade

com o cotidiano do lugar ou associada ao lugar dos migrantes foi construída a partir de um esforço interdisciplinar[1] no qual procuramos integrar os conhecimentos de vários pesquisadores envolvidos neste estudo por meio das interfaces de cada uma das disciplinas correspondentes. Nesse sentido, fomos norteados não só pela natureza e formação da equipe que ajudou a combinar e interconectar os vários ângulos da problemática estudada, como ainda essas visões diferenciadas serviram como instrumento importante para nos auxiliar a interpretar a complexidade das experiências no campo das identidades dos migrantes e não migrantes no contexto das áreas de maior dinamismo do Complexo Industrial Portuário de Suape.

O estudo também se justifica por nos ajudar a compreender as formas de relação que se estabelecem entre a condição de migrante e o seu novo ambiente, como também pode nos auxiliar a captar a satisfação residencial do migrante e a sua ligação com o lugar escolhido para morar, uma vez que, quanto maior for o sentimento de pertença ao lugar, maior será o comprometimento que as pessoas têm com o lugar. Além disso, o estudo pode contribuir para entender as dimensões da mudança na vida das pessoas, provocadas pelo Complexo Industrial Portuário de Suape, como também pode ser um recurso para avaliar a localidade e a ligação que as pessoas têm com o lugar.

O nosso primeiro passo foi colocar as nossas disciplinas em sintonia. Priorizamos o foco da explicação antropológica da identidade fundamentada numa perspectiva de análise relacional, no sentido de a concepção da identidade ser uma construção social formada por sujeitos, um em relação ao outro, salientando os elementos da alteridade.[2]

Nesse particular, percebemos que não apenas a antropologia, mas, no mesmo caminho, a psicologia social traz evidências de que a construção da

---

1 Definimos Interdisciplinaridade como interação existente entre duas ou mais disciplinas, tal definição pode nos encaminhar da simples comunicação das ideias até a integração mútua dos conceitos chaves da epistemologia, da terminologia, do procedimento, dos dados e da organização da pesquisa relacionando-os. FAZENDA, I.C.A. Dicionário em Construção: Interdisciplinaridade. São Paulo, Editora Cortez, 2001; FAZENDA, I.C.A Interdisciplinaridade: qual o sentido? São Paulo, Editora Paulus, 2003.

2 Alteridade vem de etimologia francesa, *altérité,* alteração, mudança, calcada no latim, *altarĭtas, Átis,* diz respeito à natureza ou condição do que é outro, do que é distinto. Para a Filosofia, é um estado ou qualidade que se constitui por meio de relações de contraste, distinção, diferença. Relegada ao plano de realidade não essencial pela metafísica antiga. A alteridade adquire centralidade e relevância ontológica na filosofia moderna (*hegelianismo*) e especialmente na contemporânea (*pós-estruturalismo*). www.significados.com.br/alteridade Para analisar a aplicação do conceito de alteridade ver TODOROV, Tzvetan. A Conquista da América: a Questão do Outro. São Paulo, Editora Martins Fontes, 1983. TODOROV, Tzvetan. Nós e os Outros. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editores, 1993.

identidade social possui um caráter relacional e social, sendo também gestada no indivíduo. Mas especificamente, a identidade pode ser construída por elementos que estão em oposição, como, por exemplo, o caráter contingencial das semelhanças e diferenças das situações dos indivíduos ou grupos (CAVALCANTI, H. *In*: BURITY, 2002).

Essa abordagem tem sido tratada principalmente por pesquisadores franceses (DESCHAMPS e MOLINER, 2009) que delineiam em seus estudos os aspectos sociológicos e psicológicos da identidade social e pessoal, marcados pelo sentimento de semelhança e diferença em relação aos outros. Isso confere à identidade um caráter subjetivo e dinâmico, resultante dessa dupla constatação dada pelas semelhanças e diferenças entre si mesmos e os outros.

A identidade pode ser também construída por outras oposições presentes nas situações sociais encontradas no cotidiano dos indivíduos que atuam nos processos que intervêm na elaboração de conhecimentos e crenças sobre si mesmo, sobre os outros, bem como sobre os grupos de pertença e de não pertença.

A articulação dessas dimensões aparentemente opostas e contraditórias torna-se necessária para superar a dicotomia presente individual/social que faz parte da problemática da identidade desde a origem do conceito.[3] Assim, a identidade implica tanto o reconhecimento de que um indivíduo é o ser de quem se trata, como também pertence a um todo, confundindo-se com os outros, seus iguais e também diferenciando-se deles.

Um dado importante a ser percebido no estudo da identidade, chamado por CHIAMPA (1987), é que ela se move em consonância com os novos significados que vão sendo acrescidos à vida cotidiana, o que tornam a existência dos indivíduos qualitativamente diferente. Essa diferença não é notada quando os acontecimentos se dão de forma lenta e descontínua, porque é pelo acúmulo dos movimentos das mudanças realizados ao longo do tempo que os aspectos da identidade se tornam percebidos como mudança. Nesse sentido, *Identidade é movimento, é desenvolvimento do concreto... é metamorfose* (CIAMPA, 1987, p. 74). É, sem dúvida, um processo da atividade humana que está em

3 Chamamos a atenção para a cisão entre o indivíduo e o social que é encontrada nos textos de diferentes autores, o que pode levar ao entendimento errôneo da concepção da identidade social e do indivíduo como sendo aspectos fragmentados, divididos, como se coexistissem independentemente e/ou separadamente. Fugimos, assim, da concepção da identidade social na qual as situações são explicadas por "verdades absolutas" e estáticas, que tendem a se naturalizar como representação do outro.

construção, não algo já concebido, pois a realidade do vivido de cada um produz então as condições de sua vida e dos seus possíveis. O concreto é, então, história e ação dialética que, em meio a ganhos e perdas, leva o indivíduo a um futuro marcado por determinados aspectos gestados no social e no indivíduo (CAVALCANTI, H. 1999).

No caso específico do estudo da identidade com o lugar ou associado ao lugar (CUBA, *et. al.*, 1993; FREID, 2000; GUSTAFSON, 2001; KORPELA, 1989; BALTAZAR, 2002; MARANDOLA, 2008) em geral as referências tomam como foco a identidade com o ambiente que se transforma por diferentes processos de globalização, seja local, regional, seja nacional/internacional. Muitos desses estudos se baseiam na identificação com o lugar no sentido de como o lugar satisfaz as necessidades, ou de como determinadas especificidades do lugar se diferenciam de outros lugares no contexto de globalização.

Outros estudos tratam do fenômeno da identidade a partir dos deslocamentos de populações, ou seja, das migrações que, no nosso caso particular, são movidas pela necessidade de trabalho e tendem a enfrentar a problemática de adaptação ao novo local. Nesse aspecto, o processo de adaptação vai depender em certo sentido da relação do migrante com o local de destino (GALLO, *et. al.*, 2008). No caso, várias estratégias são então lançadas para que o migrante compense o sentimento de desligamento e desenraizamento a que foi exposto.

O enraizamento é descrito por Simone Weil (WEIL, 1979; BOSI, 2004) como:

> (...) a necessidade mais importante e mais desconhecida da alma humana. É uma das mais difíceis de definir. O ser humano tem uma raiz por sua participação real, ativa e natural na existência de uma coletividade que conserva vivos certos tesouros do passado e certos pressentimentos do futuro. Participação natural, isto é, que vem automaticamente do lugar, do nascimento, da profissão, do ambiente (WEIL, 1979, p. 347).

Esse sentimento de perda de *participação real, ativa e natural na existência de uma coletividade* acontece, como bem enfatiza Weil, quando o indivíduo deixa o convívio de elementos caros para a sua existência humana e que resultam no impacto na *identidade territorial e segurança existencial.* O lugar de

viver, o lugar de morrer, o lugar onde se enterram os mortos, o lugar onde os indivíduos definem a sua própria experiência comunitária e, por isso, significa para o indivíduo pertencer a algo. [4]

No estudo de McMillan e Chavis *apus* García *et.al.* (2009), os autores destacam quatro categorias definidoras do sentimento de vivência no lugar, as quais dão ênfase ao sentimento de pertencimento, resumidos abaixo.

- A primeira categoria diz respeito ao *sentimento de pertencimento* que alguém sente no lugar onde está inserido. Esse sentimento é caracterizado pela segurança emocional, que permite a construção do vínculo afetivo com o lugar quando se está seguro. Relaciona-se também com a identificação com o compartilhar com outros a mesma realidade social e cultural do lugar;
- A segunda categoria é denominada pela *influência,* e é determinada pela capacidade que um morador tem de influenciar a vida comunitária e ser influenciado por ela;
- A terceira categoria diz respeito à *satisfação das necessidades pessoais e coletivas* dos moradores de uma localidade de forma cooperativa, sendo assim designada como integração e satisfação de necessidades;
- A última categoria chama-se *conexão emocional compartilhada: é a* experiência compartilhada por meio de símbolos que possuem um significado especial para os indivíduos de um lugar.

Várias outras categorias complementares podem ser adicionadas a esse rol, como *a rede de relações de apoio mútuo*; *a participação na comunidade para resolver dificuldades em comum* e outras.

Então o imigrante, para equilibrar as suas condições de pertencimento a um novo lugar, passa a mobilizar táticas para recuperar seu bem-estar e o sentimento de pertencimento e empenha-se em "construir novos lugares" ou mantém os vínculos com a sua terra natal. No caso primeiro, pode construir lugares próprios, que o remete a uma rede social com o seu lugar

4 Vale a pena trazer a reflexão deixada por Clarice Lispector em uma de suas crônicas escrita com o tema Pertencer: "E então eu soube: pertencer é viver. Experimentei-o com a sede de quem está no deserto e bebe sôfrego os últimos goles de água de um cantil. E depois a sede volta e é no deserto mesmo que caminho!". LISPECTOR, Clarice. A descoberta do mundo. Rio de Janeiro, Rocco, 1999, p.110-111. Crônica publicada em 15 de junho de 1968.

de origem. Temos o caso dos migrantes no TES que, a despeito de estarem juntos, se identificam pela localidade de origem, os baianos, de um lado, os pernambucanos de distintos municípios junto com os alagoanos, os sergipanos, os piauienses e maranhenses, de outro lado, e outros grupos, compostos pelos sulistas, paulistanos, cariocas, gaúchos e catarinenses. Segundo Gallo e Marandola Jr., (2008), é como buscar personalizar os lugares como uma resposta ao choque identitário que se sofre em relação à nova realidade. Esse choque pode dificultar o estabelecimento de uma relação entre o migrante e o local de destino, dificultando o envolvimento do migrante com o lugar de chegada (GALLO e MARANDOLA, 2008), mas pode também, ao personalizar o lugar, acrescentar novas práticas da sua cultura à nova realidade, resignificando o lugar por meio de uma fusão de práticas antigas e novas.

Não podemos deixar de salientar o rico diálogo que o estudo da identidade social do migrante e do não migrante pode fazer com a geografia e com as questões urbanas, uma vez que a migração é em si um fenômeno geográfico que possui implicações territoriais e existenciais. Migrar envolve processos de desterritorialização e reterritorialização, que não são necessariamente sucessivos nem ordenados (GALLO e MARANDOLA, 2008, p. 12). Nesse aspecto, Marandola Jr. (2009) se coloca diferentemente da posição de HAESBARERT (2007). Se o segundo se concentra na compreensão das implicações para os grupos e coletividades, o primeiro enfoca a existência e, a partir dela, poder pensar os grupos e o coletivo. Entende que, em termos ontológicos, há um abalo na segurança existencial e na identidade territorial que precisam ser compreendidos como elementos centrais do processo migratório (MARANDOLA, 2009, p.3). Esta última posição nos interessa neste trabalho porque vincula categorias discutidas acima sobre o impacto na *identidade territorial e na segurança existencial* dos indivíduos, o que será explorado nas variáveis que vamos estudar.

Do lado do urbanismo, o contexto das transformações no TES, especificamente nos municípios do Cabo de Santo Agostinho e Ipojuca, recaem principalmente no espaço urbano, pois pressiona todo o sistema de infraestrutura e habitação dos municípios, conforme foi analisado anteriormente nos capítulos que tratam das variáveis *migração, habitabilidade e trabalho.* A identidade do migrante com o lugar também vai depender de como *as satisfações das necessidades pessoais e coletivas* dos moradores migrantes de uma localidade estão

asseguradas. Isso indica se os migrantes possuem condições para construir um vínculo afetivo com o lugar no território urbano.

Com essas considerações sobre a abordagem da identidade dos migrantes com o lugar ou associada ao lugar, passamos para a análise dos dados da pesquisa, considerando as vquestões específicas relativas a este capítulo.

A abordagem metodológica da questão da identidade com o lugar

Embora toda a apresentação do quadro teórico exposto acima sugira uma análise qualitativa do ponto de vista da fenomenologia, o nosso desafio está em empreender a análise de cunho qualitativo da identidade de pertencimento com o lugar por meio de instrumento quali-quantitativo, justificada por uma pesquisa de escopo abrangente (ver Anexo I sobre Metodologia da Pesquisa), que se interconecta com um conjunto de variáveis cujas respostas são de ordem qualitativa com variáveis com respostas que são numericamente quantificáveis. Para isso, inicialmente, escolhemos que os dados fossem tratados por meio de procedimentos estatísticos descritivos, ao incluirmos a construção de um índice composto de identidade, elaborado com base em variáveis pertinentes à temática da identidade.

Os índices compostos constituem agregados de indicadores que, por meio da utilização do método do *Coeficiente de Alfa de Cronbach*, agrupam determinadas variáveis que demonstram capacidade de conferir robustez e confiabilidade ao indicador composto que se deseja construir. Por esta razão, o método de Alfa de Cronbach é utilizado com o intuito de analisar as correlações existentes entre as variáveis selecionadas para comporem um índice estatístico (LEVIN, 1987; DANCEY e REIDY, 2006; MARTINS, 2006).

Além disto, o Coeficiente de Alfa de Cronbach revela-se útil, também, para estimar em que medida as variáveis utilizadas no questionário da pesquisa conseguem de fato inferir ou medir aquilo a que realmente se propõe no contexto estudado, no nosso caso, o Complexo Industrial Portuário de Suape, conferindo a relevância da temática da Identidade para a pesquisa.

Nesse sentido, medir constitui atribuir números a objetos ou eventos de acordo com regras ou, ainda, atribuir uma escala numérica (quantitativa) ou descritiva (qualitativa) a um determinado evento ou objeto (HORA *et. al.*, a*pud,* MATTHIENSEN, 2011). Portanto, por meio de uma série de perguntas, pode ser adicionado um valor numérico único para cada resposta (BLAND, J.

M.; ALTMAN, *apud,* MATTHIENSEN, 2011). Esses valores formarão escalas numéricas e essas escalas somadas serão usadas como instrumento de medição. Segundo SANTOS (1999), o desenvolvimento de tais escalas é o meio pelo qual se buscam as variáveis de predição para modelos objetivos, porém, essas escalas precisam ter consistência interna, ou seja, os itens que compõem sua estrutura devem se correlacionar uns com os outros.

Quando complementamos essa abordagem dos instrumentos de medida da variável *identidade com o lugar ou associada ao lugar*, é possível que, quando necessário, possamos preencher o campo de análise dos dados quantitativos com as informações ilustrativas extraídas das entrevistas profundas sobre os conteúdos identitários dos entrevistados, que foram anteriormente realizadas com o propósito de subsidiar o questionário.

Iniciamos, então, pela seleção das variáveis que vão compor as condições para a análise da identidade dos migrantes com o lugar. As variáveis Dependentes são as variáveis que, teoricamente, podem ser influenciadas por outras variáveis (Independentes) que, na maioria dos casos, não são refletidas de forma consciente pelo respondente. A escolha das variáveis dependentes ocorre em função do eixo temático de cada pesquisa, estruturada a partir das questões relacionadas com os objetivos e hipóteses. No nosso caso específico, que trata sobre *a identidade com o lugar ou associada ao lugar*, o objetivo é *compreender as relações identitárias estabelecidas entre os migrantes com o Território, decorrentes das mudanças econômicas, sociais e culturais geradas pela dinamização do CIPS.*

As variáveis que fizeram parte desse capítulo foram escolhidas por meio de observação de campo em pesquisa qualitativa, sendo aperfeiçoadas posteriormente em um Seminário Teórico Metodológico,[5] no qual definimos as variáveis que comporiam essa temática da pesquisa, cujas questões fariam parte do Questionário. Escolhemos como variáveis dependentes para o caso específico da *identidade com o cotidiano do lugar ou associada com o lugar* as questões: *deseja sair do município*; *trabalha no município*; *lugar onde vota; lugar onde enterra os mortos,* sendo a questão *deseja sair do município* considerada como a condição de maior evidência na definição da identidade com o lugar ou associada a ele.

5 SEMINÀRIO TEÓRICO METODOLÓGICO *da Pesquisa Impactos do Complexo Industrial Portuário de Suape (CIPS): migração, trabalho, condições de moradia, identidade e novas territorialidades,* realizado em 17 e 18 de fevereiro de 2014 com a participação de convidados de fora: a Profa. Dra. Matilde Melo (PUC - SP), a Profa. Dra Lívia Miranda (UF de Campina Grande) e o pesquisador Dr. Morvan Moreira de Mello (Fundaj).

As variáveis independentes, isto é, aquelas que, teoricamente, influenciam o comportamento das variáveis dependentes, no caso específico, foram determinadas pelo: *município de residência (Cabo de Santo Agostinho), sexo (masculino e feminino), faixas etárias (jovem, adulto e idoso), condição de migração (migrante e não migrante), tempo de migração e relação com a pessoa responsável pelo domicílio.*

A análise das variáveis desta seção foi realizada seguindo dois procedimentos:

1. consideramos a distribuição dos escores das variáveis dependentes segundo os grupos populacionais formados pelas variáveis independentes (descritivas), e

2. associações existentes entre as variáveis escolhidas.

É importante dizer que, na análise sobre a variável da Identidade, consideramos apenas as respostas dos entrevistados, 786 pessoas, dos domicílios pesquisados, e não os domicílios como um todo. Essa ressalva já foi justificada no Anexo I sobre a Metodologia geral da pesquisa.

Análise dos Dados

Realizamos a distribuição da variável-chave do estudo da *Identidade com o lugar ou associada ao lugar* tomando conjuntamente os dois municípios Cabo de Santo Agostinho e Ipojuca (Tabela 9.1). Indagamos então se as pessoas desejariam permanecer ou sair do município onde residiam (Cabo de Santo Agostinho ou Ipojuca). Como resposta, encontramos uma proporção de 61,2% de pessoas da amostra pesquisada para os dois municípios que revelaram o desejo de permanecer no lugar, isto é: de um total de 786 respondentes nos dois municípios, 481 pessoas não apresentaram desejo de sair do lugar e 305 pessoas (38,8%) demonstraram vontade de sair do município em que moram. Esses números revelam que, na amostra pesquisada, a maioria dos residentes de Cabo de Santo Agostinho e Ipojuca deseja permanecer no município em que vive, indicando que as pessoas, por certas razões, se identificam de tal modo com o lugar em que vivem que não desejam mudar-se para outro município. Diante disso, cumpre-nos investigar as possíveis razões que fazem com que as pessoas desejem permanecer ou sair do município onde residem. Obviamente, a identidade com o lugar não se esgota com o simples desejo de

permanecer ou sair do lugar em que vive, mas o fato de a maioria dos residentes de um lugar manifestar o desejo de permanecer no lugar pode representar um indício de que, por determinadas razões, o lugar em que vive, de certo modo desperta o sentimento de pertencimento, satisfaz as necessidades pessoais e coletivas e desenvolve a conexão emocional do indivíduo com o lugar, conforme ressaltado por Weil (1979) e Gallo e Marandola Jr. (2009).

Tabela 9.1. Cabo de Santo Agostinho e Ipojuca. Pessoas residentes segundo o desejo de mudar-se para outro município.

Alternativas	**N**	**%**
Não desejam sair	481	61,2
Desejam sair	305	38,8
Total	786	100

Fonte: Pesquisa Fundaj/Observatório-PE/LAEPT, 2015.

Ao separarmos as respostas dos entrevistados de acordo com o município de residência (Cabo de Santo Agostinho e Ipojuca), observamos na Tabela 9.2 uma diferença relativamente grande entre a proporção de pessoas que desejam sair do município do Cabo de Santo Agostinho, comparada com a população do município de Ipojuca. No município do Cabo de Santo Agostinho, um pouco mais da metade dos entrevistados, 56,6 %, declararam não ter desejo de sair do município, contra a posição de 43,4% de pessoas que desejam sair. Há quase uma equivalência de resposta no município do Cabo de Santo Agostinho entre os que querem ficar e os que desejam sair. Já no município de Ipojuca essa distância é maior: 65,4% afirmaram o desejo de permanecer no lugar, enquanto 34,6% declararam o desejo de sair. O município de Ipojuca sobressai com 2/3 da população pesquisada que declarou o desejo de ficar no município.

Tabela 9.2. Cabo de Santo Agostinho e Ipojuca. Pessoas residentes segundo o desejo de mudar-se para outro município segundo o município de residência

Município de residência	**Deseja sair do município (%)**		**Total (%)**
	Não	**Sim**	
Cabo de Santo Agostinho	56,6	43,4	100
Ipojuca	65,4	34,6	100

Fonte: Pesquisa Fundaj/Observatório-PE/LAEPT, 2015.

Aparentemente, o dado acima sobre a proporção de pessoas que desejam ficar no município do Cabo de Santo Agostinho, 56,6%, e 65,4% no município de Ipojuca (Tabela 9.2) pode indicar alguma força de atração que o lugar estaria exercendo para os respondentes até a ocasião da pesquisa e pode também apontar alguma relação forte com a identidade que as pessoas têm com o lugar ou associada ao lugar no sentido de o lugar representar uma qualidade que diz respeito à *satisfação das necessidades pessoais e coletivas* dos moradores desse grupo pesquisado por oferecer condições materiais ou redes sociais de relações ao atendimento às necessidades dessa população. Contudo, a proporção de pessoas que desejam sair do lugar ainda é relativamente alta, o que nos leva a ter cautela quanto à afirmação colocada acima de que o lugar possui requisitos para fixar as pessoas, pois, ao juntarmos os dois municípios, observamos que um pouco mais de 1/3 da população entrevistada, 38,8%, declarou ter vontade de sair para outro lugar, o que pode ser um indicador de frustração com o lugar onde moram (ver Tabela 9.1). Quando separamos os dados dos dois municípios, o município de Ipojuca sobressai no requesito relacionado ao desejo das pessoas de *permanecer no lugar* e, consequentemente, com resposta mais baixa no requesito *deseja sair do lugar* (ver Tabela 9.2).

Ao analisarmos a Tabela 9.3, quanto ao poder de atração ou rejeição do lugar segundo o sexo do residente, verificamos certa homogeneidade na distribuição dos resultados. O número de mulheres apresenta uma proporção leve alta em relação aos homens quanto ao desejo de permanecer no lugar onde vivem.

Tabela 9.3. Cabo de Santo Agostinho e Ipojuca. Desejo de mudar-se para outro município segundo o sexo.

Sexo	**Deseja sair do município (%)**		
	Sim	**Não**	**Total (%)**
Masculino	42,1	57,9	100
Feminino	36,8	63,2	100

Fonte: Pesquisa Fundaj/Observatório-PE/LAEPT, 2015.

Os dados apresentados na Tabela 9.4 versam sobre o desejo de mudar-se para outro município segundo as faixas etárias.[6] Dentre os três grupos etários

6 As faixas etárias foram construídas com base nos critérios propostos pela Organização Mundial da Saúde (OMS), os quais indicam que as crianças e jovens constituem o intervalo etário de 0 a 29 anos de idade; os adultos de 30 a 64 anos de idade; e os idosos de 65 anos de idade e mais de idade.

analisados, os jovens tendem a apresentar maior proporção dos que desejam mudar do município em que vivem (51,5%), seguidos pelos adultos (40,2%). Em contrapartida, os idosos são os que apresentam o menor desejo de sair do município (20%). Esses resultados não chegam a causar surpresa, visto que, de maneira geral, os jovens tendem a aspirar novas experiências, muitas das quais estão relacionadas ao próprio desejo de mudar de estado ou país, em busca de novas e melhores oportunidades de estudo e trabalho, itens que se relacionam fortemente com o desejo de buscar independência física e emocional. Em contrapartida, os idosos tendem a apresentar maior resistência em sair do lugar em que vivem.

Tabela 9.4. Cabo de Santo Agostinho e Ipojuca. Desejo de sair do município segundo as faixas etárias.

Faixas etárias	**Deseja sair do município (%)**		**Total (%)**
	Sim	**Não**	
Jovens	51,5	48,5	100
Adultos	40,2	59,8	100
Idosos	20,6	79,4	100

Fonte: Pesquisa Fundaj/Observatório-PE/LAEPT, 2015.

Ao analisarmos a Tabela 9.5, quanto ao poder de atração ou rejeição com o lugar em razão da *condição de ser migrante* e não migrante, destacamos uma resposta surpreendente no quesito sobre a proporção de pessoas que *desejam sair do município.* Considerando os dois municípios conjuntamente, percebemos que 72,5% dos que nasceram no município do Cabo de Santo Agostinho e Ipojuca, isto é, os considerados *não migrantes*, declararam desejo de sair do município e apenas 27% desse grupo afirmou o desejo de permanecer no lugar onde residiam. No caso dos *migrantes*, 58,3% declararam intenção de sair, contra 41,7% que expressaram a intenção de ficar no lugar escolhido da migração. Sem dúvida, são diversas as razões que fazem com que as pessoas estejam satisfeitas ou insatisfeitas com o lugar onde vivem, o que influencia no desejo de lá permanecerem ou saírem. Esse dado será maior aprofundado quando aplicarmos o Coeficiente de Alfa de Cronbach.

Algumas hipóteses podem ser pensadas, antes de realizarmos o teste das variáveis, para explicar o fato de os migrantes apresentarem menor proporção dos que desejam mudar de município. Em primeiro lugar, a própria operacionalização da variável *condição de migração* (não migrante/migrante), ao

contabilizar como imigrante todos aqueles indivíduos que não nasceram no município de residência atual, pode inflacionar os resultados obtidos a respeito dos imigrantes. Sobre isso, os dados da pesquisa revelam que 37,7% dos migrantes nasceram em municípios do TES, circunvizinhos, portanto, dos municípios de Cabo de Santo Agostinho e Ipojuca. Além da proximidade geográfica, é importante destacar que, até poucos anos atrás, à exceção dos municípios de Cabo de Santo Agostinho e Jaboatão dos Guararapes, nos demais municípios do TES não havia maternidades, o que fazia com que os filhos dos residentes desses municípios nascessem em Cabo de Santo Agostinho ou Jaboatão dos Guararapes. Com isso, na pesquisa, parte dos residentes de municípios do TES foi classificada como migrante devido ao fato de ter nascido fora do município, quando, na realidade, parte dessas pessoas residiu durante toda a sua vida no município de residência atual. Como forma de evitar distorções desse tipo, precisamos analisar a questão da migração apoiando-nos em pelo menos duas variáveis, a *condição de migração* e o *tempo de residência no município*.

Questões metodológicas à parte, a informação de que os migrantes apresentam maior proporção dos que desejam permanecer no lugar em que vivem pode ser um indicativo também da *saturação da disposição do migrante em migrar novamente*. Isso significa que os migrantes, sobretudo aqueles que migram por razões econômicas, isto é, em busca de oportunidades de trabalho, em determinado momento da vida sentem a necessidade de interromper sua dinâmica migratória e estabelecer-se, em definitivo, em um determinado lugar. Nesse caso, fatores como a família e a rede de suporte social e emocional construídas no lugar tendem a ser decisivas na escolha do migrante em permanecer no lugar.

Tabela 9.5. Cabo de Santo Agostinho e Ipojuca. Proporção de pessoas que desejam sair do município segundo a condição de migração

Condição de ser migrante e não migrante	**Deseja sair do município (%)**		**Total (%)**
	Sim	**Não**	
Não migrantes	72,5	27,5	100
Migrantes	58,3	41,7	100

Fonte: Pesquisa Fundaj/Observatório-PE/LAEPT, 2015.

Lembramos que o tempo da migração, analisado no Capítulo IV deste livro, revelou que 72,5 % das pessoas consideradas migrantes possuem mais de

7 anos de residência no município do Cabo de Santo Agostinho, e em Ipojuca, 71,0%; os que possuem de 3 anos até 7 anos de residência apresentam um percentual de 12,9 % no Cabo de Santo Agostinho e 15,4% em Ipojuca, e, para aqueles que têm até 3 anos de residência, o percentual é de 14,7% para o Cabo de Santo Agostinho e 13,6% para o município de Ipojuca.

Portanto, o tempo de residência no município pode influenciar mais fortemente as questões vinculadas à identidade associada ao lugar do que propriamente a variável relacionada à condição de migração.

A maioria dos migrantes possui um longo tempo de residência nos municípios pesquisados, o que nos induz a pensar que essa condição de ser migrante mais antigo pode levar esse grupo a ter uma relação mais forte com o município do que o migrante mais recente. Ao estar exposto às adversidades em lugar estranho, o mais antigo passa pelo processo de resiliência[7], que é a capacidade de superação psicológica em trajetórias de enfrentamento e adaptação às dificuldades, e conformação à organização espacial, em cujo processo se mobilizam as condições para se ter algo em que acreditar e lutar. O tempo também ajuda a formar redes de apoio para a segurança existencial e afetiva, por meio da criação de um lugar próprio para viver. Alguns migrantes, podemos dizer com base em entrevistas profundas, sofreram bastante para se transformarem em seres híbridos: absorveram a cultura do lugar e para lá levaram também a sua cultura, mesclando os espaços e as relações com as suas marcas. Talvez a segunda ou terceira geração dos migrantes venha a usufruir do imenso trabalho realizado nessa trajetória dos pais, avós dos migrantes. Pois como diz Casey (1993) citando Heidegger (2001) *apud* MARANDOLA, 2009, p.3: *somos nossos lugares, assim como eles nos são. Nós não estamos no espaço: nós somos sendo espacialmente.*

Já enfatizamos que construímos a nossa identidade por meio de semelhanças e oposições presentes nas situações sociais encontradas no cotidiano, que atuam nos processos que intervêm na elaboração de conhecimentos e crenças sobre nós mesmos, sobre os outros, bem como sobre os grupos de pertença e de não pertença. Sem dúvida, nossas identidades vão sendo movidas em consonância aos novos significados que vão sendo acrescidos à vida cotidiana, tornando a nossa existência qualitativamente diferente.

---

7 A resiliência é uma condição que precisa ser olhada mais profundamente porque de certo modo implica na superação de sofrimento e dores na alma que ficam guardadas no subjetivo e também ocasionam problemas de saúde.

É importante acrescentarmos que a maioria dos migrantes que transitam nos dois municípios, particularmente no município de Ipojuca, tem como origem o município vizinho do Cabo de Santo Agostinho. A eles se somam os que são de origem de outros municípios do Estado de Pernambuco e de outros estados nordestinos que, de modo similar, migraram para o Cabo e Ipojuca com a implantação e dinamismo do CIPS. Há nesse processo uma maior condição de adaptação pela proximidade das condições culturais entre os migrantes nordestinos e os dos municípios circunvizinhos. Provavelmente, essa situação é diferente para os migrantes que têm como origem a região do Sul do país.

Por sua vez, as pessoas que nasceram nos dois municípios e que desejam sair do lugar sentem que estão submetidas a uma espécie de expulsão com a chegada dos novos moradores. As mudanças no ambiente de residência, vizinhança e ambiente mais amplo dos municípios com a instalação do CIPS, particularmente no município do Cabo de Santo Agostinho, têm trazido situações de grande incômodo para as pessoas mais antigas dos municípios. Em entrevistas com moradores que se sentem mais fortemente ligados à tradição local, há lamentações de que o ambiente tornou-se mais precário em termos da descaracterização cultural local, com a presença de "estranhos". Acrescentem-se ainda, as queixas sobre a maior incerteza no acesso aos serviços públicos, à segurança, à mobilidade. Para os mais antigos, o acréscimo de um grande volume de novos moradores à população local fez subir o custo de vida, o aluguel e o preço dos imóveis. E, a despeito de haver mais oferta de emprego e serviços, o mercado de trabalho foi redimensionado com novas especializações e exigências que os moradores mais antigos ou os mais jovens sem escolaridade básica não podiam acompanhar. Esse é um dado mais qualitativo da pesquisa, extraído das entrevistas com a população pesquisada.

Com vistas a aprofundar a investigação a respeito do desejo de sair ou permanecer no lugar em que vive, buscamos analisar também as respostas a esta questão sobre a relação com o responsável pelo domicílio. Os dados apresentados na Tabela 9.6 revelam que as pessoas responsáveis pelos domicílios apresentam menor proporção dos que desejam sair do município (37,5%), seguidos pelos cônjuges (42%). Na outra ponta, os filhos representam o grupo populacional que mais apresenta o desejo de mudar-se para outro município (44,4%). Acreditamos que, em grande medida, este resultado se deve em razão dos filhos serem jovens e, conforme discutido anteriormente, manifestam de maneira mais intensa o desejo de viver novas experiências, fora do lugar onde residem atualmente.

Tabela 9.6. Cabo de Santo Agostinho e Ipojuca. Desejo de sair do município segundo a relação com o responsável pelo domicílio

Relação com o responsável pelo domicílio	**Deseja sair do município**	
	Sim	**Não**
Pessoa responsável	37,5%	62,5%
Cônjuge	42,0%	58,0%
Filho(a)	44,4%	55,6%
Outras relações	40,7%	59,3%

Fonte: Pesquisa Fundaj/Observatório-PE/LAEPT, 2015.

Outra variável escolhida no estudo da identidade com o lugar foi *o local de trabalho*. O trabalho é um dos principais fatores que impulsionam a mobilidade das pessoas. Por meio dele é possível captarmos a identidade social das pessoas com o lugar, ou associado ao lugar, principalmente se o trabalho for realizado nas imediações em que as pessoas vivem. O trabalho na nossa sociedade capitalista é a regra número um para que o indivíduo alcance a cidadania. Como diziam Marx e Engels, é por meio do trabalho que as condições indispensáveis à existência humana são atendidas, em quaisquer que sejam as formas de sociedade.

SAYAD (1998), ao estudar a presença de imigrantes argelinos na França em um período que esse país viveu forte expansão econômica, afirma que não há como dissociar o imigrante do trabalho. Sayad nos diz que a imigração está diretamente relacionada com o trabalho e o imigrante "é essencialmente força de trabalho provisória [...], temporária, em trânsito", portanto, "o trabalho faz nascer o imigrante; se o trabalho morre, morre também o imigrante passando a viver um estado de não-ser " (SAYAD, 1998).

Quando perguntamos "*Você trabalha no município ou fora do município?*", desejamos captar quão próximas as pessoas estão posicionadas em relação às suas redes de relacionamentos, de contatos com a vizinhança. Sob esse aspecto, é possível compartilhar objetivos e procedimentos, como também oportunidades e interações importantes com diversos grupos e instâncias locais, por meio das quais os vínculos horizontais e de interdependência e complementaridade são fortalecidos. Nesse caso particular, estamos querendo igualmente saber como os municípios de maior influência no CIPS, Cabo de Santo Agostinho e Ipojuca oferecem oportunidades de emprego dentro do município à sua população residente.

Na Tabela 9.7, observamos que 85,4% dos entrevistados da amostra dos dois municípios declararam estar empregados dentro do próprio município, e apenas 14,6%, se encontravam trabalhando fora do município.

Tabela 9.7. Cabo de Santo Agostinho e Ipojuca. Proporção de pessoas segundo o lugar onde trabalha

Lugar onde trabalha	**N**	**%**
No município	357	85,4
Fora do município	61	14,6
Total	418	100

Fonte: Pesquisa Fundaj/Observatório-PE/LAEPT, 2015.

Porém, ao desagregamos o dado considerando cada um dos municípios, percebemos que, em Ipojuca, 93, 7 %, isto é, a quase totalidade dos entrevistados que declarou estar trabalhando, exercem suas atividades dentro do município e apenas 6,3% trabalham fora do município. No Cabo de Santo Agostinho, essa proporção é um pouco menor: 75,9% das pessoas entrevistadas que trabalham disseram estar empregadas dentro do município e 24,1% fora do município (Tabela 9.8).

Tabela 9.8. Cabo de Santo Agostinho e Ipojuca. Proporção de pessoas que trabalham no município segundo o município de residência

Município de residência	**Lugar onde trabalha (%)**		**Total (%)**
	No município	**Fora do município**	
Cabo de Santo Agostinho	75,9	24,1	100
Ipojuca	93,7	6,3	100

Fonte: Pesquisa Fundaj/Observatório-PE/LAEPT, 2015.

Sabemos, igualmente, que as redes mais complexas de trabalho muitas vezes não se encontram no local onde as pessoas residem, e que esse elemento de proximidade do trabalho com a moradia tem sido cada vez mais difícil no mundo do trabalho. Isso significa que o/a trabalhador/a tem de pagar pelo transporte coletivo para deslocar-se para ir ao trabalho, o que resulta em um ônus, cuja despesa é coberta pelo vale-transporte. Quando o transporte é subsidiado sem o ônus, é possível o/a trabalhador/a morar longe do trabalho, até em outro município, porque não terá custos adicionais com a condução. Em

alguns casos, sem custos com a condução por meios coletivos, o trabalhador pode até se dispor a pagar um valor maior de aluguel e morar mais próximo do trabalho. Há, portanto, nuances na escolha de trabalhar dentro ou fora do município. Cada resultado tem que ser analisado no conjunto de outros dados e situações.

Os dados apresentados na Tabela 9.8 em que apresentamos a proporção de pessoas que trabalham dentro ou fora do município segundo o município de residência, remetem a uma análise mais detida da variável o *lugar onde trabalha*. Aparentemente, os dados indicam que as pessoas estão próximas de suas redes de relacionamentos, de contatos com a vizinhança, cujas informações podem melhorar a qualidade profissional e de vida, principalmente para o município de Ipojuca. Essa variável *lugar onde trabalha* pode ser considerada como um dado explicativo para quem deseja ficar ou sair no município. O fator trabalho torna-se uma variável independente de influência.

Como já foram largamente apresentadas e abalizadas nos capítulos anteriores, as condições do dinamismo do Complexo Industrial Portuário de Suape e a sua influência direta nos dois municípios do Cabo de Santo Agostinho e Ipojuca possibilitaram uma diversidade de oferta de postos de trabalho como nunca havia ocorrido antes nessas localidades. Essa absorção de mão de obra foi guiada por um processo altamente seletivo, regulado por dogmas liberais de igualdade formal e de liberdade contratual sujeita à lei da oferta e da procura. Dentro dessa lógica, o Complexo Industrial Portuário de Suape representa, ou representou, uma grande oportunidade a ser buscada pelos que estão, ou estavam, aptos a competir.

De forma enfática, afirmamos que nenhum dos dois municípios, Cabo de Santo Agostinho e Ipojuca, possuía sustentáculo para essa grande empreitada, principalmente o município de Ipojuca, cujo processo de urbanização tem sido mais lento do que o do Cabo de Santo Agostinho (ver Capítulo VI deste livro, sobre habitação). Além de Ipojuca possuir uma maior carência em infraestrutura e em serviços públicos, o perfil de sua população possui características socioeconômicas de maior deprivação social que o Cabo de Santo Agostinho – baixa escolaridade, presença maior de mulheres como responsável pelo domicílio, presença de jovens e idosos em domicílio e renda em torno de 1 a 2 salários mínimos e relações trabalhistas que possibilitam ampla exploração do trabalhador.

A lógica sinistra do capital que aí se instalou para suprir seus objetivos investe na busca de mão de obra mais qualificada que não pôde ser encontrada nos dois municípios, especialmente em Ipojuca. A posição dessa população é permanecer nas franjas ou no sobejo das oportunidades oferecidas pelo CIPS, sendo os melhores postos seletivamente oferecidos a trabalhadores mais qualificados trazidos de fora, que se instalaram nos municípios da Região Metropolitana do Recife que possuem maior infraestrutura, como Recife, Jaboatão dos Guararapes, Olinda e outros. Aqueles que desejam ficar no município são, na sua maioria, migrantes, como ocorre principalmente em Ipojuca (Tabela 9.3). Além disso, ao estendermos a análise aplicada ao número total de pessoas entrevistadas para responder sobre as variáveis que dizem respeito à identidade com o lugar, percebemos que das 786 pessoas entrevistadas, 418 estavam empregadas dentro e fora do município, e 368 não declararam estar empregadas, pois, possivelmente, exerciam atividades não remuneradas.

Esse número de pessoas que não estavam trabalhando pode estar relacionado à desvantagem de inserção no trabalho daqueles que moram no município em relação *aos de fora.* Essa diferença pode ser notada pelo mecanismo utilizado por algumas empresas que agenciavam os empregos, trazendo verdadeiras hordas de trabalhadores para assumirem atividades particularmente da construção civil e de especializações que não eram encontradas nos municípios do TES. Muitos trabalhadores de fora já chegavam ligados a uma rede de trabalho e traziam consigo uma experiência profissional de maior qualificação, ainda mesmo para atividades mais simples, o que os diferenciava em termos de melhor capital social em relação aos locais. Além do mais, os cursos de educação profissional e tecnológica empreendidos pelos governos federal e estadual pelo Sistema "S", Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (Senai) e Serviço Nacional de Aprendizado e Comercial (Senac), além de outros cursos para treinamento da mão de obra que foram instalados para o desenvolvimento das atividades do CIPS, a fim de os trabalhadores poderem alcançar resultados mais eficiente enquanto mão de obra local, teria que antes superar o gargalo da falta de qualificação básica. Sem essa condição, fica difícil qualquer mão de obra ter condições de acompanhar os cursos e dar continuidade a uma formação profissional, cujos frutos poderiam estar sendo colhidos em futuro mais distante.

Para o migrante que vem munido de experiência, *o desejo de ficar* é uma resposta ao esforço de mudança, movida pela esperança em dias melhores.

Quais seriam então os elementos mais perspicazes que estariam explicando os laços das pessoas a viverem e a se sentirem ou não pertencentes a uma comunidade ou grupo cultural nesses dois municípios e quais as diferenças internas das respostas oferecidas pelos entrevistados?

Além da questão trabalho, outro fator de grande influência para as pessoas se fixarem *no lugar ou escolherem o lugar para viver* depende ainda do fato de esse lugar fazer sentido à história das pessoas. A proposição trazida por Cuba (1993) quando fala de um lugar para ser chamado de lar por meio da reflexão "aonde é que eu pertenço?" ou "de onde eu sou?" nos detém para pensar sobre que experiências ou vivências podem ser extraídas para podermos dizer que o indivíduo ou o grupo pertence a um lugar. Pensamos que as variáveis *onde você enterra os mortos* e *onde você vota* estão próximas às raízes que os indivíduos têm no lugar. Essas variáveis traduziriam experiências compartilhadas, com significados especiais para os indivíduos com o lugar por meio do ciclo de vida: nascer, viver, morrer. Isso está presente notadamente quando esse lugar é relativamente de menor dimensão. É diferente se esse lugar é uma capital, uma metrópole, em que a ligação estabelecida estaria menos relacionada às características sociais do lugar, como vizinhança, comunidade, família e mais às características de ordem física orientadas por avaliações mais genéricas, como a paisagem, a arquitetura e outros elementos físicos da cidade, como bem exemplificam Hidalgo e Hernandéz (2001). Esse mesmo sentido foi defendido por Cuba (1993).

Nessa compreensão analisamos os dados da Tabela 9.9, que confirmam a relação de proximidade dos indivíduos entrevistados com o lugar onde moram, por meio da variável *onde enterram seus mortos*. Para essa resposta, notamos que 73,6% dos entrevistados enterram os seus mortos no município onde residem, e 26, 4% o fazem fora do município. Essa proporção mantém-se quase constante quando separamos os dois municípios.

Tabela 9.9. Cabo de Santo Agostinho e Ipojuca. Proporção de pessoas segundo o lugar onde enterra os mortos

Lugar onde enterra os mortos	**N**	**%**
No município	548	73,6
Fora do município	197	26,4
Total	745	100

Fonte: Pesquisa Fundaj/Observatório-PE/LAEPT, 2015.

Quando separamos os dados dos dois municípios, observamos que na Tabela 9.10 há uma diferença tênue entre os dois municípios no quesito proporção de pessoas que enterram seus mortos no município e fora do município: 71.9% dos entrevistados do Cabo de Santo Agostinho têm os seus mortos enterrados no lugar onde vivem, e 74,9% dos entrevistados do município de Ipojuca, de modo similar, enterram os mortos no município de residência.

Tabela 9.10. Cabo de Santo Agostinho e Ipojuca. Proporção de pessoas que enterram seus mortos no município segundo o município de residência

Município de residência	**Lugar onde enterra seus mortos (%)**		**Total**
	No município	**Fora do município**	
Cabo de Santo Agostinho	71,9	28,1	100
Ipojuca	74,9	25,1	100

Fonte: Pesquisa Fundaj/Observatório-PE/LAEPT, 2015.

Esse dado revela que nos municípios do Cabo de Santo Agostinho e Ipojuca, com características de cidades de pequeno e médio porte, os moradores conseguem encontrar um espaço para enterrar seus mortos, sendo esse ritual de insigne humanidade, uma referência à ligação aos entes queridos e à terra a que se está afetivamente ligado. Quantos migrantes se afligem por desejar que seus corpos sejam sepultados em sua terra de nascimento? "Nascer e morrer na terra em que enterrei o meu umbigo!"[8] Muitos migrantes, quando não conseguem esse intento, os familiares ou amigos trazem, de forma emblemática, um pouco da terra natal como símbolo da ligação espiritual e emocional do morto com a seu chão de nascimento. Esse ritual de sepultar os entes queridos e continuar visitando o seu túmulo tem também um significado humano importante, pois constitui o desejo de ser honrado e lembrado quando morto, e é ainda uma prática cristã do mundo ocidental, considerada algo absolutamente natural e saudável, pois ela lembra-nos que somos finitos.

Em muitas cidades grandes, principalmente em megacidades, alguns enterros são temporários devido à pouca disponibilidade de terras e à

8 Expressão dita por uma moradora do Povoado de São Severino "Dos Macacos", Gravatá, PE a propósito de sua alegria de poder ser comida pela própria terra que lhe deu de "comê". CAVALCANTI, Helenilda. Imaginário Social e Práticas de Saída da Pobreza: O Povoado de São Severino "Dos Macacos". Tese de Doutorado. Orientador/a Profa. Dra. Sylvia Leser. Universidade de São Paulo (USP), 1999.

superlotação dos cemitérios existentes. Por essa situação, os espaços tendem a ser reutilizados, sendo muitos túmulos alugados ou cedidos, cujos contratos têm duração específica e custam caro. Essa situação retira a força do significado de ser honrado e lembrado. Perde-se, então, o halo de mistério no ciclo antropofágico da modernidade, em que *tudo o que era sólido se desmancha no ar*, parodiando Karl Marx[9].

Na mesma esteira de consideração sobre as variáveis mais sutis que estariam dialogando de forma próxima à identidade das pessoas com o lugar ou associada ao lugar, selecionamos a questão *qual o lugar onde vota.* Essa variável compreende o ato cívico que as pessoas exercem na escolha dos representantes políticos de sua comunidade, de sua cidade.

Ao analisarmos a Tabela 9.11 constatamos que a maior parte da população dos dois municípios vota no próprio município onde reside. Esse percentual é de 84,3% e inclui os migrantes e os não migrantes que votam no município. Os 15,7% da população que vota fora do município, significa uma parcela menor que pode estar composta por moradores mais recentes nos dois municípios considerados no estudo.

Tabela 9.11. Cabo de Santo Agostinho e Ipojuca. Proporção de pessoas segundo o lugar onde vota

Lugar onde vota	**N**	**%**
No município	654	84,3
Fora do município	122	15,7
Total	776	100

Fonte: Pesquisa Fundaj/Observatório-PE/LAEPT, 2015.

Ao analisarmos separadamente esses dados distribuídos na Tabela 9.12, observamos que tanto o município do Cabo de Santo Agostinho como o de Ipojuca apresentam resultados quase equivalentes no quesito *proporção de pessoas segundo o lugar onde votam e segundo o município de residência.*

9 "Tudo o que era sólido se desmancha no ar, tudo o que era sagrado é profanado, e as pessoas são finalmente forçadas a encarar com serenidade sua posição social e suas relações recíprocas". MARK, Karl e ENGELS, Freidrich. O Manifesto do Partido Comunista (1848). Edição Ridendo Castigat Mores. Versão para eBook, eBookBrasil. com. Fonte Digital BookEdition de 1999 a partir de html em www.jahr.org

Tabela 9.12. Cabo de Santo Agostinho e Ipojuca. Proporção de pessoas que votam no município segundo o município de residência

Município de residência	Lugar onde vota (%)		Total (%)
	No município	Fora do município	
Cabo de Santo Agostinho	82,8	17,2	100
Ipojuca	85,7	14,3	100

Fonte: Pesquisa Fundaj/Observatório-PE/LAEPT, 2015.

O fato de a população desses dois municípios escolher por meio do voto os seus representantes políticos no município onde reside, quando há consulta popular para isso, reforça o nosso pensamento em admitirmos haver um elo forte dessa população com o lugar, comparada com aquela população que vota fora do município. Para além da questão da consciência política sobre a importância do ato de votar, a escolha livre para eleger representantes políticos para cargos de prefeito, vereador, o que na prática induz à noção de que ao elegerem representantes e governantes que fazem e executam leis, as escolhas das pessoas vão interferir diretamente na vida de todos, no sentido de elevar ou rebaixar seus padrões de vida.

O próprio processo de eleição suscita discussão e troca de opiniões, pois permite por algum momento, as pessoas discutam e conheçam as dificuldades do lugar onde vivem. Daí ser o ato de votar no lugar onde as pessoas residem uma variável de proximidade com o lugar que pode fortalecer a identidade das pessoas com o lugar.

Construção do Índice Composto de Identidade

Com o objetivo de aferir em que medida os residentes dos municípios de Cabo de Santo Agostinho e Ipojuca se sentem fazendo parte do lugar onde vivem (sentimento de pertencimento/associação) optamos por construir o índice composto de identidade. O Índice de identidade significa um instrumento analítico, de natureza quantitativa, por meio do qual se torna possível mensurar, por meio de uma escala de valores, o grau de sentimento de pertencimento/associação das pessoas em relação ao lugar onde vivem, no presente caso o município de residência (Cabo de Santo Agostinho e Ipojuca).

Indubitavelmente, por se tratar de uma temática da mais alta complexidade, os resultados algébricos apontados por um índice estatístico não têm

a capacidade para abranger todos os processos relativos ao sentimento de pertença desenvolvido pelos indivíduos com relação ao lugar onde vivem, sendo indispensável uma interlocução com informações de natureza qualitativa. Todavia, os resultados alcançados por meio do referido índice podem representar um bom ponto de partida para as reflexões em torno de como as mudanças ocorridas no território analisado podem impactar no sentimento de pertencimento das pessoas que vivem no lugar, podendo ser revelador dos diferenciais de identidade encontrados, por exemplo, entre os antigos moradores e os "novos" imigrantes nos municípios estudados. Com base nos resultados oferecidos pelo índice de identidade, buscamos conhecer em que medida as pessoas desejam permanecer ou sair do lugar; se existem diferenciais de identidade entre os moradores nos dois municípios analisados, e se e em que medida as condições de vida podem influenciar no sentimento de pertencimento dos indivíduos, dentre outras questões.

Do ponto de vista operacional, para a composição do índice de identidade, buscamos agregar em um único indicador composto as variáveis pertinentes à temática da identidade presentes no instrumento de construção dos dados (questionário), como já apresentamos, sendo atribuídos pesos relativos às categorias de respostas fornecidas pelos respondentes. Os pesos relativos nada mais são do que a atribuição de um determinado valor compreendido dentro de uma escala numérica predeterminada, o que significa a quantificação das respostas de natureza qualitativa fornecidas pelos respondentes.

No presente caso, a temática da identidade foi abordada em *quatro* variáveis principais. As variáveis, suas categorias de respostas e os pesos atribuídos estão descritas no Quadro 9.1. Importa-nos destacar que as variáveis pertinentes à temática da identidade que foram utilizadas no estudo são do tipo *dicotômico*, isto é, as possibilidades de respostas variam entre o *sim* e o *não*. No procedimento de atribuição de pesos, as respostas que evidenciam o sentimento de pertencimento/associação do sujeito com o lugar em que vive, no caso em análise, o município, atribuiu-se o valor *dez*. Do contrário, as respostas que evidenciam o sentimento de não pertencimento ao lugar receberam o valor *zero*. O processo de atribuição de pesos é necessário para transformar (elevar) o nível de mensuração das variáveis, passando do nível nominal para o nível intervalar. Essa operação é indispensável para a operacionalização de índices estatísticos.

Quadro 9.1. Atribuição de pesos dos indicadores do Índice de identidade nos municípios de Cabo de Santo Agostinho e Ipojuca

Variável	Categorias de respostas	Pesos atribuídos
Deseja sair do município	Sim	0
	Não	10
Trabalha no município	Sim	10
	Não	0
Vota no município	Sim	10
	Não	0
Enterra os mortos no município	Sim	10
	Não	0

Fonte: Pesquisa Fundaj/Observatório-PE/LAEPT, 2015.

Com o intuito de explicitar melhor os objetivos da construção do índice de identidade, torna-se vantajoso analisar e justificar a utilização de cada uma das variáveis de identidade incluídas no estudo.

A primeira variável, nominada *deseja sair do município*, representa uma variável sintética por meio da qual o(a) respondente, de forma bastante direta, pode exprimir o seu desejo de permanecer ou sair do lugar onde vive, no caso, o município de residência. Essa variável foi obtida a partir da intersecção de duas questões presentes no questionário da pesquisa: *se você pudesse, sairia daqui para morar em outro lugar*, cujas possiblidades de respostas variavam entre o *sim* e o *não*; e, *se você pudesse escolher, para onde iria*, formada por múltiplas respostas. A análise das respostas da segunda questão revelou que, dentre as pessoas que declaravam desejar mudar-se para outro lugar, havia uma forte dicotomia entre as que desejavam apenas mudar-se dentro do próprio município (25% das pessoas desejavam mudar de residência ou de bairro dentro do próprio município), o que evidencia o desejo de 1/4 da população de permanecer no município, e aquelas que desejavam sair do município em que residiam (75%), seja para mudar-se de município, de estado, ou até mesmo do país, o que evidencia o desejo de uma larga parcela de pessoas de sair do município. Com base na análise dessas respostas, optamos por construir a variável dicotômica *deseja sair do município* agrupando as pessoas que desejavam permanecer no município e as pessoas que desejavam sair.

A segunda variável que abrange a temática da identidade diz respeito ao *lugar onde trabalha*. Por meio dessa variável, buscamos denotar no trabalho

um elemento de aproximação do sujeito com o lugar onde vive. Sabemos que, na maioria das vezes, o indivíduo não tem o poder de escolher o lugar onde trabalha em função da proximidade com o lugar onde vive. Ao contrário, o lugar do trabalho tende a ser o fator determinante do lugar de moradia do trabalhador. Essa lógica está bastante presente na dinâmica do Complexo de Suape, onde existe parcela significativa de trabalhadores que migraram para a região em busca de oportunidades de trabalho, estabelecendo-se principalmente nos municípios de Cabo de Santo Agostinho e Ipojuca, justamente em função da oferta de trabalho. Contudo, o fato de o sujeito obter uma função produtiva que esteja próxima ao lugar onde vive, no caso, no mesmo município onde reside, tal fator *pode* tornar o sujeito ainda mais vinculado/associado ao lugar onde vive, pois é neste mesmo lugar que ele consegue obter os meios de sua sobrevivência. Por essa razão, acreditamos que o fato de trabalhar no mesmo município onde vive tende a reforçar os laços de pertencimento com o lugar.

A terceira variável que trata da temática da identidade versa sobre o *lugar onde vota*. De maneira diferente do lugar onde trabalha, o lugar de voto reflete, em grande medida, a decisão do indivíduo de votar e buscar interferir, coletivamente, nas decisões do lugar onde vive. Isso é particularmente mais evidente entre os imigrantes, já que, ao decidirem transferir o seu lugar de voto do município de residência anterior para o "novo" lugar onde residem, exprimem a opção de estabelecer-se, se não definitivamente, mas ao menos por um longo período de tempo, no lugar onde vivem atualmente. Obviamente, as razões para a transferência do lugar onde votam pode ser condicionada apenas pela praticidade para exercer a atividade obrigatória do voto no município de residência atual, mas, ainda assim, elas exprimem a decisão do imigrante de estabelecer-se no lugar de residência atual.

A quarta variável principal de identidade versa sobre o *lugar onde enterra os mortos*. Acreditamos que essa variável pode ser reveladora da rede familiar do sujeito, na medida em que os mortos tendem a ser enterrados nos lugares mais representativos para a família, sendo geralmente o lugar de nascimento ou o lugar em que viveu a maior parte do tempo. Desse modo, enterrar os mortos no próprio município onde vive pode constituir mais um indicador de pertencimento com o lugar onde se vive. Ao contrário, enterrar os mortos fora do município de residência pode indicar

a existência de outro(s) lugar(es) com os quais o indivíduo possui laços sociais e emocionais.

Originalmente, as variáveis supracitadas (lugar onde trabalha, lugar onde vota e lugar onde enterra os mortos) apresentaram múltiplas respostas. Porém, para a construção do índice de identidade, elas foram transformadas em variáveis dicotômicas, de modo que as respostas fornecidas no questionário foram agrupadas em apenas uma de duas alternativas de resposta: no município ou fora do município. No procedimento de atribuição de pesos, as respostas que indicam que as referidas atividades são realizadas dentro do município de residência receberam valor *dez*, por indicarem alto grau de pertencimento com o lugar em que vivem. De maneira oposta, as respostas que indicam que as atividades são realizadas fora do município de residência receberam peso relativo de valor *zero*, por indicarem baixa identificação com o município de residência.

Após a atribuição dos pesos de respostas de cada uma das quatro variáveis de identidade, procedemos à realização do teste de Alfa de Cronbach, cujo objetivo é identificar, dentre as variáveis pertinentes à temática em estudo, nesse caso a identidade, quais as que apresentam maior robustez para a composição do *índice composto de identidade*. No processo de composição dos índices estatísticos, somente devem ser utilizadas as variáveis que apresentam justificativas teóricas, isto é, baseadas na literatura e na *expertise* dos pesquisadores da temática, e justificativas empíricas, baseadas na robustez do teste estatístico de Alfa de Cronbach.

De acordo com os resultados apresentados nas tabelas 9.13 e 9.14, a utilização simultânea das quatro variáveis pertinentes à temática da identidade resultou em um índice composto cujo teste Alfa de Cronbach obteve o valor de 0,570 (em uma escala de 0 a 1), considerado como um valor *moderado* pela literatura especializada em procedimentos estatísticos desse tipo. Diante desse resultado, a decisão mais adequada é analisar se todas as variáveis de fato estão contribuindo com a robustez do índice ou, ao contrário, se alguma variável pode estar diminuindo a confiabilidade do índice. A tabela 9.14 indica que a variável *lugar onde trabalha* interfere negativamente a composição do índice. A retirada da referida variável aumentaria o valor de Alfa de Cronbach para aproximadamente 0,708, o que indica que a variável *lugar onde trabalha* não deve ser incluída na composição do índice de identidade.

Tabela 9.13. Análise de confiabilidade do teste Alfa de Cronbach do Índice de identidade (modelo 1)

Alfa de Cronbach	0,570
Número de itens analisados	4

Fonte: Pesquisa Fundaj/Observatório-PE/LAEPT, 2015.

Tabela 9.14. Análise dos itens do teste Alfa de Cronbach do Índice de identidade (modelo 1)

Item	**Alfa de Cronbach se o item for excluído**
Deseja sair do município	0,461
Lugar onde trabalha	0,708
Lugar onde vota	0,335
Lugar onde enterra os mortos	0,350

Fonte: Pesquisa Fundaj/Observatório-PE/LAEPT, 2015.

Em face das conclusões obtidas a partir do primeiro teste de Alfa de Cronbach, optamos por retirar a variável *lugar onde trabalha* da composição do índice. Com isso, foi realizado um novo teste de Alfa de Cronbach (modelo 2), agora com três variáveis incluídas: *deseja sair do município, lugar onde vota e lugar onde enterra os mortos*. Os resultados descritos nas tabelas 9.15 e 9.16 indicam que o índice de identidade alcançou valor de teste de Alfa de Cronbach de 0,680, valor considerado *substantivo* pela literatura especializada. No entanto, é preciso ressaltar que a variável que exprime *o desejo de mudar ou permanecer no município* alterou negativamente a robustez do índice de identidade. Apesar disso, optamos por manter a variável no processo de composição do índice, face à sua relevância teórica e, também, por não ser metodologicamente adequado compor um índice estatístico com apenas duas variáveis.

Tabela 9.15. Análise de confiabilidade do teste Alfa de Cronbach do Índice de identidade (modelo 2)

Alfa de Cronbach	0,680
N itens	3

Fonte: Pesquisa Fundaj/Observatório-PE/LAEPT, 2015.

Tabela 9.16. Análise dos itens do teste Alfa de Cronbach do Índice de identidade (modelo 2)

Item	Alfa de Cronbach se o item for excluído
Deseja sair do município	0,727
Lugar onde vota	0,515
Lugar onde enterra os mortos	0,524

Fonte: Pesquisa Fundaj/Observatório-PE/LAEPT, 2015.

Com base no processo decisório de composição do índice estatístico, o índice composto de identidade passou a ser calculado conforme expresso na equação abaixo:

$$I_i = A + B + C / 3$$

onde, I_i representa o Índice de identidade, A é a variável *Deseja sair do município*, B é a variável *Lugar onde vota*, C é a variável *Lugar onde enterra os mortos* e, finalmente, 3 é o número de variáveis incluídas no modelo. É fundamental que haja a divisão por três para que a escala de valores das respostas do Índice de Identidade esteja compreendida entre 0 (zero) e 10 (dez), mantendo-se o valor original da escala de respostas das variáveis.

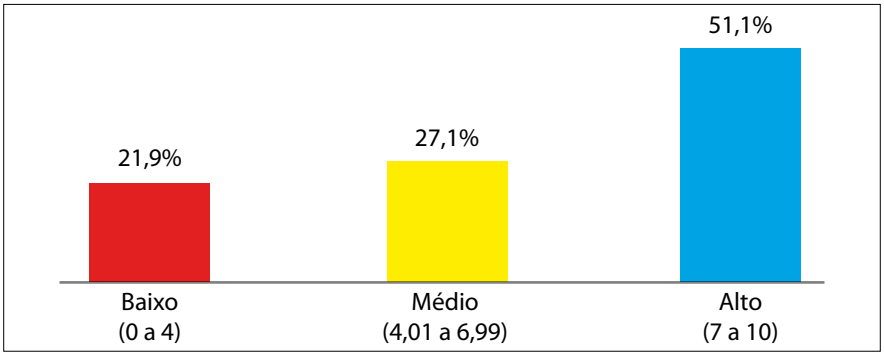
Quando calculamos o índice de identidade na amostra de pessoas residentes dos municípios de Cabo de Santo Agostinho e Ipojuca, verificamos que os residentes apresentam uma média aritmética do índice de identidade considerada entre intermediária e alta (7,25). Todavia, os valores obtidos a partir dos cálculos da mediana (10,0) e da moda (10,0) evidenciam altos escores de identidade entre os participantes da amostra. O valor relativamente baixo alcançado na média é explicado pela análise do desvio-padrão (3,4023) e dos escores mínimo (0,00) e máximo (10,0), que demonstram existir alta desigualdade entre os valores do índice de identidade registrados entre os participantes da amostra. Esses valores apontam para a necessidade de investigar quais são e em que medida os fatores podem estar influenciando a desigualdade de identidade entre os moradores dos municípios de Cabo de Santo Agostinho e Ipojuca.

Com vista a facilitar a interpretação dos números obtidos no cálculo e na análise do índice de identidade, optamos por agrupar os valores do índice de identidade dos participantes da amostra em faixas, sempre compreendidas

entre 0 (zero) e 10 (dez). De acordo com as faixas do índice de identidade, consideramos como de *baixa identidade* os indivíduos cujo índice de identidade não alcançou um valor superior a 4,00. Foram considerados como de *média identidade* os valores do índice de identidade compreendidos entre 4,01 e 6,99. Por fim, a faixa mais elevada do índice de identidade compreende os valores registrados entre 7,00 e 10,00 (vide Gráfico 9.1). Obviamente, toda classificação incorre em imprecisões; contudo, optamos pela construção desses intervalos para facilitar a leitura e a compreensão do fenômeno da identidade no contexto estudado.

De acordo com as faixas estabelecidas para a análise do índice de identidade, verificamos que pouco mais da metade dos participantes da amostra apresentaram alta identidade com os municípios onde vivem (Cabo de Santo Agostinho e Ipojuca), quase 30% apresentaram um nível de média identidade, e pouco menos de 1/4 desta população apresentou níveis baixos de identidade com o lugar onde vive. De acordo com a classificação adotada, é possível afirmar que a maioria da população investigada apresenta escores relativamente altos de identidade com o município onde vive; contudo, parcela expressiva da população apresenta níveis considerados precários de identificação com o lugar (Gráfico 9.1). Esses resultados reiteram a necessidade de investigar as razões que podem influenciar os diferenciais de identidade dos sujeitos com o município onde vivem.

Gráfico 9.1. Cabo de Santo Agostiho e Ipojuca. Faixas do Índice de Identidade

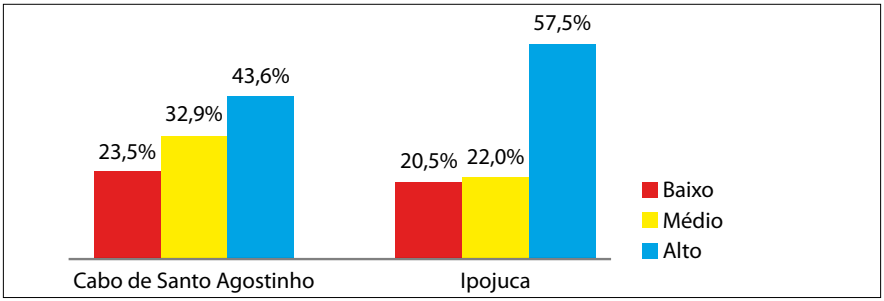


Fonte: Pesquisa Fundaj/Observatório-PE/LAEPT, 2015.

Com o intuito de avançar nas investigações a respeito da identidade dos sujeitos com o lugar onde vivem, optamos por analisar o índice de identidade isolando

os municípios de residência (Cabo de Santo Agostinho e Ipojuca). Dentre os dados apresentados no Gráfico 9.2, destaca-se o fato de que os residentes em Ipojuca tendem a apresentar níveis mais altos de identidade com o lugar onde vivem do que os residentes do Cabo de Santo Agostinho, embora haja certa homogeneidade na proporção dos sujeitos que apresentam baixa identificação com o lugar em ambos os municípios. Esses dados indicam que, por certas razões, os habitantes de Ipojuca tendem a se identificar mais com o lugar onde vivem.

Gráfico 9.2. Cabo de Santo Agostiho e Ipojuca. Faixas do Índice de Identidade segundo o município de residência



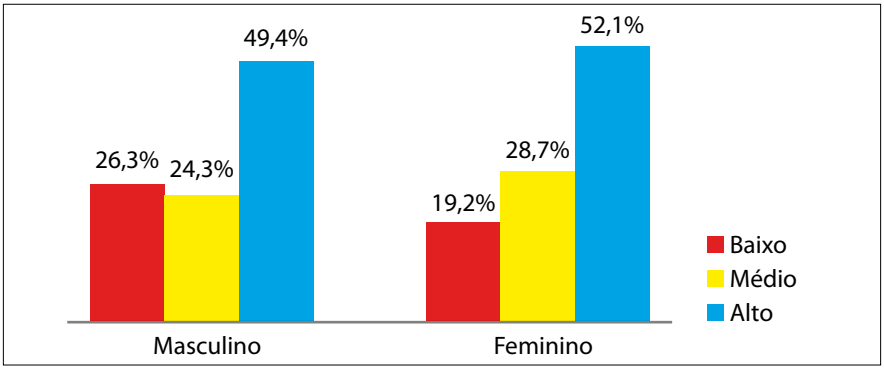
Fonte: Pesquisa Fundaj/Observatório-PE/LAEPT, 2015.

Os dados apresentados no Gráfico 9.3 revelam distribuição bastante homogênea dos escores do índice de identidade segundo o sexo, com as mulheres tendendo a apresentar maior associação/pertencimento com o lugar em que vivem do que os homens.

Os valores do índice de identidade segundo as faixas etárias, apresentados nos dados no Gráfico 9.4, demonstram existir relação diretamente proporcional entre a faixa etária e o índice de identidade, de modo que, quanto maior o intervalo etário, maior tende a ser o sentimento de associação/pertencimento com o lugar em que vive. Proporcionalmente, os jovens tendem a apresentar menor concentração nas faixas mais elevadas do índice de identidade e maior concentração nas faixas mais baixas do índice de identidade, seguidos pelos adultos. Em contrapartida, os idosos tendem a apresentar maior concentração na faixa mais elevada do índice de identidade e uma participação bastante pequena na faixa mais baixa do índice de identidade. Desse modo, é possível afirmar que os jovens e os adultos tendem a se identificar menos com os lugares em que vivem e os idosos, ao contrário, se identificam mais com os

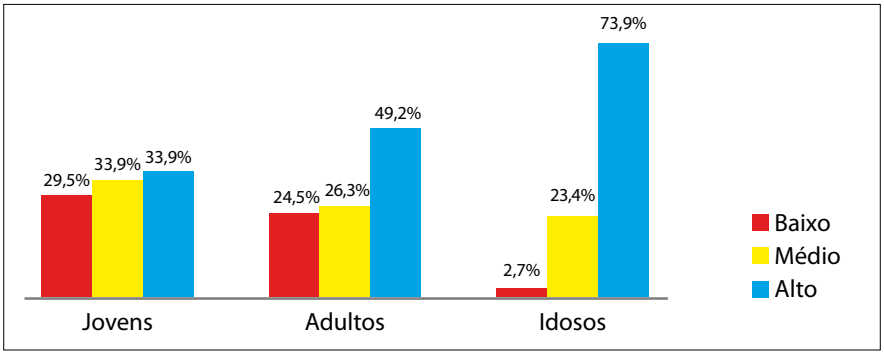
lugares em que vivem. Esse resultado corrobora com as conclusões obtidas a partir da análise da variável *deseja sair do município*, de modo que os jovens se apresentam menos vinculados ao lugar em que vivem, expressando o desejo de mudarem para outros lugares e os idosos, ao contrário, revelam maior resistência de saírem dos lugares em que vivem.

Gráfico 9.3. Cabo de Santo Agostiho e Ipojuca. Faixas do Índice de Identidade segundo o sexo



Fonte: Pesquisa Fundaj/Observatório-PE/LAEPT, 2015.

Gráfico 9.4. Cabo de Santo Agostiho e Ipojuca. Faixas do Índice de Identidade segundo as faixas etárias



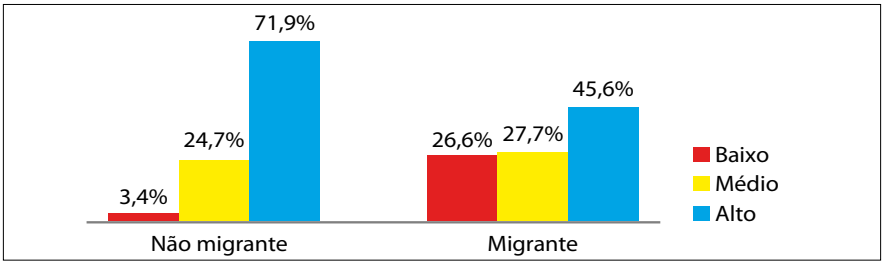
Fonte: Pesquisa Fundaj/Observatório-PE/LAEPT, 2015.

De forma semelhante à operação anterior, buscamos também analisar o **índice de identidade segundo a condição de ser ou não migrante**. Os resultados apresentados no Gráfico 9.5 indicam que os não migrantes tendem

a apresentar escores muito mais altos do índice de identidade do que os migrantes, de modo que, entre os não migrantes, mais de 70% apresentaram um alto índice de identidade e apenas pouco mais de 3% apresentaram um baixo índice de identidade. De maneira oposta, entre os migrantes, menos da metade apresentou altos índices de identidade, ao passo que pouco mais de 1/4 dessa população apresentou índice de baixa identidade. O resultado obtido indica que os não migrantes, isto é, os nascidos nos municípios de Cabo de Santo Agostinho e Ipojuca, tendem a se identificar mais com o município onde vivem. De certo modo, esse resultado já era esperado, tendo em vista que as pessoas nascidas no lugar, por todos os elementos biográficos, tendem a se sentirem emocionalmente vinculadas ao lugar onde nasceram e ainda vivem.

De forma adicional, vale ressaltar que os resultados obtidos a partir do índice de identidade apresentam forte contraste com os resultados alcançados com a variável *deseja sair do município*, quando analisadas segundo *a condição de migração migrantes e não migrantes*. Na variável *deseja sair do município*, os *não migrantes* apresentaram maior proporção dos que desejavam sair do município (72,5%) em relação aos *migrantes* (58,4%), o que indica, de forma preliminar, tratar-se de um grupo com menor identificação com o município em que vive. Todavia, os resultados obtidos a partir do índice de identidade revelam que, o grupo formado pelos *não migrantes* apresentam escores do índice de identidade mais elevados do que os escores apresentados pelos *migrantes*. A explicação para essa inversão se deve justamente pela influência das variáveis *lugar onde trabalha* e *lugar onde enterra os mortos*, que fazem com que os *não migrantes*, em maior proporção, trabalhem e enterrem os mortos em seus municípios de residência.

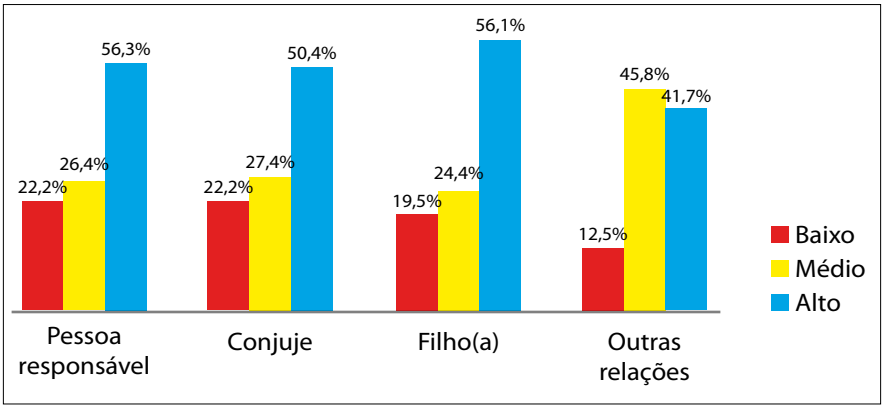
Gráfico 9.5. Cabo de Santo Agostiho e Ipojuca. Faixas do Índice de Identidade segundo a condição de migração



Fonte: Pesquisa Fundaj/Observatório-PE/LAEPT, 2015.

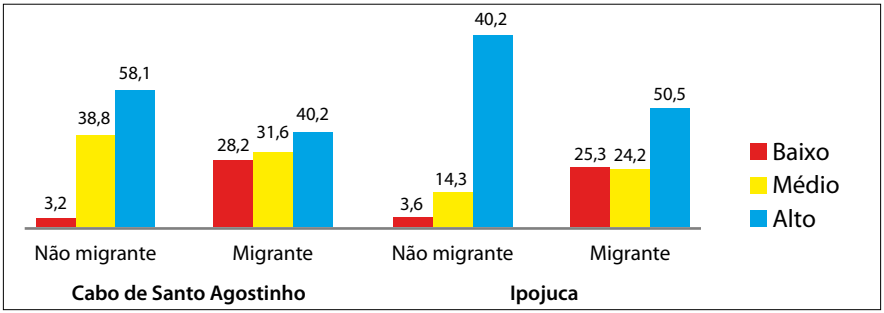
Os dados apresentados no Gráfico 9.6 destacam as faixas do índice de identidade segundo a relação com o responsável pelo domicílio. Os dados revelam que, em todos os grupos analisados, existe maior concentração dos casos na faixa de alto índice de identidade e menor concentração na faixa mais baixa do índice de identidade, à exceção do grupo formado por outras relações. De forma sintética, os dados indicam que, no geral, as pessoas tendem a apresentar alto índice de identidade com o lugar em que vivem.

Gráfico 9.6. Cabo de Santo Agostiho e Ipojuca. Faixas do Índice de Identidade segundo a relação com a pessoa responsável pelo domicílio



Como forma de aprofundar as relações existentes entre a migração e o índice de identidade, optamos por fazer a análise das duas variáveis em questão segundo o município de residência. De acordo com os resultados descritos no Gráfico 9.6, observamos uma distribuição homogênea dos escores de identidade entre os *migrantes e não migrantes* em ambos os municípios. De forma abrangente, os *não migrantes* tendem a apresentar os maiores escores de identidade ao passo que os *migrantes* tendem a apresentar os escores mais baixos de identidade. Esses resultados corroboram as conclusões obtidas anteriormente, de que os *não migrantes* tendem a se identificar mais com os lugares em que vivem. Similaridades à parte, importa ressaltar que os *não migrantes* que residem em Ipojuca formam o grupo que apresenta o maior escore de identidade (Gráfico 9.7).

Gráfico 9.7. Cabo de Santo Agostiho e Ipojuca. Faixas do Índice de Identidade (%) segundo a condição de migração e o município de residência

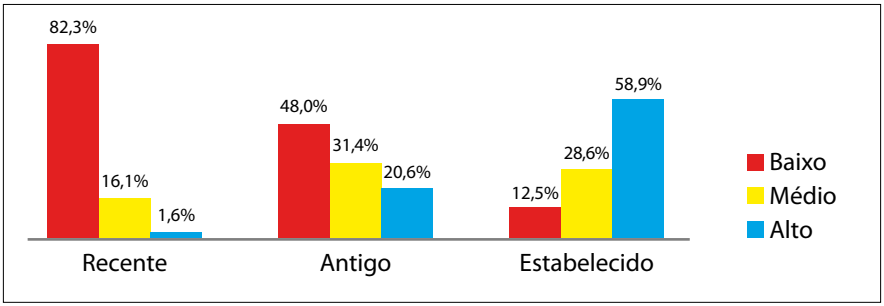


Fonte: Pesquisa Fundaj/Observatório-PE/LAEPT, 2015.

Diante dos resultados obtidos na análise entre a identidade e a migração, buscamos aprofundar essa relação investigando a variável *tempo de residência no município*. Essa variável é formada, não com a informação da data de chegada do indivíduo ao lugar mas com a soma do número de anos que o indivíduo residiu no lugar, sendo possível, dessa maneira, contabilizar os casos de indivíduos que tornaram a residir no município (vide capítulo de migrações).

Os dados apresentados no Gráfico 9.8 revelam a existência de uma relação proporcional entre o tempo de residência no município e o índice de identidade, de modo que, quanto maior é o tempo de residência, maior tende a ser a identificação dos sujeitos com o lugar onde vivem. Essa relação vem complementar as conclusões deste texto.

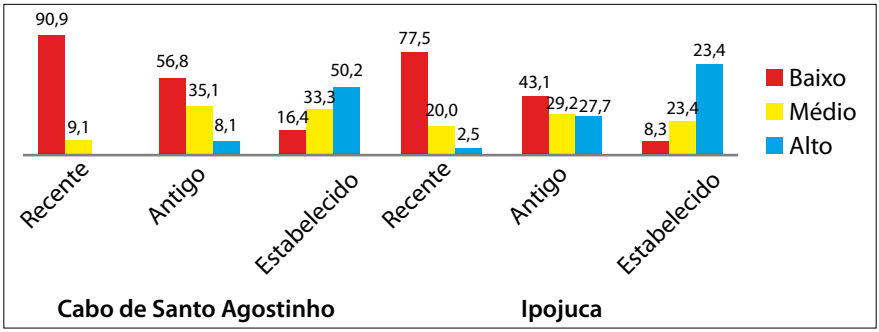
Gráfico 9.8. Cabo de Santo Agostiho e Ipojuca. Proporção das faixas do Índice de Identidade segundo o tempo de residência no município



Fonte: Pesquisa Fundaj/Observatório-PE/LAEPT, 2015.

Finalmente, buscamos analisar também *as relações entre o tempo de residência no município e o índice de identidade segundo o município de residência.* Os resultados apresentados no Gráfico 9.9 reiteram a existência de uma relação direta entre *o tempo de residência no município* e *o índice de identidade,* de modo que as pessoas que residem há menos tempo no município tendem a apresentar os escores mais baixos de identidade. Essa relação é particularmente mais evidente em Cabo de Santo Agostinho, onde pouco mais de 90% dos imigrantes recentes, isto é, aqueles que residem há não mais que três anos no município, apresentam baixos escores de identidade. Em contrapartida, entre os imigrantes que residem em Cabo de Santo Agostinho nenhum está situado na faixa mais elevada do índice de identidade.

Gráfico 9.9. Proporção de pessoas nas faixas do Índice de identidade (%) segundo o tempo de residência e o município de residência



Fonte: Pesquisa Fundaj/Observatório-PE/LAEPT, 2015.

Reflexões Conclusivas

As variáveis consideradas neste estudo sobre a *identidade com o cotidiano do lugar ou associada com o lugar*, discriminadas nas questões *deseja sair do município, trabalha no município, lugar onde vota e lugar onde enterra os mortos,* buscam responder ao objetivo colocado no início deste texto, que é compreendermos *as relações identitárias, estabelecidas entre os migrantes com o Território, decorrentes das mudanças econômicas, sociais e culturais geradas pela dinamização do CIPS.*

Sabemos que a identidade com o lugar ou associada ao lugar é fruto de um conjunto de relações que vão sendo segmentadas pelas vivências e experiências com o lugar. CUBA *et. al.*, 1993 constataram que as pessoas se identificam,

embora em graus diferentes, com vários espaços simultaneamente (residência, cidade e região), e que a identificação com cada um dos lugares é determinada por diferentes conteúdos associados, resultantes da interpretação do lugar e das experiências tidas no mesmo.

O que nos foi possível afirmar, com base nas entrevistas mais profundas e nos dados mais gerais coletados pela pesquisa de campo, é que as mudanças geradas pela dinamização do CIPS produziram, sem dúvidas, mudanças na vida das pessoas, migrantes e não migrantes, dando origem à experiência modificada da identidade com o lugar. Essa nova experiência, integrada às demais experiências da história e vivências da vida de cada indivíduo, torna-se determinante no sentido de que exerce uma força de pressão sobre as decisões dos indivíduos em ficar ou sair do lugar onde vivem.

Os dados analisados nos deram informações de que os grupos que mais desejam ficar no lugar onde residem são os não migrantes e os migrantes mais antigos. Estes últimos são aqueles que estão mais estruturados no lugar, que construíram uma base de vida por meio do trabalho e de relações afetivas, e construíram ao longo do tempo hábitos culturais semelhantes aos moradores do lugar, seja nos rituais de enterrar os mortos no lugar onde vivem, seja em outras formas de lidar com o lugar. E, ainda, no processo de adaptação, conquistaram a categoria de cidadãos do lugar, com autonomia para escolher os seus representantes por meio do voto. Desse modo, como já afirmava Sayad (1998), as pessoas vão transformando o lugar à sua imagem e experiência, e ao mesmo tempo, vão se submetendo e se adaptando às coisas, à cultura que a elas resistem, constituindo uma cultura mesclada, híbrida, que apresenta diferenças em vários níveis.

Vale lembrar que, além desses grupos analisados acima, temos nos municípios pesquisados dois grupos extremos: os migrantes mais recentes e os antigos moradores que vivem em comunidades, como os quilombolas e os pescadores da Ilha de Tatuoca.

No caso dos grupos de moradores mais antigos que conservam estruturas mais fechadas em relação aos de fora, o exemplo da comunidade da Ilha de Tatuoca é emblemático. No processo de instalação do CIPS, a comunidade da Ilha de Tatuoca, por exemplo, foi retirada do lugar para dar espaço às instalações das plataformas para navios. A área da Ilha, que mede 637 hectares, possuía no início uma população de 171 habitantes que moravam em 41 domicílios precários, sendo 61% feitos de taipa e 34% de madeira. As pessoas dessa

comunidade viviam em pequenos sítios interconectados por meio de seus quintais perto do mar, trabalhavam na pesca, coletavam frutos para vender no mercado público do município do Cabo de Santo Agostinho, criavam galinha, mantinham uma relação estreita com a vizinhança e com a rede social da família. Com a instalação do Complexo Industrial Portuário de Suape, a comunidade foi obrigada a sair das suas terras, cuja posse vem de avós e passavam de pais para filhos. A estratégia empregada foi a de expulsão, com promessas de um novo lugar, como se essa nova promissão pudesse estar isenta de sofrimento e apagasse das mentes das pessoas toda a energia vital empregada para construir uma base de vida, de participação natural, real, ativa, na existência de uma coletividade que conserva fortemente, como reforça WEIL (1979, p. 345-372), *certos tesouros do passado e certos pressentimentos do futuro*. Podemos dizer que essa comunidade, pela história e relação forte que experimentara ao longo de gerações com o lugar e com as pessoas do lugar, conseguiu expressar uma noção forte de identidade com o lugar, que vem diretamente das coisas vivenciadas desde o nascimento.

> *Não tenho defesas. (...) Acho que é uma injustiça sair daqui. Nascido e criado aqui, agora querem tirar a gente (Depoimento de um jovem de 22 anos, em Tatuoca. Estudou até a sexta série.)* (CAVALCANTI e ROCHA, 2013).

Essa população foi removida para outra área, a Tatuoca II, e com isso forçou-se um processo que podemos chamar de "desculturação,"[10] ou seja, uma conversão de novos valores. Na verdade, esse novo lugar é um arruado de casas conjugadas, sem infraestrutura básica para essa população acostumada a viver de modo livre, que retirou a sua sobrevivência dos frutos da terra e do mar. Isso é grave, principalmente quando pensamos que estamos lidando com pessoas que já vivem há longos anos em situação de desamparo, e que terão, naturalmente, dificuldade para usufruir desse "novo mundo" incerto que se apresenta. Processos antigos foram desorganizados rapidamente para, de maneira drástica, implantar outro mundo diferente, com promessas de emprego,

10 No entender de LOTOUCHE, Serge: "a expansão dominadora não é uma fraternidade universal. Não é um triunfo da humanidade, mas é um triunfo sobre a humanidade, e como os colonizados de antigamente, os irmãos são também, e antes de mais nada, súditos." A ocidentalização do mundo. Ensaio sobre a significação, o alcance e os limites da uniformização planetária. Rio de Janeiro, Editora Vozes, 1996, p.32-33.

educação, consumo e crescimento econômico, que para eles não vão chegar, pois, no percurso de tempo para o usufruto dessas promissões, dificilmente os menos aquinhoados terão tempo de alcançá-las. Com raras exceções, a maioria, sem amparo, não será capaz de se reorganizar e dar sentido novo à vida (CAVALCANTI e ROCHA, 2013). Inclusive, há casos de suicídio de alguns desses moradores mais antigos, pela tristeza de terem saído do lugar.[11]

A área portuária, que foi desocupada completamente pela Empresa Suape, deixa, no seu legado, uma história enterrada, nela incluída a Ilha de Tatuoca. A esse povo da comunidade da Ilha de Tatuoca, espalhado por vários lugares, resta ficar preso às amarras da própria sorte.

Outro exemplo é a Comunidade dos Quilombolas Onze Negras, remanescente dos quilombos, a única na Região Metropolitana do Recife. A comunidade é dirigida por Maria José de Fátima da Silva Barros, com 54 anos de idade, bisneta de escravos, presidente da Associação dos Moradores, Pequenos Produtores Rurais e Quilombola Onze Negras do Engenho Trapiche.

> *Eu já sabia que era negra e descendente de escravos desde a minha infância. Me orgulho da minha origem, da minha ancestralidade negra (Maria de Fátima.)*(CAVALCANTI e ROCHA, 2013).

A comunidade integra cerca de 400 famílias que vivem em um terreno adquirido das antigas terras do engenho Trapiche, pertencentes à usina Salgado, constituída por trabalhadores, homens e mulheres, unidos por laços de parentesco, netos de ex-escravos e de ascendência africana, que resolveram, com o dinheiro da indenização trabalhista, comprar a terra onde moram. Esse processo foi desenvolvido no começo dos anos 1940, sendo consolidado, em 1968, com o título de posse. A comunidade encontra-se localizada nas imediações da fábrica da AmBev, indústria especializada em cerveja. Há grandes pressões das empresas que estão se instalando no entorno da comunidade para que eles saiam de lá, mas eles resistem com suas ilhas de agricultura familiar, sua cultura e atividades produtivas. Alguns membros dessas famílias trabalham em SUAPE, inclusive mulheres.

11 Relato colhido por representante do Fórum Sociambiental de Suape que acompanha as situações de populações que foram obrigadas a sair do lugar em que construíram a base de sua existência para dar lugar aos empreendimentos do CIPS.

Outra raridade encontrada é a presença de um memorialista no Cabo de Santo Agostinho, Sr. Antonino Oliveira Júnior, 60 anos, que luta com seus parcos recursos para conservar a memória do Cabo de Santo Agostinho, cidade já transfigurada pelas mudanças inevitáveis que chegam de todos os cantos de suas redondezas, sem deixar espaço para as coisas do lugar. Ele conserva documentos raros, cartas, livros de escravos, registros, fotografias, todo um material colhido de forma obstinada ao longo de sua vida, para mostrar às gerações mais jovens como era esse lugar, como eram as suas ruas, os engenhos, a maneira de vestir, de viver, de lutar, e os personagens ilustres que fizeram parte da história de Pernambuco como Joaquim Nabuco, que viveu até os nove anos de idade no Engenho Massangana; Francisco Paes Barreto, o Marquês do Recife, a história do Morgado do Cabo. Documentos importantes nos foram mostrados com muita emoção, tais como "A Demarcação da Sesmaria de Fellipe Cavalcanti", a "Demarcação de Pirapama em 1794"; a Escriptura da Ilha do Jardim, 1877"; "Protesto contra a venda da usina Pitimbu, 1899".

> *Isso é mais do que um hobby, é uma paixão! Nasci aqui e nunca morei em outro lugar. Sou muito íntimo das pessoas. A cidade me dá esse privilégio de ser íntimo dela. É uma cidade de tantas histórias (...) (Depoimento do* Sr. Antonino Oliveira, Júnior).(CAVALCANTI e ROCHA, 2013).

Outro caso extremo é o dos migrantes novos, conhecidos no jargão do trabalho como "trecheiros." Esses migrantes têm mais dificuldade de se enraizar, porque estão de passagem. Às vezes ficam restritos aos amigos de trabalho, nos alojamentos, e não interagem com as pessoas do local, muitas das quais vêm sua presença com apreensão e desconfiança.

> *(...) Com a chegada desses homens, duas situações ocorreram: retração das mulheres, incômodo, pela presença masculina em quantidade. Do lado das jovens, elas estão sendo atraídas, há a sedução, o uso de drogas. Essa região é uma Rota de Tráfico de Pessoas, isso é um problema. (...) Hoje existe uma ocupação dos espaços pelos homens, uma relação de poder e eles se sentem no direito de exercer esse poder. A pergunta que eles fazem é direta: 'Você está disponível? (...) As diretoras das escolas se queixam que existe uma quantidade grande de meninas que deixam a escola por*

> *causa da gravidez. (...) As pessoas não estão mais seguras para o lazer, para ir à praia. As mulheres têm medo de andar sozinhas. As igrejas mudaram seus horários de culto. Há perda do controle das meninas para o novo, para o desejo (...) (Depoimento Centro das Mulheres do Cabo).* (CAVALCANTI e ROCHA, 2013).

Algumas pousadas e casas de veraneio passaram a ser usadas como residência pelos trabalhadores migrantes, enquanto três alojamentos foram construídos pelos consórcios de empresas que estão implantando a Refinaria Abreu e Lima. Dois estão localizados no Cabo de Santo Agostinho, nas proximidades da PE-60, e têm capacidade para quase 4.000 trabalhadores cada um, e um em Ipojuca, às margens da BR-101, que pode abrigar até 1.800 trabalhadores.

As condições de conforto e privacidade não são as mais adequadas nos alojamentos. Embora essas condições façam parte desse tipo de trabalho e sigam uma legislação específica, muitos migrantes se ressentem do isolamento. Eles sentem falta de suas famílias e de suas casas. Quando moram longe, retornam aos seus lares a cada três meses e descansam na companhia de suas famílias por um período de cinco dias.

> *A nossa família são os amigos do alojamento. A gente convive mais com as pessoas do alojamento. Passamos mais tempo com eles do que com a nossa família.* (Depoimento de um baiano, 53 anos de idade)(CAVALCANTI e ROCHA, 2013).

Os depoimentos que se referem às condições de vida nos alojamentos são mais contundentes:

> *Aqui é Carandiru. (...) O sentimento é de solidão.* (Depoimento de um baiano que há mais de dezoito anos vive na lida dos trabalhos temporários, entregues às empresas empreiteiras).(CAVALCANTI e ROCHA, 2013).

Nessa vida de andarilhos, seguindo as grandes obras do país, alguns desses migrantes sentem que perdem suas referências, num processo de estranhamento que põe em xeque suas relações identitárias.

Figura 9.1

Foto: Paula Sampaio, 2013.

> *Nós não sabemos mais o que somos.* (Depoimento de um pernambucano, 40 anos, de Sertânia, que trabalha como montador em SUAPE). (CAVALCANTI e ROCHA, 2013).

Figura 9.2. Trabalhadores migrantes em momento de descontração no alojamento

Foto: Paula Sampaio, 2013.

O conjunto desse agrupamento de trabalhadores forma uma Babel de pessoas com sotaques diferentes e encontros de hábitos e culturas diferentes, o que termina por levar às pessoas a darem ao lugar novos significados.

> *Você tem o Brasil aqui dentro.* (Depoimento de uma assistente social de um dos alojamentos visitados)(CAVALCANTI e ROCHA, 2013).

Portanto, SUAPE mudou a situação das culturas tradicionais e de propriedade e induziu mudanças na força de trabalho e no mercado, e ainda na forma de expressar a identidade com o lugar. As novas tecnologias e as novas empresas redefiniram as condições do trabalho no processo de modernização, alteraram a relação do rural com o urbano e mudaram as condições de morar, as redes sociais e de vizinhança.

Enfim, o lugar para as pessoas, significa seus lares, seus lugares de trabalho, os lugares de lazer, da vizinhança, de todas as ações que têm relação com os ritmos da vida. Os significados que elas dão ao lugar tendem a mudar conforme os ciclos grandes e pequenos das transformações que, de um modo ou de outro, podem afetar a vida de cada um. A busca de significados torna-se uma defesa contra os limites da uniformização.

BEM-ESTAR E QUALIDADE DE VIDA: UMA ANÁLISE A PARTIR DE INDICADORES DE BEM-ESTAR SUBJETIVO

Breno Bittencourt Santos

Introdução

Tradicionalmente, as discussões a respeito do bem-estar e da qualidade de vida dos habitantes de um território encontram-se baseadas nas análises das desigualdades socioeconômicas locais, isto é, no acesso relativo aos bens materiais e simbólicos socialmente almejados e desigualmente distribuídos numa sociedade. Nesse sentido, as noções que caracterizam as condições de vida materiais relacionadas à pobreza e à exclusão de um determinado grupo social tendem a aparecer, de forma quase auto-evidente, determinando o nível de bem-estar e a qualidade de vida dos indivíduos e/ou grupos sociais de uma população (KOGA, 2003; ROCHA, 2006; CAVALCANTI, BRITTO-LYRA & AVELAR, 2008; SCALON, 2009; JANNUZZI, 2009; ALBUQUERQUE, 2011).

Todavia, é preciso considerar que, para além das desigualdades socioeconômicas, existem também as desigualdades relacionadas com o bem-estar

subjetivo, que podem igualmente interferir na qualidade de vida dos indivíduos e/ou grupos populacionais. No propósito de seguir a mesma lógica que levou a mensurar as desigualdades socioeconômicas desta pesquisa, a mensuração das desigualdades de bem-estar subjetivo também pode ser realizada com a aplicação de uma metodologia de ordem quantitativa, a despeito de os indicadores de bem-estar subjetivo possuírem uma natureza teórico-metodológica distinta da produção de indicadores socioeconômicos (NUSSBAUN & SEN, 2004; CATTANI & DÍAZ, 2005; JANNUZZI, 2009; SCALON, 2009; OMS, 2013).

Com base nas discussões a respeito da produção de indicadores sociais de bem-estar subjetivo, no âmbito da pesquisa Fundaj/Observatório/UFPE/Laept (2014/2015), buscamos aplicar uma metodologia quantitativa para investigar as desigualdades de bem-estar subjetivo nos municípios do Cabo de Santo Agostinho e Ipojuca. Para isso, foram mensuradas e analisadas *dez* variáveis de bem-estar subjetivo.

Bem-estar e qualidade de vida: uma discussão sobre a utilização de indicadores objetivos e subjetivos

O acesso ou, no caminho oposto, os impedimentos encontrados por indivíduos e grupos sociais aos bens materiais e simbólicos têm sido eficazmente mensurados por meio dos indicadores sociais. De acordo com Jannuzzi (2009), os indicadores sociais significam medidas geralmente quantitativas, dotadas de significado social substantivo, que servem para quantificar ou operacionalizar um conceito social abstrato, de interesse teórico ou programático. Os indicadores sociais constituem importantes instrumentos de subsídios às atividades de planejamento público e à formulação de políticas sociais, por meio dos quais é possível o monitoramento das condições de vida e bem-estar da população, o que permite, ainda, o aprofundamento da investigação acadêmica sobre a mudança social e sobre os determinantes dos diferentes fenômenos sociais (JANNUZZI, 2009).

Os indicadores sociais, em seus mais variados tipos, têm permitido inferir e medir tanto aspectos da realidade material da vida dos indivíduos, considerados como objetivos, a exemplo da renda, da escolaridade e da saúde, quanto aspectos considerados como subjetivos, tais como a satisfação dos indivíduos com determinados aspectos de suas próprias vidas e das

coletividades em que vivem. Todavia, ao examinarmos a extensa produção de indicadores sociais, verificamos que, no que diz respeito às noções de bem-estar e qualidade de vida, tem-se focado muito mais a produção de indicadores materiais de condições de vida do que a construção e utilização de indicadores subjetivos (NAHAS, 2000; KOGA, 2003; ROCHA, 2006; JANNUZZI, 2009; SCALON, 2009).

Nesse sentido, faz-se necessário salientar que, subjacente aos indicadores objetivos, existem elementos subjetivos que também abordam a questão do bem-estar e da qualidade de vida dos indivíduos dentro da estrutura de oportunidades e de desenvolvimento. São elementos que, no processo de construção de instrumentos de mensuração do bem-estar e da qualidade de vida, se têm posicionado à margem das análises a respeito das desigualdades entre os indivíduos de um mesmo território ou entre diferentes territórios. A partir dos indicadores subjetivos de bem-estar e de qualidade de vida, tem-se buscado avaliar a incidência e a inter-relação de elementos materiais e não materiais dentro da escala de estratificação social (NAHAS, 2000; FONTE, 2004; NUSSBAUM & SEN, 2004; SAWAIA, 2007; JANNUZZI, 2009; SCALON, 2009; OMS, 2013).

Os indicadores subjetivos não procuram negar ou se contrapor aos conceitos tradicionais de classe nem à formulação e à utilização de indicadores materiais de pobreza, exclusão e desigualdades. Sobretudo, querem aprofundar o debate teórico-metodológico sobre bem-estar e qualidade de vida, aperfeiçoando o *corpus* teórico e os instrumentos metodológicos de mensuração do bem-estar, qualidade de vida e desenvolvimento, ao promover um diálogo entre as condições materiais dos indivíduos e os sentimentos de bem-estar subjetivo, isto é, os impactos que as condições de vida podem incidir no bem-estar subjetivo de indivíduos e coletividades.

Em poucas palavras, os indicadores materiais podem ser criticados por julgarem a posição de bem-estar e qualidade de vida dos indivíduos somente a partir de elementos materiais, equivocadamente tratados como universais, sem levarem em conta elementos particulares que podem ser tão ou mais importantes que o acesso a um determinado padrão de renda ou às formas tradicionais de conhecimento e de poder. É justamente nesse ponto que os indicadores subjetivos podem oferecer sua contribuição, na medida em que buscam compreender, de forma ampla, como os elementos objetivos e subjetivos impactam no bem-estar e na qualidade de vida dos indivíduos, levando

em consideração as avaliações reflexivas realizadas pelos próprios indivíduos (VEENHOVEN, 2002; NUSSBAUM & SEN, 2004).

As pesquisas que se apoiam em indicadores subjetivos podem representar avanços no estudo do bem-estar e da qualidade de vida, visto que pretendem escapar de predeterminações que muitas vezes são impostas pelos conceitos de pobreza, exclusão e desigualdade, os quais tendem a atribuir de forma automática uma situação de desvantagem aos indivíduos que se encontram abaixo de um padrão socioeconômico predeterminado de acesso aos bens materiais e simbólicos, sem que sejam levados em consideração os aspectos culturais e/ou emocionais dos indivíduos e dos grupos que estão sendo analisados.

O exercício de construção de indicadores sociais que superem os critérios tradicionais (e predominantemente econômicos) em investigação social torna-se fundamental para a compreensão de novos temas e investigações sociológicas, passando a focar a importância de dimensões não materiais da vida em sociedade, ainda que possa haver relações entre as condições materiais, subjetivas e o bem-estar e a qualidade de vida (HO, 2005; HIRATA, 2010).

Tomemos como exemplo a variável renda. O valor do rendimento obtido por um indivíduo é considerado um fator objetivo, que pode influenciar o seu bem-estar e a sua qualidade de vida. A depender do valor de seu rendimento, o indivíduo pode apresentar baixo ou alto padrão de bem-estar e qualidade de vida em comparação com outros indivíduos. Já o *nível de satisfação do indivíduo com relação à sua própria renda* é um indicador subjetivo que pode igualmente incidir em seu bem-estar e em sua qualidade de vida, de modo que, a depender do seu nível de satisfação com o valor de seu próprio rendimento, o indivíduo pode considerar-se mais, ou menos, satisfeito do que outros indivíduos que apresentem valores de rendimentos diferentes do que o dele. Isso porque o bem-estar subjetivo é *relacional*, ou seja, depende sumamente da avaliação da satisfação do indivíduo com sua própria situação em relação à sua situação passada e/ou em relação a outros indivíduos (VEENHOVEN, 2002; LAYARD, 2008; BARTRAM, 2012).

Por esse motivo, consideramos que a avaliação do bem-estar subjetivo representa um avanço em relação à análise dos indicadores objetivos de bem-estar, justamente por mensurar o bem-estar e a qualidade de vida a partir de questões particulares cuja relevância é avaliada segundo as preferências do próprio indivíduo. É assim que, por exemplo, um indivíduo pode apresentar um baixo nível de bem-estar objetivo, geralmente representado por uma

situação socioeconômica considerada precária, e ainda assim apresentar um alto nível de bem-estar subjetivo, pois, para ele, outras questões que não podem ser dimensionadas por meio de indicadores materiais fazem com que ele tenha uma qualidade de vida considerada subjetivamente como satisfatória.

Estratégias de mensuração das desigualdades de bem-estar subjetivo nos municípios de Cabo de Santo Agostinho e Ipojuca

Com o intuito de analisarmos as desigualdades de bem-estar subjetivo dos municípios de Cabo de Santo Agostinho e Ipojuca, na Pesquisa Fundaj/Observatório-PE/LAEPT (2015), foram construídas *dez* variáveis relativas às dimensões de bem-estar subjetivo. São elas: nível de felicidade; satisfação com o poder de compra/capacidade de consumo; satisfação com a saúde física; satisfação com as relações familiares e de amizade; satisfação com o tempo livre para o lazer; expectativa com o futuro; satisfação com o trabalho atual; nível de endividamento; nível do medo da violência/criminalidade, e nível de preconceito sentido.

Tais variáveis configuram-se em avaliações subjetivas que os indivíduos fazem a respeito de dimensões específicas de suas próprias vidas. Retomando o argumento teórico-metodológico da produção de indicadores de bem-estar subjetivo, para além das condições objetivas de vida, existe uma dimensão subjetiva que é formada pelos julgamentos que os indivíduos fazem a respeito de suas próprias condições de vida, ou seja, de forma relativamente independente, porém intimamente relacionada, os indivíduos podem avaliar suas condições objetivas como sendo mais, ou menos, favoráveis, segundo as avaliações subjetivas de satisfação que são realizadas por eles mesmos. Desse modo, um nível de bem-estar considerado alto pode ser subjetivamente avaliado como de baixa satisfação para um indivíduo, da mesma forma como um baixo nível de bem-estar pode gerar alta satisfação no indivíduo, a depender da maneira relacional de como ele avalia o quão satisfatória é a sua condição relativa àquele indicador específico num espaço-tempo determinado.

A variável "nível de felicidade" diz respeito à avaliação global que os indivíduos podem fazer a respeito da satisfação de suas vidas como um todo. Por meio dessa variável, solicita-se que o indivíduo faça uma reflexão geral sobre sua vida, e não sobre pontos específicos, considerando o quão ele considera sua vida como sendo favorável ou desfavorável (VEENHOVEN, 1984).

A variável "satisfação com o poder de compra/capacidade de consumo" diz respeito ao nível de satisfação por meio do qual o indivíduo pode julgar suas condições materiais de vida. A necessidade de avaliar subjetivamente a satisfação com as condições de vida é ressaltada por Veenhoven (1984). Desse modo, de maneira relativamente independente às suas condições objetivas, importa analisar também a influência que o nível de satisfação com o poder de compra/capacidade de consumo influencia o bem-estar subjetivo dos indivíduos.

As variáveis "satisfação com as relações familiares e de amizade' e 'satisfação com o tempo livre para o lazer" exprimem a autoavaliação que os indivíduos fazem de importantes perspectivas não materiais de suas vidas, como as redes de sociabilidade que podem conferir suporte emocional aos indivíduos. Convém ressaltar que, segundo Veenhoven (1984) e Layard (2008), a solidão constitui um dos principais fatores de mal-estar e infelicidade nas sociedades contemporâneas.

Com o advento das modernas sociedades capitalistas, o trabalho passou a ser interpretado como sendo o elemento determinante da inscrição do indivíduo na estrutura social, responsável pela estruturação da organização social, fator determinante na (re)produção das dimensões econômica, política, social e cultural, balizador das mais importantes formas de interação entre os indivíduos e, ainda, base da definição identitária na modernidade (CASTEL, 1998; HARVEY, 2006; DUBAR, 2006). Diante disso, a variável "satisfação com o trabalho atual" apresenta grande relevância, na medida em que pode exprimir o nível de satisfação dos indivíduos com a importante dimensão de suas vidas que é o trabalho.

A variável "expectativa com o futuro" busca aferir em que medida o indivíduo avalia as possibilidades de melhorias futuras em sua vida, considerando-se que, quanto maiores forem suas expectativas futuras, maior será o impacto positivo que isso tende a atuar em seu bem-estar subjetivo.

A variável "nível de endividamento" exprime a necessidade de investigar as situações recorrentes de indivíduos que apresentam padrões de consumo mais elevados que a sua própria renda real. Nas sociedades capitalistas contemporâneas, em grande medida o acesso a bens e serviços de consumo é efetivado por meio do acesso ao crédito financeiro (BAUMAN, 2010; GIANNETTI, 2012). Um dos impactos mais graves disso é o fenômeno do *endividamento*, isto é, para manter e/ou ampliar o consumo, os indivíduos recorrem ao crédito financeiro. Passam a experimentar a desagradável situação de ter ampliado

o seu endividamento e chegam muitas vezes ao ponto de não conseguir pagar suas dívidas correntes (inadimplência). Com a utilização desse indicador, portanto, buscamos analisar em que medida o endividamento pode influenciar o bem-estar subjetivo dos indivíduos.

A variável "medo da violência/criminalidade" expressa a necessidade de avaliar os possíveis impactos causados pelo medo dos indivíduos diante dos numerosos casos de violência, especialmente a criminalidade, conforme são constatados no Brasil e, especialmente, nos territórios analisados. É um indicador subjetivo na medida em que, independentemente do tamanho real da violência, ele exprime em que medida os indivíduos se sentem inseguros e quais os possíveis impactos disso no seu próprio bem-estar subjetivo.

Por fim, a variável "nível de preconceito sentido", como a própria expressão indica, busca inferir em que medida os indivíduos se sentem vítimas de preconceito. Essa variável é fundamental na medida em que exprime o grau de integração que os indivíduos sentem em relação à sociedade na qual estão inseridos.

Para efeitos da operacionalização das variáveis de bem-estar subjetivo, no questionário original da pesquisa, as respostas foram coletadas com base em uma escala numérica de *zero* a *dez*, na qual os respondentes, de maneira direta, puderam fazer uma autoavaliação de cada um dos tópicos de bem-estar subjetivo em suas vidas, de modo que o *zero* compreende o valor mais baixo de bem-estar subjetivo e o *dez* significa o mais alto nível de bem-estar subjetivo. Com o intuito de facilitar as análises realizadas neste estudo, optamos por transformar (reduzir) o nível de mensuração das variáveis, sendo construídas faixas ordinais que agrupam as respostas escalares. A exceção da utilização da referida escala ocorreu com as variáveis "nível de endividamento", "nível do medo da violência/criminalidade" e "nível do sentimento de preconceito sentido", cujas respostas foram classificadas em intervalos ordinais (Quadro 10.1).

Como forma de aprofundar a investigação a respeito dos possíveis impactos das transformações ocorridas nos territórios do Cabo de Santo Agostinho e Ipojuca, as variáveis de bem-estar subjetivos foram analisadas em relação a um conjunto de variáveis independente, isto é, a possíveis variáveis que, ao menos no plano teórico, podem influenciar as variáveis de bem-estar subjetivo, consideradas aqui na qualidade de variáveis dependentes. As variáveis independentes são: município de residência dos entrevistados (Cabo de Santo Agostinho/Ipojuca); sexo (masculino/feminino); faixas etárias (jovens/

adultos/idosos);[1] condição de migração (migrante/ não migrante);[2] e tempo de residência no município (recentes/antigos/estabelecidos).[3] Nos resultados que seguem, optamos por analisar as variáveis de bem-estar subjetivo em blocos temáticos, segundo as variáveis independentes.

Quadro 10.1. resumo descritivo das variáveis de bem-estar subjetivo.

Variáveis	**Categorias de respostas**	**Categorias de respostas reagrupadas (ordinal)**
Nível de felicidade	0 a 10	Alto Médio Baixo
Satisfação com o poder de compra/capacidade de consumo		
Satisfação com as relações familiares e de amizade		
Satisfação com a saúde física		
Satisfação com o tempo livre para o lazer		
Satisfação com o trabalho atual		
Expectativa com o futuro		
Nível de endividamento	Nenhuma dívida Endividado Muito endividado	
Nível do medo com a violência/criminalidade	Nenhum medo Medo Muito medo	
Nível de preconceito sentido	Nenhum preconceito Algum preconceito Muito preconceito	

Fonte: Pesquisa Fundaj/Observatório-PE/LAEPT, 2015.

1 As faixas etárias foram construídas com base nos critérios propostos pela Organização Mundial da Saúde (OMS), os quais indicam que as crianças e jovens constituem o intervalo etário de 0 a 29 anos de idade; os adultos de 30 a 64 anos de idade; e os idosos de 65 anos de idade e mais de idade.

2 As categorias relativas aos não migrantes e migrantes significam, respectivamente, os indivíduos que nasceram no município de residência atual (Cabo de Santo Agostinho ou Ipojuca) e os indivíduos que não nasceram no município de residência atual.

3 Para a construção da variável "tempo de residência no município", os *migrantes e os não migrantes* foram agrupados em faixa segundo o tempo total, contabilizado em anos, que eles já residiram no município (Cabo de Santo Agostinho ou Ipojuca), não importando para a classificação a data da última migração para o município de residência atual. Com isso, diferentemente da operacionalização tradicional de variáveis relativas ao tempo de migração, essa variável não contabiliza o tempo de residência da última etapa migratória, mas contabiliza todos os períodos em que o migrante residiu no município de residência atual (Cabo de Santo Agostinho ou Ipojuca).

Desigualdades do bem-estar subjetivo: uma análise dos dados da amostra da Pesquisa Fundaj/Observatório-PE/LAEPT, 2015

Com o objetivo de apresentar e discutir as desigualdades do bem-estar subjetivo nos municípios de Cabo de Santo Agostinho e Ipojuca, optamos por analisar as dez variáveis relativas ao bem-estar subjetivo, independentemente das características socioeconômicas e demográficas dos respondentes da amostra. Desse modo, os dados que seguem apresentam uma descrição bastante geral da situação de bem-estar subjetivo dos participantes da pesquisa.

De acordo com os resultados apresentados na Tabela 10.1, verificamos que a maioria dos residentes nos municípios de Cabo de Santo Agostinho e Ipojuca (74,4%) registra um alto nível de felicidade, ao passo que menos de 10% da população apresenta baixo escore no nível de felicidade. Esses dados demonstram que as profundas transformações ocorridas no território analisado, ainda que possam fazer-se acompanhar de traços negativos, especialmente aqueles relacionados às desigualdades socioeconômicas e às transformações identitárias locais, no geral, elas têm impactado positivamente na felicidade dos residentes do território analisado. Diante de tal resultado, torna-se altamente relevante investigar as razões que possam estar associadas ao alto nível de felicidade dos indivíduos dessa região.

Tabela 10.1. Cabo de Santo Agostinho e Ipojuca. Pessoas residentes segundo as faixas do nível de felicidade autorrelatado.

	N	%
Baixo	78	9,7
Médio	128	15,9
Alto	599	74,4
Total	805	100

Fonte: Pesquisa Fundaj/Observatório-PE/LAEPT, 2015.

A despeito das profundas desigualdades socioeconômicas locais, acompanhadas de indicadores persistentes de pobreza e vulnerabilidade de parte da população, os dados apresentados na Tabela 10.2 revelam que a maioria da população demonstra estar altamente satisfeita com seu poder de compra/capacidade de consumo (40%). Todavia, é preciso ressaltar que a

proporção de pessoas que revela baixa satisfação com o poder de compra também é alta (26,7%), o que emite o sinal de que uma parcela considerável da população analisada almeja elevar seu acesso aos bens de consumo e serviços.

Obviamente, a satisfação com o poder de compra/capacidade de consumo é *relacional*, ou seja, depende sumamente das condições de consumo que o indivíduo tinha no passado em relação ao presente, isto é, se no passado ele se julgava com maior ou menor poder de compra/capacidade de consumo, e depende de suas próprias expectativas, isto é, em que medida os bens de consumo e serviço aos quais ele tem acesso satisfazem ou não as suas expectativas. Depende também da avaliação do seu próprio poder de compra/capacidade de consumo em relação aos outros, de modo que, geralmente, a existência de desigualdades sociais profundas tende a impactar negativamente nos níveis de satisfação com o poder de compra/capacidade de consumo dos indivíduos. Conforme ressaltamos anteriormente, a pobreza persistente e as profundas desigualdades socioeconômicas registradas nos municípios de Cabo de Santo Agostinho e Ipojuca, de certa maneira, podem explicar a expressiva parcela de indivíduos com baixa satisfação com o poder de compra/capacidade de consumo.

Tabela 10.2. Cabo de Santo Agostinho e Ipojuca. Pessoas residentes segundo as faixas do nível de satisfação com o poder de compra/capacidade de consumo.

	N	%
Baixo	215	26,7
Médio	273	33,9
Alto	317	39,4
Total	805	100

Fonte: Pesquisa Fundaj/Observatório-PE/LAEPT, 2015.

Com relação à avaliação subjetiva da saúde física, os dados apresentados na Tabela 10.3 demonstram que mais da metade dos participantes da amostra do estudo revelam uma alta satisfação com sua saúde física, seguidos por quase 1/4 da população que demonstra estar parcialmente satisfeita com sua saúde física. Finalmente, pouco mais de 20% dos entrevistados alegam estar insatisfeitos com sua saúde física, proporção que deve ser considerada alta.

Tabela 10.3. Cabo de Santo Agostinho e Ipojuca. Pessoas residentes segundo as faixas do nível de satisfação com a saúde física.

	N	%
Baixo	170	21,1
Médio	190	23,6
Alto	445	55,3
Total	805	100

Fonte: Pesquisa Fundaj/Observatório-PE/LAEPT, 2015.

Os dados apresentados na Tabela 10.4 revelam que a grande maioria dos entrevistados está altamente satisfeita com suas relações familiares e de amizade, ao passo que menos de 10% dos entrevistados exprimem insatisfações nesse quesito. Trata-se de um importante ponto a ser investigado, visto que, apesar de os municípios de Cabo de Santo Agostinho e Ipojuca serem o palco de fortes deslocamentos populacionais, esse fator não parece afetar negativamente a rede de suporte emocional constituída pelas relações familiares e de amizade.

Tabela 10.4. Cabo de Santo Agostinho e Ipojuca. Pessoas residentes segundo as faixas do nível de satisfação com as relações familiares e de amizade.

	N	%
Baixo	53	6,6
Médio	109	13,5
Alto	643	79,9
Total	805	100

Fonte: Pesquisa Fundaj/Observatório-PE/LAEPT, 2015.

Indubitavelmente, uma das tônicas principais das transformações ocorridas nos municípios de Cabo de Santo Agostinho e Ipojuca diz respeito às dinâmicas no mercado de trabalho local e aos impactos que elas produzem na sociabilidade dos habitantes da região. Com efeito, o recrudescimento das relações de trabalho parece interferir negativamente na sociabilidade da população local. Os dados apresentados na Tabela 10.5 revelam que uma parcela expressiva dos entrevistados (37%) apresenta baixa satisfação com o tempo disponível para o lazer, e pouco mais de 22% apresentam satisfação média.

Dentre os entrevistados, 40% revelam alto nível de satisfação com o tempo livre para o lazer. Notemos que nessa avaliação não foi solicitado que os indivíduos refletissem a respeito da qualidade das opções de lazer disponíveis na região, mas tão somente que avaliassem o tempo disponível para o lazer. Os dados emitem o alerta de que, no território analisado, parte imensa do tempo é dedicada ao trabalho, e restam poucos momentos a serem dedicados ao lazer.

Tabela 10.5. Cabo de Santo Agostinho e Ipojuca. Pessoas residentes segundo as faixas do nível de satisfação com o tempo livre para o lazer.

	N	%
Baixo	301	37,4
Médio	180	22,4
Alto	324	40,2
Total	805	100

Fonte: Pesquisa Fundaj/Observatório-PE/LAEPT, 2015

Em que pesem todas as transformações ocorridas no território analisado, os dados apresentados na Tabela 10.6 demonstram que, para a maioria dos entrevistados (80%), existe uma alta expectativa para com o futuro, isto é, de que suas vidas tendm a melhorar, ao passo que uma parcela reduzida de entrevistados (9%) se revela pessimista com o futuro. Importa ressaltar que a expectativa com o futuro é uma importante dimensão do bem-estar subjetivo, visto que as esperanças quanto ao futuro traduzem a capacidade dos indivíduos de batalharem por melhores condições de vida. Nesse sentido, o fato de a pesquisa ter registrado uma parcela expressiva de indivíduos com altos níveis de expectativas para com o futuro, de certo modo, revela a motivação das pessoas de continuar a buscar melhores condições de vida.

Tabela 10.6. Cabo de Santo Agostinho e Ipojuca. Pessoas residentes segundo as faixas de expectativa para com o futuro

	N	%
Baixa	73	9,1
Média	87	10,8
Alta	645	80,1
Total	805	100

Fonte: Pesquisa Fundaj/Observatório-PE/LAEPT, 2015.

Ainda a respeito da tônica no trabalho, os dados constantes da Tabela 10.7 revelam que uma parte substantiva dos entrevistados (40%) apresenta um baixo nível de satisfação com o seu trabalho atual, ao passo que 45% dos entrevistados registram altos níveis de satisfação com o trabalho, sendo preciso aprofundar a investigação sobre as possíveis razões que podem interferir na avaliação negativa do mundo do trabalho na região. Trata-se de um aspecto fundamental, visto que as transformações nessa região estão fundamentalmente associadas às transformações no mundo do trabalho.

Tabela 10.7. Cabo de Santo Agostinho e Ipojuca. Pessoas residentes segundo as faixas do nível de satisfação com o trabalho atual.

	N	%
Baixo	319	39,6
Médio	122	15,2
Alto	364	45,2
Total	805	100

Fonte: Pesquisa Fundaj/Observatório-PE/LAEPT, 2015.

Novamente a respeito das relações de consumo, os dados apresentados na Tabela 10.8 demonstram que a maioria dos entrevistados afirma estar endividada (47%), ou bastante endividada (8%), ao passo que 45% afirmam não ter nenhuma dívida. Esse dado é bastante preocupante, pois, para além da já evidenciada existência de parcela significativa de endividados associada à informação de que uma parcela substantiva de pessoas está insatisfeita com seu poder de compra/capacidade de consumo (Ver Tabela 10.2), existem motivos para acreditar na possibilidade do aumento do número de pessoas endividadas.

Tabela 10.8. Cabo de Santo Agostinho e Ipojuca. Pessoas residentes segundo as faixas do nível de endividamento.

	N	%
Nenhuma dívida	354	44,9
Endividado	370	47,0
Bastante endividado	64	8,1
Total	788	100

Fonte: Pesquisa Fundaj/Observatório-PE/LAEPT, 2015.

Dentre as variáveis de bem-estar subjetivo analisadas, sem dúvida a que versa sobre o medo da violência/criminalidade é a que desperta maior preocupação. Os dados apresentados na Tabela 10.9 demonstram que quase metade dos entrevistados revela ter algum medo da violência, e quase 40% revela ter muito medo, o que tende a afetar negativamente o bem-estar subjetivo da população local.

Tabela 10.9. Cabo de Santo Agostinho e Ipojuca. Pessoas residentes segundo as faixas do nível do medo da violência/criminalidade.

	N	%
Nenhum medo	100	12,5
Algum medo	396	49,4
Muito medo	305	38,1
Total	801	100

Fonte: Pesquisa Fundaj/Observatório-PE/LAEPT, 2015.

As profundas transformações ocorridas na região analisada têm impactado no deslocamento populacional local, o que implica o aumento de imigrantes. De forma recorrente, são manifestadas queixas, especialmente de pessoas naturais dos municípios analisados, de que parte dos aspectos negativos registrada na região decorre dos processos migratórios, fato que manifesta o sinal de uma disputa, ainda que velada, entre não migrantes e migrantes. A despeito disso, os dados registrados na Tabela 10.10 demonstram que parcela bastante ínfima de entrevistados admite sentir-se alvo de algum preconceito.

Tabela 10.10. Cabo de Santo Agostinho e Ipojuca. Pessoas residentes segundo as faixas do nível de preconceito/discriminação sentido.

	N	%
Nenhum preconceito	712	88,9
Algum preconceito	77	9,6
Muito preconceito	12	1,5
Total	801	100

Fonte: Pesquisa Fundaj/Observatório-PE/LAEPT, 2015.

A análise descritiva das variáveis de bem-estar subjetivo revela, de maneira inicial e bastante genérica, que a maioria dos entrevistados apresenta altos

níveis de bem-estar subjetivo. As exceções a isso dizem respeito ao mundo do trabalho e do consumo, onde se registram aspectos negativos de satisfação dos indivíduos com suas posições laborais e de consumo, sendo indispensável investigar as possíveis razões que afetam a satisfação com o bem-estar subjetivo dos indivíduos na região estudada.

Como forma de aprofundar as investigações do bem-estar subjetivo, nas linhas que seguem, os itens relacionados com o bem-estar subjetivo são analisados segundo o conjunto de variáveis consideradas como independentes, isto é, cujas características podem influenciar no desempenho das variáveis de bem-estar subjetivo.

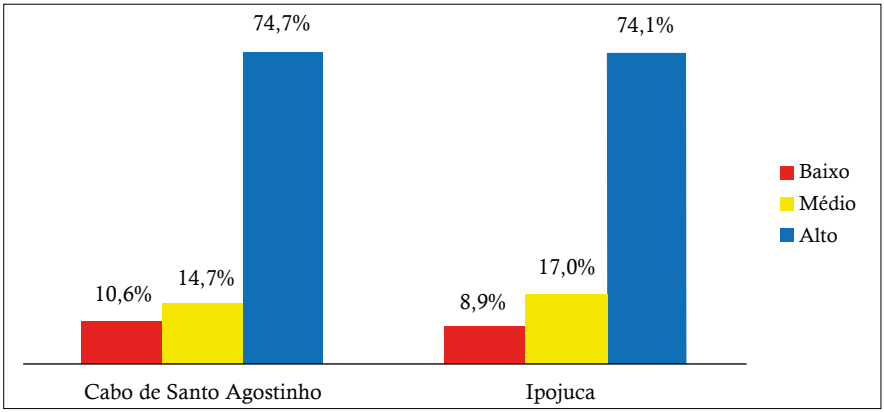
Município de Residência

A primeira abordagem a respeito do bem-estar subjetivo diz respeito à análise de possíveis diferenciais de bem-estar subjetivo segundo o município de residência. Essa investigação é fundamental na medida em que busca captar se existem diferenças de níveis de bem-estar subjetivo entre os residentes nos municípios investigados (Cabo de Santo Agostinho e Ipojuca).

Os dados apresentados no Gráfico 10.1 demonstram inexistirem diferenças substantivas nos escores do nível de felicidade entre os participantes da amostra que residem nos municípios de Cabo de Santo Agostinho e Ipojuca. Em ambos os municípios, os entrevistados apresentaram um alto nível de felicidade (74%), e um baixo nível de infelicidade, entre os residentes no Cabo de Santo Agostinho, com uma concentração um pouco mais elevada (10,6%).

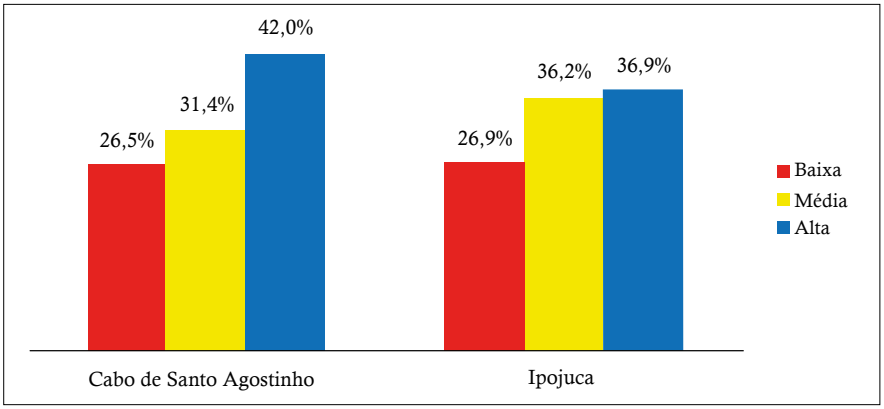
Os dados apresentados no Gráfico 10.2 revelam certa homogeneidade entre os residentes dos municípios de Cabo de Santo Agostinho e Ipojuca a respeito da tendência da satisfação com o poder de compra/capacidade de consumo, com a maioria dos entrevistados alegando alta satisfação. Em contrapartida, uma parcela considerável dos entrevistados (26%) denota baixa satisfação. Apesar da similaridade de tendências, é preciso destacar que os entrevistados residentes em Ipojuca tendem a apresentar menor satisfação com o poder de compra/capacidade de consumo, sendo importante investigar se os residentes de Ipojuca de fato dispõem de menos recursos para a efetivação do consumo ou se a menor satisfação com o poder de compra tem a ver com as expectativas dos próprios respondentes.

Gráfico 10.1. Cabo de Santo Agostinho e Ipojuca. Faixas do nível de felicidade autorrelatado segundo o município de residência.



Fonte: Pesquisa Fundaj/Observatório-PE/LAEPT, 2015.

Gráfico 10.2. Cabo de Santo Agostinho e Ipojuca. Faixas da satisfação com o poder de compra/capacidade de consumo segundo o município de residência.



Fonte: Pesquisa Fundaj/Observatório-PE/LAEPT, 2015.

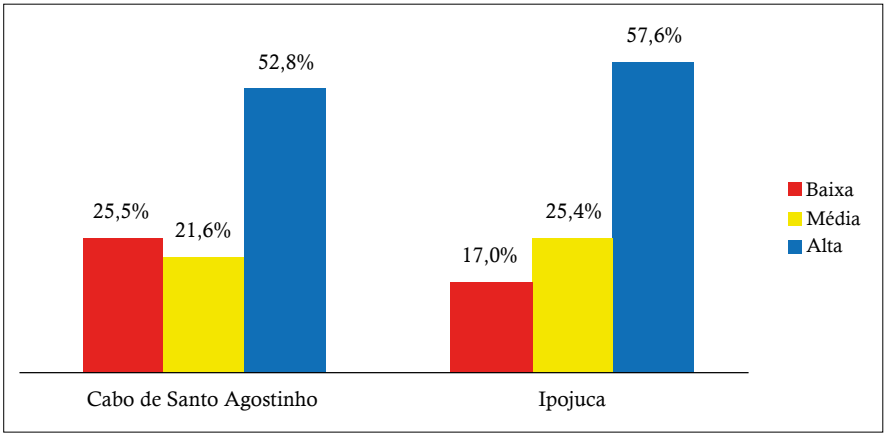
Os dados apresentados no Gráfico 10.3 revelam que, em ambos os municípios, existe uma maior concentração de pessoas que estão altamente satisfeitas com a saúde física, com os residentes de Ipojuca apresentando uma maior participação na faixa mais elevada de satisfação (57%). De forma adicional, parte considerável dos entrevistados que residem em Cabo de Santo Agostinho (25%) demonstra baixa satisfação com a saúde física, ao passo que, entre os residentes de Ipojuca, o número dos que apresentam baixa

satisfação reduz-se para 17%. Os dados revelam que, entre os dois municípios investigados, os residentes no Cabo de Santo Agostinho apresentam menor satisfação com a saúde física.

A explicação para os diferenciais de satisfação com a saúde física captados neste estudo é que existe uma forte relação entre as faixas etárias (vide Gráfico 10.3) e o nível de satisfação com a saúde física, de modo que os jovens tendem a apresentar uma maior nível de satisfação com a saúde física que os adultos e os idosos. Por essa razão, o fato de a população do Cabo de Santo Agostinho, proporcionalmente, contar com mais idosos do que a população de Ipojuca faz com que o nível de satisfação com a saúde física seja menor no município do Cabo de Santo Agostinho.

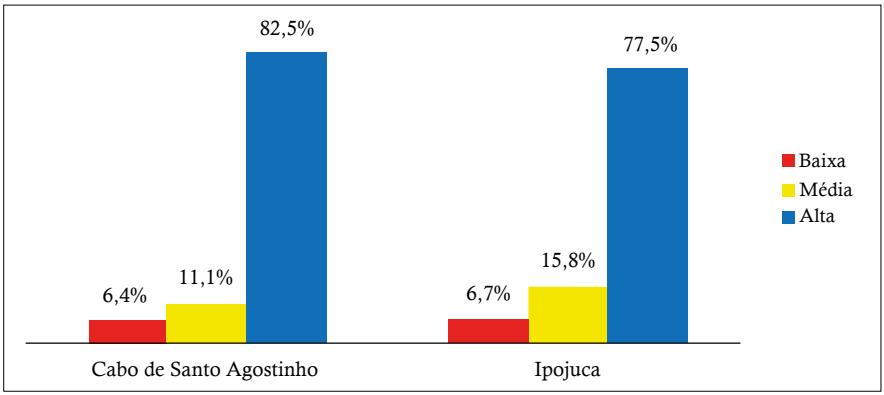
Os dados apresentados no Gráfico 10.4 revelam altos níveis de satisfação com as relações familiares e de amizade nos municípios de Cabo de Santo Agostinho e Ipojuca, com uma maior proporção de entrevistados residentes no município do Cabo de Santo Agostinho que alegam estar altamente satisfeitos com suas relações familiares e de amizade. Importa ressaltar que, em ambos os municípios, existe uma baixa proporção de pessoas insatisfeitas com suas relações familiares e de amizade.

Gráfico 10.3. Cabo de Santo Agostinho e Ipojuca. Faixas da satisfação com a saúde física segundo o município de residência.



Fonte: Pesquisa Fundaj/Observatório-PE/LAEPT, 2015.

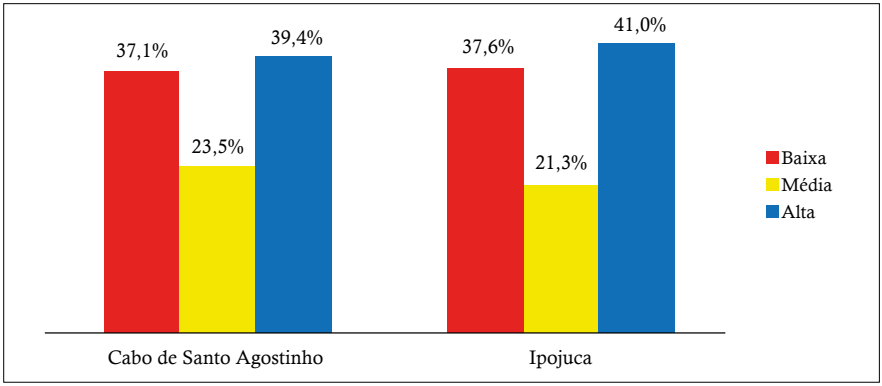
Gráfico 10.4. Cabo de Santo Agostinho e Ipojuca. Faixas da satisfação com as relações familiares e de amizade segundo o município de residência.



Fonte: Pesquisa Fundaj/Observatório-PE/LAEPT, 2015.

De acordo com os dados observados no Gráfico 10.5, é possível observar que, em ambos os municípios, existe uma parcela substantiva de pessoas insatisfeitas com o tempo disponível para o lazer. De forma bastante similar, aproximadamente 40% dos residentes em ambos os municípios alegam estar altamente satisfeitos com o tempo disponível para o lazer. Com base na análise dos dados, concluímos que existe insatisfação generalizada entre os residentes dos dois municípios com o tempo livre disponível para o lazer. Essa é uma das dimensões do bem-estar subjetivo que recebeu os mais baixos níveis de satisfação.

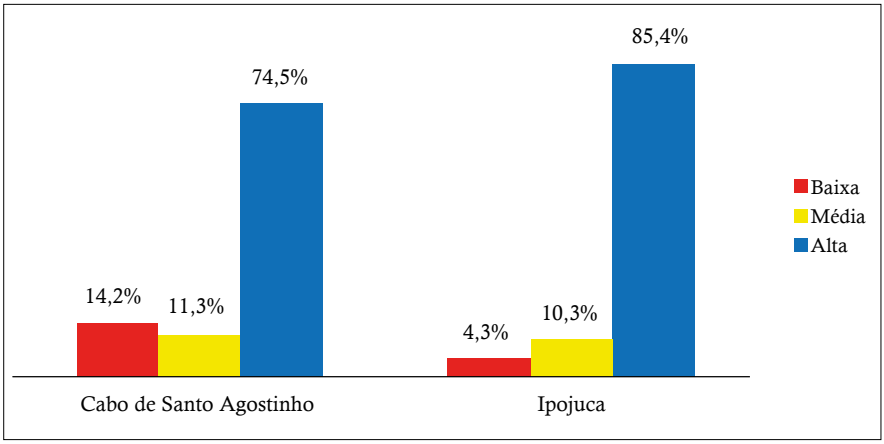
Gráfico 10.5. Cabo de Santo Agostinho e Ipojuca. Faixas da satisfação com o tempo livre para o lazer segundo o município de residência.



Fonte: Pesquisa Fundaj/Observatório-PE/LAEPT, 2015.

Os dados apresentados no Gráfico 10.6 demonstram que, em ambos os municípios, existe uma proporção bastante elevada de pessoas que apresentam alta expectativa quanto ao futuro e, em contrapartida, uma baixa proporção de pessoas com baixa expectativa quanto ao futuro. Apesar de os participantes da amostra residentes em ambos os municípios apresentarem tendências equivalentes, verificamos que os residentes de Ipojuca tendem a apresentar uma maior expectativa quanto ao futuro, pois apresentam uma maior concentração na faixa de alta expectativa quanto ao futuro (85,4%) e uma ínfima participação na faixa de baixa expectativa quanto ao futuro (4,3%). Mais uma vez, é possível supormos que esses resultados apresentam uma forte relação com as faixas etárias, de modo que os jovens, concentrados em maior proporção no município de Ipojuca, tendem a apresentar uma maior expectativa quanto ao futuro do que os adultos e os idosos.

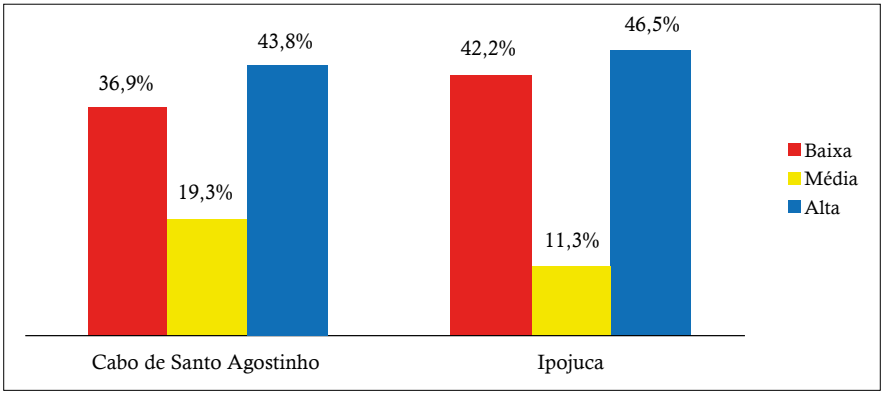
Gráfico 10.6. Cabo de Santo Agostinho e Ipojuca. Faixas da expectativa quanto ao futuro segundo o município de residência.



Fonte: Pesquisa Fundaj/Observatório-PE/LAEPT, 2015.

Os dados apresentados no Gráfico 10.7 revelam que, em ambos os municípios, uma parcela considerável de pessoas relatam uma baixa satisfação com o trabalho atual. Apesar da semelhança, a proporção de pessoas insatisfeitas com o trabalho é maior no município de Ipojuca (42,2%), ao passo que 46,5% revelam estar altamente satisfeitas com o trabalho atual. No município do Cabo de Santo Agostinho, 37% dos entrevistados demonstram baixa satisfação com o trabalho atual, e 44% revelam alta satisfação.

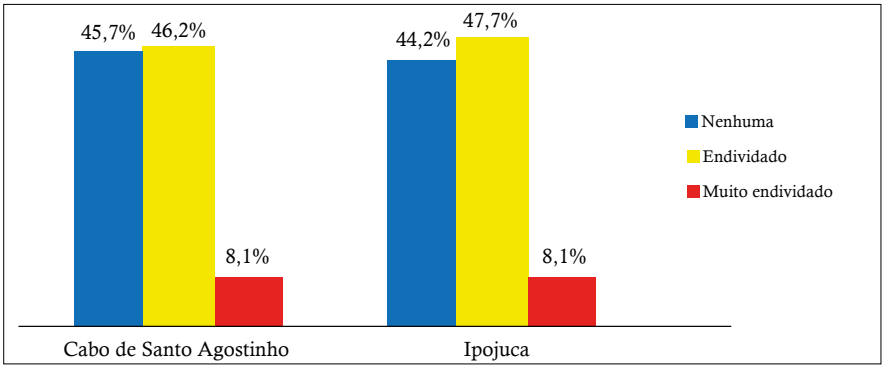
Gráfico 10.7. Cabo de Santo Agostinho e Ipojuca. Faixas da satisfação com o trabalho atual segundo o município de residência.



Fonte: Pesquisa Fundaj/Observatório-PE/LAEPT, 2015.

A respeito do nível de endividamento, os dados apresentados no Gráfico 10.8 mostram grande homogeneidade entre os participantes da amostra que residem no Cabo de Santo Agostinho e Ipojuca, pois uma parcela substantiva de pessoas declara estar endividada (pouco mais de 45%) ou muito endividada (8%), e aproximadamente 45% afirmam não ter nenhuma dívida.

Gráfico 10.8. Cabo de Santo Agostinho e Ipojuca. Faixas do nível de endividamento segundo o município de residência.

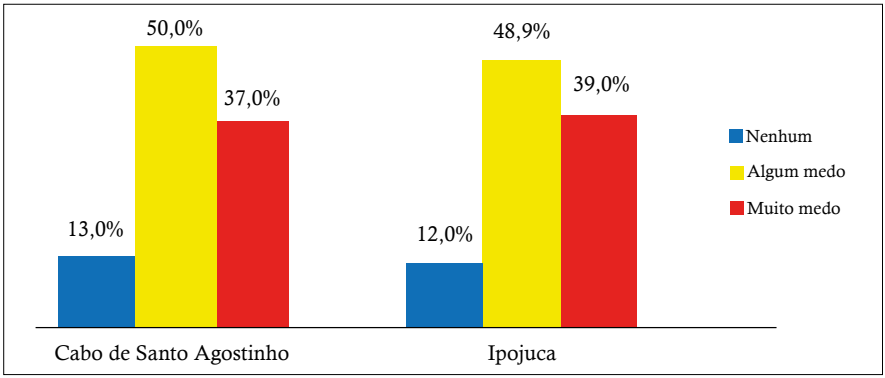


Fonte: Pesquisa Fundaj/Observatório-PE/LAEPT, 2015.

Os dados apresentados no Gráfico 10.9 mostram que, em ambos os municípios, a maioria das pessoas revela ter medo (aproximadamente 50%) ou muito medo (aproximadamente 40%) da violência, e pouco mais de 10% afirma

não ter nenhum medo da violência. Independentemente do município de residência, o medo da violência/criminalidade é a variável que apresenta o pior desempenho no bem-estar subjetivo dos indivíduos.

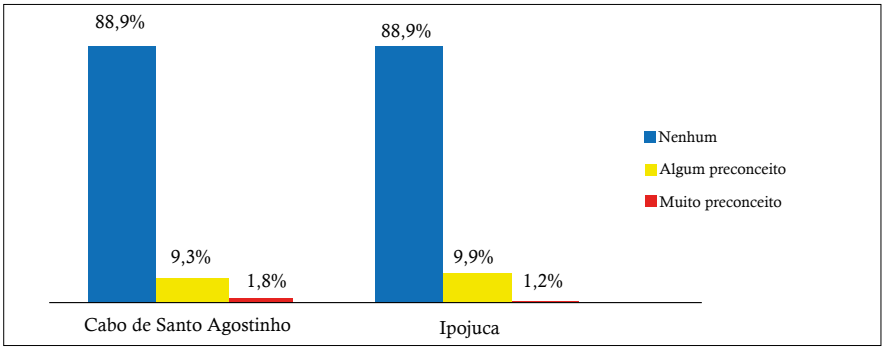
Gráfico 10.9. Cabo de Santo Agostinho e Ipojuca. Faixas do nível do medo da violência/criminalidade segundo o município de residência.



Fonte: Pesquisa Fundaj/Observatório-PE/LAEPT, 2015.

Por fim, os dados apresentados no Gráfico 10.10 demonstram não haver diferenciais substantivos entre o nível do preconceito sentido pelos residentes de ambos os municípios, de modo que a grande maioria dos entrevistados revela não se sentir vítima de nenhum preconceito, não havendo distinções significativas no nível de preconceito sentido pelos residentes dos dois municípios analisados.

Gráfico 10.10. Cabo de Santo Agostinho e Ipojuca. Faixas do nível de preconceito sentido segundo o município de residência.



Fonte: Pesquisa Fundaj/Observatório-PE/LAEPT, 2015.

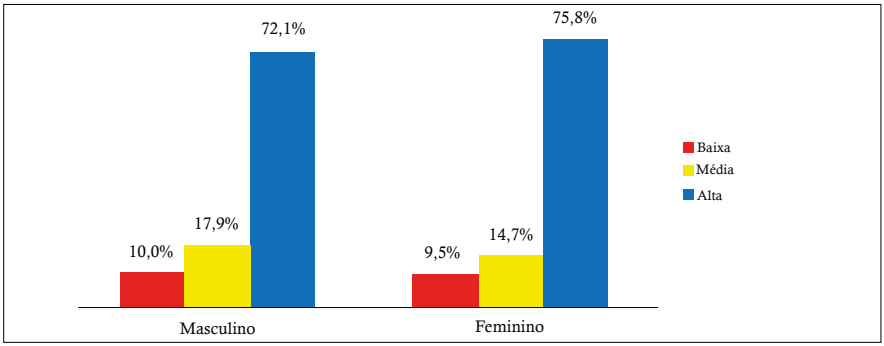
Em resumo, é possível destacar a inexistência de diferenciais substantivos de bem-estar subjetivo entre os participantes da amostra segundo o município de residência, sendo registrados níveis de alta satisfação na maioria dos aspectos de bem-estar subjetivo considerados. Desses, as variáveis relativas à "satisfação com a saúde física" e à "expectativa com o futuro" foram as que mais apresentaram divergências de desempenho nos municípios, cujos resultados podem ser explicados muito mais em função das faixas etárias dos respondentes do que propriamente ao fator relacionado com o município de residência.

Sexo

No processo de avaliação do bem-estar subjetivo, é indispensável analisarmos a possível existência de diferenciais segundo o sexo, como forma de avaliar a equidade entre homens e mulheres no que tange aos níveis de satisfação com determinadas dimensões subjetivas de suas vidas.

Os dados apresentados no Gráfico 10.11 revelam uma distribuição bastante semelhante das faixas do nível de felicidade segundo o sexo dos entrevistados, pois mais de 70% dos entrevistados declaram possuir altos níveis de felicidade. Na outra extremidade, verificamos também a participação bastante reduzida, de ambos os sexos, na faixa mais baixa do nível de felicidade (aproximadamente 10%), o que denota que, na amostra analisada, homens e mulheres apresentam níveis de felicidade bastante elevados, embora as mulheres tendam a apresentar níveis de felicidade maiores que os homens.

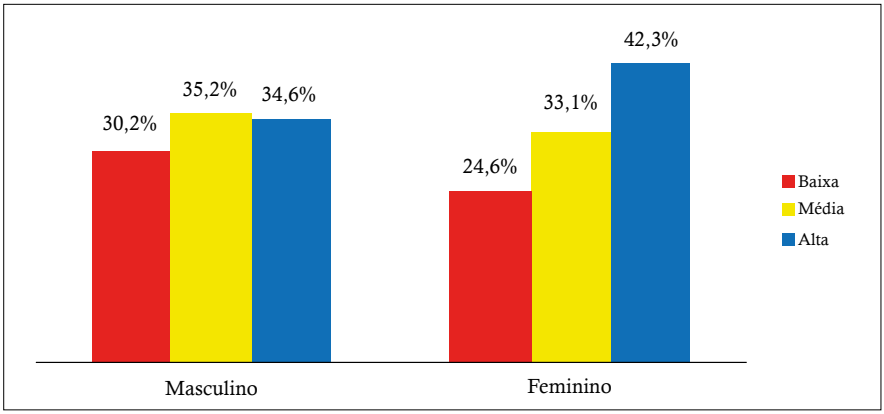
Gráfico 10.11. Cabo de Santo Agostinho e Ipojuca. Faixas do nível de felicidade autorrelatado segundo o sexo.



Fonte: Pesquisa Fundaj/Observatório-PE/LAEPT, 2015.

Os dados apresentados no Gráfico 10.12 demonstram a existência de dinâmicas diferentes no nível de satisfação com o poder de compra/capacidade de consumo entre homens e mulheres. As mulheres tendem a apresentar uma maior concentração na faixa de alta satisfação (pouco mais de 40%), e menor concentração na faixa mais baixa de satisfação (quase 25%), ao passo que, entre os homens, a maior concentração de pessoas ocorre na faixa de média satisfação com o poder de compra/capacidade de consumo (35%), seguida da faixa de alta satisfação (quase 35%) e, por fim, uma baixa satisfação (30%). Apesar de a menor concentração de respondentes de ambos os sexos ocorrer na faixa mais baixa de satisfação, é evidente que os homens apresentam uma menor satisfação com o consumo do que as mulheres.

Gráfico 10.12. Cabo de Santo Agostinho e Ipojuca. Faixas de satisfação com o poder de compra/capacidade de consumo segundo o sexo.



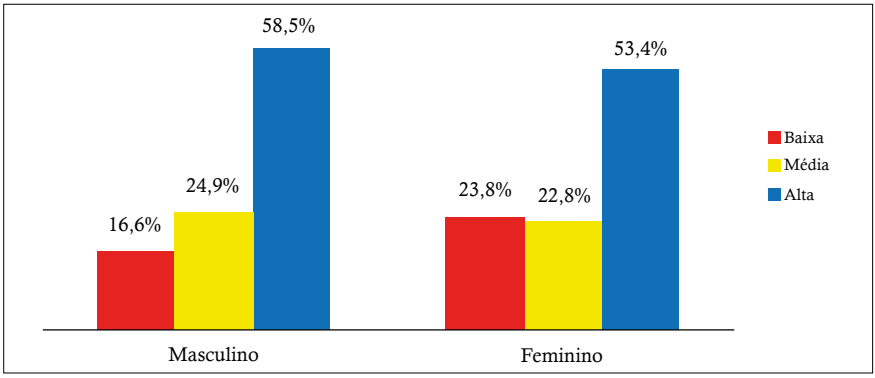
Fonte: Pesquisa Fundaj/Observatório-PE/LAEPT, 2015.

De acordo com os dados apresentados no Gráfico 10.13, observamos que os homens tendem a apresentar uma maior satisfação com a saúde física do que as mulheres, de modo que quase 60% dos entrevistados do sexo masculino se localizam na faixa mais elevada de satisfação com a saúde física, e apenas 16% se concentra na faixa mais baixa de satisfação. No caso das mulheres, 53% estão na faixa mais elevada de satisfação com a saúde física, e quase 1/4 das entrevistadas se concentra na faixa mais baixa de satisfação com a saúde física.

Os dados apresentados no Gráfico 10.14 revelam que as mulheres tendem a apresentar uma maior satisfação com as relações familiares e de amizade do que os homens, de modo que quase 85% das entrevistadas apresentam alta

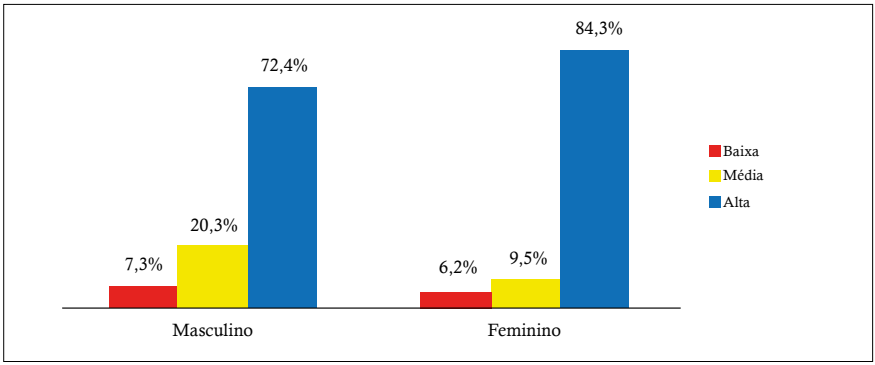
satisfação e apenas 6% revelam baixa satisfação. No caso dos homens, embora parte significativa dos entrevistados se concentre na faixa mais elevada de satisfação (72,4%), 20% deles apresentam satisfação média, seguidos de 7% que declaram baixa satisfação com as relações familiares e de amizade.

Gráfico 10.13. Cabo de Santo Agostinho e Ipojuca. Faixas de satisfação com a saúde física segundo o sexo.



Fonte: Fundaj/Observatório-PE/LAEPT, 2015.

Gráfico 10.14. Cabo de Santo Agostinho e Ipojuca. Faixas de satisfação com as relações familiares e de amizade segundo o sexo.

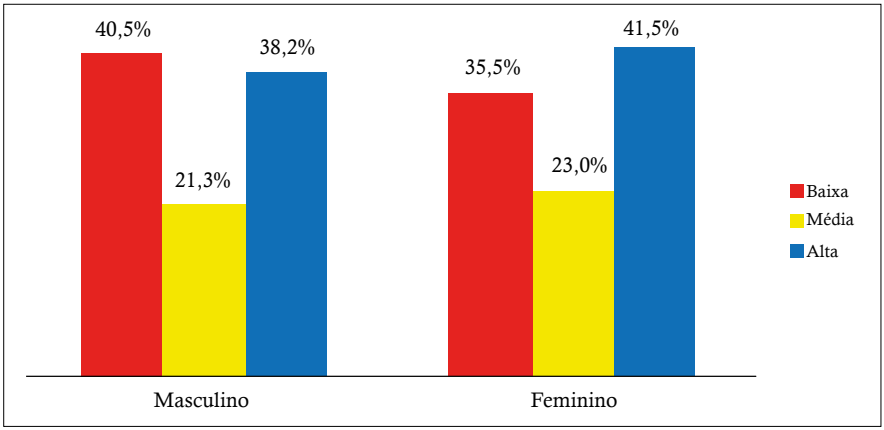


Fonte: Pesquisa Fundaj/Observatório-PE/LAEPT, 2015.

Os dados apresentados no Gráfico 10.15 revelam uma insatisfação generalizada, em ambos os sexos, com o tempo livre para o lazer, pois aproximadamente 40% dos entrevistados apresentam uma alta satisfação e 40% dos homens, e 35% das mulheres declaram uma baixa satisfação. Apesar de apresentarem dinâmicas

semelhantes, notamos que os homens tendem a apresentar uma maior insatisfação com o tempo livre para o lazer do que as mulheres, o que denota que as relações laborais têm interferido negativamente na sociabilidade dos residentes dos municípios de Cabo de Santo Agostinho e Ipojuca, especialmente aqueles do sexo masculino, que compõem a maior força do mercado de trabalho local.

Gráfico 10.15. Cabo de Santo Agostinho e Ipojuca. Faixas de satisfação com o tempo livre para o lazer segundo o sexo



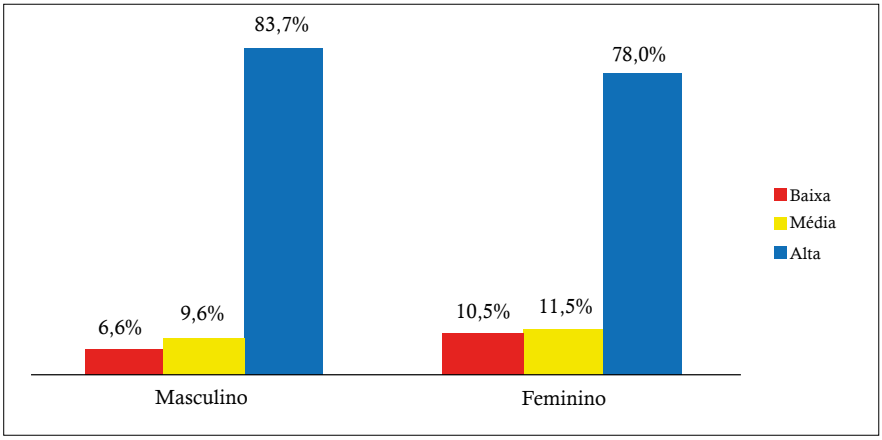
Fonte: Pesquisa Fundaj/Observatório-PE/LAEPT, 2015.

Os dados apresentados no Gráfico 10.16 demonstram que, independentemente do sexo, os entrevistados da pesquisa apresentam uma alta expectativa quanto ao futuro, pois os homens (83%) apresentam uma leve alta em relação às mulheres (78%) na faixa mais elevada de satisfação, e, novamente, os homens apresentam uma menor participação (6,6%) na faixa mais baixa da expectativa quanto ao futuro.

Os dados apresentados no Gráfico 10.17 complementam o cenário de que, no tocante ao mundo do trabalho, as mulheres apresentam piores condições quanto ao bem-estar subjetivo do que os homens. Enquanto quase 60% dos homens demonstram uma alta satisfação com o trabalho atual, menos de 40% das mulheres declaram uma alta satisfação com o trabalho atual, ao passo que 1/4 dos respondentes do sexo masculino se localiza na faixa mais baixa de satisfação e quase a metade das mulheres entrevistadas concentra-se na faixa mais baixa de satisfação com o trabalho atual. De todos os dez itens relativos ao bem-estar subjetivo avaliados nesta pesquisa, a satisfação com o trabalho atual é a

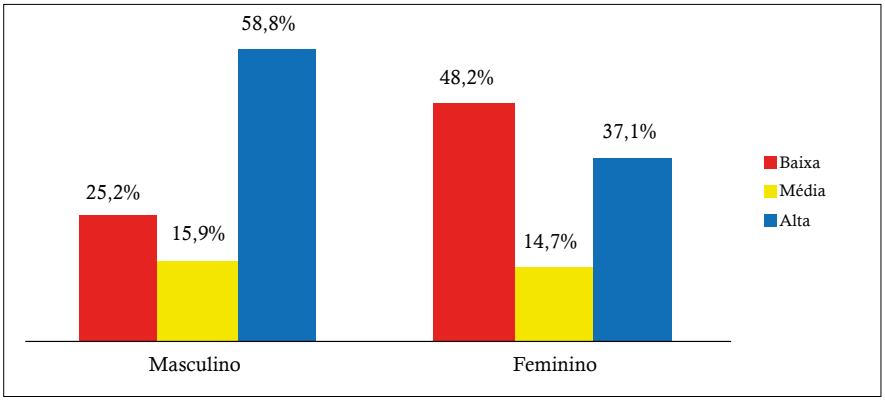
que apresenta dinâmicas mais divergentes entre os sexos, já que as mulheres demonstram uma maior insatisfação com o trabalho atual do que os homens.

Gráfico 10.16. Cabo de Santo Agostinho e Ipojuca. Faixas de expectativa com o futuro segundo o sexo.



Fonte: Pesquisa Fundaj/Observatório-PE/LAEPT, 2015.

Gráfico 10.17. Cabo de Santo Agostinho e Ipojuca. Faixas de satisfação com o trabalho atual segundo o sexo.

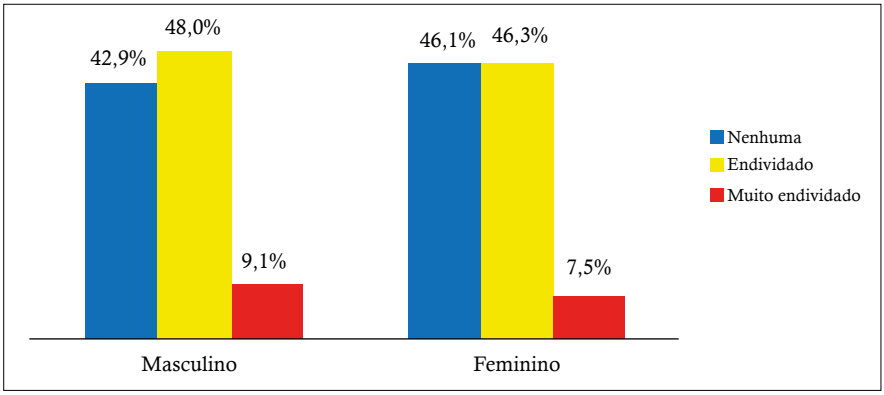


Fonte: Pesquisa Fundaj/Observatório-PE?LAEPT, 2015.

Com relação ao nível de endividamento dos participantes do estudo, os dados registrados no Gráfico 10.18 demonstram haver semelhanças no nível de endividamento entre homens e mulheres, de modo que menos da metade dos entrevistados, de ambos os sexos, declarou não ter nenhuma dívida, e menos

de 10% desses entrevistados declararam estar muito endividados, com destaque para os homens, que apresentam uma concentração levemente maior do que as mulheres no grupo dos que se declaram muito endividados. De todo modo, é importante ressaltar o alto nível de pessoas endividadas, de ambos os sexos, o que demonstra a vulnerabilidade econômica dos participantes do estudo.

Gráfico 10.18. Cabo de Santo Agostinho e Ipojuca. Faixas do nível de endividamento segundo o sexo.

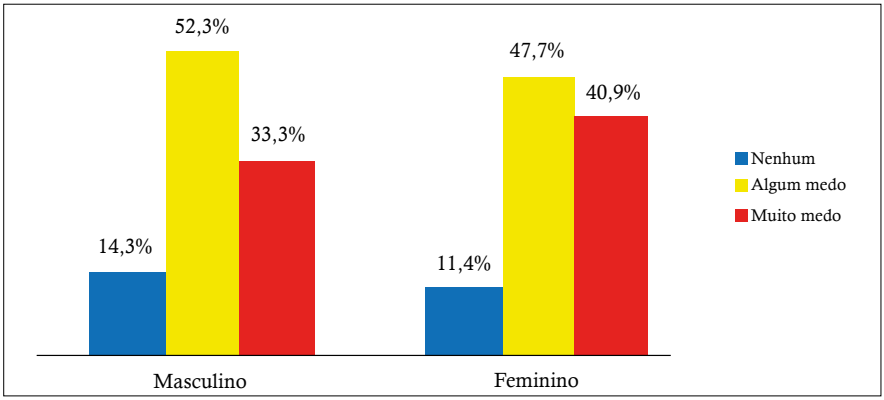


Fonte: Fundaj/Observatório-PE/LAEPT, 2015.

Os dados apresentados no Gráfico 10.19 apontam para a existência do medo generalizado da violência/criminalidade entre os participantes da amostra. Deles, as mulheres apresentam um maior nível de medo entre os participantes da pesquisa, pois pouco mais de 40% afirma ter muito medo, 48% ter algum medo, e apenas 11% declararam não ter nenhum medo. Quanto aos entrevistados do sexo masculino, pouco mais de 33% afirmou ter muito medo, mais de 50% ter algum medo, e quase 15% declararam não ter nenhum medo.

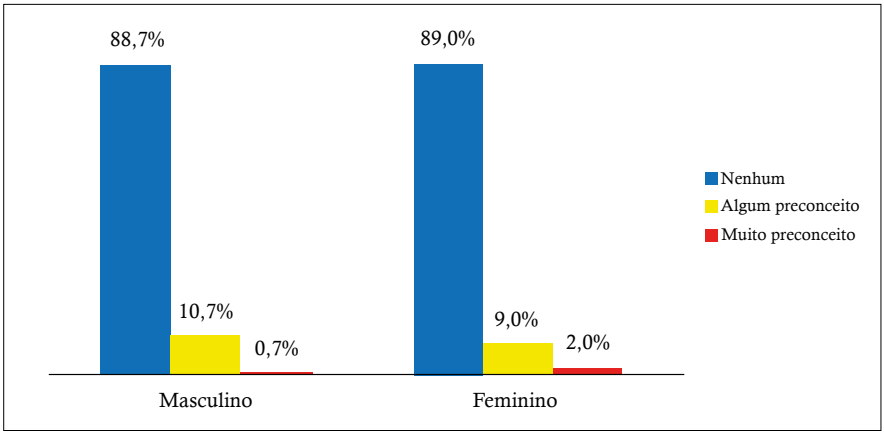
Por fim, os dados apresentados no Gráfico 10.20 demonstram que, para os entrevistados de ambos os sexos, a grande maioria declara não se sentir vítima de nenhum preconceito, ao passo que pouco mais de 10% afirmam se sentir vítimas de preconceitos. Importa notar que as mulheres tendem a se queixar mais do que os homens de se sentir vítimas de preconceito, porém, é importante aprofundar a investigação de modo a conhecer qual(is) o(s) tipo(s) de preconceito(s) as mulheres tendem a sofrer nos territórios analisados.

Gráfico 10.19. Cabo de Santo Agostinho e Ipojuca. Faixas do nível do medo da violência/criminalidade segundo o sexo.



Fonte: Pesquisa Fundaj/Observatório-PE/LAEPT, 2015.

Gráfico 10.20. Cabo de Santo Agostinho e Ipojuca. Faixas do nível de preconceito sentido segundo o sexo.



Fonte: Pesquisa Fundaj/Observatório-PE/LAEPT, 2015.

De forma sucinta, podemos afirmar que, no que tange ao bem-estar subjetivo, as mulheres aparecem em certa desvantagem em relação aos homens, principalmente no que diz respeito ao mundo do trabalho, à saúde física, às expectativas quanto ao futuro e às características mais gerais pertinentes ao lugar em que vivem, especialmente ao medo da violência/criminalidade e ao sentimento de ser vítimas de preconceitos. Em contrapartida, os homens apresentam-se com uma

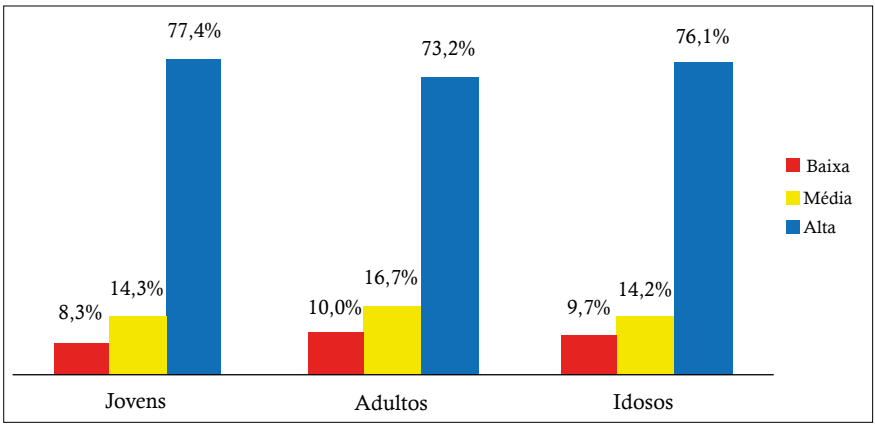
maior vulnerabilidade em questões relativas às suas posições socioeconômicas e profissionais e também à satisfação com suas relações familiares e de amizade. De todo modo, as análises realizadas evidenciam altos níveis de bem-estar subjetivo, em ambos os sexos, à exceção principalmente da satisfação com o trabalho, com o tempo livre para o lazer, do medo da violência/criminalidade e do endividamento.

Faixas etárias

A análise das dimensões de bem-estar subjetivo segundo as faixas etárias revela-se relevante na medida em que as diferentes experiências de vida, estejam elas relacionadas com o mundo do trabalho, o lugar de nascimento e de moradia, a sociabilidade, dentre outras, podem apresentar grandes variações, precisamente em função da idade.

Os dados apresentados no Gráfico 10.21 mostram a existência de altos níveis de felicidade em todas as faixas etárias. Embora a distribuição dos dados revele que os jovens tendem a apresentar uma menor concentração na faixa mais baixa do nível de felicidade, os idosos, e, sobretudo os adultos, apresentam uma concentração mais alta na faixa mais baixa de felicidade. É preciso considerar a existência numérica de idosos bastante reduzida entre os grupos analisados, de modo que não é possível afirmar que existam diferenças substantivas quanto aos níveis de felicidade entre os grupos etários analisados.

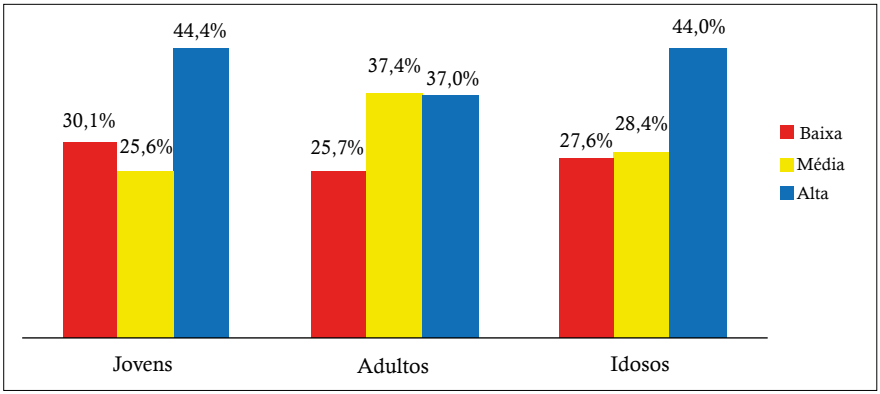
Gráfico 10.21. Cabo de Santo Agostinho e Ipojuca. Faixas do nível de felicidade autorrelatado segundo a faixa etária



Fonte: Pesquisa Fundaj/Observatório-PE/LAEPT, 2015.

Os dados apresentados no Gráfico 10.22 revelam dinâmicas bastante semelhantes na satisfação com o poder de compra/capacidade de consumo segundo as faixas etárias na amostra utilizada no estudo. Os respondentes de todas as faixas etárias concentram-se em maior proporção na faixa relativa ao alto nível de satisfação com o poder de compra/capacidade de consumo. Deles, os adultos são os que se apresentam em menor proporção nessa faixa de satisfação (37%). Das três faixas etárias, os jovens (30%) são os que apresentam uma maior participação entre os que declaram estar menos satisfeitos com o poder de compra/capacidade de consumo, seguidos pelos idosos (27%).

Gráfico 10.22. Cabo de Santo Agostinho e Ipojuca. Faixas do nível de satisfação com o poder de compra/capacidade de consumo segundo a faixa etária.



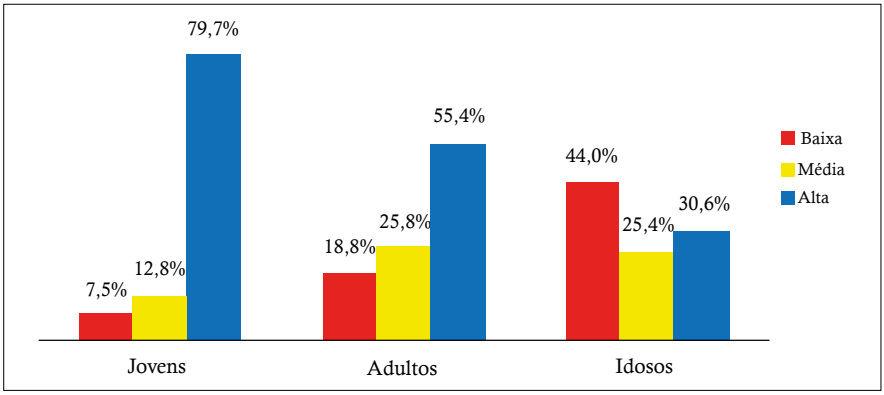
Fonte: Pesquisa Fundaj/Observatório-PE?LAEPT, 2015.

Os dados registrados no Gráfico 10.23 evidenciam existir uma relação inversamente proporcional entre as faixas etárias e a satisfação com a saúde física, de modo que, quanto menor a faixa etária (jovens), maior tende a ser a satisfação com a saúde física, ao passo que na faixa etária mais elevada (idosos) se concentra o maior número de pessoas com baixa satisfação com a saúde física e o menor número de pessoas com alta satisfação.

Os dados apresentados no Gráfico 10.24 demonstram a alta satisfação dos respondentes com suas relações familiares e de amizade, em todas as faixas etárias. Proporcionalmente, os jovens aparecem de forma mais acentuada entre os que declaram uma alta satisfação (83,5%), sendo essa proporção bastante semelhante à registrada pelos idosos, menos concentrados na faixa dos que

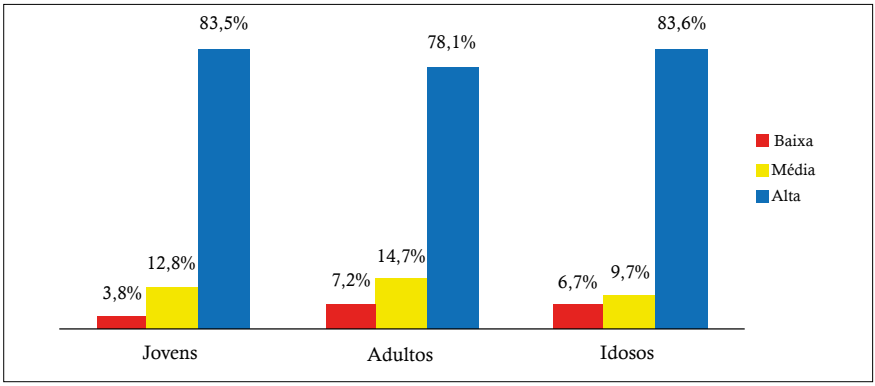
declaram baixa satisfação (3,8%). Entre os respondentes, os adultos são os que registram ter o nível mais baixo de satisfação, com menos de 80% se considerando altamente satisfeitos e pouco mais de 7% declaram uma baixa satisfação com as relações familiares e de amizade.

Gráfico 10.23. Cabo de Santo Agostinho e Ipojuca. Faixas do nível de satisfação com a saúde física segundo a faixa etária.



Fonte: Pesquisa Fundaj/Observatório-PE/LAEPT. 2015.

Gráfico 10.24. Cabo de Santo Agostinho e Ipojuca. Faixas do nível de satisfação com as relações familiares e de amizade segundo a faixa etária.



Fonte: Fundaj/Observatório-PE/LAEPT, 2015.

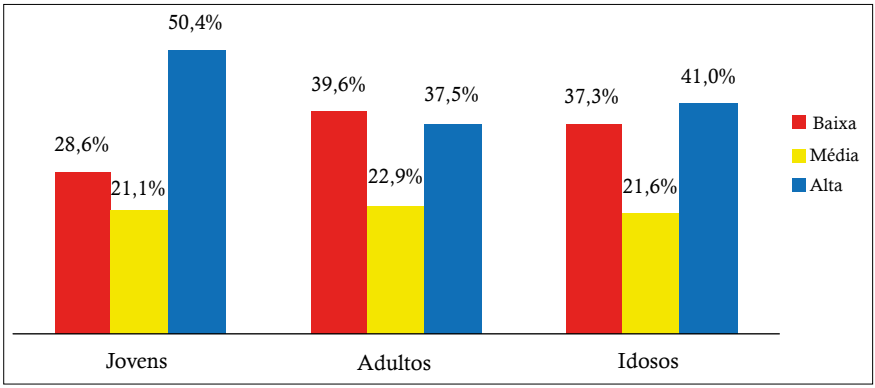
Relativamente ao nível de satisfação com o tempo livre para o lazer, os dados registrados no Gráfico 10.25 revelam que os adultos compõem a faixa etária mais insatisfeita, pois quase 40% dos respondentes declaram

uma baixa satisfação, e 37,5% afirmam uma alta satisfação com o tempo livre para o lazer. Proporcionalmente, são os jovens os que apresentam uma maior satisfação com o tempo livre para o lazer, já que pouco mais da metade dos entrevistados denota uma alta satisfação e menos de 30% demonstram uma baixa satisfação. Os dados são condizentes com a realidade da vida produtiva, de modo que os adultos tendem a dedicar a maior parte de seu tempo às atividades laborais.

De forma semelhante à dinâmica apresentada na relação entre as faixas etárias e a satisfação com a saúde física, os dados apresentados no Gráfico 10.26 também captam a relação direta entre as faixas etárias e a expectativa quanto ao futuro. A grande maioria dos jovens tende a concentrar-se na faixa dos que apresentam alta expectativa (87%), e a menor concentração na faixa de mais baixa expectativa (4,5%), seguidos pelos adultos, das quais 81% declaram uma alta expectativa e apenas 9% apresentam uma baixa expectativa. Na outra extremidade, os idosos são os que apresentam uma menor expectativa quanto ao futuro, pois 71% declaram uma alta expectativa e 13% uma baixa expectativa.

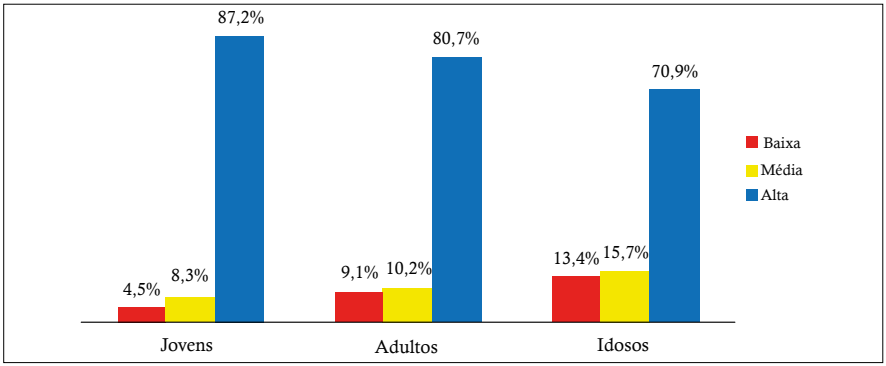
Os dados trazidos pelo Gráfico 10.27 reiteram o cenário de insatisfação generalizada com o trabalho atual. Em todas as faixas etárias, uma parcela substancial de entrevistados manifestou uma baixa satisfação com o trabalho atual, e é mais sintomática a concentração dos idosos na faixa mais baixa de satisfação com o trabalho atual (60%), seguidos pelos jovens (45%). Por sua vez, dentre os que declararam satisfação mais alta com o trabalho atual estão os adultos (50%).

Gráfico 10.25. Cabo de Santo Agostinho e Ipojuca. Faixas do nível de satisfação com o tempo livre para o lazer segundo a faixa etária.



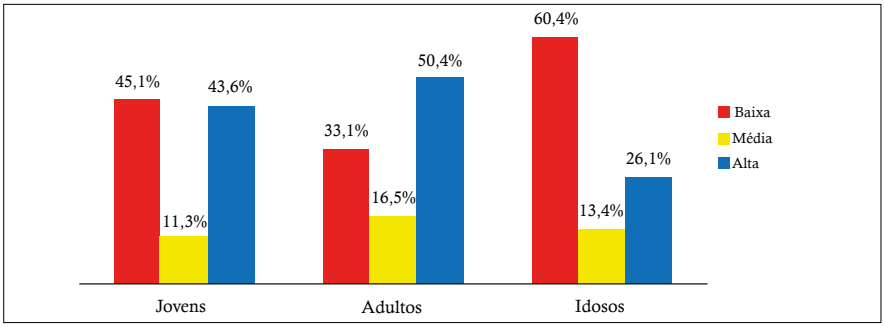
Fonte: Fundaj/Observatório-PE/LAEPT, 2015.

Gráfico 10.26. Cabo de Santo Agostinho e Ipojuca. Faixas do nível de expectativa com o futuro segundo a faixa etária.



Fonte: Pesquisa Fundaj/Observatório-PE/LAEPT, 2015.

Gráfico 10. 27. Cabo de Santo Agostinho e Ipojuca. Faixas do nível de satisfação com o trabalho atual segundo a faixa etária.

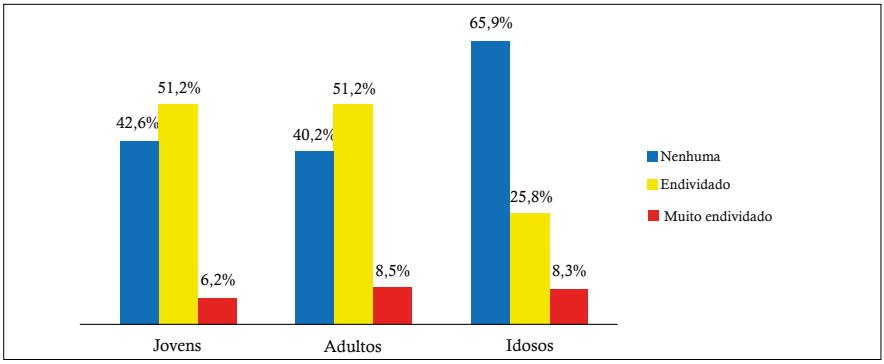


Fonte: Pesquisa Fundaj/Observatório-PE/LAEPT, 2015.

Os dados registrados no Gráfico 10.28 apresentam uma importante distinção nas faixas do nível de endividamento segundo as faixas etárias. Enquanto os adultos e os jovens apresentam a maior proporção de pessoas endividadas e muito endividadas (da ordem de pouco menos de 60%), os idosos são os que apresentam o menor nível de pessoas endividadas e muito endividadas (pouco menos de 35%). Em tempos nos quais muitos idosos são financeiramente responsáveis pelas famílias e há um grande número de modalidades de empréstimos facilitados para aposentados e pensionistas, não deixa de ser um alento verificar que o número de idosos endividados é relativamente baixo na amostra pesquisada.

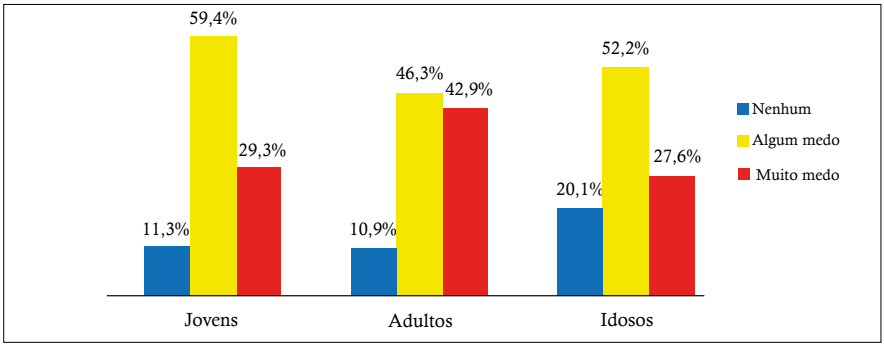
Com relação ao nível do medo da violência/criminalidade nos municípios de Cabo de Santo Agostinho e Ipojuca, os dados evidenciados no Gráfico 10.29 demonstram que, em todas as faixas etárias, há o medo generalizado da violência/criminalidade. Contudo, os adultos (43%) registram a maior proporção de pessoas que declaram ter muito medo, seguidos pelos jovens (30%) e pelos idosos (28%). Ademais, entre os adultos existe a menor proporção entre os que declaram não ter nenhum medo da violência (11%), número bastante semelhante ao registrado entre os jovens. Das três faixas etárias analisadas, os idosos (20%) apresentam a maior concentração dos entrevistados que afirmam não ter nenhum medo da violência/criminalidade.

Gráfico 11.28. Cabo de Santo Agostinho e Ipojuca. Faixas do nível de endividamento segundo a faixa etária.



Fonte: Pesquisa Fundaj/Observatório-PE/LAEPT, 2015.

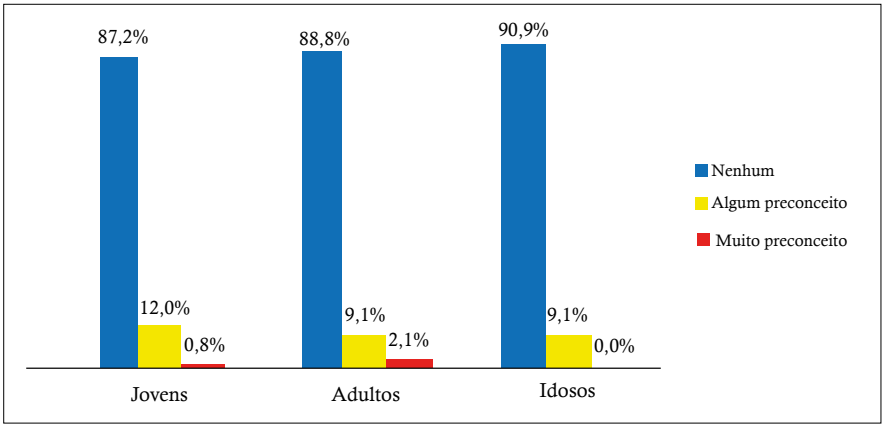
Gráfico 10.29. Cabo de Santo Agostinho e Ipojuca. Faixas do nível de medo da violência/criminalidade segundo a faixa etária.



Fonte: Pesquisa Fundaj/Observatório-PE/LAEPT, 2015.

Por fim, os dados apresentados no Gráfico 10.30 revelam que, não obstante o registro de pessoas que declaram se sentir vítimas de preconceitos ser bastante reduzido, a proporção de pessoas que se sentem vitimas de preconceitos é bastante semelhante em todas as faixas etárias (da ordem de 10%, aproximadamente), com destaque para os adultos, que apresentam a maior proporção entre os que declaram se sentir vítimas de muito preconceito (2%).

Gráfico 10.30. Cabo de Santo Agostinho e Ipojuca. Faixas do nível de preconceito sentido segundo a faixa etária.



Fonte: Pesquisa Fundaj/Observatório-PE/LAEPT, 2015.

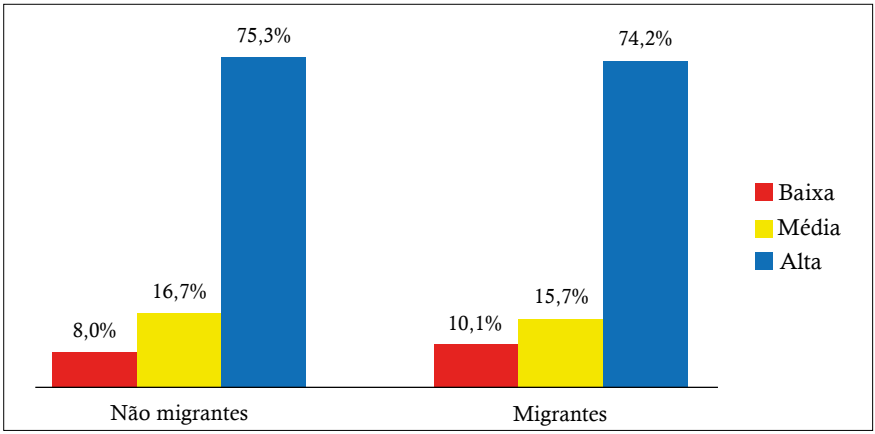
A análise das dimensões de bem-estar subjetivo segundo a faixa etária revela que, nas três faixas etárias analisadas, os jovens tendem a apresentar os maiores níveis de satisfação, sobretudo no que diz respeito à saúde física, às relações familiares e de amizade e às expectativas quanto ao futuro. Em contrapartida, eles revelam uma alta insatisfação com o trabalho atual e o medo da violência. Por sua vez, os idosos apresentam altos níveis de satisfação. Os adultos apresentam-se como o grupo mais vulnerável, pois incidem sobre eles as pressões relativas ao trabalho e às dificuldades da sociabilidade.

Condição de migração

Com a variável condição de migração, buscamos analisar em que medida o fato de ser ou não migrante pode influenciar os níveis de bem-estar subjetivo dos residentes nos municípios de Cabo de Santo Agostinho e Ipojuca.

Os dados apresentados no Gráfico 10.31 demonstram que, independentemente da condição de migração, os participantes da pesquisa apresentaram altos níveis de felicidade e baixa presença na faixa mais baixa do nível de felicidade. De certo modo, os migrantes apresentaram escores um pouco mais baixos no nível de felicidade. Todavia, devido à ínfima diferença numérica entre os dois grupos, não nos é possível afirmar que os migrantes sejam menos felizes que os não migrantes.

Gráfico 10.31. Cabo de Santo Agostinho e Ipojuca. Faixas do nível de felicidade autorrelatado segundo a condição de migração.

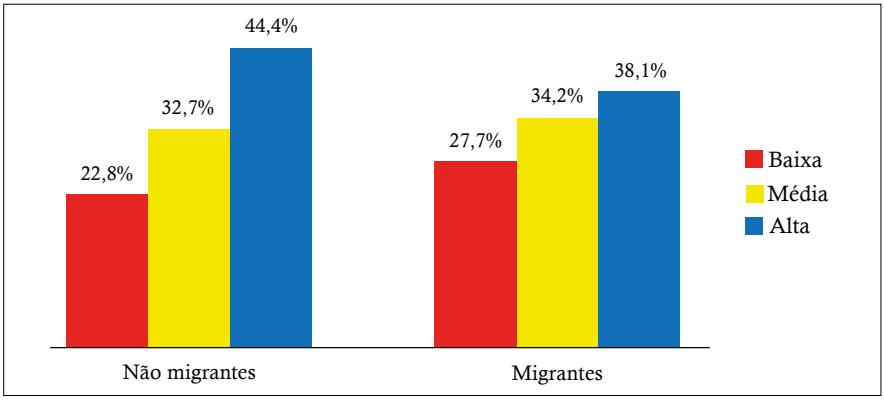


Fonte: Pesquisa Fundaj/Observatório-PE/LAEPT, 2015.

Com base nos dados apresentados no Gráfico 10.32, verificamos que, dentre os participantes da amostra pesquisada, os não migrantes são os que registram uma maior satisfação com o poder de compra/capacidade de consumo, pois concentram a maior proporção dos que se encontram na faixa de alta satisfação (44%) e a menor proporção entre os que registram baixa satisfação (23%). Já entre os migrantes, 38% concentram-se na faixa mais elevada de satisfação, e 28% estão na faixa mais baixa de satisfação com o poder de compra/capacidade de consumo.

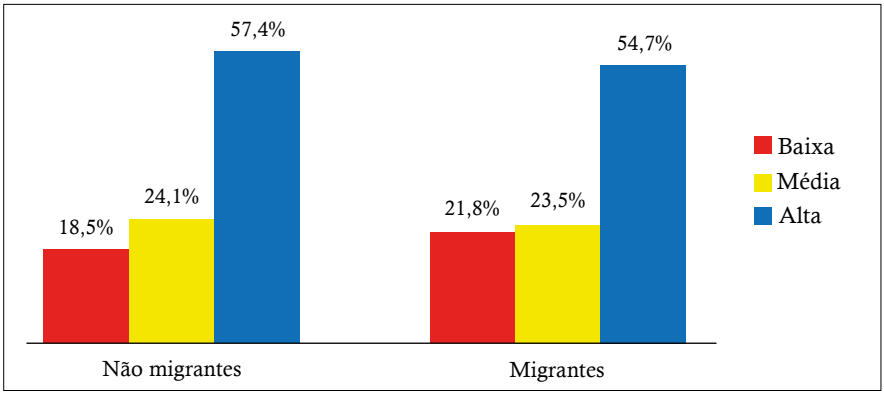
Os dados registrados no Gráfico 10.33 revelam dinâmicas bastante semelhantes do nível de satisfação com a saúde física entre os não migrantes e os migrantes entrevistados no estudo. Nos dois grupos, metade dos entrevistados registrou alta satisfação com a saúde física, e aproximadamente 20% deles manifestou baixa satisfação. Apesar de diferenças bastante ínfimas, registremos que os não migrantes apresentaram uma maior satisfação com a saúde física que os migrantes.

Gráfico 10.32. Cabo de Santo Agostinho e Ipojuca. Faixas do nível de satisfação com o poder de compra/capacidade de consumo segundo a condição de migração.



Fonte: Pesquisa Fundaj/Observatório-PE/LAEPT, 2015.

Gráfico 10.33. Cabo de Santo Agostinho e Ipojuca. Faixas do nível de satisfação com a saúde física segundo a condição de migração.

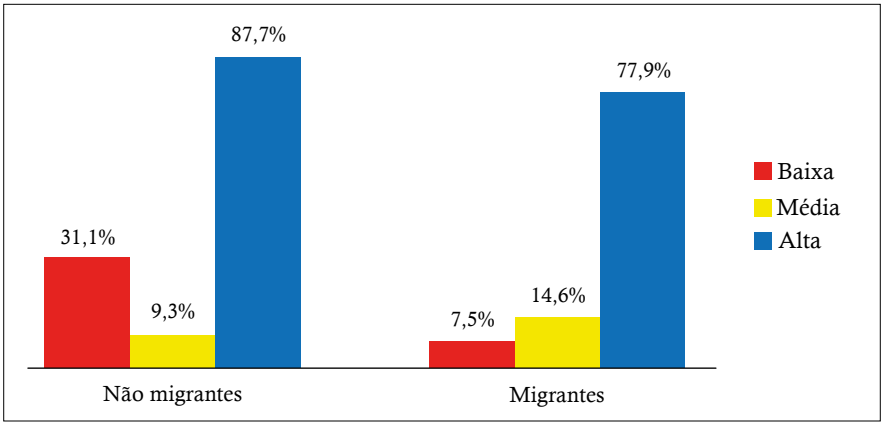


Fonte: Pesquisa Fundaj/Observatório-PE/LAEPT, 2015.

Os dados apresentados no Gráfico 10.34 revelam alguma disparidade no nível de satisfação com as relações familiares e de amizade entre não migrantes e migrantes. Embora em ambos os grupos a maioria dos casos se concentra na faixa mais elevada de satisfação, notamos que os não migrantes apresentam uma maior proporção dos que registram alta satisfação (88%) em relação aos migrantes (80%) que estão na mesma faixa de

satisfação. Em contrapartida, a maior diferença entre os grupos ocorre na faixa mais baixa de satisfação, na qual os não migrantes registram pouco mais de 30% e os migrantes apenas 7,5%. Diante desses resultados, podemos afirmar que, dentre os participantes do estudo, os não migrantes tendem a estar mais insatisfeitos com suas relações familiares e de amizade. Tais dados não deixam de causar surpresa, visto que, recorrentemente, a migração tem sido associada ao desenraizamento e à dissociação de vínculos familiares e de amizade. Entre os entrevistados, porém, é notória a maior satisfação com as relações familiares e de amizade entre os migrantes.

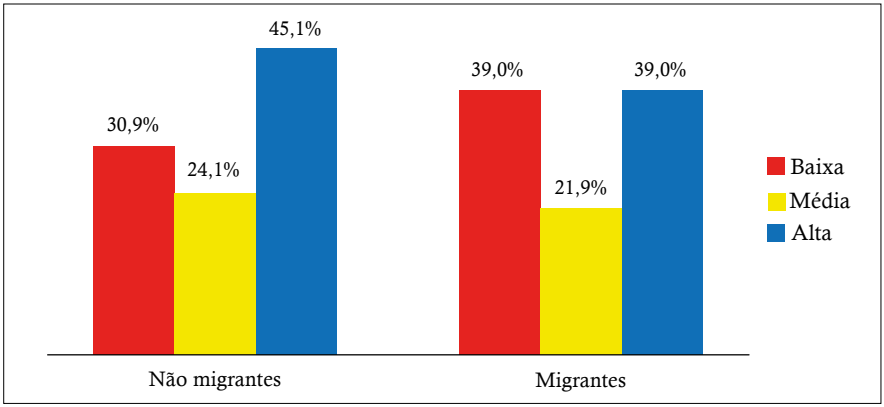
Gráfico 10.34. Cabo de Santo Agostinho e Ipojuca. Faixas do nível de satisfação com as relações familiares e de amizade segundo a condição de migração.



Fonte: Pesquisa Fundaj/Observatório-PE/LEPT, 2015.

Os dados apresentados no Gráfico 10.35 mostra uma insatisfação generalizada com o tempo livre para o lazer em ambos os grupos analisados. Embora a maioria dos não migrantes (45%) e dos migrantes (39%) apresente alto nível satisfação com o tempo livre para o lazer, é preciso reconhecer que parte substantiva dos entrevistados declara uma baixa satisfação com o tempo livre para o lazer, sobretudo os migrantes (39%). É curioso notar, aliás, que entre os migrantes existe a mesma proporção de alta satisfação e baixa satisfação. Diante dos resultados, é possível afirmar que os migrantes se revelam mais insatisfeitos com o tempo livre para o lazer que os não migrantes.

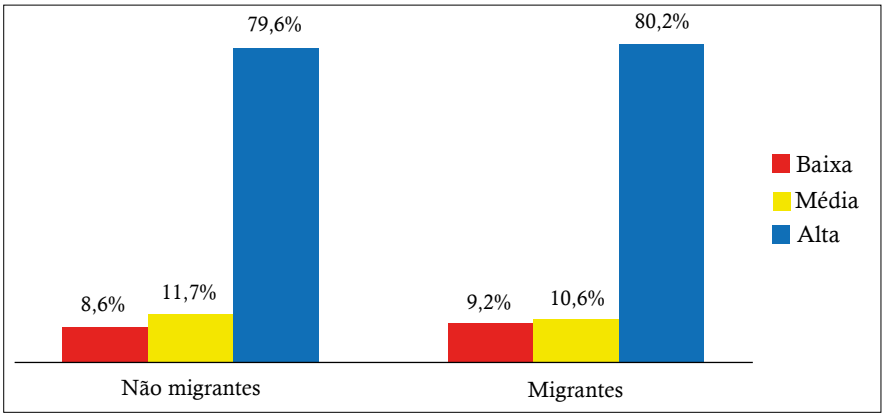
Gráfico 10.35. Cabo de Santo Agostinho e Ipojuca. Faixas do nível de satisfação com o tempo livre para o lazer segundo a condição de migração.



Fonte: Pesquisa Fundaj/Observatório-PE/LAEPT, 2015.

Os dados registrados no Gráfico 10.36 demonstram que as pessoas de ambos os grupos, não migrantes e migrantes, apresentam altos níveis de expectativa quanto ao futuro (da ordem de 80%), e menos de 10% deles declaram ter baixas expectativas quanto ao futuro. Assim, independentemente da condição de migração, verificamos que a maioria dos respondentes apresenta altos níveis de expectativa quanto ao futuro.

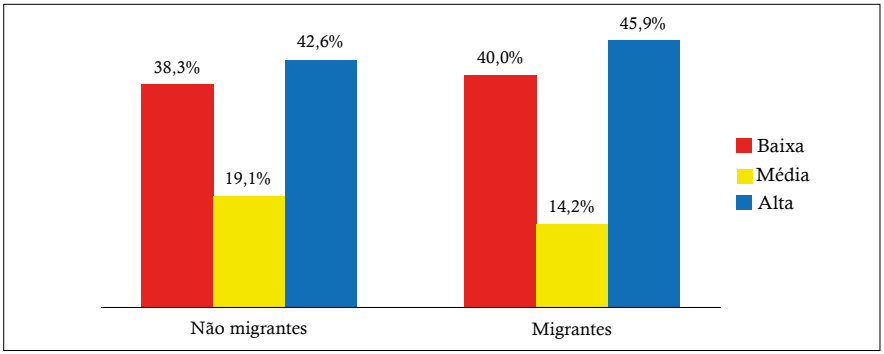
Gráfico 10.36. Cabo de Santo Agostinho e Ipojuca. Faixas do nível de expectativa com o futuro segundo a condição de migração.



Fonte: Pesquisa Fundaj/Observatório-PE/LAEPT, 2015.

Os dados apresentados no Gráfico 10.37 demonstram que parte significativa dos entrevistados, não migrantes (38%) ou migrantes (40%), apresenta baixo nível de satisfação com o trabalho atual. Em contrapartida, uma proporção levemente superior de trabalhadores, especialmente os migrantes, registram altos níveis de satisfação com o trabalho, o que indica que os migrantes tendem a apresentar uma maior nível de satisfação com o trabalho atual do que os não migrantes. A alta expressiva de baixos níveis de satisfação com o trabalho reitera que, independentemente dos grupos, a insatisfação com o trabalho é uma tônica nos municípios analisados, porém, neste estudo, ela é mais recorrente entre os migrantes.

Gráfico 10.37. Cabo de Santo Agostinho e Ipojuca. Faixas do nível de satisfação com o trabalho atual segundo a condição de migração.



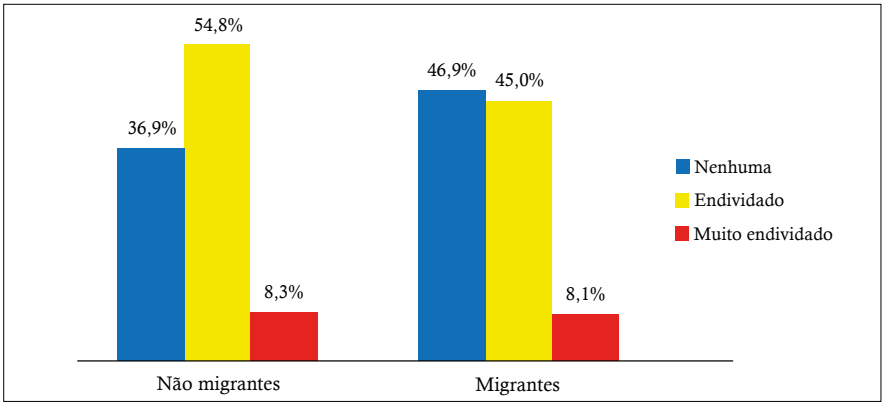
Fonte: Pesquisa Fundaj/Observatório-PE/LAEPT, 2015.

Os dados apresentados no Gráfico 10.38 mostram que ambos os grupos, não migrantes e migrantes, apresentam altos níveis de endividamento, em que a proporção de pessoas endividadas e muito endividadas é da ordem de 63% e 53%, respectivamente. observamos que o grupo formado pelos não migrantes apresenta uma maior proporção de endividados, o que indica tratar-se de um grupo mais vulnerável, que necessita endividar-se para ter acesso aos bens de consumo e serviços.

Os dados registrados no Gráfico 10.39 demonstram que, independentemente da condição de migração, pessoas de ambos os grupos revelam ter medo ou muito medo da violência, ao passo que uma parcela bastante reduzida de entrevistados declarou não ter nenhum medo da violência. Dentre os que registraram não ter nenhum medo da violência, notamos que os migrantes aparecem em maior proporção, o que, de algum modo, denota que se sentem mais seguros que as pessoas que são naturais dos municípios pesquisados.

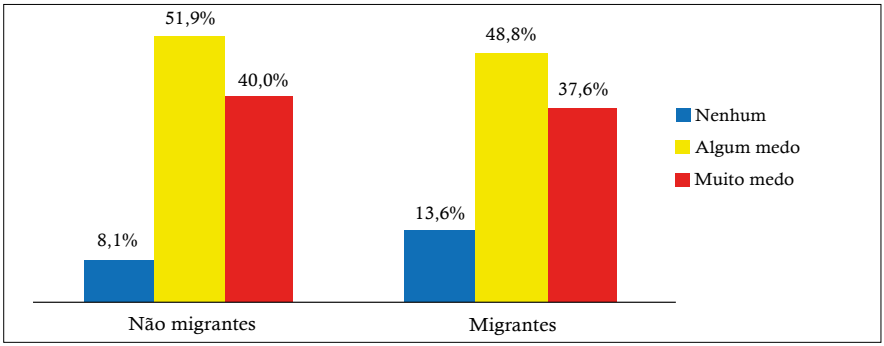
Os dados apresentados no Gráfico 10.40 expressam que a grande maioria dos entrevistados, independentemente da condição de migração, revela não se sentir vítima de nenhum preconceito. Dentre os que declaram sentir-se vítima de preconceito, os não migrantes aparecem em maior número (11,7%); contudo, os migrantes apresentam uma maior concentração dos que se declaram vítima de muito preconceito (1,6%). Apesar dessas diferenças, é preciso ressaltar que a diferença numérica entre essas pessoas é bastante reduzida, de modo que não é possível afirmar que haja diferenças entre os dois grupos.

Gráfico 10.38. Cabo de Santo Agostinho e Ipojuca. Faixas do nível de endividamento segundo a condição de migração.



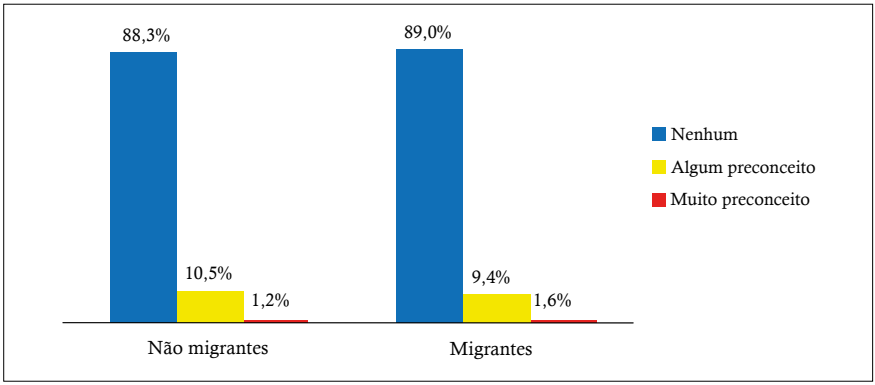
Fonte: Pesquisa Fundaj/Observatório-PE/LAEPT, 2015.

Gráfico 10.39. Cabo de Santo Agostinho e Ipojuca. Faixas do nível do medo da violência/criminalidade segundo a condição de migração.



Fonte: Pesquisa Fundaj/Observatório-PE/LAEPT, 2015.

Gráfico 10.40. Cabo de Santo Agostinho e Ipojuca. Faixas do nível de preconceito sentido segundo a condição de migração.



Fonte: Pesquisa Fundaj/Observatório-PE/LAEPT, 2015.

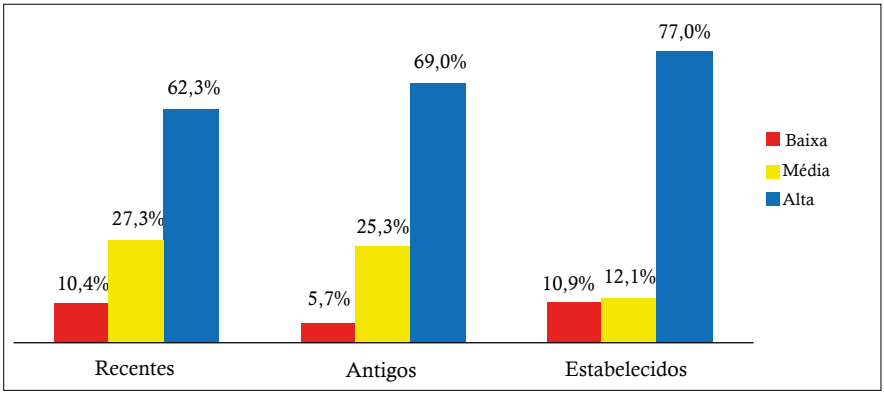
Tempo de residência no município

Com a utilização da variável tempo de residência no município, buscamos refletir em que medida o tempo de residência, ao configurar-se na possibilidade de formação de redes de sociabilidade local, pode influenciar no bem-estar subjetivo dos residentes nos municípios de Cabo de Santo Agostinho e Ipojuca. Partimos, pois, da hipótese de que, quanto maior o tempo de residência, maior tende a ser o nível de bem-estar subjetivo e de qualidade de vida dos indivíduos.

Os dados registrados no Gráfico 10.41 demonstram existir uma relação direta entre o tempo de residência no município e o nível de felicidade, de modo que, quanto maior o tempo de residência, maior a proporção de pessoas com altos níveis de felicidade. Todavia, na faixa mais baixa de felicidade, existe uma maior concentração de estabelecidos (10,9%), seguidos de recentes (10,4%) e antigos (5,7%).

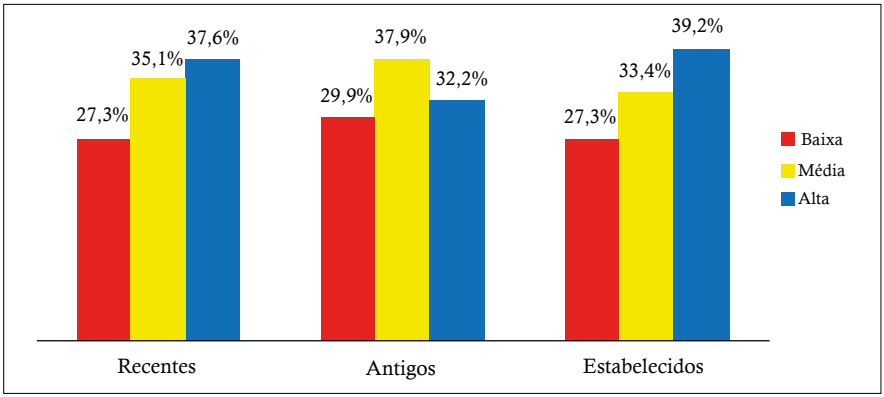
Os dados apresentados no Gráfico 10.42 verificam que uma parcela substantiva de pessoas, em todas as faixas de tempo de residência no município, apresentam baixos níveis de satisfação com o poder de compra/capacidade de consumo. Em todos os grupos analisados, menos da metade dos entrevistados demonstra estar altamente satisfeita com o poder de compra/capacidade de consumo, mas, em contrapartida, mais de 1/4 dos entrevistados manifesta sua baixa satisfação com o poder de compra/capacidade de consumo.

Gráfico 10.41. Cabo de Santo Agostinho e Ipojuca. Faixas do nível de felicidade autorrelatado segundo o tempo de residência no município.



Fonte: Pesquisa Fundaj/Observatório-PE/LAEPT, 2015.

Gráfico 10.42. Cabo de Santo Agostinho e Ipojuca. Faixas do nível de satisfação com o poder de compra/capacidade de consumo segundo o tempo de residência no município.

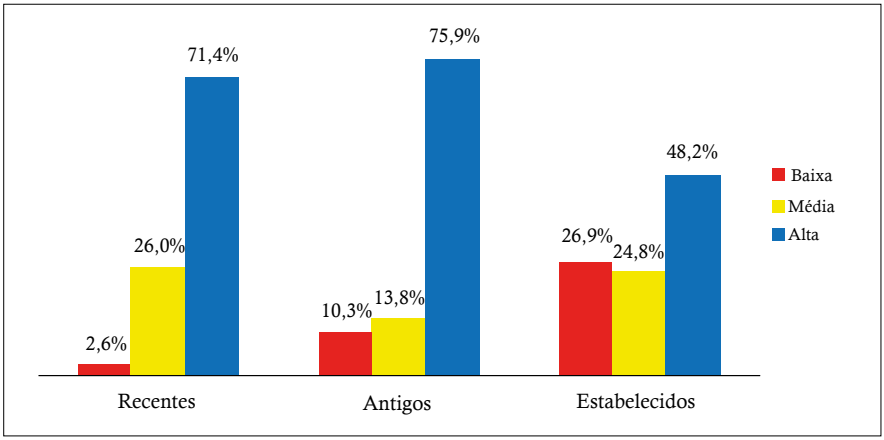


Fonte: Pesquisa Fundaj/Observatório-PE/LAEPT, 2015.

Os dados apresentados no Gráfico 10.43 demonstram a existência de altos níveis de satisfação com a saúde física, especialmente entre os grupos de migrantes recentes e antigos. Todavia, os entrevistados já estabelecidos apresentam os piores níveis de satisfação com a saúde física, com pouco mais de 1/4 dos entrevistados desse grupo declarando uma baixa satisfação e menos da metade registrando uma alta satisfação. Esses dados apontam que os naturais dos municípios e os estabelecidos apresentam maior vulnerabilidade no que tange

à saúde física. De certo modo, esse resultado reflete a reduzida atenção que é dada à saúde pública dos municípios de Cabo de Santo Agostinho e Ipojuca.

Gráfico 10.43. Cabo de Santo Agostinho e Ipojuca. Faixas do nível de satisfação com a saúde física segundo o tempo de residência no município.



Fonte: Pesquisa Fundaj/Observatório-PE/LAEPT, 2015.

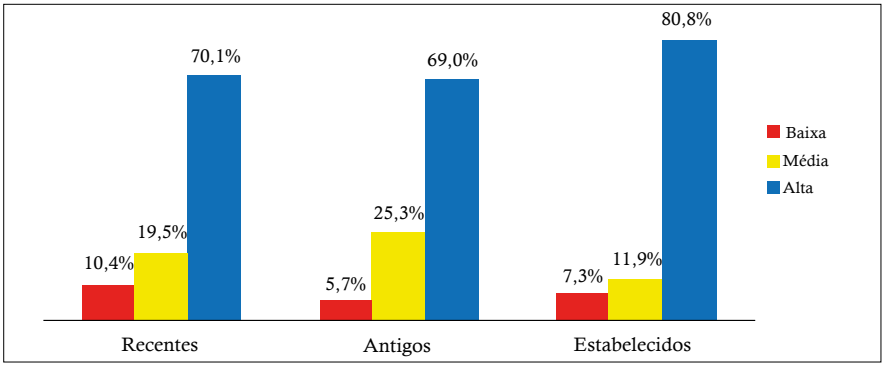
Os dados apresentados no Gráfico 10.44 explicam que, em todas as faixas do tempo de residência no município, existe uma alta satisfação com as relações familiares e de amizade, com destaque para os estabelecidos, que concentram a maior proporção de alta satisfação (80%) e a menor proporção de mais baixa satisfação (7,3%). Em contrapartida, os recentes apresentam a proporção mais significativa de pessoas com baixa satisfação (10%). Os dados emitem o alerta de que é possível que a migração esteja afetando negativamente a rede de suporte emocional formada pela família e pelos amigos, de modo que, devido à mudança recente, parte dos migrantes apresente dificuldades para recompor seus laços familiares e de amizade.

Os dados registrados no Gráfico 10.45 mostram a baixa satisfação com o tempo livre para o lazer em todas as faixas do tempo de residência no município. Ademais, é possível observar que os estabelecidos registram a maior proporção de pessoas mais satisfeitas (41%), ao passo que os antigos demonstram os piores níveis de satisfação quanto ao tempo livre para o lazer.

Os dados apresentados no Gráfico 10.46 demonstram que, independentemente do tempo de residência no município, os entrevistados apresentam altos níveis de expectativa quanto ao futuro, com destaque para o grupo

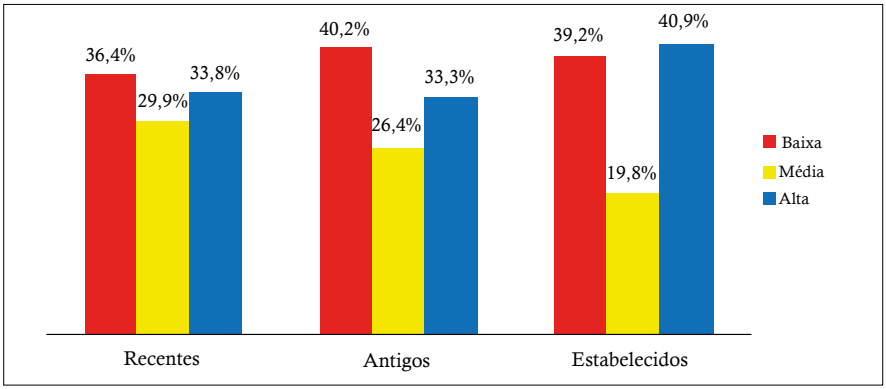
formado por migrantes antigos, que registram a proporção mais elevada de alta expectativa (92%) e a proporção menor de baixa expectativa (1,1%). Na outra ponta, os estabelecidos apresentam a menor concentração de pessoas com alta expectativa quanto ao futuro (76,6%) e uma alta concentração de pessoas com baixa expectativa (11,5%). Os dados revelam que as pessoas naturais dos municípios investigados e os migrantes já estabelecidos no lugar são os que menos têm confiança em um futuro melhor.

Gráfico 10.44. Cabo de Santo Agostinho e Ipojuca. Faixas do nível de satisfação com as relações familiares e de amizade segundo o tempo de residência no município



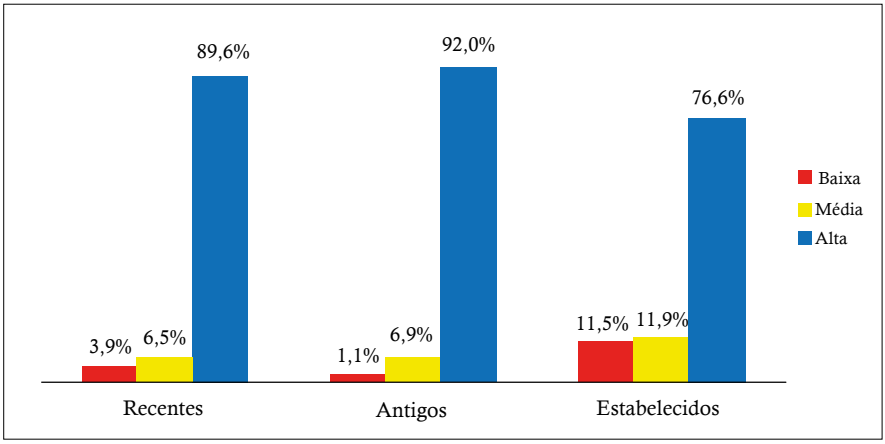
Fonte: Pesquisa Fundaj/Observatório-PE/LAEPT, 2015.

Gráfico 10.45. Cabo de Santo Agostinho e Ipojuca. Faixas do nível de satisfação com o tempo livre para o lazer segundo o tempo de residência no município.



Fonte: Pesquisa Fundaj/Observatório-PE/LAEPT, 2015.

Gráfico 10.46. Cabo de Santo Agostinho e Ipojuca. Faixas da expectativa com o futuro segundo o tempo de residência no município.

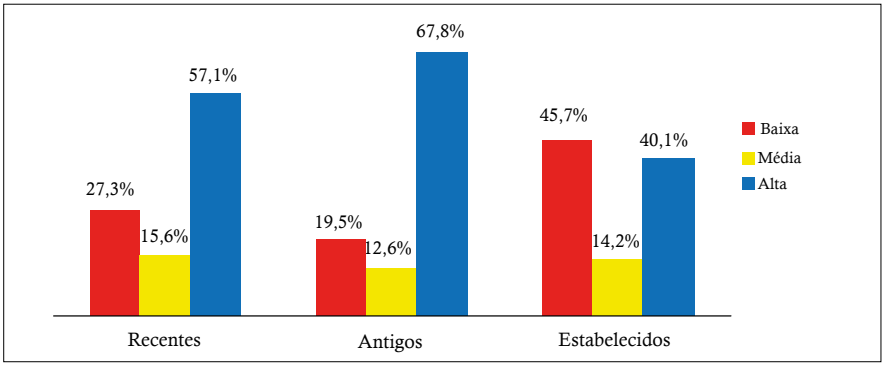


Fonte: Pesquisa Fundaj/Observatório-PE/LAEPT, 2015.

Com relação ao nível de satisfação com o trabalho atual, os dados apresentados no Gráfico 10.47 apresentam dinâmicas diferentes entre os entrevistados, segundo as faixas do tempo de residência no município. Os estabelecidos apresentam uma maior proporção de pessoas com baixa satisfação (45,7%) e a menor concentração de pessoas com um alto nível de satisfação (40%). Por sua vez, os migrantes antigos apresentam a maior proporção de pessoas com alto nível de satisfação (68%) e a menor proporção de pessoas que declaram baixa satisfação (19,5%). Finalmente, os migrantes recentes apresentam uma alta concentração de pessoas com alta satisfação (57%) e quase 30% de pessoas que declaram baixa satisfação. Diante desses resultados, observamos que os estabelecidos representam o grupo de pessoas mais insatisfeitas com o trabalho atual e os migrantes antigos os mais satisfeitos. Esses dados reiteram a ideia de que, no território de Suape, as melhores oportunidades de trabalho tendem a ser oferecidas aos migrantes mais qualificados, ao passo que as pessoas naturais dos municípios não se têm beneficiado de forma mais abrangente pelas novas oportunidades laborais existentes na região.

Os dados apresentados no Gráfico 10.48 revelam o expressivo endividamento da população investigada, sendo o endividamento maior entre os migrantes antigos, cuja população declara estar endividada (57%), ou muito endividada (12%), seguidos pelos migrantes recentes (50% e 7%, respectivamente) e pelos estabelecidos, em que a metade da população afirma não possuir dívida nenhuma.

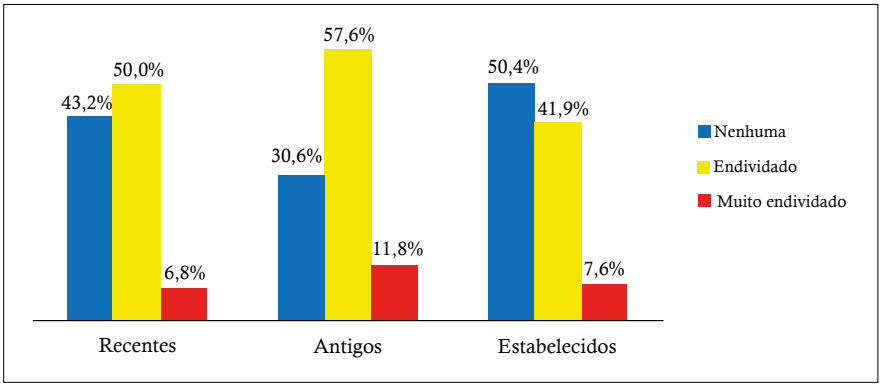
Gráfico 10.47. Cabo de Santo Agostinho e Ipojuca. Faixas do nível de satisfação com o trabalho atual segundo o tempo de residência no município.



Fonte: Pesquisa Fundaj/Observatório-PE/LAEPT, 2015.

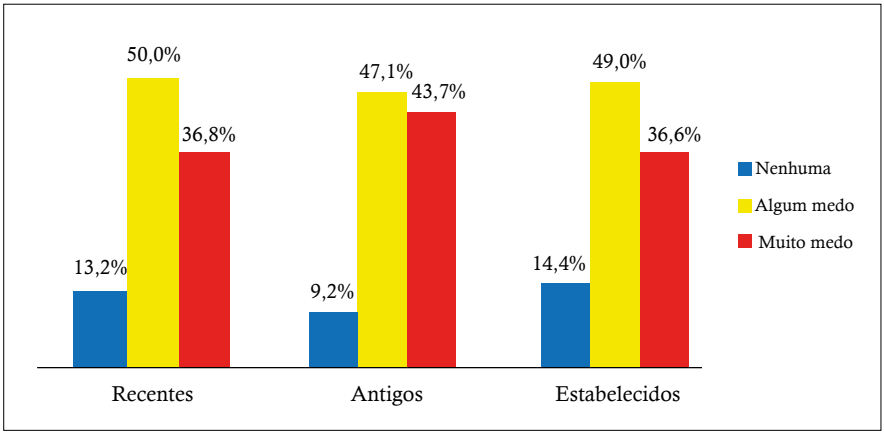
Os dados apresentados no Gráfico 10.49 demonstram que, de maneira bastante semelhante, os entrevistados de todas as faixas de tempo de residência revelam ter algum medo ou muito medo da violência. A proporção dos que declaram ter muito medo é maior entre os migrantes antigos (43,7%) e menor entre os estabelecidos (36,6%). Também entre os estabelecidos é relativamente maior a proporção dos que declaram não ter nenhum medo da violência (14,4%). Com isso, verificamos que, não obstante o medo ser recorrente entre os residentes no território investigado, ele tende a ser retratado de forma mais expressiva entre os migrantes antigos.

Gráfico 10. 48. Cabo de Santo Agostinho e Ipojuca. Faixas do nível de endividamento segundo o tempo de residência no município.



Fonte: Pesquisa Fundaj/Observatório-PE/LAEPT, 2015.

Gráfico 10.49. Cabo de Santo Agostinho e Ipojuca. Faixas do nível do medo da violência/criminalidade segundo o tempo de residência no município.



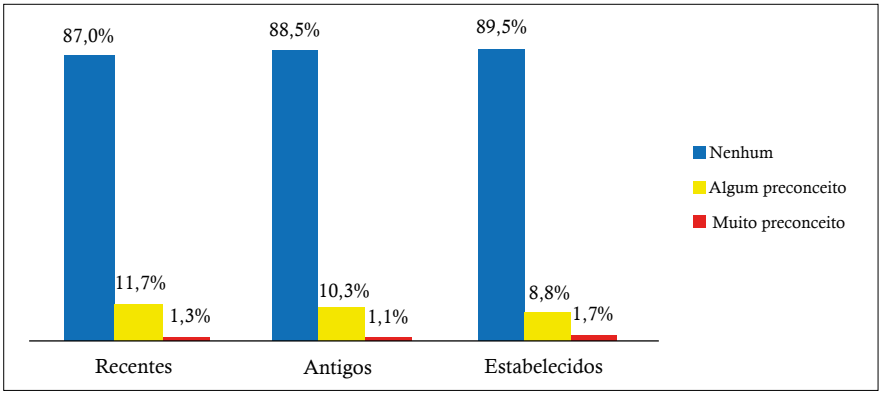
Fonte: Pesquisa Fundaj/Observatório-PE/LAEPT, 2015.

Finalmente, os dados registrados no Gráfico 10.50 revelam que, independentemente das faixas de tempo de residência no município, os entrevistados em geral declaram não se sentir vítimas de nenhum preconceito. Contudo, os migrantes recentes apresentam uma maior proporção relativa entre os que declaram se sentir vítima de algum preconceito (11,7%). Já os estabelecidos apresentam a parcela mais expressiva dos que revelam sentir-se vítima de muito preconceito (1,7%). Apesar das diferenças, a dinâmica apresentada pelos dados não oferece um suporte empírico suficiente para afirmar a existência de diferenciais significativos no nível de preconceito sentido segundo as faixas do tempo de residência no município.

Em resumo, a análise das dimensões de bem-estar subjetivo segundo as faixas do tempo de residência no município revela que os estabelecidos, isto é, o grupo formado por não migrantes e migrantes que residem nos municípios analisados há dez anos ou mais, apresentam os maiores níveis de bem-estar subjetivo, especialmente no que tange aos níveis de felicidade, consumo, relações familiares e de amizade, e apresentam baixos níveis de endividamento, medo e preconceito sentido. Já os migrantes antigos apresentam os maiores níveis de bem-estar subjetivo nas dimensões relativas à satisfação com o tempo livre para o lazer, expectativa quanto ao futuro e satisfação com o trabalho atual. O grupo que apresentou as piores condições de bem-estar subjetivo foi aquele formado pelos migrantes recentes, cujos

respondentes apresentaram o maior nível de satisfação apenas no que se refere à saúde física. De certo modo, esses resultados corroboram a hipótese inicial de que, nos territórios de Cabo de Santo Agostinho e Ipojuca, o tempo de residência no município pode influenciar no bem-estar subjetivo das pessoas, de modo que, quanto maior o tempo de residência, maiores tendem a ser os níveis de bem-estar subjetivo, em função das redes de sociabilidade construídas no lugar.

Gráfico 10.50. Cabo de Santo Agostinho e Ipojuca. Faixas do nível de preconceito sentido segundo o tempo de residência no município.



Conclusões

Embora pesquisas consideradas tradicionais no campo de estudos do bem-estar subjetivo e da felicidade indiquem haver correlações muito baixas entre o bem-estar subjetivo e as condições socioeconômicas e demográficas (VEENHOVEN, 1984; LAYARD, 2008), o desempenho apresentado pelas variáveis de bem-estar subjetivo nos municípios de Cabo de Santo Agostinho e Ipojuca não deixa de ser surpreendente, visto que esses territórios se caracterizam por expressivas camadas populacionais em situação de pobreza, alta desigualdade socioeconômica e elevado fluxo migratório de pessoas que deixam seus lugares de origem em busca de melhores condições de vida. Tais condições socioeconômicas e demográficas poderiam interferir negativamente nas satisfações dos indivíduos, mas, a despeito disso, os resultados apresentados apontam para condições bastante satisfatórias de bem-estar subjetivo dos participantes da amostra deste estudo.

Algumas hipóteses podem ser utilizadas para que busquemos compreender o cenário apresentado por essas variáveis. Em primeiro lugar, os resultados obtidos na Pesquisa Fundaj/Observatório-PE/LAEPT (2015) apontam que a maior parte dos participantes da amostra do estudo vive com suas famílias (inclusive os imigrantes), o que faz com que os moradores desses municípios permaneçam com a rede de suporte emocional que é constituída pela família.

Em segundo lugar, apesar da recente crise econômica que interfere negativamente nas atividades econômicas e no mercado de trabalho local, os municípios de Cabo de Santo Agostinho e Ipojuca, especialmente nos anos recentes, têm-se caracterizado pelo alto dinamismo econômico e pela forte geração de postos de trabalho, o que faz com que a população local, independente de serem naturais desses territórios ou migrantes, crie fortes expectativas quanto ao futuro. Esse fato pode explicar a alta satisfação apresentada pelos participantes da amostra com suas expectativas quanto ao futuro.

Em terceiro lugar, precisamos ressaltar que o nível de felicidade é relacional, isto é, no processo de avaliação da felicidade, as pessoas tendem a levar em consideração tanto o momento atual de suas vidas como as fases anteriores, quando comparam suas vidas com as vidas de outras pessoas. Desse modo, é bastante plausível supormos que, a despeito de determinados fatores socioeconômicos, demográficos e emocionais que podem ser considerados negativos, os participantes da amostra avaliam que suas vidas, atualmente, sejam altamente favoráveis.

De forma adicional, os dados da Pesquisa Fundaj/Observatório-PE/LAEPT (2015) apontam que existe alguma relação entre a satisfação com a saúde física e as faixas etárias dos participantes da amostra, de modo que os jovens tendem a apresentar maiores escores de satisfação com a saúde física, e os idosos, em contrapartida, tendem a apresentar escores mais baixos.

As variáveis de satisfação podem captar a relação existente entre as perspectivas de um indivíduo e a realização ou a frustração de tais perspectivas. No caso da variável relacionada com o trabalho, é possível supor que a alta insatisfação com o trabalho atual decorre da frustração dos indivíduos com os rumos do desenvolvimento dos municípios de Cabo de Santo Agostinho e Ipojuca, diante do processo de expansão das atividades do CIPS. Significa que os indivíduos, sejam eles naturais dos municípios, sejam imigrantes, podem ter construído grandes expectativas relacionadas com o trabalho. Assim, podemos supor que os indivíduos tenham acreditado que, com o fortalecimento

das atividades do CIPS, conseguiriam estabelecer-se em postos de trabalho que lhes conferissem maior estabilidade laboral e/ou maior capital monetário e simbólico. Todavia, por algumas razões, essas expectativas podem estar sendo frustradas na experiência real, a exemplo de um mercado de trabalho altamente restritivo e hierárquico, bem como os baixos rendimentos que são oferecidos nos postos de trabalho gerados na região.

A análise da condição financeira subjetiva dos participantes da amostra pode ser feita com base nas variáveis "satisfação com o poder de compra/capacidade de consumo" e "nível de endividamento". Os dados indicam que os participantes da amostra estão relativamente insatisfeitos com seu poder de compra/capacidade de consumo, o que denota que eles *gostariam* de elevar seu nível de consumo. Nas sociedades capitalistas, as relações de consumo são predominantemente mediadas pelo dinheiro, e a maneira mais eficiente para a efetivação e/ou elevação do consumo é a disponibilidade de mais dinheiro. Como os rendimentos monetários dos trabalhadores do Cabo de Santo Agostinho e Ipojuca não possibilitam a elevação do poder de compra/capacidade de consumo, a alternativa mais plausível é o *endividamento* (utilização de compras a prazo, tais como crediários, cartões de crédito, cheques especiais, empréstimos financeiros, dentre outras modalidades).

A realização de atos de consumo pesa na elevação, ainda que temporária, dos níveis de satisfação de bem-estar subjetivo e felicidade (LAYARD, 1984; LIPOVETSKY, 2008). Todavia, as preocupações geradas pela necessidade constante de novos atos de consumo e a impossibilidade material de realização desses atos interferem negativamente no bem-estar subjetivo dos indivíduos (RETONDAR, 2008; LIPOVETSKY, 2008). É essa tensão que é captada entre os participantes da amostra do Cabo de Santo Agostinho e Ipojuca, que estão insatisfeitos com seu poder de compra/capacidade de consumo e buscam aumentar seus níveis de consumo por meio do endividamento. Com isso, eles tendem a apresentar uma elevada insatisfação com seus níveis de consumo e altos níveis de endividamento.

Sem dúvida, o medo da criminalidade/violência afeta negativamente o bem-estar subjetivo dos indivíduos, na medida em que esses, devido à sensação de insegurança, tendem a diminuir sua confiança na coletividade em que vivem, o que fragiliza os laços sociais e comunitários. Assim, deixam de aproveitar os espaços públicos de convivência e tendem a confinarem-se cada vez mais em espaços privativos, pois passam a temer pelo seu próprio futuro

e o das pessoas que os cercam, dentre outros fatores. Por tudo isso, o medo da violência/criminalidade tende a ser considerado como um indicador fundamental das condições de bem-estar subjetivo de um lugar.

Por fim, os dados mostram que quase 90% dos participantes da amostra afirmaram não se sentir vítimas de nenhum tipo de preconceito. Na outra ponta, apenas 10% declararam sofrer algum tipo de preconceito, e apenas 1,5% declarou sofrer muito preconceito.

Esse dado não deixa de ser surpreendente, visto que na região dos municípios de Cabo de Santo Agostinho e Ipojuca se registra um alto fluxo populacional de imigrantes, que chegam à região principalmente em busca de melhores oportunidades de trabalho, fato que poderia colocar o grupo de pessoas migrantes em oposição às pessoas naturais dos municípios, dentro de uma lógica de disputa pela distribuição de bens materiais e simbólicos. São recorrentes as narrativas de atos discriminatórios entre os "locais", isto é, pessoas nascidas no município ou que nele residem há muito tempo, e os "de fora". A despeito disto, os dados da pesquisa não registram queixas significativas de preconceito/discriminação.

As dimensões do bem-estar subjetivo afetam diretamente o bem-estar e a qualidade de vida de indivíduos e dos grupos sociais, o que tornou relevante a construção e a análise dos indicadores sociais de bem-estar subjetivo.

A análise do bem-estar subjetivo entre os habitantes dos municípios de Cabo de Santo Agostinho e Ipojuca revela que os participantes da amostra da pesquisa Fundaj/Observatório-PE/LAEPT (2015) se consideram satisfeitos com suas relações familiares e de amizade, com suas expectativas de futuro e com o balanço geral de suas vidas. Esses dados indicam que, apesar das expressivas condições de pobreza generalizada e de desigualdades socioeconômicas, os habitantes dos territórios investigados consideram que, atualmente, suas vidas estão melhores que no passado, e, ainda, que há possibilidades de melhorias no futuro.

Entretanto, a análise das dimensões de bem-estar subjetivo relativas à satisfação com a saúde física, ao poder de compra/capacidade de consumo e ao tempo livre para o lazer revela que os habitantes de Cabo de Santo Agostinho e Ipojuca que participaram da amostra do estudo estão apenas moderadamente satisfeitos, e apontam uma relativa insatisfação com as condições materiais de vida que os impede de acessarem determinados itens de consumo desejados, e que o excesso de tempo dedicado ao trabalho não lhes permite aproveitar satisfatoriamente o lazer.

Com relação à satisfação com a saúde física, dados da pesquisa revelam que os níveis de satisfação estão altamente correlacionados com a faixa etária dos indivíduos, de modo que os jovens são os que se declaram mais satisfeitos com a saúde física e, em contrapartida, os idosos compõem o grupo etário mais insatisfeito com a saúde física. Tal informação mostra a necessidade de investimentos, especialmente públicos, em atenção à saúde dos idosos.

Os resultados obtidos com o estudo revelam ainda que os habitantes de Cabo de Santo Agostinho e Ipojuca estão insatisfeitos com suas posições laborais, o que indica a necessidade de investimentos em políticas públicas focadas em melhorias quantitativas e qualitativas para o trabalho.

Sobre as dimensões de bem-estar subjetivo relativas aos níveis de endividamento e de medo da violência/criminalidade, os dados da pesquisa revelam que os participantes da amostra estão bastante endividados e deixam transparecer um alto temor da violência/criminalidade. Esses resultados preconizam para a necessidade de investimentos em segurança pública, de modo a possibilitar a ampliação da sensação de segurança.

A respeito do alto nível de endividamento da população, trata-se de uma situação particularmente difícil de ser minimizada, dado que, contemporaneamente, se vive uma época marcada pelo alto desejo de consumo, o que, no caso específico dessa população, não há meios suficientes para a realização dos atos de consumo almejados.

Por fim, a pesquisa revela que, apesar do grande fluxo migratório que ocorre na região, a maioria absoluta dos participantes da amostra não se sente vítima de qualquer tipo de preconceito/discriminação, esse dado aponta para uma convivência civilizada entre os habitantes da região, independentemente das características socioeconômicas e demográficas que os distinguem.

CONSIDERAÇÕES FINAIS DO ESTUDO

Helenilda Cavalcanti
Maria Ângela de Almeida Souza
Roberto Véras de Oliveira

Como conclusão das análises realizadas neste livro, faremos considerações sobre o conjunto geral das temáticas estudadas, para as quais serão expostos os principais problemas que colocam em risco o caráter sustentável do desenvolvimento desse Território Produtivo, com sugestões no âmbito dos setores públicos e privados e da sociedade como um todo para o enfrentamento desses desafios. Para concluir, faremos considerações sobre a crise econômica e de confiança no país, e sobre qual deverá ser o papel do Estado para manter as novas demandas criadas por Suape. Nesse aspecto, retornaremos à discussão sobre os discursos dos gestores públicos quanto ao "novo desenvolvimento", ideia preconizada pelo Estado brasileiro, segundo a qual é possível compatibilizar o crescimento econômico com uma melhor distribuição de renda e sustentabilidade ambiental.

Na pesquisa realizada durante o período de 2013 a 2015, identificamos problemas que nos permitem afirmar que o Polo Industrial de Suape, composto por mais de cem empresas de vários setores, com investimentos públicos e privados de dimensões gigantescas, foi dimensionado além de sua capacidade de governabilidade e de controle dos seus impactos (econômicos, sociais

e ambientais) sobre todo o Território Estratégico, particularmente sobre os municípios que foram o foco da pesquisa. No cenário inicial, governos e empresários acreditavam na otimização da economia nacional e internacional, o que, na época, permitia o aproveitamento das "janelas de oportunidades" (ASCHER, François *Apud*: VAINER, Carlos. 2013, p.38) oferecidas pelo mundo globalizado capitalista, competitivo, que utiliza mecanismos ágeis e flexíveis para ganhar uma chance de manter os seus lucros. Por sua vez, esses mesmos agentes pensavam e apostavam que era possível manter a continuidade do poder e o controle da política local, estadual e nacional nos mesmos termos.

A expressão *"os olhos do mundo estão aqui"*,[1] proferida por um representante do Sindicato Rural de Ipojuca entrevistado por pesquisadores da nossa equipe, vem confirmar essa superdimensão do Complexo de Suape que, de tão frequente, termina por ser incorporada ao discurso e ao imaginário social de inúmeros setores da sociedade.

Esse movimento no âmbito do Estado esteve associado a outros investimentos, como o Polo Farmacoquímico, na Mata Norte do Estado, a Fiat, em Goiana, assim como no Sertão e Agreste, com o aproveitamento de algumas vantagens relativas de ambientes econômicos, como o da fruticultura irrigada no Vale do São Francisco e do gesso na região do Araripe, e a aposta na melhoria do desempenho de segmentos mais tradicionais, como o sucroalcooleiro, nos anos mais recentes, o que revelou uma mudança acentuada no papel do Estado como indutor de atividades econômicas. Todos esses investimentos foram responsáveis pela maior mobilização já ocorrida de trabalhadores no Estado e por um contingente de imigrantes atraídos por postos de trabalho na região.

O volume de imigrantes no período 1995-2000, orientados para a área de influência direta do CIPS, compreendeu um contingente de 13,4 mil pessoas. Foi no período seguinte, de 2005 a 2010, porém, que os municípios do Cabo de Santo Agostinho e Ipojuca receberam 18, 5 mil imigrantes, uma diferença, entre um período e outro, de 5,1 mil imigrantes. Esse volume confirma a contribuição inegável do movimento migratório em direção ao CIPS, em função do dinamismo que acontecia naquele Território.

---

1 A expressão é de Severino Ramos da Paixão, 53 anos, e simboliza fortemente a imagem de Suape no discurso geral dos atores entrevistados. Severino é diretor financeiro do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Ipojuca. CAVALCANTI, Helenilda e ROCHA, Danielle. *Nordestes Emergentes*: uma "Expedição Fotográfica" no "Admirável Mundo Novo"- O Complexo Industrial Portuário de Suape. Livro de Pesquisa. Recife, Fundação Joaquim Nabuco, 2013.

Assim, a expressividade do saldo migratório e do percentual de imigrantes nos dois municípios – Cabo de Santo Agostinho e Ipojuca –, já registrados pelo Censo Demográfico de 2010, confirma a importância desses municípios no contexto do TES, como sendo os de maior impacto migratório, apesar de o momento de realização do Censo ainda não retratar a intensidade desse fluxo, cujo auge ocorreu nos anos de 2012 e 2013. O Censo de 2010 também registra um número bastante significativo de trabalhadores que compõem o fluxo pendular para trabalhar nos municípios do Cabo de Santo Agostinho (17 mil pessoas) e de Ipojuca (16 mil pessoas).

Mas o perfil da população migratória para o TES não é animador. Os nossos dados mostram uma população de grupos muito vulneráveis nos dois municípios estudados. Ao compararmos as duas situações, por exemplo, vimos que a relação de filhos/enteados com o responsável pelo domicílio é maior em Ipojuca, 26,1%. No Cabo de Santo Agostinho, encontramos um percentual de cônjuge superior ao de Ipojuca, de 24% e 17,7%, respectivamente. Essa diferença para mais do quantitativo de presença de cônjuge nos domicílios do Cabo de Santo Agostinho e de filhos/enteados para Ipojuca pode indicar uma carga maior para os responsáveis pelos domicílios em Ipojuca. Isso é reforçado quando consideramos a relação de "todos os membros" do domicílio, que corresponde à soma de cônjuges, filhos/enteados e "outros membros", dividido pelo responsável.

Outro dado do perfil dessa população foi revelado pela distribuição da população por grandes faixas etárias por município de residência, o que nos revela a *carga de dependência de crianças e idosos*. Em Ipojuca, essa carga manteve-se relativamente alta, acima de 40%, enquanto no Cabo de Santo Agostinho esse percentual ficou no patamar de 37,4%. Quer dizer que o município de Ipojuca se mostrou expressivo quanto ao volume de menores de 15 anos e de pessoas mais idosas, com menores possibilidades de contribuir em termos de trabalho para a unidade doméstica. Essa questão da carga de dependência torna-se mais grave quando a ela juntamos a análise da distribuição dos responsáveis por domicílio em cada município, segundo o sexo e o *status* migratório. O município de Ipojuca apresenta uma predominância dessa situação, ou seja, há domicílios que declararam ter como responsável uma pessoa do sexo feminino. O estudo de Lima, Souza e Lyra (2015, p.217) analisou os tipos de unidades domésticas nos municípios do Cabo de Santo Agostinho e Ipojuca e verificou uma incidência de 45% de mulheres sem cônjuge, com filhos e sem parentes, no município

de Ipojuca. Já no Cabo de Santo Agostinho, a condição de vulnerabilidade social dessas unidades domésticas é de 16,6%; portanto, uma diferença bem significativa, de 28,4%, para Ipojuca. Esse dado nos permite afirmar a condição de vulnerabilidade dos domicílios chefiados por mulheres em Ipojuca.

No que diz respeito ao nível de instrução, de modo geral, os responsáveis pelos domicílios estão concentrados na faixa do nível de instrução fundamental, seguido do nível médio. Há uma baixa presença de responsáveis com formação de nível de instrução superior e relativamente muito baixo de nível técnico. Significa uma população adulta ainda muito vulnerável, aquém das condições para acompanhar as demandas que requer o desenvolvimento do lugar, bem como a oferta de trabalho ali oferecida. Essa condição justifica a busca dos gestores e empreendedores por pessoas de outras regiões para ocuparem as vagas oferecidas pelos empreendimentos de Suape.

Quando analisamos a distribuição dos domicílios segundo as faixas de rendimento domiciliar *per capita* em salário mínimo e o *status* migratório do responsável, vimos que, de modo geral, o orçamento doméstico pode ser considerado baixo para a população amostrada. A despeito dessa situação de baixo rendimento, os domicílios chefiados por migrantes são os únicos que chegam à faixa mais alta da escala nos dois municípios, isto é, faixas salariais acima de dois salários mínimos.

O perfil dos domicílios migrantes e não migrantes, definidos por apresentarem baixa qualificação de instrução e de rendimentos, rebate no item da moradia e trabalho, e também indica o maior gargalo do CIPS. Isso porque, ao se constituir o núcleo de consumo da família, a habitação está estreitamente relacionada às condições de renda e expressa, como tal, as possibilidades de acesso de seus habitantes aos bens e serviços inerentes e complementares à moradia, bem como o acesso aos bens de consumo domésticos e de outros bens e serviços necessários à vida das pessoas (equipamentos e serviços de comunicação, dentre outros).

Os migrantes de longa distância que vêm ocupar postos de gerência e de serviços especializados, com renda domiciliar mensal mais elevada, se localizam, predominantemente, nos municípios do Recife e de Jaboatão dos Guararapes, em função da oferta de bens e serviços compatíveis com os níveis de consumo desses migrantes que, por sua vez, têm acesso ao trabalho no CIPS via transporte particular ou fretado e alimentam diariamente o movimento pendular.

Por sua vez, os migrantes de longa distância trazidos pelas empresas que trabalham no Complexo Suape, chamados "trecheiros", residem temporariamente em instalações construídas pelas empresas que atuam no CIPS, ou em pousadas ou alojamentos adaptados de casas particulares, localizadas especialmente nas praias do litoral sul – Gaibu, Enseada dos Corais e outras (Cabo de Santo Agostinho), e em Nossa Senhora do Ó (Ipojuca) –, devido à proximidade do Complexo Suape, o que ocasiona impactos na região, especialmente no âmbito do estoque imobiliário e outros.

Outro dado importante analisado foi a tipologia dos imóveis. No momento de maior dinamismo do CIPS, antes da crise, ocorreu uma modificação na tipologia dos imóveis, com a multiplicação de quartos para alugar aos trabalhadores. A pressão por moradia provocou uma valorização do estoque existente e um aumento nos preços de venda e aluguéis dos imóveis, o que ampliou a dificuldade, de um lado, do acesso da população local ao mercado imobiliário formal, e, de outro lado, de aquisição de terras por parte do poder público para promover programas habitacionais de atendimento à demanda habitacional.

Por sua vez, os migrantes que chegaram por conta própria, em busca de oportunidades de emprego e moradias de caráter permanente, ocuparam atividades consideradas subempregos, o que lhes confere uma limitada condição de consumo e, como tal, de provisão de moradia. Eles se localizam, na sua maioria, no entorno do CIPS – municípios de Cabo de Santo Agostinho e Ipojuca – e passam a se somar aos moradores locais.

Ao analisarmos a expansão da produção informal de moradias no TES, vimos que os municípios que mais se destacam, não apenas pelo número de novos assentamentos de baixa renda surgidos na última década, mas na representatividade que assumem no contexto dos municípios, são: Jaboatão dos Guararapes, onde o número dos assentamentos de baixa renda triplicou na última década (de 65 para 199), expandindo-se nas direções oeste e sul do município; e Cabo de Santo Agostinho, onde as novas áreas pobres representam um acréscimo de 130% às anteriormente cadastradas em 1998. As oportunidades de emprego e a presença da família no município destacam-se como atrativos para a expansão informal das áreas pobres nos municípios pesquisados. O atrativo exercido pelas famílias de certo modo explica o percentual elevado de famílias conviventes nesses municípios.

Vimos, também, que as intervenções do poder público no setor habitacional são efetuadas pela instância estadual, diretamente nos territórios municipais ou mediante acompanhamento das gestões municipais, e pelas diversas instâncias municipais. Na área que corresponde ao território do CIPS, a instância estadual assume diretamente as ações no setor habitacional, por meio da Secretaria Estadual das Cidades (SECID) e da Companhia Estadual de Habitação e Obras (CEHAB) – órgão executor da política setorial de habitação.

Quanto aos investimentos privados no setor habitacional do TES, eles envolvem a implantação de empreendimentos logísticos, de loteamentos específicos para alojamentos de trabalhadores e, também, de loteamentos habitacionais de padrão alto, médio/alto e médio, dotados de serviços correspondentes ao padrão de consumo da população que pretendem atender, especialmente no que se refere a equipamentos de educação, saúde, lazer e abastecimento (comércio), capazes de atrair trabalhadores de um padrão de renda mais elevada para a região.

Quanto ao tema trabalho, reafirmamos que, entre fevereiro de 2003 e de 2013, a taxa de desocupação da RMR caiu de 12,1% para 6,5%. No mesmo período, os *empregados com carteira de trabalho assinada no setor privado* passaram de 35,0% para 47,1% do total, e os *empregados sem carteira de trabalho assinada no setor privado*, de 15,1% para 10,0%. Quanto ao *rendimento médio real habitual da população ocupada*, para o mesmo período, ele também cresceu, pois passou de R$ 1.057,25 para R$ 1.376,00, embora sempre se mantenha em patamares mais baixos, quando comparados ao conjunto das RMs pesquisadas (passou de R$ 1.555,33 para R$ 1.849,50 no mesmo intervalo) (IBGE/PME, 2003 a 2013).

No período que se refere à construção da Refinaria Abreu e Lima e da Petroquímica Suape, com pico entre os anos 2009 e 2013, o segmento da construção civil alcançou o patamar de 50 mil trabalhadores. Nesse contexto, em termos da distribuição da população ocupada, o setor da Construção Civil na RMR ganhou crescente participação diante de estoques de ocupação cada vez maiores. Passou de 5,7%, em fevereiro de 2005, para 7,6%, em fevereiro de 2007, e 7,8%, em fevereiro de 2013. Entre fevereiro de 2005 e de 2013, os *empregados com carteira de trabalho assinada no setor privado* tiveram um aumento expressivo, pois passaram de 24,7% para 42,5% do total de ocupados no setor, respectivamente, enquanto os *empregados sem carteira de trabalho assinada no setor privado* passaram de 24,9% para 13,5%, e os "por conta própria", de 43,9% para 37,2% (IBGE/PME, 2005, 2007 e 2013).

Para o município de Ipojuca, que, ao lado de Cabo de Santo Agostinho, constitui a base onde se situa o perímetro do Complexo Suape, ocorreu uma elevação do nível de contratação em 2009 (o que coincidiu com o início das obras de terraplanagem da Refinaria e da Petroquímica), assim como em 2010 (quando começaram as obras de construção das duas plantas industriais). Mas o grande salto no nível de contratação ocorreu a partir de 2011, quando as referidas obras ganharam ritmo. Sobressai, ainda, a rotatividade no emprego, que atingiu, em 2012, as impressionantes marcas de 36.992 admissões e 29.451 demissões.

Quanto ao perfil do emprego formal na Construção Civil em Ipojuca, entre janeiro de 2008 e de 2013, destacamos o elevado volume de contratações, o baixo nível salarial e a extraordinária rotatividade no emprego. Por outro lado, evidenciamos, também, no estudo, a elevada e diversificada demanda por ocupações com maiores exigências de qualificação profissional (exemplos: instalador de tubulações, montador de estruturas metálicas, soldador, dentre outras) (MTE/CAGED, 2003 a 2013).

Interessa salientarmos que o estudo também revela que esses novos contingentes de trabalhadores, embora submetidos a empregos com baixa remuneração e baixa qualificação profissional, não deixaram de atuar coletivamente em favor de seus direitos, como foram exemplos os ciclos de greves dos trabalhadores da construção civil ocorridos nos anos de 2011 e 2012 (ver a respeito Véras de Oliveira, 2013). Não obstante a ausência de uma organização sindical capaz de captar, sistematizar e expressar os interesses e as demandas coletivas dos trabalhadores, eles se mobilizaram e obtiveram conquistas relacionadas a salário, vale-refeição, horas extras, condições de alojamento, abono de dias parados, reconhecimento e estabilidade para as comissões de trabalhadores, dentre outras. No que se refere aos nossos entrevistados, mais de 30% se disseram sindicalizados. Trata-se de uma taxa de sindicalização bem mais elevada do que a média nacional, que, segundo a PNAD, se manteve, ao longo dos anos 2000, para todos os ocupados, na faixa dos 17%.

No momento atual, os empreendimentos em Suape, que foram responsáveis pela maior mobilização de trabalhadores já ocorrida no Estado, estão diante de um processo inverso. Ocorre atualmente uma desmobilização dos trabalhadores, *comparada, na trajetória brasileira, ao fim da construção de Brasília (*DANTAS, Rafael, Ano 9, n. 109, abril de 2015, p. 12). Esse movimento de desmobilização pode ter duas causas: a primeira é que, com a finalização das obras de construção civil em Suape, pode estar ocorrendo um novo ciclo, com

grandes demissões de trabalhadores. Essa situação seria mais natural e atenderia às expectativas de quem conclui uma obra, fechando um ciclo para iniciar outro com a demanda de trabalhadores mais especializados, semelhante ao que aconteceu com outros polos industriais, a exemplo de Camaçari. A segunda diz respeito à frustração dos vários setores da sociedade pelas expectativas não atendidas à luz do que foi prometido com o Complexo Portuário. Esse sentimento é mais intenso com a crise política e de confiança que ocorre no país.

Para atenuar e compensar a primeira questão apresentada acima, teria sido necessário que o Estado, em suas três instâncias (federal, estadual e municipal), a partir de experiências já verificadas em outros lugares que receberam empreendimentos similares aos de Suape, pudesse antecipar-se de forma hábil, com políticas compensatórias, para evitar que os impactos sociais graves em seus diferentes níveis ocorressem na região do TES.

O estado fez um esforço para investir na qualificação de mão de obra dos trabalhadores a fim de atender à demanda das empresas por profissionais com qualificação de nível técnico ou superior que assumissem atividades mais especializadas em Suape. O esforço para atrair os grandes projetos exigia um planejamento maior na área da educação. Era imprescindível "*superar as discrepâncias entre uma conjuntura de tecnologia menos desenvolvida e um procedimento acercado de exigências com especificações técnicas para dar conta dos grandes desafios em curso*" (LIMA; SICSÚ; PADILHA, v. 38, nº 4, out-dez, p.p.532-535, 2007). O grande *gap* educacional do estado pedia grande investimento nessa área.

Era do conhecimento de todos que o CIPS iria atrair um grande fluxo de pessoas, o que em vários momentos foi percebido como um "risco social": no início, uma fatia da população local apresentava sentimentos de estranhamento pela presença das pessoas "de fora" que passaram a circular por todos os espaços. Eram percebidos pela população local como uma ameaça à cultura e às oportunidades de trabalho dos moradores dos municípios. Para compensar esse impacto, teria sido necessária uma atenção maior para mudar as percepções de ameaças, buscando ressaltar os ganhos de um novo capital social trazido pelos migrantes e oferecido aos municípios, com oportunidades de transformações para o dinamismo do Território. Com isso talvez tivesse existido mais respeito, equilíbrio e cooperação na convivência dos diferentes grupos, sem o peso da desqualificação dos trabalhadores de fora. Com a desmobilização, essas pessoas sem trabalho se transformaram em problema: o que fazer com elas?

Outra questão a ser ressaltada é que haveria também a necessidade de políticas mais arrojadas para levar os resultados dos impactos do dinamismo das empresas sobre a economia local e integrar os esforços. "*Embora ainda aquém das expectativas e dos elevados investimentos ali realizados, o Complexo de Suape, mesmo ainda inconcluso, tornou-se um dos principais trunfos, embora não sejam muitos, da economia pernambucana, que poderia ter ajudado, de fato, a transformar a base produtiva do Estado*" (*Obr. Cit.*, p 535) de forma mais consistente e duradoura.

Mas a situação é mais grave do que podemos imaginar. No planejamento dos governos (estadual e municipal), havia a expectativa de que, no final das obras de Suape – o que coincidiria com o início das obras da Transnordestina na Zona da Mata e da construção do Arco Metropolitano –, dentre outras, esses trabalhadores seriam remanejados para trabalhar nessas construções. "*O processo de desmobilização não seria tão traumático como o que está ocorrendo em 2015.*"[2]

Entretanto, há outra implicação na questão das demissões e retração dos investimentos no CIPS que preocupa a sociedade brasileira e se relaciona com a frustração e as expectativas quanto ao futuro desse Complexo. A perspectiva de desmobilização de um ciclo para outro não causaria grande transtorno se no contexto das demissões não tivéssemos a presença de uma grande crise de confiança política e econômica no país, causada por disputas políticas pelas denúncias que têm envolvido a Petrobras e as principais empreiteiras do país, o que contribui para causar fortes impactos em Suape (especialmente nos setores petrolífero e naval). Ainda nesse contexto, ocorre uma crise mais geral e aguda da economia internacional, com a retração de investimentos e o aumento da taxa de câmbio, que torna a primeira situação mais delicada.

A recessão e o desemprego, historicamente, causam grandes problemas sociais no mundo. No caso específico de Suape, podem levar ao desperdício de investimentos e de oportunidades e deixam para trás rastros de prejuízos imensuráveis, como os "elefantes brancos" e as sequelas sociais e ambientais, já advertidas em abril de 1975 por Clóvis Cavalcanti (Semanário *Jornal da Cidade*, ano II, nº 24, 6-12.4.1975):

É ocasião, então, de perguntar: que razão de benefício-custo ou que taxa interna de retorno norteou a decisão do governo de Pernambuco, ou, para ser

2 Informação do coordenador técnico da Fiepe, ex-secretário de Qualificação Trabalho e Empreendedorismo, Antônio Carlos Maranhão.

menos sofisticado, que grandeza da relação capital-produto serviu de marco de referência para Suape?

Pois bem, passadas décadas, o que vemos são denúncias e queixas que se tornam inúmeras sobre a possibilidade de fracasso do empreendimento. Segundo o presidente do Sindicato da Indústria Metalmecânica de Pernambuco (Simmepe), Alexandre Valença, *se os problemas não forem corrigidos, periga essa nova retomada da indústria naval deixar uma caveira maior (*JORNAL DO COMMERCIO*,* 7 de julho de 2015, terça-feira, p. 5), ao se referir ao fracasso do setor ocorrido em 1980. Ainda segundo essa reportagem, além dos estaleiros Atlantico Sul e Vard Promar, que estão reduzindo as suas demandas, várias outras empresas enfrentam dificuldades para continuar operando suas atividades. Algumas empresas estão endividadas, com sérios riscos de se inviabilizarem economicamente.

O que era visto como esperança e entusiasmo pela população transformou-se em incerteza, frustração e perda de qualidade de vida. Se somarmos essas situações a outros problemas, como a violência, a insegurança e o medo no TES, não seria demais alertarmos para o perigo da deterioração da imagem do Complexo Suape, que precisa de um tratamento específico para não dificultar os laços de sociabilidade no Território.

Dados compilados no texto deste livro sobre violência e sociabilidade no TES mostram uma grave incidência de crimes violentos no Território, especialmente homicídios. Percebemos o crescimento tanto do número bruto de vítimas como das respectivas taxas de homicídios no período de 1980 a 2013.

Uma resposta institucional dada ao crescimento da criminalidade violenta no estado foi o Pacto Pela Vida, programa de segurança pública lançado pelo Governo de Pernambuco em 2007, que tem como objetivo a redução das taxas de criminalidade violenta, com ênfase na redução dos crimes contra a vida (PERNAMBUCO. GOVERNO DO ESTADO. Recife, Pernambuco. 151p. Maio de 2007).

Conforme demonstram os dados compilados no texto do capítulo sobre violência no TES, tal redução não afetou da mesma maneira todos os municípios: em relação aos crimes contra a vida – homicídios e crimes patrimoniais (CVP) –, a queda no número de ocorrências em Jaboatão dos Guararapes não é observada nos demais municípios (exceto Cabo de Santo Agostinho, e em menor quantidade). Já em relação aos crimes contra a vida, embora haja uma redução da taxa de homicídios no TES no período 2007-2013, as curvas de Cabo de Santo Agostinho e Ipojuca aqui analisadas deixam claro que a

tendência de queda não é homogênea em todos os municípios, a qual apresenta mais instabilidade do que continuidade.

Quando analisamos os dados referentes à avaliação dos entrevistados sobre segurança, tendo sido pedida a atribuição de uma nota de 0 a 10 para esse quesito, percebemos que a média para os dois municípios foi de 4,4, sendo 4,8 no Cabo de Santo Agostinho e 4,0 em Ipojuca. Esses dados são, sem dúvida, um importante indício de que as altas taxas de criminalidade incomodam parte da população. Ao mesmo tempo, vale ressaltar que os baixos níveis de aprovação para determinados serviços públicos geralmente estão associados à baixa confiança institucional, o que, no caso específico da segurança pública, pode acarretar a opção por vias alternativas de justiça (como nos casos de linchamento, acerto de contas pessoal e demais formas de resolução privada de conflitos).

Mudanças nas rotinas diárias de lazer e de trabalho são marcas de contextos urbanos onde grassam altos patamares de criminalidade. A essas mudanças, costuma seguir-se (ou mesmo fundamentar-se) um discurso-padrão que enaltece rótulos de periculosidade e que são seletivamente distribuídos entre os diferentes grupos sociais de uma localidade. As "classes perigosas" emergem, então, como os componentes fundamentais das relações sociais em contextos violentos, pois esgarçam os conflitos simbólicos que definem o valor e a posição social de indivíduos e de grupos sociais na hierarquia moral de uma sociedade.

Nesse sentido, cabemos ratificar a questão da violência urbana. Sua gravidade, como problema público, transcende a distribuição de curvas de homicídio ou criminalidade, embora tais aspectos sejam cruciais para sua constituição como problema social. Além do crime, a violência urbana é constituída pela repercussão coletiva desses atos, que tendem a mitigar os laços de solidariedade que devem moldar as relações sociais em sociedades democráticas, mesmo aquelas caracterizadas como relações de conflito. Não é apenas o criminoso o alvo do rótulo que o tornará doravante um *outsider (*BECKER, Howard S, 2008). Com base no medo da violência e na sensação de insegurança, a pobreza volta a ser, "justificadamente", o alvo da suspeição e do olhar inquisidor da sociedade mais ampla, que poderá utilizar expedientes antidemocráticos para justificar, via anulação do "outro", o tolhimento da liberdade e o estreitamento das possibilidades de conflito e disputa simbólica. As políticas de encarceramento em massa são apenas a parte mais visível desse *iceberg (*WACQUANT, Loïc 2001a WACQUANT, Loïc, 2008b), sem que qualquer solução de longo prazo tenha sido ainda aventada nessa cruzada contra a violência. Esse é um

olhar possível e fundamental para entendermos com mais profundidade tudo o que está envolvido na ideia de violência urbana no Brasil ou no TES.

Por fim, analisamos as nossas duas últimas temáticas: identidade e bem-estar social. Consideramos que a identidade se relaciona com o cotidiano do lugar ou está associada ao lugar dos migrantes, nas áreas de maior dinamismo do Complexo Industrial Portuário de Suape (CIPS). Entendemos a *identidade com o lugar* ou *associada ao lugar* como o resultado de um conjunto de relações que vão sendo segmentadas pelas vivências e experiências com o lugar. O que nos foi possível afirmar, com base nas entrevistas mais profundas e nos dados mais gerais coletados pela pesquisa de campo, é que as mudanças geradas pela dinamização do CIPS produziram, sem dúvida, mudanças na vida das pessoas, migrantes e não migrantes, o que deu origem à experiência modificada da identidade com o lugar. Essa nova experiência, integrada às demais experiências da história e das vivências de cada indivíduo, torna-se determinante, no sentido de que exerce uma força de pressão sobre as decisões dos indivíduos de ficar ou de sair do lugar onde vivem, e que acarreta deveres e compromissos com o lugar.

Os dados analisados nos deram informações de que os grupos que mais desejam ficar no lugar onde residem são os de não migrantes e os dos migrantes mais antigos. Estes últimos são aqueles que estão mais estruturados no lugar, que construíram uma base de vida por meio do trabalho e de relações afetivas, e construíram, ao longo do tempo, hábitos culturais semelhantes aos dos moradores do lugar, seja nos rituais de enterrar os mortos no lugar onde vivem, seja em outras formas de lidar com o lugar. E, ainda, no processo de adaptação, conquistaram a categoria de cidadãos do lugar, com autonomia para escolher os seus representantes por meio do voto. Desse modo, como já afirmava Sayad, as pessoas vão transformando o lugar à sua imagem e experiência e, ao mesmo tempo vão se submetendo e se adaptando às coisas, à cultura que a elas resiste (SAYAD, Abdelmalek, 1998), dando início a uma cultura mesclada, híbrida.

Em seguida, analisamos a temática *bem-estar social*. Um dado importante que pode ser trazido para essa reflexão diz respeito à satisfação, ou não, com a realização de atos de consumo que pesam na elevação, ainda que temporária, nos níveis de satisfação de bem-estar subjetivo e felicidade dos indivíduos (LAYARD, 1984; LIPOVETSKY, 2008). Todavia, as preocupações geradas pela necessidade constante de novos atos de consumo e a impossibilidade material de realização de tais atos interferem negativamente no bem-estar subjetivo dos indivíduos (RETONDAR, 2008; LIPOVETSKY, 2008). É essa tensão

que é captada entre os participantes da amostra do Cabo de Santo Agostinho e Ipojuca, que estão insatisfeitos com seu poder de compra/capacidade de consumo e buscam aumentar seus níveis de consumo por meio do endividamento. Com isso, eles tendem a apresentar uma elevada insatisfação com seus níveis de consumo e altos níveis de endividamento.

Isso mostra o peso e a pressão dos valores de consumo sobre a satisfação e o bem-estar dos indivíduos, fazendo-os muitas vezes não declinar do endividamento, o que pode levá-los a ficar amarrados nas tramas do fetiche dos "objetos de desejo" de consumo, ainda que muitas vezes presos aos juros, sem saídas e com riscos de desmantelamento da vida.

Finalizamos chamando a atenção para os trajetos de uma concepção desenvolvimentista, que são determinados por múltiplos fatores, dentre os quais se destacam, de um lado, a vontade política para pôr em prática ações, diretrizes, disposição de recursos materiais e técnicas, oportunidade política e o exercício do próprio poder de legislar e governar, e, de outro lado, o aproveitamento das características e peculiaridades do território, compreendido como algo mais complexo e que envolve os meios natural, social, cultural, histórico e humano. Nesse aspecto, o território não é algo estático, que está ali para ser preenchido, ocupado, ou que vai absorver "naturalmente" as mudanças, as transformações irreversíveis na paisagem e na vida das pessoas. Durkheim (1966, p.113) explica bem as origens remotas de qualquer processo social ao dizer:

> (...) os impulsos que determinam as transformações sociais não provêm nem do material nem do imaterial, pois nenhum deles possui força motriz. Pode-se, sem dúvida, levá-los em conta nas explicações aventadas. Eles têm algum peso na evolução social, cuja velocidade e mesmo direção variam de acordo com a natureza desses elementos; mas não encerram nada do que é exigido para pô-la em movimento. São a matéria sobre a qual agem as forças sociais da sociedade; mas, por si próprias, não liberam nenhuma energia social. Como fator ativo, então, só o que pertence é o meio humano (DURKHEIM (1966, p.113, in: LATOUR, Bruno, *Op. Cit.* p.110).

É tão somente pelo movimento de construção com o outro que se dá o processo de "significado social" de uma ação de desenvolvimento. Para o TES, há o desafio de integrar a energia humana dos diversos atores na intenção de

se fazer um desenvolvimento que seja participativo e sustentável, em que o peso do preço a pagar seja aceito, compensado e equilibrado entre os diversos atores. Entretanto, o preço maior tem sido quase sempre destinado às comunidades locais.

Essa advertência é colocada neste livro como uma reflexão final para o Território Estratégico de Suape (TES) – uma criação pensada e idealizada de cima para baixo –, cuja governança tem a participação tênue dos representantes dos municípios que compõem o Território, os representantes da sociedade civil organizada e a universidade. Nesse momento de crise, é importante retomarmos o diálogo com esses setores, para avaliar o que ainda pode ser realizado, para não se perder o que já foi investido.

Além disso, o espírito desenvolvimentista que acode à mentalidade da nossa sociedade mais o excesso de mercantilismo que domina hoje o Brasil não são vistos como a expressão de um capitalismo à rédea solta que nos empurra para a catástrofe. Porém, gozam dos benefícios da sociedade de consumo: como está posto no sentimento de bem-estar social e de felicidade expressos pela população pesquisada que, mesmo endividada, consome para ser feliz.

Nas subjetividades dessa população, no seu sentido de buscar um lugar para viver e trabalhar, nas suas atmosferas de convivência, na sua aventura de empreender e prosperar, de largar tudo para fazer um futuro com mais e melhor, podemos vislumbrar o hedonismo e o fruir de uma sociedade de consumo cujos símbolos de prosperidade, porém, se tornaram para a maioria deles miragens intangíveis.

METODOLOGIA DO ESTUDO

Helenilda Cavalcanti, Wilson Fusco, Maria Ângela de Almeida Souza, Maria Rejane de Britto Lyra, Danielle de Melo Rocha e Breno Bittencourt Santos

Os procedimentos metodológicos adotados na pesquisa *Impactos do Complexo Industrial Portuário de Suape (CIPS): migração, trabalho, condições de moradia, identidade e novas territorialidades* privilegiou o sistema de coleta de informações utilizado para apreender a diversidade de situações encontradas no universo pesquisado.

O objetivo da pesquisa foi analisar os processos migratórios, as relações de trabalho, as condições de moradia, as relações identitárias e as novas territorialidades existentes no Território Estratégico de Suape, no contexto promovido pelos grandes investimentos no CIPS.

Os objetivos específicos[1] tiveram como foco:

1 Dentre os objetivos específicos propostos no projeto enviado ao CNPq (Processo 484965/2012-3), foi eliminado, devido à redução de recursos financiados para o projeto, aquele objetivo que pretendia "analisar as condições de acesso ao trabalho no CIPS via transporte fretado, que alimenta diariamente um movimento pendular". Por outro lado, devido ao interesse da Fundação Joaquim Nabuco (órgão parceiro da pesquisa) e à oportunidade de estudos desenvolvidos por membros da equipe, foi acrescentado como objetivo específico a análise do perfil educacional dos migrantes e as condições de sua capacitação para as atividades demandadas.

- Analisar as condições de expansão da região de Suape no contexto do desenvolvimento da Região Metropolitana do Recife, com foco na última década;
- Apreender os mecanismos, relacionados com a oferta de trabalho, adotados pelos grandes empreendimentos do CIPS que induzem os processos de migração no Território (TES);
- Analisar o impacto dos processos migratórios decorrente da atratividade econômica do CIPS nas condições de moradia, caracterizando as diversas tipologias habitacionais que abrigam esses migrantes, e nas condições de trabalho, caracterizando as diversas formas de inserção no mercado de trabalho;
- Analisar o impacto do CIPS no perfil educacional desses migrantes e nas condições de sua capacitação para as atividades demandadas, visando detectar as mudanças substanciais na área de educação na região, conforme expectativa do Plano Nacional de Educação (PNE);
- Compreender as relações identitárias, estabelecidas entre os migrantes e os não migrantes (novos e existentes) e desses com o Território, decorrentes das mudanças econômicas, sociais e culturais geradas pela dinamização do CIPS;
- Identificar as transformações socioespaciais no TES e as novas territorialidades (relações de poder) resultantes das mesmas;
- Comparar a realidade existente no TES antes da implantação dos grandes empreendimentos do CIPS (2007) com a atual (dados do IBGE 2000-2010);
- Investigar as políticas públicas planejadas e em curso pelas diversas esferas governamentais e em parceria com a iniciativa privada para o enfrentamento dos impactos do CIPS;
- Com a finalidade de interpretar os aspectos quantitativos e qualitativos relacionados com os objetivos expostos, foi concebido um sistema de coleta de informações dos quais constam as seguintes etapas:
- Uma pesquisa de levantamento bibliográfico, material midiático e documental: levantamento, classificação e análise de fontes bibliográficas sobre Suape, suas implicações econômicas, sociais, ambientais e políticas, e temas correlacionados (artigos, livros, teses, dissertações, documentos, etc);
- Uma pesquisa qualitativa e observação antropológica, realizada em 2013, por meio de registros fotográficos e entrevistas semiestrutura-

das com gestores públicos, empreendedores e população local (gravadas e transcritas), para as análises preliminares sobre os impactos mais gerais do CIPS que contribuíram para orientar as atividades da pesquisa de campo e para a realização de análises qualitativas;

- Uma pesquisa de dados secundários: levantamento estatístico, sistematização e análise de dados sobre as dimensões econômica e social, a partir de fontes oficiais (IBGE, IPEA, Ministérios, Governo do Estado);
- Uma pesquisa de "sondagem" dos migrantes aplicada a uma amostra de 5000 domicílios urbanos para identificação dos domicílios com pelo menos um migrante, realizada em 2014 nos municípios do Cabo de Santo Agostinho e Ipojuca – área de influência direta CIPS –, tendo como base de dados para definição da amostra o Censo Demográfico de 2010;
- Uma pesquisa de campo amostral nos domicílios urbanos com migrantes, também realizada em 2014, tendo como referência os domicílios com migrantes identificados pela "sondagem", da qual foi extraída uma amostra de 804 domicílios assim distribuídos: 385 domicílios com migrantes para o Cabo de Santo Agostinho e 419 para o município de Ipojuca;

As três primeiras etapas de coleta de informações descritas acima tiveram como objetivo apreender as condições dadas para as transformações no TES, a percepção dos gestores públicos, dos empreendedores da indústria e do setor do turismo e de trabalhadores e suas representações sindicais sobre as mudanças causadas pelo CIPS nos municípios do Cabo de Santo Agostinho e Ipojuca, assim como apreender quais as relações identitárias que vêm sendo constituídas pelos migrantes com o município, com o lugar e com a comunidade, expressas pelo sentimento de pertencimento, bem como a natureza da relação entre migrantes e não migrantes. Os dados secundários propiciaram o pano de fundo da análise dessas transformações.

As duas últimas etapas, representadas pela pesquisa quantitativa, tiveram o propósito de: identificar os migrantes, medir e aprofundar essas transformações e os seus impactos na habitabilidade, trabalho, formação dos migrantes; identificar o papel direto e indireto dos imigrantes residentes nas transformações dos municípios do Cabo de Santo Agostinho e Ipojuca, e, por fim, apreender as relações identitárias com o município, com o lugar e com a comunidade, expressas pelo sentimento de pertencimento, assim como o nível

de felicidade e a percepção de segurança do morador que respondeu ao questionário, podendo ele ser ou não um migrante, mas habitando necessariamente em domicílio no qual existe ao menos um migrante.

A PESQUISA QUALITATIVA

O sistema de coleta de informações da pesquisa, utilizando dados qualitativos e quantitativos, incorpora várias características importantes ligadas à sua problemática:

- Um enfoque antropológico, com a finalidade de entender como os indivíduos jogam com as diferentes formas de mobilidade ao longo de sua vida: trajetórias profissionais e familiares;
- Um enfoque nas questões sobre identidade, confiança e felicidade dos indivíduos, de sentimento de pertencimento, sua rede de relações sociais e a relação com os do lugar, além do nível de satisfação com a própria vida e suas escolhas sob o impacto do CIPS;
- Um enfoque nas questões de habitabilidade, que localiza o indivíduo em seu *habitat,* características dos domicílios, infraestrutura disponível e características das pessoas do domicílio, no município, que reflitam o *déficit* habitacional e a qualidade habitacional, o uso e a ocupação do solo urbano.
- Um enfoque nas questões de educação profissional e de trabalho, o qual identifica os processos sociais de conversão, por meio das atividades e programas de treinamento e formação profissional, dos trabalhadores originários de atividades não industriais em operários da indústria da construção civil, operários das indústrias instaladas no Complexo e trabalhadores de uma grande diversidade de atividades de serviços.

A pesquisa qualitativa foi concebida para ser realizada nos municípios de influência direta do CIPS – Cabo de Santo Agostinho e Ipojuca –, em dois períodos que expressam momentos distintos da realidade do estudo (ver roteiro de viagem no Apêndice I).

A primeira etapa da pesquisa foi realizada em março de 2013, com a permanência de duas pesquisadoras e de uma fotógrafa em campo durante 10 dias

seguidos,[2] tendo sido ainda complementada com o retorno a campo mais duas vezes nesse mesmo ano. A prática de campo foi baseada na interação de fotógrafa e pesquisadoras, em diálogo permanente com todos os representantes envolvidos com a pesquisa. Ela é, para as pesquisadoras, um postulado metodológico e o esteio do projeto Nordestes Emergentes. Desse diálogo, foram retirados os argumentos para selecionar os aspectos a serem destacados pela pesquisa como também a forma de como registrá-los e descrevê-los.

A base metodológica da pesquisa Nordestes Emergentes é a *descrição visual densa*, conceito adaptado da "descrição densa ou em profundidade", preconizada pelo antropólogo americano Clifford Geertz (1989). O papel do fotógrafo deverá transcender a cobertura dos aspectos operacionais mais evidentes do fenômeno, com seus personagens e acontecimentos, bem como dos fatos e aspectos que lhe são diretamente ligados – como espaço físico, contexto sociocultural, por exemplo. A isso se acrescentará o registro de aspectos que se relacionam com a maneira como os personagens percebem o fenômeno com o qual estão envolvidos. Esse procedimento é, naturalmente, alimentado pela intuição do fotógrafo, mas o é também e, sobretudo, pela interação e troca de opiniões com o pesquisador, que é quem preconiza, no seu procedimento em campo, o diálogo direto com esses personagens (entrevistas, histórias de vida, etc) Por fim, é necessário ainda que o fotógrafo se dê a liberdade de "avançar" visualmente na descrição do fenômeno, incorporando sua própria subjetividade, ou seja, a sua percepção pessoal daquilo que observa (GURAN, 2012, p.11).

A segunda etapa da pesquisa qualitativa foi concebida para ser aprofundada pelos diferentes pesquisadores das instituições parceiras (Fundaj, Observatório PE/UFPE e Laept/UFPB) envolvidos nas diferentes temáticas (habitabilidade, migração, identidade, educação, trabalho, confiança, felicidade etc.), após a apropriação das informações e a elaboração da análise das diversas

2 O início da pesquisa qualitativa, além das razões expostas, foi incentivada pela necessidade de alimentar outro projeto da Fundaj, sob a coordenação da Diretoria de Cultura, para o qual foi solicitado o envolvimento das pesquisadoras Helenilda Cavalcanti (Fundaj) e Danielle Rocha (Observatório/UFPE) e contratada a fotógrafa Paula Sampaio. Trata-se do Projeto Nordestes Emergentes, que inclui expedições fotográficas de curta duração, com o objetivo de proceder a uma descrição visual densa dos principais projetos de desenvolvimento no Nordeste, sendo o CIPS um dos projetos destacados. A referida expedição, formada por uma equipe com diferentes olhares e competências, foi encarregada de coletar os dados básicos sobre o fenômeno enfocado: o desenvolvimento de Suape, o velho e o novo e suas imbricações. As entrevistas com os principais atores envolvidos no Complexo serviram de base para a produção de uma descrição textual complementar às imagens da fotógrafa. Essas imagens foram posteriormente selecionadas para compor o acervo do Museu do Homem do Nordeste.

possibilidades de cruzamentos e construção de índices resultante da pesquisa quantitativa, detalhada posteriormente.

Portanto, na descrição da metodologia adotada e nos resultados obtidos na primeira etapa da pesquisa qualitativa, os instrumentos utilizados foram o levantamento fotográfico e a realização de 40 entrevistas semiestruturadas com representantes estratégicos pré-selecionados e previamente articulados a partir de quatro grupos:

1. Os representantes governamentais, constituídos pelos gestores do poder público dos dois municípios (prefeitos, vice-prefeitos, secretários dos municípios, etc) e da Empresa Suape, vinculados ao Governo de Pernambuco. Eles revelaram os aspectos relativos à dinamização econômica do CIPS e à orientação das políticas públicas para o enfrentamento de seus impactos e a busca de sua sustentabilidade;

2. Os empreendedores, representados pelos proprietários fundiários, incorporadores (proprietário do *Shopping* Costa Dourada) e as grandes empresas do CIPS e seu entorno, que impulsionam as transformações econômicas por meio de seus investimentos e parcerias público-privadas. Também foram entrevistados alguns donos de pousadas no litoral do Cabo de Santo Agostinho, que tiveram sua atividade impactada pela presença dos trabalhadores migrantes, de todos os níveis salariais, com demanda por moradia temporária.

3. Os trabalhadores e outros representantes locais, constituídos por associações de pescadores, sindicatos, ONGs, quilombola, moradores da Ilha de Tatuoca, no Complexo Industrial Portuário de Suape, moradores sem teto, que recebem diretamente os impactos da intensificação econômica do CIPS nas suas vivências cotidianas e nas suas relações interpessoais e com o meio em que vivem ou trabalham. Os representantes locais formados pelo segmento cultural mestres artesãos do barro, em visitas a olarias, memorialistas do Cabo de Santo Agostinho, também foram entrevistados por revelarem a tensão existente entre o novo dessas transformações sociais e o velho representado pelo modo tradicional de fazer e de viver, o local e o global, bem como as consequências dessas transformações mais gerais sobre a vida da população dos dois municípios focados.

4. Os gestores de um dos três alojamentos e alguns migrantes "trecheiros", que vieram de várias partes do Brasil para trabalhar na Refinaria Abreu e Lima por meio do Consórcio de Empresas da Odebrecht.

A pesquisa de campo resultou numa intensa imersão[3] nas questões relativas aos impactos de Suape, na qual buscamos captar imagens e descrições feitas em relatos densos que traduziam o emergente e o residual desse novo e antigo Nordeste, a imbricação dessas duas temporalidades e as visões do presente e do futuro.

No Apêndice 1 deste documento, apresentamos o Roteiro de Viagem elaborado com o objetivo de orientar o levantamento fotográfico e as entrevistas.

A Pesquisa quantitativa

A pesquisa quantitativa foi realizada nos municípios do Cabo de Santo Agostinho e Ipojuca, em duas etapas: a "sondagem", para a identificação dos domicílios onde habitava ao menos um migrante de primeira etapa; e a "aplicação de questionário" em uma amostra desses domicílios, a qual serviu de base para identificar o perfil dos residentes, migrantes ou não.

De modo geral, a pesquisa teve a sua concepção inspirada nas transformações ocorridas no Território Estratégico de Suape (TES). Demos prioridade às áreas de influência direta do CIPS, que compreendem os municípios do Cabo de Santo Agostinho e Ipojuca, os que recebem a maior influência do Complexo e onde foram observados os maiores impactos.

A pesquisa realizada com os migrantes foi, assim, operacionalizada em duas etapas:

- a primeira etapa – quando foi feita a "sondagem" dos migrantes –, permitiu identificar os migrantes em suas residências a partir de uma amostragem aleatória probabilística, cujo universo foram os domicílios particulares permanentes urbanos ocupados;
- a segunda etapa – quando foi feita a "pesquisa quantitativa" propriamente dita –, foi realizada por amostragem intencional, cujo universo

3 Trabalhou-se 12 horas por dia e foram rodados 1.800 km em trechos que compreenderam os dois municípios, para atender à pauta e aos objetivos traçados.

foi definido pela pesquisa anterior. Contudo, por adotar uma distribuição dirigida apenas para as residências com migrantes, essa pesquisa perdeu a condição de ser uma amostra probabilística *strito sensu.*

A seguir, apresentaremos o desenho da amostra, a operacionalização dos trabalhos de coleta da pesquisa e a consistência da amostra, tanto da primeira etapa quanto da segunda, destacando as características mais importantes com vista a validar os resultados.

Primeira etapa: a "sondagem" dos migrantes

Para a primeira etapa, adotamos um processo de amostragem probabilístico proporcional (n), denominado "sondagem" dos migrantes, cujo objetivo era identificar os domicílios com migrantes que iriam compor o universo da segunda etapa – a "pesquisa quantitativa". O universo da "sondagem" (N) foi definido de modo a garantir que os domicílios das diferentes áreas de ponderação figurassem no sorteio aleatório da amostra, nos municípios de Cabo de Santo Agostinho e Ipojuca, conforme demonstramos a seguir:

O universo ou população de estudo (N) – domicílios particulares permanentes urbanos ocupados, admitindo-se que qualquer unidade da população se integre em uma das duas categorias (C e C'):

P = proporção de domicílios particulares permanentes urbanos ocupados que possuem pelo menos um migrante de última etapa, 2005-2010, (P=C/N), e

Q = proporção de domicílios particulares permanentes urbanos ocupados que não possuem migrantes (Q=C'/N).

O universo para o cálculo do tamanho da amostra da "sondagem" foi constituído por domicílios urbanos ocupados nos municípios inseridos na área de influência direta de Suape, cujo número, revelado pelo Censo Demográfico de 2010, foi de 48.171 domicílios para o município do Cabo de Santo Agostinho e 16.884 para o município de Ipojuca, o que perfaz um total de 65.055 domicílios urbanos. Para os objetivos em pauta, foram retirados do universo os domicílios urbanos do bairro do Paiva, por abrigarem uma população de renda alta, destoado do perfil de domicílios de interesse para a pesquisa. Procedimento similar foi realizado para os domicílios do distrito de Jussaral que, apesar de urbanos, estão cercados por uma grande área rural e localizados a uma distância considerável do Complexo Industrial Portuário de

Suape. Tanto a área do Paiva como a de Jussaral situam-se no município do Cabo de Santo Agostinho.

Determinação do tamanho da amostra e sua distribuição espacial

A determinação do tamanho n da amostra para a "sondagem", pautada em Cochran (1965), ficou vinculada:

- ao objetivo visado;
- ao tipo de parâmetro, no caso, proporção;
- à precisão da estimativa, isto é, ao erro máximo que se admite para a estimação do parâmetro (5%) e
- à confiabilidade da estimativa (de 95%).

A fórmula para o cálculo do tamanho da amostra vem expressa a seguir:

$$n = \frac{\delta^2 \cdot N.\ PQ}{\delta^2 \cdot PQ + N\ \epsilon^2}$$; em que

N = número dos domicílios urbanos da área de influência direta de Suape;
n = tamanho da amostra;

δ = valor do afastamento normal, correspondente à confiança de 95% (δ = 1,96);

ϵ = erro da estimativa de, no máximo, 0,05.

Com a finalidade de preservar a precisão dos resultados amostrais, calculamos, para a etapa da "sondagem", uma amostra probabilística proporcional (n_1) de 2.962 domicílios urbanos no Cabo de Santo Agostinho, e uma amostra probabilística proporcional (n_2) de 2.038 domicílios urbanos no município de Ipojuca, o que totaliza 5.000 domicílios urbanos na área de influência direta de Suape, representativos do já referido universo de 65.055 domicílios urbanos, apresentando uma fração de amostragem de 6,1%, no Cabo de Santo Agostinho, de 12,1% em Ipojuca e de 7,7% no total (Tabela I.1).

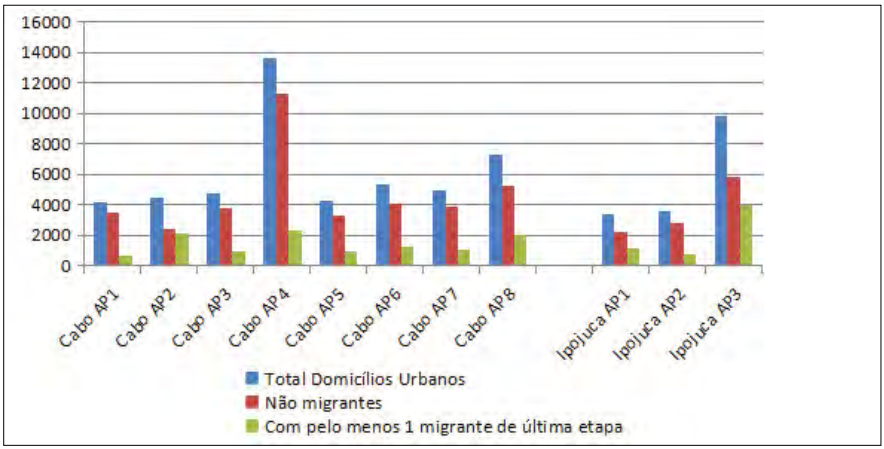
Vale comentarmos também sobre outro parâmetro que norteou a grandeza da amostra, que diz respeito ao cálculo que procurou ver a percentagem de imigrantes de data fixa (2005-2010) sobre a população de 5 anos ou mais, obtendo como resultado: 7,1% para o Cabo de Santo Agostinho e 8,3% para Ipojuca, totalizando 7,7%. Quando aplicamos o percentual referente aos dois municípios (7,7%) sobre os domicílios particulares permanentes urbanos (DPPU) do conjunto des-

ses municípios (65.658 DPPU), foram obtidos 5.056 domicílios, o que, por estar próximo do cálculo da amostra adotado, valida-o. O volume expressivo de 5.000 residências a serem pesquisadas decorre também do cálculo da amostra feita por áreas de ponderação e, ainda, por termos levado em conta que se trata de um universo heterogêneo – residências com migrantes e residências sem migrantes.

É importante ressaltar que o cálculo da amostra realizado por áreas de ponderação objetivou garantir a espacialização adequada da pesquisa, sendo o seu resultado final resultante do somatório das amostras dessas áreas. A subdivisão do universo da pesquisa da "sondagem" em áreas de ponderação, distritos e bairros não significa, contudo, que tenhamos procurado obter estimativas amostrais para cada um desses segmentos. Pela própria concepção da pesquisa, buscamos a representatividade da amostra no nível da área de influência direta de Suape e de cada município – Cabo de Santo Agostinho e Ipojuca –, embora não para esses municípios como um todo, mas sim para as áreas urbanas condicionadas a critérios, principalmente o da dispersão/concentração de domicílios.

A distribuição espacial dos resultados amostrais da "sondagem" pode ser visualizada na Tabela I.1, por município, e no Gráfico I.1, nos quais se observa a distribuição dos domicílios particulares permanentes urbanos ocupados em 2010, segundo Área de Ponderação – referência para o cálculo da amostra.

Gráfico I.1. Área de Influência Direta de Suape - Estimativa do número de domicílios urbanos, segundo Área de Ponderação: Cabo de Santo Agostinho e Ipojuca, 2010.



Fonte: IBGE - Censo Demográfico, 2010 (microdados da amostra).

TABELA I.1. Área de Influência Direta de Suape - Sondagem. Distribuição do Universo de Domicílios Particulares Permanentes Urbanos Ocupados, segundo Área de Ponderação, Proporção de Domicílios com pelo menos 1 migrante de última etapa e Tamanho da Amostra de Domicílios Urbanos Ocupados. Municípios de Cabo de Santo Agostinho e Ipojuca, 2010.

Código da ärea de Ponderação - AP ou AED	Municípios / Distritos	Domicílios nas áreas urbanas			p (proporção de domicílios com pelo menos 1 migrante de última etapa)	q = 1 - p (domicílios com não migrantes)	Universo N	Amostra n		
		Pelo menos 1 migrante de última etapa	Não migrantes	Total			Domicílios Urbanos ocupados Ajustados (1)	Domicílios urbanos ocupados da amostra	%	Domicílios urbanos ocupados da amostra arredondados
MUNICÍPIO DE CABO DE SANTO AGOSTINHO										
2602902003001	Cabo de Santo Agostinho	681	3518	4199	0,1622	0,8378	4199	289	5,75	287
2602902003002	Santo Agostinho	2097	2381	4478	0,4683	0,5317	4347	503	9,99	501
2602902003003	Cabo de Santo Agostinho	923	3805	4728	0,1952	0,8048	4728	334	6,64	332
2602902003004	Ponte dos Carvalhos	2346	11281	13627	0,1722	0,8278	13627	318	6,33	316
2602902003005	Cabo de Santo Agostinho/Ponte dos Carvalhos / Sto Agostinho	953	3280	4233	0,2251	0,7749	4233	364	7,25	362
2602902003006	Cabo de Santo Agostinho	1258	4096	5354	0,2350	0,7650	5354	382	7,59	379
2602902003007	Cabo de Santo Agostinho / Ponte dos Carvalhos	1062	3861	4923	0,2157	0,7843	4333	355	7,06	353
2602902003008	Cabo de Santo Agostinho / Ponte dos Carvalhos	2069	5281	7350	0,2815	0,7185	7350	435	8,65	432
	Total	11389	37503	48892	0,2329	0,7671	48171	2979	59,24	2962
MUNICÍPIO DE IPOJUCA										
2607208003001	Camela	1192	2250	3442	0,3463	0,6537	3442	681	13,55	677
2607208003002	Ipojuca	776	2804	3580	0,2168	0,7832	3580	541	10,75	538
2607208003003	Camela / N. Sra do Ó	3986	5876	9862	0,4042	0,5958	9862	828	16,46	823
	Total	5954	10930	16884	0,3526	0,6474	16.884	2.050	40,76	2038
MUNICÍPIOS DE CABO DE SANTO AGOSTINHO E IPOJUCA										
	Total geral	17.343	48.433	65.776	0,2637	0,7363	65.055	5029	100,00	5000

Fonte: IBGE - Censo Demográfico 2010. Sinopse e Microdados da amostra 2010

Chamada: (1) Foram retirados do universo os domicílios urbanos (131) do bairro do Paiva, por abrigarem uma população de renda alta, destoando do perfil de domicílios de interesse da pesquisa. Procedimento idêntico foi realizado para os domicílios do distrito de Juçaral ((590), que, apesar de serem urbanos, estão cercados por grande área rural, localizados a uma considerável distância do Complexo Industrial e Portuário de Suape

(2) Probabilidade de confiança adotada de 95% e o desvio-padrão, ou seja, valor do afastamento normal, correspondente à desejada probabilidade de confiança (DP = ä = 1,96).

Erro da estimativa: E= 4,1% e E^2=0,001681 Cabo de Santo Agostinho;

E=3,2% e E2=0,001024 Ipojuca.

O município de Cabo de Santo Agostinho destaca-se com o registro das maiores percentagens de domicílios com pelo menos um migrante de última etapa migratória. Observamos, nesse mesmo município, as maiores percentagens de domicílios com pelo menos um migrante de última etapa migratória. Constatamos, também, que as maiores percentagens de domicílios com pelo menos um migrante de última etapa migratória estão concentradas no distrito de Santo Agostinho, com 46,8%, seguido de uma parte do distrito de Cabo de Santo Agostinho/Ponte dos Carvalhos, com 28,2%, e, na sequência, outra parte do distrito do Cabo (Idem) de Santo Agostinho, com 23,5% (ver Tabela I.1).

Quanto ao município de Ipojuca, sobressai a área de ponderação correspondente à parte do município de Camela e Nossa Senhora do Ó, com a percentagem de 40,4%, seguido do restante do distrito de Camela, com 34,6% e do distrito de Ipojuca, com 21,7%, visualizada na Tabela I.1. O Gráfico I.1 revela, ainda, que o universo da pesquisa, segundo as Áreas de Ponderação nos municípios de Cabo de Santo Agostinho e de Ipojuca, apresenta a sua distribuição concentrada nos migrantes mais recentes, cujos domicílios possuem a particularidade de estar localizados próximos às áreas de maior dinamismo do Complexo Industrial Portuário de Suape.

A Sondagem se fez necessária para que pudéssemos ter segurança quanto à localização de um maior número de domicílios com presença de pelo menos um migrante residente no domicílio pesquisado.

Procedimentos e resultados da "sondagem" do migrante

A pesquisa da "sondagem" foi realizada com duas equipes:

- uma equipe encarregou-se da distribuição espacial da amostra, identificação e selagem das casas a serem pesquisadas, tratamento dos dados oriundos do campo, montagem do banco de dados e elaboração dos mapas de localização dos migrantes, quando possível; e
- uma outra equipe, de campo, composta por 13 pesquisadores e mais um coordenador de campo, financiados com recursos do CNPq, além de um motorista com carro disponbilizado pela Fundaj. Cada pesquisador utilizou um *tablet* como instrumento de coleta dos dados das casas sorteadas mediante programa de aleatoriedade que atribuiu um selo virtual aos imóveis. Os dados de cada domicílio pesquisado encontravam-se vinculados a esse selo virtual, bem como à fotografia da casa, obtida mediante consentimento do morador.

Para os procedimentos do trabalho de campo, foram definidas algumas regras, constantes do *Instrumental de Orientação do Pesquisador*:

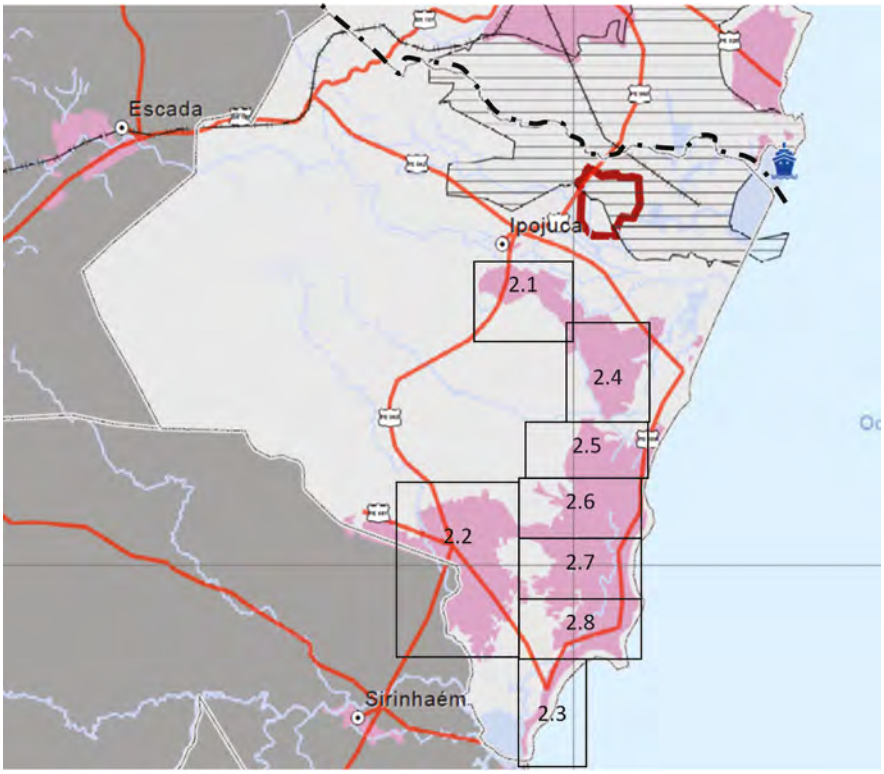
- Todos os imóveis virtualmente selados deveriam ser pesquisados;
- O pesquisador deveria identificar o número do selo virtual no mapa de cada domicílio a ser pesquisado;
- Conversar com o morador para saber se ele está apto a responder à pesquisa;
- Iniciar um novo cadastro no programa do *tablet* (preencher com cuidado a numeração do selo virtual).
- A pesquisa no *tablet* possui duas orientações, em que a primeira é exclusiva para o preenchimento do selo virtual do imóvel, e na segunda, constam três perguntas a serem preenchidas: Quantas pessoas residem no domicílio? Dos residentes, quantos nasceram e sempre moraram no município do Cabo de Santo Agostinho ou Ipojuca? Dos que não nasceram e/ou nem sempre moraram no município do Cabo de Santo Agostinho e Ipojuca, quantos chegaram a partir de 2010? Colocar o endereço detalhado e perguntar se é possível tirar foto da fachada da casa para a localização do endereço por GPS;
- Caso o selo virtual do imóvel indicado no mapa estiver em uma edificação impossibilitada de participar da pesquisa, a entrevista deverá ser aplicada na edificação seguinte, à direita do pesquisador (quando esse se encontrar de frente para a fachada do imóvel que seria pesquisado). Quando tal caso ocorrer, a nova edificação eleita deve assumir o selo virtual da edificação impossibilitada, sem nenhuma alteração;
- Caso o selo virtual do imóvel indicado no mapa esteja em uma edificação de mais de um pavimento, priorizar a aplicação da pesquisa sempre do térreo para o pavimento mais alto, entrevistando apenas um desses pavimentos. Anotar no campo observações sobre o pavimento que foi entrevistado;
- Quando o selo virtual do imóvel indicado no mapa esteja em um imóvel com mais de um domicílio, priorizar a aplicação da entrevista do imóvel que se caracterizar como o principal, ou o mais próximo da rua. Anotar no campo de observações qual o domicílio que foi entrevistado.

Com base na distribuição da amostra da "sondagem" apresentada na Tabela I.1, foi realizado um sorteio aleatório dos domicílios urbanos.

Os domicílios sorteados foram, então, dispostos em mapas, separados por bairros e/ou distritos correspondentes aos municípios do Cabo de Santo Agostinho e Ipojuca, com o propósito de obtermos uma visão geral da distribuição espacial da amostra da "sondagem" para facilitar a localização do domicílio pelo pesquisador de campo. Cada imóvel sorteado e localizado espacialmente recebeu um selo virtual de identificação com uma numeração para ser pesquisado. A pesquisa da "sondagem" foi iniciada no município de Ipojuca, que forneceu uma base de dados vetorizada e atualizada, a partir da qual foi possível georreferenciar os domicílios sorteados aleatoriamente, o que possibilitou mapas-sínteses que georreferenciaram as residências dos migrantes, segundo recortes espaciais definidos para a pesquisa de campo.

A Figura I.1 apresenta o município de Ipojuca, com a delimitação das oito áreas em que foi subdividido para a pesquisa de "sondagem".

Figura I.1. Recortes espaciais da "sondagem" do migrante no município de Ipojuca.



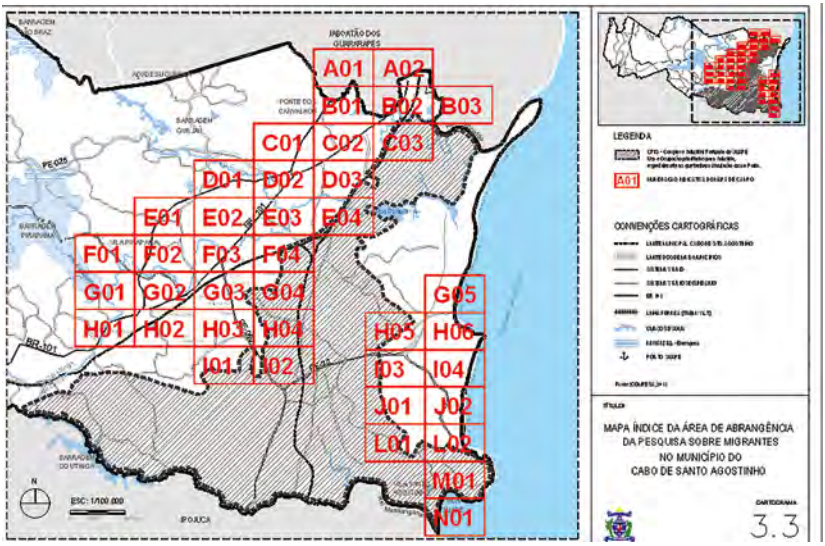
Fonte: Pesquisa direta Observatório PE/Fundaj.

Figura I.2. Exemplo dos domicílios urbanos sorteados que receberam o selo virtual no distrito de Nossa Senhora do Ó, município de Ipojuca, PE

Fonte: Pesquisa direta Observatório PE/Fundaj.

Para o município do Cabo de Santo Agostinho, a metodologia de espacialização da amostra aleatória de casas a serem pesquisadas na "sondagem" foi modificada, em face da ausência de uma base vetorizada de dados. Utilizamos a imagem de satélite *BING* (programa gratuito), vinculada ao Qgis (*Quantum Gis*). Nas áreas urbanas do município, foram também delimitados os recortes espaciais para detalhamento das casas a serem pesquisadas, conforme mostra a Figura I.3, porém não foi possível o georreferenciamento dessas casas. Na Figura I.4 são exemplificados os trechos do mapa da pesquisa de campo que indicam as casas sorteadas aleatoriamente para serem pesquisadas.

Figura I.3. Articulação dos recortes espaciais da área pesquisada sobre os bairros do município do Cabo de Santo Agostinho.



Fonte: Pesquisa direta Observatório PE/Fundaj.

Figura I.4. Exemplo de trecho do mapa da pesquisa de campo com domicílios urbanos sorteados que receberam o selo virtual no Cabo de Santo Agostinho.

Fonte: Pesquisa direta Observatório PE/Fundaj.

Os resultados da "sondagem" dos migrantes

Devido às dificuldades de acessibilidade, em função não somente do relevo bastante acidentado, mas também da identificação de alguns endereços por falta de numeração nos domicílios, a pesquisa realizada no Cabo de Santo Agostinho apresentou uma redução na amostra equivalente a mais da metade (54,2%) das casas previstas, sendo pesquisadas 1.356 casas de um total de 2.962 previstas na amostra. A "sondagem" em Ipojuca apresentou melhores resultados, tendo sido pesquisadas 93,2% das casas previstas (1.899 casas pesquisadas de um total de 2.038 casas previstas na amostra original). Contudo, na pesquisa de Ipojuca, ao contrário daquela aplicada no Cabo de Santo Agostinho, não foram registrados os endereços das casas no *tablet*, o que exigiu uma pesquisa complementar de localização dos endereços para subsidiar a etapa 2 da pesquisa (a aplicação de questionários em residências com pelo menos um migrante no domicílio).

Os resultados da "sondagem", que somaram 3.255 domicílios pesquisados, revelaram que em um terço desses domicílios pesquisados (33,7%) residiam migrantes, sendo encontrada a proporção maior deles (53,0%) nos domicílios pesquisados do Cabo de Santo Agostinho. Em Ipojuca, esse percentual se reduziu para 20,0%.

Segunda Etapa – a "pesquisa com os migrantes"

Para a segunda etapa da pesquisa, foi adotado, de forma análoga à da "sondagem" dos migrantes, um processo de amostragem proporcional (n) para definir as unidades de observação e/ou análise, de modo a garantir que os domicílios particulares permanentes urbanos ocupados que possuíssem pelo menos um migrante recente (a partir de 2010), resultantes do sorteio aleatório da "sondagem", figurassem na composição das unidades amostrais dos municípios de Cabo de Santo Agostinho e Ipojuca. Tal direcionamento para os domicílios com migrantes, no momento de aplicação da pesquisa, exime-a da condição de probabilística *strito sensu*, como já mencionamos anteriormente.

Determinação do tamanho da amostra

Para o cálculo da amostra dessa segunda etapa da pesquisa de campo, levamos em consideração que seriam aplicados questionários de 16 páginas com os residentes (migrantes e não migrantes), questionando-os acerca de

diversos temas contemplados pela pesquisa: migração, identidade, trabalho, educação e moradia (Apêndice I).

Uma vez que a pesquisa contempla mais de uma variável a ser investigada, foram adotados para o cálculo da amostra dois procedimentos:

- considerar apenas uma variável: a proporção dos domicílios particulares permanentes urbanos ocupados com migrantes; e
- considerar a proporção de 0,50 para essa proporção.

Desse modo, supomos uma distribuição de 50% do atributo pesquisado no universo, o que resultou na maximização do tamanho da amostra. Isso a torna suficiente para análise das demais variáveis da pesquisa. Tal procedimento, aplicado tanto ao município do Cabo de Santo Agostinho como no município de Ipojuca, levou à definição de uma amostra de 400 domicílios para cada um dos municípios. Da soma dos dois municípios resultou a amostra de 800 domicílios urbanos a serem pesquisados, à qual foi acrescido um adicional de 6,25%, o que totalizou a uma amostra de 805 domicílios.

Para o cálculo da amostra, ao considerarmos o conjunto dos dois municípios, adotamos como universo os 3.255 domicílios urbanos pesquisados na primeira etapa de "sondagem". A amostra resultante de 805 domicílios urbanos com migrantes (Tabela I.2) representa, portanto, um quarto (24,7%) do universo considerado.

Utilizamos a fórmula para o cálculo do tamanho da amostra, que se expressa a seguir:

$$n = \frac{\delta 2.\ N.\ PQ}{\delta 2.\ PQ + N \in 2}$$; em que

p = é a estimativa amostral de P (p=c/n);

q = é a estimativa amostral de Q (q=c'/n).

Np = é a estimativa amostral da característica C, ou seja, o número total estimado dessa característica C.

Do mesmo modo utilizado na primeira etapa, conforme acima apresentamos, a determinação do tamanho n da amostra para a "pesquisa com os migrantes" ficou vinculada:

- ao objetivo visado;
- ao tipo de parâmetro, no caso proporção;
- à precisão da estimativa, isto é, ao erro máximo que se admite para a estimação do parâmetro (5%) e
- à confiabilidade da estimativa (de 95%).

É importante, ainda, ressaltarmos que esse tamanho da amostra (mais reduzido que na etapa anterior da pesquisa) proporcionou um menor custo operacional e um menor período de tempo de aplicação da pesquisa, além de ter possibilitado uma maior precisão nos resultados (Tabela I.2).

A subdivisão em área de ponderação, distritos e bairros, também efetuada na área da pesquisa em sua segunda etapa, visou, do mesmo modo que na primeira etapa, garantir a participação da amostra no território considerado, bem como facilitar a operacionalização dos trabalhos de campo.

TABELA I. 2. Área de Influência Direta de Suape - Amostra da Pesquisa segunda etapa - Proporção dos Domicílios Particulares Permanentes Urbanos Ocupados com Migrantes (P) e Tamanho da Amostra. Municípios de Cabo de Santo Agostinho e Ipojuca, 2014.

Área de Influência Direta de Suape / Municípios	**Proporção dos Domicílios Particulares Permanentes Urbanos Ocupados com migrantes**				
	Universo N' (1)			**Amostra n' (3)**	
	Absoluto N'	**p (característica ou atributo) (2)**	**q = 1 - p**	**n'**	**n' arredondado**
Cabo de Santo Agostinho					
	1356	0,50	0,50	388	400
Ipojuca					
	1899	0,50	0,50	408	400
TOTAL – Área de Influência de Suape					
	3255	-	-	796	800

Fonte: IBGE - Censo Demográfico 2010. Microdados da amostra 2010 e Banco de dados da "Sondagem".
Chamada: (1) Foram retirados do universo os domicílios urbanos (131) do bairro do Paiva, por abrigarem uma população predominante de renda alta, destoante do perfil de domicílios objeto da pesquisa. Procedimento idêntico foi realizado para os domicílios do Distrito de Juçaral ((590) que, apesar de serem urbanos, estão cercados por grande área rural, localizados a uma grande distância do Complexo Industrial e Portuário de Suape.
(2) P é a proporção das Características ou atributos observados.
(3) Probabilidade de confiança adotada de 95% e o desvio-padrão, ou seja, valor do afastamento normal, correspondente à probabilidade desejada de confiança (DP = ä = 1,96).
Erro da estimativa: E= 4,2% e E =0,001764 Cabo de Santo Agostinho; E=3,2% e E2=0,001849 Ipojuca.

Procedimentos e resultados da "pesquisa com os migrantes"

Com os endereços dos migrantes mapeados, foi construído um roteiro para o trabalho de campo da segunda etapa considerando:

- A delimitação no mapa geral das localidades escolhidas para serem pesquisadas nos municípios;
- A ampliação e a montagem de mapas, com a indicação dos endereços para o pesquisador de campo;
- A elaboração de uma tabela com os dados operacionais da pesquisa, ou indicações destinadas a facilitar o trabalho de campo;
- A construção de um manual de instrução com os critérios de substituição dos domicílios e outras recomendações.

Apesar de partir dos dados obtidos por uma amostra probabilística (etapa 1 - sondagem dos migrantes), a "pesquisa com migrantes" (etapa 2) enfrentou dificuldades na localização de alguns endereços, o que requerem, frequentemente, sua substituição.

Validação dos Resultados da Amostra da Segunda Etapa

Este item tem como propósito compararmos os resultados de algumas variáveis do último Censo Demográfico realizado no país, em 2010, com as variáveis correspondentes à pesquisa de campo realizada na Área de Influência Direta de Suape, em maio de 2014. Essa comparação possibilitou-nos uma visão aproximada da consistência dos resultados de algumas características da população pesquisada por meio de um processo de amostragem. De modo geral, não se deve esperar uma estrita semelhança entre os resultados de uma pesquisa de campo e os resultados dos dados do Censo, isso porque não só existe uma distância dos momentos entre as duas investigações, mas também a necessidade de estabelecermos uma proximidade entre os conceitos das variáveis que estão sendo comparadas.

No caso específico da validação para a segunda etapa da pesquisa de Suape, a intenção foi buscar uma proximidade das escolhas das variáveis cujos conceitos fossem mais próximos das adotadas pelo Censo Demográfico de 2010. Consideramos, ainda, variáveis cujos resultados se mostraram estáveis ao longo do tempo, ou variáveis que puderam identificar o sentido das variações

ocorridas no período da pesquisa, como, por exemplo: sexo, idade, condição migratória, trabalhou/não trabalhou.

Na Tabela I.3, observamos que, de modo geral, não encontramos diferenças significativas entre uma e outra fonte. A segunda etapa da pesquisa de Suape-2014 – em relação ao Censo 2010 – apresentou maiores percentagens nas faixas etárias de 15 a 64 anos e 65 anos e mais de idade, e menores proporções no grupo etário menor de 15 anos. O sentido dessas alterações, nas faixas etárias das extremidades da população, é esperado pelas mudanças ocorridas no comportamento demográfico da população brasileira, que, ao longo do tempo, vem reduzindo o seu nível de fecundidade, o que corresponde à diminuição do número de crianças. A ampliação do número de pessoas idosas na pesquisa de Suape-2014, por sua vez, é também validada pelos dados do Censo 2010 com relação ao envelhecimento da população. O aumento dos percentuais no grupo etário de 15 a 64 anos, nos municípios de Cabo de Santo Agostinho e de Ipojuca, ainda se explica, em parte, pela influência da migração para as áreas do Complexo Industrial Portuário de Suape. A atração populacional exercida pelo CIPS é, sobretudo, comprovada pelo aumento da percentagem de migrantes na área de influência direta de Suape, observada na pesquisa amostral de 2014.

Tais considerações comprovam a validade da "pesquisa com os migrantes", o que reforça a condição de representatividade da amostra em relação ao universo.

Tabela I.3. Área de Influência Direta de Suape. Percentuais dos resultados entre algumas características pesquisadas no Censo Demográfico de 2010 comparadas com a Pesquisa realizada em Suape, 2014.

Características das populações pesquisadas	**Percentuais dos resultados - Área de influência direta de Suape**								
	Censo Demográfico 2010			**Amostra da Pesquisa de Suape 2014**			**Diferença**		
	Cabo	**Ipojuca**	**Total**	**Cabo**	**Ipojuca**	**Total**	**Cabo**	**Ipojuca**	**Total**
População segundo sexo									
Masculino	49,3	49,9	49,5	48,9	50,2	49,6	0,5	-0,3	-0,1
Feminino	50,7	50,1	50,5	51,1	49,8	50,4	-0,5	0,3	0,1
Total %	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0			
Abs.	114917	47532	162449	1263	1459	2722			
População segundo grandes grupos etários									
de 0 a 14 anos	24,9	29,5	26,3	15,2	19,9	17,7	9,7	9,7	8,5
15 a 64 anos	69,4	66,9	68,6	72,8	70,9	71,8	-3,5	-4,0	-3,2

continua...

Tabela I.3. Continuação

Características das populações pesquisadas	Percentuais dos resultados - Área de influência direta de Suape								
	Censo Demográfico 2010			Amostra da Pesquisa de Suape 2014			Diferença		
	Cabo	Ipojuca	Total	Cabo	Ipojuca	Total	Cabo	Ipojuca	Total
65 anos e mais	5,7	3,6	5,1	12,0	9,2	10,5	-6,2	-5,6	-5,4
Total %	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0			
Abs.	114917	47532	162449	1263	1459	2722			
População segundo condição migratória									
Não migrante	41,5	37,3	40,3	39,5	37,8	38,6	2,0	-0,6	1,7
Migrante	58,5	62,7	59,7	60,5	62,2	61,4	-2,0	0,6	-1,7
Total %	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0			
Abs.	114917	47532	162449	1206	1372	2578			
População que trabalhou ganhando dinheiro, produtos, mercadorias ou benefícios e que não trabalharam, na semana de 25 a 31/07/10									
Trabalhou	40,9	42,8	41,4	41,1	41,8	41,5	-0,2	1,0	0,0
Não trabalhou	59,1	57,2	58,6	58,9	58,2	58,5	0,2	-1,0	0,0
Total %	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0			
Abs.	96843	38399	135242	1153	1275	2428			

Fontes: IBGE - Censo Demográfico de 2010 e Fundaj - Amostra da Pesquisa de Suape, 2014.

O Questionário Estruturado da Pesquisa de Campo na Segunda Etapa

As questões contempladas no questionário da pesquisa de campo (ver Apêndice II) tiveram o objetivo de coletar informações sobre:

Moradia: características físicas e uso da edificação; condições físicas da residência (tipo, materiais predominantes dos tetos, paredes e pisos, área, número de quartos, conexão com os serviços públicos, bens que o domicílio possui); forma de posse da residência.

Características demográficas e socioeconômicas dos membros do domicílio: sexo, idade, estado civil, religião, trajetória migratória, nível educacional, características da ocupação principal e da secundária, acidentes de trabalho, formação profissionalizante.

Sistema de migração dos membros dos componentes do domicílio: a lista dos membros do domicílio foi estabelecida por meio da aplicação de critérios de definição distintos daqueles usados normalmente nos censos e nas pesquisas de domicílios. Com efeito, para podermos captar o sistema de migração, as

migrações temporais e os sistemas de residência, incluímos na observação não somente os residentes habituais da residência, mas também as pessoas para as quais a residência pesquisada constituía uma das residências que compunham o seu sistema de moradia.

Sistema de residência dos membros do domicílio: a cada membro do domicílio foram aplicadas perguntas dedicadas a captar a prática dos membros do domicílio em relação aos sistemas de residência, bem como detectar as práticas bi ou trirresidênciais da população, baseadas nas migrações temporárias.

Deslocamentos usuais dos membros do domicílio: perguntas que permitissem captar os deslocamentos, com origem na residência até o centro educativo ou o lugar de trabalho.

Situação residencial, familiar e profissional dos membros do domicílio (maior de 18 anos de idade, que não fosse necessariamente o chefe do domicílio): por meio de uma primeira matriz, seriam coletadas as trajetórias migratórias, ocupacional, de educação da pessoa entrevistada; uma segunda matriz, "Família e corresidência", focaria a coleta de informação nos eventos familiares e na corresidência com os parentes da pessoa entrevistada. Em relação à história migratória da pessoa entrevistada, a parte "Família e corresidência" proporciona a informação necessária para observar a mobilidade não somente no nível individual se não também no nível coletivo. Além de localizar a pessoa dentro de seu domicílio, ao longo de sua vida, o questionário permitia localizá-la dentro do grupo familiar, eventualmente disperso, ao qual pertencia: assim, em uma última parte, seria coletada uma informação sobre a situação atual dos familiares que não residiam na residência entrevistada.

Identidade/pertencimento, índice de felicidade e territorialidade: o conjunto de questões desse bloco dizia respeito às relações identitárias com o município, com o lugar e com a comunidade, expressas pelo sentimento de pertencimento, assim como o nível de felicidade e a percepção de segurança do morador que respondeu ao questionário.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Apresentação

Helenilda Cavalcanti, Maria Ângela de Almeida Souza, Roberto Véras de Oliveira

FAZENDA, Ivani. *Interdisciplinaridade*: história, teoria e pesquisa. 4 ed. Campinas: Papirus, 1999.

_____. *Interdisciplinaridade*: Um projeto em parceira. São Paulo: 1991.

*INSTITUTO DE PESQUISAS APLICADAS (IPEA). CAVALCANTI, Helenilda, et al. Tipologia e Caracterização Socioeconômica dos Assentamentos Precários: Região Metropolitana do Recife (RMR), no período de 2009-10.*IPEA, 2010.

JAPIASSU, Hilton. *Interdisciplinaridade e a Patologia do Saber*, Rio de Janeiro: Imago, 1976.

LATOUR, Bruno. Reagregando o social. Uma introdução à teoria do Ator-Rede. Salvador, Bauru, SP: Editora EDUFBA, EDUSC, 2012, p.14.

MINISTÉRIO DE EDUCAÇÂO. FUNDAÇÃO JOAQUIM NABUCO. *Plano de Ação da Fundação Joaquim Nabuco para o Plano Nacional de Educação (PNE 2011/2020)*. (Projeto de Lei 8035/2010), Brasília:IPEA, 2011

Introdução

Helenilda Cavalcanti, Maria Ângela de Almeida Souza e Roberto Véras de Oliveira

ARAÚJO LIMA, Deyseane Maria; BOMFIM, Zulmira Áurea Cruz. Vinculação afetiva pessoa-ambiente: diálogos na psicologia comunitária e psicologia ambiental. *Psico*, Porto Alegre, v. 40, n. 4, p. 491-497, out./dez. 2009.

BOFF, Leonardo. *A espetacularização e a ideologização do judiciário*. <http://cartamaior.com.br/?/Coluna/A-espetacularizacao-e-a-ideologizacao-do-Judiciario/26807> publicado em 4/10/2012. Acesso em 20/10/2014.

CANCLINI, Nestor. *Culturas híbridas*: estratégias para entrar e sair da modernidade. São Paulo: EDUSP, 1997.

_____. *Consumidores e cidadãos*: conflitos multiculturais da globalização. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 1995.

CASTEL, R. *As metamorfoses da questão social*: uma crônica do salário. Petrópolis: Ed. Vozes, 1999 (1995).

CUBA, Lee *et al.* A placet to Call Home: Identification With Dwelling, Community, and Region. *The Sociological Quarterly*, Malden, MA, v. 34, n. 1, p. 111-131, 1993.

FRIED, M. Residential Attachment: Sources of Residential and Community Satisfaction. *Journal of Social Issues,* Malden, MA, n. 38, p. 107-119, 1982.

DIAS, Leila Christina Dias; FERRARI, Maristela (Org.). *Territorialidades humanas e redes sociais.* 2. ed. Florianópolis: Ed. Insular, 2013.

FOUCAULT, M. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Ed. Graal, 1979.

FURTADO, Celso. *O mito do desenvolvimento econômico.* 6. ed. Rio de Janeiro: Ed. Paz e Terra, 1983.

_____. Não à recessão e ao desemprego. Rio de Janeiro: Ed. Paz e Terra, 1983.

GALLO, Priscila Marchiori Dal; MARANDOLA JR, Eduardo. Ser migrante: lugar, identidade territorial e redes sociais. In: SEMANA DE GEOGRAFIA DA UEL, 24., SEMINÁRIO DE GEOGRAFIA DO NORTE DO PARANÁ, 3., 2008, Londrina, PR. [*Anais...*] Londrina, PR: [s.n.], 2008. Disponível em: <https://geografiahumanista.files.wordpress.com/2009/11/trab-oficial1.pdf>. Acesso em: 17 de setembro de 2014.

GUATTARI, F. *Evolução molecular*: pulsações políticas do desejo. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1987.

HAESBAERT, Rogério. *O mito da desterritorialização. Do "fim dos territórios à multiterritorialidade"*. Rio de Janeiro: Ed. Bertrand Brasil, 2007.

MONTERO, M. (Org.). Psicología Social Comunitaria: Teoria, Metodo y Experiencia (pp. 75-101). México: Universidad de Guadalajara.

MICHEL, Renaut. *Por que um Novo-Desenvolvimentismo?* Jornal dos Economistas No. 186, janeiro de 2005, p. 3-5.

RAFFESTIN, C. *Por uma geografia do poder*. São Paulo: Ed. Ática, 1993.

SICSÚ, João; PAULA, Luiz Fernando de; MICHEL, Renaut. Por que um novo-desenvolvimentismo? *Jornal dos Economistas*, LOCAL, n. 186, jan. 2005.

SILVA, Tomaz Tadeu da; HULL, Stuart; WOODWARD, Kathryn. *Identidade e diferença. A perspectiva dos estudos culturais*. 10. ed. Petrópolis: Ed. Vozes, 2011.

VÈRAS, Roberto et al. *O novo desenvolvimento no Brasil visto a partir de suas implicações sociais no Nordeste - Projeto Integrado de Pesquisa*. João Pessoa: Universidade Federal da Paraíba, Laboratório de Estudos e Pesquisas Sobre o Trabalho e Políticas Públicas (Laept), 2013.

Complexo industrial portuário de Suape: Concepção e Marcos Históricos

Helenilda Cavalcanti, José Henrique Artigas de Godoy e Danielle de Melo Rocha

ALVES, José Luiz. *Suape e sua trajetória histórica*: um olhar geográfico. 2011. 259 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2011.

ANDRADE, Manuel Correia de. *História das usinas de açúcar de Pernambuco*. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Ed. Massangana, 1989.

ARAÚJO, Francisco Humberto Castelo Branco. *Sistema Portuário Brasileiro*: evolução e desafios. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em Engenharia e Gestão Portuária) – Centro Tecnológico, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2013.

BARROS, Maria de Lourdes Osório de. O processo de transferência dos agricultores situados na área de Suape, pertencentes à Cooperativa de Tiriri. In: ENCONTRO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, 6., 1985, Garanhuns, PE. *Anais...* Recife: Fundaj, Ed. Massangana, 1985.

BRASIL. Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República; INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (IPEA). Portos brasileiros: diagnósticos, políticas e perspectivas. Brasília: IPEA, 2010.

CURCINO, G. A. *Análise de adequabilidade de portos às novas teorias e práticas portuárias*: um estudo de caso no porto de Belém. 2007. 140 f. Dissertação (Mestrado em Transportes) – Faculdade de Tecnologia, Universidade de Brasília, 2007.

DE CERTEAU, Michel. *A invenção do cotidiano*: Artes de Fazer. Petrópolis, Rio de Janeiro: Ed.Vozes, 1998. v. 1.

DOSSIÊ Suape 2011. *Jornal do Comércio*, Recife, n. especial, 12 ago. 2011. Disponível em: <http://www1.ethos.org.br/EthosWeb/arquivo/0-A-660Suape_PDF.pdf>. Acesso em: 29 ago. 2014.

DOM JOÃO VI, Príncipe regente. *Decreto de Abertura dos Portos às Nações Amigas. 28 de janeiro de 1808.* Rio de Janeiro: Arquivo Nacional do Brasil; Biblioteca Nacional do Brasil; Porto Alegre: Instituto Brasileiro de Estudos Monárquicos do Rio Grande do Sul, sem data. <https://pt-br.facebook.com/ibemrs/posts/779101118844236>. Acesso: em 7 de abril de 2015. In: HTTP://goo.gl/gUq4Jp.

FELIPE, Israel. *História do Cabo*. Recife: Arquivo Público; Imprensa Oficial, 1962.

MEMORIAL DA HISTÓRIA DO BRASIL. Disponível em: <https://pt-br.facebook.com/ibemrs/posts/ 779101118844236>. Acesso em: 7 abr. 2015.

GODOY, José Henrique Artigas de. *Novo desenvolvimentismo do Nordeste: industrialização, crescimento econômico e equidade no Território Estratégico de Suape/PE.* GT12 - Desenvolvimento: caminhos e descaminhos de um debate contemporâneo. Trabalho apresentado no 38º Encontro Anual da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais (ANPOCS), Caxambu, MG, 27 a 30 de outubro de 2014.

_____. *Lebret e o novo desenvolvimentismo no Nordeste:* economia, humanismo e a formação do Complexo Industrial Portuário de Suape. *1955.* In: SEMINÁRIO NACIONAL SOCIOLOGIA E POLÍTICA, Curitiba, PR. *Anais...* Curitiba, PR: [s. n.], 2014.

HARVEY, David. *A condição pós-moderna.* São Paulo: Loyola, 2002.

KATER, Maria das Graças L.; BARROS, Maria de Lourdes Osório de. O processo de transferência dos agricultores situados na área de Suape, pertencentes à Cooperativa de Tiriri. In: ENCONTRO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, 6., 1985, Garanhuns, PE. *Anais...* Recife: Fundaj, Ed. Massangana, 1985.

LEBRET, Louis-Joseph. *Estudo sobre o desenvolvimento e implantação de indústrias interessando a Pernambuco e ao Nordeste.* Recife: CODEPE, 1955.

LIMA, João Policarpo R.; SICSÚ, Abraham Benzaquem; PADILHA, Maria Fernanda F. G. Economia de Pernambuco: transformações recentes e perspectivas no contexto regional globalizado. *Revista Econômica do Nordeste,* Fortaleza, v. 38, n. 4, out./dez. 2007.

LINS, Rachel Caldas. O Cabo e as revoluções pernambucanas. *Ciência & Trópico,* Recife, v. 9, n. 1, p. 67-95, jan./jun. 1981.

NASCIMENTO, Jonas Pereira do. Vantagens e limitações decorrentes da implantação da lei de modernização dos portos. 2005. 117 f. Dissertação (Mestrado em Ciências em Engenharia de Transportes) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2005.

MELO, José Antônio Gonsalves de. A economia açucareira: fontes para a história do Brasil holandês. 2. ed. Recife: Cepe, 2004.

MOTTA, Roberto. O povoado de Suape: economia, sociedade e atitudes. *Revista Pernambucana de Desenvolvimento,* Recife, v. 6, n. 2, p. 209-247, jul./dez. 1979.

PERNAMBUCO. Secretaria de Planejamento e Gestão. Território estratégico de Suape: diretrizes para uma ocupação sustentável. [Recife, 2008].

PERNAMBUCO. Secretaria de Planejamento e Gestão. Território Estratégico de Suape. Diretrizes para uma Ocupação Sustentável. Versão Final, outubro de 2008, PP. 18, 19. Secretaria de Desenvolvimento Econômico do Estado de Pernambuco, Maio/2008.

SANTANA, Raimunda Nonata do Nascimento. Cidades portuárias: notas sobre os espaços estratégicos da mundialização e a questão do desenvolvimento local. In: JORNADA INTERNACIONAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS, 2., 2005, São Luis, MA. *Anais...*: mundialização e estados nacionais: a questão da emancipação e soberania. São Luís: UFMA, Programa de Pós-graduação em Políticas Públicas, 2005. Disponível em: <http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinppIII/html/Trabalhos2/Raimunda_nonata173.pdf >. Acesso em: 2 de agosto de 2015.

SANTOS, Milton. *A natureza do espaço*: técnica e tempo, razão e emoção. São Paulo: Edusp, 2002.

SILVA, Maria Romarta Ferreira da. *Localizar, catalogar e analisar pronunciamentos do Governo do Estado de Pernambuco sobre o tema Trabalho em Suape*. João Pessoa: UFPB, Pró-Reitoria de Pós- Graduação e Pesquisa, Laboratório de Estudos e Pesquisas sobre Trabalho e Políticas Públicas-Laept, 2014. Bolsista PIBIC.

SOUSA, J. Figueira. Os portos e o desenvolvimento das actividades logísticas. O exemplo do terminal *roll-on/roll-off* do porto de Setúbal e dos parques de 2ª linha. *Infogeo*, Lisboa, n. 7/8, 1994.

Sites Consultados:

SUAPE. Disponível em: <http://www.suape.pe.gov.br>. Acesso em: 10 nov. 2014.

CODEBA. <http://www.codeba.com.br/eficiente/sites/portalcodeba/pt-br/site.php?secao=sistemaportuariobrasileiro>. Acesso em: 7 abr. 2015, 12h03.

BRASIL. <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2013/Lei/L12815.htm Acesso em: 7 maio 2015,14h19>.

PERNAMBUCO. <http://jconline.ne10.uol.com.br/canal/politica/pernambuco/noticia/2014/04/16/investimento-federal-parado-em-suape-125178.php>. Acesso em: 15 jan. 2014.

JC ONLINE. <http://jconline.ne10.uol.com.br/canal/politica/pernambuco/noticia/2014/04/16/investimento-federal-parado-em-suape-125178.php>. Acesso em: 15 jan. 2014.

JC ONLINE. <http://jconline.ne10.uol.com.br/canal/politica/pernambuco/noticia/2014/04/16/investimento-federal-parado-em-suape-125178.php>. Acesso em: 15 jan. 2014.

SUAPE. <http://www.suape.pe.gov.br/institutional/historic.php>.

JORNAL DO BRASIL. <http://www.jb.com.br/economia/noticias/2012/02/15/brasil--foi-muito-afetado-pela-crise-economica-mas-reagiu-fortemente>.

CARTA MAIOR. <http://cartamaior.com.br/?/Coluna/A-crise-mundial-e-o-papel-do-Brasil/27513>.

SUAPE. <http://www.suape.pe.gov.br/news/matLer.php?id=144>.

TGI. <http://www.gestaohoje.com.br/blog_gh/index.php/2013/12/04/agenda-tgi--2014-o-que-esperar-do-brasil-de-pernambuco-e-do-recife-em-2014/>.

AFCP. <http://www.afcp.com.br/?p=15286>.

GLOBO. <http://g1.globo.com/pernambuco/noticia/2014/06/com-fim-de-obras--demissoes-em-suape-sao-discutidas-em-forum.html>.

OUTRAS PALAVRAS. <http://outraspalavras.net/blog/2014/06/26/pernambuco--as-promessas-nao-cumpridas-de-suape/>.

FSINDICAL. <http://fsindical.org.br/imprensa/complexo-de-suape-vai-demitir--67-mil-operarios/>.

CODEBA. <http://www.codeba.com.br/eficiente/sites/portalcodeba/pt-br/site.php/secao=sistemaportuariobrasileiro. Acesso em: 7 abr. 2015>.

FACEBOOK. <https://pt-br.facebook.com/ibemrs/posts/779101118844236>. Acesso em: 7 abr. 2015.

CAMARA LEGISLATIVA BRASIL. <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-1746-13-outubro-1869-552569-publicacaooriginal--69884-pl.html>. Acesso em: 7 abr., 10h47.

Território Estratégico de Suape: caracterização e governança

Helenilda Cavalcanti, José Artigas de Godoy e Danielle de Melo Rocha

ALVES, J.L. *Suape e sua trajetória histórica:* um olhar geográfico. 2011. 258 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Pernabuco, Recife, 2011.

ARANTES, O.; VAINER, C.; MARICATO, E. *A cidade do pensamento único desmanchando consensos.* Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.

AGÊNCIA ESTADUAL DE PLANEJAMENTO E PESQUISAS DE PERNAMBUCO CONDEPE/FIDEM. Estudos dos impactos dos investimentos na economia pernambucana: Unidades da BR FOODS, HEMOBRÁS, Estaleiro Atlântico Sul, Petroquímica Suape e Refinaria Abreu e Lima: uma visão a partir da Matriz Insumo-Produto de Pernambuco – 2005. Recife, 2011. Coordenação: Wilson Grimaldi e Júlio César Silva.

AGÊNCIA ESTADUAL DE PLANEJAMENTO E PESQUISAS DE PERNAMBUCO CONDEPE/FIDEM, Plano Território Estratégico de Suape – Diretrizes para uma ocupação sustentável. Recife, 2008.

ANDRADE, Manuel Correia de. *A terra e o homem no Nordeste.* São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas, 1980.

BITOUN, Jan (Org.). *Recife*: transformações na ordem urbana. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2015.

BITOUN, Jan et al. *Região Metropolitana do Recife no Contexto de Pernambuco no Censo 2010*. Recife: Observatório das Metrópoles, 2012.

BRASIL. Secretaria de Portos da Presidência da República-SEP/PR. *Novo arranjo institucional, a modernização dos portos e da logística intermodal*: Diagnóstico. Brasília, DF, 2013.

CAVALCANTI, Helenilda; ROCHA, Danielle de Melo. Uma "Expedição Fotográfica" no "Admirável Mundo Novo": o Complexo Industrial Portuário de Suape. Relatório analítico de trabalho de campo para o Projeto Nordestes Emergentes. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, maio 2013.

DE CERTEAU, Michel. A invenção do cotidiano: Artes de fazer. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994. v. 1.

DA VEIGA, José Eli. O Brasil rural ainda não encontrou seu eixo de desenvolvimento. *Estudos Avançados*, São Paulo, v. 15, n. 43, p. 101-119, 2001.

DINIZ, Fabiano. R.; ROCHA, Danielle M. O Interesse incomum: dimensões da governança de uma metrópole institucionalmente fragmentada. In: SOUZA, Ângela M. e e BITOUN (orgs.). Rio de Janeiro, Letra Capital, 2015.

FURTADO, Celso. *Formação econômica do Brasil*. 25 ed. São Paulo: Nacional, 1995.

GEERTZ, Clifford. *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro: Ed. Guanabara, 1989.

GODOY, José Henrique Artigas de. Novo desenvolvimentismo do Nordeste: industrialização, crescimento econômico e equidade no Território Estratégico de Suape/PE. GT12 – Desenvolvimento: caminhos e descaminhos de um debate contemporâneo. Trabalho apresentado no 38º Encontro Anual da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais (ANPOCS). Caxambu, MG, 27 a 30 de outubro de 2014.

HARVEY, David. A liberdade da cidade. In: MARICATO et al. *Cidades rebeldes*: passe livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil. São Paulo: Boitempo Editorial, Carta Maior, 2013.

HARVEY, David. *A condição pós-moderna*. Rio de Janeiro: Edições Loyola, 1989.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Censos Demográficos, 2007/2008/2009/2010/2011. Rio de Janeiro, 2007-2011.

LEFBVRE, Henri. *O direito à cidade*. São Paulo: Ed. Moraes, 1991. (Le Droit à La Ville, Ed. Anthopos, 1969).

MARICATO, Ermínia. É a Questão Urbana, Estúpido! In: MARICATO et al. *Cidades rebeldes*: passe livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil. São Paulo: Boitempo, Carta Maior, 2013.

PIRES, E. L.S. et al. *Governança territorial*: conceito, fatos e modalidades. Rio Claro: UNESP – IGCE, Programa de Pós-Graduação em Geografia, 2011.

PERNAMBUCO. Agência de Desenvolvimento Econômico de Pernambuco (Diper). *Plano Diretor do Complexo Industrial Portuário de Suape.* Recife, 1974. Documento Executivo.

_____. *Lei Estadual nº 7.763/1978*. Cria a empresa Suape Complexo Industrial Portuário. Recife, 1978.

_____. *Decreto Estadual nº 8.447/1983.* Institui as Normas de Uso do Solo, Uso dos Serviços e de Preservação Ecológica do Complexo Industrial Portuário. Recife, 1983.

_____. *Lei Estadual nº 12.765/2005.* Dispõe sobre o Programa Estadual de Parceria Público-Privada. Recife, 2005.

_____. *Decreto Estadual nº 28.844/2006.* Instala o Comitê Gestor do Programa Estadual de Parceria Público-Privada – CGPE de que trata a Lei nº 12.765 /2005. Recife, 2006.

PERNAMBUCO. Fundação de Desenvolvimento Municipal – FIDEM. *Plano Diretor da Região Metropolitana do Recife – Metrópole 2010.* Recife, 1998.

PERNAMBUCO. Agência Estadual de Planejamento e Pesquisa de Pernambuco CONDEPE/FIDEM. PROMETRÓPOLE. *Metrópole Estratégica – Região Metropolitana do Recife.* Recife, 2005. Documento Executivo.

PERNAMBUCO. CONSÓRCIO PROJETEC-PLANAVE. *Plano Diretor Estratégico Suape 2030. Diagnóstico Situacional.* Recife, 2009. Documento Executivo.

PERNAMBUCO. *Decreto Estadual nº 37.160/2011*, que institui o Plano Diretor Estratégico do Complexo Industrial e Portuário de Suape – SUAPE 2030. Recife, 2011. Documento Executivo.

_____. *SUAPE Global*: polo provedor de bens e serviços para indústrias de petróleo, gás, *offshore* e naval. Recife: UFPE, 2008.

PERNAMBUCO. EMPRESA SUAPE. CONSÓRCIODIAGONAL/CEPLAN. *SUAPE Sustentável, Diagnóstico integrado*: uma leitura territorial estratégica. Volumes 1 e 2. Recife, 2012. Documento Executivo.

_____. Agência Estadual de Planejamento e Pesquisa de Pernambuco CONDEPE/FIDEM. *Território Estratégico de Suape*: diretrizes para uma ocupação sustentável. Recife, 2008. Documento Executivo.

PETROBRAS; CONSULTORIA DE ENGENHARIA (CEPPLA). *Estudos técnicos relativos aos impactos socioeconômicos da implantação e operação da Refinaria Abreu e Lima – RNEST e Plano de Ação Integrada.* Recife, 2009. Documento Executivo.

ROCHA, D. M. *Global e Local*: a metamorfose dos lugares no litoral sul do Cabo de Santo Agostinho. 2000. 217 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2000.

SANTOS JUNIOR, Orlando A. dos; MONTANDON, Daniel T. (Org.). *Os Planos Diretores Municipais pós-Estatuto da Cidade*: balanço crítico e perspectivas. Rio de Janeiro: Letra Capital, Observatório das Metrópoles, IPPUR/UFRJ, 2011.

SANTOS, Milton. *Espaço e método.* São Paulo: Ed. Nobel, 1985.

SASSEN, S. *The Global City*: New York, London, Tokyo. Princeton, N.J.: Princeton University Press, 1991.

SILVA, C. A. F. O Complexo de Suape enquanto instrumento de política territorial. *Caderno de Estudos Sociais,* Recife, v. 8, n. 2, p.165-184, 1992.

BITOUN, Jan; MIRANDA, Lívia; SOUZA, Maria Ângela (Org.). *Como andam as metrópoles*. Recife: UFPE, DCG, DAU, Observatório Pernambucano de Políticas Públicas e Práticas Socioambientais; FASE/PE, 2006.

VARGAS, M. C. Universalização dos serviços de saneamento básico. In: PHILIPPI JR., A.; GALVÃO JR., A. C. (Org.). *Gestão do saneamento básico*. Barueri, SP: Manole, 2012.

Sites Consultados:

FADE. <http://50.161.69.140:8081/web/fade/exibirartigo?companyId=communis.com.br&articleId=8115>. Acesso em: 10 fev. 2014.

PREFEITURA DE JABOATÃO. <http://www.jaboatao.pe.gov.br/jaboatao/prefeitura/prefeitura/2011/10/26/NWS,413733,51,546,JABOATAO,2132-ELIAS-GOMES-FAZ-ABERTURA-SEMINARIO-SOBRE-SUAPE.aspx>.

PERNAMBUCO. <http://pedesenvolvimento.com/>.

SEPLAG. <http://www.seplag.pe.gov.br/web/portal/artigo?codigoNoticia=1506>.

PACTO MATA ATLÂNTICA. <http://www.pactomataatlantica.org.br/index.aspx?lang=pt-br>.

SEPLAG. <http://www.seplag.pe.gov.br/web/portal/artigo?codigoNoticia=1506>.

JO ONLINE. <www.jc3.uol.com.br>.

GLOBO. <http://g1.globo.com/pernambuco/noticia/2015/06/em-pe-pacote-federal-inclui-arco-metropolitano-e-duplicacao-da-br-232.html>.

UOL. <http://ne10.uol.com.br/canal/cotidiano/jc-transito/noticia/2013/12/17/onibus-que-transportam-trabalhadores-desuape-sao-proibidos-de-circular-no-cabo--em-2014-460714.php>.

Complexo Industrial Portuário de Suape (CIPS): impactos migratórios

Wilson Fusco, Helenilda Cavalcanti, Maria Rejane Lyra

ARAGONÉS, J., CORRALIZA, J., Cortês, B., e AMÉRIGO, M. Perception of Territory and Social Identity. *In* A. Mazis e C. Karaletsou (Orgs.), *Socio-environmental metamorphoses.* Salónica: University of Tessaloniki, 1992.

ARAÚJO, Tânia Bacelar de. Nordeste/Nordestes: que Nordeste? In: _____. *Ensaios sobre o desenvolvimento brasileiro*: heranças e urgências. Rio de Janeiro: Revan, 2000. p. 170-194.

BALTAZAR, A. *Identidade Associada ao Lugar: Conteúdos Identitários e Percepções de Qualidade Ambiental.* Tese de mestrado não publicada. Lisboa: ISCTE, 2002.

BOSI, Ecléa. *O tempo vivo da memória: ensaios de psicologia social.* São Paulo, Ateliê Editorial, 2004.

CARVALHO, José Alberto Magno de; RIGOTTI, José Irineu Rangel. Os dados censitários brasileiros sobre migrações internas: algumas sugestões para análise. In: Encontro Nacional sobre Migrações, 1., 1997, Curitiba. *Anais...* Curitiba: Abep, 1997. p. 7-17. Disponível em: <http://www.abep.nepo.unicamp.br/docs/anais/PDF/1998/a136.pdf>. Acesso em: 17 de agosto de 2015.

CASAKIN, Hernan; BERNARDO, Fátima (Editors). *The Role of Place, Identity in the Perception, Understanding, and Design of Built Environments.* Bertham Books, 1999.

CASTELLS, M. *O poder da identidade*, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1999.

CAVALCANTI, Helenilda. *Imaginário Social e Práticas de Saída da Pobreza: O Povoado de São Severino "Dos Macacos".* Tese (Doutorado em Psicologia Social) - Orientador/a Profa. Dra. Sylvia Leser - Universidade de São Paulo (USP), 1999.

_____. "O desencontro do ser e do lugar: a *migração* para São Paulo". BURITY, Joanildo (Org.) Cultura e Identidade: Perspectivas Interdisciplinares. Rio de Janeiro, Editora DP & A, 2002.

CIAMPA, Antônio da Costa. Identidade. *In*: W. Codo e S.T. Lane (Orgs.) *Psicologia Social: o Homem em Movimento.* São Paulo, Editora Brasiliense, pp. 58-75, 1984.

CUBA, Lee e HUMMON, David. (1993). A place to Call Home: Identification with Dwelling, Community and Region. *Sociological Quartely, 34,* 111-131, *1993.*

CUNHA, José Marcos Pinto. Redistribuição espacial da população: tendências e trajetórias. *São Paulo em Perspectiva,* São Paulo, v. 17, n. 3-4, p. 218-233, 2003.

CUNHA, Maria Jandyra Cavalcanti; GURAN, Milton; HASSE, Geraldo; MENEZES, Frederico Lucena de; STEVENS, Cristina Maria Teixeira. *Migração Identidade: Olhares sobre o Tema.* São Paulo, Editora Centauro, 2007.

DANTAS, Sylvia Duarte; UENO, Laura; LEIFERT, Gabriela; SUGUIURA, Marcos. Identidade, Migração e suas Dimensões Psicossociais. Brasília, Revista *Interdisciplinar da Mobilidade Humana,* Ano XVIII, Nº 34, p. 45-60, jan./jun. 2010.

DESCHAMPS, Jean Claude; MOLINER, Pascal. *A identidade em psicologia social: dos processos identitários às representações sociais.* Tradução de Lúcia M. Endlich Orth. Petrópolis: Vozes, 2009.

DUARTE, Ana Patrícia e LIMA, Maria Luísa. *Análise dos Conteúdos da Identidade Associada ao Lugar.* In: <www.scielo.mec.pt/pdf/psi/v19n1-2/v19n1-2a09.pdf >.

LISPECTOR, Clarice. *A descoberta do mundo.* Rio de Janeiro, Rocco, p.110-111, 1999.

FAZENDA, I.C.A. *Dicionário em Construção: Interdisciplinaridade.* São Paulo, Editora Cortez, 2001.

_____ *Interdisciplinaridade: qual o sentido?* São Paulo, Editora Paulus, 2003.

FONTES, Edilza. O peão de trecho e o peão de casa: identidade operária entre os trabalhadores da construção civil de Barcarena no canteiro de obras da ALBRAS/ALUNORTE. *Novos Cadernos NAEA*, Belém, v. 6, n. 1, p. 65-82, jun. 2003. Disponível em: <http://periodicos.ufpa.br/index.php/ ncn/article/viewArticle/83>. Acesso em: 2 de maio de 2014.

FUSCO, Wilson. Regiões Metropolitanas do Nordeste: origens, destinos e retornos de migrantes. *Revista Interdisciplinar da Mobilidade Humana-REMHU*, Brasília, ano XX, n. 39, jul/dez. p. 101-116, 2012.

KORPELA, K.. Place Identity as a Product of Environmental Self Regulation. *Journal of Environmental Psychology, 9*, 241-256, 1989.

GALLO, Priscila Marchiori Dal; MARANDOLA JR, Eduardo. *Ser Migrante: Lugar, Identidade Territorial e Redes Sociais.* XXIV SEMANA DE GEOGRAFIA DA UEL III Seminário de Geografia do Norte do Paraná 13 a 17 de outubro. Londrina-Paraná--Brasil, 2008.

GUSTAFSON, P. Meaning of Place: Everyday Experience and Theoretical Conceptualizations. *Journal of Environmental Psychology, 21*, 5-16, 2001.

HAESBAERT, Rogério. Identidades Territoriais. *In:* Rosendhal, Z. e Corrêa, R. (orgs.) *Manifestações da Cultura no Espaço*. Rio de Janeiro, EDUERJ, 1999.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). *Censo Demográfico 2010.* Resultados Gerais da Amostra. Rio de Janeiro, 2012. Disponível em: <www.ibge.gov.br>. Acesso em: 3 mar. 2014.

_____. Diretoria de Pesquisas. Coordenação de População e Indicadores Sociais. *Síntese de Indicadores Sociais*: uma análise das condições de vida da população brasileira 2008. Rio de Janeiro, 2008. p. 280. Estudos e Pesquisas. Informação Demográfica e Socioeconômica, número 23.

_____. Diretoria de Pesquisas. Coordenação de População e Indicadores Sociais. *Síntese de Indicadores Sociais*: uma análise das condições de vida da população brasileira

2010. Rio de Janeiro, 2010. p. 317. Estudos e Pesquisas. Informação Demográfica e Socioeconômica, número 27.

_____. Coordenação de População e Indicadores Sociais. *Tendências demográficas*: uma análise dos resultados da amostra do censo demográfico 2000. Rio de Janeiro, Estudos e Pesquisas. Informação Demográfica e Socioeconômica, n. 13, 2004.

JANNUZZI, Paulo de M. *Indicadores sociais no Brasil:* conceitos, fontes de dados e aplicações. Campinas, SP: Alínea Ed., 2001.

LYRA, Maria Rejane Souza de Britto. *O processo de migração de retorno no fluxo Pernambuco-São Paulo-Pernambuco.* 2003. Tese (Doutorado em Demografia) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP, 2003. 309 p.

LYRA, Maria Rejane S. B.; SOUZA, Maria Angela de A. *Demografia. Desenvolvimento Humano na Região Metropolitana do Recife. Atlas Metropolitano*. Recife: Prefeitura do Recife; PNUD, 2009. 35 p. Disponível em: <http://www.condepefidem.pe.gov.br/web/condepe-fidem/atlaspe>. Acesso em: 5 de abril de 2015.

MATOS, Ralfo. Questões teóricas acerca dos processos de concentração e desconcentração da população no espaço. *Revista Brasileira de Estudos de População,* São Paulo, v. 12, 1995, p. 35-58, jan./jun.

MARANDOLA JR, Eduardo. *Ser Migrante: Lugar, Identidade Territorial e Redes Sociais.* XXIV SEMANA DE GEOGRAFIA DA UEL III Seminário de Geografia do Norte do Paraná 13 a 17 de outubro. Londrina-Paraná-Brasil, 2008.

MOREIRA, Morvan de Melo. Determinantes demográficos do envelhecimento brasileiro. In: ENCONTRO NACIONAL DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 2000, Caxambu, MG. *Anais...* Caxambu, MG: ABEP/Nepo-Unicamp, 2000. p. 18.

_____. *Mudanças estruturais na distribuição etária brasileira*: 1950 a 2050. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, 2002, p. 19. Trabalho para Discussão n. 117/2002.

MOREIRA, Erika Vanessa e HESPANHOL, Rosângela Aparecida de Medeiros. O lugar como uma construção social. *Revista Formação,* n°14 volume 2 – p. 48-60, 2008.

MOREIRA, Márcio Macêdo. Entre Britos e Gaudêncios: *Cultura Política e Poder Familiar nos Cariris Velhos da Paraíba (1930-1960).* Orientador: Prof.Dr. Giovani Antonini Nunes. Universidade Federal da Paraíba. Dissertação de Mestrado. Centro de Ciências Humanas e Letras. Programa de Pos-Graduação em História. João Pessoa, Paraíba, agosto de 2012.

OJIMA, Ricardo; SILVA, Robson Bonifácio da; PEREIRA, Rafael H. de Moraes. A mobilidade pendular na definição das cidades-dormitório: caracterização sociodemográfica e novas territorialidades no contexto da urbanização brasileira. *In*: OJIMA, Ricardo (Coord.). *Relatório de Pesquisa.* Campinas, SP: NEPO/Unicamp, 2007. Disponível em: <http://www.abep.nepo.unicamp.br/docs/anais/outros/5EncNacSobreMigracao/comunic_ec_1_mob_pen_def.pdf>. Acesso: 4 de fev. 2008.

OJIMA, Ricardo. A produção e o consumo do espaço nas aglomerações urbanas brasileiras: desafios para uma urbanização sustentável. In: ENCONTRO NACIONAL DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 15., 2006, Caxambu-MG, 2006. *Anais...* Caxambu, MG. Disponível em: <www.abep.nepo.unicamp.br/xv/anais>. Acesso em: 20 de maio de 2015.

OLIVEIRA, Antônio Tadeu Ribeiro de. Dos movimentos migratórios populacionais à pendularidade: uma revisão do fenômeno migratório no Brasil. *In*: ENCONTRO NACIONAL DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 15., 2006, Caxambu-MG, 2006. *Anais...* Caxambu, MG. Disponível em: <www.abep.nepo.unicamp.br/xv/anais>. Acesso em: 20 de maio de 2015.

OLIVEIRA, Kleber F. et al. As metrópoles nordestinas no processo migratório nacional: tendências e articulações espaciais. In: ENCONTRO NACIONAL DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 18., 2012, Águas de Lindoia, SP. *Anais...*: transformações na população brasileira: complexidades, incertezas e perspectivas. Águas de Lindoia, SP, 2012. Disponível em: <www.abep.nepo.unicamp.br/xviii/anais>. Acesso em: 20 de maio de 2015.

PATARRA, Neide; BAENINGER, Rosana; CUNHA, José Marcos P. Dinâmica demográfica recente e a configuração de novas questões populacionais. In: PACHECO, Carlos Américo; PATARRA, Neide (Org.). *Pesquisas*: dinâmica demográfica regional e as novas questões populacionais no Brasil. Campinas, SP: Unicamp-IE, 2000. p.1-44.

PACHECO, Carlos Américo *et. al.*. Análise demográfica do estado de São Paulo. In: PACHECO, Carlos Américo; PATARRA, Neide (Org.). *Pesquisas*: dinâmica demográfica regional e as novas questões populacionais no Brasil. Campinas, SP: Unicamp-IE, 2000. p. 351-444.

RAVENSTEIN, E. G. As Leis da Migração. In: MOURA, H. A. de. *Migração interna*: textos selecionados. Fortaleza: BNB/Etene, 1980. t. 1, cap. 1, p. 19-88.

SILVA, Érica Tavares da. *Estrutura urbana e mobilidade espacial nas metrópoles.* Rio de Janeiro: Letra Capital, 2013. 284 p.

SINGER, Paul. Migrações internas: considerações teóricas sobre o seu estudo. In: MOURA, Hélio de. *Migração Interna*: textos selecionados. Fortaleza: BNB/Etene, 1980. t.1, cap. 6, p. 211-244.

SINGER, Paul. Migrações Internas: considerações teóricas sobre o seu estudo. In: _____. *Economia política da urbanização.* 3. ed.. São Paulo: Brasiliense, Cebrap, 1976.

SOUZA, Maria Angela de Almeida; BITOUN, Jan (Org.). *Recife*: transformações na ordem urbana. Coordenação: Luiz Cesar de Queiroz Ribeiro. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2015. 540 p. il.

TODOROV, Tzvetan. *A Conquista da América: a Questão do Outro*. São Paulo, Editora Martins Fontes, 1983.

TODOROV, Tzvetan. *Nós e os Outros.* Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editores, 1993.

WEIL, Simone. *A condição operária e outros estudos sobre a opressão*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, p. 345-372, 1979.

Sites Consultados:

UNICAMP. <www.abep.nepo.unicamp.br/xviii/anais>

UNICAMP. <www.abep.nepo.unicamp.br/xv/anais>.

UNICAMP. <http://www.abep.nepo.unicamp.br/docs/anais/outros/5EncNacSobreMigracao/comunic_ec_1_mob_pen_def.pdf>. Acesso: 5 de fev.2010.

IBGE. <www.ibge.gov.br>. Acesso em: 3 mar. 2014

UFPA. <http://periodicos.ufpa.br/index.php/ ncn/article/viewArticle/83>.

Complexo Industrial Portuário de Suape: impactos nas relações de trabalho

Roberto Véras

OLIVEIRA, Roberto Véras de. Suape em construção, peões em luta: o novo desenvolvimento e os conflitos do trabalho. *Caderno CRH*, v. 26, p. 233-252, 2013a.

Complexo Industrial Portuário de Suape: Impactos nas Condições de Moradia

Maria Ângela de Almeida Souza

CAVALCANTI, Helenilda; ROCHA, Danielle. *Nordestes Emergentes. Uma "Expedição Fotográfica" no "Admirável Mundo Novo"*: o Complexo Industrial Portuário de Suape. Recife: Fundaj, 2013.

GUARDA, Adriana. Suape terá cidade planejada. *Jornal do Comércio*, Recife, 16 maio 2012. Caderno Economia, p. 5.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). *Censo Demográfico 2000*. Agregado por setores censitários dos resultados do universo. Rio de Janeiro, 2003.

MEDEIROS, Márcia et al. Os impactos do Complexo Industrial Portuário de Suape – CIPS nos municípios do Cabo e Ipojuca. *Architecton - Revista de Arquitetura e Urbanismo*, Recife, v. 4, n. 7, p. 67-80, 2014.

PERNAMBUCO. Secretaria de Planejamento e Gestão. Agência Condepe/Fidem. *Diretrizes para Ocupaçao Sustentável para o Território Estratégico de Suape*. Recife, 2008.

CABO DE SANTO AGOSTINHO. Prefeitura. *Plano Diretor do Município do Cabo de Santo Agostinho*. Cabo de Santo Agostinho, PE, 2012.

SOUZA, Maria Angela. *Os espaços de pobreza da Região Metropolitana do Recife*: atualização do sistema de informações geográficas e análise da desigualdade/segregação socioespacial. Relatório de Pesquisa. Recife: Observatório PE/UFPE; CNPq, 2012.

Sites pesquisados:

REALIZAÇÕES. <>. Acesso em: 22 set. 2015.

Habitabilidade e Ambiente: condições socioambientais da habitação no território estratégico de Suape em Pernambuco

Antônio Jucá

ALBERTI, Marina. *Advances in Urban Ecology*: Integrating Humans and Ecological Processes in Urban Ecosystems. New York: Springer, 2008.

BEATLEY, Timothy. *Green Urbanism Down Under*: learning from sustainable communities in Australia. London: Irland Press, 2009.

BELLEN, Hans Michael van. *Indicadores de sustentabilidade*: uma análise comparativa. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

BREUSTE, Jürgen H. Land-use & Surface-cover as Urban Ecological Indicators in Urban Ecology: Patterns, Processes, and Applications. Oxford-UK: Oxford University Press, 2011.

BRIDGEWATER, Peter. *Water Service in Urban Landscapes in Urban Ecology*: Patterns, Processes, and Applications. Oxford-UK: Oxford University Press, 2011.

BRUNA, Gilda Collet; PHILIPPI JR., Arlindo; ROMERO, Marcelo de Andrade (Ed.). *Curso de gestão ambiental*. Barueri, SP: Manole, 2004.

COBLENG, Johan. *Green Infrastructure Planning & Island Biogeography Theory in Urban Ecology*: Patterns, Processes, and Applications. Oxford-UK: Oxford University Press, 2011.

DALY, Herman E. Sustentabilidade em um mundo lotado. *Scientific American Brasil*, São Paulo, out. 2005.

DOUGLAS, Ian; RAVETZ, Joe. *Urban Ecology – the Bigger Picture, Urban Ecology*: Patterns, Processes, and Applications. Oxford-UK: Oxford University Press, 2011.

FORMAN, __.*Urban Regions*: ecology and planning beyond the city, Cambridge. Cambridge: University Press, 2008.

PERNAMBUCO. Governo. *Novo Plano Diretor – Suape 2030*. GOOGLE EARTH, 2013.

GRIMM et al. Patterns-Oriented Modeling of Agent-Based Complex Systems: Lessons from Ecology. *Science*, n. 310, p. 987-991, 2005.

HOLLING, C. S.; GANDERSON, L. H. Resilience and adaptive cycles. In: _____. *Panarchy: understanding transformations in human and natural systems*. Washington, D.C.: Island Press, 2002. p. 25-62.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). *Censo Demográfico 2010*: Aglomerados Subnormais. 2010. Disponível em: <http://www.censo2010.ibge.gov.br/agsn/>. Acesso em: set de 2014.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). *Características urbanísticas do entorno de domicílios*. 2010. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010>. Acesso em: set de 2014.

JACOBI, Pedro. Meio ambiente urbano e sustentabilidade: alguns elementos para reflexão. In: CAVALCANTI, Clóvis (Org.). *Meio Ambiente, desenvolvimento sustentável e políticas públicas.* São Paulo: Cortez; Recife: Fundação Joaquim Nabuco, 1997.

KRUGMAN, Paul R.; FUJITA, Masashisa; VENABLES, Anthony J. Economia Espacial. São Paulo: Futura, 2002.

McDONALD, Robert; MARCOTULLIO, Peter. *Global Effect of Urbanização on Ecosystems Services.* Oxford, UK: Oxford University Press, 2011.

MCDONNELL, Mark J. *The History of Urban Ecology in Urban Ecology: Patterns, Processes, and Applications.* Oxford, UK: Oxford University Press, 2011.

NEDER, Ricardo T. *Crise socioambiental estado e sociedade civil no Brasil.* São Paulo: Annablume, 2002.

NEIMELÄ, Jari et al. *Urban Ecology*: Patterns, Processes, and Applications. Oxford, UK: Oxford University Press, 2011.

PAULEIT Stephan et al. *Multifunctional Green Infrastructure Planning to Promote Ecological Services in the City in Urban Ecology*: Patterns, Processes, and Applications. Oxford, UK: Oxford University Press, 2011.

PHILIP, James. Urban Design, Planning, and Management: Lessons from Ecology in Urban Ecology: Patterns, Processes, and Applications. Oxford, UK: Oxford University Press, 2011.

SANTOS, Milton. A *urbanização brasileira.* São Paulo: Hucitec, 1993.

SNIS – SISTEMA NACIONAL DE INFORMAÇÕES DE SOBRE SANEAMENTO/ MINISTÉRIO DAS CIDADES. Disponível: <www.snis.gov.br>. acesso em: 5 de maio de 2013.

TENÓRIO, Jorge Alberto Souza; ESPINOSA, Denise Crocce Romano. Controle ambiental de resíduos. In: PHILIPPI JR., Arlindo Marcelo de; ROMERO, Andrade; BRUNA, Gilda Collet (Ed.). *Curso de gestão ambiental.* Barueri, SP: Manole, 2004.

UNITEC NATIONS HUMAN SETTLEMENT PROGRAMME. *Planning Sustainable Cities*: Policy Directions – Global Report in Human Settlements. London: Earthscan, 2009.

UNITEC NATIONS HUMAN SETTLEMENT PROGRAMME. *Planning Sustainable Cities*: Policy Directions – Global Report in Human Settlements. London: Earthscan, 2009.

Violência e Sociabilidade no Território Estratégico de Suape

Marcio Abreu França

Anuários da Criminalidade (2011, 2012 e 2013), disponíveis *em:* <www.sds.pe.gov.br> e <www.forumseguranca.org.br>.

BECKER, Howard S. *Outsiders*: estudos de sociologia do desvio. Tradução de Maria Luiza X. de A. Borges. Rio de Janeiro: Zahar, 2008.

CALDEIRA, Tereza Pires do Rio. *Cidade de Muros*: crime, segregação e cidadania em São Paulo. Tradução de Frank de Oliveira e Henrique Monteiro. São Paulo: Ed. 34; Edusp, 2000.

CASTEL, Robert. *A discriminação negativa*: cidadãos ou autóctones? Tradução de Francisco Morás. Petrópolis, RJ: Ed. Vozes, 2008b.

DREYFUS, Pablo et al. *Estoques e distribuição de armas de fogo no Brasil*. 2010. Disponível em: <http://www.vivario.org.br/publique/media/Estoques_e_Distribui%C3%A7%C3%A3o.pdf>. Acesso em: 2 de março de 2014.

FELTRAN, Gabriel. Crime e periferia. In: LIMA, Renato Sérgio de; RATTON, José Luiz; AZEVEDO, Rodrigo Ghiringheli de. *Crime, polícia e justiça no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2014.

FRANÇA, Marcio Abreu. *Violência, medo e (não)reconhecimento*: a percepção social da pobreza nas classes médias na cidade do Recife. 2010. 142 f. Dissertação (Mestrado

em Sociologia) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2010.

GLASSNER, Barry. *Cultura do medo*. Tradução de Laura Knapp. São Paulo: Francis, 2003.

GOTTFREDSON, Michael R.; HIRSCHI, Travis. *A General Theory of Crime*. Stanford, California: Stanford University Press, 1990.

GRILLO, Carolina Christoph. O "morro" e a "pista": um estudo comparado de dinâmicas do comércio ilegal de drogas. *Dilemas:* revista de estudos de conflito e controle social, Rio de Janeiro, n. 1, p. 127-148, 2008.

KARPA, Aaron. *O excedente de armas leves na América do Sul*: um relatório. 2011. Disponível em: <http://www.smallarmssurvey.org/fileadmin/docs/F-Working-papers/SAS-WP7-Surplus-Arms-in-South-America-POR.pdf>. Acesso em: 4 de abril de 2015.

LEEDS, Elizabeth. Cocaína e poderes paralelos na periferia urbana brasileira: ameaças à democratização em nível local. In: ZALUAR, Alba; ALVITO, Marcos (Org.). *Um século de favela*. 5. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

MISSE, Michel. O movimento: a constituição e reprodução das redes do mercado informal ilegal de drogas a varejo no Rio de Janeiro e seus efeitos de violência. In: _____. *Crime e violência no Brasil contemporâneo*: estudos de sociologia do crime e da violência urbana. 2. tiragem. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2011.

PERNAMBUCO. Governo. Fórum Estadual de Segurança Pública, Plano Estadual de Segurança Pública. Pacto Pela Vida. Recife, 2007. 151 p.

PORTO, Maria Stela Grossi. Violência e meios de comunicação de massa na sociedade contemporânea. *Sociologias,* Porto Alegre, n. 8, p. 152-171, 2002. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/soc/n8/n8a07.pdf>. Acesso em: 5 de maio de 2015.

PORTO, Maria Stela Grossi. Violência e representações sociais. In: LIMA, Renato Sérgio de; RATTON, José Luiz; AZEVEDO, Rodrigo Ghiringheli de. *Crime, polícia e justiça no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2014.

RECIFE. Agência Estadual de Planejamento e Pesquisas de Pernambuco – CONDEPE/FIDEM. *Estatísticas da criminalidade violenta em Pernambuco – 2013*. Recife, 2014. Disponível em: <www.sds.pe.gov.br>. Acesso em: 3 de março de 2014.

RIVERO, Patrícia S. O mercado ilegal de armas de fogo na Cidade do Rio de Janeiro: preço e simbologia das armas de fogo no crime. In: FERNANDES, Rubem César (Coord.). *Brasil*: as armas e as vítimas. Rio de Janeiro: 7Letras, 2005.

SILVA, Luiz Antonio Machado da. "Violência urbana", segurança pública e favelas – o caso do Rio de Janeiro atual. *Caderno CRH*, Salvador, v. 23, n. 59, p. 283-300, maio/ago. 2010.

SOUZA, Marcelo Lopes de. *Fobópole*: o medo generalizado e a militarização da questão urbana. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008.

ZALUAR, Alba. *A máquina e a revolta*: as organizações populares e o significado da pobreza. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, [1985] 2000. p. 143.

WACQUANT, Loïc. *As prisões da miséria*. Tradução de André Telles. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 2001.

_____. O lugar da prisão na nova administração da pobreza. *Novos Estudos CEBRAP*, São Paulo, n. 80, mar. 2008.

WAISELFISZ, Julio Jacobo (Coord.). *Mapa da violência 2013*: mortes matadas por armas de fogo. [S. l.]: CEBELA-Centro Brasileiro de Estudos Latino-Americanos; FLACSO, 2013. Disponível em: <http://mapadaviolencia.org.br/>. Acesso em: 6 de abril de 2015.

Sites Consultados:

PERNAMBUCO. <www.sds.pe.gov.br> e <www.forumseguranca.org.br>. *Anuários da Criminalidade* (2011, 2012 e 2013). Disponibilizados pela Secretaria Estadual de Defesa Social, para Pernambuco; e, para dados nacionais, o *Anuário Brasileiro de Segurança Pública* (1ª à 8ª edição). Disponibilizado pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública. Ambas as publicações estão disponíveis em:

<http://mapadaviolencia.org.br/>;

<http://www.smallarmssurvey.org/fileadmin/docs/F-Working-papers/SAS-WP-7-Surplus-Arms-in-South-America-POR.pdf>;

<http://www.vivario.org.br/publique/media/Estoques_e_Distribui%C3%A7%C3%A3o.pdf>.

Identidade com o cotidiano do lugar ou associada ao lugar na perspectiva migratória.

Helenilda Cavalcanti, Breno Bittencourt Santos e Danielle Rocha

ARAGONÉS, J. et al. Perception of Territory and Social Identity. In: MAZIS, A.; KARALETSOU, C. (Org.). *Socio-environmental metamorphoses*. Salónica: University of Tessaloniki, 1992.

ARAÚJO LIMA, Deyseane Maria; BOMFIM, Zulmira Áurea Cruz. Vinculação afetiva pessoa-ambiente: diálogos na psicologia comunitária e psicologia ambiental. *Psico*, Porto Alegre, v. 40, n. 4, p. 491-497, out./dez. 2009.

BALTAZAR, A. Identidade associada ao lugar: conteúdos identitários e percepção de qualidade ambiental. Lisboa: ISCTE, 2002. Tese de mestrado não publicada.

BLAND, J. M.; ALTMAN, D. G. Statistics notes: Cronbach's alpha. *British Medical Journal*, v. 314, n. 7080, p. 199, 572.

BOSI, Ecléa. *O tempo vivo da memória*: ensaios de psicologia social. São Paulo: Ateliê Editorial, 2004.

CASTELLS, M. *O poder da identidade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1999.

CASEY, Edward S. *Getting back into place*: toward a renewed understanding of the place-world (studies in continental thought). Indiana: Indiana University Press, 1993. 432 p.

CASAKIN, Hernan; BERNARDO, Fátima (Ed.). The Role of Place, Identity in the Perception, Understanding, and Design of Built Environments. Institute Massachusetts of Technology: Bertham eBooks, 2012.

CAVALCANTI, Helenilda. *Imaginário social e práticas de saída da pobreza*: o povoado de São Severino "Dos Macacos". Tese (Doutorado em Psicologia) – Instituto de Psicologia. Universidade de São Paulo, São Paulo, 1999.

CAVALCANTI, Helenilda. O desencontro do ser e do lugar: a *migração* para São Paulo. In: BURITY, Joanildo (Org.). Cultura e identidade: perspectivas interdisciplinares. Rio de Janeiro: Editora DP & A, 2002.

CAVALCANTI, Helenilda; ROCHA, Danielle. *Nordestes Emergentes. Uma "Expedição Fotográfica" no "Admirável Mundo Novo"*: o Complexo Industrial Portuário de Suape. Relatório de Pesquisa. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, 2013.

CIAMPA, Antônio da Costa. Identidade. In: CODO, W. Codo; LANE, S.T. Lane (Org.). *Psicologia social*: o homem em movimento. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1984. p. 58-75.

CUBA, Lee *et al.* A place To Call Home: Identification With Dwelling, Community, and Region. *The Sociological Quarterly*, Malden, MA, v. 34, n. 1, p. 111-131, 1993.

CUNHA, Maria Jandyra Cavalcanti *et al. Migração identidade*: olhares sobre o tema. São Paulo: Ed. Centauro, 2007.

DANTAS, Sylvia Duarte *et al.* Identidade, migração e suas dimensões psicossociais. *Revista Interdisciplinar da Mobilidade Humana*, Brasília, ano XVIII, n. 34, p. 45-60, jan./jun. 2010.

DANCEY, Christine; REIDY, John. *Estatística sem matemática para psicologia*: usando SPSS para Windows. Porto Alegre, Editora Artmed, 2006.

DESCHAMPS, Jean Claude; MOLINER, Pascal. A identidade em psicologia social: dos processos identitários às representações sociais. Tradução de Lúcia M. Endlich Orth. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

DUARTE, Ana Patrícia; LIMA, Maria Luísa. *Análise dos conteúdos da identidade associada ao lugar*. Lisboa: ISCTE, Departamento de Psicologia Social e das Organizações, 2001.

FAZENDA, I. C. A. *Dicionário em construção*: interdisciplinaridade. São Paulo: Ed. Cortez, 2001.

FAZENDA, I. C.A *Interdisciplinaridade*: qual o sentido? São Paulo: Ed. Paulus, 2003.

FRIED, M. Residential Attachment: Sources o Residential and Community Satisfaction. *Journal of Social Issues,* Malden MA, n. 38, p. 107-119, 1982.

FRIED, M. Continuities and Discontinuities of Place. *Journal of Environmental Psychology,* n. 20, p. 193-205, 2000.

GALLO, Priscila Marchiori Dal; MARANDOLA JR, Eduardo. Ser migrante: lugar, identidade territorial e redes sociais. In: SEMANA DE GEOGRAFIA DA UEL, 24., SEMINÁRIO DE GEOGRAFIA DO NORTE DO PARANÁ, 3., 2008, Londrina, PR. [*Anais...*] Londrina, PR: [s.n.], 2008. Disponível em: <https://geografiahumanista.files.wordpress.com/2009/11/trab-oficial1.pdf>. Acesso em: 15 de maio de 2014.

GUSTAFSON, P. Meaning of Place: Everyday Experience and Theoretical Conceptualizations. *Journal of Environmental Psychology,* n. 21, p. 5-16, 2001.

HAESBAERT, Rogério. Identidades territoriais. In: ROSENDHAL, Z.; CORRÊA, R. (Org.). *Manifestações da cultura no espaço*. Rio de Janeiro: EDUERJ, 1999.

HAESBAERT, Rogério. *O mito da desterritorialização*: do fim dos territórios à multiterritorialidade. Rio de Janeiro: Ed. Bertrand Brasil, 2007.

HIDALGO, M.; HERNANDÉZ, B. Place attachment: Conceptual and empirical questions. *Journal of Environmental Psychology,* n. 21, p. 273-281, 2001.

HORA, H. R. M.; MONTEIRO, G. T. R.; ARICA, J. Confiabilidade em questionários para qualidade: um estudo com o coeficiente Alfa de Cronbach. *Produto e Produção*, Porto Alegre, RS, v. 11, n. 2, p. 85-103, 2010.

KORPELA, K. Place Identity as a Product of Environmental Self Regulation. *Journal of Environmental Psychology,* n. 9, p. 241-256,1989.

LEVIN, Jack. *Estatística aplicada à ciências humanas.* São Paulo: Ed. Harbra, 1987.

LISPECTOR, Clarice. *A descoberta do mundo.* Rio de Janeiro: Rocco, 1999. p.110-111. Crônica publicada em 15 de junho de 1968.

LOTOUCHE, Serge. *A ocidentalização do mundo*: ensaio sobre a significação, o alcance e os limites da uniformização planetária. Rio de Janeiro: Ed.Vozes, 1996, p. 32-33.

MARTINS, Gilberto de Andrade. Sobre a confiabilidade e validade. RBGN, São Paulo, v. 8, n. 20, p. 1-12, jan./abr. 2006.

MARANDOLA JR., Eduardo. Ser migrante: implicações territoriais e existenciais da migração. In: Encontro Nacional sobre Migrações, 6., 2009, Belo Horizonte, MG. *Anais...* Sessão 2: Migrações internas e internacionais: dimensões, dinâmicas, conexões prováveis e avanços teóricos. Belo Horizonte: [s.n.], ago. 2009. p. 3.

MARANDOLA JR, Eduardo; HOLZER, Werther; OLIVEIRA, Lívia de. *Qual o espaço do lugar?* São Paulo: Ed. Perspectiva, 2012.

MARK, Karl; ENGELS, Freidrich. *O Manifesto do Partido Comunista (1848).* Disponível em: <www.jahr.org>. Acesso em: 5 de maio de 2014. Edição Ridendo Castigat Mores. Versão para eBook, disponível em: <eBookBrasil.com>. Fonte Digital BookEdition de 1999.

MATTHIENSEN, Alexandre. Uso do Coeficiente de Alfa de Cronbach em avaliações de questionário. Boa Vista, RR: Ministerio da Agricultura, Embrapa, Centro de Pesquisa Agroflorestal de Roraima, 2011. Documento 48.

MARK, Karl e ENGELS, Freidrich. *O Manifesto do Partido Comunista (1848).* Versão para eBook, eBookBrasil. com. Fonte Digital BookEdition de 1999 a partir de html em www.jahr.org

MONTERO, M. (Org.). *Psicología social comunitaria*: teoria, metodo y experiencia México: Universidad de Guadalajara, México, 2012. p. 75-101.

MOREIRA, Erika Vanessa; HESPANHOL, Rosângela Aparecida de Medeiros. O lugar como uma construção social. *Revista Formação*, São Paulo, n. 14, v. 2, p. 48-60, 2008.

MOREIRA, Márcio Macêdo. *Entre Britos e Gaudêncios*: cultura política e poder familiar nos Cariris Velhos da Paraíba (1930-1960). 2012. 223 f. Dissertação (Mestrado em História) – Centro de Ciências Humanas e Letras, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2012.

SANTOS, J. R. A. Cronbach's Alpha: A Tool for Assessing the Reliability of Scales. *Journal of Extension*, v. 37, n. 2, 1999. 4 p.

SANTOS, Breno Bittencourt. Índice de Felicidade Local (IFL): Uma proposta teórico-metodológica de construção de uma medida de desenvolvimento social. Tese (Doutorado em Sociologia) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2015.

SAYAD, Abdelmalek. *A imigração ou os paradoxos da Alteridade*. São Paulo: Edusp, 1998.

TODOROV, Tzvetan. *A conquista da América*: a questão do outro. São Paulo: Ed. Martins Fontes, 1983.

TODOROV, Tzvetan. *Nós e os outros*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editores, 1993.

WEIL, Simone. *A condição operária e outros estudos sobre a opressão*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979. p. 345-372.

Sites Consultados

SIGNIFICADOS. <www.significados.com.br/alteridade >.

MEC. <www.scielo.mec.pt/pdf/psi/v19n1-2/v19n1-2a09.pdf>.

Bem-estar e Qualidade de Vida: uma análise a partir de indicadores de bem-estar subjetivo

Breno Bittencourt Santos

ALBUQUERQUE, Roberto Cavalcanti de. *O desenvolvimento social do Brasil:* balanço dos anos 1900-2010 e agenda para o futuro. Rio de Janeiro: José Olympio, 2011.

BARTRAM, David. *Elements of a sociological contribution to happiness studies:* social context, unintended consequences, and discourses. 2011. Disponível em: <http://onlinelibrary.wiley.com/doi/10.1111/j.1751-9020.2012.00483.x/pdf>. Acesso em: 5 de maio de 2014.

BAUMAN, Zygmunt. *Vida a crédito*: conversas com Citlali Rovirosa-Madrazo. Tradução de Alexandre Werneck. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2010.

CASTEL, Robert. *As metamorfoses da questão social*: uma crônica do salário. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998.

CATTANI, Antônio David; DÍAZ, Laura Mota (Org.). *Desigualdades na América Latina*: novas perspectivas analíticas. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2005.

CAVALCANTI, Helenilda; AVELINO, Maria Emília. Dimensão teórica da exclusão/inclusão e diferentes padrões de medidas intraurbanas. Recife e seus recortes: os naturais e os inventados. In: CAVALCANTI, Helenilda; LYRA, Maria Rejane de Britto; AVELINO, Maria Emília (Org.). *Mosaico urbano do Recife*: inclusão/exclusão socioambiental. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Ed. Massangana, 2008.

DUBAR, Claude. *A socialização*: construção das identidades sociais e profissionais. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

FONTE, Eliane Maria Monteiro da. *Considerações sobre a importância do conceito de 'qualidade de vida' para a construção e uso de indicadores sociais de desenvolvimento na formulação e análise de políticas públicas.* Texto apresentado no VIII Congresso Luso-Afro-Brasileiro de Ciências Sociais, ocorrido em setembro de 2008, na cidade de Coimbra,

Portugal. Disponível em: <http://www.ces.uc.pt/lab2004/pdfs/ElianedaFonte.pdf>. Acesso em: 12 de abril de 2015.

GIANNETTI, Eduardo. *O valor do amanhã*: ensaio sobre a natureza dos juros. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

HARVEY, David. *Condição pós-moderna*. São Paulo: Edições Loyola, 2008.

HIRATA, Johannes. *Gross National Happiness:* some basic information about gross national happiness (GNH). 2009. Disponível em: <http://johannes-hirata.de/gnh.htm>. Acesso em: 13 set. 2010.

HO, Lok Sang. *Happiness and public policy*. Hong Kong: Lingnan University, 2005. Disponível em: <https://www.library.ln.edu.hk/eresources/etext/caws/cpps_0155.pdf>. Acesso em: 25 de agosto de 2015.

JANNUZZI, Paulo de Martino. *Indicadores sociais no Brasil*: conceitos, fontes de dados e aplicações. 4. ed. Campinas: Ed. Alínea, 2009.

KOGA, Dirce. *Medidas de cidades*: entre territórios de vida e territórios vividos. São Paulo: Cortez, 2003.

LAYARD, Richard. *Felicidade*: lições de uma nova ciência. Tradução de Maria Clara De Biase. Rio de Janeiro: BestSeller, 2008.

LIPOVETSKY, Gilles. *A felicidade paradoxal*: ensaio sobre a sociedade de hiperconsumo. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

NAHAS, Maria Inês Pedrosa. *Metodologia de construção de índices e indicadores sociais, como instrumentos balizadores da gestão municipal da qualidade de vida urbana: uma síntese da experiência de Belo Horizonte*. Trabalho apresentado no seminário sobre indicadores de sustentabilidade, realizado no âmbito do projeto "Redistribuição da população e meio ambiente: São Paulo e Centro-Oeste", PRONEX-NEPO/UNICAMP, nos dias 10 e 11 de abril de 2000. Texto em Pdf.

NUSSBAUM, Martha; SEN, Amartya (Comps.). *La calidad de vida.* Tradução de Roberto Ramón Reyes Mazzoni. Cidade do México: FCE, 2004.

OMS. ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE SAÚDE. *WHOQOL-100*: avaliação da qualidade de vida. Modelo de questionário. Disponível em: <http://www.ufrgs.br/psiquiatria/psiq/whoqold.pdf>. Acesso em: 14 jun. 2013.

ROCHA, Sonia. *Pobreza no Brasil*: afinal, de que se trata? 3. ed. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2006.

SAWAIA, Bader (Org.). *As artimanhas da exclusão*: análise psicossocial e ética da desigualdade social. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.

SCALON, Celi. *Ensaios de estratificação.* Belo Horizonte: Argumentvm, 2009.

VEENHOVEN, Ruut. Why social policy needs subjective indicators. *Social Indicators Research*, v. 58, p. 33-45, 2002.

VEENHOVEN, Ruut. *Conditions of happiness.* 1984. Disponível em: <http://www2.eur.nl/fsw/research/veenhoven/Pub1980s/84a-full.pdf>. Acesso em: 14 de setembro de 2015.

Considerações Finais do Estudo

Helenilda Cavalcanti, Maria Ângela de Almeida Souza, Roberto Vèras de Oliveira

ASCHER, François. *Les nouveaux principles des l'urbanisme*: la fin des Villes n'es pas à l'ordre du jour. Paris: Éditions de L' Aube, 2001, p. 84. *Apud:* VAINER, Carlos. *Quando a cidade vai às ruas. In*: Carta Maior. Cidades Rebeldes: Passe livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil. São Paulo: Editempo Editorial, 2013, p. 38.

BECKER, Howard S. *Outsider*: estudos de Sociologia do Desvio. Tradução de Maria Luiza X. de Borges. Rio de Janeiro: Zahar, 2008.

CAVALCANTI, Helenilda e ROCHA, Danielle. *Nordeste Emergentes*: uma "expedição fotográfica" no "admirável mundo novo" - o Complexo Industrial Portuário de Suape. Relatório de Pesquisa. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, 2013.

CAVALCANTI, Clóvis. *Cientistas Lançam Manifesto Contra o Complexo de Suape*. Semanário Jornal da Cidade, ano II, nº 24, 6-12.4.1975.

DANTAS, Rafael. *Qualificar para empregar*. Algomais. A revista de Pernambuco. Ano 9, nº 109, abril de 2015, p. 12.

DURKHEIN, E. *The elementary forms of the religious life*. (Trad. Joseph Ward Swais) (1915/1947)1966, p. 113. *In:* LATOUR, Bruno. Reagregando o social: uma introdução à teoria do Ator-Rede. Salvador, Bauru: Editora, Edufba/educs, p. 110.

ISTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). *Censo Demográfico 2000.* Agregado por setores censitários dos resultados do universo. Rio de Janeiro, 2003.

JORNAL DO COMMERCIO. *Documento Suape 2005*. Recife, 7 de julho de 2015, terça-feira, p. 5.

LAYARD, Richard. *Felicidade*: lições de uma nova ciência. Tradução de Maria Clara De Biase. Rio de Janeiro: Bestseller, 2008.

LIMA; SICSÚ; PADILHA. 2007 - Economia de Pernambuco: transformações recentes e perspectivas no contexto regional globalizado. Documentos Técnicos Científicos. Fortaleza: Revista Econômica do Nordeste., v. 38, nº 4, out-dez 2007, p. 532-535.

LIPOVETSKY, Gilles. *A felicidade paradoxal*: ensaio sobre a sociedade de hiperconsumo. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

OLIVEIRA, Roberto Vèras de. Suape em construção, peões em luta: o novo desenvolvimento e os conflitos do trabalho. *Caderno CRH,* V. 26, P. 233-252, 2013A.

PERNAMBUCO. GOVERNO DO ESTADO. *Pacto Pela Vida*. Fórum Estadual de Segurança Pública/Plano estadual de Segurança Pública, Recife - Pernambuco. 151 p. maio de 2007.

SAYAD, Abdelmalek. *A imigração ou os paradoxos da Alteridde*. São Paulo: Editora Edusp, 1998.

WACQUANT, Loïc. *As prisões da miséria.* Tradução de André Telles. Rio de Janeiro, Edusp, 1998.

_____. *O lugar da prisão na nova administração da pobreza.* Novos Estudos CEBRAP, nº 80, março de 2008.

Anexo I – Metodologia da Pesquisa

Helenilda Cavalcanti, Wilson Fusco, Maria Ângela de Almeida Souza, Maria Rejane de Britto Lyra, Danielle de Melo Rocha e Breno Bittencourt Santos

CAVALCANTI, Helenilda; SOUZA, Maria Ângela de Almeida; ROCHA, Danielle; NEVES, Norah. *Impactos do Complexo Industrial Portuário de Suape (CIPS):* migração, trabalho, condições de moradia, identidade e novas territorialidades. Projeto de Pesquisa. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Observatório/PE, 2012.

CAVALCANTI, Helenilda; ROCHA, Danielle. *Nordestes Emergentes*: uma "Expedição Fotográfica" no "Admirável Mundo Novo" - o Complexo Industrial Portuário de Suape. Relatório analítico de trabalho de campo: de 5 a 14 de março de 2013. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, 2013.

COCHRAN, William G. *Técnicas de amostragem.* Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1965.

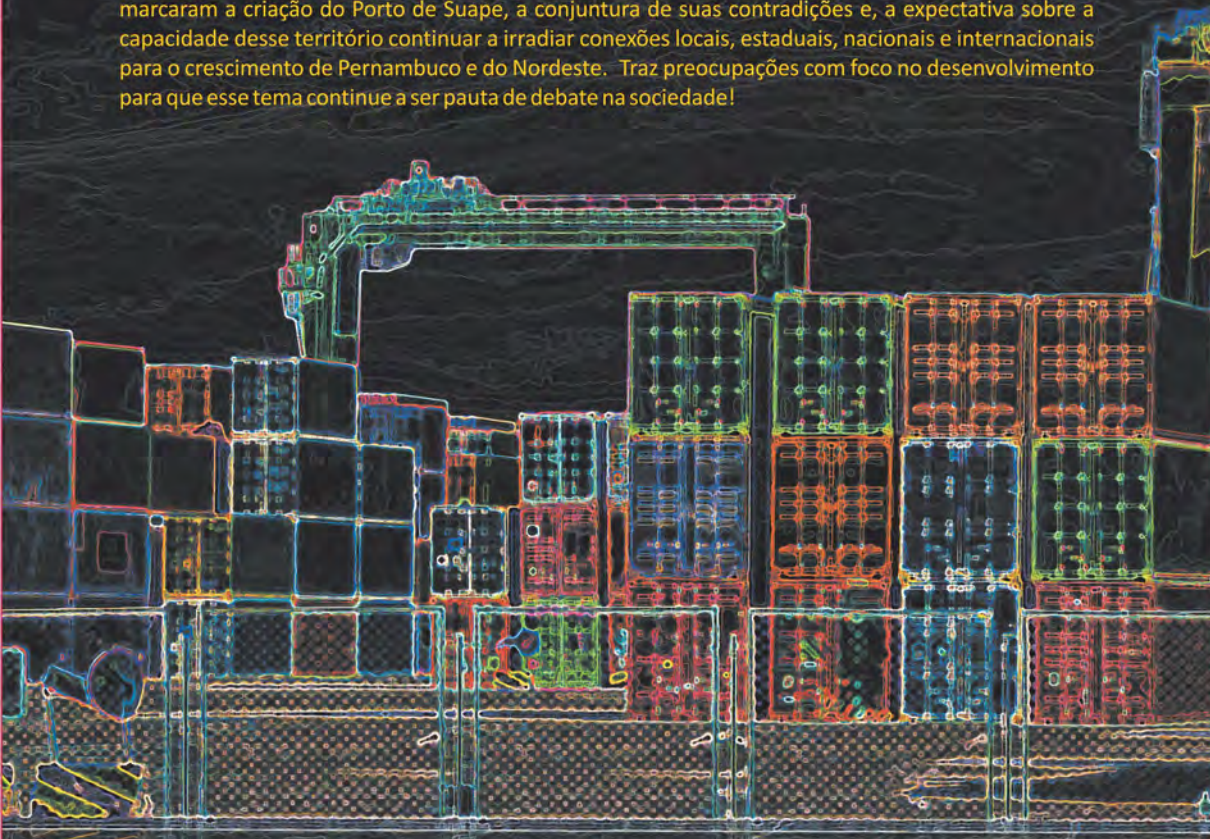
GURAN, Milton [Milton Roberto Monteiro Ribeiro]. *Projeto 914BRZ1136 – Contrato EDO1067/2012.* Produto 2 - Documento técnico contendo proposta de conteúdo formativo de capacitação de profissionais envolvidos na pesquisa que contemple aspectos sociais e culturais relacionados com o tema. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, 2012. O autor é Consultor do Projeto Nordestes Emergentes.

GEERTZ, Clifford. *A interpretação das culturas.* Rio de Janeiro: Ed. Guanabara, 1989.

VÉRAS, Roberto. *O novo desenvolvimento no Brasil visto a partir de suas implicações sociais no Nordeste* - Projeto Integrado de Pesquisa. João Pessoa: Universidade Federal da Paraíba, Laboratório de Estudos e Pesquisas Sobre o Trabalho e Políticas Públicas (Laept), janeiro de 2013.

Esta edição foi composta nas fontes Crimson Text e
Avenir com miolo sobre Papel Pólen Bold 90 g/m²
e capa em papel Supremo 250 g/m²,
impressa pela Gráfica & Editora Triunfal Ltda-EPP,
para a Editora Massangana, em 2018.

Os investimentos recebidos pelo Complexo Industrial Portuário de Suape a partir de 2007 produziram um *boom* na economia de Pernambuco e do Nordeste. Contudo, seguindo os padrões de concentração de investimentos que marcam a trajetória do país e da região, as consequências sociais são no mínimo contraditórias. Se é inegável que houve ampliação do emprego formal, elevação na escolaridade e na qualificação profissional, incremento da renda do trabalho e do comércio local, aumento da arrecadação e ampliação da oferta de serviços públicos etc.; por outro lado, o grande afluxo de migrantes (principalmente atraídos pelas obras de construção civil) pressionaram de modo desproporcional os serviços públicos no Território Estratégico de Suape (saúde, educação, transporte, segurança pública etc.) e impactaram sobre as estruturas de sociabilidades locais (os deslocamentos territoriais de comunidades tradicionais e o incremento do tráfico de drogas e da prostituição infantil tiveram consequências desastrosas). A natureza dos investimentos também tem implicado em sérios danos ambientais. Este livro, resultado de um estudo interdisciplinar e interinstitucional realizado entre os anos de 2013 a 2015, analisa as consequências contraditórias desses investimentos, com ênfase nos temas da migração, trabalho, condições de moradia, identidades sociais e territorialidades. O livro é um registro importante para o leitor entender como ocorreram as inflexões e as evoluções que marcaram a criação do Porto de Suape, a conjuntura de suas contradições e, a expectativa sobre a capacidade desse território continuar a irradiar conexões locais, estaduais, nacionais e internacionais para o crescimento de Pernambuco e do Nordeste. Traz preocupações com foco no desenvolvimento para que esse tema continue a ser pauta de debate na sociedade!



ISBN 978-85-7019-675-0

Fundação Joaquim Nabuco

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

BRASIL GOVERNO FEDERAL